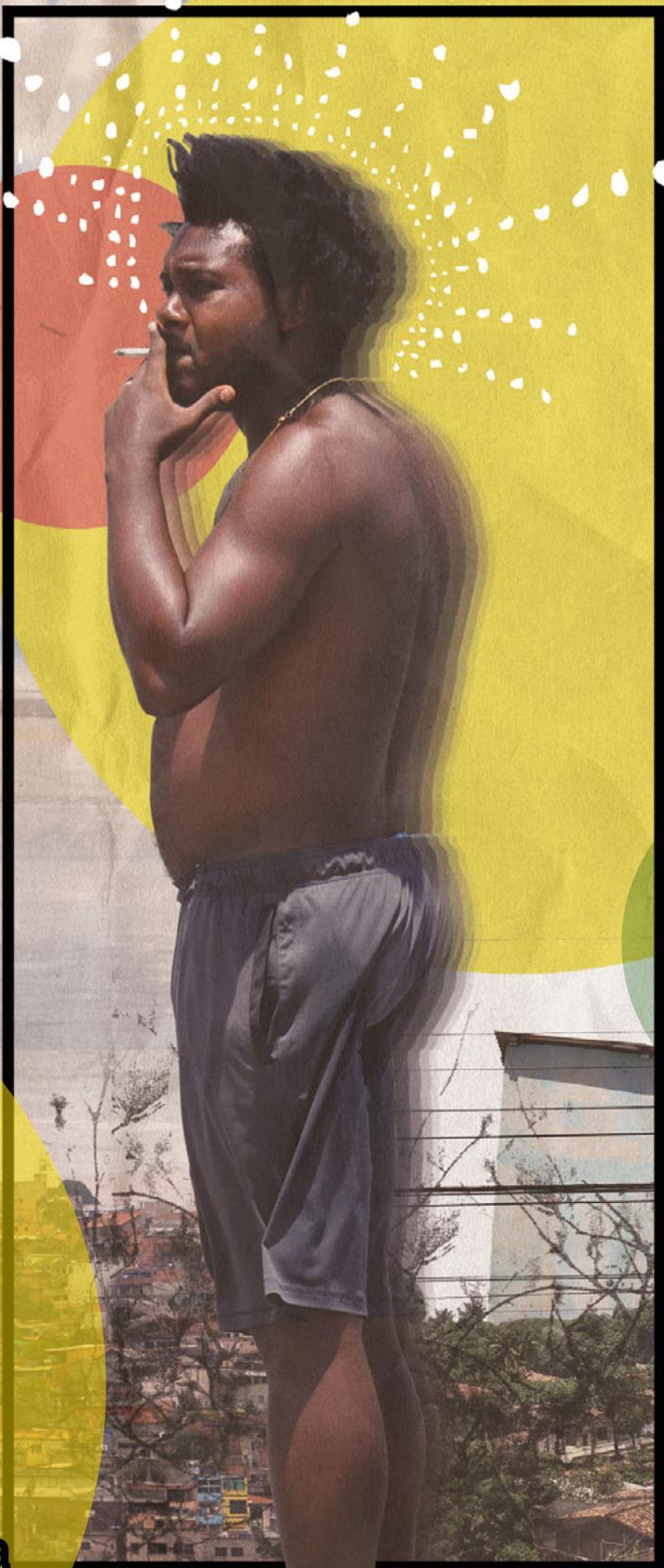


LAJE

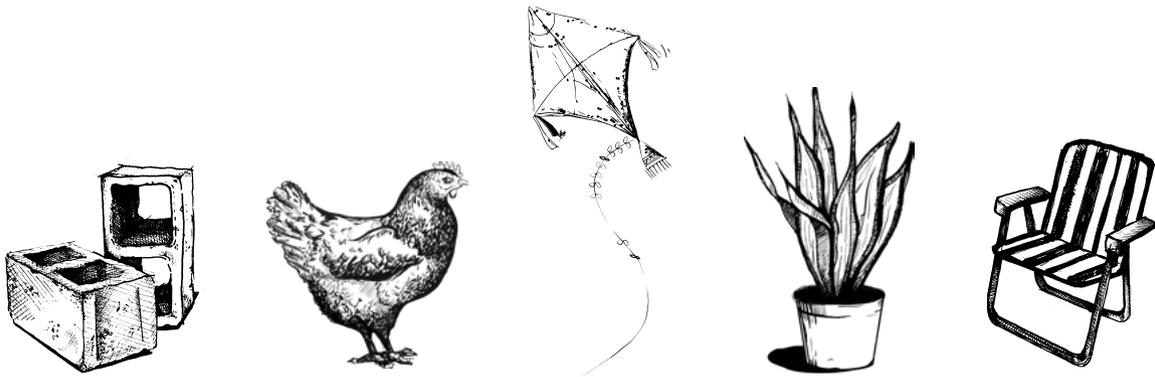
v.2 n.2

2023



DOSSIÊ CIDADES AFRICANAS

**Volume 3: Cidades,
raça e emergências
na África e na diáspora**



LAJE

Laje é uma publicação semestral do iDALE! – Decolonizar a América Latina e seus Espaços, grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Dedicar-se ao giro decolonial latino-americano, às epistemologias do sul e à descolonização do conhecimento, priorizando uma produção transdisciplinar em interseção com diferentes dimensões do urbanismo, da paisagem e da arquitetura.

ISSN: 2965-4904

LAJE



Laje, volume 2 - número 2, 2023

Dossiê Cidades Africanas.

Volume 3: Cidades, raça e emergências na África e na diáspora

ISSN: 2965-4904

Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia

R. Caetano Moura, 121 - Federação, Salvador - BA, CEP 40210-905

Editores-Chefes

Leo Name
Tereza Spyer

Equipe de produção editorial

Adriana Caúla
Bruna Otani Ribeiro
Céline Veríssimo
Frank Andrew Davies
João Soares Pena
Larissa Fostinone Locoselli
Mariana Malheiros
Murad Jorge Mussi Vaz
Oswaldo Freitez Carrillo
Rodrigo da Cunha Nogueira

Concepção do design

Adriana Caúla
Oswaldo Freitez Carrillo (coord.)
João Soares Pena
Leo Name
Maria Camila Ortiz

Design final e projeto gráfico

Oswaldo Freitez Carrillo

Coordenação gráfica

Leo Name
Oswaldo Freitez Carrillo

Editoração

Oswaldo Freitez Carrillo

Capa

Leandro Ferreira Marques
Tayná Almeida de Paula

Comitê editorial

Alex Schlenker (UASB, Equador)
Alfredo Gutiérrez Borrero (UTAEDO, Colômbia)
Ana Paula Alves Ribeiro (UERJ, Brasil)
Ana Paula Baltazar (UFMG, Brasil)
Andréia da Silva Moassab (UNILA, Brasil)
Bianca Freire-Medeiros (USP, Brasil)
Carolina Bracco (UBA, Argentina)
Christian León (UASB, Equador)
Cláudio Rezende Ribeiro (UFRJ, Brasil)
Cristiane Checchia (UNILA, Brasil)

Joaquín Barriandos (ITESM, México)
Luciana da Silva Andrade (UFRJ, Brasil)
Maria Estela Ramos Penha (UNIME, Brasil)
Rita de Cássia Martins Montezuma (UFF, Brasil)
Yasser Farrés Delgado (USTA, Colômbia)

Editaram esse número

Céline Veríssimo
João Soares Pena
Murad Jorge Mussi Vaz

Colaboraram com esse número

Alexander Kpatue Kweh
Ana Rita Alves
Andréa Jacqueline Fortes Ferreira
Andreia Moassab
Ángela María Franco Calderón
Arshad Isakjee
Cauê Capillé
Céline Felício Veríssimo
Denilson Araújo de Oliveira
Diosmar Marcelino de Santana Filho
Emanuelle Freitas Góes
Fábio Macêdo Velame
Gilma Mosquera Torres
Henrique Cunha Junior
Jelena Obradovic-Wochnik
João Soares Pena
Joice Berth
Karolina Augustová
Larissa Moura Barbosa
Maria Ayara Mendo
Maria Conceição dos Santos França
Maria Paula Meneses
Murad Jorge Mussi Vaz
Pedro Vitor Costa
Renato Emerson dos Santos
Sílvia Leiria Viegas
Tariq Toffa
Thiago Augusto Ferreira da Costa
Thom Davies

Traduziram nesse número

Céline Felício Veríssimo
Rafael Kalinoski

Revisão / Normatização

Céline Veríssimo
João Soares Pena
Murad Jorge Mussi Vaz
Sônia Luz - Caligrama

DOSSIÊ

CIDADES AFRICANAS

Volume 3

**Cidades, raça e emergências
na África e na diáspora**

v.2 n.2 - 2023

SUMÁRIO

EDITORIAL

- Cidades, raça e emergências na África e na diáspora** 9
Céline Veríssimo, João Soares Pena e Murad Jorge Mussi Vaz

ENTREVISTAS

- Explosões criativas africanizando o Mundo** 24
Entrevista com Maria Paula Meneses
- Por uma geografia de(s)colonial** 48
Entrevista com Renato Emerson dos Santos
- Racismo, produção de desigualdades e a necessidade de outro fazer político** 86
Entrevista com Joice Berth
- Refugiados e espaços de inclusão** 98
Entrevista com Alexander Kpatue Kweh

ARTIGOS

- Bairro negro e o jogo de Mancala na escola** 126
Maria Conceição dos Santos França e Henrique Cunha Junior
- Territórios negros:** 146
uma análise sociorracial em tempos de COVID-19
*Diosmar Marcelino de Santana Filho,
Emanuelle Freitas Góes e Andréa Jacqueline Fortes Ferreira*
- Vizinhanças de parentesco** 172
urbanismo, arquitetura e vida coletiva no Afro-pacífico colombiano
Gilma Mosquera Torres e Ángela María Franco Calderón

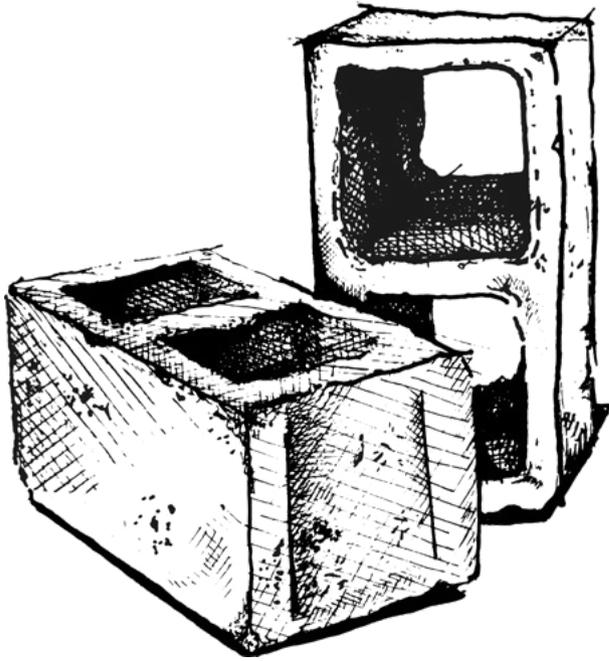
A nova imagem das cidades africanas: segregação nos planos urbanísticos e na arquitetura de cidades subsaarianas <i>Fábio Macêdo Velame e Thiago Augusto Ferreira da Costa</i>	198
Lugares epistêmicos: ética, transformação e descolonização na educação em arquitetura <i>Tariq Toffa</i>	236
Cabo Verde entre mundos: território, ambiente e narrativas em disputa <i>Andréia Moassab</i>	274
Violência liberal e a fronteira racial da União Europeia <i>Arshad Isakjee, Thom Davies, Jelena Obradovic-Wochnik e Karolína Augustová</i>	308

ENSAIOS

A doméstica de Magé: uma arquitetura em oito atos <i>Pedro Vitor Costa, Cauê Capillé e Maria Ayara Mendo</i>	344
Trajetórias do Hip Hop e da questão racial brasileira: alguns apontamentos <i>Denilson Araújo de Oliveira</i>	378

RESENHAS

Mabata Bata: entre a ficção e a realidade moçambicana pós-independente <i>Larissa Moura Barbosa</i>	422
As incrições da branquitude no espaço do Apartheid: a partir do livro "White papers, black marks — architecture, race, culture", de Lesley Naa Norle Lokko <i>Ana Rita Alves</i>	430



EDITORIAL

Cidades, raça e emergências na África e na diáspora

Céline Veríssimo

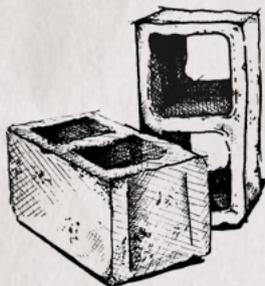
DAMG/UPT, PPGPPD, CAU e MALOCA / UNILA, ¡DALE! / UFBA

João Soares Pena

UNEB ¡DALE! / UFBA

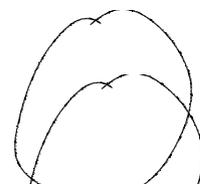
Murad Jorge Mussi Vaz

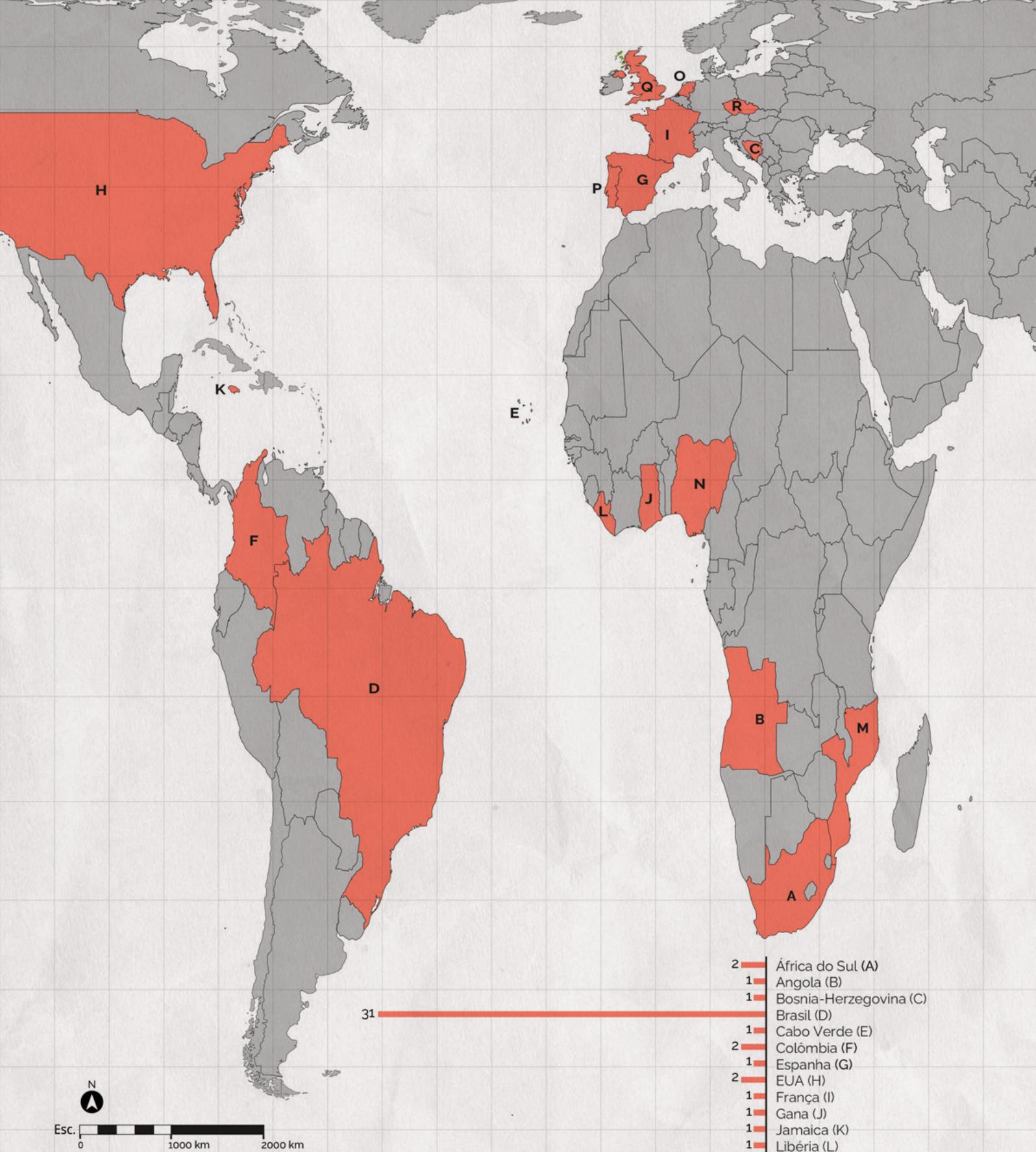
¡DALE! / UFBA, MALOCA / UNILA, DEAAU / UTFPR



Esta publicação é a última parte do **Dossiê: Cidades Africanas**, apresentado na **Laje** por uma divisão em três números: **Volume 1 – Cidades e arquiteturas na África** (v. 1, n. 1, 2022), **Volume 2 – Cidades e arquiteturas afrodiaspóricas** (v. 2, n. 1, 2023) e **Volume 3 – Cidades, raça e emergências na África e na diáspora** (v. 2, n. 2, 2023). Os três volumes do dossiê reúnem um total de 59 autores e autoras provenientes de 18 países, demonstrando nosso esforço para promover um debate amplo, abordando variadas realidades em três continentes (Figura 1). Embora a maioria dos autores e autoras esteja vinculada a universidades, também buscamos dialogar com quem ocupa outros espaços, sobretudo no ativismo antirracista, trazendo a perspectiva de quem não apenas vive as questões aqui discutidas, mas que também se coloca na linha de frente das lutas por mudanças sociais e, especificamente, no tocante às questões urbanas.

Este terceiro volume oferece às leitoras e aos leitores do periódico – organizado pelo **iDALE! – Decolonizar a América Latina e seus Espaços**, grupo de pesquisa vinculado ao **PPG-AU/FAUFBA** – um conjunto de análises que trazem para o debate, de maneira seminal, as múltiplas dimensões e visões de mundo construídas a partir das lutas pela vida na África e na diáspora, na contracorrente das crescentes violências e das ameaças da modernidade. Além do contexto africano, a discussão se estende para territórios que perfazem três continentes e com seus desdobramentos efetivos também no contexto brasileiro. Vivemos, na contemporaneidade, crises que se superpõem e se articulam. A mais recente foi a pandemia de COVID-19, que tirou a vida de milhões de pessoas em todo o mundo. Embora todos os países tenham sido afetados, dadas as altas mobilidade e conexão de um mundo globalizado, a capacidade de resposta à pandemia não foi a mesma nos mais diversos contextos. Se alguns países





- 2 — África do Sul (A)
- 1 — Angola (B)
- 1 — Bosnia-Herzegovina (C)
- 31 — Brasil (D)
- 1 — Cabo Verde (E)
- 2 — Colômbia (F)
- 1 — Espanha (G)
- 2 — EUA (H)
- 1 — França (I)
- 1 — Gana (J)
- 1 — Jamaica (K)
- 1 — Libéria (L)
- 5 — Moçambique (M)
- 1 — Nigéria (N)
- 1 — Países Baixos (O)
- 4 — Portugal (P)
- 2 — Reino Unido (Q)
- 1 — República Tcheca (R)

Figura 1: Origem dos autores e autoras que têm trabalhos em um ou mais dos três volumes do Dossiê Cidades Africanas (2022-2023), sobre projeção de Peters. Fonte: Oswaldo Freitez (2023).

contaram com a mais avançada tecnologia médica e com condições econômicas para dar suporte à população, em outros, como o Brasil, houve comunidades inteiras com dificuldade de acesso à água para fazer sua higiene pessoal, por exemplo – algo crucial para evitar o contágio pelo vírus. De igual maneira, a distribuição de vacinas não foi feita de forma equânime, ficando para trás aqueles países com menores condições de aquisição. No Brasil, por exemplo, a distribuição de vacinas foi na contramão da espacialização dos casos de COVID-19. Uma análise da situação em São Paulo mostrou que, embora o número de casos fatais fosse maior na periferia, onde há maioria negra, a maior quantidade de vacinados vivia em bairros de classe média e alta, mais centrais (MARINO et al. 2021).

Essa assimetria revela como opera o racismo, não apenas negando às populações periféricas, negras e pobres o acesso à infraestrutura básica e às benesses urbanas, mas também naturalizando a morte de pessoas que têm sua humanidade historicamente negada, como já observou Fanon ([1952] 2020). Em outras palavras, o racismo define "quem pode viver e quem deve morrer" (MBEMBE, [2003] 2018, p. 5) e as formas de matar ou deixar morrer são as mais diversas. Por um lado, são as periferias urbanas, no Brasil, habitadas por população majoritariamente negra, bem como bairros negros em outros países, que mais sofrem com essa economia racial. Por outro lado, é importante destacar que, a despeito das adversidades, esses locais são fontes de riqueza cultural, de aprendizado, de solidariedade e de esperança para enfrentar o racismo e construir outras possibilidades de sociedade.

Outras questões que o mundo tem enfrentado são a crise migratória, ou crise dos refugiados, como costuma ser chamada; a crise climática e ambiental, que tem sido objeto de discussões em convenções internacionais que pouco têm obtido êxito no sentido de pactuar medidas efetivas; as violências, os conflitos civis e as guerras entre distintas nações. Em um mundo cuja hierarquia social se baseia na raça (QUIJANO, [2000] 2005), os impactos de tais problemas têm sido sentidos de maneira muito mais intensa nos países do Sul Global e pelas populações negras. De igual maneira, a capacidade de resposta a esses problemas é menor nesses mesmos lugares, mas não por acaso. Parte desses problemas é consequência de séculos de exploração e espoliação empreendidas pela Europa, em seu projeto colonial – e, hoje, mais amplamente, por países do chamado Norte Global. Se hoje negros e negras fogem de seus países na esperança de uma vida melhor na Europa, por exemplo, europeus fizeram o movimento contrário no século XX, fugindo da guerra; e, nos séculos anteriores, para ocupar outros territórios e produzir riqueza para a mesma Europa. O aquecimento



global que ameaça a humanidade também é resultado do modo de produção levado a cabo, sobretudo, por países do Norte. É preciso que tais países reconheçam, portanto, sua responsabilidade nessas crises, além de tomar medidas que, de fato, auxiliem na resolução dos problemas – não por caridade, mas porque tiveram e ainda têm um papel central nos eventos que os desencadeiam.

Nesse sentido, neste volume são abordadas dimensões de espaço, cotidianidade, corpos e sujeitos retomando a diáspora através de emergências, insurgências e denunciando as ausências em debates e questionamentos a partir de variados contextos. Estamos diante de discussões que têm na dimensão espacial uma constituição efetiva do racismo estrutural que se materializa em cidades, territórios e arquiteturas, através de práticas e teorias que se mantêm ativas, porém que mudam de estratégias para se manter atuais e presentes. No entanto, as práticas espaciais também revelam formas, heranças, métodos e processos africanos e afrodiaspóricos, oriundos de diversos contextos; e que demarcam espaços de vida, conformando-se a partir de técnicas construtivas, práticas sociais e simbólicas, sejam africanas ou da diáspora, que compõem arquiteturas e cidades.

Na primeira parte deste volume, a seção **Entrevistas**, Maria Paula Meneses, professora em dois programas de doutorado sobre epistemologias do sul no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e, em 2022, pesquisadora visitante na Universidade de Paris 8, França, trava um diálogo com a editora e os editores deste dossiê: Céline Verissimo, João Pena e Murad Vaz. Na entrevista intitulada **Explosões criativas 'africanizando' o mundo**, Meneses partilha momentos determinantes na sua trajetória pessoal e acadêmica. Ela aponta a diversidade do mundo e o Sul Global como o cerne das epistemologias do sul, que espelha uma pluralidade de aspirações políticas, ontológicas e epistemológicas, cujos saberes são validados pelo sucesso das lutas pela descolonização, mediante articulações entre si que fortalecem a solidariedade e o interconhecimento. Meneses aponta que a superação dos sucessivos ciclos de injustiça cognitiva a que este mundo está exposto, demanda a atenção à proliferação de momentos, expressões e lugares de tradução intercultural e interpolítica cujo epicentro é a matriz africana.

Por uma geografia de(s)colonial é o título da entrevista de Renato Emerson dos Santos, geógrafo e professor do IPPUR/UFRJ, concedida a nós, Céline Verissimo, João Pena e Murad Vaz. Ele narra brevemente sua trajetória, marcada pela luta antirracista e pelas disputas para inserir a temática racial na Geografia, campo que considera fundamental para compreendermos o papel do espaço na classificação social dos



diversos grupos na modernidade/colonialidade. Entre suas referências estão teóricos do giro decolonial, mas também intelectuais negros e negras de diversas áreas do conhecimento, que têm se debruçado sobre questões raciais e construído epistemologias negras. O autor faz uma avaliação das mudanças na universidade nas duas últimas décadas a partir da adoção de políticas afirmativas, especificamente as cotas para pessoas negras, uma conquista da luta dos movimentos negros brasileiros. A Geografia também tem sido disputada pelos movimentos negros, mobilizando categorias e instrumentos de representação espacial para a luta antirracista. Para ele, é possível transformar a Geografia numa ferramenta a serviço de lutas anti-hegemônicas, mas considera que descolonizar a Geografia é um horizonte utópico, algo que se insere num projeto de sociedade dedicado à descolonização.

Na entrevista **Racismo, produção de desigualdades e a necessidade de outro fazer político**, realizada por e-mail por nós, Céline Veríssimo, João Pena e Murad Vaz, a arquiteta e urbanista e escritora Joice Berth conta um pouco sobre sua trajetória acadêmica e profissional, bem como as dificuldades enfrentadas. Também aponta questões importantes para refletirmos sobre o campo de arquitetura e urbanismo. Para ela, "estudar África e suas culturas é importante como referência do que fomos e não do que podemos voltar a ser", de modo que precisamos "compreender os mecanismos eurocêntricos que nos constituíram na concepção do espaço urbano". Berth defende uma metodologia própria para lidarmos com as questões urbanas brasileiras, bem como a descolonização das políticas urbanas, a partir da racialização de suas questões. Além disso, tece críticas à práxis na arquitetura e no planejamento urbano, ressaltando a importância da participação social na tomada de decisões, como no caso do que fazer com monumentos em homenagem ou alusão a figuras coloniais que enfeitam os espaços públicos. Segundo a autora, contudo, a utilização massificada de conceitos importantes, como necropolítica, decolonialidade e empoderamento, por exemplo, tem levado a uma perda de sua ideia original, o que enfraquece as lutas sociais. Por fim, ela reflete sobre a falta de representatividade de minorias sociais na política e indica autoras e autores do Brasil que considera terem feito importantes contribuições na perspectiva decolonial.

Por fim, na entrevista, **Refugiados e espaços de inclusão**, com Alexander Kpatue Kweh Sílvia Leiria Viegas, arquiteta, pesquisadora do Centro de Investigação em Artes e Comunicação da Universidade do Algarve, em Portugal, traz um relato sensível, em primeira pessoa, de Alexander Kpatue Kweh, Dirigente da União de Refugiados em Portugal (UREP) e Coordenador do Fórum Refúgio Portugal, mediante a apresentação

de cinco tópicos maiores, que variam desde o enfrente da pandemia de COVID-19 ao direito à habitação. Alexander, além de narrar brevemente sua trajetória, desde refugiado na Libéria ainda criança até sua chegada, seu estabelecimento e sua atuação em Portugal, nos traz um panorama histórico e atual das políticas de acolhimento portuguesas, da formação de associações pelos próprios refugiados (de muitas origens) e da formação do Fórum Refúgio Portugal e do Espaço Co-work. Neste espaço trabalham associações de refugiados, o próprio Fórum, voluntários, acadêmicos e sociedade civil, em proximidade com o governo e com as instituições. Ele nos apresenta avanços, dificuldades, barreiras e caminhos alternativos às políticas públicas, através das ações das próprias associações e coletivos de refugiados. Questões cotidianas como práticas culturais, de gênero, língua, atravessam as discussões, desde o acesso aos serviços públicos até o direito à habitação e ao se sentir pertencente.

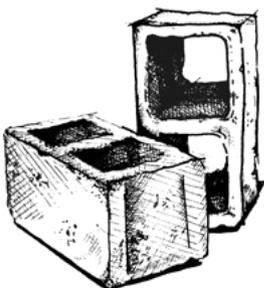
A seção **Artigos** traz uma série de reflexões críticas e consistentes para tensionarmos as múltiplas camadas de colonialidade, dominação e invisibilização estruturalmente vinculadas ao racismo, em suas variadas acepções. Ao mesmo tempo, recupera formas de resistência, emergências e discussões que ampliam o panorama sobre os próprios vínculos teóricos, metodológicos e epistemológicos que constituem chaves de leitura para discutirmos as noções de espaço, cidades, territórios e lugares a partir de referenciais-outros. A primeira delas intitula-se **Bairro negro e o jogo de Mancala na escola** de autoria de Maria Conceição dos Santos França, professora na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e de Henrique Cunha Junior, professor no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. O artigo elabora reflexões a partir da associação dos conceitos de *afroetnomatemática* e *bairros negros* – abordando o uso do jogo africano de *Mancala* no ensino de matemática a crianças no âmbito da curricularização de saberes africanos no ensino municipal brasileiro. Como se trata de um jogo de cooperação, o processo colaborativo é um dos vários elementos pedagógicos no combate à opressão do conhecimento eurocêntrico universalista, excludente e discriminatório racista.

Em seu texto **Territórios negros: uma análise sociorracial em tempos de COVID-19**, Diosmar Marcelino de Santana Filho, geógrafo e doutorando da UFF, Emanuelle Freitas Góes, pesquisadora do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, BAHIA (CIDACS/Fiocruz-Ba), e Andréa Jacqueline Fortes Ferreira, pesquisadora do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC-UFBA), tratam da relação intrínseca entre racismo e sergegação territorial a partir de análises socioespaciais sobre a gestão da pandemia de COVID-19. As autoras

e o autor, ao se debruçar sobre as capitais da Bahia e do Rio de Janeiro, constroem uma fundamental base de dados, cartografias e discussões para compreendermos como o racismo atravessa e constitui os territórios, violando o acesso a direitos e serviços para as populações negras de ambas as cidades. Conforme as autoras e o autor, a ocupação de áreas marginalizadas historicamente demonstra a exclusão alicerçada no mercado de terras e reforçada por políticas públicas e pelo planejamento urbano. Desta forma, cruzando escalas que vão da cidade e dos territórios aos corpos, a discussão empreendida demonstra as múltiplas camadas de violência que se dão sobre indivíduos, sujeitos e grupos, nos impelindo a refletir sobre o cerne de nossas cidades, que: "constituídas na negação da sua amefricanidade não resistirão aos fenômenos em saúde territorial global – esses buscam, no século XXI, o cuidado em humanidade".

Em seguida nosso olhar se volta ao Pacífico colombiano a partir do texto de Gilma Mosquera Torres e Ángela María Franco Calderón, arquitetas, pesquisadoras e professoras da Universidad del Valle, intitulado **Vizinhanças de parentesco: urbanismo, arquitetura e vida coletiva no Afro-pacífico colombiano**. No texto, traduzido por Ariane Fagundes Braga (UNILA) e revisado por Oswaldo Freitez Carrillo (PPG-AU/FAUFBA), pesquisadora e pesquisador do iDALE!, as autoras nos convidam a conhecer as vizinhanças de parentesco: formas solidárias e de cooperação de povoados rurais que são reinterpretadas nos núcleos urbanos. Desta forma, por um lado, demonstram como na Colômbia, um país que se declara multicultural, ainda persistem o desconhecimento e a invisibilização de tradições históricas constituintes da população afro-colombiana; por outro, revelam quais são as estratégias adotadas por esses grupos para resistir. Identificam três conjuntos de ameaças às tradições, aos modos de vida e à ancestralidade, às arquiteturas e aos modos de constituir territórios dos povos afro-colombianos: a persistência da negligência governamental; a exploração sem controle dos recursos naturais; e o deslocamento forçado e as disputas internas pelo território, que atravessam suas existências. A contribuição das autoras é fundamental para que as discussões extrapolem supostas fronteiras nacionais e nos permitam um olhar mais transversal à América Latina e ao Caribe.

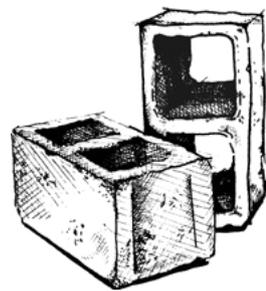
O artigo **A nova imagem das cidades africanas: segregação nos planos urbanísticos e na arquitetura de cidades subsaarianas**, dos arquitetos e urbanistas Fábio Macêdo Velame e Thiago Augusto Ferreira da Costa, ambos pesquisadores do grupo de pesquisa EtniCidades e vinculados ao PPG-AU/FAUFBA, traz uma importante discussão sobre o contexto urbano da África subsaariana e os impactos de projetos urbanísticos recentes. Os autores fazem um panorama histórico das cidades da região,



abordando a colonização europeia e os severos impactos da espoliação do continente durante séculos. A análise centra-se em planos e projetos urbanos em megacidades, grandes cidades e cidades globais de sete países africanos, evidenciando a resultante segregação socioespacial e étnico-racial. Os autores apresentam planos e projetos para novas cidades nesses países, muitas delas consideradas “cidades inteligentes”, contando com alta tecnologia, voltadas para o turismo e mirando o mercado internacional de imóveis de alto padrão. Resultado de grandes investimentos internacionais (chinês, europeu e estadunidense, por exemplo), esses projetos não apenas acirram a segregação, mas também mostram a lógica neoliberal na produção desse espaço urbano emergente.

No artigo seguinte, traduzido do original em inglês para o português, por Céline Verissimo, o sul-africano Tariq Toffa, professor de arquitetura na Universidade de Joanesburgo, conduz-nos para **Lugares epistêmicos: ética, transformação e descolonização na educação em arquitetura**, tendo em conta a onda nacional de protestos estudantis em 2015 e 2016 face à autorreprodução do sistema colonial décadas após a abolição do regime do apartheid. Toffa defende uma mudança de ética e imaginação no campo do design arquitetônico e no âmbito das questões colocadas pelo giro decolonial. Para tal, ele começa por analisar as hierarquias disciplinares na educação em arquitetura para identificar possíveis lugares de intervenção epistêmica. Em seguida, busca por lugares onde os conhecimentos “não ocidentais” e “não disciplinares” do Sul Global conseguem ser introduzidos com sucesso para, finalmente, verificar como tais conhecimentos podem enraizar-se profusamente no campo de arquitetura, com vistas a produzir justiça cognitiva “na direção de um ‘novo normal’”.

Seguimos para **Cabo Verde entre mundos: território, ambiente e narrativas em disputa**, artigo de Andréia Moassab, líder do MALOCA - Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul e professora de arquitetura e urbanismo na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. O texto se atém ao papel colonizador de narrativas que se perpetuam na África, da dominação colonial europeia às forças do mercado internacional. A autora argumenta que a preocupação ambiental por detrás do termo *sustentabilidade* vem sendo usada para que o Norte Global continue a explorar recursos naturais e pessoas no Sul Global, mantendo-se a industrialização, o mercado e o consumo desenfreados. Moassab aponta que tem sido através da produção artística, particularmente de dois coletivos de arte, que Cabo Verde vem se opondo a tal situação. Em primeiro lugar, por se tratarem de obras de envergadura internacional, que denunciam as violências perpetradas por agentes





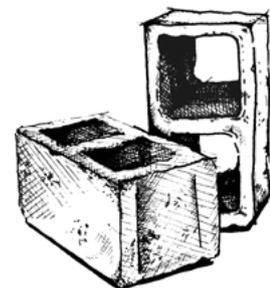
internacionais nos países do Sul Global sob a égide do desenvolvimento sustentável; e, em segundo lugar, por mostrarem o potencial da identidade e da soberania do lugar, neste país. A autora conclui que Cabo Verde precisa colocar a sua africanidade no “centro do mapa”.

Encerramos a seção com a construção de um pensamento crítico sobre o racismo que se perpetua sobre os corpos que atravessam o Atlântico, no artigo **Violência liberal e a fronteira racial da União Europeia**, de Arshad Isakjee, da Universidade de Liverpool, Thom Davies, da Universidade de Nottingham e de Jelena Obradovic-Wochnik e Karolína Augustová, ambas da Universidade de Aston – o texto foi traduzido por Rafael Kalinoski, do Centro Universitário de Tecnologia de Curitiba (UNIFATEC) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGTU/PUCPR). Na versão original publicada na revista *Antipode*, os autores e as autoras discutem como a violência racial nas fronteiras europeias contra os migrantes e refugiados contradiz a autoimagem “liberal e pós-racial” propalada pelo continente. A racialização de grupos, seja nas fronteiras da França, seja nos Balcãs, bem como as constantes violações de direitos em múltiplas dimensões demonstram como as relações de colonialidade se perpetuam, adquirindo novas formas ao longo do tempo. O artigo reforça a radicalidade necessária para se reconhecer o papel da raça e da racialização, obliteradas pelos discursos oficiais, nas variadas formas de violência levadas a cabo nas fronteiras e dirigidas àquelas e àqueles definidos “não civilizados”.

A seção **Ensaio** abre com um trabalho radical no que concerne ao entrelaçamento de racismo, violência de gênero, territórios, segregação socioespacial, práticas sociais, culturais e simbólicas com histórias de vida de oito mulheres que trabalham como empregadas domésticas no Rio de Janeiro. Intitulado **“A doméstica de Magé: uma arquitetura em oito atos”**, o trabalho do arquiteto e urbanista Pedro Vitor Costa, do arquiteto, urbanista e professor Cauê Capillé e da arquiteta, urbanista e professora Maria Ayara Mendo, todos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/FAU-UFRJ), reflete e discute sobre a constituição do cotidiano em que se sobrepõem distintas camadas de racismo, que se processam sobre e a partir da arquitetura, dos espaços e dos territórios – por sua vez constituídos a partir de estruturas de colonialidade que atuam sobre os corpos e os múltiplos tempos que se inter cruzam na constituição da vida. A partir de três dimensões analíticas (a casa, o ônibus metropolitano e o banheiro de empregada), e de oito dimensões temporais, os autores e a autora perguntam: “como projetar diante dessa realidade espacial,

marcada por uma capacidade de criar formas latentes de domínio, para que se possa, ao contrário, fortalecer possíveis desvios, contrapoderes, revoluções?”. Os relatos das oito entrevistadas abrem seus universos íntimos, de expectativas e de sonhos, mas também de desafios e violências, que se traduzem tanto em texto quanto em imagens do belíssimo ensaio.

O segundo ensaio é intitulado **Trajetórias do Hip Hop e da questão racial brasileira: alguns apontamentos**, de autoria de Denilson Araújo de Oliveira, geógrafo e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e discute as dimensões do Hip Hop na sociedade, incluindo sua espacialização nas cidades. O autor traz uma contextualização do gênero musical e de sua inserção no cenário urbano brasileiro, abordando suas diferentes vertentes, a centralidade da questão racial e as apropriações contemporâneas. O ensaio é regado de poesia, trazendo canções de rappers brasileiros que denunciam as mazelas sociais que afligem a população negra, como violência policial, pobreza, encarceramento, racismo, falta de oportunidades, jornadas de trabalho exaustivas, condições de moradia, desigualdades urbanas etc. O Hip Hop participa da dinâmica urbana, seja pelos grafites nos muros das cidades, inscrevendo-se na paisagem urbana, seja pelos eventos organizados em espaços em praças e outras áreas públicas. O autor aborda a apropriação do grafite no âmbito de projetos urbanos que causam gentrificação, por grandes marcas e, de modo geral, pelo capitalismo, retirando a dimensão política dessa expressão artística. No atual contexto, Oliveira trata da emergência de um “rap de direita”, o que para ele é “uma profunda aberração”, ao mesmo tempo “constitutiva e funcional da modernidade brasileira”. Por fim, trata da importância da internet e das redes sociais na contemporaneidade, o que “tem gerado um grande impulsionamento, reposicionando o ativismo antirracista”.



Abrimos a seção **Resenhas** com o texto **Mabata Bata: entre a ficção e a realidade moçambicana pós-independente**, escrito por Larissa Moura Barbosa, acadêmica de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), que apresenta uma análise do filme *Mabata Bata* (2017), dirigido por Sol de Carvalho. A película é baseada no conto *O dia em que explodiu Mabata-Bata*, do escritor moçambicano Mia Couto, e retrata o período de guerra civil em seu país, tendo como fio condutor a história de Azariás, um garoto que desejava estudar, mas tinha que ajudar a família no pastoreio de gado. Para realizar seu desejo, ele foge de casa e diz que somente retornará se lhe for permitido estudar. “Porém, Azariás pisa em uma mina, tal qual o grande boi, e da mesma forma que Mabata Bata voou pelos ares, assim também se vão os sonhos do menino”, diz a resenha. Como tantas outras pessoas, sua

vida foi impactada pela guerra civil que produziu tantas mazelas em Moçambique. A análise de Barbosa também traz os elementos estilísticos e estéticos utilizados pelo diretor do filme, o que nos ajuda a compreender a narrativa. Para a resenhista, o filme é "muito importante para o registro filmico da memória do povo moçambicano".

Para finalizar a seção de resenhas e, de certa forma, encaminhando o dossiê para futuras reflexões, Ana Rita Alves, antropóloga do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, assina **as incrições da branquitude no espaço do apartheid a partir do livro "White papers, black marks: architecture, race, culture", de Lesley Naa Norle Lokko**. Alves faz uma análise consistente de como a arquitetura e o planejamento urbano, através de um olhar que se pretende racional e neutro, mas que se estrutura a partir da branquitude, conduz a uma reprodução da violência racial que se perpetua no espaço. Ao dialogar e refletir sobre a obra da arquiteta, acadêmica e romancista ganense-escocesa Lesley Lokko, a autora analisa os três conjuntos temáticos de textos constantes na obra, trazendo sua leitura incisiva sobre como a arquitetura vincula-se às estruturas de poder; e nos questiona: "*por quem e para quem é a arquitetura?*". Indo além, percorre vínculos estreitos com autores e autoras pós-coloniais e decoloniais, construindo um debate aprofundado sobre as marcas inscritas pela branquitude nos espaços públicos, invisibilizando, seja na academia seja na prática profissional, arquitetos e arquitetas negras, num "*apartheid epistêmico*" – conceito apresentado pela autora a partir de Reiland Rabaka (2010).

Com a organização deste dossiê, nos três primeiros números da novíssima revista Laje, percebemos que ainda há um longo caminho a percorrer. Este percurso envolve múltiplos desafios que vão desde conseguir abranger um amplo espectro de pesquisadoras e pesquisadores que têm investigado a África e a diáspora, tanto questionando as estruturas do racismo quanto enfrentando as colonialidades do saber, do poder e do ser que afetam a todas e todos nós. Pretendemos, ao longo destes volumes, que somam cerca de 1.000 páginas, contribuir para a ampliação do repertório teórico-epistêmico em arquitetura e urbanismo, tendo em conta o debate do urbano em países africanos, bem como a herança social e cultural afrodiaspórica que se materializa nas cidades e se reflete nos usos e nas práticas espaciais. No bojo do racismo e de suas variadas manifestações, inclusive o epistemicídio, os trabalhos recuperam dimensões invisibilizadas da vida social para fazer ecoar não apenas a realidade urbana afrodiaspórica, mas também a importância do saber ancestral e de intelectualidades negras para o pensar-fazer cidades. Nesse sentido, consideramos importante estreitar as relações entre o giro decolonial e as epistemologias negras para avançarmos no debate sobre a modernidade/colonialidade e os variados contextos afrodiaspóricos.

Se é verdade que a modernidade/colonialidade está amalgamada a uma história de violência e exploração, é também verdadeiro que é marcada, ainda, por enfrentamentos, resistências, reinvenções, adaptações feitas pelos grupos subalternizados. Apesar de a violência, nas mais diversas ordens, se perpetuar, o dossiê mostra que também há a permanência de modos de habitar territórios que transcendem a lógica moderno-colonial ou, melhor dizendo, que insistem em existir e nos mostrar que outras formas de relações sociais e com o habitat são possíveis. São tecnologias sociais e afetivas herdadas da ancestralidade negra que apontam caminhos para o que podemos vir a ser. A partir das discussões empreendidas por diferentes autoras e autores, quisemos reforçar também a importância da articulação das lutas antirracista, antissexista e anticapitalista no combate à modernidade-colonialidade – que não é estanque, mas se reinventa para se perpetuar, sendo necessárias investidas conjuntas, coletivas e solidárias para desmantelar o que a mantém.

A discussão não fica por aqui... Queremos finalizar este dossiê com um convite para que outras pesquisadoras e outros pesquisadores se somem a nossos esforços no sentido de possibilitar ao público brasileiros e dos distintos países de língua portuguesa o acesso a textos ainda não disponíveis neste idioma, bem como a divulgação de pesquisas originais que discutam as relações entre questões raciais e espaço urbano. A tradução de textos de pesquisadores e pesquisadoras de países do Sul Global, especialmente da América Latina, do Caribe e da África, embora seja um grande desafio, é fundamental – entre outros motivos, para rompermos com a "história única", como diz Chimamanda Ngozi Adichie (2019), de estigmatização de negros e negras, do continente africano e das comunidades negras na diáspora situadas, por exemplo, em periferias e favelas do Brasil.

Referências

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, (2009) 2019.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, (1952) 2020.

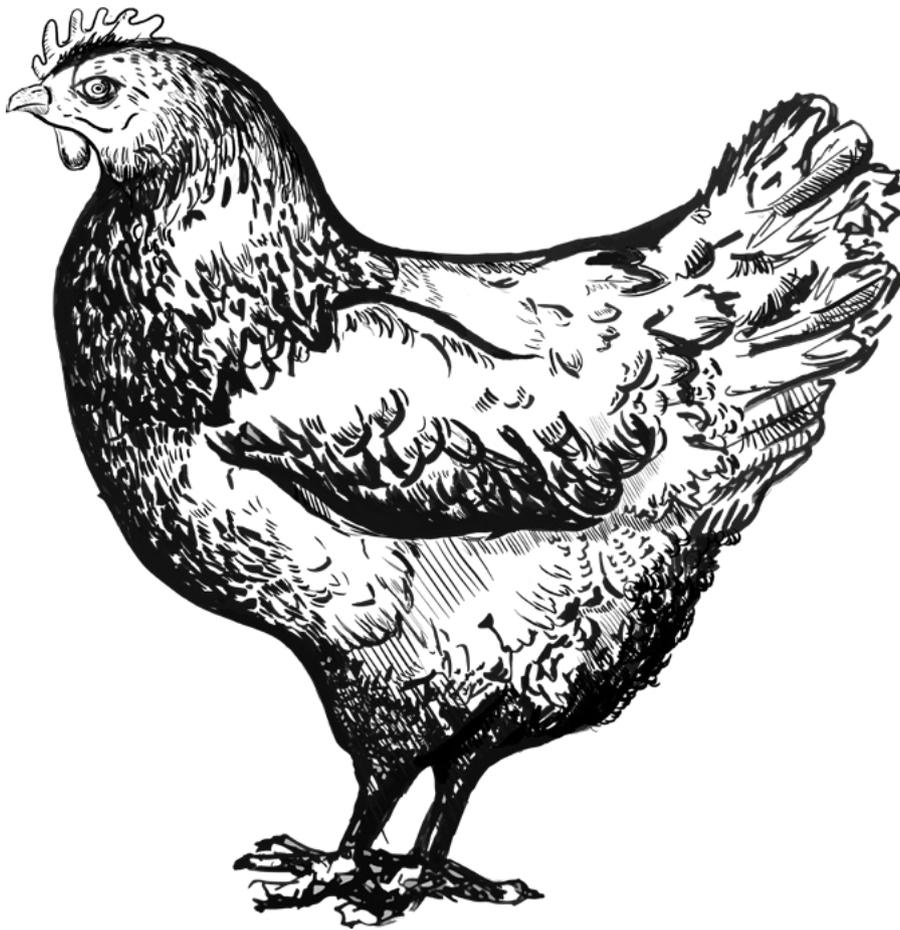
MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, (2003) 2018.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. in: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, (2000) 2005, p. 117-142.

RABAKA, R. **Against Epistemic Apartheid**. W.E.B. Du Bois and the Disciplinary Decadence of Sociology. United Kingdom: Lexington Books, 2010.



ENTREVISTAS





**Explosões criativas
africanizando o Mundo**

Entrevista com Maria Paula Meneses

CES-Coimbra

Quem entrevista:

Céline Veríssimo

PPGPPD, CAU e MALOCA / UNILA, ¡DALE! / UFBA

João Soares Pena

UNEB, ¡DALE! / UFBA

Murad Jorge Mussi Vaz

DEAAU / UTFPR, ¡DALE! / UFBA, MALOCA / UNILA



MARIA PAULA MENESES



Maria Paula Meneses, que respondeu às perguntas desta entrevista, por e-mail, em março de 2021, é antropóloga moçambicana, mestre em História pela Universidade de São Petersburgo (Rússia) e doutora em Antropologia pela Universidade de Rutgers (EUA). Até 2003, foi professora da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique) e em 2019 foi investigadora visitante junto da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris (França). Atualmente, Meneses é investigadora e coordenadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, onde leciona em programas de doutoramento e é co-coordenadora do programa de doutoramento em Pós-colonialismos e Cidadania Global. Coordena com Boaventura de Sousa Santos e Karina Bidaseca o curso internacional de Epistemologias do Sul (CLACSO-CES). Para além das Epistemologias do Sul e dos Estudos Pós-Coloniais Africanos, nas suas frentes de trabalho, Meneses tem uma vasta contribuição nas questões de gênero, raça e classe no contexto africano, particularmente na importância dos saberes e práticas tradicionais e no papel da história oficial, da(s) memória(s) e de outras narrativas de pertença nos processos identitários contemporâneos. Tem vários trabalhos realizados sobre o acesso ao direito e à justiça, entre outros em contextos do Sul global, que resultaram na organização e publicação de vários livros e artigos em diversos países, incluindo Moçambique, Espanha, Portugal, Brasil, Senegal, Estados Unidos, Inglaterra, Argentina, Alemanha, Holanda e Colômbia. Destacam-se, da sua autoria o livro *Os Saberes Feiticeiros em Moçambique: Realidades materiais, experiências espirituais*, publicado pela Almedina (2019), o capítulo *Desafios ambientais a Sul: o Ubuntu como ética de ligação entre a comunidade e a natureza*, no livro "Observatório da vida estudantil: interdisciplinaridade, vida estudantil e diálogo de saberes" organizado por Georgina Gonçalves dos Santos e Sônia Maria Rocha Sampaio, pela Edufba (2020).



Maria Paula Meneses, partilhe conosco a sua trajetória pessoal e acadêmica enquanto mulher africana. Tendo sido professora em Moçambique e, atualmente trabalhando na Universidade de Coimbra, além de ter estudado tanto nos EUA quanto na Rússia, a sua contribuição é imensa na reflexão sobre a produção do conhecimento. Como avalia a atual geopolítica do conhecimento no que concerne à produção e à circulação de ideias?

Eu sou moçambicana, não porque nasci no continente, mas porque os valores que me ligam à região sul-oriental de África foram germinando em mim. Hoje, quando penso o mundo, o meu lugar de referência continua a ser Moçambique, onde nasci, quando o território era ainda uma colônia; no início da década de 1970 houve uma tentativa de mascarar a situação, transformando Moçambique e Angola em 'Estados portugueses de', numa tentativa de evitar as crescentes críticas políticas internacionais ao regime colonial-fascista, que insistia na repressão de forças nacionalistas e no não aceitar do direito à autodeterminação. Enquanto criança na altura, não me apercebi do sentido e do impacto das várias formas de resistência activa e das movimentações políticas contra a violenta relação colonial que dominava o país. O golpe de estado do 25 de abril veio detonar a situação em que se vivia, analisado *a posteriori*, mostra que a situação era insustentável, com a guerra nacionalista a estender-se para Sul (em inícios de 1974) e as críticas internacionais crescentes.

Mas esta é a situação de Moçambique na década de 1970. Apesar de uma das características determinantes do Sul global ser a capacidade de resistência ao colonialismo, importa conhecer a fundo as especificidades do regime colonial português em Moçambique, para compreender os processos políticos que se seguiram. O período de transição não foi fácil, repleto de tensões e contradições. Mas foi durante este processo que, de certa forma, foi tomando corpo o sentido de pertença a um território que

LAJE

v.2 n.2-
p. 24-47
2023

ISSN: 2965-4904

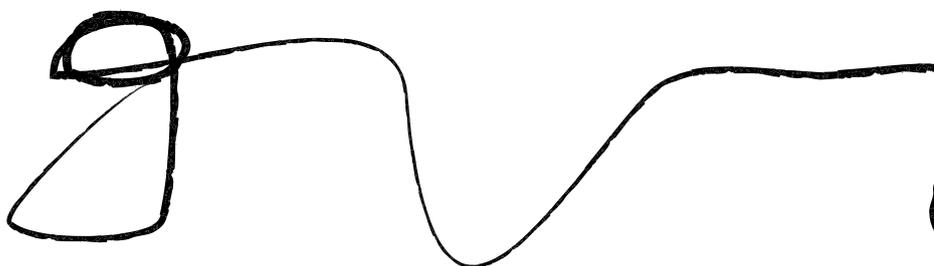
se iria tornar num país independente. Para mim foi um privilégio ter vivido por dentro este período de efervescência e aprendizagem política. Foi um ano muito denso, que nos marcou para a vida.

A opção política da Frente de Libertação de Moçambique (posteriormente transformada no partido político FRELIMO), principal movimento nacionalista, e que vai encabeçar o novo governo independente, foi, em muitos sentidos, radical. Até à independência, em Junho de 1975, o sistema de ensino português privilegiava uma pedagogia de exaltação dos 'espaços do império', ensinando-nos o que era Portugal, do Minho a Timor, com grande enfoque nas referências intelectuais que integravam o 'cânone' europeu. Para dar um exemplo, sabíamos todos os rios de Portugal, Angola, Moçambique, mas pouco ou nada do continente onde vivíamos. No campo da história, dávamos as genealogias dos reis de Portugal. No ano anterior à independência estávamos a estudar a constituição do reino de Portugal. Era difícil fazer sentido da importância destes temas para compreender a realidade vivida em Moçambique. A independência aconteceu quando eu estava a iniciar o ensino secundário; com ela vieram mudanças curriculares e a saída maciça dos professores portugueses. Combinados, esses fatores alteraram profundamente as condições e conteúdos do ensino. Passei a ter muitos professores provenientes da chamada cooperação internacionalista: brasileiros, da Guiné Conakri, ingleses, tanzanianos, chilenos, vietnamitas, etc. E não foi logo que começamos a tratar de Moçambique e do continente africano como o grande enfoque dos projetos de mudança, dos grandes projectos revolucionários. Apesar de haver alterações curriculares, durante vários anos as novas interpretações insistiam, por exemplo, numa leitura histórica que situava as causas dos eventos que aconteciam e afectavam o continente africano em espaços externos, negando, de novo, a capacidade de agência aos sujeitos africanos. Em paralelo, fora das salas de aula, o discurso político dominante salientava a força e a grandeza da revolução moçambicana para o país e para a libertação da África austral, um projeto de transição política que tinha por objetivo a construção de uma nova sociedade a partir do referencial do 'homem novo'. A difusão, a promoção e o desenvolvimento de uma nova cultura política assumiram uma forte centralidade na criação do 'homem novo', a visão do novo sujeito político 'promotor e parte do processo revolucionário em Moçambique. Mas as propostas para esta 'nova sociedade', assentaram num projecto de cidadania onde a possibilidade reflexiva não primava por forte presença.

Como a então única universidade do país ' a Universidade Eduardo Mondlane ' estava a conhecer um processo forte de reestruturação, vários de nós foram enviados

para vários países para fazer as suas licenciaturas. Eu fui parte de um grupo que partiu em 1982 para a então URSS para fazer história. Éramos 15, se não estou em erro. E no ano anterior, no país inteiro, tínhamos terminado o ensino secundário cerca de 300 estudantes. A opção revolucionária socialista da FRELIMO apostava na formação intelectual de novos quadros competentes para reconstruir o país. E a opção, na altura, foi a de apostar na formação sobretudo em países do bloco socialista, porque se assumia terem um sistema de educação mais próximo das exigências vividas no país. Aprendemos e conhecemos colegas de todo o mundo que estudavam para contribuir para o renascer dos seus países e territórios. E conhecemos, pelas suas experiências, muitas lutas que continuavam no mundo, da Palestina à Colômbia e Puerto Rico.

Durante a minha trajetória académica - feita na ex-URSS e nos EUA - tornou-se claro que os projetos educacionais propostos por estes países - então representantes do primeiro e do segundo mundo - compartilhavam vários traços comuns, que nos impediam a nós, africanos, de ingressar na academia por nós próprios, detendo saberes e experiências que não eram meras informações ou dados, mas saberes pensados e produzidos a partir de outras perspectivas, que tinham de ser dialogadas com os modelos racionais modernos. Em suma, viajei para o Norte, mas as ideias e conhecimentos que aprendi, em vários momentos, permaneceram reféns das perspectivas coloniais. Em ambos os contextos, juntamente com colegas africanos, vivemos vários episódios de injustiça cognitiva. Por exemplo, a versão imperial do tempo linear que insiste em nos representar insistentemente, sujeitos do Sul, como subdesenvolvidos, uma palavra sofisticada para imaturos, vivendo em territórios onde conceitos como revolução, justiça social e cognitiva, supostamente não se aplicam. É nestes contextos que vemos a dificuldade enorme em ultrapassar as linhas abissais que dominam ainda nos nossos ambientes académicos. É importante aprofundar e alargar estas mudanças epistemológicas para recuperar a ideia de que existem alternativas para as várias crises e vazios que enfrentamos, incluindo a crise da pandemia COVID-19, e é importante reconhecer os portadores de potenciais conhecimentos 'outros' para manter vivo o mundo ao qual pertencemos, todas e todos.



Como foi o processo que a levou, junto com o Professor Boaventura de Sousa Santos no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, à conceituação das Epistemologias do Sul? As Epistemologias do Sul são geralmente diretamente associadas a Boaventura de Sousa Santos, enquanto a Maria Paula Meneses é comparativamente menos conhecida. Porque é que ocorre esta falta de reconhecimento à sua pessoa como co-autora?

Eu conheci primeiro a obra do Boaventura. Quando o conheci pessoalmente, em 1996, estava eu a terminar o meu doutoramento e ele a co-dirigir, juntamente com outros colegas moçambicanos, um projeto sobre a justiça em Moçambique. Os nossos caminhos cruzaram-se nessa altura e temos, desde então, trabalhado em conjunto em vários projetos de investigação, de formação 'política', publicação, etc. mantemos um diálogo muito intenso que me tem estimulado muito, como antes aconteceu com outros colegas. O Professor Aquino de Bragança foi também uma pessoa que me influenciou muito. Eu era muito jovem quando o conheci e o tive como professor, antes de partir para a então URSS para fazer a minha licenciatura; nunca tive a distância suficiente para ter uma proximidade intelectual com Aquino de Bragança, como hoje tenho com o Professor Boaventura. Essas cumplicidades, como foi a colaboração na preparação da obra que refere, é sinal do aprofundar de um conhecimento e confiança mútuos. Falar com o Sul a partir do Sul é um programa epistémico e político abraçado há muito pelo Boaventura e que converge com muitos dos desafios que tenho procurado enfrentar na minha vida. Eu tenho focado mais a minha análise a partir da minha vivência e experiência moçambicana e africana; o Boaventura está muito sensível a vários contextos do mundo, onde tem trabalhado, e tem esta capacidade que invejo de conseguir aplicar, com ele próprio, a ecologia dos saberes como ponte para desafiar a injustiça cognitiva que marca o nosso mundo. A aplicação da tradução intercultural e política 'essenciais às Epistemologias do Sul' tem sido um vetor muito importante da sua análise dos fenómenos contemporâneos. O Boaventura no Brasil 'sente', ou seja, vive no corpo o pulsar das lutas e é capaz de o traduzir de uma forma muito sofisticada e simultaneamente inteligível a um público mais amplo, a partir das vivências do Brasil. O meu espaço de referência e reflexão é distinto, e eu creio que tenho reconhecimento, juntamente com vários outros colegas, nestes territórios epistémicos.



Quais são, para você, as semelhanças, as diferenças, os cruzamentos ou as tangências entre as Epistemologias do Sul e o chamado Giro Decolonial Latino-Americano?

Antes de falar no que separa, importa aprofundar um conceito comum, estruturante: o Sul global. Este é um vastíssimo campo de experiências de luta por um mundo melhor, um mundo respeitador da dignidade e da humanidade na sua diversidade, com múltiplos nomes, expressões de lutas, grupos e movimentos. Um pouco por toda a parte, da Ásia à Europa, das Américas a África, da Austrália às Caraíbas, uma massa heterogênea de grupos subalternos - camponeses e trabalhadores sem terra, desempregados, mulheres, povos indígenas, trabalhadores do chamado sector informal, moradores das periferias e de rua, grupos ambientalistas, LGBTI+, jovens marginalizados, para referir apenas alguns, organizam-se em associações e movimentos sociais para desafiar a exclusão abissal a que o sistema capitalista, colonial e patriarcal os tem vindo a sujeitar. Todavia, apesar dos seus contributos ao conhecimento-mundo, este Sul tão diverso raramente é visto como uma fonte de teorização ou de conhecimentos que contribuam para resolver problemas de âmbito global.

Conhecer o mundo a partir da sua diversidade é o grande desafio que as Epistemologias do Sul nos colocam, potenciando o fortalecimento do interconhecimento tendencialmente horizontal e o fortalecimento das lutas sociais contra a dominação. Nesse sentido, o Sul global, que é a noção central das Epistemologias do Sul, espelha uma constelação de aspirações políticas, ontológicas e epistemológicas, cujos saberes são validados pelo sucesso das lutas. Estas lutas, parte de um todo vibrante de luta pela descolonização, tem várias expressões, geradoras de diálogos que reforçam a solidariedade e o interconhecimento. Incluo aqui, entre outros, os estudos do Giro Decolonial, os *Subaltern Studies*, as reivindicações epistemológicas das *First Nations*, as lutas pela descolonização no contexto africanos (ex. os intelectuais não eurófonos), a especificidade da criouliização, etc.

Acontece que a maioria dos trabalhos académicos sobre a descolonização têm-se concentrado nas consequências do moderno colonialismo ultramarino europeu sobre as expressões sociais, políticas e culturais contemporâneas. Porém, como as especificidades de cada contexto colonial tiveram traços específicos, as opções pela descolonização também apresentam especificidades que urge conhecer. Tomar a parte pelo todo é uma 'armadilha' gerada pelo pensamento moderno. Eu não vejo as Epistemologias do Sul como 'um grupo', mas como uma proposta 'chapéu de chuva' para pensar o mundo para além das representações (re)produzidas pela modernidade de matriz eurocêntrica.

Ao assumirmos que a diversidade epistémica do mundo é potencialmente infinita, um dos principais desafios que se nos coloca é o de reconhecer os contributos reflexivos do Sul ao conhecimento-mundo. As Epistemologias do Sul referem-se a um conjunto diverso de intervenções epistemológicas e políticas, em vários contextos do mundo. Une-as um traço comum: a valorização dos saberes nascidos das experiências e das lutas sociais conduzidas por grupos sociais oprimidos, saberes que desafiam e resistem ao capitalismo, colonialismo e patriarcado - os três principais modos de dominação eurocêntrica moderna. Este sentido Sul sublinha a complexidade ontológica, epistémica e política, sendo uma expressão metafórica dos 'danados da terra', na expressão de Franz Fanon, uma expressão originalmente presente na Internacional. O Sul é, ele próprio, como localização geopolítica, um produto da relação colonial-capitalista e patriarcal e, por isso, a aprendizagem com o Sul exige igualmente a desfamiliarização em relação ao Sul imperial, o Sul que reproduz a relação colonial-capitalista. Esta desfamiliarização passa, necessariamente, por um longo processo de descolonização. O pressuposto básico da descolonização é que não existe uma entidade única chamada história, pois que narrativa nenhuma é capaz, por si só, de explicar o passado. Não nos devemos esquecer, como as histórias do Sul são exemplo, que somos herdeiras de um passado denso e emaranhado de múltiplas histórias e interligadas, aquilo que os colegas das Caraíbas se referem numa expressão poética, a um entrançar de histórias. Em suma, seja o Giro Decolonial, os Estudos Pós-Coloniais ou as Epistemologias do Sul, são correntes de pensamento crítico engajado que abordam o impacto do moderno colonialismo nas formas sociais, políticas e culturais contemporâneas de pensar e agir. Comum a estas correntes é o resgate da humanidade, a denúncia da violência associada à expropriação da riqueza cultural e natural, a destruição, o silenciamento, a negação e a desfiguração de culturas e formas de saber não-europeias. Quanto às diferenças, estas expressam em larga medida o contexto temporal e geográfico em que surgiram.

No texto '¡Que tal raza!', o autor peruano Aníbal Quijano define a raça como o instrumento de dominação mais eficaz inventado nos últimos 500 anos. Para si, qual é a importância do termo 'colonialidade do poder'? Qual é a importância das abordagens do Giro Decolonial e das Epistemologias do Sul no contexto atual de pandemia de COVID-19 em que assistimos ao aumento de violências xenófobas, sexistas e capitalistas resultantes do crescimento de uma direita ultraconservadora e nacionalista, não só na América Latina e no Caribe, como também na Europa e nos Estados Unidos?



Como estrutura conceptual geradora de políticas de violência, o colonialismo tem, necessariamente, várias leituras, dependendo das relações de poder que justificam esta intervenção. Central à missão colonial é a conquista não apenas de bens e de terras, mas também das culturas e mentes dos seus habitantes. As práticas coloniais procuraram destruir a própria compreensão do Eu, da história e da epistemologia dos colonizados, ao impor conceitos e categorias exógenas que garantiam a representação e direção geopolítica eurocêntrica sobre os 'novos' territórios e sujeitos colonizados. A incapacidade de 'ler' o contexto africano, na sua diversidade, como parte de uma história do mundo, para além da macro-narrativa histórica que molda o pensamento histórico eurocêntrico contemporâneo, é exemplo da latência de um pensamento abissal. Este pensamento opera através da criação de linhas abissais, como sublinha Boaventura de Sousa Santos, um sistema de distinções visíveis e invisíveis que dividem o mundo em dois, e onde 'o outro lado da linha', o espaço colonial, desaparece como realidade, transforma-se em não-existente e é, como já referido, ativamente produzido como não-existente. Esta divisão do mundo é geradora de uma forma de pensar que não comporta a possibilidade de co-presença. Neste sentido, o colonialismo deve ser visto como um paradigma, um conjunto de axiomas, conceitos e discursos através dos quais se procura representar o mundo através de uma dada perspectiva 'no caso do colonialismo moderno através de uma perspectiva racional eurocêntrica -, que procura domesticar a diversidade do mundo em função dos seus referenciais científicos, que considera uma forma universal de conhecimento. Esta é uma dimensão fundamental do colonialismo moderno' a incapacidade de ouvir e (re)conhecer o outro como sujeito, com experiências, com saberes, porque situado do outro lado da linha abissal e, por outro lado, a transformação da heterogeneidade do mundo num 'outro' anterior à modernidade: o indígena, o bárbaro, o negro, o tradicional, etc. E há que reconhecer que se a colonização de ocupação efectiva pode ter terminado, este projeto político procede sob várias outras formas, que suscitam outras designações: o neo-colonialismo como definido por Nkrumah, a colonialidade proposta por Quijano, o colonialismo interno de Casanova, Samir Amin, etc.

Nos contextos americanos, que eu conheço apenas superficialmente, a moderna colonização tem traços específicos, um dos quais é a profunda racialização das sociedades, como forma de reprodução permanente de uma fratura abissal que reproduz sub-humanidade. Porque assistimos, de novo, ao 'retorno' do projeto colonial, creio que importa conhecer a fundo as características do moderno projeto colonial. Como tenho defendido, a colonização é a negação da alteridade, uma linha abissal tremendo que não reconhece no/a outro/a um humano como eu. A primeira referência a esta con-

dição de sub-humanidade aparece no discurso de Sukarno, em 1955, na Conferência de Bandung, um momento fundamental de afirmação de outras ontologias e epistemologias. Posteriormente, Fanon desenvolve a ideia da zona de não-ser, ocupada por seres 'inferiores', assim definidos pela violência racial que é parte do projeto colonial. O racismo, que não é uma prática exclusiva da modernidade eurocêntrica, assumiu com a moderna expansão colonial europeia um papel central na classificação hierárquica das populações atingidas por esse processo. Estes seres 'inferiores' vão ser descritos como detendo potencial para serem humanos, se convertidos e domesticados, pela educação e pelo trabalho, às virtudes civilizadoras eurocêntricas. O efeito da brutalidade do encontro colonial, codificado em leis e gravado nas bibliotecas coloniais, perdura para lá do final dos impérios coloniais. Por exemplo, as duas Áfricas. A primeira, que é apresentada como um lugar onde pessoas e culturas vivem e vivenciam as heranças cruzadas de longos processos históricos. No entanto, essas imagens são normalmente ofuscadas por uma representação da África que foi inventada através da relação poder-conhecimento colonial. As universidades, os centros de investigação, os museus, enquanto instituições de ensino, são lugares de vivência da cidadania e do pertencimento. São responsáveis, a meu ver, pela reprodução desta segunda imagem da África, pela representação imperial do continente. Nesse sentido, descolonizar nos contextos africanos, sobretudo a partir dos anos 1950, que se tem vindo a traduzir em pesquisas comprometidas e, paralelamente, no reclamar do afastamento das práticas de pesquisa colonial e dos processos de aprendizagem associados, conhecimentos que transpiram ainda o saber das bibliotecas coloniais, como Valentin-Yves Mudimbe destaca. Não estou a sugerir que precisamos nos livrar desses livros; precisamos sim de alargar a leitura de mundo, ao mesmo tempo que denunciemos as falsas interpretações e as meias-verdades que esses livros transportam em si. Esses livros simbolizam a colonialidade do saber. No séc. XXI, o pensamento abissal persiste, com os corpos africanos e os saberes do Sul a não serem reconhecidos como importantes pelo Norte global, identificados como de valor local ou residual. Porém, eu subscrevo a posição de Archie Mafeje: se o que nós, do Sul, dizemos e fazemos é relevante para a humanidade, a sua relevância internacional está garantida.

A pandemia da COVID-19 veio dar mais visibilidade às linhas abissais e ao não-reconhecimento dos saberes do Sul. Ao mesmo tempo, esta pandemia tem revelado que, tal como no passado com outros vírus, estes se propagam livremente, sem passaporte, ao longo das rotas de comércio e do capital internacional. As infecções virais adquirem significado na sua relação com as diferentes formas de organização social, nas reações que provoca e da maneira como esta doença é um espelho amplificador



dos conflitos culturais, económicos e políticos que marcam o mundo contemporâneo. Na sua diversidade, o continente africano possui uma longa história e experiência de luta contra epidemias, em larga medida fruto do descaso com que as potências coloniais tratavam a população colonizada. E é esta perspectiva colonial, capitalista e patriarcal que continua relutantemente a hesitar em explorar as experiências e os conhecimentos acumulados sobre saúde para responder à pandemia COVID-19. As relações económicas que nos governam operam assentes na exploração de uma força de trabalho genderizada, racializada, em vários contextos do mundo. Esta reprodução de sub-humanos, sem proteção da sua saúde e bem-estar por parte dos estados, faz com que sejam as mulheres quem tem estado na vanguarda do cuidado e do combate à COVID-19, expostas ao risco de contrair o vírus.

Apesar de vários centros de investigação do continente terem contribuído para descodificar o genoma do SARS-Cov-2, a discrepância entre os vacinados é enorme: a maioria das vacinas continuam a estar acessíveis, sobretudo, aos países do Norte global. Até inícios de junho, e apesar do continente africano corresponder a 17% da população do globo, apenas tinha recebido 1,7% das vacinas produzidas e distribuídas no mundo; a América do Sul, com 8% da população recebeu 6% das vacinas. Em países como o Brasil, Índia, África do Sul e Moçambique o vírus continua a propagar-se fora de controle. Segundo a Vaccine Alliance, os países ricos terão comprado 1.5 mil milhões de doses de vacinas em excesso. Esta linha abissal espelha o que Claude Ake criticamente designou as 'ciências como imperialismo', sublinhando o desafio de vários académicos e políticos africanos da necessidade absoluta de descolonizar as mentes, as formas de sentir e pensar o mundo, para além do pensamento abissal. A proposta de Amílcar Cabral ' pensar a partir da realidade da nossa terra e com os pés bem assentes no chão - significa ser extremamente criativo e experimentar, para continuar a respirar e a viver.

Embora nem todo o conhecimento seja válido, a grande questão aqui é a contínua imposição da lógica da geopolítica do poder e do conhecimento do Norte Global, que continua a ser visto como o 'universo' absoluto de produção de ciência segura. A questão que este exemplo revela é que os esforços e iniciativas para lidar com a COVID-19 permaneceram reféns da moderna estrutura capitalista-colonial-patriarcal da economia do conhecimento, onde a criatividade de intelectuais e cientistas do Sul continua a ser marginalizada, silenciada e exposta ao que Maldonado-Torres caracteriza de imposição racista / céptica / misantrópico / maniqueísta / imperial, a que Achille Mbembe vem designando de necropolítica. Este termo caracteriza as

relações de poder associadas ao capitalismo, colonialismo e racismo nas sociedades contemporâneas que legitimiza as políticas de morte, ou seja, o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer (ex. quem é vacinado ou não; quem tem acesso a oxigênio nos hospitais, etc.).

Mas esta pandemia oferece uma oportunidade para África, em particular, e para o Sul Global, em geral, mudarem a geopolítica do conhecimento usando o conhecimento endógeno africano e as Epistemologias do Sul. O Brasil apoiou Moçambique a construir uma fábrica de medicamentos. Neste momento, o Ruanda está a negociar com vários países para que partilhem com ele a pesquisa que sustenta os programas de desenvolvimento de vacinas. A transferência de conhecimento técnico de fabricantes de vacinas do Norte global para centros regionais ou, diretamente, para fabricantes no Sul global, será um factor determinante para ultrapassar esta linha abissal. E a isenção dos direitos de propriedade intelectual, uma exigência crescente dos países do Sul, e que está a ter ecos no Norte, permitirá que outros produtores participem na produção de mais doses da vacina. Respirar, viver, é um direito fundamental à existência, não apenas de cada membro da espécie humana, mas de todos os seres vivos. Trata-se de um direito originário de habitação da Terra, um direito próprio da comunidade universal dos habitantes da Terra, humanos e não-humanos. Enquanto não o compreendermos como tal, estaremos reféns das epistemologias do Norte, lutando pelo direito a respirar.

No artigo intitulado 'Moçambique: entre a narrativa histórica oficial e as memórias plurais' você argumenta que a fratura resultante da diferença abissal colonial, 'esconde em si outras fraturas, resultantes da persistência das relações e interpretações coloniais'. Estamos diante de uma visão hegemônica de mundo, que não reconhece e rejeita outras cosmovisões. Em termos de produção de conhecimento e saberes, gostaríamos que você elaborasse sobre a linha epistêmica que separa, hierarquiza e estrutura os saberes do Sul e do Norte Global. Neste sentido, quais são os impactos reais na produção do espaço em geral e no processo de urbanização, em particular, no continente africano e nos territórios da diáspora?

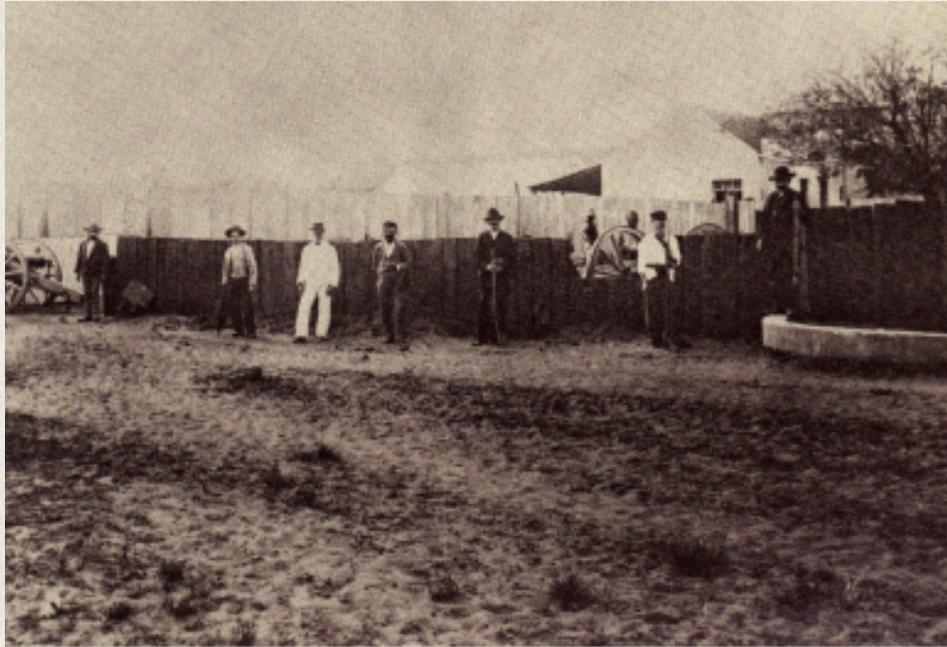
Como já destaquei acima, um dos principais impactos da moderna colonização passou pela imposição de uma forma externa de se ser 'a matriz eurocêntrica' e de se viver no espaço urbano. O silenciamento sobre as alterações que marcaram o contexto urbano moçambicano revelam muito do pensamento do Norte sobre o Sul. Por exemplo, a 'reocupação' do espaço urbano através da re-nomeação das ruas e avenidas, assim como pela remoção da estatuária colonial. Em Moçambique este processo de remoção das estátuas começou ainda durante o governo de transição,



aplicando a exigência do direito à auto-definição da história dos territórios. Mas esta narrativa continua silenciada e esquecida dos movimentos que lutam, sobretudo nos últimos anos, pela descolonização dos territórios e das histórias da colonização a Norte. A exigência da remoção de monumentos, e a reclamação por alterações na toponímia, que têm marcado, nos últimos anos, a pauta reivindicativa de movimentos como #RhodesMustFall ou #BlackLivesMatter, ilustram a dor e a ira face a uma ainda forte presença pública da herança colonial. Estes protestos, ao questionar as narrativas gravadas no espaço urbano, dão continuidade a um processo de descolonização, iniciado com o fim da II Guerra Mundial, na Ásia e em África. No centro destas lutas pela descolonização estão temas como as desigualdades raciais, injustiças cognitivas, alternativas aos regimes coloniais-capitalistas, etc. Mas se o derrubar dos símbolos de um passado colonial aconteceram relativamente cedo, a descolonização mental e o fim da macro-narrativa histórica que consagra a centralidade do projeto civilizador eurocêntrico e o 'fim da história' permanecem por concretizar. Este é o desafio que se coloca, quer a países que se tornaram independentes, quer em muitos países que, enquanto antigas ou ainda potências coloniais, recusam abrir a história e questioná-la, também, a partir das narrativas dos oprimidos e violentados pela agressão colonial. Neste sentido, a leitura das transições políticas em Moçambique deve ser lida como um processo dinâmico que passa, também, pela libertação do poder de contar a própria história, a partir das experiências e referências das múltiplas lutas que compõem o país. E, que esta história crítica tenha eco, e ajude a alavancar outras lutas semelhantes, noutros contextos do Sul global.

A criação, pelas políticas coloniais, da alteridade africana como um espaço vazio, povoado de corpos sem história, materializou-se na ocupação do território desde o início do século XX. Esta ocupação foi acompanhada de perto pela renomeação de territórios, e pela ocupação do espaço público com estátuas e monumentos que celebravam feitos e heróis metropolitanos. Associada à re-nomeação, um momento-chave da criação de um sentido de ordem que respondesse aos cânones modernos metropolitanos, aconteceu a apropriação física e epistémica do território. É este processo que dá origem, nas colónias de povoamento, de que são exemplo Moçambique, Angola ou o Brasil, às pequenas uropas, como lhes chamou Edward Said. Trata-se da exportação de referências de ocupação territorial, pela sua 'multiplicação no espaço', que deram origem a um grupo bastante diverso de pequenas europas espalhadas pela Ásia, África e Américas, servindo sobretudo a população colona. O espaço urbano colonial, a partir do início do séc. XX, vai delinear na cidade onde eu nasci ' Lourenço

Figura 1:
Vila de L. Marques (atual cidade de Maputo), 1894, onde é hoje a Av. 25 de Setembro; barricada para defesa das forças de Ngungunyane, rei de Gaza.



Marques (atual Maputo) - uma linha abissal que durante muito anos tinha o nome da estrada de circunvalação: de um lado vivia a população de origem colona; do outro lado a população africana. E não há como recuperar os elementos que constituíam a capital do Estado de Gaza, destruída pelas forças portuguesas, uma destruição desnecessária, mas intencional, para submeter a sua população ao regime político colonial, tal como aconteceu noutros contextos africanos (ex. reino do Benim).

Lourenço Marques, uma cidade colonial, esteve marcada desde o início pela segregação racial e económica, pela apropriação de territórios africanos. Com a construção de instituições para a população colona que chegava 'hospital, tribunal, correios, etc.' o espaço foi sendo estruturalmente planeado de forma semelhante ao do território metropolitano, emergindo Lourenço Marques como uma 'pequena europa', marca de Moçambique, como colónia de povoamento. Em paralelo, as populações colonizadas iam sendo relegadas para as periferias da cidade, para os subúrbios insalubres, ou para o 'espaço rural', referência essencial da sua presença. A dicotomia cidade de cimento / cidade de caniço vai dando corpo à exclusão social do espaço traduzida em regulamentos que apoiavam a segregação urbana. Como expresso num documento do início do séc. XX, 'o que se pretende é mandar viver para fora da cidade os indígenas e



os asiáticos que aqui habitam'. Os primeiros projetos de ampliação de Lourenço Marques, no final do séc. XIX, sugerem já o confinamento da população africana, indígena (e também a de origem asiática), a áreas pré-definidas, dando origem aos 'subúrbios indígenas', marca da segregação racial e exclusão social que marcaram a moderna cidade colonial em crescimento. Textos da altura dão conta da desconsideração relativamente à construção de infraestruturas para a população negra; o espaço 'africano' operava como contraponto à cidade de cimento, autonomizando-se como uma outra cidade' os subúrbios ou a 'cidade de caniço', nome dado pelo tipo dominante de material utilizado na construção das habitações, em oposição ao utilizado na 'cidade de cimento'. Esta realidade dual e hierarquizada vivida em Lourenço Marques espelha o aprofundar das linhas abissais que cruzavam a cidade.

Isto explica porque um dos objetivos do projeto de libertação passou pela nacionalização da terra e da habitação, logo nos primeiros anos da independência. As habitações das cidades estão hoje na posse dos moçambicanos/as, fruto da luta pelo direito à habitação. Porém, se durante o período revolucionário o grande desafio era mudar a natureza das relações coloniais-capitalistas e patriarcais herdadas, a partir de finais da década de 1980 o enfoque passou a ser na mudança da cor do poder, com a criação de uma classe média moçambicana, que hoje ocupa as zonas 'mais nobres' da cidade, recriando fraturas abissais, em termos de acesso a água, infraestruturas, etc. em relação às camadas populares. E esta realidade não é exclusiva de Moçambique; encontramos-la em várias cidades africanas que emergiram na época colonial (ex: Johannesburg, Nairobi, Harare, Luanda, etc.). Os processos de desestruturação económica que têm marcado estes países nas últimas décadas têm gerado um afluxo imenso de população rural ao espaço urbano. O crescimento rápido dos bairros periféricos e populares, que continuam a ser as zonas de não-ser, reproduz, nos nossos dias, a pesada herança da linha abissal, que marca a exclusão abissal nos contextos do Sul.

Os escritos decoloniais fazem uma leitura da modernidade/colonialidade muitíssimo centrada no colonialismo e no imperialismo de Espanha nas Américas, quase sempre deixando de lado as especificidades do colonialismo português. Você crê que a idéia de epistemologias do Sul possa ser mais abrangente que a de decolonialidade, por epistemologicamente se dedicar aos diferentes 'suis' de todo o planeta? Não seria importante, também, incorporar na ideia de colonialidade a ação de um imperialismo luso-tropical fascista, isto é, aquele da presença portuguesa na África, na Ásia e na Oceania?



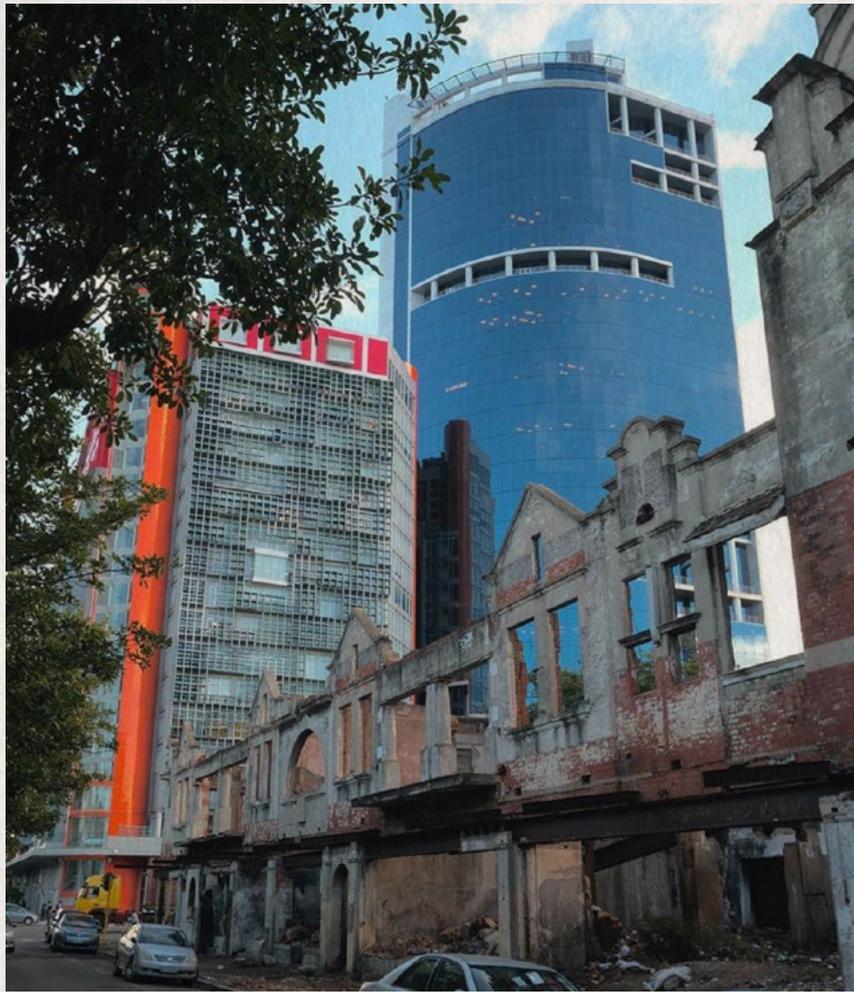
Como já respondi acima, os contextos de intervenção colonial, e os tempos em que se desenvolvem, são geradores de experiências específicas que estão na origem de experiências de luta contra o colonialismo com traços próprios, que importa conhecer e aprofundar. Foi este o objectivo da Conferência de Bandung, espírito este que urge resgatar e aprofundar. De entre os passos a dar importa, a meu ver, conhecer estas histórias menos conhecidas e mesmo silenciadas e distorcidas, democratizando a história. Para conseguirmos começar um diálogo, entre estas experiências, temos de as conhecer, como foram vividas, experimentadas, e são lembradas pelas pessoas, comunidades, grupos. Só desta forma conseguiremos tornar estas histórias esquecidas e silenciadas em histórias do presente. Como destaca James Baldwin, a história não é o passado. É o presente, pois carregamos a história connosco, nos nossos corpos. De histórias supostamente separadas, devemos procurar as traduções e as ligações entre estas trajectórias, detectando encontros, sugerindo outros arquivos esquecidos. Por exemplo, a história de uma comida urbana ' os acarajés – revelam como os saberes e sabores tem a sua origem na longínqua Goa, de onde aportaram a Moçambique, onde são, hoje, também um prato importante das camadas populares, as badjias, passando depois para a costa ocidental do continente, antes de chegar à Bahia, na costa brasileira. No caminho a receita alterou-se, transformou-se, reinventou-se. E aquilo que comemos hoje é um bolinho fofo alterado, recomposto, único em cada uma das várias variantes.

Esta proposta leva-me a perguntar até que ponto é possível dialogar interculturalmente entre o *ubuntu*, as ideias gandhianas de *swadeshi* e *swaraj* (auto-suficiência, autonomia, autodeterminação) e as concepções indígenas americanas de *sumak kawsay*, como Boaventura de Sousa Santos nos interpela. Aqui a ecologia de saberes, a partir da tradução intercultural, é um instrumento vital que, tendo como premissa o reconhecimento da diferença, promove consensos suficientemente sólidos para permitir a partilha de lutas, de reconhecimentos. Ampliar as possibilidades de traducibilidade é um desafio fundamental para ampliar a frente de luta pela vida no nosso planeta.

Estes são alguns dos desafios ao aprofundar o nosso conhecimento sobre Moçambique, identificando, com os e as moçambicanos e moçambicanas, soluções para os problemas que nos marcam na nossa caminhada pelo aprofundar do reconhecimento do ser-se. Como sublinha Achille Mbembe, todos e todas somos parte do mundo, um mundo feito de mil partes, de múltiplos saberes. Contribuir para o interconhecimento é fundamental para democratizar a democracia.



Figura 2:
2018, Ruínas do
prédio Pott, e
instalações do Banco
de Moçambique (Av.
25 de setembro e
Av. Samora Machel).



A literatura decolonial também dedica muita atenção a conflitos étnico-raciais ligados a questões indígenas em países hispanófonos do subcontinente latino-americano' sobretudo nos Andes. Não nos parece ocorrer a mesma atenção em relação aos muitos problemas enfrentados por grupos afro-latino-americanos. Para você, quais são os papéis do Brasil e de Portugal na superação desse silêncio? É epistemologicamente viável a integração entre a América Latina, o Caribe e a África? E quanto à Ásia? É possível promover o diálogo entre o giro decolonial e os estudos africanistas ou afrodiaspóricos, por exemplo?

Eu conheço pouco da Ásia e das Américas para poder falar de integração. E uma língua, no contexto africano, não é suficiente para gerar integrações. Nenhum país

africano possui uma população monolíngue. Cada um destes territórios é atravessado por grupos etno-linguísticos vários, muitos deles remanescentes de estruturas políticas (estados) pré-coloniais, que não coincidem com as modernas fronteiras. Em termos de imposição colonial, quatro macro-grupos ocuparam 'imperialmente' o continente, deixando de herança outras línguas de contacto: é o caso do inglês, do português, do francês e do árabe (o alemão e o espanhol não deixaram tanto rasto). Durante o moderno colonialismo, as línguas coloniais continuaram a ser usadas, seja como mecanismo de reforço cultural, seja de resistência. Ainda hoje, as línguas herdadas do tempo colonial (sobretudo após 1960), são línguas nacionais, mas faladas por parte da população, e não por toda. Normalmente estas línguas são descritas como línguas oficiais, usadas, em muitos casos, pelas instituições oficiais. Já as outras línguas são usadas no quotidiano pelas pessoas, e são por isso designadas de línguas nacionais. Das cinco antigas colónias portuguesas em África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), duas usam no quotidiano uma língua crioula, e não o português. Por outro lado, pela força dos contactos comerciais e familiares, as línguas vão-se estendendo a outros territórios. De forma rápida, o mapa linguístico não coincide com o mapa político. E sequer se pode falar de uma 'África lusófona', quando largas franjas da população de Moçambique ainda não possuem o português como língua materna. É por isso que a educação primária em Moçambique é, em larga medida, feita através do recurso ao ensino bilingue.

O que esta questão me suscita, de forma breve, é que precisamos de nos conhecer melhor a partir das nossas condições e características locais e das relações antigas e das novas que se estão a constituir. Moçambique é parte, historicamente falando, do Índico, um espaço grande de interações económicas, políticas, religiosas e culturais. Por outro lado, integra a região austral do continente, o que explica que parte importante da sua diáspora esteja espalhada pela África do Sul, Tanzânia, Zimbábwe, etc. Se não conhecermos estas especificidades, podemos estar a reproduzir estereótipos geradores de desigualdades e mal-entendidos. Os Estudos Pós-Coloniais Africanos, desde os tempos das independências, têm procurado recuperar a história, a filosofia, a literatura, a expressão artística, etc., como forma de reclamar as raízes, ao mesmo tempo que dialogam com as novas ligações que se vão fazendo. Esta busca das raízes passa pelo reclamar das línguas maternas, dos contributos ao conhecimento-mundo, das instituições pré-coloniais. No contexto africano a intervenção colonial procurou, por exemplo, aniquilar a presença de histórias do político existente. Ou seja, hoje, quando se fala hoje do estado, estamos a falar, de facto, em muitos casos, de instituições que se herdaram do projeto colonial, e que devem ser equacionadas como parte dessa





herança e identificada a sua valência. Há várias instituições que se endogeneizaram, outras não. E outras institucionalidades anteriores, do período pré-colonial, continuam a operar, o que torna estes países um interessante mosaico político.

No Brasil, assim como em todos os países que sofreram processos violentos de colonização, o período pós-independência caracteriza-se por narrativas históricas revolucionárias, buscando construir significações que constituíssem e impulsionassem o futuro enquanto nações livres. No entanto, a maior parte dessas narrativas perderam força e desconsideram hoje o seu passado histórico e a sua rica diversidade cultural e lingüística pré-colonial, invisibilizando e reprimindo, através do discurso oficial, práticas sociais, espaciais, simbólicas e culturais que resistem até hoje, não só nos países Africanos, mas também na diáspora ' musicalidades, corporalidades, artes, sabores, paisagens, aldeias, bairros, arquiteturas. Como reivindicar a liberdade, a africanidade, a pluriversalidade desses territórios face à crescente violência policial, racismo estrutural, austeridade econômica, feminicídio e crise ambiental? Será esse um caminho de insurgência pacífica ou de guerrilha - nas ruas das nossas cidades, nos nossos campos e florestas - para uma transição pós-abissal?

Eu não conheço o suficiente do percurso político da América Latina para me pronunciar sobre o que virá por aí. Mas, um pouco por todo o lado, estamos a assistir a explosões políticas frutos do aprofundamento das desigualdades que o mundo contemporâneo gerou. É disso exemplo, o violento conflito que marca o Norte de Moçambique, desde 2019, tendo gerado mais de 5000 mortos. Combinando vários matizes políticos e religiosos, este conflito está na base de largos milhares de deslocados que fugiram das suas casas. Na vizinha África do Sul, mais de 10 dias de violência foram despoletados pela prisão do antigo presidente Jacob Zuma. Esta explosão de violência nas principais cidades do país, paralisaram a economia e o funcionamento dos serviços básicos. Para muitos analistas, esta onda de violência tem sido interpretada como uma expressão de raiva e frustração das pessoas que vivem na pobreza, situação que se agravou imenso na África do Sul pelo impacto da COVID-19. Não podemos esquecer que o Banco Mundial classificou a África do Sul, em 2019, como o país mais desigual do mundo, desigualdades que marcam quer o acesso à terra (para agricultura e habitação), quer em termos de oportunidades económicas. Num artigo recente, Boaventura Monjane caracterizou o contexto dramático vivido pela maioria dos sul-africanos: 63% dos jovens até aos 24 anos de idade estão desempregados na África do Sul, o que é parte da estratégia de desenvolvimento capitalista sul-africana. No caso da África do Sul, a exclusão da mão-de-obra local foi sempre combinada com a



Figura 3:
Desenrascando
a vida.

superexploração da mão-de-obra imigrante, principalmente em setores da mineração e da agricultura. Isto é, em parte, a razão para os sucessivos ataques xenófobos violentos contra trabalhadores e trabalhadoras imigrantes pobres, sobretudo dos países africanos circunvizinhos, incluindo Moçambique, Botswana e Zimbábwe. As taxas de desemprego não são muito mais baixas em Moçambique. Porém, aqui, ainda é relativamente fácil o acesso à terra para produção alimentar por parte da juventude, na sua maioria rural. Já no contexto sul-africano, a atual estrutura agrária segue o modelo dos tempos do apartheid, por terem fracassado várias tentativas de reforma agrária, principalmente, porque estiveram sempre baseadas numa perspectiva orientada para o mercado. Hoje, quase três décadas passadas desde o fim do regime do apartheid, cerca de 70% das terras agrícolas produtivas na África do Sul estão nas mãos de poucos milhares de famílias, na sua esmagadora maioria, brancas. A vasta maioria da população não tem terra, nem para produção, nem para habitação. Muito pouca gente sabe que 30 milhões de pessoas comem irregularmente e 14 milhões vão para a cama com fome, todas as noites, na África do Sul. Apesar disso, a África do Sul protesta e revolta-se, mas mantém o sentido de ser-se sul-africano. Estamos perante importantes grupos



sociais da população sul-africana que têm vindo a sofrer a exclusão económica abissal, enquanto as lideranças governamentais do ANC se 'refastelam' do outro lado, na sua maioria insensíveis às agruras dos que nada têm a perder.

No contexto africano, do que eu conheço, a explosão criativa, seja a nível da literatura, da pintura, da música, conhece um grande crescimento. Basta ver que a música que animou parte de 2021 'Jerusalema' - é uma música sul-africana de Master KG e Nomcebo Zikode, cujos passos de dança foram desenhados em Angola e que foi promovida nos EUA por um músico nigeriano, creio. E muitas músicas, festivais, etc., vão denunciando as crises que atravessam os nossos países, cantando, desenhando e teatralizando alertas sobre os riscos que pesam sobre nós. No conjunto, tal como há 60 anos atrás, ensinam-nos a ser mais humanos, a pensar quem somos e para onde vamos, 'africanizando' o mundo. O memorial ao trompetista Hugh Masekela em Joanesburgo, projetado pelo arquiteto britânico-ganês David Adjaye, é disso exemplo. Importa também conhecer a obra de Yinka Shonibare, um britânico-nigeriano, cujas instalações exploram a identidade cultural, o colonialismo e o pós-colonialismo no contexto contemporâneo. As escolas em vários contextos africanos do atelier de Diébédo Francis Kéré, um arquitecto burkinabe, revelam o uso inovador de recursos locais e de métodos de design participativo na construção de edifícios sustentáveis. Paula Nascimento, uma arquitecta e curadora angolana, esteve na origem do projeto do pavilhão nacional angolano 'Luanda, Cidade Enciclopédica', baseado em fotografias do artista Edson Chagas 'que venceu o Leão de Ouro na Bienal de Veneza de 2013. Finalmente, o memorial aos mortos de Mbuzini ' local onde, na então África do Sul do apartheid, se despenhou um avião moçambicano onde viajava uma delegação importante, encabeçada pelo presidente Samora Machel. O monumento, construído no local do acidente, foi desenhado pelo arquitecto moçambicano José Forjaz. No centro do monumento, que incorpora alguns dos destroços do avião, estão 35 tubos de aço especial, representando as 35 vítimas de Mbuzini. Os tubos estão colocados de tal forma que, quando o vento sopra, emitem sons com várias tonalidades, como se o próprio monumento estivesse lamentando os seus mortos. Precisamos, sem dúvida, de aprofundar os momentos de tradução intercultural e interpolítica, para reforçar o nosso (re)conhecimento mútuo, re-existindo pelos nossos saberes e experiências, condição para ultrapassar a injustiça cognitiva que marca muitas das nossas realidades.

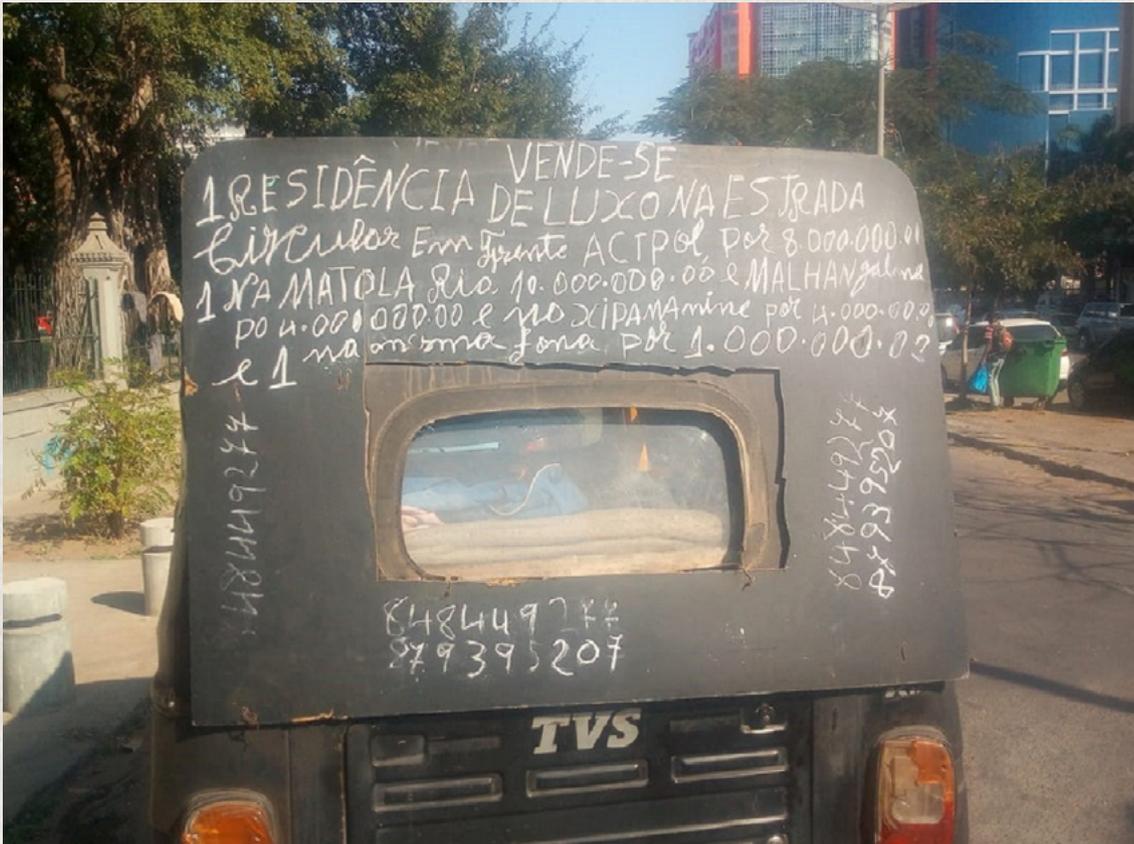
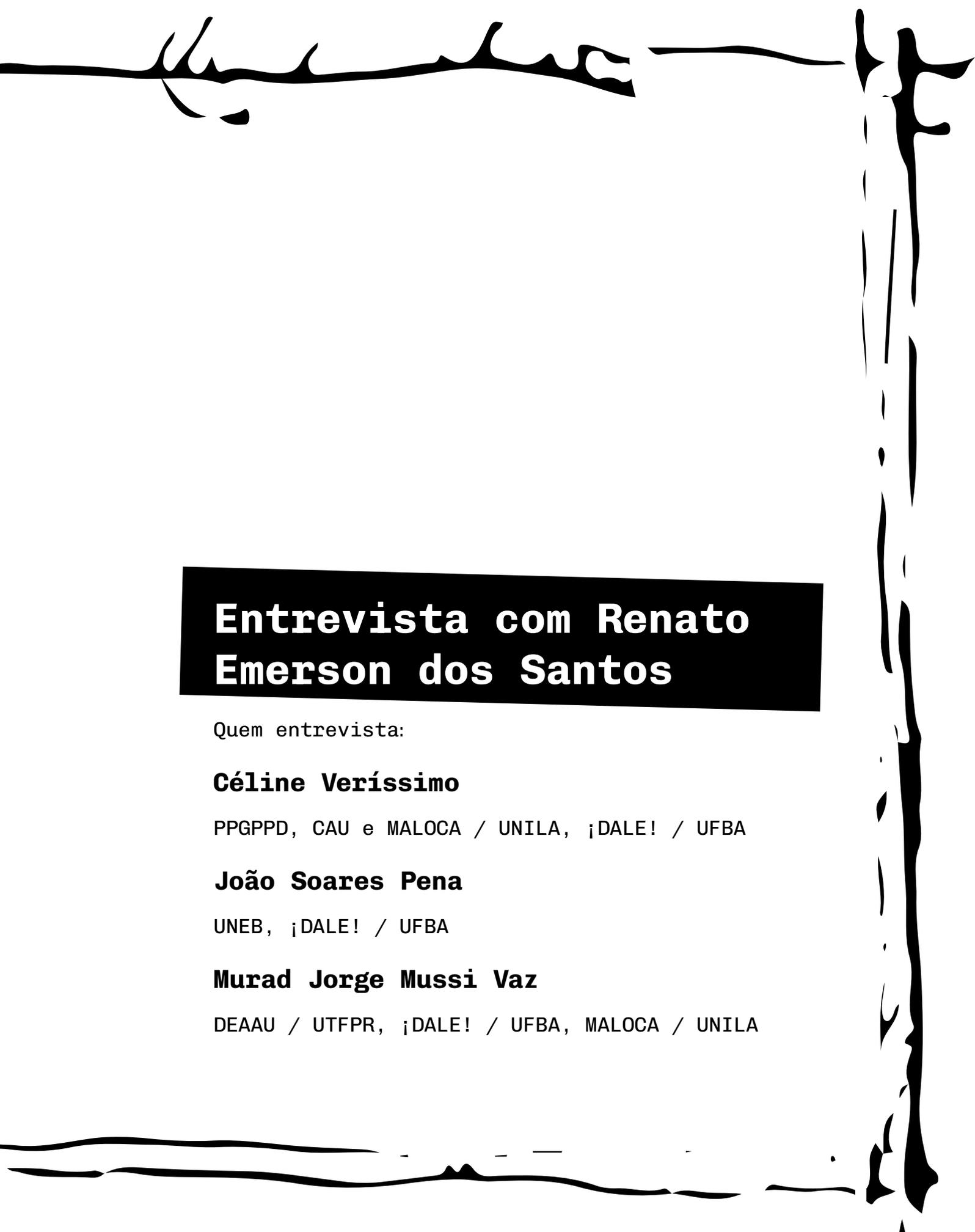


Figura 4: Av. 25 de setembro e Av. Samora Machel, Txoplea.



**Por uma
geografia de(s)colonial¹**



Entrevista com Renato Emerson dos Santos

Quem entrevista:

Céline Veríssimo

PPGPPD, CAU e MALOCA / UNILA, ¡DALE! / UFBA

João Soares Pena

UNEB, ¡DALE! / UFBA

Murad Jorge Mussi Vaz

DEAAU / UTFPR, ¡DALE! / UFBA, MALOCA / UNILA



RENATO EMERSON DOS SANTOS

Renato Emerson dos Santos é geógrafo, mestre em planejamento urbano e regional e doutor em geografia, com extenso trabalho sobre as questões étnico-raciais no âmbito da Geografia. Ele começou sua carreira como professor do Pré-Vestibular para Negros e Carentes na Rocinha e na Tijuca, no Rio de Janeiro. Entre 2000 e 2018 foi professor da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde também integrou o corpo docente do Mestrado em Geografia. Desde 2018 é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais (NEGRAM).

Além de sua atuação como professor universitário e pesquisador, Renato Emerson também integrou a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), onde assumiu a presidência entre 2012 e 2014. Em seus artigos e livros, ele tem dado uma contribuição fundamental para a discussão sobre políticas afirmativas, além das relações entre questões urbanas, geografia e racismo. Nesta entrevista, Renato Emerson nos conta sobre sua trajetória na academia, a luta pela inserção da temática racial na Geografia, os avanços com relação às políticas afirmativas e seus impactos no contexto universitário e aponta pistas rumo a uma decolonização da Geografia.



Enquanto geógrafo negro, seu trabalho tem sido referencial para discutir a produção do conhecimento geográfico comprometida com questões de raça e racismo na sociedade brasileira. Como você tem construído sua trajetória acadêmica, a despeito do racismo que estrutura nosso país? Quais são as perspectivas teórico-epistemológicas que orientam seu trabalho?

A minha trajetória é marcada, sem dúvida, pelo compromisso com a luta antirracismo como eixo. Este eixo perpassa diferentes inserções que já tive, por exemplo, na universidade fui docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) de 2000 a 2018 e a partir de 2018 do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), na Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) atuei de 1998 a 2018 nas diretorias da Seção Local Rio de Janeiro e da Executiva Nacional ou no Pré-Vestibular para Negros e Carentes, onde, entre 1996 e 2002, atuei nos núcleos Tijuca e Rocinha como professor de Geografia, de Cultura e Cidadania e coordenador. Nestes espaços sempre exercitei o binômio 'construção-disputa', visando a busca da superação do racismo. Creio que daí essa identificação como um geógrafo 'negro': sempre disputei a inserção da temática racial no ensino de Geografia no Pré-Vestibular e na universidade, tive projetos de pesquisa e de extensão, publicações, orientações, proposição e defesa da temática racial em eventos, enfim, um conjunto de ações sempre buscando pautar, difundir e consolidar a temática. Obviamente, eu me defronto a todo tempo com os mecanismos do racismo à brasileira, como o 'mito da democracia racial', expresso em comportamentos institucionais, pareceres de julgamentos de projetos e bolsas, entre outros. Já recebi um parecer até dizendo ser um absurdo eu falar de racismo contra negros, quando no Brasil quem mais sofre racismo são os mulatos 'classificação já superada nos debates científicos sobre a temática racial

**L
A
J
E**

v.2 n.2
p. 48-85
2023

ISSN: 2965-4904

há décadas, o que diz muito sobre como muitas pessoas na academia lidam com os temas de raça. Enfim, conheci bem as dificuldades de penetração de tal temática nos 'espaços duros' da nossa academia.

Por outro lado, conforme a própria pergunta traz, sou reconhecido como um 'geógrafo' negro. O compromisso com a Geografia é também algo que me pauta e não faço isso de maneira corporativa, mas preocupado em aproveitar ao máximo o que o campo disciplinar pode oferecer à luta antirracismo. Qualquer campo disciplinar, ao constituir uma comunidade epistêmica, envolve idiosincrasias decorrentes de sua dimensão corporativa, autonormativa, potencialmente conservadora, entre outros problemas. Mas, o olhar disciplinar também desenvolve suas especificidades na interpretação de mundo, o que eu vejo como potência. É neste sentido que eu acho que a minha melhor contribuição para a superação do racismo é tensionar e mobilizar a compreensão que eu tenho do campo que eu estudei, me formei, me aprofundei: a Geografia, que para mim é uma leitura do mundo a partir de raciocínios centrados no espaço, expressão que eu adapto de Yves Lacoste (1988). Raça e racismo sempre tiveram relação com o espaço. A raça, um princípio de classificação social de indivíduos e grupos, uma construção social que se planetarizou como dimensão do capitalismo e da modernidade, teve a classificação espacial como suporte - a associação europeus-brancos, africanos-negros, americanos-indígenas e por aí vai.

O racismo como operador e criador dessa classificação para processos de hierarquização e subalternização também serviu para a dominação de territórios, juntamente com os grupos. Então, a Geografia sempre teve relação com isso. É neste sentido que eu sigo as pistas, por exemplo, da Doreen Massey (1993; 1999), uma geógrafa feminista, que aponta a associação entre concepções e sentidos de espaço e de gênero: para ela, a superação do patriarcado e das opressões de gênero necessita da mudança das nossas imaginações de espaço. Eu creio que o mesmo valha para raça e racismo. A superação do racismo e da raça passa pela revisão de noções, concepções e sentidos de espaço. O imbricamento destas coisas aparece em diversas correntes de pensamento que tem comprometimento com a superação desse sistema de dominação que é o racismo e esses autores e autoras, com suas diferenças e mesmo divergências, são referências para mim. De Aníbal Quijano (2010), Ramón Grosfoguel (2010), Walter D. Mignolo (2003), Agustín Lao-Montes (2007) e Catherine Walsh (2002), identificados com a perspectiva descolonial, até gente da Geografia como Katherine McKittrick (2011), enfim, pessoas e correntes que buscam leituras que articulam relações de dominação, exploração, hierarquização e subalternização,

evidenciando a diversidade de experiências subalternas no capitalismo. Eu me vejo nesse projeto como que buscando uma continuidade da virada crítica da Geografia, da qual no Brasil o principal expoente foi Milton Santos, mesmo com as diferenças teóricas e epistemológicas entre eles. Como nos apontam as feministas negras, como, por exemplo, bell hooks (2015) ou Kimberlé Crenshaw (2017), o conhecimento não pode ser cego em relação aos seus efeitos de poder e nisto creio que as diferenças entre essas referências tenham mais a ver com os regimes de poder e visibilidade das lutas em cada contexto do que muralhas teórico-conceituais. É assim que eu me movo entre as referências.

Na apresentação do livro 'Questões urbanas e racismo' (SANTOS, 2012) organizado por você, publicado em 2012, você afirma que durante a graduação e a pós-graduação, na década de 1990 e meados dos anos 2000, foi desencorajado a estudar a segregação socioespacial de base racial. Sobre tudo na última década houve um aumento da produção acadêmica entre pesquisas, livros e artigos que discutem como raça e racismo são estruturantes também na configuração das cidades. Como você avalia o contexto atual em comparação com os anos 1990 e 2000?

Sim, isto é verdade. O fato é que naquele momento a universidade não era aberta para essas temáticas. Hoje há um pouco mais de abertura — que ainda não é total, pois ainda há muitas resistências tanto na forma de negação dos temas quanto na forma da aceitação destes —, mas rejeição de perspectivas teórico-epistemológicas que permitam realmente tratar e aprofundar as questões. Mesmo com essa inflexão conservadora que estamos passando nos últimos cinco anos, temos hoje a possibilidade de disputar.

Esta abertura que temos hoje é resultado da luta antirracismo do Movimento Negro Brasileiro, que vem protagonizando a publicização do debate sobre o racismo no nosso projeto de nação e suas consequências sociais, que vem mudando a composição racial da universidade brasileira. As conquistas do Movimento Negro nas últimas décadas, como as políticas de democratização do acesso à universidade, têm colocado mais pessoas negras nos espaços acadêmicos e com essas pessoas vêm também suas preocupações e perspectivas de pensamento e conhecimento. Há também todo um conjunto de políticas públicas de promoção da igualdade racial e superação do racismo reposicionando o debate racial na sociedade brasileira. Essa publicização da crítica das nossas relações raciais, denunciando o racismo, seus fundamentos e resultados sociais injustos e desiguais abre espaço e necessidade de estudos. A temática

da segregação e as dimensões raciais na configuração das nossas cidades entram nesse bojo, como objeto de provocação pela luta antirracismo. Mas, um aspecto que extrapola essa temporalidade de lutas que eu mencionei é a luta do Movimento Negro por disponibilidade e qualidade de dados e bancos de informações, que tem um impacto importante, sobretudo nos estudos sobre segregação racial. Com efeito, as lutas pela implementação e qualificação do quesito cor/raça em levantamentos e cadastros, desde a década de 1970 (importante mencionar o apoio de pesquisadores/as não-negros nessa empreitada), bem como o avanço na produção e disponibilização informatizada desses dados por órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos permitiram também fortalecer tais leituras racializadas da cidade. Trabalhos importantes, como o de Antônia dos Santos Garcia (2009), nos permitiram, através de cruzamentos estatísticos, ver a correlação entre as concentrações de populações não-brancas e a baixa oferta e/ou qualidade de infraestrutura e serviços públicos, nos mostrando uma nuance da estrutura urbana das cidades brasileiras. Junto com outros estudos, mudou a nossa visão sobre os padrões de segregação racial no Brasil: ao invés do debate sobre haver ou não haver segregação ou das antigas medições de indicadores como dissimilaridade, com comparações de taxas e graus de segregação frente aos Estados Unidos da América e à África do Sul, agora podemos ver padrões próprios da nossa sociedade.

Cabe também ressaltar que a própria luta antirracismo do Movimento Negro coloca a cidade como objeto de disputa necessário para a superação do racismo. Isso se dá na forma da crítica racial, ou melhor, a crítica da desracialização que empobrece política e analiticamente compreensões e políticas urbanas. Isso vale quando pensamos na estrutura urbana, como o tema da segregação que cruza classe, raça e também se generifica. Experiências de urbanização de favelas na década de 1990 em Santo André, conforme registram Maria do Carmo A. A. Carvalho e Matilde Ribeiro (2001), já buscavam incorporar raça e gênero nas políticas de geração de emprego e renda, educação, saúde, entre outros. Vale também quando pensamos a racialização de experiências do espaço urbano, este espaço multifacetado, que envolve dimensões materiais, relações que acionam o corpo e corpos racializados como negros são os mais alvejados segundo as taxas de violência letal armada. A luta antirracismo disputa tais políticas urbanas de segurança pública. Esse espaço urbano também envolve dimensões simbólicas, através de gramáticas racializadas do ambiente construído, por isso o Movimento Negro disputa políticas de patrimonialização de bens vinculados à cultura e memória negras. Por exemplo, no Rio de Janeiro, a Pedra do Sal foi reconhecida como patrimônio na esfera estadual nos anos 1980, por luta do Movimento



Negro com marcante protagonismo do historiador Joel Rufino dos Santos (VENTURA, 2016), se tornando o primeiro marco de referência de uma parte da cidade. Nas décadas seguintes, com descobertas histórico-arqueológicas como o Cemitério dos Pretos Novos e do Cais do Valongo (o porto das Américas que mais recebeu africanos sequestrados e traficados para serem escravizados em todo o ciclo de quase quatro séculos de escravidão), essa região vem sendo reivindicada como Pequena África. Estamos falando de uma disputa de lugar, que mobiliza diversos repertórios de ação do movimento social, que impõe ao campo dos estudos urbanos ampliar e diversificar estudos e ferramentas de interpretação das formas como raça, racismo e antirracismo produzem configurações nas cidades. Portanto, se vemos no contexto atual uma maior abertura na produção acadêmica sobre a cidade para tais temáticas, isto se deve à articulação desse conjunto de iniciativas e conquistas do Movimento Negro Brasileiro.

No texto 'Que tal raza!', Aníbal Quijano (1999) define a raça como o instrumento de dominação mais eficaz inventado nos últimos 500 anos. Já na antologia 'Habitar la frontera: Sentir y pensar la descolonialidad' Walter Mignolo (2015) explora, em um dos capítulos, a relação entre a localização geográfica e a subalternização dos conhecimentos, incluindo espaços geográficos e localizações epistemológicas. Ao se debruçar sobre a produção do conhecimento geográfico, como você considera que o conceito de raça tem sido mobilizado? Quais são os desafios para o enfrentamento da hegemonia moderno-colonial?

Esta pergunta reúne duas referências, propondo a articulação entre raça, localização geográfica e localização epistêmica como sistemas classificatórios enredados em relações de opressão e poder. Tal articulação é muito importante na perspectiva descolonial de análise e creio que já aparecia com outras formulações em autores considerados precursores da crítica à colonialidade, como Franz Fanon (1979) e Albert Memmi (1977), para ficar em poucos exemplos. Aparecia também em outros autores e autoras não tão conectados com a análise descolonial. Por exemplo, no início da década de 1980, no livro 'Pan-Africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra', Elisa Larkin Nascimento (1981) (que é viúva e na época era casada com Abdias do Nascimento) criticava a ideia de 'preconceito de marca', de Oracy Nogueira, de que no Brasil o preconceito racial era mais centrado nas características do fenótipo corpóreo. A autora apontava que antes da negação do corpo negro já havia se estabelecido em nossa sociedade uma negação de todo o passado africano, seus conhecimentos, suas construções e contribuições para a humanidade. Ela mostrava, com sua formulação, a complexidade do racismo: um sistema de dominação que mobilizava tanto aspectos

do corpo (as concepções que Pierre-André Taguieff, em 1977, chama de 'materialistas/biologizantes') quanto da cultura (que Taguieff chama de 'espiritualistas/culturalistas'). Trazendo para a pergunta, ela mostrava a indissociabilidade entre raça, localização geográfica e localização epistêmica, três construções sociais de classificações hierarquizantes, mobilizadas em relações de dominação e opressão.

Considero a perspectiva descolonial frutuosa por essa proposta de complexificação dos eixos de relações de dominação e poder, que faz transparecer o inegável eurocentrismo das nossas matrizes. A Geografia, enquanto campo disciplinar, precisa fazer essa autocrítica, com uma releitura da sua própria história e contribuições para este projeto de poder. A Geografia lastreou e absorveu o projeto eurocêntrico. Ok, o próprio surgimento e desenvolvimento da disciplina é parte dele, ou seja, ela é fruto dele. Mas, a ciência e cada disciplina também são sempre arenas de disputas, onde sujeitos partidários de projetos de mundo diferentes e antagônicos disputam as práticas e as normas de conhecimento que se tornarão hegemônicas. Portanto, a relação entre o projeto eurocêntrico de mundo e o surgimento e desenvolvimento da disciplina não pode ser tomada como uma determinação automática do que a disciplina se torna em cada contexto. Este é um primeiro desafio para o enfrentamento da hegemonia moderno-colonial, é a desnaturalização da compreensão do que o conhecimento científico (e seus campos disciplinares) se tornou.

Não apenas geografias produzidas nos (e para) os países centrais abraçaram o eurocentrismo, mas também as periféricas, durante muito tempo, e a forma do tratamento de raça foi central nesse aspecto. Quando eu pesquisava sobre o tratamento da temática racial no ensino de Geografia, encontrei um livro didático de 1944, de autoria de Moisés Gicovate (1944), voltado para a primeira série ginasial (o que hoje equivaleria talvez ao 6º ano do Ensino Fundamental, ou seja, crianças por volta de 11 ou 12 anos de idade), que dava um bom exemplo do que durante muito tempo predominou na disciplina. Numa parte sobre população, ele tinha um capítulo dedicado à 'classificação das raças', no qual apontava que 'Para termos uma boa classificação das raças, não basta tomar em consideração um só caráter racial. É preciso considerar um grupo de caracteres' (GICOVATE, 1944, p. 106). Quais eram esses 'caracteres' articulados? Peguemos os exemplos: '*A raça branca ou caucásica*, por se crer que é originária do Cáucaso, onde existem os representantes mais puros, é também denominada *raça intelectual*. Caracteriza-se pela pele branca, rosto oval, cabelo liso ou ondulado, corpo bem proporcionado, inteligência bem desenvolvida, e civilização superior' (GICOVATE, 1944, p. 107). Ele continua apontando que 'É a raça mais numerosa e espalhada. Habita



quase toda a Europa, a Ásia ocidental, a África setentrional, e ocupa as zonas temperadas das duas Américas e da Austrália' (GICOVATE, 1944, p.107). Vemos aí, nitidamente, a forma como se articulam raça, localização geográfica e localização epistêmica. Vejamos outro exemplo para reforçar: 'A *raça negra* ou *etiópica*, também denominada *raça afetiva*, caracteriza-se pela pele preta, nariz achatado, lábios grossos, cabelos encarapinhados, civilização rudimentar' e continua: 'Habita a África central e meridional, e as Américas, para onde os negros foram trazidos como escravos' (GICOVATE, 1944, p.107). Emerge aí, de maneira inegável, a articulação entre os três princípios classificatórios (raça, localização geográfica e epistêmica) como ferramentas de produção de hierarquias ' a oposição entre 'civilização superior' e 'civilização rudimentar' não deixa margem para dúvidas.

Para mim esse exemplo é crucial, em primeiro lugar, porque mostra como uma disciplina escolar, ou seja, um conhecimento que é não só legitimado pelo seu caráter 'científico' como também é objeto de difusão social, inculcação coletiva e conformação do imaginário social considerado 'esclarecido' (!) foi, durante muitas gerações, uma ferramenta de produção e reprodução do racismo. Trabalhos dos geógrafos 'acadêmicos' da época também reverberavam tais posições, associando superioridade racial e civilizacional do branco/europeu. Negros e indígenas em nosso país sentiram os efeitos de poder de tal visão, por isso o nosso processo de industrialização e suas transformações territoriais (integração, urbanização, migrações internas, expansão da fronteira e modernização da agricultura, por exemplo) foram tão nocivos para esses grupos, levando ao extermínio e expulsão de muitos e assimilação subalternizante de outros. Comunidades inteiras e seus saberes, modos de vida, práticas e culturas foram, assim, desqualificadas, lidas e valoradas (ou seja, desvalorizadas) pelo que elas não tinham. Não temos como enfrentar a hegemonia moderno-colonial sem passar a limpo o papel e os efeitos de poder do nosso conhecimento.

Em segundo lugar, esse exemplo mostra o papel da disciplina na construção e legitimação do que podemos chamar de um 'sentido fixo' de raça, uma forma de classificação estática, que associa determinadas características (físicas, psicológicas, sociais, culturais etc.) a um grupo humano delimitado por fronteiras rígidas de classificação. Este sentido fixo é a base de uma compreensão essencialista, na qual todos os indivíduos pertencentes a um determinado grupo são, necessariamente, portadores de todas as características do grupo e sujeitos a todas as imputações das localizações sociais e epistêmicas que o projeto hegemônico de sociedade e sua estrutura social decorrente legam ao grupo. Esse sentido fixo e essencialista nos dificulta compreender

processos complexos do racismo. Aqui, defendo que o racismo é dinâmico e mais complexo e, dialogando com Aníbal Quijano (2010), ao invés de pensarmos em classes (raciais), devemos nos deslocar para compreender processos complexos de classificação (racial). Assim, defendo que o racismo se pluraliza e extrapola os indivíduos e grupos fenotipicamente identificados como negros (que são o meu foco, mas poderia também estender o raciocínio aos indígenas). Como princípio básico de classificação social da população mundial na modernidade/colonialidade, o racismo conecta classificações e hierarquizações de culturas, saberes, matrizes de espiritualidade/religiosidade, línguas (e formas de expressão), entre outras. É neste sentido que eu me aproprio do conceito de 'racialização', como a imputação das lógicas do racismo (classificação, hierarquização e subalternização) através de associações complexas de raça a indivíduos e grupos identificados com matrizes e posições (sociais, culturais, religiosas, epistêmicas etc.) dos grupos subalternizados ' em particular, os negros.

O racismo, assim, se pluraliza na forma do racismo religioso, ambiental, cultural, entre outras nuances. Essa complexificação das fronteiras classificatórias nas práticas cotidianas nos desafia, mas precisamos buscar explicações para situações como a destruição de terreiros de candomblé e violências físicas, mesmo quando lideranças (pais e mães de santo) e praticantes não são negros. Comunidades cujas matrizes culturais (seja de relação com a natureza, de espiritualidade, entre outras) não se encaixam nos padrões hegemônicos eurocentrados são subalternizadas e isto pode significar o não reconhecimento de existências, de direitos, a sujeição a formas específicas de violências simbólicas e físicas agudizadas.

Uso o conceito de racialização, portanto, num sentido (ou, efeitos de poder) diferente do que alguns intelectuais utilizaram quando, nos anos 2000, emergiu o debate sobre as cotas. Aqueles o utilizaram para negar raça e racismo, apontaram a complexificação e fluidez de fronteiras classificatórias no Brasil como atributos que impossibilitavam a adoção de políticas afirmativas, segundo eles, com consequências perigosas e perversas, tipo de argumento bem mapeado por Albert Hirschman (1992) em seu livro 'A retórica da intransigência'. Eu o advogo como chave para compreendermos processos complexos, diversos, mas com resultados sociais nítidos, frequentes, bem previsíveis e demarcados. É neste sentido que uma compreensão mais complexa do racismo passa, necessariamente, por uma imaginação de espaço também aberta, relacional.



Na geografia, não somente a escolha do que representar, mas sobretudo como representar é fundamental para tornar visível ou invisibilizar determinadas questões. Como a cartografia tem sido utilizada, nas mais variadas formas (dos livros escolares aos planos diretores) para invisibilização de determinados grupos sociais no território?

A cartografia, como principal ferramenta discursiva da representação espacial, tem sido um dos meus temas preferidos. Acredito, inclusive, que esse meu interesse tenha sido fortemente despertado não na minha graduação em Geografia, mas na pós-graduação, especificamente nas aulas que tive no mestrado e no doutorado com a professora Ana Clara Torres Ribeiro, uma interlocutora direta de Milton Santos e, apesar de socióloga, sempre super atenta às dimensões espaciais das relações sociais. Uma reflexão que ela fazia era sobre as compreensões espaciais da ação social, que virou tema do meu trabalho de doutorado. Tive aula com ela no período em que ela estava iniciando o trabalho sobre 'Cartografias da Ação Social' e acabei também me interessando pelas representações espaciais da ação e pelo desafio de pensar a ação a partir de raciocínios centrados no espaço. Ali, a crítica à cartografia como uma ferramenta de invisibilização através do congelamento do tempo, do movimento, da ação, em representações que alegavam 'privilegiar o espaço', entendidas como se fossem dimensões opostas, aguçou a minha percepção. A crítica de Yves Lacoste (1988) da apropriação e controle da representação e da cartografia pelos Estados, forças militares e corporações capitalistas, configurando a Geografia como um saber estratégico negado aos demais sujeitos, me pareceu, então, ser um raciocínio a ser mais mobilizado. Nos dois anos seguintes ao meu doutoramento, iniciei, então, dois projetos de pesquisa nos quais busquei incorporar tais críticas como parte fundamental das minhas hipóteses de trabalho e creio que, através deles, eu consigo encadear uma resposta para a pergunta.

Um projeto que intitulei 'Cartografagens da ação e dos conflitos sociais: análise comparativa de observações e representações do espaço-tempo do fazer político' foi onde essas questões foram mais evidentes. Nele, parti da curiosidade que me despertaram as cartografias que eu identifiquei na minha tese de doutorado, cartografias sobre movimentos sociais, mas muitas feitas por movimentos, com movimentos e para movimentos. Percebia que, cada vez mais, a cartografia era um instrumento mobilizado por lutas sociais de grupos socialmente desfavorecidos e subalternizados, que denunciavam que os mapas produzidos por atores hegemônicos eram marcados pela produção de não-existências: conflitos, sujeitos, relações, formas de existir, práticas sociais e culturais, experiências de espaço, um amplo conjunto de aspectos da

realidade social eram apagados em nome do 'rigor científico'. A operação que meus colegas cartógrafos chamam de 'redução' da realidade na produção cartográfica, a escolha do que (além de 'como') é representado era denunciada como o exercício do privilégio epistêmico e de poder na produção da representação, de escolher a partir de experiências e posições sociais específicas os aspectos que são representados e generalizados nos mapas. Foi assim que, interrogando a produção cartográfica como um processo de poder, grupos começaram a praticar e reivindicar outras formas de relação entre produtores cartográficos e os sujeitos cartografados. Daí apareceram diversas experiências autodenominadas participativas, colaborativas, situacionais, contra-mapeamentos, entre outros termos. Algumas delas denunciavam o eurocentrismo das matrizes das representações, sobretudo nas convenções cartográficas. Percebi, então, uma outra dimensão: além de subverter o uso (da dominação, pelos agentes hegemônicos, para a resistência dos subalternizados), atores questionavam o processo cartográfico (como operações de poder) e o objeto cartográfico (como portador de matrizes culturais eurocêntricas). Assim, propus uso, processo e objeto como três dimensões de tensionamento contra-hegemônico nessa politização da cartografia (SANTOS, 2011). Os trabalhos do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, liderado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (1994), bem como a cartografia crítica de John Brian Harley (2009) foram referências fundamentais nesta pesquisa.

Meu percurso investigativo me indicou, portanto, que a cartografia, além de ser instrumento de luta, também estava sendo transformada em objeto de disputa. Esses grupos estavam disputando também as normas e as formas de produção cartográfica. Falar de participação, colaboração e de convenções cartográficas significa disputar as regras de validação do saber cartográfico. Além disso, começamos a identificar e olhar a criação de instrumentos de produção cartográfica: se, de um lado, grandes corporações tecnológicas (Google, Apple ou mesmo específicas da cartografia, como a Esri) criavam ferramentas e as difundiam com estratégias agressivas, de outro, coletivos de ativistas começaram também a produzir ferramentas abertas e colaborativas, *softwares* e bases que permitem aos usuários mais que a aplicação do instrumento (como, por exemplo, a plataforma colaborativa *OpenStreetMap* ou o software *Map-O-Matix*). Esta batalha tecnológica na produção cartográfica vem sendo perdida, é verdade. As grandes corporações não apenas transformaram seus vultosos investimentos em ferramentas de produção cartográfica cada vez mais intuitivas, bem como interfaces amigáveis que facilitam aos usuários. Assim, conseguiram difundir-las não apenas entre 'usuários comuns', mas também nos próprios campos de ativismo social: grande parte das lutas sociais faz seus mapas utilizando, principalmente, as ferramentas do



Google. Eles multiplicaram os usos das ferramentas de geolocalização, difundindo aplicativos de navegação que orientam comportamentos de motoristas, pedestres, viajantes e trilheiros. Essa 'orientação' muda sensivelmente as nossas experiências e sentidos de espaço, visto que cada vez desenvolvemos e compartilhamos menos referenciais de orientação como saberes nossos, resultantes de nossas experiências e práticas de espaço, aquilo que Michel de Certeau (1994) chamava de 'relatos de espaço'. Abrimos mão de acumular esses saberes, que envolvem referenciais espaciais e as relações que nós construímos com cada lugar, para aceitarmos as rotas que nos são informadas pelos aplicativos.

Além dessa face visível, a geolocalização passou a estar presente em praticamente todos os aplicativos, websites etc., capturando dados de usuários através do rastreamento de contatos. Isto é apropriado economicamente (como direcionador de propagandas), mas também se conecta com monitoramentos de padrões de comportamento. Por um lado, esses monitoramentos criam novas 'cartografias invisíveis', leituras espaciais dos nossos comportamentos que não nos são mostradas, além do mapa de deslocamento individual que o Google gera pelo seu histórico de localização. Agora no contexto da COVID-19, vemos os tais 'índices de isolamento social' que são divulgados como números, mas que, obviamente, geram mapas de circulação individual e coletiva, que não nos são visibilizados, como 'cartografias ocultas'. Obviamente, aí entram também as novas formas de manipulações políticas e de subjetividades. Temos aí novas arquiteturas de poder comunicacional, para as quais a cartografia é central. Eu gosto de utilizar um termo que Milton Santos (2000) usava para pensar nas estruturas de dominação das grandes corporações na globalização e adaptá-lo para essa situação, então eu chamo essas arquiteturas de 'globalitarismos cartográficos' (SANTOS, 2011).

Eu também iniciei um projeto sobre a temática racial no ensino de Geografia intitulado 'A Lei 10.639 e o ensino de Geografia'. Nele, a representação cartográfica, como parte fundamental das nossas 'imaginações espaciais', também teve um papel crucial. Foi da crítica à construção dessas imaginações na inculcação de ideários de país e nação através da cartografia que eu comecei a cunhar a noção de 'branqueamento do território' (SANTOS *et. al.*, 2018). Analisando o ensino sobre a formação do território brasileiro me deparei na prática com o que o geógrafo argentino Marcelo Escolar (1996), em seu livro 'Crítica do discurso Geográfico', nos aponta: o ensino de Geografia como o exercício da doutrinação patriótica. Mas, o foco do meu debate era a dimensão racial dessa doutrinação, pensando de que maneiras a Geografia lastreava o racismo e a colonialidade. O que me chamou a atenção? Algumas das imagens de espaço

da formação territorial do Brasil, fixadas por nós professores a partir do ensino de Geografia, inegavelmente, tinham um sujeito epistêmico bastante preciso: o branco. Todos temos na cabeça a imagem do mapa do Tratado de Tordesilhas, todos temos na cabeça a imagem da divisão da parte portuguesa neste tratado com a divisão das capitanias hereditárias. Mas, não temos na cabeça e nem em nenhum livro didático um mapa com localizações e territórios indígenas. Por essa cartografia que nos é inculcada parece que ou não havia indígenas no território dividido pelos ibéricos ou havia, mas os indígenas não se fixavam, nada construíam e não controlavam nenhuma porção do território. Mais ainda, parece que, ao dividir em capitanias, os portugueses ocupavam, dominavam, controlavam, utilizavam todas as porções daqueles territórios. Uma verdadeira operação de apagamento epistêmico de indígenas e, posteriormente, de quilombolas. O sujeito epistêmico dessa narrativa é o branco. Daí eu começar a propor que, além de um projeto de branqueamento da população, hegemônico entre os séculos XIX e meados do XX, tivemos e vivemos um ininterrupto processo de branqueamento do território em três dimensões: branqueamento da ocupação, com a dizimação, expulsão ou incorporação subalternizante dos não-brancos; branqueamento da cultura, com a imposição de matrizes eurocêntricas de relação com a natureza, sociabilidades, hábitos e normas; e branqueamento da imagem, que é o centramento das narrativas territoriais (nacional e locais) a partir da chegada e do lócus epistêmico branco. Para este último, o jogo de visibilização e invisibilização da cartografia é crucial.

O giro decolonial traz no cerne de suas discussões o conceito de raça, no entanto, a maior parte de suas reflexões não se debruçam sobre o espaço. Neste sentido, quais poderiam ser as contribuições do giro decolonial para pensar o espaço a partir de uma perspectiva latino-americana?

Eu vejo o giro descolonial como uma proposta de perspectiva analítica, epistêmica e política. Para mim, o conjunto de autores e, num segundo momento, também autoras ' que trazem importantes críticas inclusive a essa masculinidade hegemônica do grupo inicial e seus efeitos epistêmicos, como Segato (2012) e Lugones (2014) -, filiados a esta perspectiva, por ser heterogêneo, a torna uma perspectiva aberta, apesar de um núcleo comum de premissas. Uma premissa importante, que aparece com diferentes formulações, é a articulação de diferentes eixos e dimensões das relações de poder na planetarização do capitalismo. Vou tomar dois exemplos para ilustrar a construção do argumento. Primeiro, a formulação de Aníbal Quijano (2010) do conceito de 'heterogeneidade histórico-estrutural', noção que primeiramente enfrenta leituras etapistas



da história das lutas de classes (como se a cada período histórico correspondesse apenas uma forma de relação de exploração), apontando a coexistência articulada de formas como assalariamento, escravidão, servidão, entre outras. Mais do que isso, a partir desse conceito Quijano vai propor considerar também coexistentes, associadas e horizontalmente importantes as relações de exploração, opressão e dominação ' num contraponto às hierarquizações entre elas, como a que as discernia entre infra-estrutura e superestrutura. É assim que ele propõe que raça, classe e gênero, além da localização geográfica, matrizes culturais e de conhecimento, são todas centrais para o capitalismo. Um segundo exemplo é a formulação de Ramón Grosfoguel (2010) no uso do conceito de 'heterarquia', que é o enredamento de hierarquias de poder, que ele busca do grego Kiriakos Kontopoulos (1993). Grosfoguel fala de nove hierarquias, entre as quais classe, raça, gênero, sexualidade, centro-periferia, conhecimento, espiritualidade etc., e nessa formulação não há hierarquia entre as hierarquias.

Portanto, apesar de apontar a raça como o critério básico de classificação social da população mundial, princípio organizador das formas de exploração da força de trabalho e das relações entre matrizes epistêmicas e de espiritualidade, creio que os conceitos de heterogeneidade histórico-estrutural e heterarquia não podem ser ignorados nas formulações desses autores. Então, eu diria que o espaço é, sim, um aspecto central para a perspectiva do giro descolonial. Talvez pela influência da Teoria da Dependência, as relações centro-periferia impõem na perspectiva descolonial uma centralidade ao espaço. Ela faz emergir as dimensões espaciais como chave para as relações de classe e, na perspectiva descolonial, isso vale também para raça, gênero e sexualidade, cultura em suas diversas nuances, matrizes de conhecimento, construções institucionais. Para todas essas relações a localização aparece como uma dimensão do social imprescindível nas análises das dominações.

O enredamento dessas relações produz formas espacialmente contextualizadas de dominação, de poder e de comportamentos também. Essa dimensão dos comportamentos, enfocada principalmente a partir do conceito de *habitus* do Pierre Bourdieu (1989), que é uma leitura de como as estruturas sociais são incorporadas e 'executadas' pelos indivíduos, faz uma aproximação dessa compreensão com os discursos performáticos. Em alguns trabalhos, eu tensionei essa relação a partir do conceito de 'posição'. A sua polissemia inclui um atributo de localização à posição que você 'ocupa', conectando-se com imaginações de espaço geográfico, a *imago mundi*, que projeta o espaço como a superfície terrestre, aproximando o sistema de coordenadas cartográficas como forma de definição de localização e de lugares, o que David Harvey

(1980) apreendeu como o 'espaço absoluto'. A inculcação dessa *imago mundi* através da cartografia, do mapa mundi utilizando a projeção de Mercator e suas distorções com a ampliação do Norte em geral e da Europa em particular, já vem sendo bastante criticada. Mas, ela tem outro componente que é a divisão do mundo em estados, algo que nos é apresentado nas séries iniciais da nossa escolarização como 'mapa mudo', que de mudo não tem nada. Ele nos ensina a naturalizar algo que a perspectiva descolonial critica, que é essa constituição e difusão planetarizada de um sistema interestatal de organizações institucionais de gestão das sociedades, uma formulação que Immanuel Wallerstein (1988) trouxe na sua concepção de 'sistema-mundo'. Aprendemos sobre posição já sendo ensinados sobre a nossa posição num mundo organizado dessa forma, como se não houvesse outras possibilidades, como se povos que se organizam de outras formas não existissem ou, conseqüentemente, não tivessem legitimidade territorial neste mundo.

Por outro lado, posição diz respeito também a um atributo de ação, ou seja, a posição que você 'toma' como sujeito. Isso aparecia no debate marxista através da relação entre condição e posição de classe, por exemplo. O fato é que a tensão entre essas duas acepções de posição aponta para as possibilidades de descentramento da relação entre sujeito e espaço, o que nos devolve à condição de heterogeneidade a que Quijano alude: um sujeito do/no Sul pode tomar posição, performar como se fosse do Norte, assim como um sujeito da/na periferia pode agir como se fosse do centro. Desse modo, tais padrões são fundamentais para as cadeias de relações de poder enredadas do capitalismo. Na dimensão epistêmica, a emergência do debate sobre 'lugar de fala' (RIBEIRO, 2017), longe de ser um neodeterminismo de base fenomenológica, uma nova forma de indicar que o lugar determina a fala e a posição de sujeito, é uma conquista, um atributo de disputa, que mostra a complexidade desta discussão. É sobre espaços relacionais, no dizer de Harvey (1980), que estamos falando. Por isso que eu creio que o giro descolonial traz o espaço para o centro da compreensão do mundo, mas tensiona concepções de espaço. Aí a crítica às Geografias mais tradicionais e seu papel nessas dominações também ganha importância.

Como raça, em sua condição de constructo social, pode ser acionada a partir de uma abordagem geográfica para entender as questões socioespaciais, políticas, econômicas e culturais contemporâneas?

Conforme aponte, um primeiro passo é mostrar como a construção de raça foi historicamente lastreada por compreensões de espaço e pela Geografia, em famílias de conceitos que enredavam leituras de mundo, de si e do outro. Noções de identidade,



diferença e alteridade são moldadas, reproduzidas e inculcadas tendo a Geografia como uma ferramenta, o que provoca nosso campo a repensar os efeitos de poder do nosso conhecimento. Mas, este conhecimento também pode ser instrumento para lutas emancipatórias, por isso o valorizamos. Então, além da releitura crítica e de uma postura de vigilância - teórica e política, portanto epistêmica -, a pergunta nos remete ao desafio de pensar como mobilizar esse conhecimento a favor da luta antirracismo. Aí, a esta primeira tarefa, que é desvendar, denunciar e subverter as relações entre raça e Geografia, junta-se outra, que é pensar e desenvolver as relações entre a Geografia e o racismo, para além do antirracismo.

Nesse sentido eu venho propondo pensar em geo-grafias das relações raciais, o que compreende raça, racismo e antirracismo. Meu objetivo vem sendo propor e desenvolver leituras das relações raciais a partir de raciocínios centrados no espaço, compreender espacialidades de raça, racismo e antirracismo, tomando como ponto de partida a ideia de que as relações raciais se dão no espaço, com o espaço e também grafam o espaço. Tenho sistematizado esta minha agenda, neste sentido, em três exercícios analíticos. Em primeiro lugar, uma leitura de como as relações raciais grafam o espaço, produzem grafias espaciais; em segundo, como as relações se dão 'com' o espaço, ou seja, tem no espaço uma dimensão constitutiva delas. Nesse sentido, eu busco compreender formas de organização espacializada das relações raciais. Em terceiro, venho tentando também investigar geografias do antirracismo, ou seja, leituras espaciais da ação antirracista através da ideia de 'repertórios espaciais da ação' do Movimento Negro. Vou falar um pouco de cada exercício.

O primeiro exercício busca identificar e analisar formas como as relações raciais grafam o espaço, produzem grafias espaciais. Milton Santos (2002) dizia que o espaço é uma acumulação desigual de tempos e isto significava dizer que ações, relações, processos, fenômenos, eventos, criam grafias no espaço. Estas grafias dizem respeito, por exemplo, a formas de estruturação e organização do espaço, como a segregação racial no espaço urbano. Esta temática tem nos remetido a (i) formas de relação entre raça e classe (o quase exclusivismo da brancura nas áreas ricas é traço marcante, assim como a correlação entre maiores proporções de populações não-brancas e precariedades de infraestrutura, serviços públicos, impactos ambientais e qualidade urbana); (ii) ao papel das políticas públicas (remoções, localizações periféricas das produções de imóveis nas políticas públicas de habitação); e (iii) dos comportamentos de agentes de mercado: temos analisado, por exemplo, como peças promocionais de empreendimentos imobiliários para classes média e alta promovem imaginários de

lugar marcados pela brancura e por padrões eurocêntricos. Olhar a segregação nos impõe pensar como o racismo se atualizou como regulador de relações na sociedade brasileira como um dado da urbanização que acompanhou o processo de industrialização do século passado (e não apenas como 'herança do passado escravista'), porque vemos os mesmos padrões se desenhando em cidades com quatro séculos e cidades fundadas no próprio século XX.

Nesse sentido, temos dedicado esforços ao papel de grandes transformações urbanas, pelo poder público e pelo capital, provocando o que a literatura crítica chama de gentrificação, mas que atentamos como sendo processos de branqueamento ' da ocupação, da imagem e de matrizes culturais de lugares nas nossas cidades, como temos visto na Zona Portuária do Rio de Janeiro. Este é um exemplo, mas nessa toada de identificar grafagens espaciais das relações raciais também abrangemos (i) territórios e territorialidades negras, como das comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais, suas diversas formas de relação com a natureza e regimes fundiários, como as 'terras de preto', 'terras de santo', estudadas pelo Alfredo Wagner Berno de Almeida (2006); (ii) grafagens na forma de toponímias do racismo, de africanidades e presenças negras, do antirracismo e do branqueamento/apagamento de referências negras nos lugares em mudanças toponímicas (lembrando que, como nos mostra Bourdieu em 'O poder simbólico' (1989), a nomeação é um ato de poder, assim nomeações e disputas toponímicas nos revelam sobre nossas relações raciais); (iii) quanto a formas materiais, como referências arquitetônicas de construções negras, monumentos ligados às relações raciais etc. Vemos aí que algumas grafias se tornam duradouras, absolutizam referências de lugares, constituem rugosidades que articulam passado e presente, mas olhamos também outras grafias de menor duração, temporárias ou mesmo efêmeras. Olhamos as múltiplas formas em que práticas culturais negras grafam os espaços: em expressões como o grafite ou as posses dos grupos de Hip Hop, na ocupação e uso de espaços públicos (como praças e ruas por grupos de capoeira e manifestações religiosas ' aqui no Rio de Janeiro vem ganhando força a lavagem do Cais do Valongo, importante lugar de memória negra) e a pluralidade das espacialidades das religiões de matrizes afro-brasileiras, com seus templos, locais de cultos, coletas, oferendas, que vêm passando, mais uma vez, por processos de periferização diante de pressões das violências físicas do racismo religioso, de regulações normativas de legislações urbanísticas e ambientais e mesmo pressões do mercado imobiliário. Enfim, estes são apenas alguns exemplos de como a leitura de grafagens espaciais das relações raciais nos ajudam a pensar as nossas dinâmicas urbanas e territoriais.



Um segundo exercício é a leitura de como as relações raciais se organizam *com* o espaço ou, trocando em outros termos, como temos uma organização espacializada das relações raciais. Aqui, miramos através de abordagens relacionais do espaço, as múltiplas formas em que o dado racial é mobilizado como regulador de relações e definidor de regimes em contextos de interação, conceito que buscamos em Erving Goffman (1975). Esta abordagem nos permite associar diferentes padrões de classificação racial (distintos em termos de critério classificatório, se corpóreo/biologizante ou cultural, e distinto no estabelecimento de fronteiras que são móveis, permitindo que a mesma pessoa possa ser classificada e situada em posições diferentes a cada contexto) com a classificação de contextos sociais de interação (a cada momento, há algo diferente 'em jogo', o que modifica padrões de comportamento). Assim, o espaço emerge como uma experiência para os sujeitos, que aprendem a se portar (ou, diria Bourdieu, incorporam *habitus* das relações raciais) a cada contexto, constituindo 'mapas mentais' que comportam fronteiras invisíveis, relações e sentimentos de pertencimento, estranhamento e mesmo repulsa de acordo com o contexto espacializado.

A ideia de 'lugar de negro', que dá título a um livro de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982), é uma agenda antiga do Movimento Negro que diz respeito ao aprendizado dessa normatividade espacial. Assim, um mesmo indivíduo pode manter amistosas ('amigáveis'?) relações inter-raciais num contexto e em outro manifestar estranhamento e repulsa à presença negra. Exemplo caro disso é a nossa própria comunidade acadêmica: tenho colegas brancos que constituem trajetórias profissionais em departamentos sem nenhum colega negro (ou seja, passando até trinta anos ou mais de reuniões mensais de departamento sem nenhum negro em posição de horizontalidade, naquilo que José Jorge de Carvalho (2005) chamou de 'confinamento racial'), mas que vivem na universidade relações inter-raciais assimétricas, com (muitas vezes raros) estudantes negros e negros trabalhando em funções administrativas, serviços como xerox, limpeza, segurança, entre outros. A naturalização dessa convivência inter-racial, mas marcada pela assimetria, como sintoma de que vivemos uma 'democracia racial' e, portanto, não se fazem necessárias medidas de democratização de posições, passa por essa imaginação espacial de experiências ordenadas na forma de contextos de interações e formas de performatização (*habitus*) que não permitem transgressões. Obviamente, essa abordagem também nos ajuda a compreender que esses regimes são objeto de disputa e essas geografias simbólicas e da corporeidade vão também engendrar espaços de valorização da negritude (contextos onde a disputa do regime leva a uma significação positiva do ser negro, como os de manifestações culturais ou outras vinculadas à identidade negra) e mesmo territorialidades de resis-

tência, como espaços de juventude negra e mesmo os clubes negros, ainda existentes em diversos lugares do país.

O terceiro exercício que temos feito é a busca de compreensões da luta antirracismo a partir de raciocínios centrados no espaço, o que eu chamo de geografias da ação da luta antirracismo (SANTOS, 2019). Aqui, seguindo as pistas de Ana Clara Torres Ribeiro (2001; 2002; 2004) e do geógrafo alemão Benno Werlen (1993; 2000), que propõem um deslocamento analítico da leitura do espaço à leitura da ação e dos sujeitos, identificando suas espacialidades, buscamos pensar 'políticas de espaço' dos sujeitos, movimentos e lutas sociais antirracismo. Estas políticas de espaço compreendem, por exemplo, (i) apropriações (e tensionamentos) dos instrumentos da representação espacial e seus processos, como os mapeamentos de religiões de matriz afro-brasileira, por exemplo; (ii) grafagens no espaço vivido constituindo gramáticas do espaço urbano em políticas de memória, como as intervenções e pinturas que faz a Frente 3 de Fevereiro / Zumbi Somos Nós, em São Paulo, sobre os assassinatos de jovens negros, disputas por monumentos e equipamentos urbanos culturalmente referenciados, como as estações do VLT renomeadas na área central do Rio de Janeiro, reivindicada como Pequena África; (iii) as próprias políticas/disputas de lugar do Movimento Negro, como o caso Porto Maravilha & Pequena África no Centro do Rio de Janeiro, além de políticas como patrimonialização e musealização de artefatos, circuitos turísticos referenciados em cultura e memórias negras, entre outras. Temos observado também o recurso a uma 'política de escalas' - conceito proposto pelo geógrafo belga Erik Swyngedouw (1997) - do Movimento Negro, que mobiliza esferas políticas e institucionais internacionais (como as conferências da ONU ou cortes internacionais, como a da Organização dos Estados Americanos ou o Tribunal Internacional de Haia), e também 'políticas de território', como as reivindicações das comunidades quilombolas. Estas agendas envolvem, portanto, de um lado, a mobilização de conceitos e categorias chave da Geografia (território, lugar, escala) para compreender as espacialidades da ação antirracista, mas, de outro lado, vemos nitidamente a apropriação dessas ferramentas espaciais como informadoras das racionalidades e estratégias políticas do Movimento Negro. Daí, eu venho pensando em termos de 'repertórios espaciais de ação' na luta antirracismo (SANTOS, 2019).



Observamos no Brasil, desde a formação básica, uma lacuna no que concerne a questões raciais como elemento central na estruturação da sociedade brasileira. Tal lacuna se constitui e se multiplica em diversas dimensões socioespaciais, simbólicas, culturais que se traduzem num discurso amparado numa suposta neutralidade do sistema de ensino e também na produção

do conhecimento. Nesta perspectiva, como você analisa os desdobramentos da Lei nº 10.639/ 2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, tanto no conteúdo curricular quanto nas práticas pedagógicas no ensino fundamental e médio? Como essas questões vêm sendo trabalhadas no ensino superior, uma vez que não é tratado pela referida lei? Como você percebe os impactos e desdobramentos dessa lei no que concerne aos territórios afrodiaspóricos brasileiros?

A Lei nº 10.639/03 foi uma conquista fundamental para a luta antirracismo no Brasil, porque ela incide sobre as estruturas institucionais educativas da nossa sociedade, buscando um equilíbrio das representações dos diferentes grupos que compõem a nação nos processos educacionais (posteriormente veio também a Lei nº 11.645/08, que dá destaque aos indígenas). Esta conquista é, na verdade, instrumento, pois não há aplicação automática, é preciso disputar as interpretações da Lei em cada instância aplicativa e é isto que o Movimento Negro faz, a utiliza como um trunfo em disputas que cada vez mais se revelam difíceis. Eu diria que, apesar de ela ser talvez a política de superação do racismo que mais mobilizou esforços da luta antirracismo nesses quase vinte anos - e muita coisa foi feita, diga-se de passagem! -, ela revela a complexidade do padrão brasileiro de relações raciais. Com efeito, a partir dela as disputas se multiplicaram. Como busca da superação do racismo nos ambientes de formação, ela incide sobre conteúdos, materiais e métodos pedagógicos, bem como sobre a gestão das relações raciais no cotidiano escolar, além das políticas de formação de quadros profissionais do campo da educação e de todas as políticas públicas para o campo. Tudo isso vem sendo disputado.

Na Geografia, desde 2007 começamos a discutir e apontar como ela implicaria em inserção e revisão de conteúdos. Começamos a desenvolver propostas que, obviamente, dialogassem de maneira efetiva com a realidade vivida por docentes em escolas nos mais diversos (e adversos) contextos, como realidades de periferia, pobreza, violência fora e dentro da escola, precariedade material, disputas ideológicas (envolvendo religiosas), entre outras questões que abordamos em trabalhos que publiquei e orientei. Dialogar a partir da realidade da docência nas escolas para mim sempre foi crucial, afinal considero a escola uma ambiência epistêmica, uma instituição com normas próprias (das escritas e das vivências) que regulam possibilidades e limites para quem nela está trabalhando. Portanto, não faz sentido eu, a partir da universidade, ditar currículos escolares. Analisamos livros didáticos antigos que encontramos e produzidos num intervalo de 15 anos ' publicados entre 2003, ano de promulgação da Lei nº 10.639/03, e 2018, última vez que fiz isso com meu grupo ², além de ter

participado como avaliador de obras em três edições do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do Ministério da Educação (MEC), que seleciona os livros que serão distribuídos para escolas de todo o país.

Nos livros didáticos de Geografia predomina o que eu chamei de 'lógica de enxertos' (SANTOS, 2018), em que, para atender às exigências dos editais que obrigam o tratamento de temáticas da referida Lei, muitas coleções inserem alguns textos pontuais sobre a questão racial ou cultura negra, mas se mantêm organizadas a partir de matrizes eurocêntricas. Há poucas exceções de coleções que efetivamente levam a sério o tratamento destas temáticas e suas implicações em termos de mudança de visão de mundo, de si e do outro. De tudo, o que concluo é a complexidade do racismo na nossa sociedade, expressa em padrões de interpretação da Lei e comportamento nos quais o limite entre o fazer e o não fazer é extremamente tênue. Os comportamentos predominantes giram entre a recusa por mudar qualquer coisa no que já se faz e fazer aquilo que altera o mínimo possível no que já se faz. Por exemplo, já vi a incorporação do dia 20 de Novembro como Dia da Consciência Negra no calendário escolar. Um dos pontos do texto da Lei é ter a proposta por um docente em escola de um ciclo de atividades de um mês e, ao final da discussão coletiva, isso virar uma atividade de uma hora e meia, da qual eu participei e vi docentes nitidamente boicotando, se ausentando, negando a 'liberação' de suas turmas ou fazendo discursos contrários. No ensino superior também há muita recusa à mudança de conteúdos e, ao mesmo tempo, há negação à criação de disciplinas específicas.

Recorro ao trabalho de análise psicossocial do racismo no campo da psicologia política de Leôncio Camino (2001), que nos mostra no caso brasileiro como o racismo se sofisticou. Ele mostra a passagem das formas abertas e manifestas de classificação, hierarquização e subalternização racial (como do livro didático de Moisés Gicovate, em 1944, que abordei anteriormente) para novas formas, mais sutis, sofisticadas, envoltas em discursos igualitários, mas que negam a adoção de medidas que tomem a igualdade como um resultado de ações concretas e que precisa, então, de esforços. Em nome de uma igualdade que é uma premissa abstrata, que não se verifica na realidade, negam-se ações que buscam alcançar igualdade substantiva, real e concreta em resultados sociais. É o que Camino (2001) e diversos autores e autoras, como Taguieff (1997), chamam de 'novo racismo'. Essa configuração do racismo torna o desafio da implementação da Lei n° 10.639/03 ainda mais difícil, tanto no ambiente escolar quanto no ensino superior.



Nas duas últimas décadas as universidades tiveram um ingresso maior de pessoas negras em razão de políticas afirmativas, como as cotas raciais. Você tem dado uma centralidade a essa questão, tendo publicado diversos textos analisando educação antirracista, ações afirmativas e ensino de geografia. Considerando isto, como você avalia os desdobramentos da presença negra nas universidades, na formação de geógrafos/as, no pensamento e no currículo acadêmico sobre o espaço no Brasil?

Essa questão é muito importante, porque ela nos obriga a uma avaliação do que vem sendo feito desde 2003, quando começaram as primeiras experiências de cotas para o ingresso de estudantes negros e negras em universidades: na UERJ (onde eu, então, era professor), na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Desde então, dezenas de universidades e algumas leis estaduais definiram a adoção de variações dessas políticas, até a Lei Federal nº 12.711/2012, sendo importante mencionar que recentemente temos visto também algumas universidades ou programas adotando cotas na pós-graduação. Eu sempre vi isso como uma importante vitória e também como trunfo da luta antirracismo, pois como professor comecei a viver numa universidade diferente da que eu experimentei como estudante de graduação e mestrado nos anos 1990. Recentemente eu assisti a um debate na internet com Vilma Reis, uma socióloga e ativista baiana que é importante referência no Movimento de Mulheres Negras, que reforçou enfaticamente essa minha avaliação, dizendo que o Movimento Negro, nessas quase duas décadas, vem mudando a composição racial da universidade brasileira. Ainda que tenhamos diferenças entre os campos (em áreas como as médicas isso ainda é menos sentido do que nas humanas), a presença negra hoje na universidade é contrastante com a realidade dos anos 1990. Essa presença é distinta tanto na quantidade quanto em dimensões 'qualitativas', porque é uma diferença politizada: o ingresso a partir de (ou num ambiente marcado por) políticas públicas resultantes de conquistas coletivas altera o significado dessa presença.

Gosto de tomar de empréstimo a feliz expressão do educador Miguel Arroyo (2012), que tem um texto no qual diz que 'os movimentos sociais reeducam a educação', a partir dessa politização da presença de estudantes por políticas públicas conquistadas. Assim, vejo o Movimento Negro Brasileiro hoje disputando a universidade por dentro, tentando reeducar a universidade a partir dessa presença negra politizada. Tenho dito que essa presença negra é sentida em três dimensões. Primeiro, numa dimensão físico-corpórea, com mais pessoas negras nos espaços da universidade, obrigando a mudanças nas relações raciais, porque elas agora estão em posições que antes

não ocupavam, como discentes de graduação e pós-graduação, mas também como docentes. Corpos negros ocupando posições em que antes não eram vistos impõem mudanças nos padrões de sociabilidade da universidade e o racismo passa a ser mais denunciado, combatido. O corpo, além de marcador social da diferença, também é performatizado, então vemos estéticas negras nesses ambientes disputando legitimidades. Em segundo lugar, temos uma maior presença política negra na universidade, com a formação de coletivos de estudantes e de docentes que disputam as/nas instâncias da universidade essas políticas afirmativas, alterando os jogos políticos das instituições. Em terceiro, esta presença também se reveste de uma dimensão epistêmica, com a exigência do reconhecimento e valorização de temas, aportes teóricos e deslocamentos epistemológicos, tensionando cânones eurocêntricos. Isto cria não apenas (como tenho visto e vivido) novas disciplinas sobre as temáticas raciais e com outros referenciais, mas temos visto também outras instâncias da vida acadêmica, como congressos e revistas tradicionais, abrindo espaços (ainda pequenos, diga-se de passagem), criando grupos de trabalho, dossiês, entre outras ações sobre nossas temáticas e referências. Eu diria que a nossa academia, obviamente, ainda é hegemônica pelo eurocentrismo, mas pelo menos conseguimos hoje, mais do que em décadas atrás, transformá-la numa arena na qual podemos disputar.

Na Geografia, creio que esse processo pode ser visto com a centralidade da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Com efeito, ao longo da última década, desde 2010, os Encontros Nacionais de Geógrafos que a entidade organiza a cada dois anos tiveram espaços importantes dedicados às temáticas raciais. Todos tiveram, por exemplo, mesas redondas sobre a temática racial (além de gênero e outros temas historicamente invisibilizados), com a presença de intelectuais e ativistas negros e negras da Geografia e de outros campos, além de seções temáticas para apresentação de trabalhos específicos sobre o assunto. Isso, num contexto de ingresso crescente de discentes negros e negras nas universidades em departamentos cujos corpos docentes eram majoritariamente brancos e não tinham familiaridade com a discussão, criou e difundiu referências para esses ingressantes, fortaleceu alguns poucos grupos de pesquisa sobre o tema e coletivos de estudantes negros e negras, criando diálogos e articulações. É dessa forma que a Geografia vem sendo disputada, com muitos desses estudantes atualmente ingressando em programas de pós-graduação propondo tais temáticas.



Em artigo para a revista YUYAYKUSUN, a partir de uma leitura decolonial e ao mesmo tempo geográfica, você aborda as diversas dimensões constituídas na relação entre o racismo e outros princípios de dominação/exploração/hierarquização (SANTOS, 2013). Gostaríamos que você discorresse sobre como as categorias geográficas podem ser mobilizadas pela luta anti-racista e para sua compreensão.

Creio ter dialogado um pouco com essa questão em respostas anteriores, mas vale retomar e desenvolver algumas coisas ainda. Apontei como recentemente a luta antirracismo vem se apropriando de ferramentas de representação espacial na forma de mapeamentos e também mobilizando categorias de leitura espacial da Geografia como chaves para a ação (políticas de escalas, lutas por território, disputas de lugar). Poderia apontar diversos outros exemplos nesse sentido, da mobilização de raciocínios espaciais nas estratégias de ação, como a escolha de lugares de memória para o acionamento de sentidos de pertencimento em manifestações públicas. Para ficar em apenas um exemplo, no Rio de Janeiro, as últimas manifestações contra o atual Governo Federal e sua condução de uma pandemia que já levou a quase 600 mil mortes enquanto eu respondo a estas perguntas têm sido realizadas junto a uma estátua de Zumbi dos Palmares, na Praça Onze, região outrora batizada de Pequena África. Isto mostra o acionamento estratégico da potência mobilizadora do lugar. Mas, no tocante à relação entre o racismo e outros princípios de dominação/exploração/hierarquização, o recurso às ferramentas da análise geográfica também se mostra profícuo e urgente.

Afirmar acima que esta compreensão plural e heterárquica do capitalismo embarralha os princípios como raça, classe, gênero, sexualidades, cultura, espiritualidade, episteme, entre outros. Isto conduz a processos dinâmicos e contextualizados de classificação, hierarquização e subalternização, em que raça se simbiotiza com e se transmuta nestes outros princípios. Tal aspecto, que nos obriga a ampliar e deslocar atenções analíticas da raça para a racialização, é que desdobra o racismo em variantes como racismo religioso, racismo ambiental (que aparece na forma de desigualdades racializadas em termos de qualidade e impactos ambientais) ou racismo institucional (em que instituições complexas acabam oferecendo resultados racialmente desiguais de seu funcionamento, caso de instituições policiais e de segurança, educativas, médicas, entre outras), por exemplo. Como significativo dinâmico, contextualizado, atribuído a indivíduos e/ou grupos em processos de subalternização, a racialização pode ser imputada a indivíduos, grupos, comunidades, símbolos, práticas culturais e ambientais, levando, assim, a diversas formas de espacialização. Comunidades são

racializadas, ou seja, sofrem os efeitos da lógica de classificação, hierarquização e subalternização em que consiste o racismo, isto na relação com outros grupos sociais e instâncias do Estado. Isto complexifica e sustenta o racismo e seus resultados sociais mesmo diante da emergência de ordenamentos jurídicos penalizadores das formas 'tradicionais' de discriminação aberta e manifesta. Assim, creio que a leitura espacial/espacializada das articulações de diferentes formas de dominação/exploração/hierarquização nos permite conectar a racialização de espaços com as desigualdades sociais, fornecendo chaves para a disputa de políticas públicas como uma dentre outras estratégias de luta antirracismo.

Quais são os desdobramentos da luta do Movimento Negro Brasileiro na geografia contemporânea?

Eu diria que o Movimento Negro Brasileiro está dentro da Geografia, a partir da minha visão do que é o Movimento Negro. Eu o vejo a partir das lentes analíticas do italiano Alberto Melucci (1994), que propõe pensar os movimentos sociais como 'áreas' ou 'campos' de ativismos, compostos por indivíduos, grupos, organizações. Assim, movimentos não são 'entidades' e, no caso do Movimento Negro, isso é flagrante e imperativo. Por mais que tenha havido em diversos momentos importantes tentativas de constituição de uma unidade organizativa e institucional do Movimento, da qual a mais importante foi a criação, em 1978, do Movimento Negro Unificado (MNU) (que também não abrangeu todas as iniciativas e creio não ter sequer tido essa pretensão), o Movimento Negro Brasileiro sempre se moveu como um amplo e diverso conjunto de iniciativas ativistas. Além disso, o movimento obviamente também é constituído por diversas formas de vínculos e arenas de disputas, nas quais se constroem diretrizes hegemônicas de luta, de identidade, de objetivos, entre outros aspectos. Aproximo-me, assim, da forma como Joanildo Burity (2001) se apropria dessa ideia de 'área' de movimento ao analisar as práticas associativas locais na periferia do Recife 'aproximando a concepção de Melucci (1994) do conceito de 'campo' de Pierre Bourdieu (1996), algo que envolve constituição de unidade e diversidade na constituição de seu devir.

Dessa maneira, para mim, Movimento Negro compreende instituições, organizações, mas também ativismos de indivíduos, que transformam em arena da luta antirracismo os seus espaços de atuação. É neste sentido que eu digo que o Movimento Negro está na Geografia: há geógrafos e geógrafas negros e negras disputando a Geografia, atuando na luta antirracismo na Geografia e, a partir da Geografia, na sociedade. Estamos falando de sujeitos que não se dissociam epistemicamente (ou seja,



teórica e politicamente) de seus objetos de investigação e análise, se posicionam e assumem as consequências epistêmicas disso. Grande parte desses sujeitos militam ou já militaram em outras esferas de ativismo antirracismo. Obviamente, me vejo nessa condição, junto com muitas outras pessoas na Geografia brasileira. Nesse sentido, o Movimento Negro vem disputando a Geografia, questionando seus papéis históricos como suporte ao racismo no passado e no presente, produzindo conhecimento sobre as relações raciais, mobilizando as categorias e instrumentos da representação espacial e dos raciocínios espaciais como ferramentas em disputas territoriais, disputas de visões de mundo e processos formativos, disputas por políticas públicas, enfim, o conjunto de disputas visando a superação do racismo na nossa sociedade.

Sendo o racismo um elemento estrutural da sociedade brasileira, podemos considerá-lo um agente central na produção do espaço urbano? Há uma variação nessa lógica de produção considerando as diferenças regionais?

Eu não usaria o termo 'agente' por ser um conceito que, tensionado em relação a outros como ator e sujeito, remete a indivíduos e grupos que compõem um todo social. Agente 'age'. O racismo, sistema de dominação, 'regula' os comportamentos dos agentes, então eu chamaria de dimensão ou princípio regulador, aí sim, central para os nossos processos de produção do espaço urbano. Mencionei acima, por exemplo, como verificamos padrões de segregação assemelhados em cidades de tamanhos, idades e históricos diferentes. Quando eu organizei o livro 'Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil' (SANTOS, 2007), consegui autorização e publiquei um texto do demógrafo Eduardo Rios-Neto e Juliana Riani (2007) que mostrava padrões semelhantes de segregação racial em sete grandes cidades: Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Mostrando mapas feitos com os dados do Censo de 2000 do IBGE, o texto mostrava que os bairros com maiores proporções de negros eram aqueles com maior proporção de população abaixo das linhas de pobreza e indigência, com os piores indicadores de condições habitacionais, infraestrutura e serviços públicos. Já vi estudos mostrando esses mesmos padrões também em cidades médias no Sul, no Sudeste e em Goiânia, no Centro-Oeste.

A análise regional aí revela duas dimensões. Primeiramente, a semelhança de padrões espaciais 'os bairros com maior proporção de negros tinham as piores condições em todas as cidades no Sul, Sudeste e Nordeste. Importante pensar: padrões semelhantes de segregação racial em cidades de formação colonial e com séculos

de história, que atravessaram diversos ciclos econômicos da economia primário-exportadora-escravista e também a industrialização, mas também em cidades como Belo Horizonte e Goiânia, que foram fundadas no século passado apenas. Isso indica o papel do racismo no nosso ciclo de industrialização por substituição de importações e seus profundos e robustos processos associados de transformação territorial, como as migrações internas, a modernização e interiorização da agricultura e, em particular aqui, a urbanização (tanto na metropolização quanto na formação de cidades médias). Esse papel, mostra esse estudo, é nacional e nos obriga a reposicionar as diferenças regionais na leitura de padrões raciais. A integração nacional levada a cabo pelo processo de industrialização por substituição de importações teve como uma de suas facetas a integração das lógicas de organização territorial, o que não quer dizer homogeneização, mas funcionamentos conjuntos e nacionalização de fatores. Esta semelhança na incidência da variável racial na organização das nossas cidades deve ser pensada dentro desse raciocínio. Isto nos impõe novas formas de pensar as diferenças regionais, distintas das que orientaram a formulação do Projeto Unesco de pesquisas sobre as relações raciais na década de 1950, por exemplo. Este projeto foi formulado num estágio ainda inicial da integração nacional, num Brasil ainda marcado pela estrutura que a literatura chamou de 'Padrão Arquipélago', onde a diferença e a autarquização de lógicas subordinadas aos vínculos com o exterior davam mais força às especificidades regionais das próprias relações raciais. Tal projeto frutificou estudos bastante distintos (em termos de premissas, metodologias, enfoques) no Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife.

Por outro lado, olhando o mesmo estudo de Rios-Neto e Riani (2007), observamos que as faixas de proporções de negros (ou podemos assumir, aqui, de populações não-brancas) que configuram as áreas de ponderação mostradas em cada cidade variam: para Curitiba, os bairros com maiores proporções de negros vão de 17,1% a 31,5%, no Rio de Janeiro vão de 51,3% a 64,1%, enquanto em Salvador vão de 78,9% a 89,9%. Isto quer dizer que a faixa dos bairros com menor proporção de negros em Salvador, que começa com 29,0% e vai até 42,9%, quase na sua totalidade supera os bairros com maior proporção em Curitiba, assim como em Porto Alegre, onde a maior faixa vai de 22,8% a 32,1% de negros. Estamos falando de diferentes padrões de branquidade, de confinamento racial e menor convivência com negros (provavelmente, também em condições assimétricas) dos grupos dominantes. Tais padrões de convivência interferem nas formações de subjetividades dos sujeitos, de forma que podemos pensar em correlações entre esses diferentes padrões regionais e o estabelecimento de formas de criação e performatização de fronteiras classificatórias



' a fronteira entre branca e não-branca pode ser diferente em Salvador e Curitiba, por exemplo. É evidente que este fenômeno, do estabelecimento de fronteiras classificatórias e processos de etnogênese, tem influência de diversos outros processos e fenômenos históricos, como as diferenças na recepção de imigrantes brancos no projeto que constituiu uma política de branqueamento da população entre os séculos XIX e XX. Também interferem as diferenças em termos de recepção de migrações inter-regionais a partir da industrialização por substituição de exportações, sobretudo na segunda metade do século XX. Carlos Vainer (1990) tem um ótimo texto mostrando essa dimensão racial na história das políticas migratórias no Brasil tanto na recepção de fluxos externos quanto internos entre regiões, entre outros fatores. Áreas receptoras de grandes fluxos (como o Sudeste, que recebeu grandes fluxos de nordestinos, e o extremo oeste, que recebeu nordestinos e sulinos, por exemplo) vão ter a origem regional como fator complexificador das fronteiras de classificação racial. Mesmo com essas variações regionais, no entanto, a fronteira principal permanece sendo entre brancos e não-brancos (por mais que a formação dos grupos varie em seus critérios) e é ela que marca os padrões de segregação racial nas cidades. Portanto, temos muitas agendas a serem ainda estudadas na compreensão das formas como o racismo, enquanto elemento estrutural dos nossos projetos hegemônicos de sociedade, regula a produção do espaço urbano no Brasil, provocando semelhanças nacionais e, ao mesmo tempo, dimensões de diferenças regionais.

É possível decolonizar a geografia? Neste sentido, quais são os desafios que estão colocados para geógrafos e geógrafas?

Acho importante ter a busca da descolonização como um horizonte utópico da prática científica. Se é possível, é muito difícil dizer... A ciência, e a Geografia em particular, foi desenvolvida como uma construção moderno-colonial. É possível transformá-la numa ferramenta a serviço de lutas anti-hegemônicas, o que não significa descolonizar. Neste sentido, a absorção de uma vigilância crítica sobre os efeitos de poder é um reencontro crítico fundamental. No caso da Geografia, precisamos refletir sobre o que foi construído (e destruído!) a partir da mobilização de categorias, conceitos e noções como, por exemplo, vazão demográfico, região natural, atraso e avanço, entre outras, seus papéis na produção de classificações e hierarquias, desqualificações de grupos e formas de existir que se traduziram (e ainda se traduzem) em violências diversas. Isso implica, portanto, tensionarmos o caráter múltiplo da Geografia, como campo do conhecimento científico mobilizado tanto como saber prático no planejamento do

território quanto como ferramenta de construção, inculcação e controle de visões de mundo, através da sua inserção como disciplina escolar.

Sendo talvez um pouco mais modesto, então, ao invés de pensar em 'descolonizar' a Geografia, buscar constituir uma agenda descolonial já é um grande passo. Algumas pessoas vêm tentando isso. Por exemplo, Valter Carmo Cruz (2017), num capítulo do livro 'Geografia e Giro Descolonial', que ele próprio organiza, tenta ao final organizar uma agenda, um conjunto de desafios para que a Geografia incorpore um projeto de descolonização da disciplina: desafios que vão desde as matrizes teóricas, dimensões metodológicas, construção dos objetos, entre outros.

Eu vejo a perspectiva do giro descolonial trazendo um conjunto de questões para todo o conhecimento científico e três agendas me chamam a atenção: primeiramente, a crítica ao conhecimento científico ' que envolve suas práticas, suas matrizes epistêmicas e a relação com outras formas de conhecimento, seus efeitos de poder; seguidamente, uma busca pela releitura das relações de poder, com a complexificação da compreensão crítica das formas de dominação, exploração e opressão, bem como a valorização das experiências de resistências dos subalternizados; e, assim, em terceiro, uma releitura do mundo e dos processos históricos que nos trouxeram à contemporaneidade, à ordem moderno-colonial. Tais agendas assim sintetizadas (é importante sublinhar que estou aqui buscando uma formulação curta desses desafios), para dialogar com um campo de conhecimento específico, caso da Geografia, colocam desafios que têm que ser também específicos. Gosto de pensar, então, quais são as contribuições da Geografia para um projeto societário descolonizador. Vejo esse desafio a partir de dois núcleos, olhando para esforços que creio que já vêm sendo feitos por alguns geógrafos e geógrafas.

A primeira contribuição de uma Geografia num projeto descolonial que eu vejo está na busca da validação do deslocamento (ou, melhor dizendo, da pluralização) de lócus e sujeitos da produção de conhecimento. Carlos Walter Porto-Gonçalves (2009) chama isso de valorização (teórica e política) dos sujeitos que falam a partir de outros *topoi*, ou seja, de lugares de possíveis epistemes emancipatórias. Ele traz o exemplo do uso da nomeação 'Abya Yala', dos povos Kuna, em substituição à ideia moderno-colonial de América, como exemplo de luta por conhecimento e reconhecimento através da disputa de nomeação. É, na verdade, um esforço no projeto de pluralização de racionalidades, fazendo o que o indiano Dipesh Chakrabarty (2000) chamou de provincianização da Europa e, a partir do reconhecimento de múltiplas agências possíveis na produção de conhecimento, buscar, então, a desprovincianização



da razão ' projeto a que Boaventura de Sousa Santos vem também se dedicando. Creio que a Geografia, enquanto ferramenta de produção e inculcação de *imago mundi* e classificação de contextos espaciais, tem papel fundamental nisso. Caímos, então, na tensão entre produzir (i) geografias das diferenças e (ii) geografias dos diferentes (como as Geografias Feministas ou Geografias Negras). Eu venho buscando algo híbrido entre essas duas coisas, algo como (iii) leituras geográficas *a partir* dos diferentes e das diferenças. Isto significa mobilizar as ferramentas da análise geográfica para construir análises espaciais a partir do lócus epistêmico dos sujeitos e grupos desfavorecidos. O conceito de branqueamento do território, que abordei brevemente acima, tenta seguir essa agenda, sendo uma tentativa de releitura da formação do território brasileiro a partir das experiências dos grupos não-brancos, que experimentaram e experimentam expulsão, dizimação, incorporação subalternizante tanto do ponto de vista de seus corpos racializados quanto de suas matrizes culturais e narrativas sobre si e seus territórios. É um esforço de releitura ou de construção de outra leitura sobre nossa formação territorial, uma 'geografia da diferença', no sentido de uma leitura de como a diferença se faz espaço, informa espacializações, e uma 'geografia a partir dos diferentes', na medida que valoriza suas experiências e seus lócus como agência epistêmica da produção de conhecimento.

Um segundo movimento que considero importante numa contribuição da Geografia para um projeto descolonial de sociedade é a busca pela construção e validação de outras imaginações de espaço. Aqui, creio ser útil valorizar uma autora que, mesmo não sendo propriamente identificada com a perspectiva descolonial, deu importantes contribuições críticas mostrando como imaginações de espaço se constituem em ferramentas de controle de raciocínios políticos, práticos e teóricos. Refiro-me à inglesa Doreen Massey (2004) que, em seu esforço de construção de uma geografia feminista, chama a atenção de como a construção e imposição de uma ideia de mundo como unidade e totalidade (espaço geográfico) opera com concepções fechadas de espaço que lastreiam o patriarcado e outras ordens de poder. Para ela, essa ideia de uma unicidade espacial impede a possibilidade do respeito à coexistência dos diferentes, pois naturaliza os efeitos perversos da planetarização de matrizes de relações que o capitalismo e o eurocentrismo promovem. Assim, ela sugere que sejam desenvolvidas outras concepções de espaço e propõe pensá-lo como coexistência da(s) diferença(s). Portanto, pensar o espaço como diversidade, esfera de multiplicidade e, desse modo, como um devir aberto, o que sinalizaria para uma pluralidade de futuros possíveis a partir das infinitas combinações e relações políticas entre essas existências, grupos e sujeitos diversos. Esse espaço, segundo Massey, seria definido como a esfera do

encontro: espaço como encontro e relações entre sujeitos e grupos, espaço como fluxos de relações, em oposição à imaginação do espaço como superfície que é mensurável e, no limite, finita. Creio que esta proposição de uma outra imaginação espacial de Doreen Massey é fértil e necessária enquanto contribuição da Geografia num projeto descolonial de sociedade. Deslocamento e pluralização dos lócus e sujeitos enunciadores (de conhecimento, em relações de poder) dependem desse reconhecimento da diferença e da pluralidade. Então, creio que a busca de uma imaginação de espaço que lastreie isso é tarefa e contribuição colocada para geógrafos e geógrafas num projeto de sociedade dedicado à descolonização.

Notas

1 Nota dos Editores – Na medida em que há controvérsias sobre qual o termo correto a usar em português e espanhol, "decolonial" ou "descolonial", mantivemos a enunciação do primeiro pelos entrevistadores e do segundo pelo entrevistado.

2 Cf.: NEGRAM – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais. Redes sociais: https://www.instagram.com/negram_ufrj/ e <https://www.facebook.com/negram.ufrj>.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: Guerra dos Mapas**. Belém: Editora Falangola, 1994.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Terras tradicionalmente ocupadas**: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. Manaus: mimeo, 2006 (versão revista e ampliada de texto originalmente publicado pela Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 6, n. 1, 2004, p. 9-32).

ARROYO, Miguel. Os movimentos sociais reeducam a Educação. In: ALVARENGA, Marcia Soares de et al. (Orgs). **Educação popular, Movimentos Sociais e Formação de Professores**: outras questões, outros diálogos. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa; Rio de Janeiro: DIFEL; Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papiurus, 1996.

BURITY, Joanildo. **Identidade e múltiplo pertencimento nas práticas associativas locais**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Série Textos para Discussão, nº 108, 2001.

CAMINO, Leôncio et al. A face oculta do racismo: uma análise psicossociológica. In: **Revista Psicologia Política**, v. 1, n. 1, 2001, p. 13-36.

CARVALHO, José Jorge. **Inclusão étnica e racial no Brasil**: a questão das cotas no Ensino Superior. São Paulo: Attar Editorial, 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A.; RIBEIRO, Matilde (Orgs.). **Gênero e raça nas políticas públicas**: experiências em Santo André ' SP. São Paulo: Pólis, 2001.



- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference**. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. Tradução de Carol Correia, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em: 17 ago. 2022.
- CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento decolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Walter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson Araújo de (Orgs.). **Geografia e giro decolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.
- ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 2 ed. Trad. J. L. de Melo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.
- GARCIA, Antonia dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais**: Salvador, cidade d'Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- GICOVATE, Moisés. **Geografia Geral**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1944.
- GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- HARLEY, John Brian. Mapas, saber e poder. **Confins - Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 5, 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/index5724.html>.
- HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.
- HIRSCHMAN, Albert. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, 2015, p. 193-210. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mrjHhJLHZtfyHn7Wx4HKm3k/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- KONTOPOULOS, Kyriakos. **The logics of social structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia - isso serve**, em primeiro lugar, para fazer a Guerra. Campinas: Papirus, 1988.
- LAO-MONTES, Agustin. Hilos descoloniales. Trans-localizando los espacios de la diáspora africana. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 7, 2007, p. 47-79. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n7/n7a03.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2022.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014. p. 935-952. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- MASSEY, Doreen. Politics and space/time. In: KEITH, Michael; PILE, Steve. **Place and the politics of identity**. London: Routledge, 1993, pg. 141-161.
- MASSEY, Doreen. Spaces of politics. In: MASSEY, Doreen; ALLEN, John; SARRE, Phil. (orgs.). **Human Geography today**. Cambridge: Polity Press, 1999, pp.279-294.
- MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOGRAPHIA**, Niterói, v. 6, n. 12, 2004, p. 7-23. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13477>. Acesso em: 13 ago. 2022.
- MCKITTRICK, Katherine. On Plantations, Prisons, and a Black Sense of Place. **Social & Cultural Geography**, v. 12, n. 8, 2011, p.

947-963. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14649365.2011.624280>. Acesso em: 12 ago. 2022.

MELUCCI, Alberto. Qué hay de nuevo en los nuevos movimientos sociales?. In: GUSFIELD, Joseph; RODRÍGUEZ-CABELLO, Enrique Laraña. **Los nuevos movimientos sociales: de la ideología a la identidad**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1994.

MEMMI, Albert. **Retrato do Colonizado precedido pelo Retrato do Colonizador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. *Habitar la frontera: sentir y pensar la descolonialidad* (Antología, 1999-2014). Barcelona: CIDOB; UACJ, 2015.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Pan-Africanismo na América do Sul: Emergência de uma rebelião negra**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala: tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, 2009, p. 25-30. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/16231>. Acesso em: 11 ago. 2022.

QUIJANO, Aníbal. ¡Que tal raza! **Ecuador Debate**, Quito: Centro Andino de Acción Popular/CAAP, n. 48, 1999, pp. 141-151.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Faces ativas do urbano: mutações num contexto de imobilismos. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (org.). **Repensando a experiência urbana na América Latina: questões, conceitos e valores**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sentidos da ação e lutas por protagonismo em contextos metropolitanos: fragmentação na periferia do capitalismo. In: **VII Seminário Internacional da Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio**, Camagüey, Cuba, 2002. Versão mimeo.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma Cartografia da Ação: pequeno ensaio de método: Projeto do Observatório LASTRO**. 01. ed. Rio de Janeiro: 2001/2004, mimeo.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIOS-NETO, Eduardo; RIANI, Juliana de Lucena Ruas. Desigualdades raciais nas condições habitacionais na população urbana. In: SANTOS, Renato Emerson dos. (org.) **Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: O Negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Renato Emerson dos. Repertórios espaciais de ação na luta anti-racismo: o caso da Pequena África no Rio de Janeiro. In: SÁNCHEZ, Fernanda; MOREIRA, Paula Cardoso (Orgs.). **Cartografias do conflito no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. Disponível em: <https://neplacettern.wixsite.com/cartografiasconflito>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SANTOS, Renato Emerson dos. A Lei 10.639 no PNLD de Geografia: um ensaio sobre questões, mudanças e permanências. In: TONINI, Ivaine et al. (orgs.). **Geografia e livro didático: para tecer leituras de mundo**. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 29-49.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.) **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: DP et Alii ; Brasília: ABPN, 2012.

SANTOS, Renato Emerson dos (Org.) **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: DP et Alii ; Brasília: ABPN, 2012.



SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011, p. 1-17. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2299>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: O negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007

SANTOS, Renato Emerson dos. O movimento negro brasileiro e sua luta anti-racismo: por uma perspectiva descolonial. **Yuyaykusun**, n. 6, 2013, p. 93-108. Disponível em: <http://revistas.urp.edu.pe/index.php/Yuyaykusun/article/view/257>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SANTOS, Renato Emerson dos et al. Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo?. In: RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela (Orgs.). **Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico**. Belo Horizonte: Fluxos, 2018, p. 464-491.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, n. 18, 2012, p.106-131. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 29 jun. 2022.

SWYNGEDOUW, Erik. Neither Global nor Local: Glocalization and the politics of scale. In: COX, Kevin R. (Org.). **Spaces of globalization: reasserting the power of the local**. New York; London: The Guilford Press, 1997, p. 137-166.

TAGUIEFF, Pierre-André. **O racismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

VAINER, Carlos. Estado e raça no Brasil: notas exploratórias. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 18, p. 103-118, 1990.

VENTURA, Vânia Oliveira. **Pedra do Sal: patrimônio cultural/museu**. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2016.

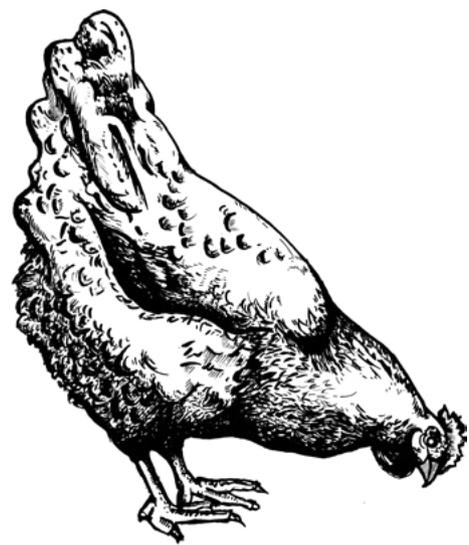
WALLERSTEIN, Immanuel. Universalismo, racismo y sexismo, tensiones ideológicas del capitalismo. In: BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN,

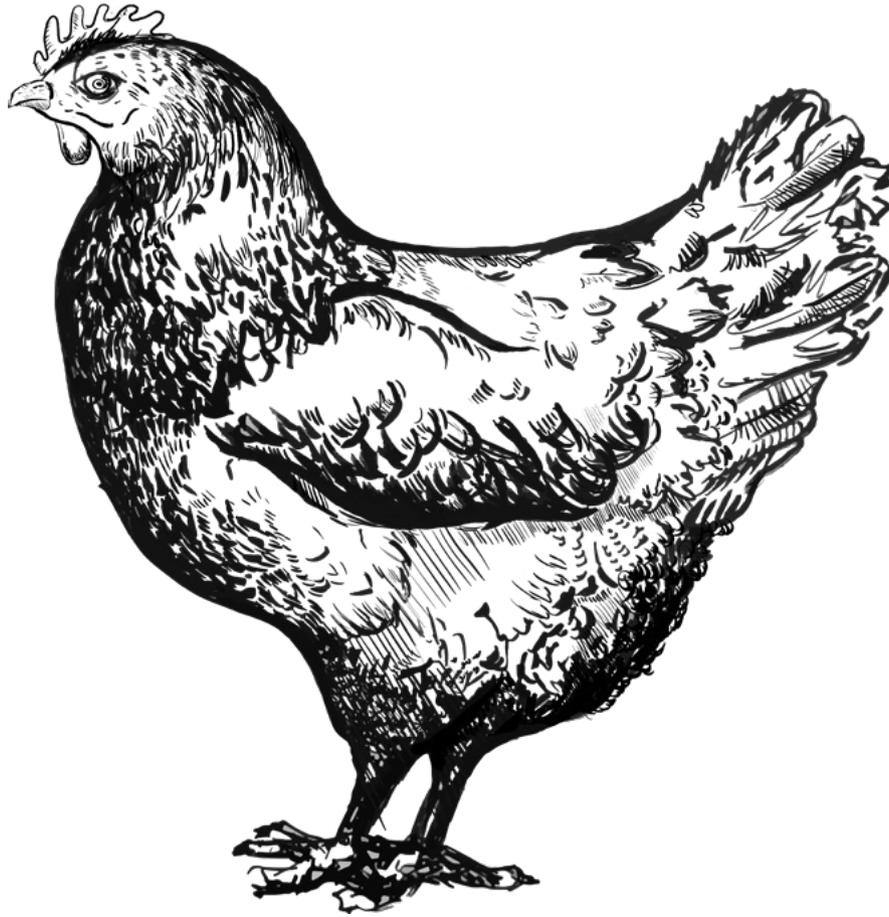
Immanuel. **Raza, Nación y Clase**. Madri: Iapala, 1988.

WALSH, Catherine. (De)construir la interculturalidad: consideraciones críticas desde la política, la colonialidad y los movimientos indígenas y negros en el Ecuador. In: FULLER, Norma (Org.). **Interculturalidad y política: desafíos y posibilidades**. Lima: Red para el desarrollo de las ciencias sociales en el Perú, 2002, p. 115-142.

WERLEN, Benno. **Society, Action and Space: An Alternative Human Geography**. Londres: Routledge, 1993.

WERLEN, Benno. Regionalismo e sociedade política. **GEOgraphia**, Niterói, vol. 2, n. 4, 2000, p. 7-25. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13384>. Acesso em: 17 ago. 2022.







**Racismo, produção
de desigualdades e a
necessidade de outro
fazer político**

Entrevista com Joice Berth¹

Quem entrevista:

Céline Veríssimo

PPGPPD, CAU e MALOCA / UNILA, ¡DALE! / UFBA

João Soares Pena

UNEB, ¡DALE! / UFBA

Murad Jorge Mussi Vaz

DEAAU / UTFPR, ¡DALE! / UFBA, MALOCA / UNILA



JOICE BERTH

Joice Berth é arquiteta e urbanista formada pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), tem especialização em Direito Urbanístico pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e tem experiência profissional na área de desenvolvimento urbano. Entretanto, isto não é tudo que se pode falar sobre ela, que tem escrito sobre questões que vão além da cidade. Joice Berth é autora do livro "Empoderamento", obra que integra a Coleção Feminismos Plurais, coordenada pela filósofa Djamila Ribeiro, traduzido para o francês como "Empowerment et féminisme noir", pela Anacaona Editions. Além disso, tem escrito para jornais e revistas, como Carta Capital, portal Terra e Elle Brasil, sobre feminismo negro, raça e racismo, empoderamento, gênero, entre outros temas importantes e urgentes. Ela também publica regularmente reflexões sobre diversos temas e acontecimentos em suas redes sociais, dialogando com um público amplo.

Seu trabalho tem lhe dado destaque nacional, tendo sido, em 2019, membro do júri do 6º Prêmio de Arquitetura Instituto Tomie Ohtake Akzonobel e da Premiação IABSP 2019. Ela também tem sido convidada para dar palestras em diversos eventos no país e no exterior. Atualmente, Joice Berth atua como assessora parlamentar na Câmara de Vereadores da cidade de São Paulo.

Mulher negra, escritora, psicanalista em formação e mãe – como faz questão informar em seu perfil numa rede social –, nesta entrevista Joice Berth nos conta sobre sua trajetória profissional, tece considerações sobre os desafios para a arquitetura e o urbanismo, faz uma crítica ao que considera modismo em torno do uso da teoria decolonial e conta algumas de suas referências. Para ela, o racismo está no cerne das desigualdades sociais e urbanas, sendo necessário romper com a forma atual de fazer política e, como ela diz, "criar uma metodologia própria, com a cara do nosso povo" para pensar e intervir nas cidades.





Você é arquiteta e urbanista, mas sua atuação não se restringe a esses campos, você é uma pensadora das questões sociais no Brasil. Conte-nos um pouco sobre sua trajetória profissional, sobre seu alinhamento teórico, sobre como e a partir de que perspectivas você enxerga a sociedade.

Bom, a minha trajetória profissional na arquitetura e urbanismo esbarrou em duas questões limitantes de qualquer atuação profissional: etarismo, porque eu me formei aos 35 anos de idade, e racismo, por questões que dispensam especificar. Mas, ainda assim, consegui seguir a linha de atuação que mais me atraía, que é o urbanismo. Trabalhei como arquiteta e urbanista em empresas de Engenharia Social, como a Diagonal Urbana aqui em São Paulo (que atualmente é apenas Diagonal). Fui estagiária por dois anos, atuando no projeto Cidade Legal de regularização fundiária dos empreendimentos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), trabalhei como avaliadora de moradias em áreas não urbanizadas e com remoções pela IEME Brasil (empresa de engenharia e desenvolvimento urbano) em parceria com a Desenvolvimento Rodoviário S/A (DERSA) (empresa controlada pelo Governo do Estado de São Paulo) na construção do anel viário, urbanização de áreas favelizadas, avaliação de imóveis, regularização fundiária, essa parte mais politizada da profissão, que não tem o glamour e poucos escolhem atuar.

As disciplinas de teoria e história da arquitetura e do urbanismo costumam ter uma bibliografia bastante centrada nos cânones europeus que pouco dialogam com a realidade das periferias urbanas brasileiras. Por outro lado, a literatura sobre cidades na África, pouco explorada nas escolas brasileiras, pode nos ajudar a compreender nossos processos urbanos tanto pela dimensão do espaço construído quanto pelos usos cotidianos. Como você avalia essa ausência na formação dos arquitetos e urbanistas brasileiros?

LAJE v.2 n.2
p. 86-97
2023

ISSN: 2965-4904

Eu não estou bem certa se uma literatura africana sobre a construção de cidades africanas especificamente pode nos ajudar a entender nossos processos. Eu penso que atualmente tem surgido um modismo em torno da teoria decolonial, que é consequência da pesquisa rasa e da assimilação distorcida do conceito. Parece que as pessoas estão entendendo a decolonialidade na mesma perspectiva da descolonização. São coisas diferentes. África sofreu colonização também e muita coisa foi alterada. Então, penso que é mais produtivo compreender os mecanismos eurocêntricos que nos constituíram na concepção do espaço urbano e, simultaneamente, descobrirmos quem somos enquanto povo formado a partir de três identidades distintas: indígena, africana e portuguesa. Estudar África e suas culturas é importante como referência do que fomos e não do que podemos voltar a ser, como está nas entrelinhas dos discursos que acreditam ser decoloniais. Enquanto não rompemos com o eurocentrismo e com o imperialismo de maneira radical, o que inclui a ideia essencialista e reducionista de africanidade, não podemos nos olhar no espelho e saber quem somos nós, povo brasileiro.

Na seara da questão anterior, a reflexão sobre arquitetura e urbanismo no Brasil tem se constituído sobre uma série de lacunas teóricas, metodológicas e epistemológicas em relação a um conhecimento situado. Quais são os aspectos que você considera centrais para repensar os currículos de nossas escolas? Quais são os maiores desafios?

O grande desafio é criar uma metodologia própria, com a cara do nosso povo. Acredito que o mundo espera ainda pela descoberta "espiritual" do que é o Brasil. Ao longo de nossa história estivemos mimetizando tudo que se possa imaginar, ao mesmo tempo que inibíamos o que surgia de nós espontaneamente. Repensar nossos currículos em todas as áreas passaria por descobrir quantas pessoas foram varridas para debaixo do tapete da história por não se encaixarem no molde eurocêntrico da meritocracia acadêmica. As minhas reflexões podem ser muito interessantes para a massa popular que tem contato comigo pelas redes, mas cotidianamente eu sou desautorizada, desprezada e até ridicularizada por acadêmicos e não sou a única. Recentemente estava lendo uma entrevista do médico psiquiatra e psicanalista já falecido Flávio Gikovate e ele, mesmo sendo um homem branco, visivelmente branco, narra que sempre foi rechaçado pelos colegas de profissão por ser outsider, por seguir uma linha própria de pensamento e atuação na reflexão e no atendimento de pessoas que a ele recorriam. Isto que dizer que o enraizamento do eurocentrismo é tão profundo que até quem é branco e, portanto, potencialmente tem lugar reservado dentro dessa estrutura, acaba sendo jogado pra fora quando não segue o status quo.



O desafio é conseguir desapegar do que já conhecemos e criar novas possibilidades, mais atrativas e que atendam à identificação necessária para estimular o gosto por esses espaços e suas produções.

Nas duas últimas décadas as universidades tiveram um ingresso maior de pessoas negras em razão de políticas afirmativas, como as cotas raciais. Em seu livro “Empoderamento” (BERTH, 2019b), você defende que o empoderamento nunca é apenas individual, mas sempre coletivo, pois os indivíduos precisam ter uma consciência crítica da realidade para promover mudanças. Considerando isto, como você avalia os desdobramentos da presença negra nas escolas de arquitetura, na formação de arquitetos e urbanistas e na atuação desses profissionais atualmente?

Considero um caminho promissor, desde que a cooptação não seja eficiente, porque os mecanismos do racismo funcionam de maneira muito sofisticada e eu vejo muitas pessoas negras adentrando esses espaços com um potencial enorme de inclusão e não de modificação. Como alerta Angela Davis (2016), não basta adentrar os espaços, é preciso ter disposição para romper de alguma forma com o que está ali e com as forças que vão tentar manter as estruturas, seja através de perseguição, de aniquilamento do potencial, difamação, golpes na autoestima etc. Não é fácil, é uma briga gigantesca e requer uma frieza ou domínio dos nossos instintos humanos e dos nossos sentimentos e emoções para não sucumbir. Soube que há algumas semanas ocorreram suicídios na Universidade de São Paulo (USP).² Estudantes negros se matando é sintomático. Por isso sou uma ferrenha defensora da psicanálise, do entendimento e fortalecimento da nossa psique, porque o racismo mexe muito mais fundo do que conseguimos perceber.

Em um artigo na Carta Capital você afirma que “o racismo é um urbanista que planeja e define espaços de morte e vida nas grandes cidades” (BERTH, 2019a). As cidades brasileiras, sobretudo as metrópoles, são marcadas por uma grande desigualdade racial materializada no espaço. Por outro lado, as políticas urbanas não enfrentam o racismo como um problema central. Como você avalia os instrumentos de política urbana existentes para o enfrentamento ao racismo e a promoção de cidades mais socialmente justas? Como descolonizar essas políticas?

Conheci em minhas pesquisas uma socióloga negra chamada Melissa M. Valle (2017) que cunhou um termo que gosto muito de usar que é Colorblind Urbanism, que em português significa Urbanismo Daltônico, ou seja, a persistência dos atores das políticas urbanas em falar em desigualdades sem considerar a nascente delas, que

são as opressões estruturais. Quando você tem uma megacidade como São Paulo, com mais de 30 mil pessoas em situação de rua e, entre essas pessoas, 80% são homens negros, há uma questão que não dá pra negar: a raça definiu essa condição. É como se o racismo, nesse caso, fosse as camadas de recheio de um grande bolo que vem sendo construído há séculos. Mas isso é tratado como casual, como mero detalhe. Daí, como isso pode ser solucionado nas políticas habitacionais se a essência permanece dando o "sabor" do bolo? Isso vem modificando-se a passos lentíssimos, mas já temos, ao menos, os expoentes da luta urbana pensando na questão racial e de gênero com mais seriedade. Mas, ainda assim, não conseguiremos achar um caminho eficiente sem considerar que reparações históricas não podem se restringir ao sistema educacional superior. Em todas as áreas onde o ônus é um visível sintoma do racismo atuante, a reparação se faz necessária. Descolonizar essas políticas passa pela ruptura com a maneira fragmentada de fazer política. É preciso haver uma política integrada em diversas frentes para se chegar a um resultado.

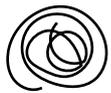
As contradições entre bairros brancos ou nobres e as periferias das cidades brasileiras são gritantes. Nos primeiros, de maneira geral, há a melhor infraestrutura existente, nas segundas a ausência do Estado. Em muitos bairros periféricos carentes de serviços e infraestruturas a presença mais visível do Estado é a polícia. A que você atribui essa diferença?

Foi a formação racista das cidades que influenciou a divisão do espaço urbano. Nosso modelo de cidades, apesar de ter influência da Pólis grega, sofreu uma inflexão no período colonial. As fazendas escravistas definiam onde era o lugar de branco (Casa Grande) e onde era o lugar do negro (Senzala, primeiramente, e, depois, Quilombo). Esse modelo foi transportado para o espaço urbanizado, porque não é só um modelo físico, é uma ideia. Além disso, a polícia entra na história para compor a narrativa do medo, que é o que mantém a opinião pública tranquila diante da defesa dessa ideia materializada nas cidades. A polícia existe para proteger o patrimônio branco e manter o "ordenamento" racial nas cidades. Não por acaso pessoas negras transitando nos espaços brancos são abordadas pela polícia, mesmo quando são moradoras desses locais.

Você poderia comentar sobre geografias periféricas e necropolítica (MBEMBE, 2018) no contexto da Pandemia de COVID-19?

Então, eu penso que o conceito de necropolítica, assim como foi com empoderamento, está sendo massificado ou fugindo um pouco da ideia original. Isto enfraquece e se há uma coisa que não podemos, sobretudo neste momento da história, é perder





conceitos. Para as lutas sociais, conceitos são instrumentos de luta a serem aplicados na prática. Dito isto, o que ocorre é que temos um traçado territorial que traz na gênese um processo histórico essencialmente excludente e opressor, cujo intuito era corroborar com as políticas de embranquecimento que vinham sendo construídas nos níveis social e político. O território é o chão onde as opressões se materializam, logo a informação histórica, se não for questionada, continua a ser (re)construída continuamente. Então, o que estamos vendo neste período de pandemia não é o agravamento da situação, tampouco o descortinamento, como andam dizendo. Pode ser para aqueles que jamais se interessaram ou se aprofundaram, seja pelo conforto dos privilégios ou pela alienação como instrumento político de controle social, mas, para mim – que nasci e cresci nas periferias e tenho uma experiência de trabalho em áreas periféricas e favelizadas –, não tem novidade alguma nos efeitos territoriais do racismo, da supremacia branca de classe, raça e gênero.

Em 2020 um debate ganhou força no contexto dos protestos antirracistas sobre monumentos em homenagem ou alusão a figuras coloniais - como os bandeirantes e traficantes de pessoas negras escravizadas - nos espaços públicos das cidades brasileiras. Além disso, ruas, escolas, cidades e tantas outras coisas possuem nomes em tributo a personagens de uma história de opressão e violência contra o povo negro. Nessa discussão alguns defendem a remoção desses monumentos e sua realocação para museus, outros dizem que tal atitude apagaria a história e não teria um resultado efetivo, outros ainda sugerem intervenções nesses objetos informando a biografia desses personagens. O que você pensa a respeito da presença desses objetos nos espaços públicos? Como resolver esse impasse?

Eu penso que o mais importante é a conscientização sobre o que eles representam. Removendo ou não, se a narrativa não cessar, perdemos a oportunidade de manter o debate sobre símbolos, significados e significantes na arquitetura e urbanismo. Justamente por isso, toda e qualquer ação precisa contar com a participação da população diretamente atingida pelo histórico desses símbolos. A população, a coletividade urbana, precisa deliberar sobre o destino desses símbolos nos espaços que ela ocupa. Falta, no fazer arquitetônico e no planejamento urbano, a escuta real da sociedade toda sobre os rumos e decisões a serem tomadas e executadas. Sempre faltou, por mais que algumas iniciativas, como a elaboração do Plano Diretor Estratégico (PDE) de São Paulo, na gestão Haddad,³ por exemplo, tenham boa vontade, é preciso que a população seja chamada a participar ativamente. Mas motivar pessoas passa por criar um sentimento de pertencimento que as motive e isto jamais foi pensado.

Considerando que, segundo o censo do CAU (2015),⁴ as mulheres representam 61% dos profissionais em arquitetura e urbanismo no Brasil, por que os projetos mais conhecidos são de autoria de homens brancos? Como você vê a situação de arquitetas e urbanistas negras neste contexto? Como enfrentar essa disparidade de gênero e raça?

Quando eu insisto em falar em "minorias sociais" muitos questionam ou contrapõem usando o argumento de que não somos minoria, somos maioria. É evidente que eu, como pesquisadora que tem contato com dados e estatísticas, sei disso. Mas considero sintomático que não seja óbvio para as pessoas que, com relação ao acesso a direitos e participação social, sejamos minorias. É isso que significa a expressão "minorias sociais". Somos minoria porque fomos apartados, invisibilizados, desumanizados e destituídos do nosso poder social no percurso histórico. Há uma supremacia masculina, branca e elitista que se formou e que vive a hierarquia no topo da cadeia de privilégios. Isto vai, invariavelmente, se manifestar nas mais variadas formas, inclusive profissional. É por isso que não temos destaque, sobretudo nós mulheres negras, que vivenciamos o lugar da dupla ou tripla opressão. A única maneira de enfrentar essa disparidade é nos empoderando enquanto grupo social majoritário que somos e fazendo a disputa política em todas as áreas. Senão, apenas paliativos carregados de tokenização serão usados, como tem sido, para mascarar problemas em vez de resolvê-los.

O giro decolonial compreende raça como um instrumento de dominação que é forjado com a invasão das Américas, centrando-se, sobretudo, nos povos originários latino americanos, mas que dialoga pouco com a diáspora africana. De alguma forma a teoria decolonial atravessa seu trabalho? Quais são as possibilidades de interações e trocas entre os estudos afrobrasileiros e o giro decolonial?

A diáspora africana, sobretudo a brasileira, está terrivelmente tomada pela colonialidade, não apenas na forma de pensar e agir, mas, principalmente, na prática política. Veja bem, no pós-George Floyd,⁵ com todo o trabalho do Black Lives Matter, que considero um marco, mesmo refutando os contornos imperialistas que delineiam os limites entre a luta antirracismo no Brasil e nos EUA, não temos uma alternativa preta para as eleições que se aproximam. Nem preta e nem feminina. LGBTQIA + então... estamos longe. Por mais que eu goste da alternativa de esquerda, sou fã do Lula e, obviamente, estive contra toda perseguição política que ele sofreu (e que tem fortes contornos raciais), eu penso que não é um avanço a sua candidatura, branca e patriarcal, em um contexto de lutas contra a colonialidade. Então, o meu trabalho dialoga essencialmente com os estudos e teorias decoloniais, porque eu



vejo sentido. Inclusive, venho identificando a contribuição de Lélia Gonzalez (1982; 2020), Beatriz Nascimento (RATTS, 2006) e Paulo Freire (2011) nesse processo, pois na minha leitura, eles foram precursores, ainda que Aníbal Quijano (1992; 1999; 2005) só tenha cunhado o conceito mais tarde. *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 2011) é um verdadeiro manifesto de ensino decolonial e suas necessidades. Não só a negritude brasileira rejeita isso, mas a esquerda também. Agora, uma coisa que me intriga é a falta de percepção da turma do giro decolonial em reconhecer isso: a contribuição já está acontecendo, timidamente sem dúvida, mas já está em curso.

Referências

- BERTH, J. Áreas brancas e áreas negras: o redline nas cidades brasileiras. **Carta Capital**, 08 de abril de 2019a. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/areas-brancas-e-areas-negras-o-redline-nas-cidades-brasileiras/>. Acesso em: 02 abr. 2021.
- BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019b.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed.. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2011.
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. A. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.
- MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, p. 11-29, 1992.
- QUIJANO, A. iQue tal raza! **Ecuador Debate**. Quito: Centro Andino de Acción Popular/CAAP, n. 48, p. 141-151, 1999.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.
- RATTS, A. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf> Acesso em: 15 ago. 2022.
- VALLE, M. M. Revealing the Ruse: Shifting the Narrative of Colorblind Urbanism. **International Journal of Urban and Regional Research**, 2017. Disponível em: <https://www.ijurr.org/spotlight-on/race-justice-and-the-city/revealing-the-ruse-shifting-the-narrative-of-colorblind-urbanism/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

Notas

1 Esta entrevista foi respondida por e-mail em Novembro de 2021.

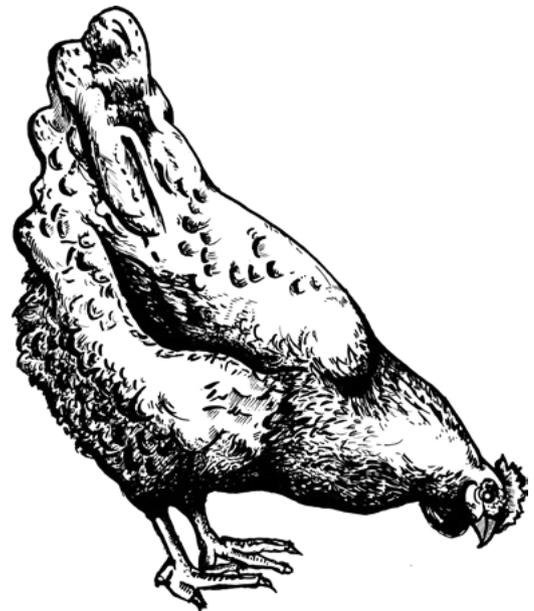
2 A ocorrência de suicídio de estudantes da USP tem sido noticiada amplamente na mídia, sendo o racismo apontado como uma das causas. Para mais informações ver matéria publicada

pela Carta Capital, em 2021: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/suicidios-na-usp-a-pandemia-nao-e-a-unica-razao-para-o-sofrimento-psiquico-dos-estudantes/>; pela Folha de S. Paulo, em 2021: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/06/suicidio-de-tres-estudantes-nos-ultimos-dois-meses-acende-alerta-na-usp.shtml>; e pelo portal de notícias Alma Preta, em 2021: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/estudante-vitima-de-racismo-comete-suicidio-dentro-da-usp>. Acesso em: 16 ago. 2022.

3 O Plano Diretor Estratégico (PDE) do Município de São Paulo foi aprovado através da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, na gestão do Prefeito Fernando Haddad (2013-2016). Para mais informações ver: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

4 Cf.: O Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil está disponível em: https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Censo_CAUBR_06_2015_WEB.pdf. Acesso em: 04 abr. 2021.

5 George Floyd, um homem negro dos Estados Unidos, foi morto em 2020 por sufocamento por um policial branco chamado Derek Chauvin, o que gerou uma série de protestos naquele país e ao redor do mundo contra o racismo. Em 2021 Derek Chauvin foi condenado a 22 anos de prisão pelo assassinato. Para entender o caso ver: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-05-29/protestos-contramorte-deafro-americano-nas-maos-da-policia-se-espalham-pelos-estados-unidos.html> e <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56811346>. Acesso em: 16 ago. 2022.





Refugiados e espaços de inclusão

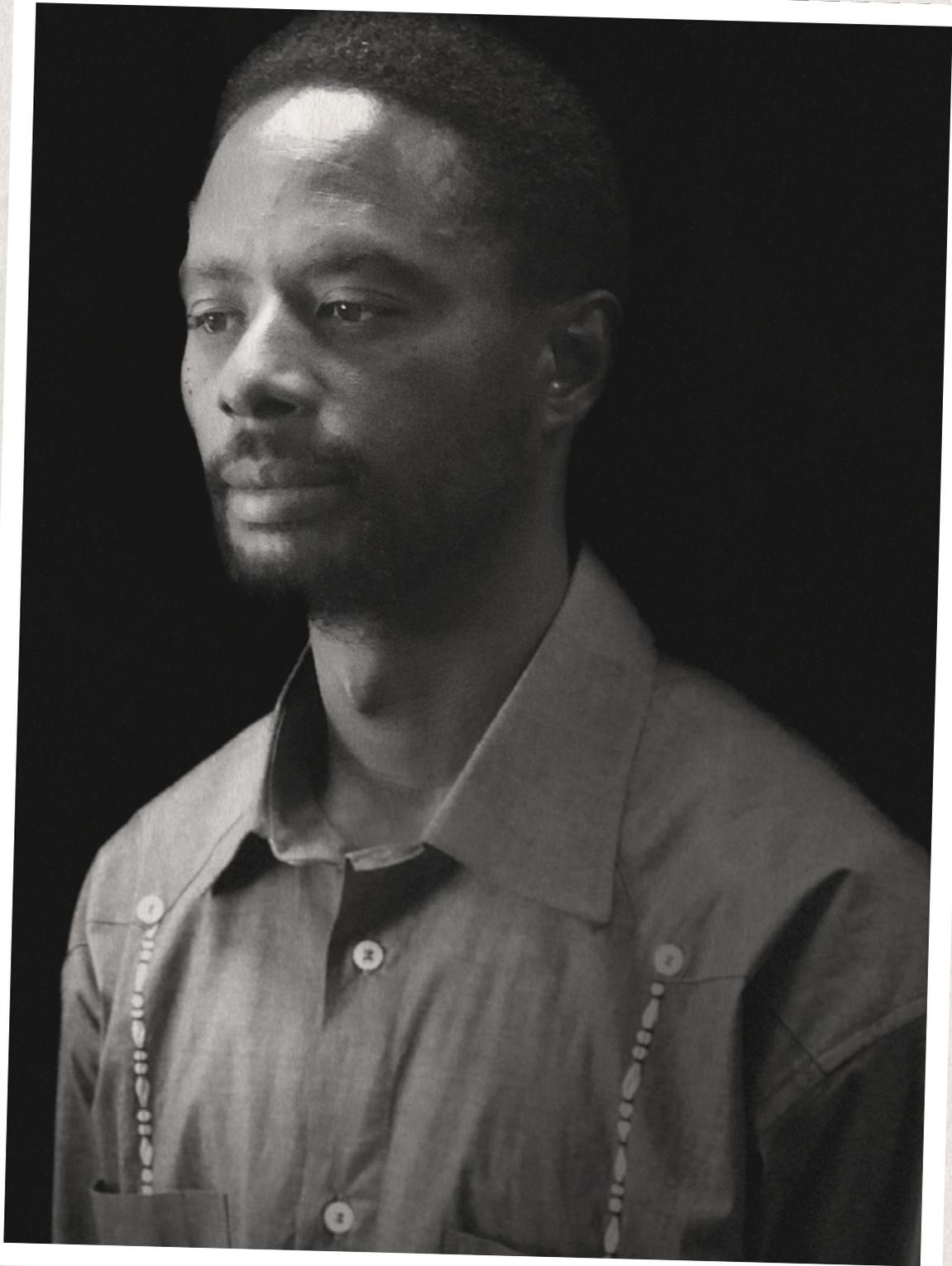


Entrevista com Alexander Kpatue Kweh¹

Quem entrevista:

Sílvia Leiria Viegas²

CIAC, UAlg, Portugal



ALEXANDER KPATUE KWEH



O nosso papel é promover a integração [...].
A habitação é a vida destas pessoas

Alexander Kpatue Kweh

Alexander Kpatue Kweh tem 41 anos, é originário da Libéria e naturalizado português, sendo, atualmente, dirigente da União de Refugiados em Portugal (UREP) e coordenador do Fórum Refúgio Portugal. Foi acolhido em Portugal, como refugiado, em 2006, com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Desde então, tem estado ativamente envolvido em mobilizações da sociedade civil e com associações focadas na melhoria do acolhimento, da inclusão e autonomização dos refugiados em Portugal, sendo atualmente porta-voz do Fórum Refúgio Portugal, uma rede informal de atores comprometidos com a co-construção de novos mecanismos que contribuam para este objetivo.

Nesta entrevista, Alexander Kpatue Kweh aborda o tema da integração sócio-espaial de refugiados em Portugal e, em particular, na Área Metropolitana de Lisboa (AML), tocando em questões relacionadas com: (1) as respostas públicas desenvolvidas nos últimos anos para o acolhimento sustentável de refugiados e seus impactes na quotidianidade, dificultada pelo surgimento da pandemia da COVID-19; (2) o aparecimento e a gestão das atividades do Fórum Refúgio Portugal, uma iniciativa apoiada pelo Alto Comissário para as Migrações no quadro das relações entretanto fundadas com algumas associações de refugiados; (3) o papel dos diferentes tipos de atores envolvidos nesta plataforma; (4) o direito à habitação e a estratégia política de desconcentração territorial de refugiados acolhidos ao abrigo de Programas Europeus e Acordos Internacionais; (5) e a possibilidade de construção coletiva de um futuro inclusivo, a partir de um diálogo transparente entre as partes envolvidas, nomeadamente o governo, algumas entidades privadas e a sociedade civil organizada.



A primeira questão que gostaria de te colocar é sobre o acolhimento de refugiados em Portugal nos últimos 15 anos, ou seja, o mesmo tempo da tua experiência pessoal enquanto refugiado em Portugal, e também enquanto pessoa envolvida nas mobilizações da sociedade civil focadas no acolhimento de novos refugiados. Como é que o processo de acolhimento se foi operando e quais os impactes na vida quotidiana dos refugiados? Dito de outra forma: como é que o governo recebeu estas pessoas? Quais as dificuldades encontradas? Quando é que uma pessoa deixa de se sentir refugiada em Portugal?

Sobre o contexto geral do acolhimento de refugiados, em Portugal, como eu sempre digo, o refugiado é o caminho que a pessoa faz desde o primeiro momento que sai do seu país até chegar ao país de acolhimento³. Pelo meio, as pessoas sentem-se refugiadas. Mas quando já têm apoio e estão em segurança, em lugares onde podem refazer a sua vida, não gosto de as rotular como refugiadas. Porque essas pessoas devem ser bem-vindas e fazer parte da sociedade, para a vida poder continuar⁴.

Estou há 15 anos em Portugal, vim em 2006. Um ano antes, o Dr. António Guterres tornou-se presidente do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Eu fiz parte de um primeiro grupo de 12 pessoas que chegou a Portugal. Estávamos sob a responsabilidade da ACNUR em Marrocos. Nessa altura existiam muitos conflitos com imigrantes na fronteira, como hoje em dia. Muitos tentavam atravessá-la e vir para a Europa. Não sei se foi por vontade do governo português ou se foi por vontade do Dr. António Guterres, mas Portugal e Espanha decidiram acolher 25 pessoas. Treze ficaram em Espanha; o autocarro do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) levou os restantes para Lisboa. Foi uma entrada vitoriosa. Na época, o atual Primeiro-Ministro, o Dr. António Costa, era o Ministro de Estado e da Administração Interna. Quando nos foram buscar, havia muitos jornalistas, com câmaras e tudo. Durante toda a semana fizeram entrevistas e publicaram histórias sobre a nossa vida. Muitos jornais escreveram sobre a nossa chegada.

LAJE

v.2 n.2
p. 98-123
2023

ISSN: 2965-4904

O meu grande objetivo sempre foi encontrar uma terra, porque eu tinha perdido a minha. Saí da Libéria quando era criança, nunca senti que pertencia a um lugar até chegar a Portugal. O que sempre me motivou, enquanto estive em campos de refugiados em África, e também noutros países por onde passei, foi o envolvimento nas organizações da comunidade. Os refugiados não são aquilo que estamos sempre a ver na televisão, com o seu sofrimento.⁵ Este caminho representa o lado feio da sua vida. Antes disso éramos famílias. Eu também venho de uma família. Estávamos satisfeitos no nosso país. A guerra destruiu as nossas vidas. Andei por África durante algum tempo, até chegar a Portugal para começar a minha vida. Eu não pensava em voltar à Libéria ao fim de um ano. Eu pensava antes em como me instalar em Portugal para começar a aproveitar as oportunidades disponíveis. Eu podia, finalmente, fazer a vida que eu sempre quis e que perdi na minha infância. Entretanto já saí de Portugal, viajei como todas as pessoas, mas Portugal é a minha casa.

O que te motivou, a ti e a outros refugiados que chegaram a Portugal nessa altura, a começar a ajudar a receber outros refugiados? Como foi esse percurso, desde a constituição das associações de refugiados até chegarmos à criação do Fórum Refúgio Portugal?

Essa motivação permanece, é a razão pela qual continuamos a lutar. Acolher refugiados não significa apenas tirar pessoas da zona de guerra. Elas estão aqui, esta é a nossa casa. Se tiverem comida e dormida, as pessoas vão ser dinâmicas. Mas, e o que vão fazer? O nosso Programa não estava focado nisto. Recebemos apoio [do Instituto] da Segurança Social, mas também queríamos estudar, queríamos trabalhar, e tudo isto era difícil. O Centro [de Acolhimento para Refugiados do Conselho Português para os Refugiados, CPR] não estava concentrado nisto. Esta situação persiste. Em Portugal estamos a acolher pessoas [ao abrigo de Programas Europeus e Acordos Internacionais]⁶ mas não estamos a prepará-las para serem autónomas. No nosso tempo não existia um Programa de 18 meses.

Na altura, lembrei-me do que tinha feito nos campos de refugiados. Lá existiam muitas organizações comunitárias, para um apoio mútuo. Eu fiz esta proposta a outros refugiados, especificamente ao Sr. Ahmed [Abdallah, o atual Presidente da UREP]. Em 2008, dois anos depois da nossa chegada, o parlamento português quis saber como correu este primeiro Programa. O CPR apresentou as boas coisas que estavam a fazer para os refugiados, mas nós não estávamos satisfeitos. Faltavam oportunidades de trabalho, estudos e muitas outras coisas. Tínhamos um mau entendimento entre os dois grupos. Queríamos dizer que, após dois anos, estávamos bem em Portugal, estávamos

em segurança, mas sentíamos falta de muitas outras coisas. Pensei que queixar não ia resultar. – O que podemos fazer para nos ajudarmos a nós próprios? Ajudar estas instituições a acolher-nos bem? O governo chamou os dois grupos, e nós fomos lá. Acreditei que se o CPR soubesse que tínhamos estas necessidades, ia ajudar-nos a ultrapassá-las. Por isso, fizemos uma carta ao CPR dizendo que queríamos formar um grupo de auto-ajuda. O Sr. Ahmed sempre diz isto: refugiado ajuda refugiado. É de lá que saímos.

Nem todos estavam em condições desfavoráveis. Alguns já sabiam o que fazer, como ir à Segurança Social, ou procurar aulas de português fora do Centro. Esse Programa dentro do Centro sempre é bom. Mas quando saís, após 3 a 6 meses, é que tu encontras os verdadeiros problemas. Por isso, depender das instituições de acolhimento não é bom. Se eu conhecer a realidade, vou poder ajudar outro refugiado. E assim sucessivamente. Isto já acontecia, todos os dias, num café de São João da Talha⁷. Alguém chegava e dizia: – Eu tenho trabalho; Ou, o meu patrão precisa de mais empregados. Eu já estou a fazer aulas de português, e existem vagas. Para tornar esta dinâmica mais formal propusemos ao CPR ter um grupo focal. Depois de nos reunirmos, disseram-nos que não podíamos fazer uma associação dentro da organização. Mas fora do Centro tínhamos liberdade de nos organizar. Por isso começámos a fazer um plano. Era mesmo necessário ajudar - uma mão ajuda a outra mão! -, Porque a situação era mesmo crítica, imagina hoje em dia! Estou a falar de há 12 anos atrás, em 2009/2010.

Começámos assim. Conhecemos a Cristina Santinho e a Diana Tomás, estavam a fazer o seu trabalho académico, tal como tu estás a fazer hoje em dia. A primeira coisa que fizeram foi começar a ajudar a organizar o nosso estatuto, com base nas nossas ideias. Assim nasceu a Associação de Refugiados em Portugal (ARP). No início do processo estávamos sempre lá no café, em São João da Talha. Um dia passou por lá o Sr. Presidente [da União das freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, Dr. Nuno Leitão], que nos perguntou: – quem são vocês? – Somos refugiados, viemos do Centro lá em baixo, da Bobadela; – O que estão a fazer? – Queremos formar uma associação. A conversa tornou-se interessante, porque éramos moradores do bairro e não era apropriado fazer as nossas reuniões da associação num café. Por isso a Junta de Freguesia disponibilizou um espaço. Foi assim que começámos a nossa relação. É o início da nossa história, também. O nosso objectivo era uma pessoa ajudar a outra. Cada refugiado pode ajudar outro para facilitar o processo. E assim começámos e continuamos até hoje.

Vários anos passaram, e começaram a chegar mais refugiados a Portugal, sobretudo a partir de 2015. Criaram-se as associações feitas por refugiados e antigos refugiados em Portugal: a ARP, depois a UREP e a APIRP e, por último, a Family of Refugees. Recentemente, surgiu o Fórum Refúgio Portugal. Porque sentiste a necessidade de criar este Fórum? Que trabalho faz, que as associações não conseguem fazer sozinhas? Que mais valias trouxe? Porque é que fomentaste, dentro do Fórum Refúgio, a criação da Iniciativa das Mulheres em Situação de Refúgio?

Logo que pudemos, constituímos a ARP [em 2010]. Mas, desde o seu início, surgiram muitos conflitos. Eu tracei a ideia, o Diaby [Abdourahamane] ficou como Presidente, eu fiquei no Conselho Fiscal. Para muitos, a ideia era criar uma associação focada em reivindicar direitos. Para o Sr. Ahmed e para mim, a associação não era para reivindicar. Era para pensarmos, em conjunto, o que podemos fazer, nós próprios, para nos ajudar. Além disso, só eu estava a trabalhar para a associação, praticamente. E houve um problema de má gestão financeira, quando eu estava na Noruega com familiares.

Em 2013, o Sr. Ahmed quis constituir outra associação, porque a comunidade estava mesmo a precisar. Entre 2010 e 2013 chegaram a Portugal muitos refugiados, muitos requerentes de asilo, e a comunidade começou a ficar muito diversificada – diferentes pessoas, diferentes línguas, vindas de diferentes contextos –, era melhor formar outra associação, de união. O Amadou [Diallo] também deixou a ARP e criou a Associação de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Portugal (APIRP). Em 2015 outro grupo de refugiados chegou a Portugal e, em 2016, Alan Ghunim criou uma associação de apoio para a comunidade síria, a *Family of Refugees*.⁸

Nós mantemos a convicção de que os refugiados podem ter a sua voz, mesmo através de diferentes associações. Mantemos esta relação entre nós e falamos sobre o que vamos fazer. Porque não vais ter um grupo de refugiados sírios dentro de um grupo de pessoas vindas de países africanos que falam francês. A comunicação é difícil. Se cada um tiver o seu pequeno colectivo e tivermos esta relação estreita entre nós, isso vai-nos ajudar. Vamos-nos apoiar e perceber o que vamos propor às instituições ou ao governo, para todos os refugiados. Não só para os sírios ou os africanos.

E assim eu voltei a Portugal. Começámos o Programa Municipal de Acolhimento de Refugiados em Lisboa (PMAR Lx)⁹. Primeiro, todos sabiam que eu já tinha alguma experiência com associações; segundo, tínhamos muitos voluntários de novo. Depois da Cristina [Santinho] e da Diana [Tomás] começaram a aparecer muitos voluntários querendo trabalhar connosco. Mas apesar da sua competência para organizar e fazer coisas, estes académicos não tinham voz. Porque a associação é nossa. É associa-



ção de refugiados, não é associação de portugueses! Mas estas pessoas estavam a trabalhar connosco. Quando eu estava na Noruega, pensei em criar um Fórum de refugiados, onde não fosse sempre eu a falar: vamos abrir o debate para todos dizerem o que pensam e como se sentem. Depois, com o Programa Municipal, tivemos mais contacto com o Largo [de Residências]¹⁰, com a Crescer¹¹, e com outras instituições e pessoas. Fizemos este projeto financiado pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), em 2017 – INFUSÃO –, que tinha como complemento um Fórum para os Nacionais de Países Terceiros (NPT). Decidimos: – vamos escrever cartazes! As pessoas vinham e escreviam na sua língua. Mas os refugiados estão em todo o lado do país e o projeto INFUSÃO decorria em Lisboa. Como é que os refugiados iam participar? Era preocupante para nós.

O INFUSÃO estava ligado ao centro de Lisboa e era dirigido para imigrantes. Por isso, eu decidi fazer o Fórum Refúgio Portugal, específico para refugiados. Agora, o Fórum não é só para os refugiados falarem de novo. Escolhemos integrar as outras pessoas que estão sempre a ajudar-nos. O Fórum Refúgio não é uma associação de refugiados, é um espaço onde as pessoas se podem juntar – instituições, académicos, etc. – para falar sobre refugiados em Portugal. Porque, depois de 2015, o tema dos refugiados ganhou uma grande visibilidade. Antes, quando se falava com as instituições sobre refugiados, diziam-nos: – Nós não cuidamos de refugiados. Na altura apenas o CPR assumia essa função. Depois, em 2015, formaram a Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR)¹². Era preciso falar sobre o assunto. Portugal tinha alguma experiência de acolhimento, e ia continuar a acolher, por isso tínhamos de falar muito sobre esse assunto. Porque quando falamos sobre o bom acolhimento de refugiados em Portugal nos jornais e, depois, percebemos como é realmente a vida das pessoas – que é como tu sabes –, é diferente. O que não anda bem no meio? Se não nos sentarmos para falar não vamos resolver os muitos problemas dos refugiados. Às vezes os refugiados querem ter resposta.

Ainda dentro do INFUSÃO, fizemos um Fórum, em 2018, no dia mundial do refugiado [20 de junho], no CPR. Colocámos cartazes, as pessoas falaram ao microfone. Os refugiados organizaram isto. Com esta experiência começámos a falar com o Alto Comissariado para as Migrações [ACM], com as instituições. Entretanto, conhecemos o Alexandre [Bagarrão Teixeira], que é o nosso embaixador, e que nos queria ajudar a montar negócios. Foi o Alexandre que ajudou a montar o projeto Tayybeh¹³. Mais uma vez, não tinha voz dentro da associação. Perguntei-me: – Como podemos enquadrar estas pessoas para terem liberdade de fazer o que sabem fazer? Fomos falar com

a Secretária de Estado – na altura era da Cidadania e Igualdade [Dr^a Rosa Monteiro] a tratar do assunto dos refugiados –, depois fomos falar com o ACM que disseram: – Que ideia fantástica, onde vocês estão? – Nós não temos um sítio. Vamos procurar um lugar. Vocês vêm trabalhar perto de nós e vamos ver como está esta questão dos refugiados, e resolver problemas.

A partir de 2019, com a criação do Fórum Refúgio, ficou estabelecido o contacto directo com essas instituições. Já não se fazia através das instituições de acolhimento, como antes. Formámos o Fórum Refúgio Portugal, arranámos o Espaço Co-Work¹⁴ e começámos a trabalhar perto das instituições, perto do governo. Chegaram voluntários e fizemos uma manifestação de interesse: quem quiser participar – sociedade civil, académicos, etc. – pode trabalhar connosco, em conjunto, porque todos temos interesse em trabalhar com refugiados. Ou então interesse em fazer trabalhos académicos sobre o tema. Mas, neste caso, não venham ter connosco, ter com as associações, apenas para entrevistar os refugiados. Podem, ao invés, vir trabalhar aqui e ter contacto directo com os refugiados e, desta forma, ter acesso à informação que buscam para os vossos estudos. Desde então, como tu sabes, começámos a trabalhar. Com tudo isto eu comecei a estar lá no Espaço Co-Work todos os dias. As pessoas tinham alguém com quem falar rapidamente, com o conhecimento que eu tenho da sociedade civil, dos mecanismos do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI). As pessoas começaram a vir.

Não só pessoas solteiras. Algumas famílias estavam a passar por dificuldades. Os homens sentavam-se à minha frente, as mulheres ficavam em pé, com as crianças nas mãos, a dizer coisas ao ouvido dos maridos. – Porque estas mulheres não vêm sentar à mesa? Vamos falar da situação das suas famílias! Falei com o Velho [Sr. Ahmed] que me disse: Alexander, é por causa da cultura. Uma mulher casada não pode falar com outro homem. A minha mulher é muçulmana, mas é uma muçulmana moderna. Eu sou cristão, vivemos bem, não temos problemas na nossa família. Mas eu percebi, então, que eu não me podia aproximar de outra mulher muçulmana, sobretudo se fosse casada. Essas mulheres têm capacidades, podem contribuir. Porque estão sempre debaixo do pano? Pensámos logo em arranjar um espaço para falarem entre elas, e depois trazerem a sua mensagem para nós. É isso que faz a [Enas Fathallah,] coordenadora da Iniciativa das Mulheres em Situação de Refúgio em Portugal. Assim, as pessoas falam rapidamente connosco, sem restrições culturais. A Enas consegue organizar o seu grupo de mulheres. Não se trata de mais uma associação de mulheres refugiadas. A Iniciativa foi criada para as mulheres refugiadas se juntarem entre si e



com outras da sociedade civil, para falar e tratar dos seus assuntos, e propor entreaajuda. Estas mulheres da sociedade civil também têm filhos que vão à escola. Também vão preparar os filhos de amanhã. Foi assim que começou a ideia. A Iniciativa foi lançada no Porto, em 2019, na Universidade Católica. Lá havia muitas mulheres refugiadas. Vieram mulheres de Braga, de Lisboa, com a Cyntia [de Paula]¹⁵, a Emellin [de Oliveira]¹⁶, Cristina [Santinho]¹⁷, Alexandre [Teixeira]¹⁸ e eu. O Fórum Refúgio não é uma associação porque, como já falámos, existem várias associações de refugiados, é antes um coletivo.

Partindo, precisamente, do que estavas a dizer agora sobre os vários atores envolvidos na construção do Fórum Refúgio Portugal e, depois, na Iniciativa das Mulheres em Situação de Refúgio, como é que tu vês o papel de cada um deles - o papel da Academia, o papel da sociedade civil, o papel dos voluntários, das instituições governamentais ou dos representantes dessas instituições -, neste diálogo? Que acontece numa plataforma que tem pessoas muito diferentes e que, à sua maneira, com as suas várias experiências, intenções e ideologias, procuram construir um caminho conjunto. Até, porque cada tipo de atores tem diferentes competências e responsabilidades. E isso é, também, o que enriquece - digo eu - o Fórum Refúgio Portugal. Mas nem sempre estamos todos de acordo, o que também introduz outros desafios.

Portugal não é como outros países onde os governos facilitam a entrada dos refugiados para os colocar em Campos de Refugiados sob responsabilidade da ACNUR. Em Portugal, são a estrutura da governação com organizações não governamentais locais que tomam conta dos refugiados. Existem vários atores no terreno e todos têm um papel muito específico. Primeiro, o governo decide quantos refugiados vai receber, depois, o Ministério da Administração Interna (MAT) organiza a sua chegada através de mecanismos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Todos têm um papel ativo: - Mas o que cada um está a fazer? Quais são as suas dificuldades? O que acham que pode ser feito melhor? O que é que nós, enquanto ex-refugiados, com a experiência de sermos portugueses, estando a ajudar outras pessoas, estamos a observar no terreno? Como é que esta observação pode ser encaminhada para os decisores?

O Fórum Refúgio Portugal, sendo uma plataforma de conversa e de procura de novos mecanismos, não se podia limitar a nós, aos refugiados e aos nossos voluntários. Envolvemos todos os atores e, por isso, desde o início falámos com a Secretaria de Estado, o SEF, o ACM. Porque são os atores principais e cada um tem um papel específico. Potenciamos esses contactos nas Assembleias Gerais. O Fórum tem três pilares principais: a coordenação, a sociedade civil (com a academia) e, depois, as associações de refugiados. O coordenador deste último pilar é o Mubarak [Hussein]. Antes, as pessoas da sociedade civil, com interesse em contactar o Fórum, passavam pelo Alexander [ou seja, por mim], agora qualquer pessoa pode entrar.

Uma das grandes questões dos Programas de refugiados é a verba. No lançamento do Fórum Refúgio Portugal estavam presentes muitas pessoas, cerca de 100. Pensavam que era uma oportunidade de financiamento. Muitas destas pessoas desapareceram porque o Fórum Refúgio não tem nada. É só conversa. As associações de refugiados também, como sabes. No início todos queriam fazer projetos através do Fórum Refúgio, mas ficou só a UREP. A ideia não era lucrar para as nossas associações, era arranjar soluções junto das instituições, buscar novos mecanismos para promover a integração dos refugiados em Portugal. Hoje em dia o Fórum tem mais voz que as associações de refugiados.

Eu sei estruturar bem uma ideia mas, para ser mais formal, eu preciso da vossa ajuda [da acadêmica]. No lançamento do Fórum Refúgio tinha a Dora [Rebelo], a Emellin, a Cynthia, a Lisa Matos, etc. – Como é que eu vou criar um painel para estas pessoas? Eu estava a fazer o programa, já tinha as associações de refugiados. Então eu criei o grupo Academia na Mesa, porque estas pessoas tomam conta da parte científica na questão dos refugiados. A academia está sempre na mesa a discutir sobre a questão dos refugiados. Hoje em dia, assim continua. Quando tu chegaste [ao Fórum Refúgio, em 2019], com uma questão muito específica e muito importante que é a habitação, criámos lugar para ti. Tu ficaste connosco para falar sobre esta questão porque, na altura, os outros grupos da academia não falavam de habitação. Até hoje, continuam a não falar de habitação. O Fórum Refúgio Portugal conta com estes grupos específicos. Quando os refugiados têm problemas, vêm ter connosco, e nós levamos a sua voz mais à frente. Se fizerem o vosso trabalho académico, nós nos beneficiaremos. Ficamos todos felizes e os refugiados podem sonhar com um melhor acolhimento em Portugal. O principal objetivo é todos contribuírem para o acolhimento e a integração dos refugiados.

Para além da advocacia - porque é disto que tens estado a falar, sobre o papel de aconselhamento e reflexão em torno da criação desses novos mecanismos -, o Fórum Refúgio Portugal também tem um papel ativo na tentativa de resoluções práticas, por exemplo de resposta ao aparecimento da COVID-19. Naquele momento específico, o Fórum, nomeadamente tu, articulado com o Mubarak, Sr. Ahmed, e outras pessoas, envolveram-se diretamente na ajuda prática a refugiados e, até, a requerentes de asilo, através da entrega de máscaras, álcool gel, etc. Podes falar desse lado mais prático da resposta de emergência? Ainda recentemente tivemos a fazer recolha de agasalhos, comida.

Como eu disse no início: um refugiado ajuda outro refugiado. Nós, seja enquanto Fórum ou associações de refugiados, não integramos nenhum Programa de acolhi-





mento, seja de recolocação ou de reinstalação. Os requerentes de asilo são outra coisa [ainda não têm estatuto]. O nosso objetivo é trabalhar para apoiar qualquer pessoa com estatuto de refugiado em Portugal, quer chegue a pé, quer chegue de avião. Queremos que essas pessoas se sintam em casa em Portugal.

Aconteceu com todos nós. Quando eu saí do Centro [do CPR] eu fui para o Barreiro. Eu não falava português, ia ao supermercado, ao café. Perguntava: *do you speak english? vous parlez français?* Eu não conseguia dizer às pessoas que eu era um refugiado. Depois de algumas entrevistas na televisão as pessoas viram-me: – Já sabemos que tu és refugiado porque vimos agora na televisão. Mas porque tu não falas português? Tens de saber falar português! Foi a sociedade Barreirense que me acolheu, não foi o Centro de Acolhimento de Refugiados. Eu, pessoalmente, não gosto de passar o dia à espera que me deem coisas. Temos de nos ajudar a nós próprios. A minha advocacia não é para gritar: – Nós queremos isto, queremos aquilo, queremos os nossos direitos! Às vezes também o faço. Mas se eu conseguir organizar a minha voz, sabendo muito bem o que eu quero, sabendo que tu tens a resposta, eu vou sentar-me contigo e vamos conversar. Tu podes fazer a tua política ou a tua campanha e criamos uma relação.

As associações de refugiados, sabendo que há muitas falhas e desafios nos Programas, pedem-me para ajudar pessoas a falar sobre as suas dificuldades. Em 2019, na primeira Assembleia do Fórum Refúgio, avisámos que os hosteis localizados nos Anjos estavam superlotados [com requerentes de asilo]¹⁹. Como Portugal é um país aberto, muitas pessoas começaram a chegar. Apresentámos estes problemas às instituições. Mas colocaram isto debaixo da mesa. Depois chegou a pandemia. O lado positivo é que já estávamos no terreno. Eu saía todos os dias do espaço Co-Work, passava nos hosteis e perguntava: – o que é que vocês precisam? Depois eu levava coisas. Mas não íamos ser nós a testar as pessoas nos hosteis. Isso tinha de ser feito pelas instituições que levaram para lá estes requerentes de asilo, incluindo as cerca de 60/65 pessoas que ficaram infectadas.

Logo, formámos a equipa. Eu estava perto [no Co-Work]. Pediram-me: – Alexander, vai lá ver as pessoas. No momento em que as estavam a levar para a OTA²⁰, eu estava lá! Tinha uma nova equipa no ACM. Se fosse a antiga tínhamos chegado mais cedo e acompanhado o processo desde o início. Mas tinham mudado o Alto Comissário²¹ e havia um novo grupo. Apresentei-me. Disseram-me: – Acabámos de chegar mas queremos falar contigo. Não eram os refugiados que vieram no Programa, mas requerentes de asilo, os que estavam no autocarro e me diziam: – Alexander, não me esqueças! Porque todos os dias eu passava por lá, pelos hosteis. Levaram uma

senhora no autocarro para fazer mediação cultural mas não resultou porque não se entendiam. Eu já passei por algo semelhante. E quem esteve lá na OTA, no primeiro dia, não conseguiu acalmar os populares.

Enviaram uma viatura oficial lá ao meu bairro e fomos [para a OTA]. Falo diversas línguas. Árabe, não falo, mas consigo conversar com eles. Todos os dias eu ia ao Co-Work pelas sete horas. Ficava o resto do dia na OTA. Conseguimos organizar as pessoas. O médico fazia os testes à COVID-19. Mas havia grandes conflitos, as pessoas não queriam fazer os testes. Na altura pensaram que era algo direcionado para africanos. A nossa presença acalmou muitas pessoas. Eu tinha muitas queixas lá no Fórum Refúgio. Perguntavam: – Porque levaram os requerentes de asilo para um campo militar? Mas na OTA não tinha nenhum mal. Enquanto refugiado, eu passei por campos militares. Saí de lá para vir para Portugal, sei como eram esses campos²². A OTA é uma academia militar, com dormitórios.

As pessoas infectadas com COVID-19 não se podiam misturar com as outras. Depois de 14 dias faziam um novo teste. Passado esses 14 dias podiam sair. A situação não era tão má quanto alguns pensaram. Os militares não tinham a função de cuidar dessas pessoas. Falámos com alguns que nos disseram: – Nós não sabemos cuidar destas pessoas. Por isso, tinham os mediadores a acompanhar. Mas isso não quer dizer que lhes estavam a fazer mal. Ninguém passou mal. Por sua vez, os requerentes de asilo quebraram muitas coisas, e alguns tentaram fugir. Por isso alguns disseram que os requerentes de asilo estavam a passar por privações. Muitos não gostavam da comida. Era o tempo do Ramadão, levámos chá e vimos o que precisavam.

Não queríamos criar controvérsia. Mas as instituições estavam a defender as suas políticas ao não querer reconhecer a sua falha, e afirmando: – Nós não sabíamos. Porque nós sabíamos que vocês sabiam [da sobrelotação dos hosteis], mesmo antes da COVID-19. Não conseguiram agir de forma apropriada. Mas a nossa presença ajudou a acalmar tudo. E depois começou aquele processo, de dois, três meses, até todos saírem de lá. Na altura muitos jornalistas vieram ter comigo, mas foram as instituições que tiraram muitas fotos publicadas nas redes sociais. As instituições dizem que fui eu que estraguei o programa da OTA, mas eu não fiz nada. No entanto, estou grato que a OTA acabou, não vai continuar de novo.

Ainda sobre a superlotação dos hosteis. Hoje em dia, estes não têm muitos requerentes de asilo, mas são estabelecimentos comerciais. Outros grupos da sociedade



civil, às vezes sem-abrigo, estão nestes hosteis, que continuam sobrelotados. Não é com os refugiados, ou requerentes de asilo, mas continuam sobrelotados.

Isso leva-me para a questão do direito à habitação, do direito à cidade. Como tu bem disseste é um tema que me interessa particularmente e, talvez, numa fase inicial, o reconhecimento generalizado do problema não tenha sido imediato. Mas, à medida que o tempo foi passando, o tópico foi ganhando cada vez mais expressão. Porque, não só os problemas estruturais do acesso à habitação em Portugal e, em particular, na Área Metropolitana de Lisboa, são muito difíceis de ultrapassar - para qualquer pessoa, mas sobretudo para as pessoas em situação de maior vulnerabilidade -, mas também porque os refugiados têm problemas específicos de dificuldade de acesso: falta de fiadores ou outro tipo de garantias que lhes dificulta ainda mais o acesso a uma habitação adequada.

O problema da habitação em Portugal não é só para refugiados e imigrantes, como tu sabes. É para todos, no país inteiro. Temos um grande número de pessoas sem-abrigo, em Portugal. Cada vez que falamos sobre esta questão da habitação para os refugiados, outros dizem-nos: – Nós também! Esta questão não é de hoje. É um problema de longa duração. Os Programas de acolhimento, hoje em dia, asseguram uma casa durante 18 meses. Mas antigamente não era assim. Diziam-nos: – Vai procurar a tua casa, nós damos-te dinheiro. Na altura não era difícil arranjar casa. Falávamos com um português, que te alugava a sua casa. Talvez vocês já se conhecessem do café, ou algo assim. O fiador não era muito necessário na altura. Mas hoje em dia, onde existe contrato de trabalho? E o valor da renda das casas? Já subiu tanto. As pessoas estão a viver do rendimento social. Como vão conseguir alugar uma casa? Vivem em casas alugadas mas não conseguem pagar a renda. Cria-se um conflito. Quando tu dizes: – Eu sou refugiado. E vais procurar uma casa. As pessoas dizem: – Não, não, não! Eu não quero alugar a minha casa a refugiados. Porque não têm dinheiro suficiente para pagar. E outros refugiados depois, que não conseguem encontrar casa, vão partilhar casas. Algumas pessoas estragaram as coisas dentro de casa. Os proprietários começaram a ter medo.

Isto faz-nos voltar à questão da integração. E à capacitação das pessoas para se integrar na sociedade civil. Quando eu estou no Centro, lá estão a fazer tudo por mim, como para uma criança. Mas quando a mãe não está, eu não consigo fazer nada. E depois dizemos à pessoa para ser autónomo: – Agora vai a tua vida! A pessoa não tem trabalho, não fala a língua, não sabe o que fazer. Está a viver da Segurança Social. Às vezes cortam-lhe o subsídio. As pessoas passam por muitas dificuldades.

Se o Programa, na fase inicial, se focar no que as pessoas vão fazer quando saírem do Centro de Acolhimento, e se existirem outras formações complementares, quando as pessoas saírem já estão preparadas para viver sozinhas. Vão encontrar um trabalho, vão ter um salário, vão falar português, vão integrar a sociedade civil.

Só que o Programa está concentrado no acolhimento. Vão acolher 500 pessoas em Portugal e todos ficam felizes. O que essas pessoas vão fazer? Os problemas nos países de origem não acabarão em 2 anos, como sabemos. Pensavam que o Afeganistão já estava bem. A União Europeia começou a devolver afegãos e agora começou o conflito, de novo. A crise, de novo. Então, temos de pensar na construção da vida destas pessoas. Podem contribuir para a sociedade, podem fazer muitas coisas. Se não tiverem onde dormir vão começar a sair do país. Esta questão da habitação é algo que deveria ser pensado para a longa duração, não apenas para durante os 18 meses do Programa²⁴. Às vezes, algumas instituições, depois dos 18 meses, tiram as pessoas de casa. Não têm garantia de que, sem trabalho, as pessoas conseguem pagar a renda. – Tens recibo de vencimento? Tens fiador? Atualmente nós [UREP] estamos a fazer contratos de renda de casa para refugiados. Para evitar despejos, estamos a tentar facilitar o processo de alojamento assinando contratos de arrendamento para quem não tem os documentos necessários.

Todas estas coisas são uma confusão. Se, nesses 18 meses, enquanto a pessoa está a ter o nosso apoio, tivermos algum tipo de sensibilização sobre o fim do Programa e sobre como, depois, se consegue alugar uma casa, pode ajudar. Agora, se a pessoa ficar sozinha nesse processo... É muito importante que os refugiados saibam como navegar a sociedade civil em termos de procura de habitação. O Programa não está concentrado nisto. Por exemplo, uma senhora vivia em casa de outra. Essa senhora alugou uma casa, mas já saiu. Ficou lá outra senhora com seus três filhos. Um dia a dona da casa foi lá. Há muito tempo que não conseguia contacto. Viu a nova senhora e perguntou: – Onde está a minha inquilina? A renda da casa continuava a ser paga todos os meses. Recebia dinheiro mas não conseguia falar com quem assinou o contrato. Levou o caso ao tribunal que emitiu um aviso de despejo, em 20 dias. Percebemos que a dona da casa queria assinar um novo contrato, quando soube que eram refugiados. Tem filhos também. A senhora poderia ficar, contudo não está a trabalhar e não oferece garantias.

A UREP vai assinar o contrato e ficar como fiadora para que essa família tenha acesso à habitação. Isto é uma das coisas que o Fórum está a fazer, hoje em dia, para dar resposta habitacional aos refugiados. Se as instituições não dão garantia... É o nosso



papel. Não somos entidade de acolhimento, mas o nosso papel é promover integração. Se as pessoas, depois de toda essa tragédia que passaram, vêm para Portugal e ficam, de novo, sem-abrigo, é uma grande vergonha. Mesmo que Portugal já tenha gasto muito dinheiro. Dizemos que sim, o Programa correu bem durante 18 meses. Mas depois desse período? Estamos muito preocupados. Procuramos resolver alguns problemas: estamos a assinar contratos de arrendamento e, além disso, estamos a tentar ter um fundo de garantia, juntando-se alguma verba. É um risco que corremos. A UREP não tem dinheiro. Mas quando estas pessoas não conseguirem continuar a pagar a verba do contrato de arrendamento que fizemos para elas, nós podemos intervir rapidamente. Depois desta experiência, no futuro, se isto correr bem, vamos conversar contigo, para ver como podemos ter este papel de forma mais estruturada.



E também para dar o exemplo, não é?

Sim.

Até porque estes refugiados, se não tiverem apoio nestas situações estruturantes, depois acabam por ter problemas muito complicados em termos familiares, em termos pessoais. Porque não tendo casa, depois também são considerados inaptos para tomar conta dos filhos, por exemplo, ou para fazer uma série de outras coisas. Ou seja, o sistema acaba por penalizá-los cada vez mais, em vez de os integrar. Era essa a ideia inicial quando trouxeram refugiados para Portugal.

A segunda parte da questão sobre acesso à habitação relaciona-se com o facto dos Programas de acolhimento assentarem numa política nacional de distribuição de refugiados pelo país, sem possibilidade de mobilidade. Aqui, a centralidade e o magnetismo da Área Metropolitana de Lisboa contrastam com o isolamento e a invisibilidade sentidos pelos refugiados colocados em cidades de pequena/média dimensão e em áreas rurais no resto do país. Muitas vezes são enviadas uma, duas, ou três pessoas por localidade. Em Lisboa os custos de vida são muito mais elevados, as casas são mais caras. Contudo, em Lisboa os refugiados podem ter mais apoio das associações e outras instituições. Como vêes a situação atual em Portugal? Quais as dificuldades enfrentadas por refugiados, decorrentes desta política e como se ultrapassam?

O Programa tem que ser bem pensado. Em 2013, no tempo da Troika²⁵, no tempo da crise financeira, começaram a pensar em não ter estas pessoas apenas em Lisboa, onde os custos de vida são mais elevados. As instituições começaram a falar com alguns municípios mais desertificados. Muitas pessoas estavam a vir para Lisboa e muitas estavam a sair do país, a emigrar. Para nós era uma boa ideia, não ter todos os refugiados em Lisboa. Alguns eram agricultores no seu país de origem, fazia sentido

ficarem em zonas rurais. Mas o que aconteceu é que, com a grande distância, as instituições aliviaram o seu peso. Depois, chegou 2015 com a grande vaga de refugiados. O Programa já tinha sido testado, entre 2013 e 2015, podia-se ver como as pessoas estavam a viver. De 2015 até hoje, começámos a mandar pessoas para lá [para várias cidades de pequena/média dimensão e para áreas rurais]. Muitos municípios mostraram abertura. O Programa Municipal de Lisboa é a mesma coisa. A Câmara Municipal de Lisboa não tem instrumentos para acompanhar essas pessoas.

Vão levar refugiados para uma determinada localidade, uma aldeia, onde existem poucas pessoas, poucos jovens, com uma população muito envelhecida. Imagina agora uma senhora idosa a viver lá, nesta localidade, sem saber falar português, sem saber nada, com dois, três filhos, ainda menores. Vão ter casa, vão ter comida, vão ter tudo isso. Mas, e o futuro dessas pessoas? Não foi bem pensado. O Programa não resultou. As instituições que enviaram as pessoas para fora da Área Metropolitana de Lisboa estão aqui em Lisboa. Com que frequência visitam as pessoas? Porque as pessoas não falam bem português. Como vão saber como estão? Tinha de ser feito o acompanhamento destas pessoas. Por isso é que algumas pessoas não querem ficar lá. Mesmo os que têm casa e que conseguem trabalhar. Dizem-nos: – Não há nada para trabalhar, se não for na agricultura. E isso é um trabalho sazonal. Mais, existe uma pequena escola, com crianças provenientes de cinco, seis aldeias, e um autocarro que vai buscar as crianças a casa. Mas, a partir de certa altura, já não há escola, as crianças têm de ir para uma cidade próxima. Tu conheces bem a realidade em Portugal.

As pessoas estão a viver lá. Não sou eu, Alexander, com a minha cabeça, com o meu conhecimento de Portugal, que sou levado para estas localidades. Eu posso procurar, porque já conheço a realidade portuguesa, mas trata-se de pessoas novas, estas que estamos a trazer. Então, essas pessoas vão para Lisboa, deixam essa localidade, e dizem-lhe: – Não, não, não! Tu tens de ficar, Lisboa não é para ti. Recebo muitas chamadas, há muitas pessoas que vêm ter comigo ao espaço Co-Work e dizem-me: – Alexander, eu quero sair de lá. Não há futuro para nós. Não há futuro para os nossos filhos. A ideia da desconcentração e da dispersão era boa. Lá, muitos deles não pagam casa à Câmara. Isto demonstra alguma iniciativa, mas não dá perspectiva de futuro para estas pessoas: – O meu futuro não está aqui, é melhor ir embora para Lisboa, mesmo que eu tenha de dormir na sala de alguém com a minha família. Porque tenho amigos, assim estamos todos no centro. Mas eles ficaram em Lisboa e eu fui para a aldeia. Não devia ser assim, cada pessoa devia ter a sua liberdade, a sua privacidade e fazer a sua vida. Tudo isto é habitação. Habitação é uma das questões mais críticas





e importantes que o Programa devia abordar. Dão garantia de habitação no Programa mas não pensam o que acontece depois. Este é o problema.

Vamos para o nosso último tema de conversa partindo, precisamente, desta questão da habitação, mas percebendo que a habitação é uma dimensão entre outras com influência na qualidade de vida das pessoas. E aqui eu pergunto: quais seriam, do teu ponto de vista, as grandes prioridades de intervenção para um futuro mais inclusivo? Se tu pudesses influir nas políticas do governo e nas práticas do governo. E, também, como é que a sociedade civil, as associações e o Fórum Refúgio podem ajudar na implementação dessas políticas mais equilibradas. No fundo, como é que nós podemos, por um lado, combater a invisibilidade dos refugiados e, por outro, os problemas que os refugiados enfrentam? Porque eu diria que eles estão abaixo da linha do radar. Fala-se muito de refugiados mas, no fundo, as políticas de intervenção pública não tocam verdadeiramente na sua qualidade de vida, não têm impacte prático e direto. As políticas atuais são muito mais viradas para uma dita classe média do que propriamente para estas pessoas que estão em precariedade. Como é que as podemos ajudar a construir a sua própria cidadania e a fazer parte desta sociedade urbana em Portugal, de uma forma plena?

Estas pessoas querem (re) fazer a sua vida em Portugal. Não querem depender da Segurança Social ou esperar que o Programa lhes dê comida. Quando o Programa se concentrar na construção da sua vida, para além de as tirar do fogo, vai correr bem. O Programa tem uma duração de 18 meses que têm de ser preenchidos com várias atividades. Estas deviam ser obrigatórias. Caso contrário haveria repercussões. Porque isto prepara o futuro. Depois dos 18 meses as pessoas serão encaixadas na sociedade civil, com todos. Vão haver dificuldades de acesso à habitação, como para os todos os outros, mas em relação aos refugiados não se fala disto.

Falamos da sociedade civil. Quem quer receber refugiados? Será que eu quero apoiar os refugiados? Será por 18 meses, de novo? Nós não sabemos. O Fórum Refúgio diz que é importante envolver a sociedade civil. Levaram lá esta voz. Eu estou em contacto com algumas pessoas. Mas como é que este acolhimento, dentro da sociedade civil, vai acontecer? Nas famílias individuais? Não sabemos nada. Será que quem os acolhe fica com eles para a eternidade? Será enquanto os filhos crescem, casam e vão ter a sua própria casa, ou dentro dos 18 meses? É bom ter a sociedade civil por perto, mas o que tem para oferecer? Trata-se de um diagnóstico que devemos fazer antes de chamar a sociedade civil. Hoje em dia os portugueses são muito simpáticos, vejam a campanha que fizemos. As pessoas querem apoiar, muitos portugueses perguntam: – Como é que eu posso ajudar? Se fizermos uma recolha [de comida, roupa,

etc.] as pessoas juntam coisas rapidamente e dão aos refugiados. Toma 10 € para uma refeição, e depois eu não tenho nada a ver contigo. Não é isto que queremos. As pessoas refugiadas vêm viver com as outras pessoas. Temos de saber por quanto tempo e como é que vão viver, se há ajustamentos a fazer, como é que estes vão ser feitos. Isto não está a ser pensado no Programa, e o Fórum Refúgio está preocupado. Precisamos de interlocutores, pessoas com quem falar no governo, nas instituições, para que eles possam voltar à sua mesa e planear isto bem.

Não sei como responder a esta última questão, dar-te uma resposta concreta. A participação da sociedade civil, hoje em dia, é uma questão muito importante, mas tem de ser organizada. Os refugiados representam um número muito reduzido, quando comparado com o número de pessoas a viver em precariedade em Portugal. Estávamos a pensar como criar um esquema de habitação acessível para refugiados. Isso pode ser feito porque muitos refugiados, hoje em dia, estão a trabalhar na construção civil e sabem fazer reparações. Se alguém tiver uma casa abandonada, pode dar ao refugiado para arranjar e emprestar para ele viver lá. Os refugiados vão pagar as despesas, as taxas, etc. Temos de inovar para dar resposta a estas pessoas porque se eu, Alexander, em 2021, não tiver casa... No ano passado dei por mim numa situação complicada, de quase sem abrigo, fiquei sem casa. Foi difícil mas consegui encontrar solução. Imagina uma pessoa que não fala português, não sabe nada sobre o modo de funcionamento da sociedade civil, e se encontra nesse tipo de situação.

O governo está a pressionar [os municípios] para darem habitação social a estas pessoas²⁶. Podemos pensar de outra forma, ter alguns esquemas de habitação própria para refugiados. Temos de pensar que muitas mães solteiras, muitas famílias e pessoas incapacitadas não conseguem trabalhar²⁷. Temos de pensar no futuro dessas pessoas, e desenhar um Programa com a própria participação das pessoas. Também podemos dizer: – Eu vou fazer uma casa e viver da minha maneira, no meu conforto. Vou pagar a água, e algumas taxas. Temos de pensar nisso tudo. Não basta trazer pessoas, porque estas estão a tornar-se um peso no sistema social. Um dia chegou uma mulher mais velha do que a minha mãe ao espaço Co-Work. Começou a chorar à minha frente. A senhora tem duas filhas. Uma é maior e já saiu de casa. Ficou com a mais pequena. Recebem de Rendimento Social de Inserção (RSI) 180€, mais 180€. A Segurança Social não lhe paga casa. A família está nos Estados Unidos, ajudava mas cansou-se. Disseram-lhe: – Se estás num Programa que não consegue tomar conta de ti, então volta para África. A situação vai ficar melhor lá. Estamos a apoiá-la há 5 meses. No seu país de origem trabalhou num restaurante. Mas agora é idosa e gorda.





Foto 1: Alexander na OTA, 2020.

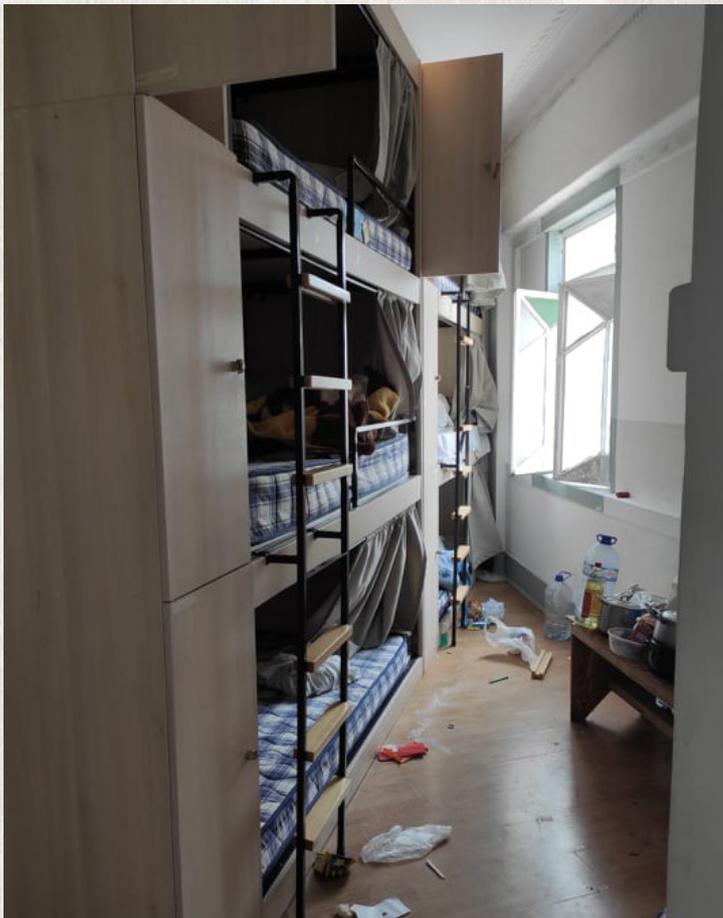


Foto 2: Hostel usado para o alojamento de requerentes de asilo, Lisboa, 2020.

Não consegue andar. Para fazer 5 metros demora 20 minutos. São estas pessoas que estamos a trazer no Programa e que apoiamos durante 18 meses. Qual o seu futuro? A senhora tem 5 meses de atraso no pagamento de renda da casa. Vão tirá-la de lá.

Não tenho resposta concreta, porque é muito difícil, mas acho que podemos mudar alguma coisa no sistema. E fazer este pequeno programa para os refugiados, específico para a habitação. A habitação é a vida destas pessoas. Se estamos a pensar na reconstrução da vida, começa em casa. Se eu estiver bem, se eu tiver onde dormir, posso pensar em fazer outras coisas. Eu não vou ficar todo o dia a comer. Posso procurar trabalho, voltar a casa e descansar, com a cabeça tranquila, para amanhã ir procurar, de novo, um lugar para aprender a falar melhor a língua portuguesa. Mas se eu sair de casa para procurar trabalho e a senhoria deixou alguma carta, alguma nota, dizendo que se eu não pagar vou ter que sair lá de casa... Vemos situações destas a acontecer todos os dias, com muitas famílias. Então, temos a questão da sensibilização. Mas também fazemos acompanhamento de proximidade. Estas pessoas estão lá isoladas. Muitas dizem que não têm dinheiro. Desde 2019 que estamos a pensar numa solução independente das instituições e do Programa do governo. Nós, enquanto Fórum Refúgio Portugal, temos de ver como repensar as nossas ideias e encontrar uma solução para isto. A habitação é tudo. É tudo para estas pessoas.

Se houver alguma coisa que queiras acrescentar agora tens toda a liberdade para o fazer. Muito obrigada pela tua disponibilidade. É sempre um prazer imenso trabalhar contigo.

Para fechar, Sílvia, Portugal tem a porta aberta para estas pessoas. Portugal vai continuar a receber pessoas. É notável como os Portugueses tendem a não discriminar estas pessoas. Quando falamos de discriminação em Portugal é uma coisa política, porque a sociedade portuguesa é, na maioria dos casos, amigável. Como podemos pensar, com toda a nossa experiência – com esses 15 anos de acolhimento em Portugal –, como podemos tornar este Programa num Programa bom? No tema da habitação, da educação das famílias, etc. Hoje em dia estão a separar muitas famílias. Porque nós não preparamos as pessoas refugiadas que chegam a Portugal. Alguém chega e tu dizes: – Isso não. Isso não se faz aqui. E tiram-lhes os filhos, por fazerem coisas que estavam habituadas a fazer na origem. 18 meses não é pouco, mas é necessário preencher esse tempo a preparar as pessoas para o futuro.



Temos de ajudar as instituições e o governo a ajudar os refugiados.

É esse o nosso papel. Porque eles não estão sempre no terreno, não têm acesso fácil, comunicação fácil. Nós estamos a fazer a mediação cultural. Estamos disponíveis para apoiar, para que o Programa possa ser bem definido. Muitos conseguem ter estabilidade. Antes dos 18 meses já estão a fazer a sua vida. Não podemos dizer que tudo é feio. Temos alguns casos de sucesso. Porque eu, Alexander, consegui e outros não conseguem? Vamos fazer este balanço. Estamos sempre lá para apoiar. Quando fazemos muito barulho ninguém nos quer ouvir, mas quando cantamos sossegados, fazendo a nossa música, todos nos vão dar ouvidos, porque todos querem ouvir o que temos para dizer. O meu ativismo é assim, não é barulho. Eu vou falar com calma, vou organizar as minhas coisas. Muitos têm interesse em ouvir o que temos para dizer e, talvez, tornar isto a sua política. Estamos prontos para falar com todos, para organizar a nossa voz.

Notas

1 Esta entrevista foi respondida pessoalmente em Setembro de 2021 e posteriormente transcrita.

2 Esta entrevista é produto da convergência de dois projetos de pesquisa: INSEhRE 21. Inclusão sócio-espacial e habitacional dos refugiados na Europa de hoje: Lições da diáspora africana em Portugal, concluído no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT, bolsa SFRH/BPD/118022/2016 - FSE/POCH); e Refugee Research for (Post)COVID-19. National Measures and Local Actions in the Algarve: A Digital Tour for Access to Adequate Housing and Living Conditions, em desenvolvimento no Centro de Investigação em Artes e Comunicação, Universidade do Algarve, também financiado pela FCT (2021.03008.CEECIND).

3 Sobre o estatuto de refugiado destaco que, atualmente, em Portugal, a autorização de residência definitiva tem duração de 5 anos, podendo ser renovada. Os beneficiários de protecção subsidiária têm autorização de residência de 3 anos, também esta renovável. Este estatuto é atribuído aos migrantes de países onde existe sistemática violação de direitos humanos ou risco de se sofrer ofensa grave. Apesar das diferenças estatutárias, por norma, referimos-nos a todos como refugiados.

4 Um estrangeiro maior de idade a residir legalmente em Portugal há 6 anos pode pedir cidadania Portuguesa. Mais informações disponíveis em <https://justica.gov.pt/Guias/como-obter-nacionalidade-portuguesa>

5 Ao contrário do que ocorre em diversos países Africanos e noutros da União Europeia, que sofrem com a forte pressão migra-

tória, como a Grécia e a Itália, em Portugal não existem campos de refugiados. Nesses contextos de emergência, transitórios por definição, muitos milhares de imigrantes sobrevivem diariamente, durante longos períodos, em condições de extrema precariedade e vulnerabilidade.

6 A partir de 2015 Portugal passou a acolher refugiados ao abrigo de programas Europeus de Recolocação e Reinstalação, para apoio à integração no país durante 18 meses. O primeiro refere-se à redistribuição de refugiados na União Europeia, vindos da Grécia e Itália (1550 pessoas recebidas até 2018). O segundo programa Europeu visou transferir refugiados de um país externo à União Europeia para um dos seus Estados-membros (neste caso 551 pessoas vindas da Turquia e Egipto até 2019, 142 recebidos através do Acordo União Europeia/Turquia 1x1). Até 2019 Portugal assumiu também a recolocação ad hoc de barcos humanitários, 144 pessoas vindas a partir de Itália e Malta), e analisou 5.686 pedidos de asilo espontâneos. Mais informações disponíveis nos relatórios do SEF (2019) <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2019.pdf>, SEF (2020) <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2020.pdf> e de Oliveira (2020) em <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/440932/Relatorio-Asilo-2020-OM.pdf/9f22513a-46ff-4f4b-a292-93347463d71c>

7 Localiza-se na atual União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, no Concelho de Loures.

8 Estas associações de refugiados encontram-se todas sediadas na Área Metropolitana de Lisboa, sendo esta a sua principal área de intervenção. No que toca à APIRP, a associação também se foca noutros migrantes em situação de vulnerabilidade.

9 Capaz de acolher cerca de 24 pessoas de cada vez, entre 2015 e 2018, o PMAR Lx

recebeu cerca de 250 refugiados nas suas instalações do Lumiar, sendo a sua capacidade inferior à contínua demanda (segundo entrevista exploratória a um técnico local, realizada em Lisboa em 9 de abril, 2019).

10 O projecto Largo de Residências localiza-se no centro de Lisboa (Junta de Freguesia de Arroios) e tem como missão contribuir para o desenvolvimento local, através da concretização de actividades culturais e negócios sociais para a integração artística e comunitária. Mais informações disponíveis em <https://www.largoresidencias.com/>

11 A associação Crescer localiza-se na zona oriental de Lisboa (Junta de Freguesia de Alcântara) e tem como missão contribuir para a inclusão dos grupos em situação de maior vulnerabilidade e exclusão. Mais informações disponíveis em <https://www.crescer.org>

12 A PAR é gerida pelo Serviço Jesuíta para os Refugiados (JRS). Trata-se de uma plataforma de organizações da sociedade civil unidas para o acolhimento de refugiados em Portugal feito, sobretudo, ao abrigo de Programas Europeus e de Acordos Internacionais. Mais informações disponíveis em <https://www.refugiados.pt/a-par/>

13 O projeto Tayybeh é um projeto de restauração montado por um casal de refugiados de origem síria. Mais informações disponíveis em <https://www.tayybeh.pt/> e num texto de Sílvia Leiria Viegas (2019) em <https://alicensenews.ces.uc.pt/?lang=1&id=25698>.

14 O Espaço Co-Work é um espaço partilhado por associações de refugiados e o Fórum Refúgio Portugal, localizado no Centro Nacional de Apoio à Integração dos Migrantes (CNAIM), em Lisboa. Foi criado, em 2019, para uma mais estreita prestação de apoio a refugiados.



15 Cyntia de Paula é Presidente da Casa do Brasil de Lisboa. Mais informações disponíveis em <https://casadobrasildelisboa.pt/>

16 Emellin de Oliveira é investigadora, co-fundadora e coordenadora executiva da NOVA Refugee Legal Clinic. Mais informações disponíveis em <https://novarefugeelegalclinic.cedis.fd.unl.pt/>

17 Como referido anteriormente, Cristina Santinho é investigadora e trabalha sobre o tema dos refugiados. Integra o Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA) do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

18 Como referido previamente, Alexandre Bagarrão Teixeira é embaixador do Fórum Refúgio Portugal.

19 A generalidade dos requerentes de asilo, enquanto aguarda a desejada resposta, é maioritariamente acolhida pelo CPR, no referido Centro de Acolhimento de Refugiados, da Bobadela. No entanto, dado o número crescente de pessoas nessa situação, estas instalações deixaram de ser suficientes. Para colmatar esta falta, o CPR alugou quartos em hosteais, sobretudo no eixo da Av. Almirante Reis (Lisboa), mas estes acabaram por também ficar sobrelotados.

20 Refere-se ao Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (CFMTFA), localizado na Ota, Alenquer.

21 No início de 2020, o Dr. Pedro Calado terminou o seu mandato como Alto Comissário para as Migrações, tendo sido substituído pela Dra Sónia Pereira.

22 No percurso que trilhou em África, desde a Libéria, passando pela Serra Leoa até chegar a Marrocos, Alexander ficou ao cuidado de diversas estruturas militares tendo, nessa altura, sentido de forma evidente o conflito existente entre muitos dos refugiados e essas organizações. Neste quadro, o exercício da violência e repressão em caso de contestação foi norma.

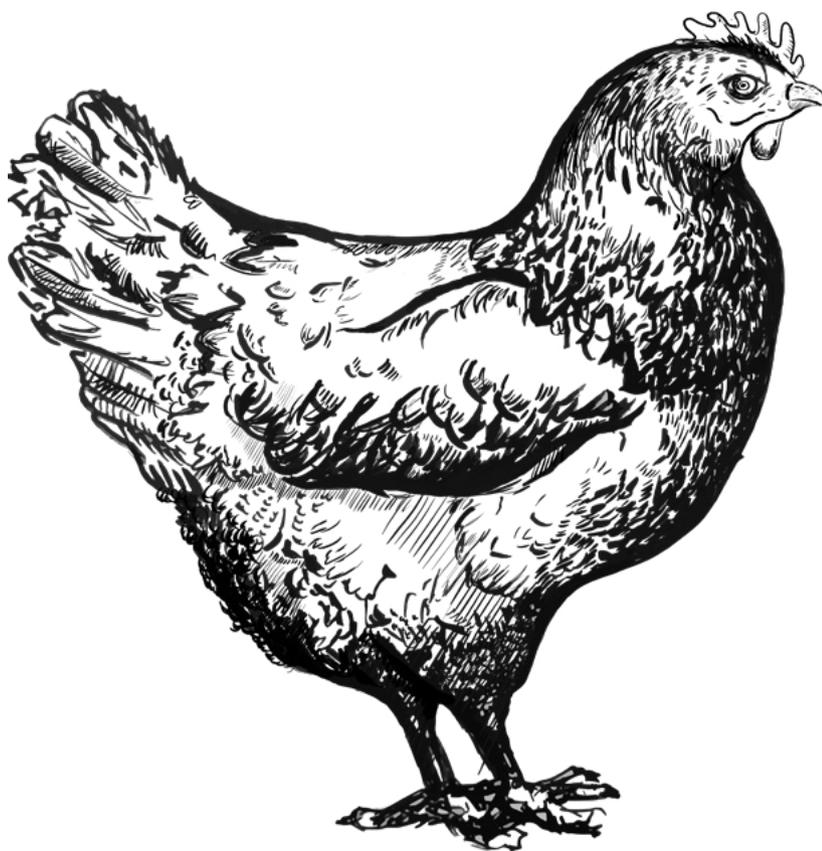
23 A dificuldade de acesso à habitação para refugiados, em Portugal, relaciona-se com desequilíbrios sócio-espaciais com franca expressão em casos de gentrificação, renovação urbana, captação de capital estrangeiro (sobretudo nos centros urbanos) e periferização da pobreza e da diferença. Tal como outros grupos mais vulneráveis de parques recintos, os refugiados encontram-se dependentes destas dinâmicas e suas forças económicas. Magnetizados pela grande urbe, muitos refugiados residem em áreas periféricas da Área Metropolitana de Lisboa, onde o arrendamento é menos elevado do que nos centros. Sem capacidade económica significativa, alguns indivíduos e famílias recorrem à partilha de apartamentos e de quartos. Desta forma, dividem custos mensais e contornam a questão do fiador e pagamento de caução elevada.

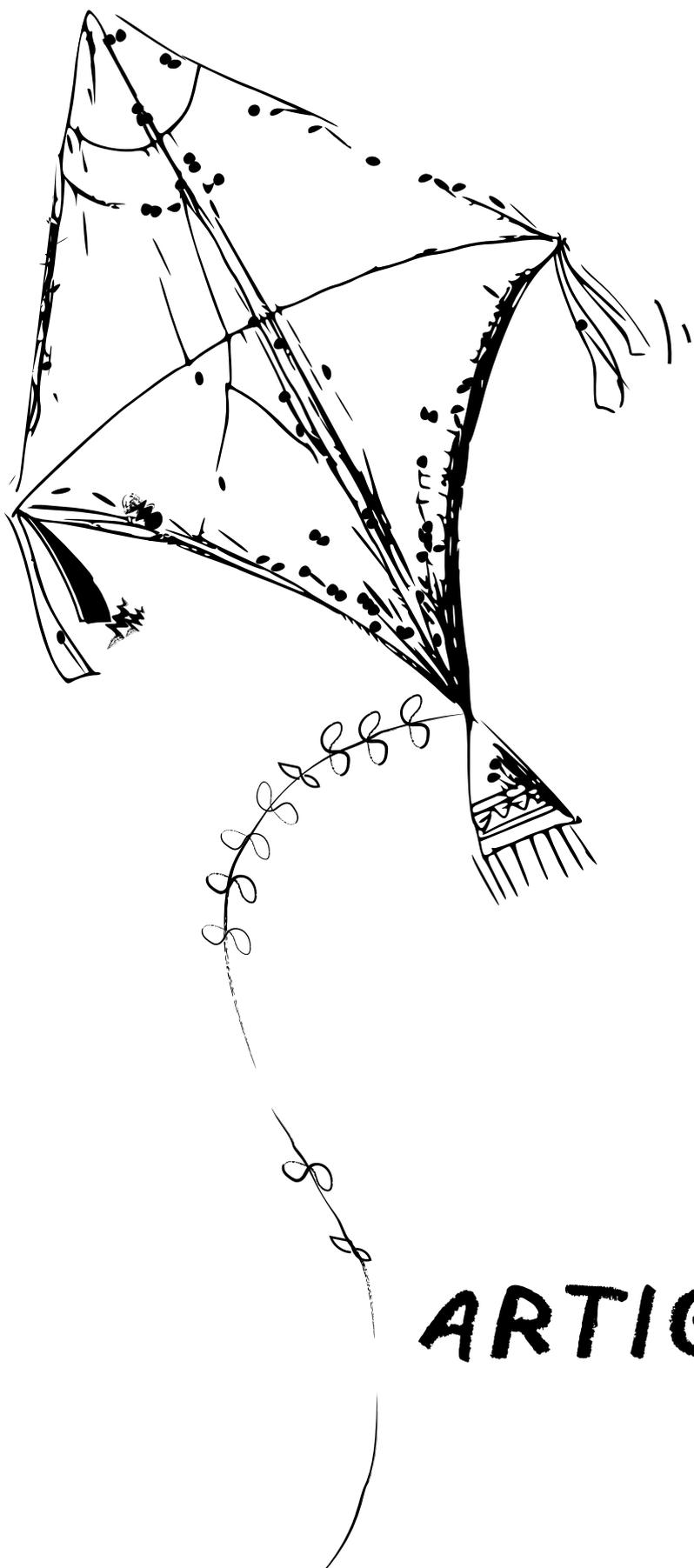
24 Além das dificuldades de acesso à habitação condigna, os refugiados tendem a enfrentar problemas específicos de integração, com impacto nesse acesso à habitação, tais como a dificuldade de aprendizagem da língua portuguesa, de acesso ao trabalho e fontes de rendimento, reconhecimento de competências, educação, cuidados de saúde, entre outras dimensões.

25 Refere-se ao período de ajuda financeira externa promovido pelo Fundo Monetário Internacional, ocorrido entre 2011 e 2014. O pacote então firmado com Portugal foi de 78 mil milhões de euros. O período ficou conhecido pelas políticas públicas de grande austeridade económica e contestação espontânea.

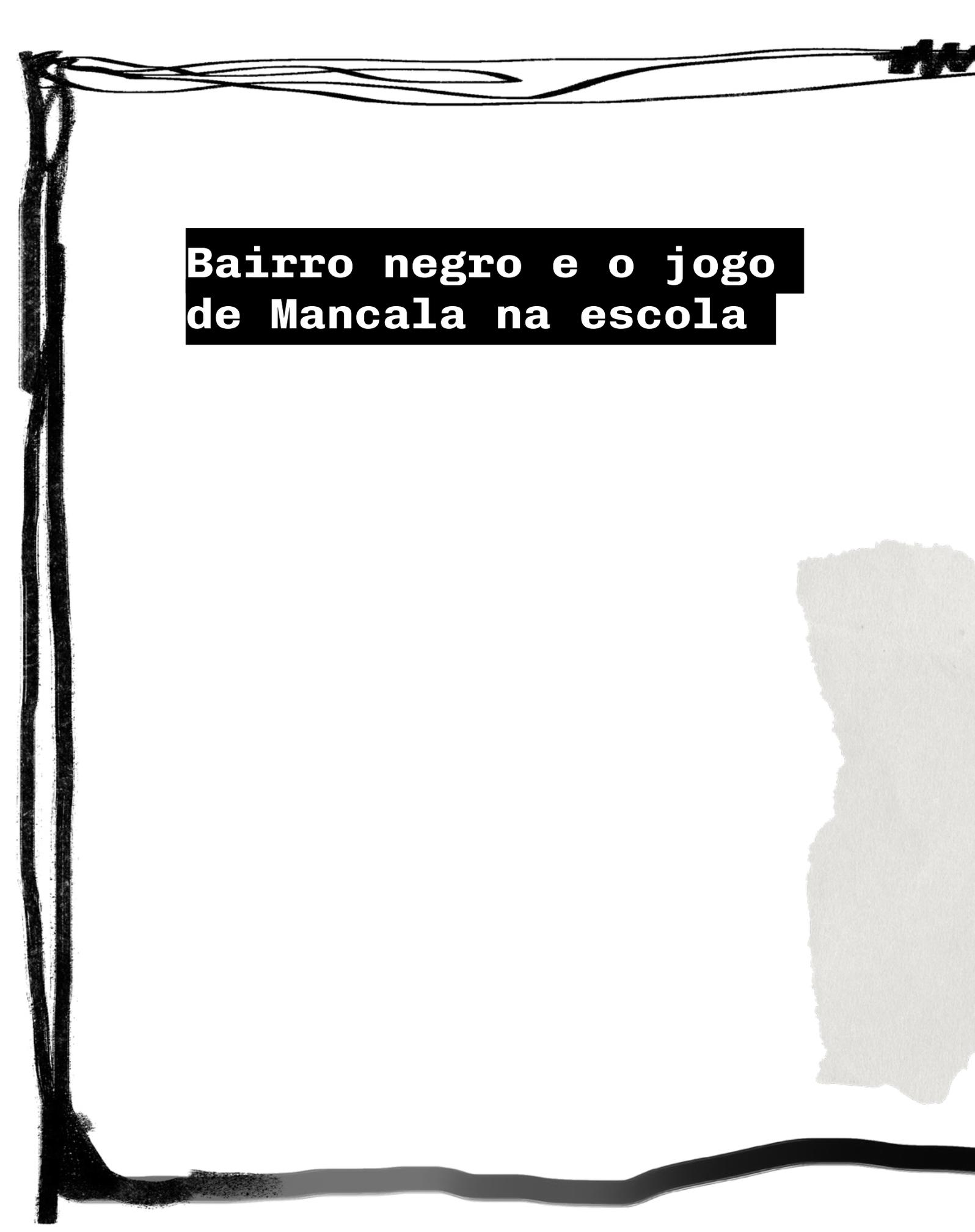
26 Têm surgido relatos de racismo e xenofobia em bairros sociais de Lisboa, no alojamento de refugiados.

27 A questão de género é muito relevante no que se refere ao acesso aos vários direitos dos refugiados. Seja por questões culturais, por dificuldade de gestão da vida familiar, falta de competências, entre outras incompatibilidades, são muitas as mulheres refugiadas que não conseguem trabalhar e ter rendimentos.





ARTIGOS



**Bairro negro e o jogo
de Mancala na escola**



Maria Conceição dos Santos França

PUC / SP

Henrique Cunha Junior

PPGAU / UFBA

Bairro negro e o jogo de Mancala na escola

Resumo

O momento histórico da educação brasileira é de reformas com relação à base nacional curricular comum e da inclusão da história e cultura africana e afrodescendente na educação. São novos desafios para mudanças educacionais. Ambas as proposições normativas da educação implicam num processo de contextualização e de territorialização dos currículos, dos projetos políticos pedagógicos e das práticas em sala de aula. O conceito de bairros negros é um conceito urbanístico que implica no reconhecimento da participação das populações negras na produção da cidade, como populações específicas, aquelas que têm a cultura de base africana e sofrendo das condições do racismo estrutural. Este conceito foi apropriado pelo processo pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Antônio Duarte de Almeida, que se encontra em um bairro cuja grande maioria é de população negra, em São Paulo. Dentre as diversas dificuldades da educação brasileira, uma delas é do ensino de matemática e, principalmente para as populações negras, em decorrência dos resultados de ideologias racistas introjetadas na população negra. O uso do jogo de Mancala foi utilizado como parte da proposta pedagógica do ensino de matemática que obteve bons resultados. Este artigo propõe um balanço do processo pedagógico empregado, como uma contribuição à educação brasileira no âmbito dos desafios atuais.

Palavras-chave: Afroetnomatemática, educação matemática, jogo de Mancala, bairros negros, africanidade.

El barrio negro y el juego Mancala en la escuela

Resumen

El momento histórico de la educación brasileña es de reformas en relación con la base curricular nacional común y la inclusión de la historia y la cultura africanas y afrodescendientes en la educación. Estos son nuevos desafíos para los cambios educativos. Ambas proposiciones normativas de la educación implican un proceso de contextualización y territorialización de los currículos, proyectos políticos pedagógicos y prácticas en el aula. El concepto de barrios negros es un concepto urbano que implica el reconocimiento de la participación de las poblaciones negras en la producción de la ciudad, como poblaciones específicas, aquellas con una cultura de base africana y que padecen las condiciones del racismo estructural. Este concepto fue apropiado por el proceso pedagógico de la Escuela Primaria Municipal Prof. Antônio Duarte de Almeida, que se encuentra en un barrio con una gran mayoría de población negra en São Paulo. Entre las diversas dificultades de la educación brasileña, una de ellas es la enseñanza de las matemáticas y especialmente para la población negra como resultado de los resultados de las ideologías racistas introjetadas por la población negra. El uso del juego Mancala se utilizó como parte de la propuesta pedagógica de enseñar matemáticas con buenos resultados. Este artículo propone una visión general del proceso pedagógico utilizado como contribución a la educación brasileña en el contexto de los desafíos actuales.

Palabras clave: Afroetnomatemática, educación matemática, juegos Mancala, barrios negros, africanidad.

Black neighbourhood and the Mancala game at school

Abstract

The historical moment of Brazilian education is one of reforms regarding the common national curriculum base and the inclusion of African and Afro-descendant history and culture in education. These are new challenges for educational changes. Both normative propositions of education imply a process of contextualization and territorialization of curricula, pedagogical political projects and classroom practices. The concept of black neighborhoods is an urban concept that implies the recognition of the participation of black populations in the production of the city, as specific populations, has an African-based culture which is suffering from structural racism. This concept was appropriated by the pedagogical process of the School, which is in a neighborhood with a large majority of black population. Among the various difficulties of Brazilian education is mathematics learning, especially for black populations due to racist ideologies introjected to the black population. The use of the Mancala game was used as part of the pedagogical proposal of teaching mathematics which obtained very good results. This article proposes an assessment of the pedagogical methodology, based on Mancala's african knowledge, used as a contribution to Brazilian education in the context of current challenges.

Keywords: Afroethnomathematics, mathematical education, Mancala games, black neighborhoods, africanity.



O porquê do jogo de Mancala

O cenário do trabalho que tratamos neste artigo é o da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Antônio Duarte de Almeida, uma escola construída na década de 1970, em Itaquera, zona leste da cidade de São Paulo, distrito constituído por uma maioria de população negra. É uma região sem infraestrutura urbana e que sofreu grandes transformações populacionais nos últimos 20 anos, como o assentamento com mais de cinco mil famílias provenientes de diversas regiões do país em uma grande gleba de terra vizinha à escola aqui estudada. O local também tem alto índice de vulnerabilidade social e uma expressiva população negra, representada nas estatísticas do município em 45,75% da população total do distrito. Face ao exposto, para o trabalho da educação é necessário a utilização dos conceitos de vulnerabilidade e de população negra (FRANÇA, 2017). Na atualidade, a cidade de São Paulo é organizada por distritos, sendo que a denominação de bairros é uma nomenclatura considerada antiga, mas que permanece na memória coletiva, sendo assim adotada neste artigo.

Importa aqui compreender o conceito de vulnerabilidade social no qual os grupos sujeitos do nosso trabalho educacional estão envolvidos. Nos últimos 20 anos, o conceito de *vulnerabilidade social* vem sendo desenvolvido por diversos autores, tais como Miriam Ambromovay et al. (2002) e Ricardo Paes Barros et al. (2006). A elaboração deste conceito surgiu relativamente aos questionamentos de políticas públicas universais que não se efetivaram da mesma maneira face a todos os grupos sociais. Apenas as variáveis designativas de pobreza, como categorias universais das políticas públicas, apresentaram resultados diferentes quanto às localidades, grupos raciais e de gênero. O conceito de *vulnerabilidade* mostra a necessidade

LAJE

v.2 n.2
p. 126-145
2023

ISSN: 2965-4904

da abordagem sobre a população negra e, por esse motivo, foi aplicado o conceito no contexto de bairros negros. O conceito de vulnerabilidade social se refere às exclusões, às inclusões precárias, à falta de representatividade e de oportunidade de cidadãos e de grupos sociais e às consequências sociais deste fato (CARMO; GUIZARDI, 2018). Trata-se de um conceito multifatorial referente às questões de moradia, renda, escolaridade, condições de saúde e de segurança pública. O conceito é fundamental porque implica políticas públicas específicas para que os grupos vulneráveis possam atingir a condição básica de cidadania. É um conceito que repensa as práticas universais das políticas públicas.

Bairros negros é um conceito do urbanismo que explicita a participação da população negra na construção urbana das cidades brasileiras (CUNHA JUNIOR, 2019). O conceito implica, simultaneamente, o reconhecimento da cultura urbana de base africana e a existência do racismo anti-negro, ambos com implicações na formação do patrimônio cultural da cidade. No entanto, a ideia de educação popular, como a da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como da aplicação da lei n.º 10.639/2003 relacionam a educação com o contexto local, onde a localidade — no caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Antônio Duarte de Almeida — implica em populações negras, cultura negra, como também em reverter o racismo estrutural. Portanto se apresenta como um conceito útil para as propostas curriculares e para a prática pedagógica da escola em questão.

Por último, encontramos a problemática do ensino de matemática, pois nas áreas urbanas de grande vulnerabilidade social, os índices nacionais indicam problemas de baixo desempenho do alunado. No caso específico da matemática, com relação às populações negras, apresenta-se um problema adicional gerado pelos conceitos racistas de suposta inferioridade cultural e intelectual da população negra. Em virtude do desenvolvimento, no passado, do racismo científico (BOLSANELLO, 1996), em que as populações negras foram estigmatizadas como incapazes para os campos do conhecimento que envolvem a racionalidade humana, ficou introjetado no alunado negro, assim como em muitos educadores, a ideia de que os negros não têm naturalmente habilidades para a matemática. Este fato, decorrente do racismo, ainda tem muita repercussão e necessita ser enfrentado. A suposição completamente errada da inferioridade cultural da população negra é fortemente difundida na literatura brasileira, como por exemplo o livro "Casa-Grande e Senzala" de Gilberto Freyre (CUNHA JUNIOR, 2013) que presta, assim, um desserviço à cidadania brasileira e à cultura nacional, e que raramente é decodificado e criticado como tal.

O jogo de Mancala é um jogo africano de tabuleiro. No tabuleiro temos duas colunas de covas, sendo colocadas quatro sementes em cada cova. Os parceiros de jogo executam alternadamente a distribuição das sementes nas covas, no sentido anti-horário. Este processo de distribuição é chamado de *semeadura*. Cada parceiro pode *semear* no seu terreno e no do vizinho. Quando, da *semeadura* no terreno vizinho, existem regras para a *colheita*. Da observação da distribuição de sementes no seu canteiro e no canteiro do vizinho, cada parceiro de jogo escolhe a sua estratégia de *semeadura*. O objetivo é colher mais sementes que o parceiro. O jogo envolve observação, cálculo e constante raciocínio.

Do ponto de vista histórico, o jogo de Mancala terá surgido na África, entre os egípcios, há cerca de 2.000 a.C., mas há relatos que falam em uma origem ainda mais remota, há 7.000 anos. A palavra *Mancala* tem origem no árabe e significa *mover*. Há versões do Mancala em países asiáticos e não se descarta a hipótese de que o jogo tenha vindo da Ásia para o continente africano. O jogo se difundiu em praticamente toda a África e chegou às Américas com os povos africanos aqui escravizados. A prática do jogo de Mancala desapareceu completamente no Brasil, no período do pós-abolição, devido à repressão existente quanto aos costumes africanos. O jogo vem sendo reintroduzido no país desde 1987, por iniciativa de um grupo de pesquisadores negros.

Assim, como síntese de ação sobre estes fatos expostos, é que realizamos dentro do projeto pedagógico da escola diversas ações, sendo uma delas o trabalho pedagógico com o jogo africano de Mancala. Este artigo tem por objetivo apresentar os conceitos relacionados com o trabalho desenvolvido em torno do jogo de Mancala e os resultados obtidos. Trata-se de uma contribuição ao problema do ensino de matemática nos bairros negros, no contexto de vulnerabilidade social, que obteve bons resultados no aproveitamento escolar dos grupos de alunas e alunos que se dedicaram ao jogo.

Bairros negros: um referencial conceitual

No final dos séculos XIX, e início do XX, existiam concentrações de populações negras em áreas urbanas das cidades brasileiras que hoje são consideradas áreas nobres ou áreas comerciais importantes, tais como a Colônia Africana em Porto Alegre (KERSTING, 1998), a Pequena África no Rio de Janeiro (MOURA, 1994) e a formação do bairro do Laguinho em Macapá (VIDEIRA, 2005). São áreas de onde as populações negras foram

removidas, em nome das modernizações urbanas e da melhoria da higiene pública. São situações que exemplificam e caracterizam um processo urbano de espacialização do racismo anti-negro e da ação do Estado a favor das populações brancas.

Os movimentos negros da década de 1970 já trabalhavam com o conceito de áreas de maioria de população negra, ou bairros negros, na cidade de São Paulo, pensando nos bairros do Bexiga, Barra Funda, Casa Verde, Freguesia do Ó e Santo Amaro. A pesquisadora negra Maria Nilza da Silva (2004) caracteriza estas áreas como espaços de segregação racial (SILVA, 2004), tendo sido antecedida por Ney dos Santos de Oliveira (1996) sobre a segregação racial no Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 1996) e teve continuidade no trabalho de Antônia dos Santos Garcia (2006), nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro (GARCIA, 2006). Relativamente à nomenclatura de bairros negros, temos pesquisa desenvolvida para a Fundação Ford sobre os bairros negros de São Carlos – SP (CUNHA JUNIOR, 1987), seguida pelos estudos de Piedade Videira (2005) sobre a cidade de Macapá (VIDEIRA, 2005), Juliana de Souza (2010) sobre Carapicuíba-SP (SOUZA, 2010) e Valdenice José Raimundo (2003) tratando da cidade do Recife como território de população majoritariamente negra (RAIMUNDO, 2003). Com esse percurso de estudos, constatamos que o estabelecimento da relação entre racismo anti-negro e espaço urbano é transcrita na literatura acadêmica sobre a forma de bairros negros, de segregação racial da população negra ou de territórios negros.

No urbanismo, o conceito de *bairros negros* implicou transformações de posturas com relação à população negra, com os elementos da cultura negra e os patrimônios culturais da população negra. A definição do conceito *bairros negros* considera que as populações participam da construção da cidade nas suas mais diversas ações, sendo uma delas, o protagonismo social de instituições não governamentais; outra, a sociabilidade e a ambiência produzidas pelas populações negras: os terreiros de Umbanda e Candomblé, as associações musicais, as festividades dos santos do catolicismo de preto, os jardins e quintais, são partes integrantes da produção da cidade. Na definição do conceito de *bairros negros*, as populações produzem suas inscrições na cidade (CUNHA JUNIOR, 2020).

Com o conceito de *bairros negros*, aparecem fatores sociais, culturais, políticos e econômicos relativos às populações negras que foram negligenciados nas abordagens convencionais dessas localidades, como periferias, espaços informais, lugares precários, espaços de carência ou de pobreza. As incidências de racismo estrutural e institucional anti-negro no controle espaço urbano, também ficavam marcadas com o uso de conceitos universais sobre essas localidades. Agora eles são ressaltados



em seus mecanismos de disputa do espaço urbano. Relativamente à educação, o conceito de *bairros negros* desperta a preocupação em fomentar a cultura negra na escola e afirmar a identidade da população negra.

O bairro negro e a escola

Tomamos como base o pensamento de Paulo Freire, para o qual a educação é um processo humanizante, social, político, ético, histórico, cultural, quando ele afirma que “A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 1996). A escola deve ser um ambiente favorável à aprendizagem significativa, onde a relação professor-aluno acontece sempre com diálogo, valorizando o respeito mútuo. O espaço escolar deve sempre contribuir para a curiosidade, a criatividade, o raciocínio lógico e o estímulo à descoberta. A escola deve trabalhar com a realidade do aluno, os elementos ligados à sua cultura e a explicação do mundo onde aluno e professor estão inseridos.

Embora esta visão de Paulo Freire esteja bastante difundida, e por muitos aceita como premissa importante para o interesse dos alunos pela educação e seu aproveitamento escolar, as escolas ainda são, por vezes, um lugar de desconforto. Situam-se num campo de incompreensões e se configuram num terreno que se torna de opressão para a população negra, porque o negro é historicamente visto como inferior, inadaptado, e porque vive à margem da sociedade de benefícios e de direitos. Assim, a população negra é, em particular, um grupo social que não desfruta de plenos direitos da cidadania ao nível da educação, particularmente, no sentido dado por Paulo Freire. É apontada como correção destas questões, a necessidade da educação tratar os temas de interesse dessa população e a realidade em que vivem, como um importante fator de transformação (SILVA, 2000; FERNANDES; SOUZA, 2016).

A relação entre vulnerabilidade social, desigualdades econômicas e desempenho educacional vem sendo estudada por diversos organismos internacionais como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (BELLO; RANGEL, 2000) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (PATRINOS, 2000). As análises e ações em torno das especificidades históricas e estruturais das populações afrodescendentes foram priorizadas por parte dos sistemas de educação, em função das da declaração e dos acordos estabelecidos pelo governo brasileiro no Congresso Mundial de Combate ao Racismo, realizado na cidade de Durban, África do Sul

(DURBAN-NAÇÕES UNIDAS, 2001). Destaca-se, nesta adesão às novas posturas das agências internacionais, o parágrafo abaixo da Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo:

Consideramos essencial que todos os países da região das Américas e de todas as outras áreas da Diáspora africana, reconheçam a existência de sua população de descendência africana e as contribuições culturais, econômicas, políticas e científicas feitas por esta população e a reconhecerem a persistência do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata que os afeta especificamente, e reconhecemos que, em muitos países, a desigualdade histórica em termos de acesso, inter alia, à educação, ao sistema de saúde, à moradia tem sido uma causa profunda das disparidades sócio-econômicas que os afeta (NAÇÕES UNIDAS, 2001).

O reconhecimento da vulnerabilidade das populações e dos bairros negros, levou à mudança de abordagem das políticas universais, para específicas, possibilitando um enfoque na particularidade das localidades, dos bairros e áreas das cidades. Também viabilizou uma revisão da relação entre a população negra, ou afrodescendente, e a educação. Ficaram demonstradas as necessidades do recurso à cultura negra pela educação nos bairros, como forma de aperfeiçoamento da educação nessas localidades.

As desigualdades sociais são reconhecidas como produzidas de formas específicas sobre os grupos e subgrupos sociais. Essas desigualdades sociais ocorrem em função da persistência de características sociais distintas, entre os diversos grupos sociais, estabelecidas por questões de desigualdades salariais entre gênero ou origem étnica, que se estabelecem em função do local de moradia ou de trabalho na cidade. A desigualdade das estruturas urbanas pode provocar um efeito cumulativo sobre os grupos sociais que se movimentam no território da cidade. Assim, existem desigualdades no acesso aos benefícios sociais das políticas públicas e no acesso ao mercado de trabalho. São desigualdades especializadas, dependentes da localidade. Uma forma de diminuição das desigualdades é o acesso ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura e à cidade. O acesso à cidade aumenta a autoestima dos indivíduos e melhora seu bem estar, porque coloca as pessoas como participantes na vida da cidade. A educação, tratando da realidade das populações, é um meio para uma melhor participação das pessoas na vida da comunidade e da cidade.

As relações dos indivíduos e dos grupos sociais com o seu entorno, são um dos constituintes das identidades coletivas. O tratamento das identidades explicita a integração entre os indivíduos e as localidades de moradia. Considerando a escola, tal como é apontada na literatura sobre educação, como o espaço privilegiado de formação das identidades dos indivíduos, é um lugar importante de intervenção, nos rumos da construção da identidade negra.

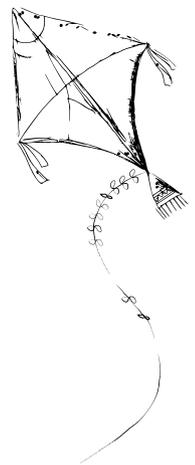
O ensino da matemática tem sido apontado pelos diversos dispositivos de avaliação, nacionais e internacionais, como um problema devido aos baixos índices de desempenho escolar nessa disciplina (FRANÇA, 2017). Se levarmos em consideração os bairros de população negra, encontramos o problema ainda mais grave porque nessas escolas, praticamente não existe ensino de matemática (CUNHA JUNIOR, 2013). Por vezes, as escolas não têm professor de matemática formado em matemática; às vezes têm professor, mas o ensino é deficitário, os professores são arrogantes com os alunos e não ensinam como deveriam. Estes são fatores que levam a um problema maior de inserção dos afrodescendentes no mercado de trabalho industrial e tecnológico, sendo esta uma das razões do reduzido número de engenheiros, arquitetos e tecnólogos negros (CUNHA JUNIOR, 2014). Portanto, nesses bairros, a escola pode tornar-se um fator de referência e de transformação social, se organizada para tal.

Afroetnomatemática pelo jogo de Mancala

O desenvolvimento da matemática, como também das formas geométricas nas civilizações africanas, datam de, pelo menos, 4000 anos antes da era cristã. Muitas das referências sociais, religiosas e filosóficas africanas são representadas por abstrações geométricas. Ao emprego e à pesquisa do universo matemático africano na educação foi dado o designativo conceitual de *afroetnomatemática* (CUNHA JUNIOR, 2017). A *afroetnomatemática* realiza apropriações das matemáticas e dos elementos matemáticos contidos nas culturas africanas no ensino da matemática no Brasil. Os estudos das construções, dos tecidos e da arte africana são exemplos de elementos sobre os quais se desenvolve a *afroetnomatemática*. Portanto, é dentro da perspectiva do conceito de *afroetnomatemática* que se desenvolve a nossa aplicação do jogo de Mancala no ensino da matemática.

O uso pedagógico de jogos de tabuleiros no ensino de matemática é justificado por vários autores tais como: Jorge Nuno Silva (2009), Rinaldo Pevidor Pereira (2016), Abílio de Bessa Nunes Quintas (2009), Márcia Aparecida Mendes (2005) e Sérgio Lorenzato (2004). Sergio Lorenzato (2004) destaca este jogo pela importância da utilização do material lúdico e concreto, nas aulas de matemática. No entanto, não basta apenas o jogo pelo jogo, o autor considera que a potencialidade do uso de jogos para a aprendizagem depende da orientação do professor (LORENZATO, 2004). Neste sentido o jogo faz parte de uma mudança de postura pedagógica:

O uso de jogos para o ensino, representa, em sua essência, uma mudança de postura do professor em relação ao o que é ensinar matemática, ou seja, o papel do professor muda de comunicador de conhecimento para o de observador, organizador, consultor, mediador, interventor, controlador e incentivador da aprendizagem, do processo de construção do saber pelo aluno, e só irá interferir, quando isso se faz necessário, através de questionamentos, por exemplo, que levem os alunos a mudanças de hipóteses, apresentando situações que forcem a reflexão ou para a socialização das descobertas dos grupos, mas nunca para dar a resposta certa (SILVA; KODAMA, 2004, p.5).



O uso do jogo em aulas de matemática foi bastante difundido, inclusive a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo possui uma célula de desenvolvimento de jogos nas aulas de matemática, sendo o Xadrez, o jogo mais clássico. No contexto de jogo, como forma lúdica da introdução dos conceitos matemáticos, alia-se a necessidade de trabalhar com a história e cultura africana com o uso do jogo de Mancala. Incorporamos dois fatores de forma sinérgica: enquanto jogam, as crianças constroem estruturas intelectuais que possibilitam que sejam construídas e compreendidas ideias complexas, estratégias e teorias na matemática, e também passam a apreciar aspectos complexos da cultura e história africana.

A apresentação do jogo de Mancala é feita através da cultura, história, geografia e ontologia das sociedades africanas. Jogo de Mancala é um nome genérico dado a um conjunto de jogos de tabuleiro contendo os mesmos princípios formais, mas com estruturas de tabuleiros quanto ao número de covas diversas e mesmo regras com variações. Portanto, é um jogo que tem vários nomes, dependendo da região geográfica e do tempo histórico, visto ser um jogo milenar. Exemplos dos nomes dados são: *Ayo* na Nigéria, *Wari* no Senegal, e *Baulé* na Costa do Marfim.

Apresentamos o jogo de Mancala como um jogo de cooperação, de colaboração entre parceiros de *semeadura* e de *colheita*. É preciso *semear* para *colher*, da mesma forma que é preciso colaboração para desenvolvimento e evolução do jogo. A ênfase no processo colaborativo é um elemento pedagógico importante, principalmente com relação à descrição das sociedades africanas tradicionais e comunitárias, mas também quanto à prática da atividade de jogo fora da ideia de disputa e de competição. Também faz parte do processo pedagógico do jogo o preparo do terreno, a observação e a semeadura pensada para a colheita no futuro. O jogo tem quem colhe mais e quem colhe menos, mas ambos têm os resultados do conjunto das ações. Portanto, os aspectos abstratos e complexos do jogo, e da matemática, se somam aos aspectos culturais e históricos das sociedades africanas na prática pedagógica de introdução da Mancala nas aulas de matemática. A sociedade atual desenvolveu conceitos de vida imediatistas e individualistas, enquanto que a reflexão entre semear para depois colher, de ter que pensar como semear para ter sucesso na colheita, é uma formulação pedagógica relevante para uma mudança da postura relativa ao trabalho na escola, no jogo e na vida dos participantes.

Partindo de um tabuleiro tradicional de Mancala adquirido em um mercado público da cidade de Praia, em Cabo Verde (Ver Fig. 1), criamos o nosso próprio tabuleiro mais ergonômico, no sentido de boa visualização do jogo e de facilidade de colher as sementes, que utilizamos nas nossas aulas (Ver Fig. 2). O tabuleiro apresenta duas colunas de seis covas em cada uma. Em cada uma das doze covas colocamos quatro sementes, no nosso caso usamos sementes de Baobá, pelos simbolismos dessa árvore no contexto africano. Trata-se de uma árvore milenar de múltiplas utilidades culturais, eleita como um dos símbolos do continente africano. O jogo se desenvolve com cada um dos *agricultores* retirando todas as sementes de uma cova escolhida e *semeando* as covas seguintes no sentido anti-horário. Alternadamente cada *agricultor* na sua vez, realiza o seu movimento. As *colheitas* são realizadas segundo as regras do jogo. Portanto, a estratégia do jogo é decidir qual casa escolher para retirar sementes para que no futuro possa colher. Note-se, que cada agricultor pode semear no seu terreno e no terreno vizinho, no entanto, as colheitas são feitas apenas no terreno vizinho.

A depender das suas variantes, os tabuleiros de Mancala podem ser constituídos por duas, três ou quatro colunas de covas. O número total de covas pode variar de doze a cinquenta, sendo que desse número de colunas de covas, resultam três tipos diferentes de jogos, denominados de Mancala II, III e IV, (PEREIRA; CUNHA JUNIOR, 2016). Os jogos de Mancala III e IV são os mais encontrados nas regiões africanas do

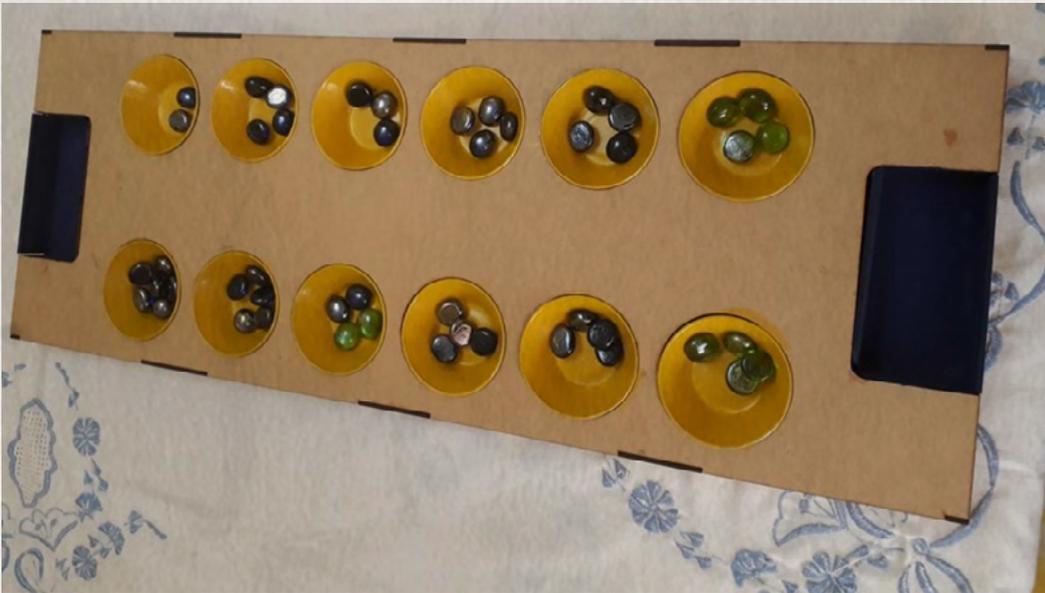


Figura 1: Tabuleiro de jogo de Mancala adquirido no mercado público da cidade Praia - Cabo Verde, 2015. Fonte: Acervo dos autores.



Figura 2: Tabuleiro ergonômico de Mancala desenhado por Henrique Cunha Junior, 2014. Fonte: Acervo dos autores.

Oceano Índico, em países como Moçambique e Quênia. O aumento do número de colunas no tabuleiro, implica regras e procedimentos no jogo, de maior complexidade na compreensão dos movimentos e nas estratégias possíveis.

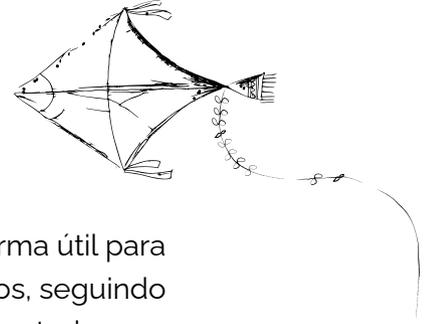
Conjuntamente à introdução da história do jogo, é realizada uma discussão sobre a sua complexidade, os raciocínios envolvidos nas estratégias no desenvolvimento do jogo. O encadeamento entre raciocínio e estratégia é importante, pois servem de base para discutir os preconceitos quanto à capacidade da população negra para atividades lógicas e racionais. Ainda persistem, no imaginário social brasileiro, os resquícios do racismo científico sobre a incapacidade da população negra para atividades racionais que, erradamente, "não dá para a matemática". A discussão sobre jogar Mancala, raciocinar, produzir jogadas inteligentes e obter bons resultados escolares, demonstra efetivamente a propensão de todas as pessoas para a matemática.

O fortalecimento das identidades negras

As populações, em sua diversidade, se desenvolvem em função da sua história, cultura produzida, localidades onde se situam, acesso a recursos variados, relações de sociabilidade características e sentimentos comuns, que compõem as identidades dos variados grupos sociais, dentro da sociedade. As identidades poderiam ser pensadas como as demarcações da existência de um determinado grupo social. No Brasil, graças à diversidade de povos e culturas, existe uma diversidade ampla de identidades. As identidades são processos sociais dinâmicos em constante transformação.

Fazendo parte da cultura e dos modos de vida da sociedade, as identidades são, portanto, como demarcadores das existências que precisam ser expressas e valorizadas. Um dos papéis da educação é a representação e valorização das identidades dos grupos sociais constituintes da cultura brasileira. Parte dos problemas e conflitos sociais brasileiros parte de meios de comunicação e de um sistema educacional, nos quais as instituições forçam uma identidade eurocêntrica e reprimem as identidades de origem africana e indígena. Desta forma, uma das necessidades da educação, nas escolas brasileiras, é de expressar a diversidade identitária, aqui falamos das identidades negras.

A abordagem científica dos diversos aspectos da sociedade se faz através de conceitos e da dinâmica na organização e interação entre diversos conceitos. O conceito de bairros negros, articulado com o de identidades negras, propicia à educação escolar



brasileira um enfoque científico da realidade da população negra, de forma útil para os trabalhos pedagógicos. A aproximação da realidade dos alunos negros, seguindo a proposta de Paulo Freire para a educação popular, precisa ser implementado para a articulação desses conceitos.

O reconhecimento das identidades, na sociedade brasileira atual, implica o reconhecimento de direitos culturais, de representação e de expressão da população negra. Implica o direito em ser apresentado, representado e valorizado como entidade social. O problema aparece porque este direito não é respeitado pelas instituições nacionais. A educação nacional, a cultura nacional, a imprensa nacional são exemplos de instituições que não atentam e não atendem a esse direito. Por que não atendem? Porque atendem a demais direitos e sonegam esse benefício social à população negra. Parte do estado democrático é legitimado pelo direito de representação da cultura e das identidades dos povos. Isto não é tratado com a devida importância e valor na sociedade brasileira. Em face ao destrato, em vez de corrigirem o erro, os grupos sociais tomam o lado oposto, negando-se a existência da identidade da população negra.

Existem posturas intelectuais que acreditam que as identidades da população negra são resultado da raça. Importante sabermos que o conceito de raças humanas foi produzido há menos de 300 anos, criado pela ideologia da dominação europeia sobre os demais continentes. Trata-se de um conceito resultante da criminalidade europeia. Foi desenvolvido primeiramente pela política de subordinação dos povos, pelos europeus, e depois pela ciência. A ideologia de raça se consolida com o racismo científico, um lastimável erro científico, destrutível produto da ciência de dominação, tal qual são as armas químicas, das quais pode estar sendo vítima a humanidade na atualidade. As populações africanas e negras na diáspora existem há milhares de anos. Desenvolveram culturas e civilizações. A identidade negra não é resultado do conceito de raça, mas sim, resultado da história. A existência na história da humanidade é que nos confere a identidade. Reduzir as identidades negras ao conceito de raça é abdicar de um longo legado cultural, histórico, político e social ao qual temos direito.

A afirmação das identidades negras na educação escolar através da utilização do jogo de Mancala é estratégica por introduzir a cultura africana através do ensino da matemática e do raciocínio matemático nas formas de tratamento de estratégias e estruturas complexas deste jogo. Na proposta pedagógica do ensino da matemática, o jogo de Mancala abre a discussão sobre o desenvolvimento da matemática e dos seus usos nos 6.000 anos de culturas africanas, iniciando pelas civilizações do vale do Rio Nilo.



Conclusões

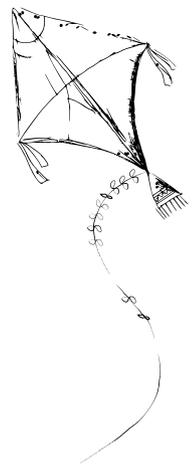
O enfoque sobre bairros negros propiciou muitas novas discussões e uma aproximação maior com entorno da escola quanto às problemáticas da população negra brasileira e dos novos atores imigrantes africanos que formam uma nova comunidade de interesses e necessidades diferenciada. A sistemática em discutir o conceito de bairro negro levou a um aprofundamento da participação dos africanos na formação histórica brasileira e também da compreensão das relações históricas no Brasil e na África. A especificidade conceitual do bairro negro de maioria negra, retirou as abordagens sobre população negra urbana das generalidades como apenas classe popular ou dos grupos oprimidos. Sai também da retórica que os problemas das populações negras são os problemas dos pobres. Bairro negro possui o desenvolvimento da cultura negra que, sofre do racismo estrutural e da pobreza urbana. Nos últimos 40 anos, atendendo a demandas dos movimentos sociais negros, a história brasileira, dentro dela a história da população negra, passou por uma grande revisão. A introdução às questões que permeiam o racismo estrutural levou a novas posturas no âmbito da escola e das relações sociais desta com a população negra. Tem havido uma sensível valorização da herança africana para sociedade brasileira e dos africanos na história da humanidade.

Quanto à introdução do jogo de Mancala, alguns resultados são sensíveis. Existiu maior interesse dos alunos pelas aulas de matemática através do jogo, como parte do processo de aprendizagem, em razão da exigência de raciocínio lógico. A abordagem do jogo na escola, propiciou uma discussão sobre o raciocínio, cálculo e pensamento estratégico exigidos no jogo. Com esses argumentos foram discutidos os preconceitos de que os alunos negros não dão para a matemática. O raciocínio para jogar foi identificado como uma atividade inteligente, como o raciocínio para a matemática. Neste contexto, os povos africanos passaram a ser vistos pelos alunos, como propositores e criadores de inteligência, universo que foi ampliado por discussões sobre a contribuição africana na matemática e nas ciências exatas. Conclui-se que, o pensamento racista por detrás da ideia que os negros e africanos não davam para a matemática foi discutido, desmontado e em grande parcela superado.

O enfoque pedagógico da afroetnomatemática apresenta dificuldades em ser implementado no sistema escolar como um todo, pois necessita de um conhecimento maior da história da matemática na África, bem como da própria história africana. No entanto, mesmo em face das dificuldades, é um enfoque promissor, pois leva a um

campo de discussão sobre matemática, como ciência dos padrões. Isso possibilita associar a matemática à arte africana, visto que a arte do continente é muito geométrica, propiciando o uso da arte africana também como caminho para o ensino da matemática. Da mesma forma como tratamos, em outro trabalho, sobre o uso de panos africanos no ensino da matemática, também o uso do desenho, da geometria e da simetria são recursos da afroetnomatemática que produzem resultados importantes (FRANÇA, 2017).

Com base nos resultados obtidos nos trabalhos realizados, podemos concluir que o uso do conceito de bairros negros, aliado à prática pedagógica do jogo de Mancala, possibilita avanços quanto às relações sociais no ambiente escolar, assim como a curricularização do ensino da matemática, da história e da cultura africana na sala de aula, elevou a autoestima dos alunos e pertencimento étnico desta comunidade.



Referências

AMBROMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. de C.; LIMA, F. de S.; MARTINELLI, C. da C., Juventude, **Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G., **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2006.

BELLO, A; RANGEL, M. **Etnicidad, "Raza" y Equidad en América Latina y el Caribe**. Santiago: CEPAL, 2000.

BOLSANELLO, M. A. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar em revista**, n. 12, p. 153-165, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de**

história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC/Secad, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho nacional de educação. **Resolução Nº 1, de 17 de Junho de 2014**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em 12 mar. 2016.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 3, e00101417, 2018.

CUNHA JUNIOR, H. **Espaço público, urbanismo e bairros negros**. Curitiba: Editora Appris, 2020.

CUNHA JUNIOR, H. Bairros Negros: A Forma Urbana das Populações Negras no Brasil. **Revista da ABPN**, v. 11, p. 65-86, 2019.

CUNHA JUNIOR, H. Afroetnomatemática: da filosofia africana ao ensino de matemática pela arte. **Revista da ABPN**, v. 9, n. 22, p. 107-122, 2017.

CUNHA JUNIOR, H. Afrodescendência e africanidades: um dentre os diversos enfoques possíveis sobre a população negra no Brasil. **Interfaces de Saberes** (FAFICA. Online), v. 1, p. 14-24, 2013a.

CUNHA JUNIOR, H. Críticas ao pensamento das senzalas e casa grande. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 13, n. 150, p. 84-100, 2013b.

CUNHA JUNIOR, H. Racismo antinegro, um problema estrutural e ideológico das relações sociais brasileiras. **Política Democrática**, Brasília, v. 7, 2008, p. 118-127.

CUNHA JUNIOR, H. **Negros na noite**. São Paulo: EDICON, 1987.

FRANÇA, M. da C. dos S. **Estudo da simetria a partir de padrões geométricos das panarias: pesquisa e intervenções etnomatemáticas para sala de aula**. Dissertação de Mestrado em Educação Matemática, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

KERSTING, E. Indícios em representações: denominações em torno da colônia africana. **Anos 90**, vol. 6, n. 9, p. 150-164, 1998.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Durban, África do Sul, 2001. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf. Acesso em: 09 set. 2021.

FERNANDES, V. B.; SOUZA, M. C. C. C. de. Identidade negra entre a exclusão e a liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n.63, p. 103-120, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LORENZATO, S. Malba Tahan, um precursor. **Educação matemática em revista**, São Paulo, v. 16, n. 11, p. 63-66, 2004.

MENDES, M. A. **Saberes docentes sobre jogos no processo de aprender e ensinar Matemática**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13877>. Acesso em: 07 set. 2021.

OLIVEIRA, N. dos S. Favelas and Ghettos: Race and Class in Rio de Janeiro and New York City. **Latin American Perspectives**, 91, vol. 23, n. 4, p. 71-89, 1996.

PATRINOS, H. A. The cost of discrimination in Latin America. **Studies in Comparative International Development**, v. 35, n. 2, 2000.

PEREIRA, R. P.; CUNHA JUNIOR, H. **Mancala: O Jogo Africano no Ensino da Matemática**. Curitiba: Editora Appris, 2016.

PEREIRA, R. P.; CUNHA JUNIOR, H. **O jogo Africano Mancala e a Formação de Professores em Africanidades Matemáticas**. In: 34ª Reunião Anual da Anped, 2011, Natal. **Anais...** Natal: ANPED, 2011.

PEREIRA, R. P.; CUNHA JUNIOR, H. **Mancala: O Jogo Africano no Ensino da Matemática**. Curitiba: Appris, 2016.

PETIT, S. H. **Pretagogia: Pertencimento, Corpo - Dança Afroancestral e Tradição Oral Africana na Formação de Professoras e Professores**. Fortaleza: EDUECE, 2015.

QUINTAS, A. de B. N. **A Aprendizagem da Matemática Através de Jogos**. Dissertação Mestrado em Matemática/Educação, Universidade Portuguesa Infante D. Henrique, 2009. Disponível em: <http://repositorio.uportu.pt/jspui/handle/11328/556>. Acesso em: 09 set. 2021.

RAIMUNDO, V. J. **É preciso ter raça: As formas de organização informais das mulheres negras moradoras da favela Bola de Ouro - Território de maioria negra**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

SANTOS GARCIA, A. dos. **Mulheres da cidade d'Oxum: relações de gênero, raça, classe e organização espacial do movimento de bairros em Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2006.

SILVA, M. N. (2014). Uma Década das Ações Afirmativas na UEL (2004-2014). **Revista TOMO**, n. 24, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i0.3190>. Acesso em: 16 mai. 2022.

SILVA, J. N. HEX. **Educação e Matemática**, n. 76, Janeiro/Fevereiro, p. 12-15, 2004.

Silva, Jorge. **Proceedings of the Board Game Studies Colloquium XI**. Lisboa: Ludus. 2009.

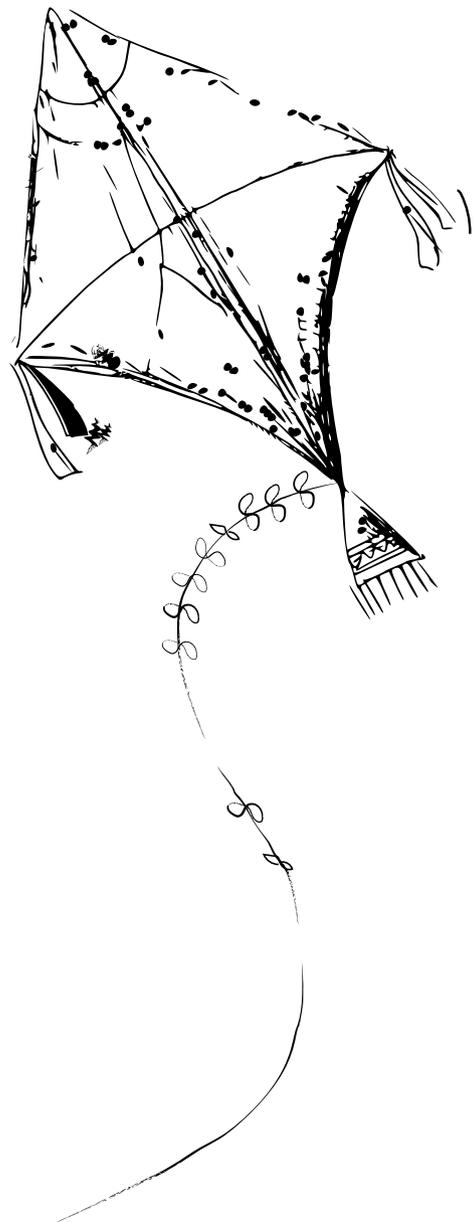
SILVA, P. B. G. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: BMEC/Secretaria de Educação Fundamental/MEC/UNESCO, 2000.

SILVA, A. F. da; KODAMA, H. M. Y. **Jogos no ensino da Matemática**. II Bienal da Sociedade Brasileira de Matemática, Salvador: UFBa, 2004. Disponível em: <http://www.bienasbm.ufba.br/02.htm>. Acesso em: 01 set. 2022.

SOUZA, J.; CUNHA JUNIOR, H. A inscrição de um território negro urbano: introdução a uma pesquisa em Carapicuíba - SP. **Revista África e Africanidades**, vol. 3, n. 12, p. 01-14, 2011.

VIDEIRA, P. L. **Os Embates Filosóficos sobre as Ações Afirmativas para a População Negra**. In: J. G. Vasconcelos; A. Pinheiro; É. Atem. (Org.). *Polifonias: Vozes, Olhares e Registros na filosofia da Educação*. Fortaleza: Editora da UFC, v. 01, p. 15-274, 2005.

YADE, J. de S. M. **Memórias e histórias negras da cidade de Carapicuíba-SP: uma abordagem para a educação escolar**. 2010. 217f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza-CE, 2010.



Territórios negros:

**uma análise sociorracial
em tempos de COVID-19**





Diosmar Marcelino de Santana Filho

UFF

Emanuelle Freitas Góes

CIDACS / Fiocruz-BA

Andrêa Jacqueline Fortes Ferreira

ISC-UFBA

Territórios negros: uma análise sociorracial em tempos de COVID-19

Resumo

A expansão da pandemia da COVID-19 revela as escalas das desigualdades no Brasil, pelas estruturas criadas para gestão da pandemia, numa realidade que viola o acesso aos direitos à população negra nas cidades de Salvador e do Rio de Janeiro. A análise sobre desigualdades raciais nas duas cidades é fundamentada em bases teóricas e metodologias sobre racismo e desigualdades em espaços ordenados pelo colonialismo. As políticas públicas de combate ao vírus refletem as cidades desiguais, com alta desumanidade em garantir direitos aos bens e serviços essenciais, alicerçados no não reconhecimento dos direitos para totalidade da população. A pandemia se coloca no aprofundamento dessa desumanidade e mostra, no planejamento urbano, as fraquezas, no que se constituiu em décadas com a legalização da criminalização das ocupações negras, que buscam na terra favela ou periférica o acolhimento da exclusão resultante do mercado da terra e da paisagem urbana.

Palavras-chave: Racismo; Segregação territorial; COVID-19.

Territorios negros: un análisis sociorracial en tiempos de COVID-19

Resumen

La expansión de la pandemia del COVID-19 revela la escala de las desigualdades en Brasil, a través de las estructuras creadas para la gestión de la pandemia, en una realidad que viola el acceso a los derechos de la población negra en las ciudades de Salvador y Río de Janeiro. El análisis de las desigualdades raciales en las dos ciudades tiene bases teóricas y metodologías sobre el racismo y las desigualdades en los espacios ordenados por el colonialismo. Las políticas públicas de lucha contra el virus reflejan ciudades desiguales, con elevada inhumanidad en garantizar derechos a bienes y servicios esenciales, basados en el no reconocimiento de derechos para toda la población. La pandemia es parte de la profundización de esta inhumanidad y muestra, en el planeamiento urbanístico, las debilidades de lo que se constituyó en décadas con la legalización de la criminalización de las ocupaciones negras, que buscan en las favelas o periferias la acogida de la exclusión derivada de la tierra y del paisaje urbano.

Palabras clave: Racismo; Segregación territorial; COVID-19.

Black territories: a socio-racial analysis in times of COVID-19

Abstract

The expansion of COVID-19 pandemic reveals the scales of inequalities in Brazil, by the structures created for pandemic management, in a reality that violates access to rights for Black population in the cities of Salvador and Rio de Janeiro. The analysis of racial inequalities in both cities is based on theoretical and methodological bases on racism and inequalities in spaces ordered by colonialism. Public policies to combat the virus of COVID-19 reflect unequal cities, with high inhumanity in guaranteeing rights to essential goods and services, based on the non-recognition of rights for the entire population. The pandemic is placed in the deepening of this inhumanity and shows, in urban planning, the weaknesses, in what was constituted in decades with the legalization of the criminalization of Black occupations, which seek in the slum or peripheral land the acceptance of the exclusion resulting from the land market and the urban landscape.

Keywords: Racism; Territorial segregation; COVID-19.



Introdução

A vida nos territórios negros tem tomado outros ritmos com o isolamento e distanciamento social obrigatório, imposto pela pandemia da COVID-19. Os corpos estão fora das ruas, ladeiras, morros e ribanceiras, não podendo andar nas orlas, vielas e buracos — em quarentena, a vivência é estabelecida pelas necessidades humanas elementares à sobrevivência nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro.

Essa dimensão de acesso às necessidades humanas elementares, sentida nas diferenças pelas soteropolitanas e cariocas, ocorre em escala nacional, bem como pelas pernambucanas, paulistas, maranhenses, amazonenses, cearenses, potiguares, gaúchas e tantos outros lugares do Brasil. Na escala mundo, à data de escrita deste artigo, Lima (Peru) expande o isolamento interno e o Estado peruano mantém fechadas as fronteiras. Em Havana (Cuba), uma sociedade na luta pelos suprimentos elementares expande sua humanidade contra o imperialismo/colonialismo estadunidense. Quanto à cidade de Wuhan (China), primeiro epicentro com controle da doença, as pessoas voltaram às ruas e o número de casos voltou a subir. Na Nova Zelândia, após o duro isolamento social por mais de trinta dias, a ministra Jacinda Ardern declara: “Nós vencemos uma batalha” (EL SOL DE PUEBLA, 2020).

Enquanto em Sierra Norte de Puebla (México) estudos da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), apresentam dimensões da desigualdade socioeconômica entre municípios diante da pandemia COVID-19, numa região que *“concentra a municipios con un alto número de personas mayores a 60 años, los servicios de salud son escasos, no cuentan con camas hospitalarias y personal médico”* (HERNÁNDEZ, 2020) ¹.

LAJE

v.2 n.2

p. 146-171

2023

ISSN: 2965-4904

Em Nova Iorque (EUA) não se tem respostas da volta da "cidade que não pára" e Paris (França) vive as interrogações se continuará sendo a cidade das luzes. Já em Joanesburgo (África do Sul), as pessoas vivem a mobilização para viver; Luanda (Angola) se pensa a vida e na Ilha do Sal (Cabo Verde), a terra em Sol, recebe cubanas(os) em humanidade.

Sobre o crescimento dos casos do vírus, o Painel COVID-19 do Centro de Ciência e Engenharia de Sistemas (CSSE) da *Johns Hopkins University* (Figura 1), monitora, desde 22 de janeiro de 2020, a evolução da pandemia da COVID-19 em escala global, após o registro do primeiro caso na cidade de Wuhan, capital da província de Hubei (China), no dia 12 de dezembro de 2019.

Analisando pela escala mundo, se alcança a expansão da pandemia da COVID-19 nas escalas das desigualdades no Brasil, pelas estruturas criadas para gestão da pandemia, numa realidade que viola o acesso aos direitos à população negra. O presente artigo definiu através do critério de densidade populacional e territorial, observar a espacialização da pandemia nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro.

É preciso ter atenção sobre o reconhecimento da pandemia no Estado brasileiro pelos dados do Ministério da Saúde. O primeiro caso confirmado de morte pela COVID-19 no país tem registro em 15 de março, conforme monitoramento do período de 26 de fevereiro a dois de maio de 2020. Porém, o reconhecimento do Estado de Emergência em Saúde Pública pelos governos (federal, estadual, municipal e distrital) ocorre após a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS) da pandemia do Novo Coronavírus em 11 de março de 2020, devido a curva de crescimento da contaminação e óbitos nos continentes Ásia, Europa e América. Com o reconhecimento oficial da pandemia, a sociedade brasileira foi convocada a suspender a ressaca do "civilizatório carnaval"² para combater uma pandemia global e lutar pelo direito de viver.

No dia dois de maio do mesmo ano, a pandemia torna-se uma realidade territorial com a confirmação de 101.147 mil casos da COVID-19 e 7.025 mil pessoas mortas pelo vírus no país, segundo o Ministério da Saúde.³ No período de 67 dias, os números de casos confirmados e de óbitos, apresentaram uma taxa de letalidade de 6,9%⁴ (em questionamento diante da subnotificação de casos no país).

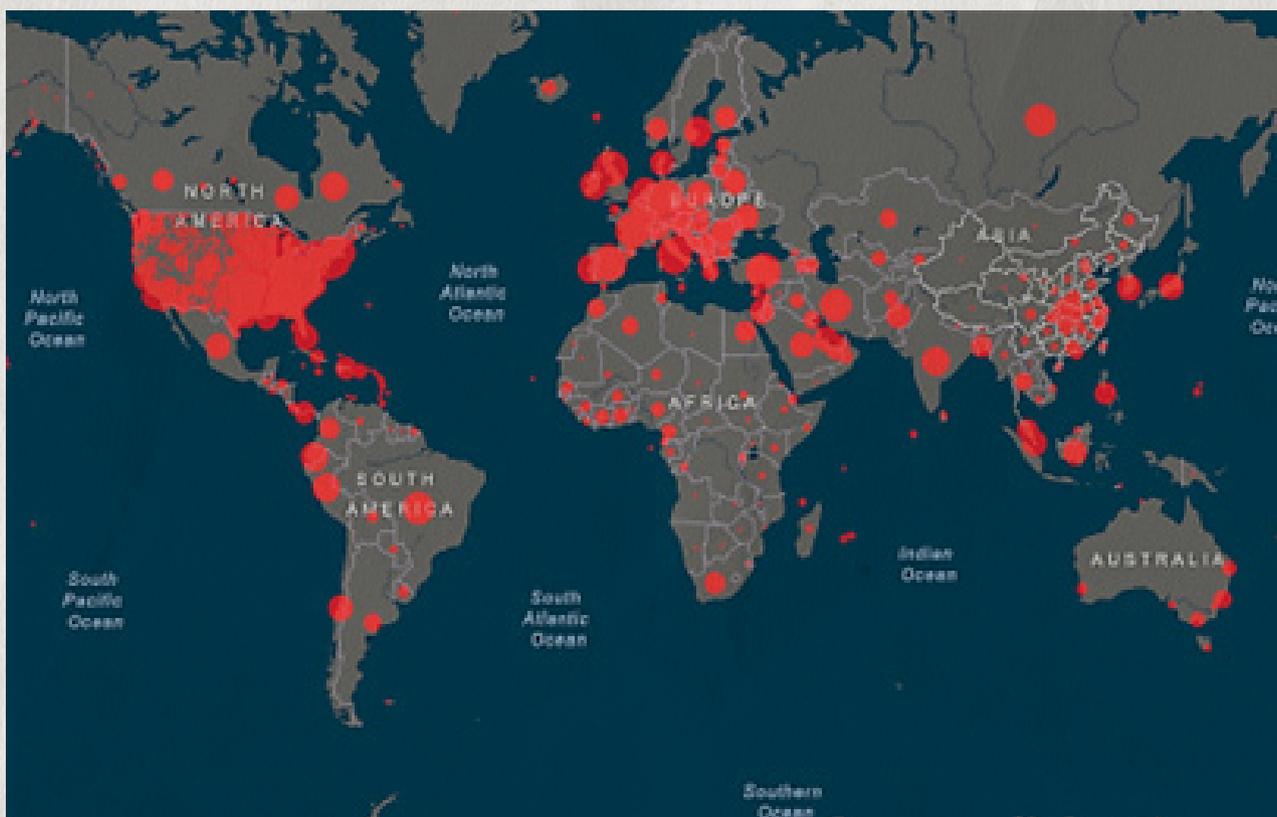


Figura 1: Expansão da pandemia da COVID-19 em Maio 2020. Fonte: Center for Systems Science and Engineering-CSSE (2020). Acessado no dia dois de maio de 2020.

Os números de casos e de óbitos apresentam desafios para formas e estruturas instaladas até o conhecimento e reconhecimento da pandemia da COVID-19 como estado de emergência. Nesse tempo, as ações de prevenção recomendadas pelas autoridades priorizaram o isolamento e distanciamento social, com a suspensão das atividades educacionais, sociais e comerciais não elementares. É dada a largada à corrida para montagem de estruturas de atenção à saúde pública de alta e média complexidade,⁵ no sentido de prevenir, controlar e tratar a infecção causada pelo novo coronavírus nas escalas dos territórios das cidades. A partir desse momento, o evento epidêmico começou a revelar as desigualdades raciais nas cidades, aprofundando as diferenças espaciais, sociais e de acesso aos direitos mais básicos entre os grupos populacionais brancos, pardos e pretos.

Análise conceitual para territórios negros diante da COVID-19

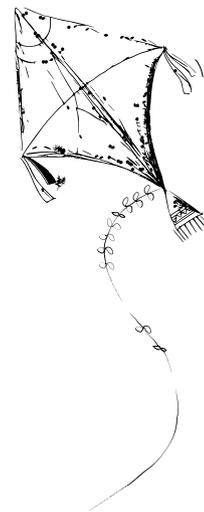
A análise sobre desigualdades raciais nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro, em tempos de pandemia, se fundamentam em bases teóricas e metodologias sobre racismo e desigualdades em espaços ordenados pelo colonialismo.

Segundo Frantz Fanon (2005), deve-se compreender as grandezas e fraquezas da espontaneidade dos colonizadores e colonizados nos processos históricos para alcance das escalas da corporeidade nos territórios. Conforme Milton Santos (2014) alertou, em tempos de globalização, as relações socioespaciais se aprofundaram em busca dos direitos na escala da corporeidade.

O estudo sobre territórios negros diante da pandemia da COVID-19 reafirma as relações de tráfico e escravidão humano como determinante no espaço colonizado por mais de quatro séculos em escala global e se desenvolve pela categoria metodológica "amefricanidade" da socióloga Lélia Gonzalez (1988). Esta categoria é pensada sobre o espaço geográfico da *América* no processo histórico de formação dos territórios Estado em bases políticas e econômicas que segregam racialmente os grupos humanos nas sociedades.

A autora supracitada estabelece que o *racismo por denegação*⁶ é responsável pela formação das sociedades da região denominada América Latina, ordenadas pelas ideologias de classificação social (racial e sexual) em bases técnico-jurídico-administrativas, que racialmente estratificam pessoas com formas de segregação hierarquizada, garantindo a "superioridade dos brancos enquanto grupos dominantes" (DA MATA, 1984 apud GONZALEZ, 1988, p. 73).

Aprofundando a amefricanidade em escala corporal se alcança a produção do espaço criminalizado, conforme Andreino Campos (2005), pelas dimensões teórica e prática as escalas são reveladas, nas cidades, as desigualdades entre brancos e negros. Os espaços criminalizados resultam dos processos históricos das cidades são, no presente, a violação dos direitos culturais, ambientais, sociais, políticos e econômicos do grupo majoritário negro pela hegemonia política e econômica das minorias brancas. A população negra é sumariamente expulsa dos espaços e vê a minoria branca apropriar-se das ocupações com as forças administrativas e jurídicas estatais que valorizam social e economicamente o território, agora não criminalizado pela condição de propriedade destinada à população branca.



A amefricanidade e os espaços criminalizados são categorias fundamentais às pesquisas que buscam alcançar a humanidade dos povos africanos em África e diásporas, diante da pandemia da COVID-19 nos territórios marcados por desigualdades étnicas e raciais, reconhecidas na Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024)⁷, conforme a *Declaração da II Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e outras formas de Discriminação*⁸, realizada em 2001 em Durban, África do Sul.

Segundo Gonzalez (1988) é preciso profundidade na análise dos eventos que têm implicação direta no racismo e na sua negação política e econômica. Nesse caso, a Década dos Povos Afrodescendentes (antes, durante e pós-pandemia), precisa ser questionada nos conceitos e formas de efetividade nos territórios colonizados por estruturas “democráticas” importadas e uma democracia que marginaliza corpos e territórios negros pelo direito ocidental eurocêntrico. O questionamento permitirá alcançar o mundo da diversidade e diferença, que se manifesta no continente América (Norte, Sul, Central e Insular). Campos (2005) analisa que a democracia brasileira é permissiva com a criminalização dos territórios de maioria corporal negra e coloca em risco a vida humana, simplificando as violências sofridas pela população nas cidades.

São essas as bases conceituais de análise sociorracial dos territórios para conhecimento dos impactos da pandemia da COVID-19 nas cidades de Salvador e do Rio de Janeiro, às quais dão forma às quatro escalas metodológicas elaboradas pelo estudo:



Primeira escala: análise da população residente segundo raça/cor e sexo dos municípios de Salvador e Rio de Janeiro, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual – PNAD (2018), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);



Segunda escala: análise da distribuição populacional por raça/cor segundo as classes de rendimento nominal mensal dos setores censitários de Pirajá e Vitória, em Salvador, e de Botafogo e Rocinha, no Rio de Janeiro, com a produção de cartografia geográfica, conforme os dados do Censo Brasileiro de 2010 do IBGE;



Terceira escala: análise das estruturas instaladas de hospitais (públicos e privados) nos setores censitários de Pirajá e Vitória (Salvador) e Botafogo e Rocinha (Rio de Janeiro), considerando também a distribuição de unidades de saúde em setores censitários vizinhos, com distância de até dois quilômetros da poligonal analisada e dos dados epidemiológicos da COVID-19, disponibilizados pelas secretarias municipais de saúde, secretarias estaduais de saúde e ministério da saúde;



Quarta escala: análise das políticas públicas de ordenamento territorial e de saúde diante das desigualdades raciais e sociais estabelecidas na realidade das cidades de Salvador e Rio de Janeiro, antes e durante a pandemia da COVID-19.

As dimensões em escalas, como apresenta o geógrafo Renato Emerson dos Santos (2011), explica as dimensões absolutas e relativas, e são importantes para o alcance da racialização dos territórios e identificação dos impactos dos fenômenos.⁹ As escalas em espaço e tempo externalizam as desigualdades entre os grupos raciais pretos, pardos e brancos nos territórios das cidades do Salvador e Rio de Janeiro no período de crescimento da curva de casos confirmados pela pandemia da COVID-19 e as ações instituídas pelo Estado, numa realidade onde o direito de humanidade está racializado antes pandemia.

Desigualdades raciais são estruturais

As cidades de Salvador e Rio de Janeiro são capitais importantes dentro do processo histórico de formação do Estado brasileiro, similares em processos históricos de reconhecimento cultural, social, político e econômico, para garantia da análise sobre direitos aos grupos raciais negros e brancos nos séculos passado e presente.

Essa similaridade das cidades tem reflexos na composição populacional dos grupos sociais. Segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2018), o país apresenta uma população residente de 208 milhões de pessoas, sendo 52% composta por mulheres. Quanto ao grupo racial, 46,5% da população se autodeclara parda, 43,1% branca e 9,3% preta. Na capital baiana, Salvador, a população residente é de 2.857 milhões de pessoas (1,4% da população brasileira), sendo que 54,0% são mulheres.

No que se refere aos grupos raciais, 48,2% são de pessoas pardas, 35,0% são pretas e as brancas representam 16,4%. Com isso a população negra, a soma de pretas e pardas, representa 83,0% da população soteropolitana. Já a capital carioca, Rio de Janeiro, tem 6.689 milhões de pessoas domiciliadas, representando 3,2% da população nacional, sendo que 54,0% são mulheres. Em relação à raça/cor, as pessoas que se autodeclaram brancas representam metade da população (50,0%), as pardas 38,0% e as pretas 12,0% - o que equivale dizer que metade da população carioca é negra (Tabela 1).



Tabela 1. Distribuição percentual da população por sexo segundo raça/cor, Salvador, Rio de Janeiro, Brasil, 2018. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual (IBGE, 2018).

Brasil e Municípios	Raça/cor (%)	Total	Sexo	
			Homens	Mulheres
Brasil	Total	100%	100%	100%
	Branca	43,1%	42,3%	44%
	Preta	9,3%	9,5%	9%
	Parda	46,5%	47,1%	46%
Salvador	Total	100%	100%	100%
	Branca	16,4%	15,2%	17,4%
	Preta	34,6%	36,6%	32,9%
	Parda	48,2%	47,5%	48,8%
Rio de Janeiro	Total	100%	100%	100%
	Branca	49,6%	48%	50,9%
	Preta	11,9%	11,7%	12,1%
	Parda	37,8%	39,6%	36,3%

Aprofundando nas escalas para os setores censitários na capital baiana, de acordo com o Censo 2010, observa-se assimetrias, considerando raça/cor, classes de rendimento nominal mensal, nos setores censitários Pirajá¹⁰ e Vitória¹¹, que tem impacto direto no acesso às instituições públicas e privadas de saúde.

No setor censitário Pirajá 331.640 mil pessoas têm rendimento nominal mensal, sendo que a população parda representa mais de 50,0%, a preta 31,9% e a branca 13,4%. A população negra (soma de pardos e pretos) será de 84,9%. Quanto ao rendimento com mais de ½ a 3 salários mínimos, os pardos são os que apresentam o maior percentual (25,0%), seguido dos pretos (16,1%), e brancos (6,6%). Entre os que têm mais de 3 a 10 salários mínimos, pretos e pardos, representam 1,5% e 2,9%, respectivamente, e os brancos 1,4%.

A população no setor censitário de Vitória é de 148.637 mil pessoas. O grupo racial pardo representa 40,9%, brancos 34,7% e pretos 23,2% da população. Porém, no acesso aos salários mais de 3 a 10 salários, os brancos, pardos e pretos recebem 11,1%, 6,9% e 1,9%, respectivamente. E quando se amplia os rendimentos mensais para mais de 10 a 30 salários, brancos, pardos e pretos, recebem 5,1%, 2,0% e 0,3% respectivamente (Tabela 2).

Os dados sobre renda nominal entre os setores censitários refletem o ordenamento territorial da cidade, que estratifica a população pelos grupos raciais, o que coloca os bairros do setor censitário de Pirajá com uma maior composição populacional

negra e com baixos salários. No setor censitário de Vitória, nota-se assimetria entre grupos raciais em relação à renda nominal mensal. Na totalidade, brancos igualam com rendimentos entre $\frac{1}{2}$ e 3 salários mínimos, mas quanto aos rendimentos entre 3 e 10 salários mínimos, brancos têm duas vezes mais que os pardos; na relação entre brancos e pretos, brancos ganham seis vezes mais que pretos.

A desigualdade é profunda quanto à renda nominal entre os grupos no acesso a rendimentos com mais de 10 até 30 salários. Os brancos terão rendimento duas vezes mais quando comparados aos pardos e 17 vezes mais que pretos.

Os setores censitários da capital carioca também apresentam assimetrias em relação à renda entre pessoas com domicílio nos setores censitários de Botafogo e Rocinha. No setor censitário Botafogo, a população domiciliar com rendimento nominal mensal é de 220.049 pessoas e os grupos raciais brancos, pardos e pretos, representam 80,0%, 15,4% e 4,5% respectivamente. Com rendimentos entre $\frac{1}{2}$ e 3 salários mínimos brancos, pardos e pretos representam 16,7%, 5,9% e 2,1% respectivamente. Se a base de rendimento é entre 3 e 10 salários mínimos, brancos, pardos e pretos vão receber 26,9%, 3,9% e 1,0% respectivamente.



Tabela 2. Distribuição percentual de Pessoas de 10 anos de idade ou mais por raça/cor segundo as classes de rendimento nominal mensal, nos setores censitários de Pirajá e Vitória (Salvador), 2010. Fonte: Censo Demográfico Brasileiro (IBGE, 2010).

Setor censitário	Classes de rendimento nominal mensal	Raça/cor (%)		
		Preta	Parda	Branca
		31,9	53	13,4
Pirajá - Salvador	Até 1/4 de salário mínimo	0,9	1,3	0,2
	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	1,2	1,7	0,3
	Mais de 1/2 a 3 salário mínimo	16,1	25	6,6
	Mais de 3 a 10 salários mínimos	1,5	2,9	1,4
	Mais de 10 a 30 salários mínimos	0,1	0,1	0,1
	Mais de 30 salários mínimos	0	0	0
		23,2	40,9	34,7
Vitória - Salvador	Até 1/4 de salário mínimo	0,4	0,4	0,1
	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	0,7	0,7	0,1
	Mais de 1/2 a 3 salário mínimo	12,4	17,6	8,7
	Mais de 3 a 10 salários mínimos	1,9	6,8	11,1
	Mais de 10 a 30 salários mínimos	0,3	2	5,1
	Mais de 30 salários mínimos	0	0,2	0,7

Ampliando para rendimentos com mais de 10 a 30 salários mínimos, brancos, pardos e pretos recebem 15,6%, 1,6% e 0,4% respectivamente. Em relação a rendimentos maiores que 30 salários mínimos, brancos recebem 1,7%, enquanto pardos e pretos somam 0,2% (Tabela 3). Quanto ao setor censitário da Rocinha, a população domiciliada com renda nominal mensal é de 57.451 mil pessoas e os grupos raciais são formados por 49,3% pardos, 38,9% brancos e 10,8% pretos. Em relação ao rendimento com mais de ½ a 3 salários mínimos, os pardos, brancos e pretos representam 29,6%, 24,4% e 6,8% da população com essa faixa de renda (Tabela 3).

Tabela 3. Distribuição percentual de Pessoas de 10 anos ou mais de idade por raça/cor segundo as classes de rendimento nominal mensal, setores censitários da Rocinha e Botafogo (Rio de Janeiro), 2010. Fonte: Censo Demográfico Brasileiro (IBGE, 2010).

Setor censitário	Classes de rendimento nominal mensal	Raça/cor (%)		
		Branca	Preta	Parda
		79	4,5	15,4
Botafogo - Rio de Janeiro	Até 1/4 de salário mínimo	0,1	0	0
	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	0,2	0	0,1
	Mais de 1/2 a 3 salário mínimo	16,7	2,1	5,9
	Mais de 3 a 10 salários mínimos	26,9	1	3,9
	Mais de 10 a 30 salários mínimos	15,6	0,4	1,7
	Mais de 30 salários mínimos	1,7	0	0,2
		38,9	10,9	49,3
Rocinha - Rio de Janeiro	Até 1/4 de salário mínimo	0,2	0,1	0,3
	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	0,3	0,1	0,5
	Mais de 1/2 a 3 salário mínimo	24,5	6,8	29,6
	Mais de 3 a 10 salários mínimos	1,2	0,4	1,3
	Mais de 10 a 30 salários mínimos	0	0	0
	Mais de 30 salários mínimos	-	-	-

Os dados de rendimento entre os grupos raciais em Botafogo e Rocinha apresentam segregação racial dos territórios, dado que no primeiro setor, as pessoas brancas são maioria e apresentam melhores rendimentos quando comparadas às pessoas pardas e pretas. Na Rocinha a concentração de pardos e pretos é maior e esse grupo apresenta menores rendimentos, como observado na Tabela 3. Comparando os que recebem entre ½ e 3 salários mínimos, o grupo racial pardo tem rendimento quase oito vezes maior que o grupo racial preto. Entre aqueles que apresentam rendimentos entre 3 a 10 salários mínimos se profunde a diferença, onde os brancos recebem quase vinte e sete vezes mais que os pretos e em relação aos pardos essa diferença

recua para seis vezes mais. Quanto aos rendimentos entre 10 a 30 salários, os brancos vão receber quase oito vezes mais que a população domiciliada de pardos e pretos.

Os dados sobre o rendimento nominal mensal apresentam grupos sociais racializados nos territórios e impactados desigualmente pela distribuição dos serviços públicos e privados de saúde. As instituições e empresas se movem pela força dos grupos raciais, que acionam as estruturas do Estado para reivindicar os direitos sociais, que são estabelecidos pela renda e raça/cor dos grupos nos territórios. Por fim, os grupos raciais com domicílio nos setores censitários de Botafogo e Rocinha (Rio de Janeiro), equivalem a 83,7% da população domiciliada no setor Pirajá (Salvador). Quanto à renda, os brancos de Botafogo são maioria territorial em renda na comparação com os brancos do setor censitário Vitória (Salvador).

Diante das análises acima, é importante lembrar que Milton Santos (2012) alerta que uma massa populacional (negra) com salários muitos baixos vive sob a dependência de trabalho ocasional. O contexto de uma minoria populacional (branca) com altos salários "cria na sociedade urbana uma distinção entre os que têm permanente acesso aos bens e serviços oferecidos e os que, mesmo apresentando necessidades similares, não podem satisfazê-las" (SANTOS, 2012, p. 95).

As análises sobre desigualdades nos territórios negros buscam as dimensões raciais das estratégias universais do ordenamento urbano desigual vigente nas cidades. É nesse momento que entra a importância da aprovação e efetivação da Lei n.º 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece o Auxílio Emergencial (Renda Básica Emergencial em Pandemia de COVID-19) pelo Congresso Nacional (BRASIL, 2020), para combate dos efeitos da pandemia da COVID-19, que não apresentou a identidade racial dos beneficiários diretos, mostrando a face do processo histórico de negação da racialização do Estado Democrático.

Os territórios desiguais raciais em plena pandemia da COVID-19

Analisar o Estado de Emergência em Saúde Pública instituído nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro para prevenção, cuidados e controle sanitário da pandemia da COVID-19 se referênciam na espacialização dos grupos raciais e na distribuição das unidades de saúde de média e alta complexidades nos setores censitários de Pirajá e Vitória, em Salvador, e de Botafogo e Rocinha, no Rio de Janeiro.

Pelas escalas, se revela no espaço, as *modernizações* que segundo Santos (2012) são formuladas em escala mundial para as escalas dos subsistemas cultural, social, econômico, ambiental e moral das cidades, sem qualquer senso ético, resignificando o presente como novas variáveis do passado "a projeção do sistema mundial sobre unidades espaciais dependentes adota formas diferentes" (SANTOS, 2012, p.94). No período atual, o tecnológico com a hegemonização das cidades, as desigualdades se reproduzem no acesso ao consumo de bens e serviços pelas corporeidades territoriais.

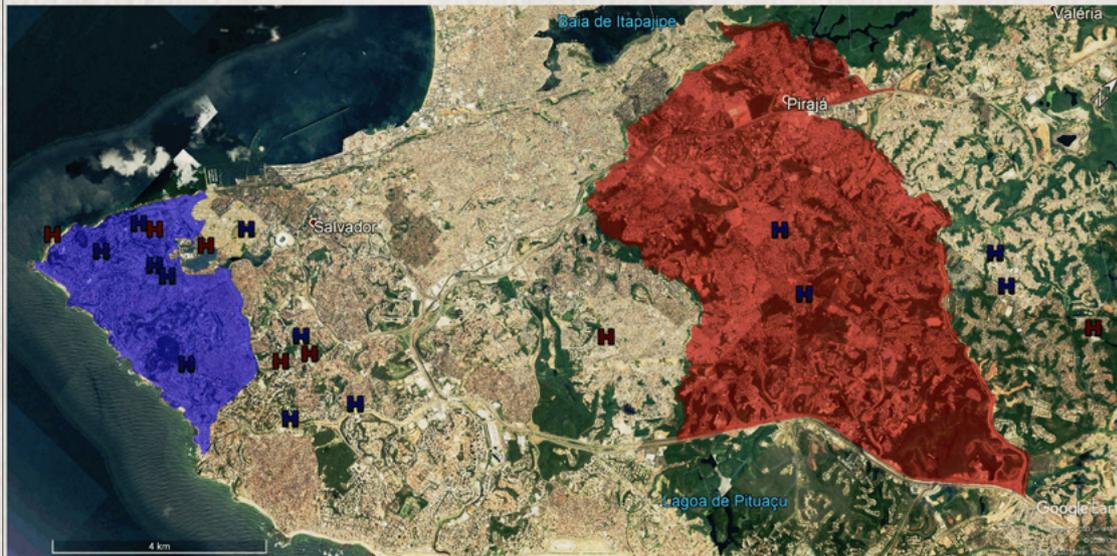
A escala em corporeidade territorial reflete o fenômeno epidêmico no planejamento urbano das cidades de Salvador e Rio de Janeiro, com a espacialização dos grupos raciais e distribuição das unidades de saúde pública e privada para atendimento da população, submetida à contradição desde a moradia, acesso à água potável, rede de esgoto, energia elétrica e mobilidade frente às recomendações de isolamento e distanciamento social.

Assim, a segregação residencial racial é causa fundamental das disparidades raciais em saúde, pois são as principais causas das desigualdades em relação ao status socioeconômico, determinando o acesso à educação, serviços básicos essenciais, emprego e oportunidades (WILLIAMS; COLLINS, 2001).

A segregação, vista por Williams e Collins (2001), é a dimensão da pandemia da COVID-19 observada nos setores censitários de Pirajá e Vitoria (Salvador)¹² e Botafogo e Rocinha (Rio de Janeiro), conforme os Mapas Temáticos 01 e 02. Nos setores censitários, as dimensões se aprofundam com a concentração de renda e serviços de saúde implantados antes do reconhecimento da pandemia pelo Estado brasileiro. Os mapas elaborados estão fundamentados em informações de dados censitários do IBGE (2010), número de casos confirmados de COVID-19 pelo governo municipal e localização das unidades de saúde de média e alta complexidade, com Unidades de Tratamento Intensivo (UTI).

O Mapa 01 apresenta a espacialização e territorialização dos setores censitários de Pirajá, formado por cerca de dezessete bairros na região nordeste da cidade do Salvador, com uma população de 331.640 mil pessoas, distribuídos em 38.9 km². Neste setor, com uma densidade populacional de 8.525 hab./km² e apenas duas unidades privadas de hospital (uma de alta e outra de média complexidade), até o dia dois de maio, foram confirmados 58 casos de COVID-19. A maioria da população (84,5%) deste setor é negra, onde a maioria do grupo racial pardo apresenta renda mensal entre ½ e 3 salários mínimos.

Mapa Setores Censitários Pirajá e Vitória (Salvador | COVID-19)



LEGENDA

SETOR CENSITÁRIO VITÓRIA COVID-19 (Até 02.05.2020)

Bairros e casos confirmados: Barra (20), Calabouço(1), Campo Grande(0), Caneta(07), Chame-Chame(0), Engenho Velho da Federação(11), Federação(26), Garcia(9), Graça(15), Jardim Apipema(0), Politeama(0), Rio Vermelho(19), Sabino Silva (0) e Vitória(9).
Total: 117 casos

SETOR CENSITÁRIO PIRAJÁ COVID-19 (Até 02.05.2020)

Bairros e casos confirmados: Calabeta(0), Campina de Pirajá(04), Castelo Branco(01), Dom Aveku(0 1), Jardim Cajazeiras(02), Jardim Nova Esperança(02), Jardim Santo Indício(04), Mata Escura(09), Nova Brasília(12), Nova Susuarana(02), Novo Horizonte(02), Novo Marotinho(0), Pirajá(05), Porto Seco de Pirajá(0), Sete de Abril(02), Susuarana(12) e Teologu(0).
Total: 58 casos

- Salvador
- Setor Censitário 2010
- Setor Censitário
- H Hospitais Públicos
- H Hospitais Privados

Estado da Bahia
Município: Salvador
Subdistritos: Pirajá e Vitória
Georreferenciamento
Setores Censitários (Censo 2010)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Imagem: Google Earth ©2020 Google
Escala: 1:5000
Fonte de Dados
Prefeitura Municipal de Salvador
Elaboração do Mapa
Diosmar Santana Filho
Ano: 2020

Mapa 01. Setores Censitários de Pirajá e Vitória, Salvador - Censo 2010/IBGE. Fonte: Santana Filho, 2020.

Mapa Setores Censitários Botafogo e Rocinha (Rio de Janeiro | COVID-19)



LEGENDA

SETOR CENSITÁRIO BOTAFOGO COVID-19 (Até 02.05.2020)

Casos Confirmados: 166
Ativa: 31
Óbito: 09

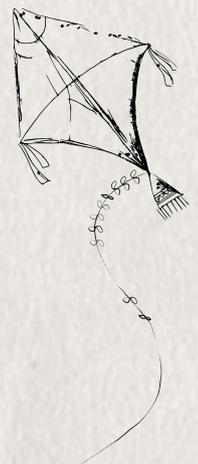
SETOR CENSITÁRIO ROCINHA COVID-19 (Até 02.05.2020)

Casos Confirmados: 74
Ativa: 10
Óbito: 09

- Setor Censitário 2010 Rocinha - RJ
- Setor Censitário 2010 Botafogo - RJ
- H Hospitais Públicos
- H Hospitais Privados

Estado do Rio de Janeiro
Município: Rio de Janeiro
Subdistritos: Botafogo e Rocinha
Georreferenciamento
Setores Censitários (Censo 2010)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Imagem: Google Earth ©2020 Google
Escala: 1:5000
Fonte de Dados
www.monitoramento.subpav.rio000
Elaboração do Mapa
Diosmar Santana Filho
Ano: 2020

Mapa 02. Setores Censitários de Botafogo e Rocinha, Rio de Janeiro - Censo 2010/IBGE. Fonte: Diosmar Santana Filho, 2020.



Quanto ao setor censitário da Vitória, ele é composto por cerca de quatorze bairros, com uma população domiciliada de 331.640 mil hab., distribuída em uma área de 9,86 km² e uma densidade populacional de 33.634 hab./km². A população branca representa 35,9% e a negra 64,1% do setor. Nesse estão localizados cinco hospitais privados e três públicos de média e alta complexidade, e até o dia dois de maio, foram confirmados 117 casos de COVID-19. A renda média mensal do grupo racial branco está entre mais de 5 a 20 salários mínimos e a do grupo racial preto tem renda média mensal de mais de ½ a 3 salários mínimos.

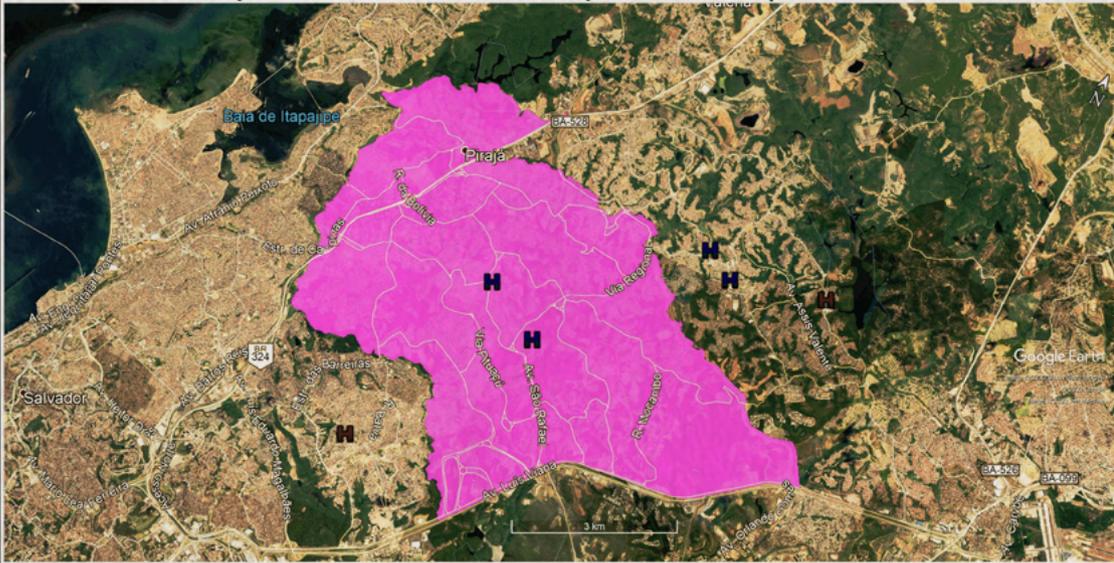
O Mapa 02 traz a realidade dos setores censitários na cidade do Rio de Janeiro até o dia dois de maio – o setor censitário de Botafogo apresenta uma realidade bem mais profunda entre grupos raciais, que o setor censitário da Vitória, em Salvador.

A população domiciliada no setor Botafogo é de 220.049 mil hab. numa área de 4,27 km² e com densidade populacional de 51.533 hab./km². O grupo racial branco representa 80,0% da população domiciliada e representa 42,49% dos indivíduos com renda média mensal de mais de 10 a 30 salários mínimos, enquanto o grupo racial preto representa apenas 1,36% dos indivíduos nessa faixa de renda. No período, foram confirmados, no setor, 166 casos de COVID-19, com 126 pacientes recuperados, 31 ativos e 9 óbitos, segundo dados do *Painel COVID-19 Rio - Prefeitura do Rio de Janeiro*. Contudo, o setor censitário Botafogo dispõe de cinco hospitais privados e dois hospitais públicos de média e alta complexidade.

No setor censitário da Rocinha, com população domiciliada de 57.451 mil hab. numa área de 1,46 km², com densidade populacional de 39.350 hab./km², o grupo racial pardo representa 49,3% e 29,59% da população com renda média mensal entre ½ a 3 salários mínimos, enquanto o grupo racial preto representa 24,45% das pessoas nessa faixa de renda, o que equivale a 10,8% da população (IBGE, 2010).

Na Rocinha os dados oficiais confirmam 74 casos de COVID-19, com nove óbitos, 55 recuperados e 10 ativos. No setor não existe unidade de saúde de média e alta complexidade, que atenda às recomendações da OMS para atendimento de urgência e internação de pacientes em situação média e grave. As informações sobre população, área, densidade, casos de COVID-19 e espacialização das unidades de saúde de média e alta complexidade, apresentam a profundidade do racismo na distribuição de renda e acesso ao direito à vida nas cidades, questões que reforçam a categoria *espaço criminalizado* pela racialização dos territórios de maioria negra.

Mapa Setor Censitário Pirajá/Salvador | COVID-19



LEGENDA

Hospitais Privados

Hospital Jaar Andrade
Hospital Dois de Julho (São Rafael)
Hospital São Rafael
Maternidade Albert Sabin

Hospitais Públicos

Hospital Geral Roberto Santos
Hospital Municipal de Salvador - HMS



Setor Censitário 2010
Pirajá - SSA
Hospitais Públicos
Hospitais Privados

Estado da Bahia

Município: Salvador

Subdistrito: Pirajá

Georreferenciamento

Setores Censitários (Censo 2010)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Imagem: Google Earth ©2020 Google
Escala: 1:5000

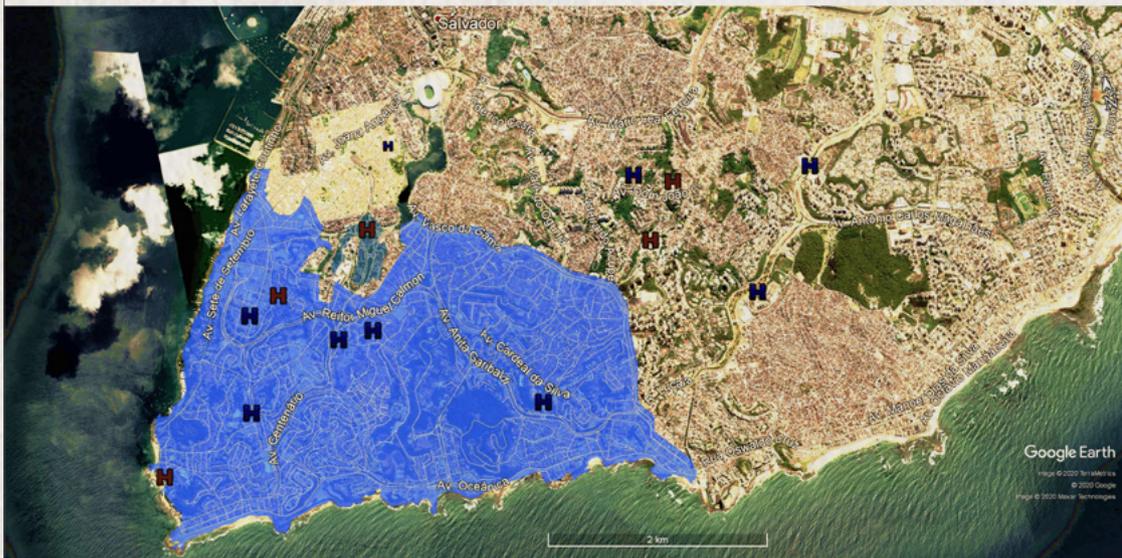
Elaboração do Mapa

Diosmar Santana Filho

Ano: 2020

Mapa 03. Setor Censitário Pirajá/Salvador - Censo 2010/IBGE. Fonte: Diosmar Santana Filho, 2020.

Mapa Setor Censitário Vitória/Salvador | COVID-19



LEGENDA

Hospitais Privados

Hospital Salvador
Hospital Santo Amaro
Hospital Humberto Castro Lima
Hospital Cárdio Pulmonar
Hospital Evangélico de Bahia
Hospital Português
Hospital Aliança
Hospital Teresa de Lisieux

Hospitais Públicos

Hospital Geral do Estado (1 e 2)
Martagão Gesteira Hospital da Criança (SUS)
Hospital Espanhol (Estofizado)
Hospital Universitário Professor Edgard Santos
Liga Bahiana Contra o Câncer Hospital Aristides Maltez (SUS)
UPA 24H Vale Dos Barris



Setor Censitário 2010
Vitória - SSA
Hospitais Públicos
Hospitais Privados

Estado da Bahia

Município: Salvador

Subdistrito: Vitória

Georreferenciamento

Setores Censitários (Censo 2010)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Imagem: Google Earth ©2020 Google
Escala: 1:5000

Elaboração do Mapa

Diosmar Santana Filho

Ano: 2020

Mapa 04. Setor Censitário Vitória/Salvador - Censo 2010/IBGE. Fonte: Diosmar Santana Filho, 2020.

As desigualdades se aprofundam nas análises dos Mapas Temáticos 03, 04, 05 e 06 pelas especificidades dos setores censitários e com a distribuição das unidades de saúde, demonstrando o racismo como um determinante social, como afirma a enfermeira Emanuelle Góes (2020), devido aos seus impactos sobre os grupos raciais pardo e preto, e pelas condições destes de se movimentar nos territórios organizados e estruturados, numa funcionalidade que segrega o direito à saúde. Segundo Góes (2020), a população negra acumula morbidades como hipertensão, diabetes, câncer, HIV/Aids e tuberculose, sendo o reflexo das condições desiguais às quais está submetida ao longo da vida. Nos serviços de saúde, negras e negros estão expostas ao racismo.

Essa é a realidade da população negra, identificada antes da pandemia da COVID-19, em que os determinantes sociais em saúde alertavam para a necessidade de humanizar as estruturas, no que se refere ao reconhecimento da pessoa negra como humano em direitos. Para Góes (2020), os territórios de domicílio de pessoas negras são vazios de serviços de saúde e de outros serviços públicos essenciais, ao mesmo tempo em que há dificuldades na mobilidade, seja pela distância ou pela baixa oferta de serviços de transporte público na região do domicílio.

Nos vazios assistenciais são observadas as desigualdades no acesso aos serviços de saúde, considerando a localização e a variação das distâncias a serem percorridas na busca por uma assistência adequada. E isso pode ser observado no Mapa 03 com a realidade em desigualdade para uma população de maioria negra no setor censitário Pirajá, que se soma a mais três setores com alta densidade de grupos raciais pardos e pretos.

No setor Pirajá, com uma população de quase 400 mil habitantes, existem duas unidades de saúde privada de média e alta complexidade, pertencentes ao grupo empresarial Rede D'or São Luiz¹³, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Considerando as unidades de saúde em até 2 km da poligonal, a quantidade de unidades hospitalares privadas aumenta para quatro – incluindo uma maternidade e dois hospitais públicos, totalizando seis hospitais. Porém, o Hospital Geral Roberto Santos é de referência regional, responsável pelo atendimento de quase 7 milhões de habitantes da Região Metropolitana de Salvador (RMS). A outra unidade pública hospitalar é o Hospital Municipal de Salvador (HMS), responsável pelo atendimento de quase 900 mil habitantes da cidade. Frisando que o Hospital São Rafael com estrutura de alta complexidade atende por plano e particular – sua clientela não está domiciliada no perfil econômico do setor censitário de Pirajá.

O Mapa 04 traz dimensões do setor censitário da Vitória (Salvador), em profunda contradição com o setor de Pirajá. A distância entre os dois setores é de quase 7 (sete) km, mas isso não garante atendimento da população residente no setor Pirajá nas unidades hospitalares no setor Vitória.

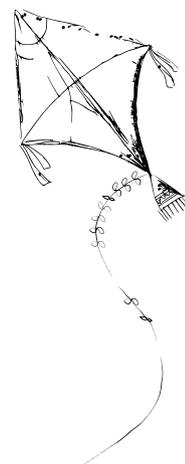
Analisando a disposição de serviços hospitalares no setor Vitória são cinco unidades de média e alta complexidade privadas, com serviços distribuídos em bairros de maior concentração do grupo racial branco (bairros do Campo Grande, Graça, Vitória e Federação). As duas unidades hospitalares públicas no setor são: Hospital Universitário Professor Edgar Santos¹⁴, com serviços de alta complexidade, e o Hospital Espanhol, estatizado pelo Estado da Bahia, no bairro da Barra, para atendimento especializado à população infectada pela COVID-19.

Quando se analisa a disposição de unidades hospitalares a 2 (dois) km da poligonal do setor, se ampliam os serviços de média e alta complexidade com mais quatro unidades privadas e três públicas, com serviços filantrópicos, atendendo pessoas em tratamento oncológico. Assim, o setor apresenta cinco unidades de saúde públicas e oito privadas, totalizando treze unidades de saúde que estão, na verdade, estruturados para atender o grupo racial branco, pois, no setor, mais de 60% da população negra está concentrada nos bairros do Engenho Velho da Federação, Engenho Velho de Brotas, Rio Vermelho e Calabar.

E não terá acesso pleno ao serviço de saúde concentrado no setor, pois as unidades públicas atendem as demandas da cidade e do Estado (no caso do hospital universitário), devido à concentração de especialidades clínicas e cirúrgicas, o que comprova a disposição de unidades privadas para atendimento dos 38,9% de indivíduos do grupo racial branco que compõe o setor.

O Mapa 05 traz as dimensões do setor censitário da Rocinha (Rio de Janeiro). Aprofundando no estudo do racismo como determinante social em saúde ou o racismo por denegação, neste setor não existe nenhuma unidade de saúde de média e alta complexidade, e a população negra representa 60,1% dos domiciliados – que no morro, pela exclusão, vivem a morada diante da expansão da cidade, como conceitua o geógrafo Jorge Barbosa (2016) na análise sobre direito à cidade.

O setor censitário Rocinha é reconhecido no município pela exclusão da sua população –legalizada pelos governos não promotores de serviços públicos em humanidade às pessoas que vivem no território favela. Na pesquisa se encontrou uma unidade de atendimento de baixa complexidade no setor, que não responde



às necessidades sanitárias para cuidados aos pacientes com COVID-19 e não foram encontradas unidades hospitalares de média e alta complexidade no limite de 2 km de distância do setor, que se soma ao território do Vidigal como vizinho da criminalização pelo racismo. A taxa de letalidade pela COVID-19 na Rocinha é de 12,2%, apesar de apresentar o mesmo número de óbitos do setor censitário Botafogo, com duas vezes mais casos de pessoas contaminadas, porém, na Rocinha, morrem duas vezes mais pessoas pelo vírus, diante da taxa de letalidade de 5,5% do setor censitário Botafogo.

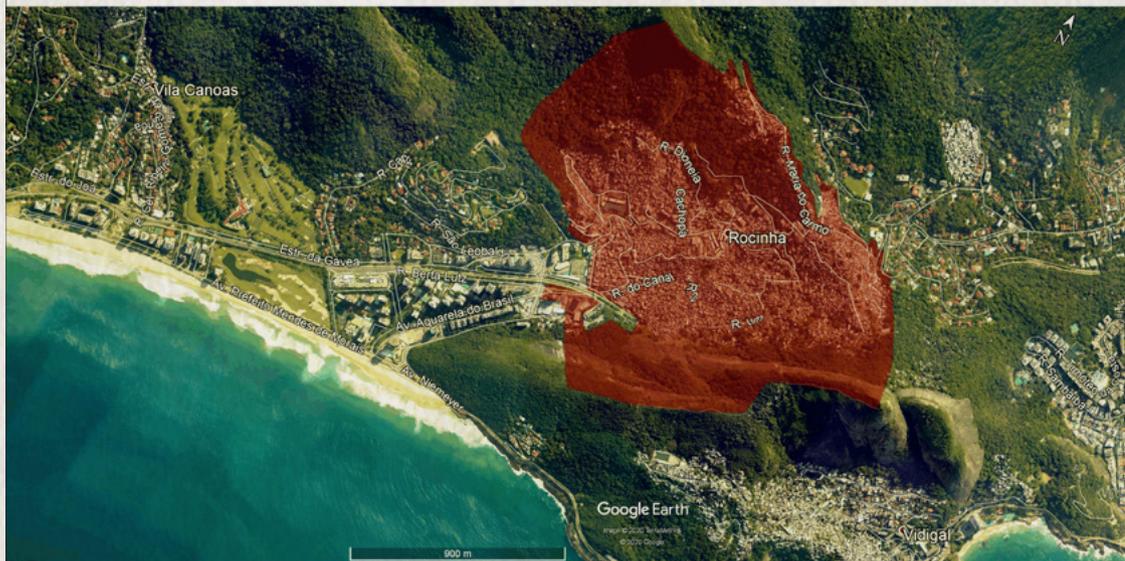
O Mapa 06 traz a contradição, o setor censitário Botafogo, de maioria populacional branca, com a população três vezes mais que a Rocinha e com o dobro de casos confirmados por COVID-19, tem o viver na configuração territorial do espaço não criminalizado. No setor há três hospitais privados de média e alta complexidade, uma maternidade e dois hospitais públicos com serviços especializados.

Na análise da disposição das unidades hospitalares em até 2 km da poligonal, o número de hospitais privados se amplia para oito e o público amplia para seis. No total, o setor é atendido por 14 (quatorze) hospitais de média e alta complexidades, para uma população 80,0% branca, que além dos serviços já garantidos no setor, poderá acessar os setores vizinhos e está a cerca de 4 km do Hospital de Campanha para COVID-19 montado pela governo municipal e estadual no Sambódromo da Marquês da Sapucaí – enquanto a população domiciliada no setor censitário da Rocinha não tem nos setores vizinhos hospitais e se localiza a cerca de 10 km do hospital de Campanha para COVID-19. O número de unidades de saúde concentradas no setor Botafogo é a dimensão da concentração de renda que marca a racialização do direito à cidade no Rio de Janeiro, assim como na cidade do Salvador.

Considerações finais

As análises sobre os territórios negros apresentam, no fenômeno da pandemia da COVID-19, fundamentos de análises em conceitos teóricos e metodológicos para o ensino, pesquisa e extensão na Geografia e na Saúde, como ciências de análise dos territórios humanos impactados pelo racismo nas relações socioespaciais. Isso porque a pandemia, tem no movimento humano, sua forma de expansão e territorialização em escalas da diversidade e diferença no planeta, nas regiões, nos territórios e nos lugares, mas sua materialização se dá no corpo humano.

Mapa Setor Censitário Rocinha/Rio de Janeiro | COVID-19



LEGENDA

- Setor Censitário 2010 Rocinha - RJ
- Favela Rocinha
- Favela Vidigal

Estado do Rio de Janeiro
 Município: Rio de Janeiro
 Subdistrito: Rocinha
Georreferenciamento
 Setores Censitários (Censo 2010)
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
 Imagem: Google Earth ©2020 Google
 Escala: 1:5000
Elaboração do Mapa
 Diosmar Santana Filho
 Ano: 2020

Mapa 05. Setor Censitário Rocinha/Rio de Janeiro - Censo 2010/IBGE. Fonte: Diosmar Santos Filho, 2020.

Mapa Setor Censitário Botafogo/Rio de Janeiro | COVID-19



LEGENDA

- Hospitais Privados**
- Hospital Casa Rio Botafogo
 - Pró-Cardíaco - Hospital
 - Hospital São Lucas
 - Santa Lúcia - Maternidade
 - Hospital São Zacharias
 - Centro Médico Hospital Copa D'Or
 - Hospital Rio Laranjeiras
 - Casa São José Hospital Geral

- Hospitais Públicos**
- Maternidade Escola da UFRJ
 - Instituto Nacional de Cardiologia
 - Casa de Saúde São José (Hospital Geral)
 - Hospital da Lagoa
 - Policlínica de Botafogo
 - Policlínica Dom Helder Câmara

- Setor Censitário 2010 Botafogo - RJ
- Hospitais Públicos
- Hospitais Privados

Estado do Rio de Janeiro
 Município: Rio de Janeiro
 Subdistrito: Botafogo
Georreferenciamento
 Setores Censitários (Censo 2010)
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
 Imagem: Google Earth ©2020 Google
 Escala: 1:5000
Elaboração do Mapa
 Diosmar Santana Filho
 Ano: 2020

Mapa 06. Setor Censitário Botafogo/Rio de Janeiro - Censo 2010/IBGE. Fonte: Diosmar Santana Filho, 2020.

Ao mesmo tempo, as políticas públicas de combate ao vírus refletem as cidades desiguais (Salvador e Rio de Janeiro), com alta desumanidade em garantir direitos aos bens e serviços essenciais, por ter em seus alicerces o não reconhecimento dos direitos para a totalidade da população.

A pandemia se coloca no aprofundamento dessa desumanidade e mostra, no planejamento urbano, as fraquezas, no que se constituiu em décadas com a legalização da criminalização das ocupações negras, que buscam na terra favela ou periférica o acolhimento da exclusão resultante do mercado da terra e da paisagem urbana. As cidades são ordenadas por cidadãos com poder de “consumo racial” que tiram as condições de vida da totalidade populacional negra, tanto em Salvador, como no Rio de Janeiro, onde a população negra é metade da população.

O que se apresenta neste estudo das condições de direito à saúde, são as intersecções de conceitos e categorias metodológicas que contribuem para análises geográficas dos territórios humanos, diante de um fenômeno com capacidade de expansão e alcance da população global, que de forma desigual foi colocada em distanciamento e isolamento social. O fenômeno mudou o planejamento governamental das cidades, dos estados e do país, nada mais irá funcionar como antes. A falta de estrutura para atender em humanidade a população foi exposta e onde não se tem o mínimo de estrutura organizada, teve-se a necessidade de mover novas estruturas, como a criação de hospitais de campanha na Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro, e os hospitais estatizados, na cidade do Salvador, a exemplo do antigo Hospital Espanhol e do Hospital Santa Clara.

Importante salientar que as duas estruturas estatizadas na cidade do Salvador estão localizadas nos bairros da Barra e Itaigara, bairros com maior concentração do grupo racial branco e com maior concentração de renda. Também são áreas onde estão os epicentros da pandemia, no caso do Itaigara, tem como vizinhança o bairro da Pituba, principal epicentro municipal da COVID-19, acompanhado pela Barra e Graça. No caso do Rio de Janeiro, o setor Botafogo tem como vizinho os setores de Copacabana, Leblon, Ipanema e Flamengo, como epicentros do vírus em curva de crescimento, aumentando a letalidade diante da capacidade limitada de leitos de UTI disponíveis para atendimento de casos médios e graves, necessitando de urgência nas redes privadas e públicas.

Por fim, a análise sociorracial dos territórios negros revela dimensões do fenômeno global epidêmico sobre realidades que até então não se moviam para mudanças, não

por comodismo das pessoas violadas de direitos, mais pelo silêncio dos beneficiários, viventes dos ganhos do racismo como direito ancestral nas cidades, que anulam em vida ou em morte, os corpos negros como política pública. As cidades constituídas na negação da sua amefricanidade não resistirão aos fenômenos em saúde ou territorial global – esses buscam o cuidado em humanidade no século XXI, o cuidado em humanidade.

Notas

1 Concentra municípios com um alto número de pessoas com mais de 60 anos, os serviços de saúde são escassos, não contam com leitos hospitalares e profissionais de saúde. [tradução livre dos autores].

2 A nomeação de “carnaval civilizatório” atende ao imaginário da vida nas cidades que vivem em desigualdades profundas, que serão invisibilizadas em dias de vida momesca nas cidades; os corpos negros ganham as ruas e acolhem em coletividade; os corpos pregam no espaço de festa a mesma segregação que os difere racialmente na vida normal das cidades.

3 BRASIL. Coronavírus. Ministério da Saúde do Brasil. Disponível em: <https://COVID.saude.gov.br/>. Acessado em 04 maio de 2020.

4 Idem nota 03.

5 Pessoas infectadas pelo vírus SARS-CoV-2 em estado grave demandam que as unidades de saúde pública e privada disponham de leitos de Unidades de Tratamento Intensivo (UTI), que são instaladas exclusivamente em unidades hospitalares estruturadas para atendimento de média e alta complexidade.

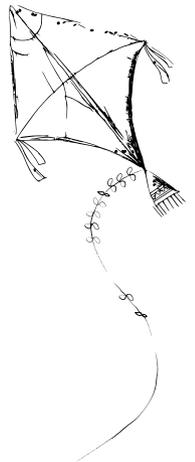
6 Já no caso das sociedades de origem latina, temos o racismo disfarçado ou, como

classificamos, o racismo por denegação. Aqui, prevalecem as “teorias” da miscigenação, da assimilação e da “democracia racial”. A chamada América Latina, que, na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação (GONZALEZ, 1988, p. 73)

7 Em nível nacional, os Estados devem tomar medidas concretas e práticas por meio da adoção e efetiva implementação, nacional e internacional, de quadros jurídicos, políticas e programas de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata enfrentados por afrodescendentes, tendo em conta a situação particular das mulheres, meninas e jovens do sexo masculino (ONU, 2021).

8 A década foi promulgada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em quatro eixos de ação: Reconhecimento, Justiça, Desenvolvimento e Discriminação múltipla ou agravada.

9 A escala aparece, portanto, como um instrumento crucial na elaboração de estruturas, tanto de raciocínios centrado no espaço quanto de raciocínios centrados no tempo: um conceito basilar para todas as disciplinas, em particular para aquelas que se ocupam de



espaço e tempo como objetos e instrumentos nucleares - respectivamente, Geografia e História (SANTOS, 2011, p. 107).

10 Bairros censitários: Calabetão, Campinas de Pirajá, Castelo Branco, Dom Avelar, Jardim Cajazeiras, Jardim Nova Esperança, Jardim Santo Inácio, Mata Escura, Nova Brasília, Nova Sussuarana, Novo Horizonte, Novo Marotinho, Pirajá, Porto Seco de Pirajá, Sete de Abril, Sussuarana e Trobogy.

11 Bairros censitários: Barra, Calabar, Campo Grande, Canela, Chame-Chame, Engenho Velho da Federação, Federação, Garcia, Graça, Jardim Apipema, Politeama, Rio Vermelho, Sabino Silva e Vitoria.

12 No setor censitário Pirajá e Vitória não foi possível informações sobre número de óbitos, recuperados e ativos, devido aos dados não serem disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Salvador no período da pesquisa.

13 Recuperado de: <https://www.rededorsao-luiz.com.br/o-grupo/historico>. Acesso 31 maio 2021.

14 Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Referências

BARBOSA, J. L. Da habitação como direito ao Direito à Moradia: um debate propositivo sobre regularização fundiária das favelas da cidade do Rio de Janeiro. In: BARBOSA, Jorge Luiz, LIMORD, Ester (orgs.). **Ordenamento territorial e ambiental**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Democrático 2010 - Cidades**. Disponível em: <https://cidades>.

ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/pesquisa/23/22107. Acesso em: 15 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13-982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>. Acesso em: 11 set. 2021.

BRASIL. **Coronavírus. Ministério da Saúde do Brasil**. Disponível em: <https://COVID.saude.gov.br/>. Acesso em: 04 mai. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapas**. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa205345>. Acesso em: 03 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil - Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS). **Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus**. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 04 mai. 2020.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HERNÁNDEZ, M. Esta zona de Puebla es la más vulnerable ante COVID-19: UNAM. **El Sol de Puebla**, 27 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.elsoldepuebla.com.mx/local/esta-zona-de-puebla-es-la-mas-vulnerable-ante-COVID-19-unam-sierra-norte-falta-de-medicos-salud-indice-de-vulnerabilidad-en-mexico-ante-el-coronavirus-5158118.html>. Acesso em: 25 mai. 2020.

EL SOL DE PUEBLA. **Nueva Zelanda da por terminada epidemia**. 28 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.elsoldepuebla.com.mx/mundo/nueva-zelanda-da-por-terminada-epidemia-aislamiento-coronavirus-COVID-19-5159916.html>. Acesso em: 25 mai. 2020.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Tradução ROCHA, E. A., MAGALHÃES, L. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GÓES, E. F. **Racismo e desigualdades: o que há de democrático na COVID-19?** Portal Catarinas. Disponível em: <https://catarinas.info/colunas/racismo-e-desigualdade-que-ha-de-democratico-na-COVID-19/>. Acesso em: 04 mai. 2020.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93 (jan./jun.), 1988, p. 69-82.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. **COVID-19 Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University**. Disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>. Acesso em: 25 mai. 2020.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. **Mapas e Tendências**. Linha do tempo de Hubei. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/data/hubei-timelineecf6>. Acesso em: 25 mai. 2020.

ONU. **Década Internacional dos Povos Afrodescendentes 2015-2024. Organização das Nações Unidas (ONU)**. Disponível em: <https://decada-afro-onu.org/>. Acesso em: 11 set. 2020.

SALVADOR. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. **Salvador passa a contar oficialmente com 163 bairros**. 20 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/noticias/salvador-passa-a-contar-oficialmente-com-163-bairros/>. Acesso em: 04 mai. 2020.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. **Painel Rio COVID-19**. Boletim de 03/05/2020. Disponível em: <https://experience.arcgis.com/experience/38efc69787a-346959c931568bd9e2cc4>. Acesso em: 03 mai. 2020.

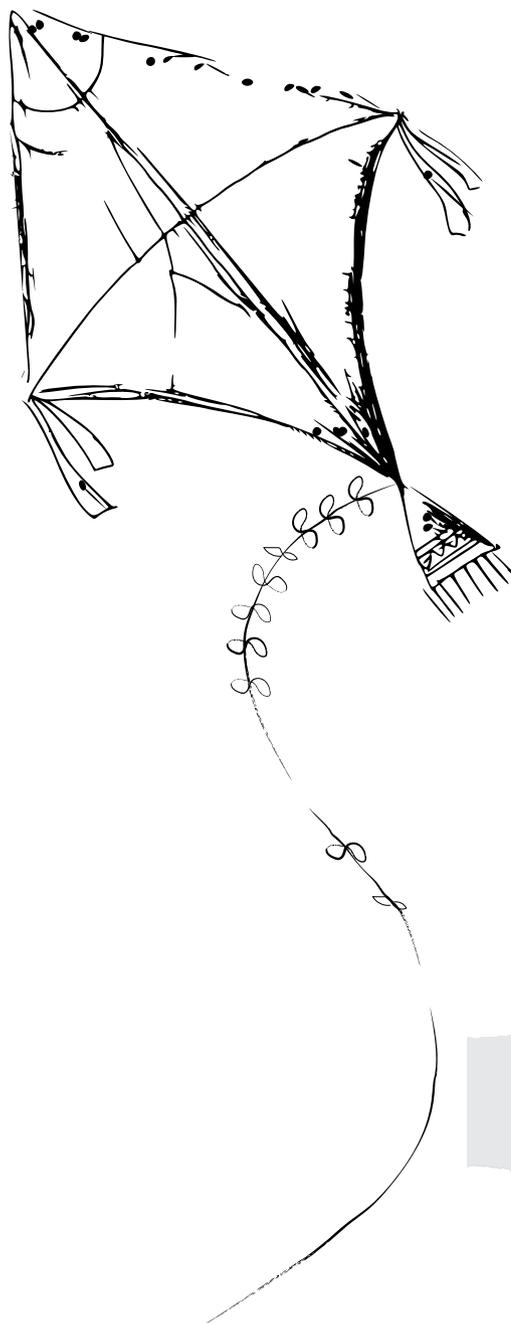
SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, R. E. d os. **Movimentos sociais e geográfias: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

WILLIAMS, D. R.; COLLINS, C.. Racial Residential Segregation: a fundamental cause of racial disparities in health. **Public Health Reports**, v. 116, n. 5, 2001, p. 404-416. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1497358/>. Acesso em: 20 set. 2021.





**Vizinhanças⁷
de parentesco**

**urbanismo, arquitetura
e vida coletiva no
Afro-pacífico colombiano**



Gilma Mosquera Torres

Universidad del Valle - Colômbia

Ángela María Franco Calderón

Universidad del Valle - Colômbia

TRADUÇÃO:

Ariane Fagundes Braga

¡DALE! / UFBA, UNILA

REVISÃO DA TRADUÇÃO:

Oswaldo Freitez Carrillo

¡DALE! / UFBA

Vizinhanças de parentesco: urbanismo, arquitetura e vida coletiva no Afro-pacífico colombiano

Resumo

As comunidades afrodescendentes que habitam a região colombiana do Pacífico têm tradições e características culturais que denotam o grande significado que a vida em comunidade representa para elas. A partir dessa premissa e, diante de um processo de pesquisa de longa duração, foram identificados as vizinhanças de parentesco como formas de representação socioespacial da vida coletiva nessas comunidades, fundamentadas em princípios como a solidariedade, a troca e a cooperação. Por meio da lente do urbanismo e da arquitetura vernácula, este artigo explora os princípios básicos da vida coletiva como tradição cultural, partindo da análise do povoamento rural para logo identificar a reinterpretação de características próprias desse povoamento nos núcleos urbanos. Recorrendo a análises tipológicas em diversas escalas e em diversos âmbitos, busca-se demonstrar a persistência das vizinhanças de parentesco até hoje e contribuir ao debate sobre as políticas públicas que vem desconhecendo as tradições culturais arraigadas nesses territórios, mediante a imposição de um urbanismo e de uma arquitetura genéricos nos projetos de moradia social.

Palavras-chave: Pacífico colombiano; vizinhanças de parentesco; territórios coletivos; arquitetura vernácula; Habitação social.

Los vecindarios parentales: urbanismo, arquitectura y vida colectiva en el afro-pacífico colombiano.

Resumen

Las comunidades afrodescendientes que habitan la región Pacífica colombiana tienen tradiciones y rasgos culturales que denotan el gran significado que tiene para ellos la vida en comunidad. Partiendo de esa premisa, y mediante un proceso investigativo de larga duración, se han identificado los vecindarios parentales como formas de representación socio-espacial de la vida colectiva en estas comunidades, fundamentadas en principios como la solidaridad, el intercambio y la cooperación. A través del lente del urbanismo y la arquitectura vernácula, este artículo explora los principios básicos de la vida colectiva como tradición cultural, partiendo del análisis del poblamiento rural para luego identificar la reinterpretación de rasgos propios de este poblamiento en los núcleos urbanos. Recurriendo a análisis tipológicos en diversas escalas y ámbitos, se busca demostrar la persistencia de los vecindarios parentales hasta hoy y contribuir al debate sobre las políticas públicas que vienen desconociendo las tradiciones culturales arraigadas en estos territorios, mediante la imposición de un urbanismo y una arquitectura genéricos en los proyectos de vivienda social.

Palabras Clave: Pacífico colombiano, vecindarios parentales, territorios colectivos, arquitectura vernácula, vivienda social.

Kinship neighborhoods: urbanism, architecture and collective life in the Colombian Afro-Pacific.

Abstract

The Afro-descendant communities that inhabit the Colombian Pacific region have traditions and cultural characteristics that denote the great significance that community life represents for them. Based on this premise, and in the face of a long-term research process, kinship neighborhoods were identified as forms of socio-spatial representation of collective life in these communities, founded on principles such as solidarity, exchange, and cooperation. Through the lens of urbanism and vernacular architecture, this paper explores the basic principles of collective life as a cultural tradition, starting from the analysis of rural settlement to then identify the reinterpretation of characteristics of this settlement in urban centers. Using typological analyses at different scales and in different contexts, we seek to demonstrate the persistence of kinship neighborhoods until today and to contribute to the debate on public policies that have been ignoring the cultural traditions rooted in these territories by imposing a generic urbanism and architecture in social housing projects.

Keywords: Colombian Pacific; kinship neighborhoods; collective territories; vernacular architecture; social housing.



Introdução

De acordo com números oficiais da Enquete de Qualidade de Vida (ECV) 20183, na Colômbia, 9,34% da população, ou seja, cerca de 4,7 milhões de pessoas, se autorreconhecem como afrodescendentes (DANE, 2019). Delas, cerca da metade, vive nos quatro departamentos que conformam a Região do Pacífico4 (Ver Fig. 1). No entanto, a ação de reconhecer-se como pertencente a um dos grupos étnicos adotados oficialmente está restrita pelo racismo e pela discriminação social, pela percepção da identidade cultural, a condição socioeconômica e os modos de pensar e interagir na sociedade e no mundo.

Embora os afrodescendentes que moram nesta região caracterizem-se pela riqueza da sua cultura e pela persistência das suas tradições, enfrentam, como população, as maiores taxas de necessidades básicas insatisfatórias, pobreza e analfabetismo do país. Diante de uma realidade difícil, os seus esforços coletivos por alcançar justiça social, proteção dos seus direitos territoriais ancestrais e os seus valores culturais, as minorias étnicas afrodescendentes conseguiram reconhecimento na Constituição Política da Colômbia, adotada pelo Congresso em 1991, em que se estabelece o seguinte:

Dentro dos dois anos seguintes à entrada em vigência da presente Constituição, o Congresso expedirá [...] uma lei que reconheça as comunidades negras que vêm ocupando terras baldias nas zonas rurais ribeirinhas dos rios da costa do Pacífico, de acordo com suas práticas tradicionais de produção, o direito à propriedade coletiva sobre as áreas que haverá de demarcar a mesma lei [...] A

**L
A
J
E**

v.2 n.2

p. 172-197

2023

ISSN: 2965-4904

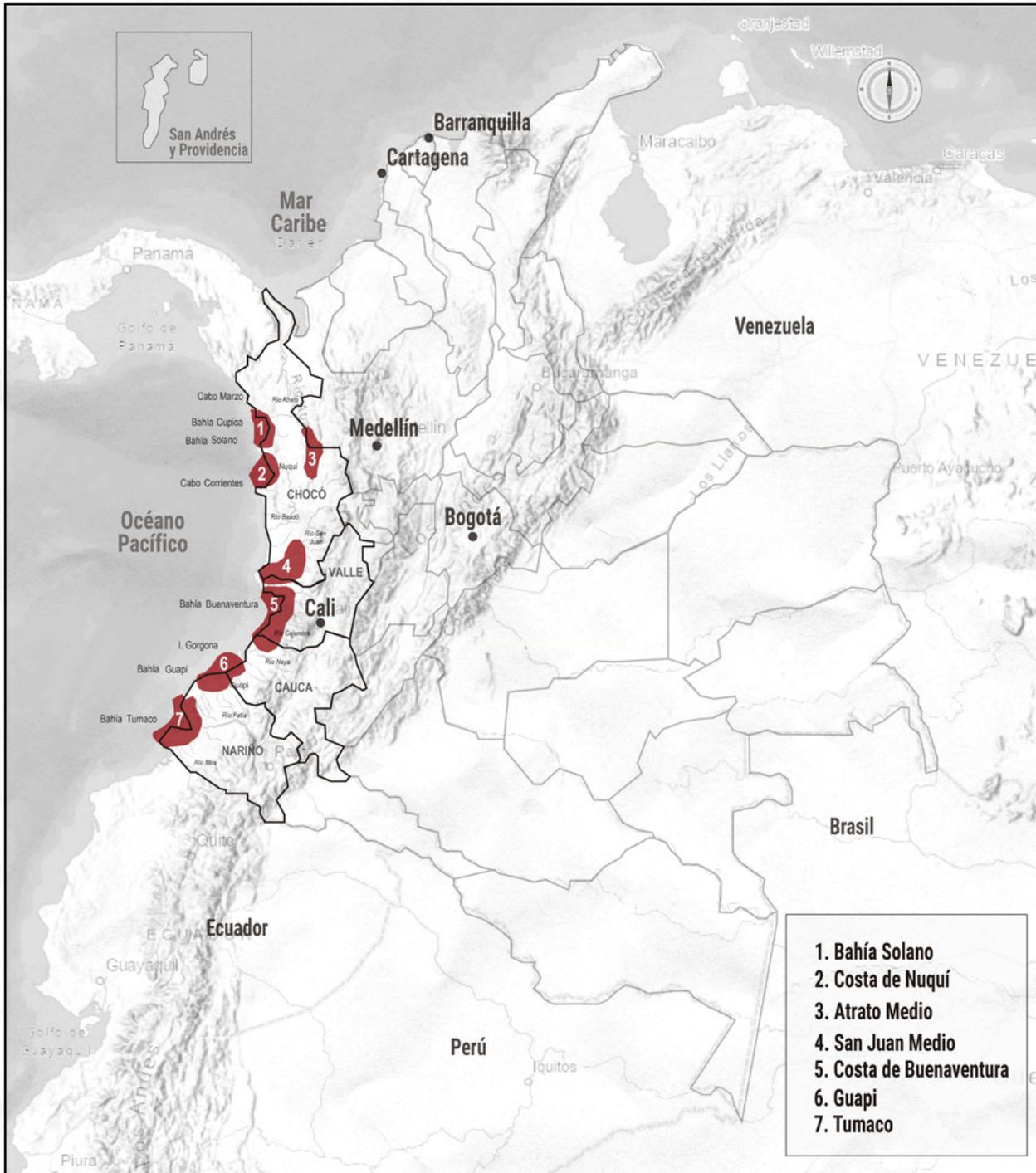
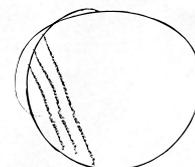


Figura 1: Localização da Região do Pacífico. Fonte: Mosquera (2010 p. 17).



mesma lei estabelecerá mecanismos para a proteção da identidade cultural e os direitos dessas comunidades, e para o fomento de seu desenvolvimento econômico e social. (CONGRESSO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA, 1991, ART. TRANSITÓRIO N. 55)

Em cumprimento a este mandato constitucional, o Congresso aprovou, em 1993, a Lei 70; uma lei que hoje considera-se o instrumento mais importante para implementar ações concretas com a finalidade de preservar os direitos culturais e civis das comunidades afro-colombianas. O objetivo dessa lei é o seguinte:

[...] Reconhecer as comunidades negras que vêm ocupando terras baldias nas zonas rurais ribeirinhas da costa do Pacífico, de acordo com suas práticas tradicionais de produção, o direito à propriedade coletiva [...] Também tem como propósito estabelecer mecanismos para a proteção da identidade cultural e os direitos das comunidades negras da Colômbia como grupo étnico e o fomento do seu desenvolvimento econômico e social, com a finalidade de garantir que essas comunidades obtenham condições reais de igualdade e de oportunidades diante do resto da sociedade colombiana (CONGRESSO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA, 1993, ART. 1).

Neste contexto, este artigo enfoca-se em ressaltar o valor do *coletivo* no Afro-Pacífico colombiano, mediante a análise das vizinhanças de parentesco (MOSQUERA Y APRILLE-GNISET, 1999; 2001; 2006; 2010) como configurações socioespaciais próprias das comunidades rurais desta região do país, que persistiram durante o tempo e, inclusive, se deslocaram a núcleos urbanos. Ter o foco da análise posto nas vizinhanças de parentesco como representação físico-espacial e sociocultural do valor da vida coletiva no Afro-Pacífico representa uma oportunidade dupla. Por um lado, contribui para explicar a relação entre formas não convencionais de ocupação do território rural — diferente da retícula imposta pelas Leis das Índias — e tradições culturais relacionadas com os modos de transmissão do solo produtivo e residencial e à adaptação dos assentamentos e moradias ao entorno natural. Por outro lado, permite demonstrar a persistência das tradições culturais dessa população, que transferiu formas de ocupação que eram nitidamente rurais a núcleos urbanos denotando a urgência de colocar em discussão as políticas de planejamento e de habitação social as quais promovem os projetos distantes das tradições culturais que, apesar de terem muitos fatores contrários, conseguem resistir nessa região do país.

A pesquisa em que se fundamenta este artigo parte de uma catalogação prévia dos componentes espaciais do que se considerou como patrimônio arquitetônico do Pacífico colombiano, com base nas análises das características físico-espaciais e socioculturais do hábitat rural e urbano. Os resultados apresentados aqui são parte de uma pesquisa qualitativa mais ampla, realizada no marco de um trabalho de campo de longa duração ao longo da Costa Pacífica, realizado principalmente entre 1978 e 2010 nas sete zonas do litoral apresentadas na (Ver Fig. 1).

Com base no anterior, este artigo está dividido em três seções. A primeira seção apresenta as características da ocupação do território rural, sua história e sua evolução, dando ênfase no papel da família, a outorga da herança em vida e a importância do espaço coletivo na configuração das aldeias e dos núcleos territoriais demarcados pelo município, assim como a transformação da moradia rural ao longo do tempo. A segunda seção aborda o deslocamento das tradições rurais aos núcleos urbanos mediante a consolidação gradual das vizinhanças de parentesco, e igualmente a adaptação das tipologias próprias da moradia autóctone e tradicional a técnicas construtivas e formas de ocupação modernas. Finalmente, a terceira seção apresenta uma série de reflexões finais sobre a necessidade de compreender o significado do coletivo na cultura do Afro-Pacífico colombiano como fundamento para o início de projetos estatais de moradias direcionados a essa população.

A ocupação do território rural

Na arquitetura e no urbanismo próprios dos assentamentos rurais e dos pequenos centros urbanos do Pacífico colombiano, identificam-se claramente os estreitos vínculos que existem entre a estrutura da família, as relações de parentesco, as modalidades de povoamento e a organização do espaço familiar e coletivo. Essas condições foram identificadas a partir dos trabalhos de Nina de Friedemann (1974 e 1976) e de Virginia Gutiérrez de Pineda (1975) e foram constatados diretamente em estudos e observações realizados desde 1972 até hoje, nos rios Atrato e San Juan, Baía de Solano e os municípios de Nuquí, (TUMACO E BUENAVENTURA; MOSQUERA & APRILE-GNISET, 1999, 2001, 2006; MOSQUERA, 1983, 2010). Essas indagações permitiram estabelecer a forma como os hábitats rurais evoluíram progressivamente desde a conformação da parcela isolada por meio do desmonte das terras livres até a constituição do hábitat nucleado em casarios e centros urbanos menores e intermediários.

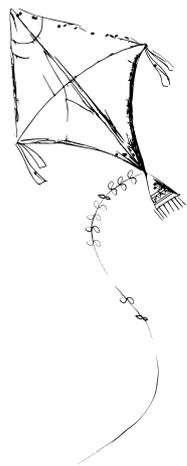
O espaço familiar e o espaço coletivo

Durante a época colonial, um número importante de africanos escravizados foram levados à costa do Pacífico colombiano para realizar trabalhos forçados na mineração e na exploração de outros recursos naturais. Enquanto as cidades da região andina floresceram sob as Leis das Índias — uma base legal emitida pela coroa espanhola — os territórios isolados da região do Pacífico foram vistos como lugares de exploração. Na atualidade, apesar da Colômbia contar com uma legislação moderna sobre os direitos das minorias étnicas, as comunidades afrodescendentes e indígenas do litoral Pacífico estão longe de receberem um reconhecimento e apoio pleno do Estado, pois seus territórios mantêm os piores indicadores de pobreza e qualidade de vida (GALVIS, MOYANO & ALBA, 2016).

Em contraste com essa difícil realidade, a vida coletiva tem, nesta região, conotações especiais. A partir do ponto de vista físico-espacial, está representada por padrões urbanos e arquitetônicos que foram usados pelas comunidades na construção de seus povoados. Alguns desses elementos foram se desenvolvendo com uma forte influência de referências africanas e indígenas e, foram modificados, durante mais de 500 anos, para se adaptarem a um contexto cultural, social e ambiental variável, modelos que ainda persistem, apesar da incidência constante de fatores externos. A partir do ponto de vista cultural, tradições como gastronomia, oralidade, dança e música fazem parte de um patrimônio intangível único que caracteriza a cultura do Afro-Pacífico colombiano. Sua persistência pode ser explicada mediante a análise do importante papel que representa a vida coletiva nessas comunidades, fundamentada em princípios como a troca, a cooperação e a solidariedade.

Com uma população composta majoritariamente por afrodescendentes e comunidades indígenas, os assentamentos rurais nesta região do país consolidaram-se seguindo uma lógica diferente dos assentamentos coloniais da região andina, como resultado da simbiose de valores culturais e de práticas territoriais, sociais e produtivas das duas culturas predominantes no território. De fato, durante a época colonial, uma das principais características dos assentamentos do Afro-Pacífico foi a consolidação dos *territórios coletivos*, contrapostos à ideia de propriedade privada imposta pela coroa espanhola como parte do processo fundacional.

Os novos assentamentos que se constituíram nos territórios coletivos seguiram padrões urbanísticos relacionados com a herança cultural africana e indígena e às



duras condições ambientais da selva úmida tropical. As formas de ocupação territorial desses povos têm as seguintes características (Ver Fig. 02): **1)** As aldeias estão situadas ao longo dos rios e do mar e constituem-se em um tipo de hábitat anfíbio devido à compreensão das mudanças do nível de água e à incorporação dessas mudanças nas tipologias construtivas. **2)** Os povoados são pequenos e estão dispersos ao longo da costa. **3)** Os espaços públicos adquirem mais importância que os privados e os eventos coletivos que se realizam neles são essenciais para a vida em comunidade. **4)** Os primeiros povoadores têm vínculos consanguíneos ou de parentesco ritual e organizam-se espacialmente de acordo com eles e os ramos da descendência (DE FRIEDEMANN, 1974 e MOSQUERA 1999; 2001).



Figura 2: El Charco, Nariño. Fonte: OSSO, Universidad del Valle. Localização da Região do Pacífico. Fonte: Mosquera (2010 p. 17).

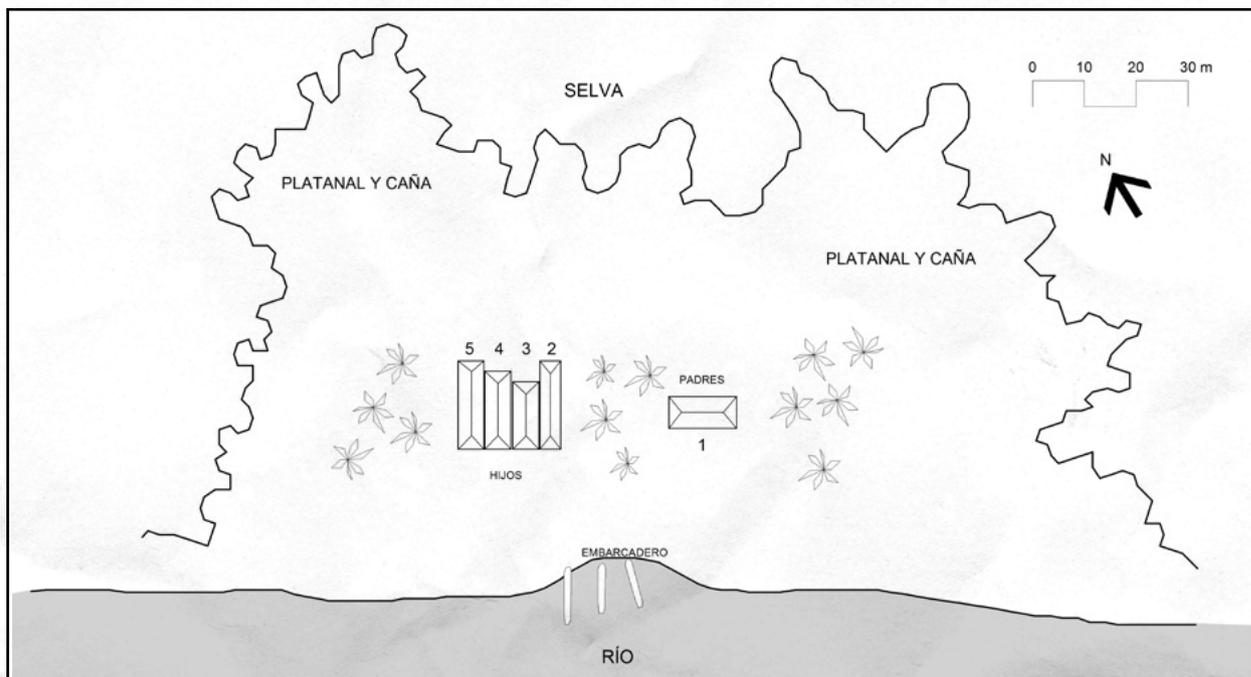


Figura 3: Vizinhança de parentesco Los Potes (1995), rio Anchicayá. Fonte: Mosquera (2010, p. 135).

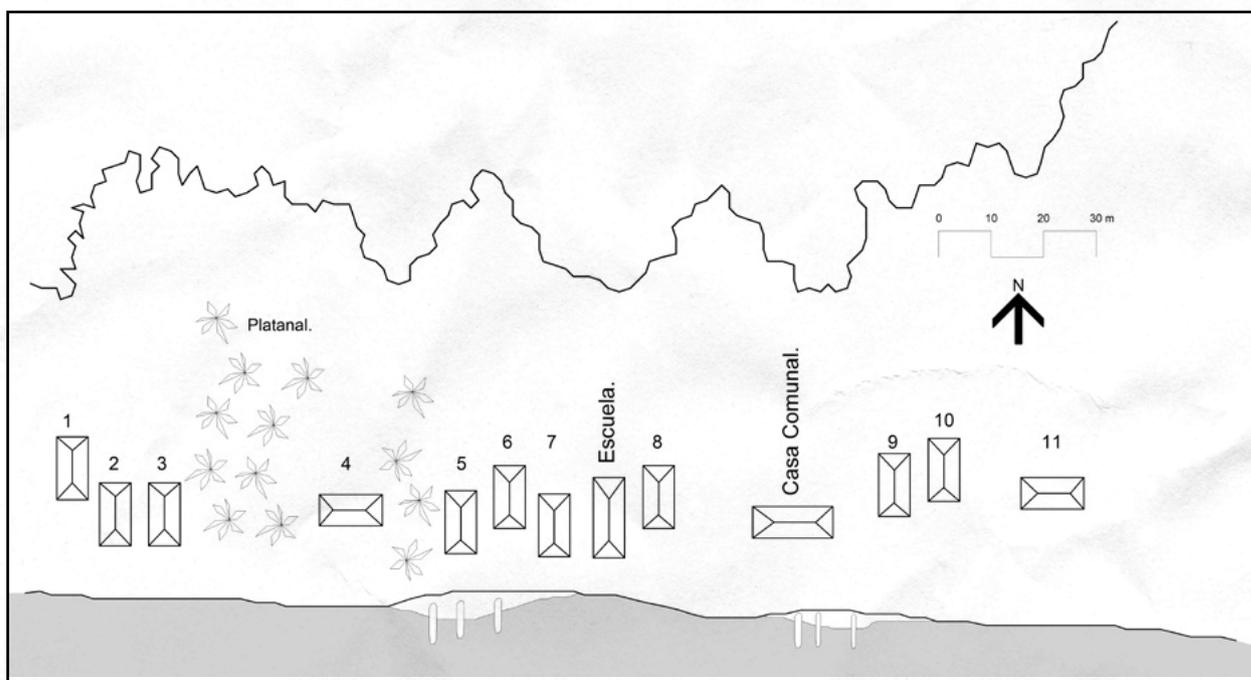
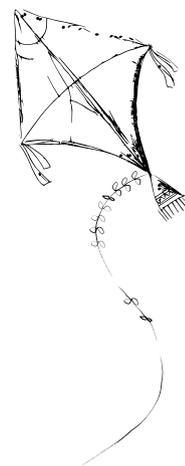


Figura 4: Vizinhança de parentesco de (1995), rio Mallorquín. Fonte: Mosquera (2010, p. 135).

Este último ponto é o que dá origem à análise das vizinhanças de parentesco rurais, como a forma típica de ocupação territorial que garantiu a vida familiar e comunitária. Construídos, ao longo do tempo, em territórios ancestrais e como resultado de subdivisões dos terrenos originais por herança, as aldeias consistem no resultado da soma desses bairros definidos como:

Agrupações de casas pertencentes a lares de um mesmo grupo ou tronco parental [...] sendo uma manifestação dos estreitos vínculos que caracterizam o modelo de povoamento e organização espacial adotado pelas comunidades afrodescendentes tradicionais (MOSQUERA, 2010, p. 134).



Isso significa que as novas moradias que acolhem os lares recém-constituídos são construídas em um pedaço de terra paterna ou materna que se transfere como herança quando os possuidores ainda estão vivos. Essa decisão garante que as novas gerações tenham um lugar onde viver e formar uma família, ao mesmo tempo que, garante que os mais jovens permaneçam perto dos seus pais e avós para cuidar-los (Ver Fig 3 e 4). Dessa maneira, a vizinhança de parentesco constitui-se na "célula" da vida coletiva que vai se expandindo com o tempo, a medida que as famílias crescem e se multiplicam em um lugar.

Pela sua configuração espacial e social, os espaços compartilhados das vizinhanças de parentesco constituem-se em uma das expressões culturais de mais importante valor atribuído à vida comunal. Essa característica cultural persiste até hoje como representação do significado que se dá ao território como bem comunitário, mais, também da resistência a centenas de anos de pressão colonial e neocolonial. Por exemplo, a rua principal, que costuma estar situada no espaço entre o mar ou o rio e a primeira fila de casas, é utilizada para todo tipo de atividades: o jogo, a conversa com os vizinhos, a lavagem das roupas, as festas dos padroeiros e as celebrações sagradas como procissões religiosas e funerais. (Ver fig 5 e 6).

Nesses bairros, as famílias apoiam-se mutuamente para enfrentar os problemas e as eventualidades da vida cotidiana e doméstica, compartilham os momentos de alegria, celebração ou dor pela morte de algum de seus membros. Neste sentido, esse tipo de ocupação do território que persiste no Afro-Pacífico colombiano constitui-se no instrumento mais poderoso para manter uma vida familiar e comunitária articulada aos espaços de uso coletivo.

A casa rural: persistências e transformações

No processo de transformação dos habitats rurais incidem de maneira definitiva tanto na multiplicação das famílias assentadas no território quanto a vinculação dos habitats e seus habitantes aos mercados urbanos. A trajetória demográfica dos assentamentos expressa-se em diferentes fases de consolidação da moradia durante as quais transformam-se as tipologias construtivas e formais. No entanto, persistem a força dos laços familiares, de companheirismo e de amizade e as relações solidárias de troca e retribuição próprias das comunidades domésticas.

É assim como, no transcurso dos anos, e três ou quatro gerações, após o enraizamento da família pioneira e o incremento da produção agrícola que proporciona excedentes para a venda, o local de trabalho ou a moradia precárias de palmeiras é substituído por uma moradia estável com madeiras serradas e cobertas com telhas de cartão ou metálicas. Essa última embeleza-se com grades de ventilação, varandas decoradas e pinturas de cores fortes e contrastantes. (Ver Fig 7 e 8).

Simultaneamente, foi produzido um processo de diferenciação social dos habitantes. Enquanto a maioria continua com atividades agrícolas e pesqueiras de subsistência, alguns se inserem em atividades de colheita, distribuição comercial da produção e abastecimento de mantimentos. Além disso, o estabelecimento de serviços públicos, como a escola e o posto de saúde, significa a presença de pessoas assalariadas, nativas ou procedentes de outros povoados, que se diferenciam no conjunto da comunidade rural e cuja condição socioeconômica expressa-se pela diferenciação da moradia, seja pelos novos materiais utilizados na sua construção ou pela abundante decoração da moradia com madeiras.

Não muda somente a tecnologia da casa, muda também a concepção e a amplitude de seus espaços, de uma casa albergue para dormir e proteger-se dos animais e dos espíritos da floresta, se passa a uma moradia onde se recebem os parentes e amigos da mesma maneira que são realizados trabalhos de pequeno comércio cotidiano; na parte frontal instalam-se a sala e uma loja, se aumenta e melhora a cozinha a qual se configura em um volume posterior separado (Ver Fig 9).

As mudanças na sociedade e os novos conceitos sobre o modo de habitar manifestam-se na fabricação de casas que adotam tecnologias de tipo moderno e introduzem estruturas em concreto, tijolo e blocos de cimento, muitas vezes acompanhadas de cercas e divisões de madeiras serradas. (Ver Fig 10 e 11) A recente possibilidade de

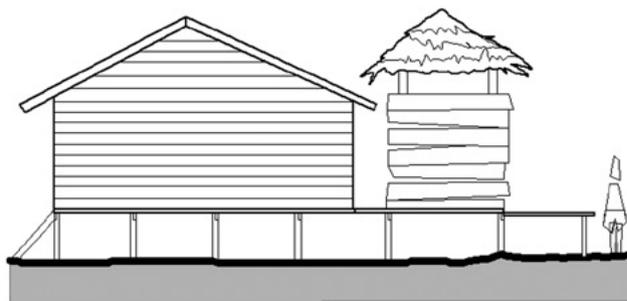
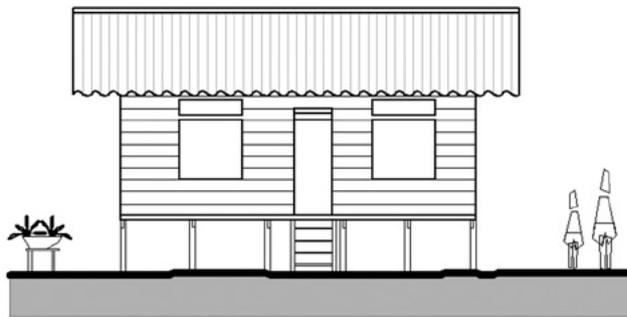
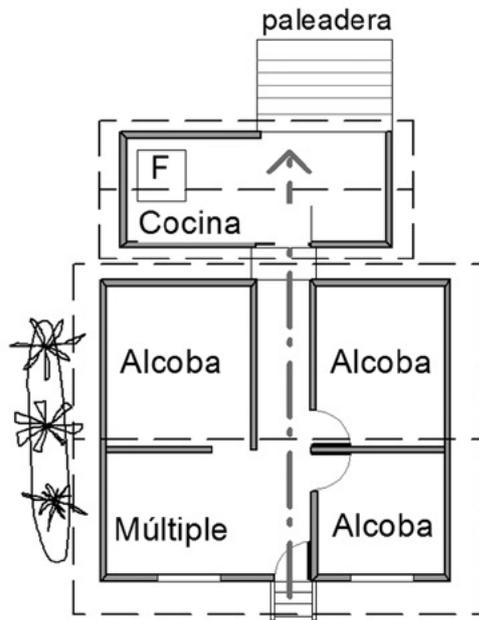


Figuras 5 e 6: fotos de cerimônia fúnebre em Playa Huina, Baía Solano.

Fonte: Arquivo pessoal de Gilma Mosquera e Jacques Aprile-Gnisset (2009).



Figuras 7 e 8: Moradia rural autóctone em Huina, Baía Solano (1986) e moradias tradicionais com madeiras serradas e telhas de produção industrial em Charambirá, Valle del Cauca (1995). Fonte: Arquivo pessoal de Gilma Mosquera e Jacques Aprile-Gnisset.



ALZADOS TIPO TRANSICIÓN AUTÓCTONO a TRADICIONAL

cozinhar com gás ao invés de lenha implica na melhoria da cozinha e, com isso, aos espaços destinados à lavagem de roupa que substituem os antigos lugares de reunião e tarefas femininas no rio ou nas margens dos riachos.

A tradição cultural rural no espaço urbano

Como territórios essenciais para as atividades coletivas, as vizinhanças de parentesco, arraigadas na cultura dos povoadores rurais, foram se deslocando gradualmente aos centros urbanos. A migração dos habitantes do campo que, na América Latina acelerou-se depois da década dos anos trinta e que, na Colômbia, alcançou a categoria de êxodo massivo impulsionado pela violência nos anos 1940, 1950 e 1960, teve menor intensidade na região do Pacífico que em territórios rurais andinos. No entanto, desde as últimas décadas do século XX, as cidades mais importantes do litoral Pacífico, assim como as capitais próximas ao litoral, foram receptoras de um número importante de camponeses migrantes forçados que foram despojados de seus territórios em decorrência do conflito armado ou por atividades de controle territorial inerentes ao narcotráfico e à exploração ilegal de recursos naturais (principalmente minérios e madeira). Com a chegada massiva de habitantes rurais do litoral nas cidades, foi possível evidenciar, com maior clareza, a consolidação e a expansão de vizinhanças de parentesco em cidades como Buenaventura, Quibdó e Tumaco, com populações acima de 100.000 habitantes. Como veremos a seguir, tanto esta característica própria da cultura Afro-Pacífica rural, quanto os elementos característicos da moradia, foram reinterpretados nos bairros e nas casas autoproduzidos nos núcleos urbanos.

Os bairros de produção popular nas cidades do Afro-Pacífico

Nas cidades, a relação entre moradia e cultura manifesta-se em modalidades de ocupação do espaço residencial com alta influência das redes familiares e de parentesco consanguíneo e ritual. É possível encontrar setores de bairros ou ruas onde predomina um grupo familiar que foi se assentando no lugar a partir da chegada e da instalação de uma primeira família, geralmente migrante de áreas rurais. Identificam-se, nesses casos, dois modos de constituição do vizinhança de parentesco: o primeiro por subdivisão do terreno original, se esse tiver capacidade para albergar novos lares e



Figura 10: Casa de transição ao moderno no rio Mallorquín, Município de Buenaventura.
Fonte: Arquivo pessoal de Gilma Mosquera e Jacques Aprile-Gnisset (2006).



Figura 11: Casas de tipo moderno. Mallorquín, Município de Buenaventura.
Fonte: Arquivo pessoal de Gilma Mosquera e Jacques Aprile-Gnisset (2006).

casas, muitas vezes configurando ruelas; o segundo, por adição de terrenos vizinhos que vão ocupando de fato ou comprando de familiares e de compadres que seguem o caminho traçado por famílias pioneiras. Dessa maneira, a periferia da quadra urbana é ocupada primeiro e depois são feitas a construção de casas no interior, na parte dos fundos das casas ou nos recuos e interstícios que ficam entre as moradias. Inicialmente gerados tanto pela necessidade de respeitar a queda das águas dos beirais, quanto pela proteção contra a expansão do fogo em caso de incêndio nas casas de madeira e teto de palha (Ver Fig. 12).

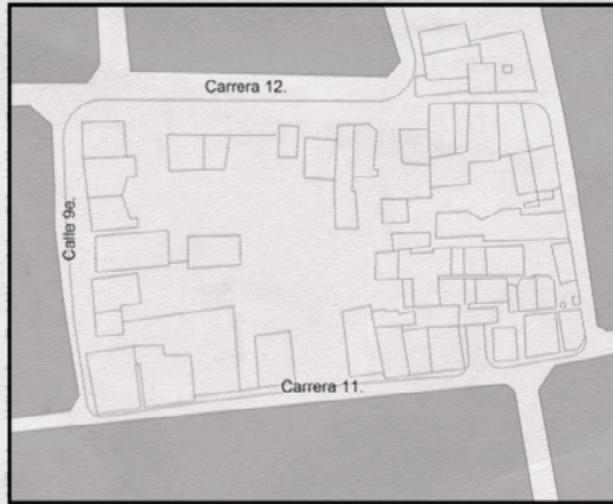
Apesar da possibilidade de conservar a tradição de viver com a família estendida, as partilhas dos lotes urbanos e a conformação de ruelas para dar lugar a filhos e parentes próximos, implicam em altos índices de ocupação e construção, a uma crescente densidade residencial e, ainda, a uma degradação das condições de habitabilidade.

A moradia urbana: do tradicional ao genérico

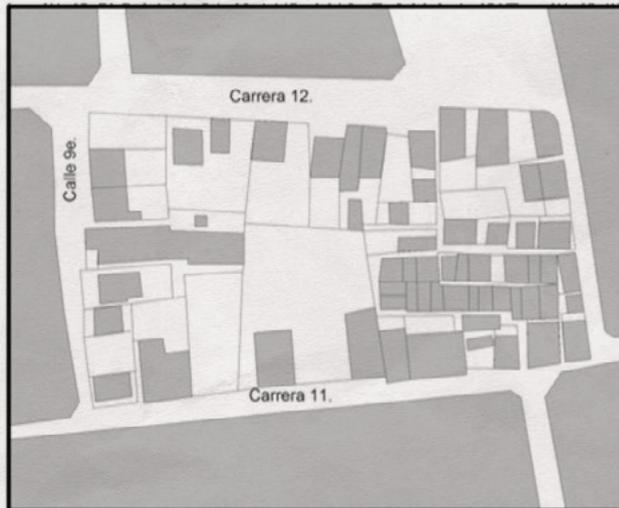
Embora, nas áreas rurais, as palafitas foram a tipologia de moradia que permite uma interação direta e proveitosa com a água, nas cidades, esse tipo de moradia é considerada um fenômeno novo resultante da escassez de solo urbano disponível para as casas pobres. No caso de Buenaventura, por exemplo, essa tipologia apareceu massivamente depois da década de 1960, também é igualmente encontrada em outras cidades litorâneas de tamanho médio, como Tumaco e Guapi (MOSQUERA, 2010, P. 19) (Ver Fig. 13). Apesar da sua riqueza tipológica e da sua singularidade, a casa sob palafitas é a viva representação da precariedade e da instabilidade social nas comunidades de recursos econômicos baixos que vivem nas zonas urbanas. O histórico abandono por parte do Estado, junto ao acesso restrito ao terreno de baixo custo para moradia social, obrigou aos habitantes urbanos pobres a autogerirem alternativas que lhes permitam viver na cidade, mesmo que seja na periferia e com o risco latente de serem afetados por desastres naturais próprios das regiões entremarés.

Tanto nas tipologias de moradias tradicionais como nas modernas, a madeira continua sendo um material relevante para a construção e o ornamento das fachadas com grades e elementos vazados em cores chamativas e contrastantes que se transformaram em uma das expressões estéticas mais importantes para os habitantes. Os conjuntos de casas decoradas em uma mesma rua ou setor urbano expressam os laços de identidade cultural, vizinhança e solidariedade próprios das comunidades afrodescendentes do Pacífico.

1985



1993



Familia Quintero

1998



Figura 12: vizinhança de parentesco urbano – Família Quintero--encontrado na cidade de Tumaco. Fonte: Moquera (2010, p. 147).

Com o transcurso do tempo e mediante processos de autoconstrução individual, as casas vão sendo melhoradas tanto em aspectos técnico-construtivos quanto em aspectos relativos ao conforto e à qualidade. Assim, as casas de madeira e sobre pilotes de madeira, de um ou dois andares, dominam o centro das quadras e as ruelas interiores e, coexistem com construções de tipo moderno localizadas na rua principal, que usam alicerce e placas de concreto, tijolos e blocos de concreto, algumas em duas plantas, além de numerosos locais comerciais ou artesanais, com destaque aos pequenos escritórios familiares e lojas de bairro.

Apesar dos baixos níveis de qualidade de vida e dos altos índices de pobreza, ao que se deve somar o conflito interno e o controle territorial por parte do crime organizado, essas comunidades encontraram a forma de preservar as manifestações tradicionais rurais em uma linguagem estética no urbano. A arquitetura da casa no Pacífico transforma-se, então, em uma das expressões culturais mais importantes que suportaram a pressão moderna. No entanto, também é verdadeiro que esta debilitou-se rapidamente, abrindo espaço para formas e materiais genéricos que podem ser encontrados em outras zonas do país.

De fato, os projetos recentes de moradia social construídos no Pacífico, particularmente em Buenaventura, desconhecem por completo a riqueza dos valores culturais e das expressões formais e estéticas do urbanismo e da arquitetura do Afro-Pacífico. Como acontece com os Macroprojetos de Interesse Social Nacional (MISN)⁵ que sob critérios de planejamento, ordenamento territorial, riscos que não podem ser mitigados por fenômenos naturais e proteção ambiental, além de baixas condições de habitabilidade, definem a realocação de numerosas famílias mediante operações de grande escala que causam grandes transformações culturais e físico-espaciais, afetando as práticas ancestrais de ocupação e de construção do território e expulsam as comunidades dos habitats que produziram e desenvolveram ao longo de décadas. Exemplo disso são o MISN San Antonio em Buenaventura e o de La Yesca em Quibdó.

O primeiro pretende a realocação de 3.400 famílias que habitam o setor sul-ocidental da Ilha El Cascajal, argumentando o risco de tsunami. A primeira etapa deste projeto foi desenvolvida com o traslado de 568 famílias das zonas de maré baixa a um setor periférico do continente, com o propósito de viabilizar o projeto Malecón Bahía de la Cruz, adotado pelo governo como estratégia para transformar Buenaventura em atrativo turístico de abrangência mundial e evitar que a zona liberada voltasse a ser ocupada. Iniciou-se, em simultâneo, a execução de 250 casas destinadas a mães

chefes de família e famílias desalojadas (GARCÍA, 2016). A população reacomodada não encontrou, em seu novo hábitat, condições que restituíssem os modos de vida e de produção existentes em El Cascajal e que lhes proporcionassem um mínimo de conforto e de habitabilidade nas novas casas que foram edificadas com um sistema construtivo industrial que permitia a pré-fabricação das casas, as quais porem não se ajustavam aos requisitos ambientais e socioculturais, nem de qualidade da edificação. As famílias foram retiradas de um contexto territorial de localização central, próximo aos locais de trabalho onde pescavam, viviam e interagiam sendo trasladadas a um espaço em que sofrem com problemas de mobilidade, transporte, educação e saúde, pois, quatro anos após a realocação, ainda não haviam sido construídos os recursos e os serviços necessários e prometidos à comunidade.

Conclusões

Apesar da resistência dos habitantes do Pacífico colombiano, as atuais circunstâncias econômicas e políticas estão contribuindo ao desaparecimento do patrimônio cultural que destacamos ao longo deste artigo. A vulnerabilidade social, ideológica e econômica, as iniciativas derivadas de um modelo desenvolvimentista adotado governo após governo e a migração forçada que pressionou soluções rápidas de moradia à população deslocada que tenta restituir sua vida e seu hábitat nas cidades, começando desde zero, são fatores centrais que estão influenciando na perda dos valores ancestrais e da arquitetura tradicional dos assentamentos urbanos e rurais do Afro-Pacífico colombiano. Nesse contexto, as ameaças contra a riqueza material e cultural desses grupos em um país como a Colômbia, que se reconheceu abertamente como uma nação multicultural, podem ser resumidas da seguinte maneira:

a) *Persistência da negligência governamental:*

Os habitantes da costa Pacífica seguem tendo os maiores índices de pobreza e os mais baixos indicadores de qualidade de vida da Colômbia. Essa condição não tende a melhorar substancialmente, pois o investimento público foi historicamente insuficiente. Além disso, os novos projetos realizados na região estão baseados em um enfoque descendente de "modernização e desenvolvimento" que ignora os padrões tradicionais de hábitat e construção, substituídos por modelos forâneos inadequados para as condições geográficas, ambientais e sociais desta região. Incluídas as políticas de habitação de interesse social, nas quais a imposição de técnicas construtivas que



descartam as formas ancestrais de construir como princípio para a construção de novos projetos.

b) Exploração sem controle dos recursos naturais:

Apesar de o Congresso colombiano ter aprovado a Lei 70 em 1993, de maneira semelhante ao que aconteceu no final do século XIX e princípios do século XX, o governo segue outorgando concessões a empresas estrangeiras para a exploração de ouro, prata e outros minérios, bem como para a extração de madeira dos bosques nativos. Além disso, os Conselhos Comunitários, criados para protegerem os territórios ancestrais, estão sendo enganados para cederem as terras coletivas ou o direito de sua exploração a terceiros. No entanto, a destruição do território não se deve somente a atividades econômicas legais, porém ao fato de que a região também está afetada pelos cultivos ilícitos vinculados ao narcotráfico e à exploração de recursos não renováveis por meio da mineração ilegal.

c) Deslocamento forçado e disputas internas pelo território:

Os habitantes do Pacífico colombiano continuam sendo vítimas do deslocamento forçado como consequência de uma guerra interna desencadeada por grupos armados de diferentes origens (guerrilha, paramilitares, narcotraficantes, agrupações criminosas, entre outros) para controlar o território (UNHCR, 2017). Os dados recentes demonstram que, embora haja avanços em relação à titulação coletiva de terras ancestrais, essa medida foi insuficiente para acabar com a expulsão violenta e massiva das comunidades da região. Entretanto, embora tenham as probabilidades contra, as comunidades do Pacífico colombiano continuam a sua resistência, lutando por serem visíveis em um país que as ignorou durante séculos.

Figura 13. Casa tradicional em Buenaventura. Foto: Juan Carlos Dávila (2010).





Notas

1 Nota do revisor da tradução [N.R.T.]: No texto original em espanhol, as autoras utilizam a expressão "Vecindario parental". Essa expressão foi empregada pela arquiteta Gilma Mosquera Torres ao longo de suas pesquisas para descrever a ocupação costeira e ribeirinha das comunidades afro-colombianas na região do Pacífico, ressaltando a importância dos laços de sangue ou rituais de parentesco na organização da vida e ocupação coletiva desses espaços por diferentes gerações, inclusive nas áreas urbanas. Optamos por traduzir essa expressão como "vizinhança de parentesco" a fim de preservar o sentido original do texto, evitando qualquer confusão com o termo "bairros familiares".

2 Nota da Tradutora [N.T.]: Em espanhol, *Encuesta de Calidad de Vida*, a sigla ECV foi mantida como na língua de partida.

3 Nesta classificação foram incluídas pessoas que se autorreconheceram como negro, mulato, afrodescendente ou afrocolombiano.

4 Os resultados do Censo Nacional de 2018 apresentaram uma redução de 31% da população que se autorreconheceu como afrodescendente (2,95 milhões de pessoas) em relação ao Censo 2005 (4,3 milhões de pessoas). Isso levou a duras críticas sobre metodologia, captura e processamento de dados (El Tiempo, 2019) e obrigou o Departamento Administrativo Nacional de Estatística a analisar dados adicionais da Enquete de Qualidade de Vida (DANE, 2019) para recalcular a população afrodescendente.

5 De acordo com o Ministerio de Vivienda, Ciudad y Territorio (2021), os MISN são "o conjunto de decisões administrativas e de atuações urbanísticas, definidas em comum

acordo com o Governo Nacional e as administrações municipais e distritais [...] para a execução de operações urbanas integrais [...] que garantam a habilitação do solo para a construção da moradia".

Referências

CONGRESO DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA. **Constitución Política**, 1991. Disponível em: <http://www.corteconstitucional.gov.co/inicio/Constitucion%20politica%20de%20Colombia%20-%202015.pdf>

CONGRESO DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA. **Ley 70 de 1993**. Disponível em: <http://www.suinjuriscol.gov.co/viewDocument.asp?ruta=Leyes/1620332>

DE FRIEDEMANN, N. **Minería, descendencia y orfebrería artesanal en el Litoral Pacífico, Colombia**. Universidad Nacional de Colombia, 1974.

DE FRIEDEMANN, N. **Negros: Monopolio de tierra, agricultores y desarrollo de plantaciones de caña de azúcar en el Valle del río Cauca**. In.: **Tierra, tradición y poder en Colombia. Enfoques Antropológicos**. Editora Nina de Friedemann. Bogotá, Colombia: Instituto Colombiano de Cultura, 1976.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (DANE). **Población Negra, Afrocolombiana, Raizal y Palenquera**. Resultados del Censo Nacional de Población y Vivienda, 2018. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/boletines/grupos-etnicos/presentacion-grupos-etnicos-poblacion-NARP-2019.pdf>

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (DANE). **Colombia Una Nación Multicultural**. Su diversidad Étnica. Bogotá: DANE, 2017. Disponível em: https://www.dane.gov.co/files/censo2005/etnia/sys/colombia_nacion.pdf

EL TIEMPO. El "error" del Dane que borró del mapa a 1,3 millones de afros. **Periódico El Tiempo**, 2019. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/el-er->

ror-del-dane-que-borro-del-mapa-a-1-3-millon-
es-de-afros-436936

GALVIS-APONTE, L. A.; MOYANO-TÁMARA, L.M.;
ALBA-FAJARDO, C. A. La persistencia de la po-
breza en el Pacífico colombiano y sus factores
asociados. In.: **Documentos de Trabajo sobre
Economía Regional, Banco de la República,
Centro de Estudios Económicos Regionales**
(CEER) No. 238, 2016. Disponível em:[http://
www.banrep.gov.co/docum/Lectura_finanzas/pdf/
dtser_238.pdf](http://www.banrep.gov.co/docum/Lectura_finanzas/pdf/dtser_238.pdf). Acesso: 26 julho 2022.

GARCÍA R, I. N. **Los grandes proyectos urba-
nos en contextos étnicos. Estudio de caso
Macroproyecto de Interés Social San Antonio
en su relación con el proyecto Malecón Bahía
de la Cruz Buenaventura.** Universidad Nacional
de Colombia, 2016. Disponível em:[https://
repositorio.unal.edu.co/handle/unal/57524](https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/57524).
Acesso: 26 julho 2022.

GUTIÉRREZ DE PINEDA, V. **Familia y cultura en
Colombia.** Instituto Colombiano de Cultura.
Cuarta Edición, 1975.

MINISTERIO DE VIVIENDA, CIUDAD Y TERRITORIO.
¿Qué son los Macroproyectos? 2021.

MOSQUERA, G. & APRILE-GNISET, J. Hábitats y
habitantes del Pacífico. Síntesis y reflexiones
finales. Santiago de Cali: CITCE, **Cuadernos,
No. 2.** Universidad del Valle, 1999.

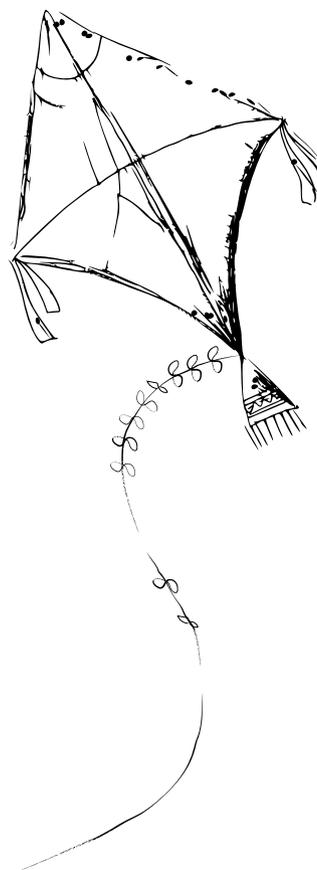
MOSQUERA, G. & APRILE-GNISET, J. **Hábitats y
Sociedades del Pacífico: La Bahía de Solano.**
Santiago de Cali: CITCE, Universidad del
Valle, 2001.

MOSQUERA, G. & APRILE-GNISET, J. **Aldeas de
la Costa de Buenaventura.** Santiago de Cali:
CITCE, Universidad del Valle, 2006.

MOSQUERA, G. **Huina un hábitat elemental de
comunidad doméstica,** Bahía Solano, Chocó. En
Revista Proa No. 319. Bogotá, 1983.

MOSQUERA, G. **Vivienda y arquitectura tradi-
cional en el Pacífico Colombiano.** Santiago de
Cali: Universidad del Valle, 2010.

UNHCR. **ACNUR manifiesta su preocupación por
la situación humanitaria en las comunidades
del Pacífico colombiano,** 2017. Disponível
em:[http://www.acnur.org/noticias/noticia/
acnur-manifiesta-su-preocupacion-por-la-
-situacion-humanitaria-en-las-comunidades-
-del-pacifico-colombiano/ 9/10/2017](http://www.acnur.org/noticias/noticia/acnur-manifiesta-su-preocupacion-por-la-situacion-humanitaria-en-las-comunidades-del-pacifico-colombiano/). Último
acceso: 26 julho 2022.



**A nova imagem
das cidades africanas:**

**segregação nos planos urbanísticos e na
arquitetura de cidades subsaarianas**



Fábio Macêdo Velame

EtniCidades, PPGAU / UFBA

**Thiago Augusto
Ferreira da Costa**

EtniCidades, PPGAU / UFBA

A nova imagem das cidades africanas: segregação nos planos urbanísticos e na arquitetura de cidades subsaarianas

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão a respeito dos fenômenos estruturais que culminaram na elaboração de planos urbanísticos e arquiteturas, com segregação socioespacial e étnico-racial, em cidades da África Subsaariana que despontam atualmente como megacidades, grandes cidades e cidades globais. Para isso, de início, apresentam-se questões de histórico colonial, pós-colonialismo, pan-africanismo e filosofia africana que permeiam as discussões contemporâneas de urbanização e arquitetura africanas. Em seguida, são abordadas essas mesmas questões estruturais em discursos presentes em sete países africanos (Nigéria, República Democrática do Congo, Tanzânia, Quênia, Maurício, Gana e África do Sul), que ajudam a explicar aspectos étnicos, raciais, sociais e espaciais perpetuados no espaço urbano. Tais aspectos contam com exemplos de cidades desses países, onde superpopulação e altos investimentos estrangeiros no mercado imobiliário agravam efeitos segregatórios da população, não têm como meta a diminuição da pobreza, mantêm dependência com antigas metrópoles e criam amarras com novos imperialismos.

Palavras-chave: Cidades Africanas; Urbanismo; Segregação; Socioespacial; Étnico-racial; África.

La nueva imagen de las ciudades africanas: segregación en la planificación urbana y en la arquitectura de ciudades subsaharianas

Resumen

El objetivo de este artículo es presentar una reflexión sobre los fenómenos estructurales que culminaron en el desarrollo de planes y arquitecturas urbanas, con segregación socioespacial y étnico-racial, en ciudades del África Subsahariana que actualmente emergen como megaciudades, grandes ciudades y ciudades globales. Para ello, inicialmente, se presentan temas de historia colonial, poscolonialismo, panafricanismo y filosofía africana que impregnan las discusiones contemporáneas sobre urbanización y arquitectura africanas. Estas mismas cuestiones estructurales se abordan luego en discursos presentes en siete países africanos (Nigeria, República Democrática del Congo, Tanzania, Kenia, Mauricio, Ghana y Sudáfrica), que ayudan a explicar los aspectos étnicos, raciales, sociales y espaciales perpetuados en el espacio urbano. Dichos aspectos cuentan con ejemplos de ciudades de estos países, donde la superpoblación y las altas inversiones extranjeras en el mercado inmobiliario agravan los efectos de segregación de la población, no tienen como meta la reducción de la pobreza, mantienen la dependencia de las antiguas metrópolis y crean lazos con nuevos imperialismos.

Palabras clave: Ciudades africanas; Urbanismo; Segregación; Socioespacial; Étnico-racial; África.

The new image of African cities: segregation in urban planning and Sub-Saharan city architecture

Abstract

The aim of this article is to present a reflection on the structural phenomena that culminated in the development of urban plans and architectures, with socio-spatial and ethnic-racial segregation, in cities in Sub-Saharan Africa that are currently emerging as megacities, large cities and global cities. For this, initially, issues of colonial history, post-colonialism, pan-Africanism and African philosophy that permeate contemporary discussions of African urbanization and architecture are presented. These same structural issues are then addressed in discourses present in seven African countries (Nigeria, Democratic Republic of Congo, Tanzania, Kenya, Mauritius, Ghana and South Africa), which help to explain perpetuated ethnic, racial, social and spatial aspects in the urban space. Such aspects count on examples of cities in these countries, where overpopulation and high foreign investments in the real estate market aggravate the segregation effects of the population, do not aim to reduce poverty, maintain dependence on old metropolises and create ties with new imperialisms.

Keywords: African Cities; Urbanism; Segregation; Sociospatial; Ethnic-racial; Africa.



Introdução

Países Subsaarianos têm as cidades que mais despontam no cenário internacional africano, devido a seus investimentos em polos tecnológicos, aliados a novos planos urbanísticos, bem como arquitetura contemporânea, inspirada em conceitos africanos. Apresentamos neste artigo um panorama de megacidades, grandes cidades e cidades globais de sete países Subsaarianos que, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), estão entre aquelas em que a população urbana na África mais cresce. A princípio, a população mundial estimada para 2030 é de 8,6 bilhões de pessoas, um bilhão a mais do que os atuais 7,6 bilhões (Agência Brasil, 2017). O mesmo estudo aponta que nove países responderão por mais da metade desse crescimento, dentre eles, cinco africanos (Nigéria, República Democrática do Congo, Etiópia, Tanzânia e Egito), além de três asiáticos (Índia, Paquistão e Indonésia) e EUA.

Ainda em 2030, dois terços da população mundial viverão em cidades, que produzirão 80% do PIB do planeta, com megacidades surgindo novamente na Ásia, na América Latina e na África (ONU, 2017). O aumento do custo de vida nesses superaglomerados é certo, bem como em metrópoles de pequeno e médio porte. No entanto, é nas cidades globais e tecnológicas onde ocorre a urbanização com altos investimentos, embora não sejam aquelas que mais crescem em população, segundo a ONU (2017). Por isso, trouxemos aqui algumas dessas cidades, que crescem cada vez mais segregadas social e espacialmente.

Os centros urbanos que mais crescerão na África serão as pequenas e médias cidades, com menos de um milhão de habitantes, que irão concentrar 62% da população urbana do continente africano (ONU, 2017). Portanto, dada a importância ambiental do continente e a sua fragilidade

na preservação dos biomas, torna-se necessária uma discussão sobre um possível planejamento urbano africano verde e mais sustentável para que essas cidades pequenas e médias não se tornem novos superaglomerados de pouca infraestrutura, como já ocorre em megacidades como Lagos e Kinshasa. Esse é o paradigma do urbanismo nas futuras cidades africanas que, no entanto, está sendo aplicado atualmente apenas nos núcleos de investimentos imobiliários e não nas periferias urbanas.

Como conceito, "megacidade" se refere àquelas muito grandes, em termos populacionais, não considerando outros aspectos. Já o termo "cidade global" é usado quando se faz uma análise qualitativa da cidade, referindo-se ao seu grau de influência sobre outros centros urbanos, inclusive internacionais (DECICINO, 2014). Assim, apresentamos um texto que inicia explicando as origens do que conhecemos hoje, de forma geral, por sociedades africanas, depois citando os países analisados (ver fig. 1), com suas respectivas trajetórias históricas e exemplos de seus projetos urbanos e arquiteturas mais importantes, iniciados a partir dos anos 2000. Dessa forma, questionamos: como passado e presente se relacionam no processo de urbanização de cidades africanas (grandes, mega e globais), que ampliam as desigualdades socioespaciais e étnico-raciais?

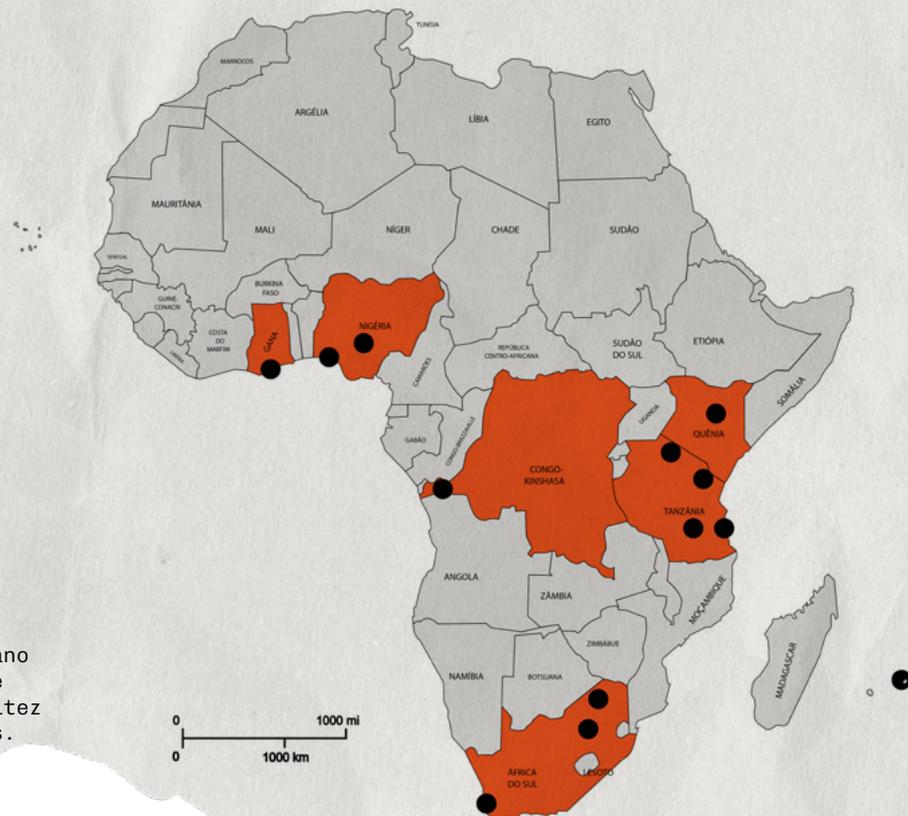


Figura 1: Continente africano e cidades estudadas em sete países. Fonte: Oswaldo Freitez (2023) adaptado dos autores.

Resgate das origens

Em geral, as sociedades africanas pré-coloniais dos séculos XVI ao XVIII eram hierarquizadas, centralizadas, baseadas na cobrança de impostos pelos vencedores sobre os povos vencidos e comandadas por elites familiares militarizadas (MACEDO, 2008, p. 95), embora coexistissem com organizações sociais não hierarquizadas autóctones, ainda hoje existentes. A posterior pobreza estrutural do continente pode ser explicada pelo tráfico de pessoas escravizadas, com início do intensivo deslocamento compulsório de pessoas a partir do século XVI, o que gerou a maior imigração forçada da humanidade e a dispersão sociocultural africana pelo mundo, conhecida como diáspora. Começava, então, a interferência europeia que marcou para sempre os rumos da África, chegando até mesmo à estagnação de sua população no século XVIII (MACEDO, 2008, p. 96).

A abolição da escravatura veio a partir da mudança do discurso cristão inglês que, agregado às ideias Iluministas, revolucionárias francesas e até mesmo da pós-independência norte-americana, expandiram o humanitarismo para os povos africanos, que até então eram subjugados pelo eurocentrismo. Via-se também a vantagem de uma população consumidora permanente na África e que pudesse beneficiar a matéria-prima antes da venda aos mercados europeu e norte-americano.

Segundo Macedo (2008, p. 97), colonialismo e imperialismo na África sustentaram a Segunda Revolução Industrial europeia do século XIX, dividindo a África entre as nações invasoras, no mapa, sem levar em conta qualquer territorialidade étnica secularmente estabelecida.¹ Duas grandes Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945) também exploraram forças de africanos, que lutavam nas frentes de batalha em prol de suas metrópoles. No pós-guerra, o surgimento de outra disputa, a Guerra Fria, alinhava interesses de capitalistas e socialistas sobre territórios ainda dominados no continente, de 1945 a 1960, quando enfim começaram os movimentos de independência dos países colonizados em África e Ásia.

A base ideológico-científica dessa dominação ocorreu a partir do racismo, no qual a pessoa africana foi desumanizada no período escravista e depois inferiorizada enquanto humana, mesmo após a abolição. Séculos de exploração e racismo resultaram em Estados africanos frágeis, com sucessivos regimes de exceção e dependentes do comércio internacional com suas ex-metrópoles, exceto na África do Sul (MACEDO, 2008, p. 173). No entanto, desde o século XIX, enquanto construção identitária do continente, ocorre a insurgência de uma filosofia africana e do Pan-africanismo, ideologia

que busca a união dos povos africanos como forma de potencializar a narrativa do continente internacionalmente.

A seguir, apresentamos exemplos de cidades de sete países africanos, de forma a contextualizá-los com a história das sociedades africanas apresentada acima, passando pela colonização europeia e por seus movimentos de independência e pós-independência. Esse processo histórico é essencial para que possamos entender como evoluiu o fenômeno da segregação socioespacial e étnico-racial nessas cidades.

Nova imagem das cidades africanas

Nigéria e projetos urbanos de Lekki, Eko Atlantic e Abuja

Lagos, na Nigéria, é uma megacidade de 21 milhões de habitantes (WPR, 2019), ultrapassando Cairo e Kinshasa como a maior do continente. Seu nome é devido aos colonizadores portugueses que, no século XV, saíram de Lagos (Portugal) e aportaram nessa região ao circundar a África em suas navegações exploratórias. Mais tarde, no século XIX, o colonialismo europeu colocou a Nigéria sob jugo de domínio inglês e seu governo indireto, feito com chefes locais e profunda segregação étnico-racial (KHAPOYA, 2008, p. 143).

O país tornou-se independente em 1960, mas mergulhou em uma guerra civil. Desde então alternavam-se, no comando da nação, governos civis democraticamente eleitos e ditaduras militares, sendo que apenas as eleições presidenciais de 2011 foram consideradas livres e justas (NOSSITER, 2011). Atualmente, o governo nigeriano conta com grandes investimentos internacionais para financiamento de grandes obras, sobretudo com capitais ingleses e norte-americanos.

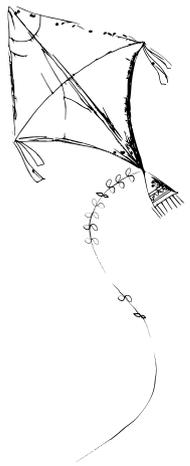
Lekki é uma cidade em construção desde 2008, a partir do Plano Massa de Lekki, projetada por escritórios de países árabes, como Emirados Árabes e Líbano, além de parceiros indianos, financiada por capital libanês, inglês (a partir do seu setor petrolífero, que pretende controlar essa atividade também na Nigéria), bem como capital do Banco Central da Nigéria e fundos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. A iniciativa principal é do Plano de Desenvolvimento do Estado de Lagos que, até 2025, pretende tornar o estado um modelo de centro global, econômico e financeiro, seguro, funcional e produtivo (LSDP, 2013), inclusive com a formação de uma Zona de Livre Comércio em Lekki, em 2014.

Vizinha a sudeste de Lagos, situada sobre uma península de 80 km por 10 km, entre a grande Lagoa de Lagos e o Oceano Atlântico (Fig. 2), Lekki tinha até 2015 somente a primeira fase do projeto concluída, com a segunda fase em acabamento. Lekki abriga vários residenciais fechados, terras agrícolas, aeroporto e um porto marítimo, esses dois últimos em construção. Sob o título de "cidade ambiental azul e verde", essa cidade global espera acomodar mais de 3,4 milhões de pessoas, das classes média e alta, e uma população flutuante de pelo menos 1,9 milhões de pessoas, ou seja, de trabalhadores que habitam fora de Lekki (BALDWIN, 2019). A primeira fase do projeto foi implantada sobre a região que era anteriormente conhecida como Maroko, um bairro popular destruído em 1990 pelo governo militar de Lagos.

Outra cidade global nigeriana em construção desde 2007 na borda da capital é a chamada Eko Atlantic (Fig. 2), onde o nome *Èkó*, em iorubá, refere-se à própria cidade de Lagos. No entanto, assim como Lekki, Eko Atlantic não está sendo construída para a maioria da população lacobrigense. Foram toneladas de areia para criar um aterro na foz do canal que liga a grande lagoa ao oceano, sob o discurso de minimizar os efeitos da maré sobre o porto petrolífero de Lagos e de erguer a futurista "Dubai da África Ocidental". Novamente, mais um reduto de classes média e alta está sendo construído em arquitetura *hightech* (Fig. 2) e com *slogan* de cidade mais tecnológica do continente.

Apenas a 12 minutos de carro de Eko Atlantic, está Makoko (o que restou de Maroko),² uma ocupação sobre a grande lagoa, povoada por 100 mil pessoas (AGWU, 2015, p. 12), conhecida como "Veneza da África" (ver fig. 2). Remanescente de Maroko e engolida por Lekki, a resistente Makoko persiste em segregação forçada, mesmo estando praticamente no centro financeiro de Lagos. Ela se separa de maneira espacial, por ser um enclave de poucos acessos, e de maneira social, por abrigar pessoas de menor renda atraídas pela oportunidade econômica do grande centro. No entanto, assim como em outras tantas ocupações de Lagos, Makoko também é uma estratificação étnico-racial, pois serviu de alternativa à fuga da etnia Ogum do interior do país e do vizinho Benin, seja por conflitos da guerra civil que assolou a Nigéria, seja pela pobreza resultante do pós-colonialismo (MACEDO, 2008).

Abuja é a capital da Nigéria desde 1991, planejada para ocupar a região central nigeriana. Seu custo de vida é elevado e a cidade possui atualmente 400 mil habitantes (ABUJA, 2019). Em relação a outros centros urbanos do país, Abuja é considerada relativamente segura, pois há um cuidado muito grande das forças de segurança locais com os alertas que vêm das regiões norte e sul do país, incluindo constantes



ameaças de ataques terroristas. Por isso, é no distrito da Capital Federal que está sendo implantada a *Centenary City*, ou “Cidade Centenária” (Fig. 3), um projeto ambicioso do governo nigeriano e ao modelo de áreas verdes e vias rápidas, como Brasília, no Brasil, para construir uma “cidade inteligente”, assim como Eko Atlantic, contudo, bem longe dos “condenados da terra” (FANON, 1968, p. 175), de Lagos e da pobreza.

Figura 2: Lagos, Península Lekki, Ponta Eko Atlantic, Makoko e suas arquiteturas.



Fontes do mosaico: Lagos - <https://phys.org/news/2019-07-nigeria-lagos-atlantic-erosion.html> (2019); Eko Atlantic - <https://edition.cnn.com/2015/08/10/africa/eko-atlantic-gbenga-oduntan-conversation/index.html> (2021); Lekki - <https://lyt.co.za/project/lekki-mall/> (2021); Makoko - <https://eficienciaenergetica.blogspot.com/2014/06/escola-flutuante-em-makoko-1.html> (2021). Adaptações dos autores (2021).



Figura 3: Abuja, Centenary City e sua arquitetura.
Fonte do mosaico: <https://www.cecfz.com> (2021). Adaptações dos autores (2021).

República Democrática do Congo (RDC), Kinshasa e Cité du Fleuve

Kinshasa é a megacidade congolosa, com 12 milhões de habitantes (Fig. 4), dos quais 8 milhões vivem abaixo da linha da pobreza (ONU, 2018). Uma das causas disso é porque a RDC, que antes da independência (1960) era chamada de Congo Belga ou Congo-Leopoldville, sofreu o mais violento processo de colonização da África. Em 1878, essa região começou a ser explorada com entrepostos comerciais ao longo do rio Congo, sob ordens do rei belga Leopoldo II.

Na Conferência de Berlim, em 1885, conhecida como “Partilha da África” entre as potências europeias, Leopoldo II tinha forte influência político-financeira na Europa e recebeu o território congolês como possessão pessoal. Ele o governou de forma autoritária e com extrema brutalidade, inclusive amputando trabalhadores escravizados a fim de que isso horrificasse os demais e os obrigasse a trabalhar mais (MAZRUI; WONDJI, 2010, p. 89-109).

Em 1908, o “Estado Livre do Congo”, assim chamado por Leopoldo II, deixou de ser propriedade da coroa. Sua inescrupulosa colonização, em modelo de empresa, foi exposta na imprensa ocidental e causou espanto até mesmo entre outros países colonizadores (KHAPOYA, 2008, p. 144). Assim, a região foi transferida ao governo da Bélgica, passando a ser chamada Congo Belga.

Mesmo após uma superexploração colonial, principalmente na mineração, e posterior independência, a RDC sofreu com a ditadura de Mobutu Banga por 32 anos (1965-1997) – período em que o país se chamava Zaire. Apoiado militarmente pelos EUA, esse regime gerou uma guerra civil (a maior do mundo desde a II Guerra) entre as diversas etnias do país, confinadas dentro de um mesmo território outrora idealizado pela Bélgica. A imensa riqueza mineral da RDC foi também a sua maldição, pois os recursos naturais financiaram milícias, além de serem contrabandeados para países vizinhos. Enquanto isso, o povo congolês continuou sendo um dos mais pobres do mundo, explorado por rebeldes no trabalho pesado das minas e até mesmo com cerca de 10% da sua produção agrícola confiscada por milicianos (CARRANCA, 2013).

Apesar disso, um grande empreendimento para a classe média emergente do país está sendo construído desde 2008. Totalmente excluída da capital Kinshasa e de seu solo com 75% de ocupação irregular, Cité du Fleuve, ou "Cidade do Rio", encontra-se confinada em uma ilha, cercada pelas águas agitadas do rio Congo (ver fig. 5). A segregação social e espacial, nesse caso, dribla o grande conflito de terras que marca a expansão urbana da cidade de Kinshasa, pois não seriam necessárias desapropriações. No entanto, houve remoção de casas para a construção dos acessos à ilha pela margem do rio, sem nenhum ressarcimento às pessoas removidas.

Esses novos padrões de habitação, segundo empreendedores franco-indianos e chineses responsáveis pelo projeto, oferecerão aos moradores de Cité du Fleuve uma "cidade inteligente", global, com água de qualidade, gestão moderna de resíduos, segurança e sistemas de transporte, ou seja, raridades para a sociedade congoleza que habita fora dessa "ilha de prosperidade" (WAHBA; RANARIFIDY, 2018). Uma nova imagem de RDC está sendo construída (Fig. 5), bem longe da guerra étnica congoleza, da fome e das doenças, mas perto da principal via de escoamento da produção mineralógica que desce pelo rio Congo em direção aos países compradores.

Aos olhos de quem enxerga Cité du Fleuve a partir de Kinshasa, a inacessibilidade e a imobilidade social são nítidas. A arquitetura em formatos de castelos e fortes medievais conotam segurança, bem como o eclético dos edifícios de uma Europa caricata espantam da "Cidade do Rio" quaisquer possibilidades do fim do colonialismo.

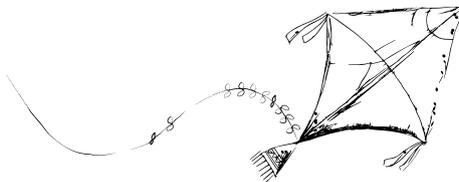


Figura 4: Kinshasa e seu urbanismo.



Fontes do mosaico: <http://www.saudeviajante.pr.gov.br/noticia/surto-de-colera-na-republica-democratica-do-congo-rdc> (2021); https://www.researchgate.net/figure/SOSAK-established-a-new-zoning-plan-for-the-city-province-of-Kinshasa-Source-SOAK_fig3_330423551 (2021). Adaptações dos autores (2021).

Figura 5: Cité du Fleuve e sua arquitetura.



Fontes do mosaico: <http://www.saudeviajante.pr.gov.br/noticia/surto-de-colera-na-republica-democratica-do-congo-rdc> (2021); https://www.researchgate.net/figure/SOSAK-established-a-new-zoning-plan-for-the-city-province-of-Kinshasa-Source-SOAK_fig3_330423551 (2021); https://www.researchgate.net/figure/The-Cite-du-Fleuve-project-Photo-courtesy-of-Cite-du-Fleuve_fig3_229603669 (2021); https://www.youtube.com/watch?v=aSxOXQWh-no&ab_channel=gannykilasu0ficiel (2021); <https://www.radiookapi.net/actualite/2011/04/15/kinshasa-nombre-d%25e2%2580%2599arteres-secondaires-du-centre-ville-en-piteux-etat> (2021). Adaptações do autor (2021).

Tanzânia, projeto da capital Dodoma, antiga capital Dar es Salaam e planos de Arusha para o safári

Tanganica, parte continental da atual Tanzânia, foi colônia alemã de 1880 até 1919, quando foi entregue ao Reino Unido por consequência da derrota da Alemanha na I Guerra Mundial. Zanzibar, parte insular tanzaniana, era um sultanato independente, que se tornou protetorado britânico na mesma época. A Tanganica, então, converteu-se independente, em 1962, e se uniu a Zanzibar, em 1964, para criar a República Unida da Tanzânia. O país possui uma equivalência entre cristãos e muçulmanos, mas também possui uma minoria de religiões tradicionais. São faladas mais de 100 línguas na Tanzânia, portanto, não há um único idioma oficial do país, apesar do suaíli ser utilizado no Parlamento e o inglês no comércio internacional e no turismo (FAUSTINO, 2016).

O primeiro presidente do país governou até 1985 em regime de "socialismo africano", uma das soluções encontradas à época para alguns países recém-criados e descapitalizados por conta de muitos anos de exploração europeia. A primeira eleição multipartidária do país foi em 1995. Atualmente, a Tanzânia conta com investimentos estrangeiros para a construção de grandes empreendimentos, sobretudo de capital chinês, australiano, norte-coreano e norte-americano (NAMKWAHE, 2019; HOTHAM, 2013).

Dodoma é a atual capital da Tanzânia e tem pouco mais de 2 milhões de habitantes (TNBS, 2013). Fundada por alemães, em 1907, a cidade deveria ser "a principal aldeia de uma nação de aldeias", segundo o pensamento dos fundadores, "em escala humana e para ser experimentada a pé" (FRIEDMAN, 2012). Apesar disso e seguindo o modelo colonial, a cidade foi construída segregada à aldeia nativa existente na região, com razão de ser uma cidade moderna tanzaniana.

Atualmente, essa capital Dodoma é uma cidade de micropolos – *clusters* (Fig. 6) –, nos quais há vários centros de atração urbana, em maior parte de traçado orgânico e inspiração inglesa, como são, por exemplo, os atuais parques londrinos mais conhecidos. Seus princípios básicos seguem o modelo de cidade-jardim de Ebenezer Howard, com cinturões verdes separando zonas especializadas para moradores de média e alta rendas, comércio e indústria. No entanto, desde que se tornou capital, em 1974, houve muita resistência do Poder Público em transferir o governo nacional à Dodoma. Então, somente a Assembleia já foi mudada para o interior do país (BRITANNICA, 2019).



Segundo Beeckmans (2018), esse modelo modernista e segregador da capital tanzaniana foi inspirado em Brasília, como um projeto de construção de nação para cimentar uma identidade de independência. Assim foi na Nigéria (Abuja), Botsuana (Gaborone), Malauí (Lilongue) e Mauritânia (Nouakchott).

Antiga capital e ainda maior cidade da Tanzânia, Dar es Salaam tem 4,3 milhões de habitantes (TNBS, 2013). Esse centro urbano tem um plano de desenvolvimento que preza por turismo e sustentabilidade (Fig. 7), logo depois da Tanzânia ter passado por fraca integração com os mercados globais, o que, de certa forma, ajudou a isolar o país da recessão de 2008. No entanto, a recuperação vem acontecendo graças aos fortes setores de turismo, telecomunicações e bancários (LAGO, 2013, p. 44).

Figura 6: Tanzânia e sua capital atual Dodoma.



Fontes do mosaico: <https://br.pinterest.com/pin/563090759631498721/?lp=true> (2019); https://www.researchgate.net/figure/Dodoma-masterplan-9_fig2_324938845 (2021); <https://escola.britannica.com.br/artigo/Dodoma/483219> (2021); <https://mapa.tur.br/vistos/tanzania/> (2021). Adaptações dos autores (2021).

Dar es Salaam possui um planejamento urbano radial e de centralidades, ou seja, com vários distritos funcionando como "centros da cidade" (Fig. 7). Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, 2015), no entanto, o crescimento recente da economia tanzaniana beneficiou poucos de seus habitantes e em Dar es Salaam não foi diferente, deixando de fora a maioria da população. A requalificação da orla da cidade, por exemplo, expulsou assentamentos tradicionais e verticalizou a região, assim como ocorreu ao longo do rio Msimbazi, com o pretexto de contenção das enchentes e implantação de um parque linear (Fig. 7).

Kigamboni City é uma cidade global tanzaniana (Fig. 7) ao sul de Dar es Salaam, cujo plano de desenvolvimento foi proposto em 2010 pelo governo da Tanzânia, em parceria com um escritório sul-coreano. As atividades propostas para a nova cidade são bem definidas espacialmente, como indústria, esporte, turismo, residência e educação, na insistência pelo modelo modernista atrelado ao automóvel e às grandes distâncias (Fig. 7). Na parte residencial, a distinção social acontece de acordo com a tipologia arquitetônica das casas, do médio ao alto padrão. De maneira similar à Eko Atlantic nigeriana e à Cité du Fleuve congolosa, Kigamboni City segrega-se espacial e socialmente da maior cidade do país, mesmo sendo adjacente a ela.

O apelo ao safári, atividade bastante lucrativa para a Tanzânia, devido aos seus parques nacionais de bioma savana, foi trazido para o litoral por meio de Kigamboni City. Espera-se, com isso, a busca pelo mercado internacional de imóveis como viabilidade desse projeto global, pois a maior parte do terreno é constituído por área residencial, projetada para abrigar até 500 mil pessoas. Como consequência, mais de 90 mil pessoas que viviam de suas atividades litorâneas foram reassentadas para longe do mar, como prática constante na Tanzânia, onde autoridades coloniais repatriam desempregados urbanos para o campo. Portanto, a divisão, que era mais étnico-racial na colônia (bairros europeus, indianos e asiáticos), atualmente é definida sobretudo pela renda (MOSHI; MSUYA; TODD, 2018, p. 18).

O que ocorre como divisão étnico-racial em Dar es Salaam também diz respeito aos lugares em que grupos de migrantes se estabelecem quando entram na cidade. A maioria deles tende a residir em casas de parentes e isto cria uma coesão social que, com o passar do tempo, torna-se impactante na divisão de assentamentos. Os bairros passam a se basear em etnia e laços familiares na cidade, como ocorre em Kitunda, ocupada por populações da região de Mara (Wakuryas), Kimara, ocupada por populações do Kilimanjaro (Chaggas) e Mbagala, ocupada por populações de Lindi e Mtwara (MOSHI; MSUYA; TODD, 2018, p. 3).

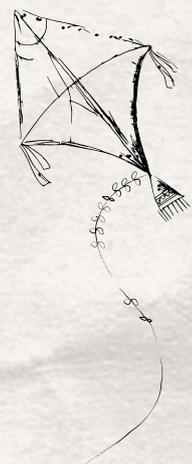
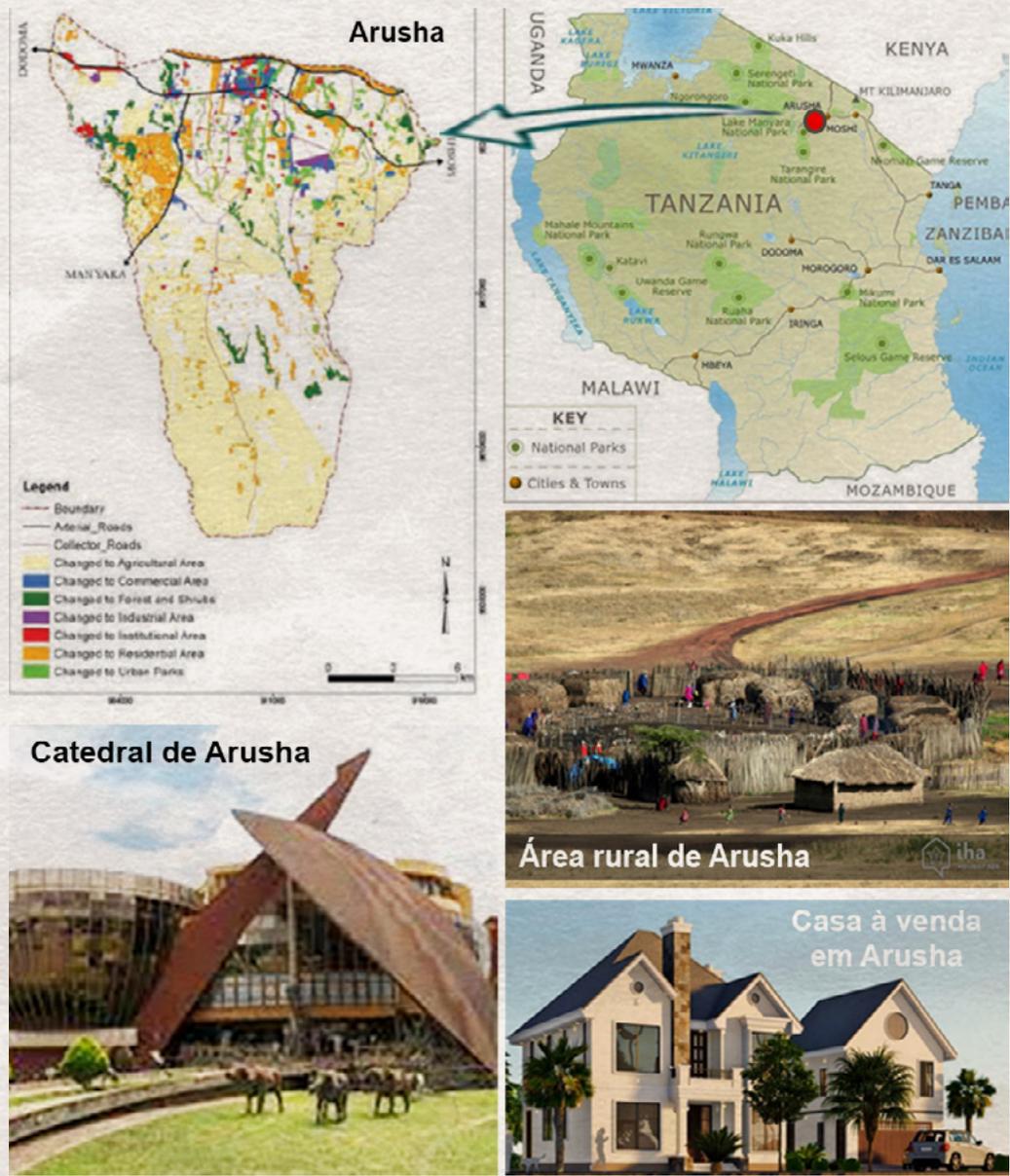


Figura 7: Tanzânia, a antiga capital Dar es Salaam e Kigamboni City.



Fontes do mosaico: <https://br.pinterest.com/pin/563090759631498721/?lp=true> (2019); <https://pixabay.com/pt/photos/dar-es-salaam-porto-tanz%C3%A2nia-cidade-3887146/> (2021); <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/21650020.2015.1045623> (2021); <https://www.ver.nl/projects-all/ecology/the-msimbazi-opportunity/> (2021); <http://www.aedhi.go.tz/kigamboni-new-city.html> (2021); <http://eaers.blogspot.com/2012/10/construction-of-tanzanias-bridge-over.html> (2021). Adaptações dos autores (2021).

Figura 8: Tanzânia e a cidade de Arusha.



Fontes do mosaico: <https://br.pinterest.com/pin/563090759631498721/?lp=true> (2019); <https://eo4sd-urban.info/earth-observation-supporting-the-assessment-of-urban-master-plans-in-tanzania/> (2021); <https://www.shutterstock.com/pt/image-photo/modern-building-arusha-tanzania-art-gallery-376189798> (2021); <https://spacearchitects.co.tz/project/luxurious-family-home-arusha/> (2021); <https://www.br.iha.com/alugueres-casa-regiao-da-arusha/2C/> (2021). Adaptações dos autores (2021).



Já Arusha é uma cidade no interior da Tanzânia (Fig. 8), conhecida como “a capital turística verde” por estar localizada próxima às savanas tanzanianas e ao monte Kilimanjaro, ponto culminante da África. Espera-se um grande investimento no setor turístico dessa região de 1,7 milhões de habitantes (TNBS, 2013), principalmente vindos do Banco Mundial, EUA e China, o que causa grande especulação imobiliária tanto no centro quanto na periferia (OWENS, 2014, p. 2-5).

Essa cidade também é um importante centro diplomático internacional, pois abriga a Comunidade da África Oriental e, até 2015, sediou o Tribunal Penal Internacional. É, ainda, um centro multicultural, com população autóctone, árabe-tanzaniana e indiano-tanzaniana, além de uma pequena parcela europeia e minoria dos EUA. As religiões incluem o cristianismo, o islamismo, o sikhismo e o hinduísmo (TANZANIA, 2020).

Grandes empreendimentos turísticos (incluindo campos de golfe) estão ocupando vastas porções de terra em Arusha, maiores até mesmo do que assentamentos consolidados. Além disso, não há mais espaço para se construir na cidade, pois nas bordas estão as áreas rurais exploradas por redes comerciais. Com isso, estão havendo diversos conflitos com a população local, que se sente pressionada pelo avanço imobiliário que a está expulsando e encarecendo o valor das terras (OWENS, 2014, p. 2-5). Em vez de haver um planejamento participativo, segundo Owens (2014), o próprio governo compete com o setor privado pelo aproveitamento do potencial turístico.

Não por acaso, é nessa região que se planeja construir a cidade global de Safari City (Fig. 9), satélite à Arusha, “mais moderna e menos fracassada” do que a capital regional. Destinada à média e alta rendas, esse empreendimento apresenta uma diferenciação social bem definida pelo zoneamento, marcando onde cada população de cada faixa de renda deve morar. As ruas convergem para o centro, onde a volumetria enquadra o pôr do sol da savana e leva a uma espécie de “portão de Tebas”, uma clara referência à civilização africana egípcia como denotação de poder. No entanto, com 13 km de distância de Arusha, acesso exclusivo de automóvel e “veraneio de estrangeiros”, Safari City se distingue como uma cidade global que exclui os “sem estilo”.

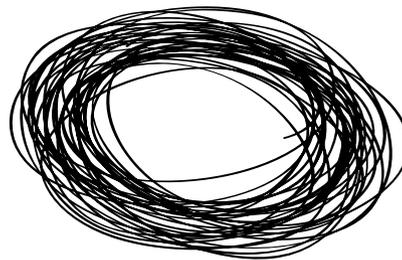


Figura 9: Tanzânia e a cidade de Safari City.



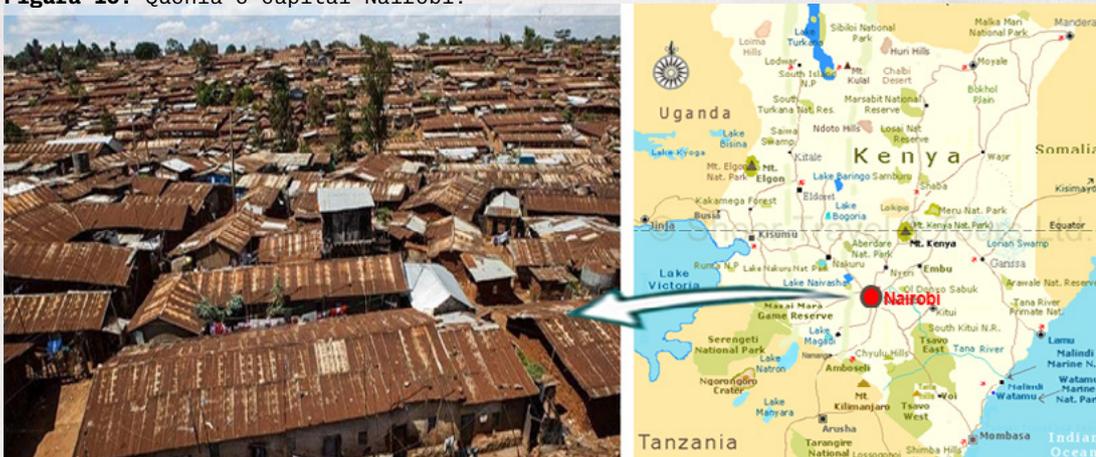
Fontes do mosaico: <http://www.michain.com/en/works/arusha-safari-city/> (2021); <https://br.pinterest.com/pin/563090759631498721/?lp=true> (2019); <http://www.michain.com/en/works/arusha-safari-city/> (2021); <https://br.pinterest.com/pin/493566440395192771/> (2021).
Adaptações dos autores (2021).

Quênia e os arredores da capital Nairóbi

O Quênia é formado por 47 diferentes povos, dos quais Bantus e Masai são predominantes. O país já foi protetorado britânico, desde 1895, com numerosas disputas entre ingleses e povos tradicionais até a subsequente declaração de independência, em 1963. Apesar disso, o Quênia só se tornou multipartidário a partir de 1991.

Nairóbi é a capital do país com 4,5 milhões de habitantes (WPR, 2019). A cidade foi fundada em 1899 por britânicos no caminho da ferrovia que liga Uganda ao Oceano Índico. Hoje é um centro de negócios, de cultura e de órgãos internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UN Environment).

Figura 10: Quênia e capital Nairóbi.



Fontes do mosaico: <https://br.pinterest.com/pin/361132463842747278/?lp=true> (2019); <https://www.viator.com/pt-BR/tours/Nairobi/Kibera-Slum-Guided-Tour-from-Nairobi/d5280-15254P27> (2021). Adaptações dos autores (2021).

Sobretudo a partir de 1948, o Plano de Desenvolvimento de Nairóbi marginalizou a população de menor renda em prol de um zoneamento funcionalista, deixando de lado o bairro de Kibera (Fig. 10), por exemplo, à oeste da cidade, formando uma das maiores ocupações irregulares da África. Sua formação começou quando os britânicos autorizaram que soldados retornados de guerra ocupassem áreas residuais da linha férrea que atravessa Nairóbi. Assim como em outras grandes cidades africanas, os planos de desenvolvimento seguintes foram apenas "estratégicos" e privilegiaram o neoliberalismo na construção de uma "metrópole africana", em favor de um reforço da segregação socioespacial (NJERU, 2012).

Konza Technological City, ou "Cidade Tecnológica de Konza" (Fig. 11), é uma das cidades globais quenianas – "Vale do Silício da África" –, criada em 2013 para competir com outras cidades, até mesmo do próprio país, na busca pelo capital estrangeiro com viés tecnológico. Esse fenômeno é comum atualmente, sobretudo na África Subsaariana.

A atração de capitais americanos, europeus e chineses pelo Quênia rapidamente adquiriu um terreno a 60 km de Nairóbi, a caminho da cidade portuária de Mombaça. No entanto, os investidores não contavam com a disputa étnica pela terra, comum no processo pós-colonial dos países africanos, mas que acabou atrasando o início das obras de Konza.

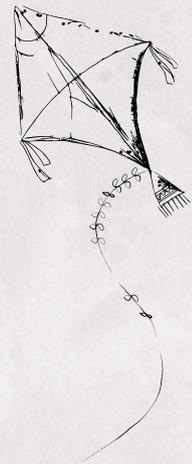
O projeto acabou frustrado pela competição com outra cidade a pouco mais de mil quilômetros dali, mas de idêntica proposta, que ofereceu melhores condições aos investidores: Kigali, capital de Ruanda. A propósito do projeto, Konza City trouxe como escopo o afrofuturismo, a "cidade inteligente", o pôr do sol na savana, a setorização baseada em eixo, a arquitetura contemporânea (*hightech* e paramétrica), além de corredores ecológicos para a biodiversidade. Esse projeto também inclui, a cargo de um posicionamento neoliberal, uma zona de bloqueio verde de 10 km de largura a fim de coibir a formação de novos assentamentos residenciais atraídos pela oportunidade de emprego e renda (DATTA; SHABAN, 2017).

Tatu City, outra cidade global queniana (Fig. 11), fica 24 km ao nordeste de Nairóbi. Com capital queniano, neozelandês, britânico e americano, essa cidade está desenvolvendo um projeto urbanístico descentralizado e de uso misto desde 2013 para atrair a elite local do agronegócio sulista do Quênia. Bairros pequenos e com segurança privada, reserva ambiental e diversas limitações quanto ao estilo arquitetônico põem à mostra a fuga da elite por causa dos conflitos étnicos pela terra no Quênia moderno.

Figura 11: Quênia e os planos Konza e Tatu.



Fontes do mosaico: <https://br.pinterest.com/pin/361132463842747278/?lp=true> (2019); <https://www.linkedin.com/company/tatu-city-limited/?originalSubdomain=br> (2021); <http://www.mwendengao.com/2015/09/16/are-developments-like-tatu-city-a-sign-of-kenyas-evelopment/> (2021); <https://www.cio.co.ke/digital-media-hub-at-konza-technopolis-to-generate-47000-jobs-for-kenya/> (2021); <https://konza.go.ke/2017/07/13/konza-technopolis-to-have-2000-m3-water-daily-from-nol-turesh-water-company/> (2021). Adaptações dos autores (2021).



Maurício, planos urbanísticos no meio do Oceano Índico

Entre África e Ásia, em meio ao Oceano Índico, estão localizadas as ilhas Maurício, um arquipélago formado por Maurício, Rodrigues e outras ilhas menores, além de territórios reivindicados por britânicos e franceses. Um deles é Diego Garcia, que possui uma base militar norte-americana. Construída com autorização do Reino Unido, durante a Guerra Fria, essa base obrigou a remoção de cerca de 1.200 habitantes autóctones, que foram mandados para países vizinhos, incluindo Maurício, onde atualmente vivem em ocupações irregulares (TKACH; AMANPOUR, 2013).

Atual rota de navios turísticos e cargueiros de todo o mundo, Maurício foi colonizada por franceses, no século XVIII, e por britânicos, no século XIX, que fizeram prevalecer seus idiomas, além do crioulo mauriciano, similar ao francês. Port Louis é a capital (Fig. 12) com mais de 150 mil habitantes (WRP, 2019), muitos dos quais chineses e indianos, que trouxeram consigo as religiões hinduísta, budista e islâmica.

Port Louis busca na especulação imobiliária de sua orla uma imagem europeizada. Um exemplo é o *Le Caudan Waterfront*, ou "Caudan Beira-mar", onde até mesmo o local que servia de desembarque de indianos escravizados, no século XIX, se tornou parque de diversões. O aumento do preço das terras forçou habitantes costeiros a migrarem rumo ao interior. Muitos desses – hindus veganos ou islâmicos, portanto, que não se alimentam de suínos –, foram obrigados a constituir fazendas de criação de porcos e peixes, estes últimos retroalimentados pelos dejetos suínos e que, por isso, tampouco servem ao consumo de quem se alimenta de peixe, como os muçulmanos.

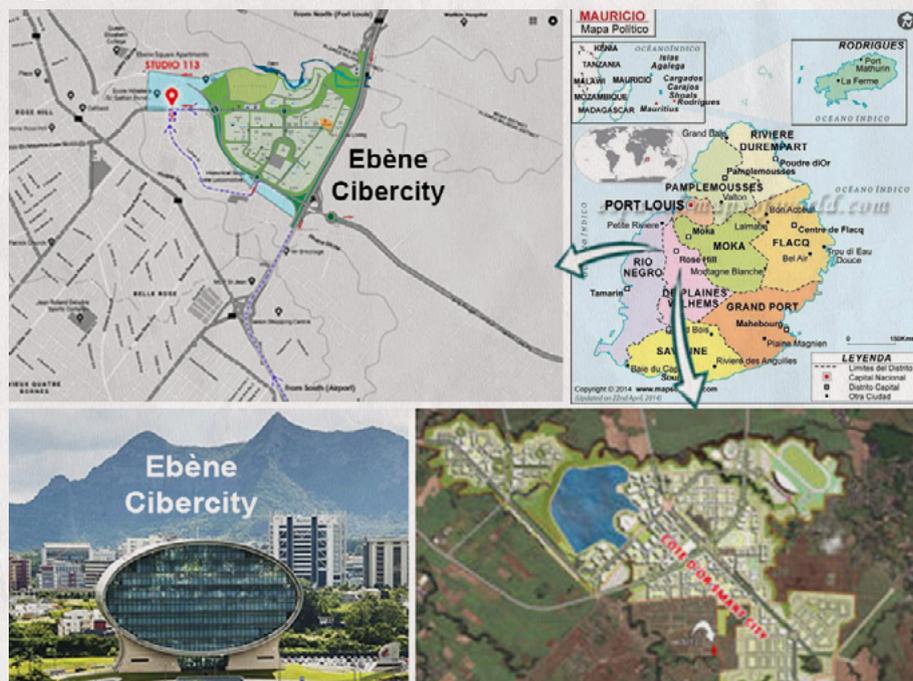
Ebene Cybercity, ou "Ebene Cidade Tecnológica" (Fig. 13), é uma cidade global mauriciano a 15 km ao sul da capital. Sua construção começou em 2001 pelo governo nacional com o intuito de servir de elo internacional ao comércio entre África e Ásia, sobretudo com investimentos indianos e sul-africanos na região. Ebene possui uma ocupação estritamente comercial, ou seja, não prevê residências (SCHUETZE, 2016). Para isso, outra cidade está sendo criada bem ao lado, a Côte d'Or City, ou "Cidade da Costa do Ouro", um grande condomínio fechado que contribui ainda mais para a segregação socioespacial das classes média e alta.

Figura 12: Maurício e a capital Port Louis.



Fontes do mosaico:
<https://br.pinterest.com/pin/235102043031727341/?lp=true> (2019); <https://www.mdpi.com/2624-6511/1/1/4/hm> (2021); <https://www.makemytrip.com/travel-guide/mauritius/downtown-port-louis-hollywood-connection.html> (2021); https://www.tripadvisor.com.br/ShowUserReviews-g293817-d472660-r471122620-Le_Caudan_Waterfront-Port_Louis.html (2021).
 Adaptações dos autores.

Figura 13: Maurício e os planos para Ebene e Côte d'Or City.



Fontes do mosaico:
<https://br.pinterest.com/pin/235102043031727341/?lp=true> (2019); https://www.gites.fr/gites_studio-113-ebene-square-apartments-ebene_ebene_h2852022_en.htm (2021); <https://www.dguideapp.com/guide/details/Ebene%20CyberCity.html> (2021); <http://www.propertydeal.mu/properties/1-arpent-commercialresidential-land/> (2021); <https://www.lemauricien.com/actualites/cote-dor-smart-city-date-limite-28-fevrier/171372/> (2021).
 Adaptações dos autores (2021).

Gana: diversos planos urbanísticos na “Estrela Preta” da África

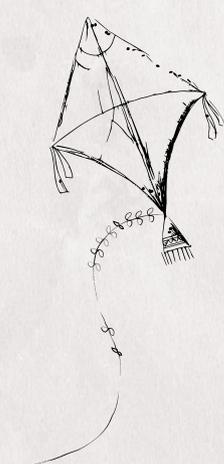
Marcus Garvey, ativista político, editor, jornalista, empresário e orador jamaicano do início do século XX foi o pan-africanista que idealizou a companhia “Estrela Negra”. Comprometido com o desejo de garantir a independência financeira dos afro-americanos, Garvey lançou vários negócios nos EUA. Eram fábricas, supermercados, restaurantes e editoras com empregos para pessoas negras, além de uma vinícola de frutos etíopes, bem como uma empresa de transporte de passageiros: a *Black Star Line* ou “Linha Estrela Preta” (ligação naval entre América do Norte e África). Garvey idealizava a volta dos africanos da diáspora e seu esforço foi homenageado na bandeira de Gana com a Estrela Preta.

Inspirado no garveísmo, filho da terra de Gana, N’Krumah foi também um pan-africanista e não poupou esforços até ver a nação ganesa independente do Império Britânico. Em 1956 ele estabeleceu um governo de inspiração socialista, cujo nome Gana se deu em homenagem ao grande império pré-colonial do oeste africano. Deposto N’Krumah, em 1966, Gana teve governos que alternaram golpes de Estado até 1992, quando ocorreram as primeiras eleições livres. Em 2019, Gana foi uma das economias de crescimento mais acelerado no mundo (FRÖHLICH, 2019).

Acra é a capital do país com 2,5 milhões de habitantes (WPR, 2019), no entanto, congestionada, atingida por alagamentos e poluída com toneladas de lixo ilegal oriundo de países centrais. Apesar disso, a cidade possui diversos empreendimentos financiados por capitais nacionais e estrangeiros, sobretudo britânicos, que fazem parte do Plano de Desenvolvimento Urbano da capital. Dentre esses projetos estão: Villaggio Vista (conjunto de edifícios próximos ao aeroporto), Gold Coast City (edifício de uso misto), Aerotropolis (nova cidade-aeroporto multifuncional, na região de Acra), Ningo-Prampram (projeto de cidade feito por escritório holandês, na região de Acra) e Marina Drive (requalificação do centro da capital) (Fig. 14).

A desvalorização do tecido urbano de Acra por “classes indesejadas” pelas classes média e alta ganesas, vendedores informais (ainda que constantemente removidos de um local a outro pelo governo), desabamentos, alagamentos e congestionamentos criaram o desejo de fugir da cidade e de seus problemas cotidianos. Por isso, outros dois empreendimentos ao redor da capital estão surgindo: Hope City, ou “Cidade da Esperança”, e Appolonia (Fig. 14). O primeiro, um centro tecnológico, residencial e comercial, imita a formação aldear da arquitetura tradicional da África Ocidental, bem como se

Figura 14: Planos urbanísticos da Grande Acra.



Fontes do mosaico: <https://destinia.com/en/h/h297626-hotel-kempinski-gold-coast-city> (2021); <https://www.adjaye.com/work/marine-drive/> (2021); <https://alucobond.com.sg/villaggio-vista-commercial-office-acra-ghana/> (2021); <https://luxuryvillas.com.ng/properties/appolonia-city-21st-century-tema-ghana/> (2021); <http://www.newtowninstitute.org/spip.php?article1146> (2021); Google Maps (2019). Adaptações dos autores (2021).

baseia no mito dos Seis Guerreiros do antigo Império de Gana, formando seis luxuosas torres. O segundo é uma cidade global para a classe média, longe do centro urbano de Acra, mas que investe em determinada medida na melhoria da população preexistente como reparação, construindo, por exemplo, uma escola e um hospital de pequeno porte. Ambas as cidades têm grande investimento particular nacional e europeu.

Acra possui, ainda, três grandes assentamentos étnicos (Shlabu, Chorkor e Ga Mashie), quatro grandes ocupações irregulares (Old Fadama, Abuja, Avenor e King Shona), bem como três outros assentamentos que foram adquiridos pelo governo para regularização (Sabon Zongo, Nima e Maamobi). Essa é uma realidade oposta aos empreendimentos de alto padrão da cidade, como Gold Coast City e Marina Drive (Fig. 15).

Essa segregação em Acra gira em torno do interesse das classes média e alta de Gana (30% da população) de se isolarem em novas oportunidades de negócio. Enquanto isso, exclusão e inacessibilidade são destinadas às classes de menor renda, aquelas mais vulneráveis aos conflitos étnicos que sucederam a partilha de terras comunais do pós-colonialismo. Sem alternativa, essa parcela da população (70%) se concentrou em assentamentos precários, que muitas vezes se caracterizam por homogeneidade étnica, como Ga Mashie ou, ainda, os Tabons. Esta última comunidade, inclusive, é formada por ex-escravizados, retornados a Gana durante os conflitos do Império brasileiro, mantendo tradições do Brasil do século XIX. Apesar do português ter se perdido, a influência brasileira ainda é evidente na culinária, na religião e em diversos nomes, além do próprio termo "Tabom", surgido da expressão "tá bom!" (VILELA, 2018).



Figura 15: Planos urbanísticos e assentamentos em Accra. Fontes: Adaptado e traduzido pelos autores (2019), de Awal e Paller (2016).



África do Sul, terra dos “Cinco Grandes” e dos novos projetos urbanísticos

Conhecida como terra dos “Cinco Grandes”, devido à sua rica fauna de grandes animais, como o leão, o búfalo, o elefante, o leopardo e o rinoceronte, a África do Sul é a segunda maior economia do continente, atrás apenas da Nigéria. Ademais, é o país com a melhor infraestrutura da África, além de ser um dos poucos onde não houve golpes de Estado e, atualmente, se constitui enquanto presidencialismo parlamentar.

A África do Sul teve um dos piores regimes de segregação racial do mundo, que durou de 1948 a 1994. O *apartheid* terminou no momento em que Nelson Mandela, que já era considerado nobre entre o povo Thembu, se tornou o primeiro presidente negro do país, depois de ficar 27 anos preso, devido ao seu engajamento em defesa dos direitos humanos (MACEDO, 2008; MAZRUI; WONDJI, 2010).

O país foi dominado, na época do colonialismo do século XIX, por britânicos e holandeses, estes últimos chamados Bôeres (colonos germânico-neerlandeses huguenotes). Ao longo desse domínio, 30% da população (branca) ficou com 83% das terras sul-africanas, enquanto 70% (negra) ficou com apenas 13% das terras, os chamados Bantustões. Em 1948, sob uma narrativa racista, começou a vigorar a lei do *apartheid*, quando os espaços públicos, residenciais, comerciais e industriais foram totalmente segregados de acordo com a cor da pele (MACEDO, 2008; MAZRUI; WONDJI, 2010).

Em 1970, na fase mais radical do regime, a cidadania sul-africana foi retirada de todos os habitantes dos Bantustões, ou seja, da população negra, subjugada a viver confinada em bairros e terras definidas legalmente, onde lhes eram exigidos passaportes para frequentarem as "áreas brancas". Privados de buscarem oportunidades em áreas mais industrializadas, a população negra ficou empobrecida (MACEDO, 2008; MAZRUI; WONDJI, 2010).

Faz 27 anos que o *apartheid* acabou, porém a segregação ainda é bastante evidente. No oeste do país, onde fica a Cidade do Cabo (capital legislativa), predomina a população miscigenada entre brancos e asiáticos (*coloured*) e o idioma africâner (derivado do holandês – Fig. 16). No leste e norte da África do Sul, onde ficava a maioria dos Bantustões e onde estão as cidades de Pretória (capital executiva), Joanesburgo e Bloemfontein (capital judiciária), há predomínio de idiomas tradicionais (Fig. 16) e população negra. Nos subúrbios de alta renda das grandes cidades e regiões rurais valorizadas, o predomínio é de população branca e idiomas inglês e africâner (MAZRUI; WONDJI, 2010).

É nesses subúrbios de luxo que estão sendo construídas as cidades globais sul-africanas. Entre Pretória (2,5 milhões de habitantes) e Joanesburgo (5,7 milhões de habitantes), que formam a megacidade "Jotora" (WPR, 2019), estão tomando corpo Waterfall State (Cidade da Cascata), Steyn City (Cidade do Steyn), Hazeldean, Menlyn Maine e Modderfontain (Fig. 16). Todos são empreendimentos que acumulam fundos de milionários sul-africanos com capital no exterior (como Steyn City e Menlyn Maine), além de capitais diretos europeus, japoneses, norte-americanos e chineses. São obras financiadas para alocações de grandes centros comerciais, hotéis, edifícios, indústrias de tecnologia avançada (principalmente eletrônicas e automobilísticas), além de vastas áreas de condomínios residenciais fechados de alto padrão (BUSINESSTECH, 2019).

Em Pretória apenas um dos grandes planos urbanísticos previstos está sendo executado em uma área de maioria de população negra: é o *Central Business District*

(CBD) ou "Zona Central de Negócios". Essa intervenção, onde ficam edifícios oficiais do governo sul-africano, patrimônios históricos e museus, pretende fazer uma regeneração cultural e comercial no centro da cidade, integrando terras públicas (por vezes, ociosas) com o centro financeiro de Pretória (Fig. 16).

Em Joanesburgo, como se pode ver acima (Fig. 16), há o maior resquício da segregação herdada do *apartheid*: o bairro de Soweto. De população homogeneamente negra, essa região concentra metade dos moradores da cidade. No entanto, é desconectada do restante da malha urbana por um vazio habitacional e por falta de vias de integração, nítidos no mapa. Apesar disso, em 1997, Soweto já era considerada uma região de classe média, mesmo que 10% de sua população vivesse ainda em ocupações irregulares à época (BRASILEIRO, 1997).

Em outra parte do país, a Cidade do Cabo, ao sul, possui um plano de desenvolvimento³ com o fim de integrar a cidade segregada por meio de avenidas, transporte público e uma proposta de comunidades em rede. A cidade possui também um plano habitacional⁴ com a finalidade de trazer moradores de menor renda para as áreas infraestruturadas do centro da cidade. No entanto, a herança do *apartheid* ainda é bastante evidente na divisão socioespacial e étnico-racial da cidade (Fig. 17).

Na Cidade do Cabo (Fig. 17), os bairros ao longo do Oceano Atlântico, mais valorizados por conta do turismo, são de maioria branca, assim como o norte da cidade. No "miolo" da malha urbana está a predominância de bairros *coloured*, de pessoas miscigenadas entre brancos e asiáticos. Nos subúrbios mais distantes, assim como era estipulado pela lei do *apartheid*, estão os bairros praticamente exclusivos de população negra, dentre eles Nyanga, que tem 98% de sua população de origem Bantu. A segregação nesse bairro, somada à sua falta de infraestrutura, alta taxa de desemprego (maior que 50%) e grande infecção pelo HIV, como consequência da vulnerabilidade social, fizeram de Nyanga também um dos bairros com maiores taxas de homicídios de toda a África, sobretudo pela ação do narcotráfico, cuja natureza violenta que caracteriza a venda de entorpecentes se aproveita das condições de risco da população para se expandir (SA NEWS, 2018).

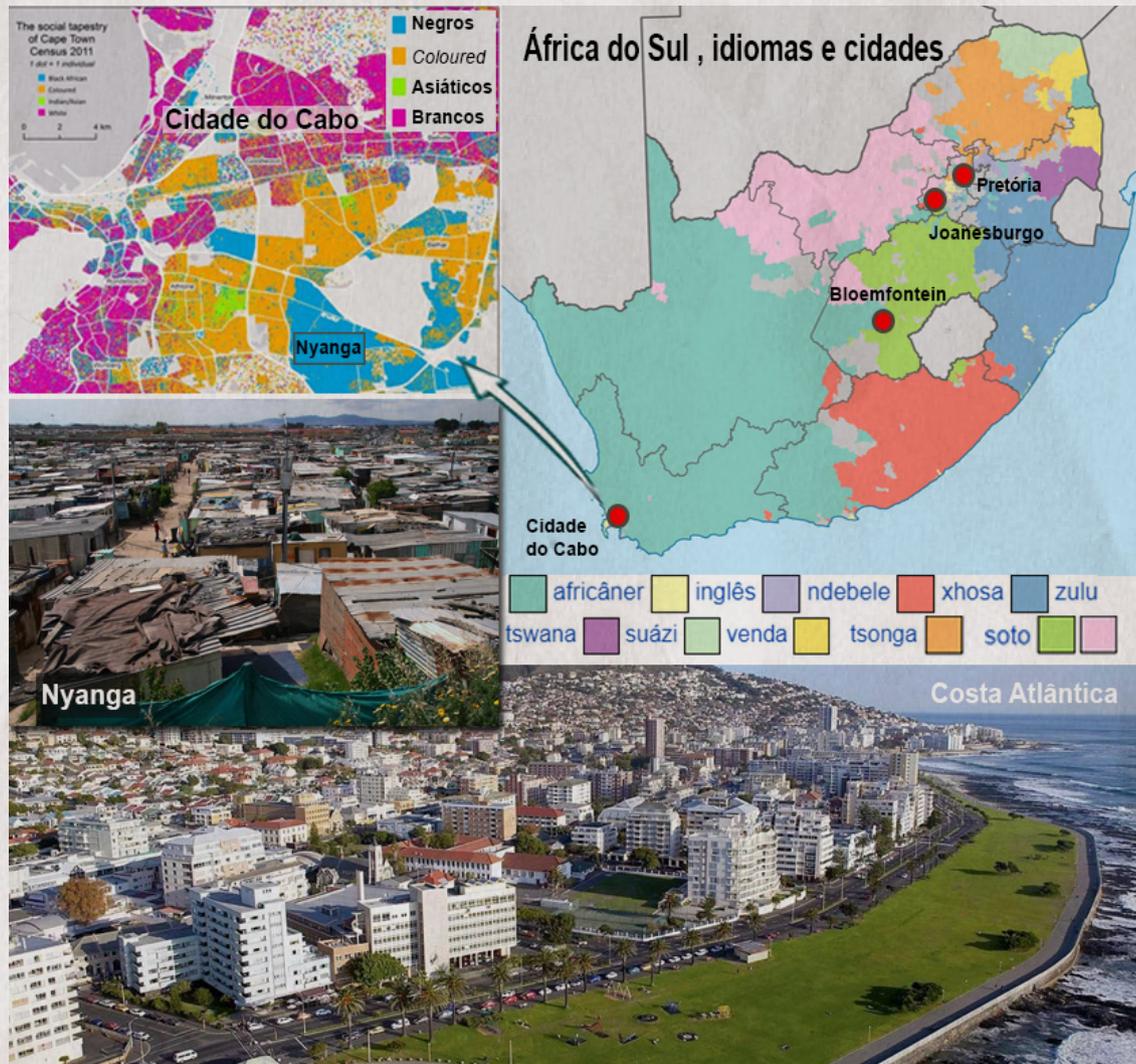


Figura 16: Segregação socioespacial, étnico-racial e projetos urbanísticos em “Jotória”.

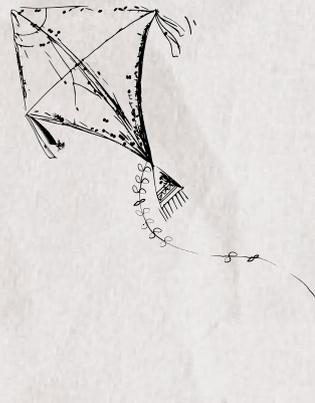


Fonte: Adaptado pelos autores, de Statistics South Africa (Stats SA), Serviço Sul-africano (2011); <https://www.alamy.com/stock-photo-city-cbd-at-sunrise-pretoria-city-of-tshwane-metropolitan-municipality-93197082.html> (2021); <https://www.cvent.com/venues/pretoria/hotel/maslow-time-square-menlyn-maine/venue-0af54953-8d17-47a5-8328-8e6e4a23e366> (2021); <https://www.globalafricanetwork.com/investment-projects/hazeldean-mixed-use-nodal-development/> (2021); <https://www.biznews.com/undictated/2015/12/08/how-the-world-sees-us-steyn-city-highlights-sas-divided-urban-society> (2021); <https://www.engineeringnews.co.za/article/chinese-outline-plans-for-mammoth-r84bn-modderfontein-city-2014-04-09> (2021); <https://www.afropolitan.co.za/articles/waterfall-estate-home-redefined-466.html>.

Figura 17: Segregação socioespacial e étnico-racial na Cidade do Cabo.



Fonte: Adaptações dos autores, de Statistics S. Africa (2011); <https://www.discoverafrica.com/safaris/cape-town/the-atlantic-seaboard/> (2021); <https://www.flickr.com/photos/robbert2010/5129120976> (2021).



Conclusão

Este artigo apresenta uma reflexão a respeito dos fenômenos estruturais que culminaram na elaboração de planos urbanísticos e arquiteturas com segregação socioespacial e étnico-racial em cidades da África Subsaariana que despontam atualmente como megacidades, grandes cidades e cidades globais. Para isso, de início, apresentam-se questões históricas que permeiam as discussões contemporâneas de urbanização e arquitetura africanas. Em seguida, são abordadas essas mesmas questões estruturais em discursos presentes em sete países africanos (Nigéria, República Democrática do Congo, Tanzânia, Quênia, Maurício, Gana e África do Sul), que ajudam a explicar aspectos étnicos, raciais, sociais e espaciais perpetuados no espaço urbano. Tais aspectos contam com exemplos de cidades desses países, onde superpopulação e altos investimentos imobiliários estrangeiros agravam os efeitos segregatórios da população.

Países africanos estão entre os que mais crescem no mundo em população. Por isso, o aumento do custo de vida nas cidades africanas é certo, inclusive em metrópoles de pequeno e médio portes. Além disso, como opção de entrada para uma economia de mercado globalizada, cidades tecnológicas com urbanização de ponta estão surgindo, principalmente na África Subsaariana, não tendo como meta a diminuição da pobreza, mas a fuga dessa condição. Alguns exemplos dessas cidades demonstram ambientes urbanos cada vez mais segregados social, espacial e étnico-racialmente de seu entorno, enquanto a vulnerabilidade social continua bem ao lado, sobretudo nos enclaves étnicos.

Dessa forma, passado e presente se relacionam no processo de urbanização de cidades africanas há séculos, ampliando desigualdades sociais e deixando a maioria da população em vulnerabilidade pela pobreza. Colonialismo europeu e escravização deixaram profundas consequências na sociedade africana, onde antigas rotas comerciais e núcleos urbanos foram destruídos ao longo dos últimos cinco séculos, bem como culturas foram intensamente modificadas e uma diáspora forçou milhões de africanos a se dispersarem pelo mundo, junto com todos os seus saberes e culturas. Com isso, principalmente na África Subsaariana, onde o islamismo não foi dominante para fazer persistir sua cultura, arquitetura e urbanismo tradicionais, as cidades do pós-independência tomaram o rumo ditado por suas antigas metrópoles europeias.

A superpopulação engrossou os processos urbanos de segregação socioespacial e étnico-racial, implantados ainda no colonialismo, em que a renda, a origem e as guerras étnicas fomentadas pelos imperialistas diziam onde a pessoa nascia (ou para onde migrava) e de onde não deveria sair. Mesmo depois das independências políticas dos anos 1960 com relação às metrópoles, ainda nos anos 2000 a maioria das nações africanas dependia do capital estrangeiro de seus antigos colonizadores. O que mudou foi a entrada do capital investido por novos imperialistas, como China e EUA, sobretudo para que cidades africanas começassem a despontar em cenário globalizado.

Atualmente os investimentos são focados em projetos "inteligentes", "sustentáveis", *hightechs* e neofuncionalistas, voltados às classes média e alta emergentes, mas seguindo a lógica da disputa pelo mercado africano, o que torna as cidades concorrentes entre si como empresas, ao modo de Konza City e Eko Atlantic. Frequentemente, esses empreendimentos-cidades nascem com valorização da savana, cores do pôr do sol e da retomada das "formas tradicionais" e aldeares, vistos em Safari City e Modderfontein.

Não se pode dissociar essa imagem a uma tentativa de criação de uma nova identidade africana, desassociada da fome e da pobreza, cujas imagens percorreram o mundo nos anos 1980 e 1990. Agora, o objetivo é atrair os olhares estrangeiros para uma nova África urbana, mais conectada com as suas origens e menos europeizada, pelo menos na aparência. No entanto, as amarras do novo imperialismo são mais fortes do que nunca, mostrando que o espaço urbano emergente não pertence aos "condenados da terra" (FANON, 1968, p. 175), mas a quem pode pagar por isso. Precisaria mesmo o continente africano desse tipo de planejamento para que as pessoas passem a ter mais infraestrutura e tudo o que têm direito na cidade? Espera-se que sejam colocadas em prática também as alternativas africanas para isso.



Notas

1 A Conferência de Berlim, entre 1884-1885, foi o inédito e ambicioso acordo para a partilha de um continente inteiro, ocorrido pelo acirramento da disputa europeia por espaços de influência na África (MACEDO, 2008).

2 Maroko era uma comunidade em Lagos, Nigéria, uma área de menor renda que atraiu grande número de imigrantes, uma vez que estava em grande proximidade com áreas economicamente ativas, no entanto, inundações e aterros de areia afetaram Maroko a partir de 1990, quando o governo de Lagos, Raji Rasaki, expulsou moradores de Maroko e demoliu a comunidade. Como narrativa, o governo disse que Maroko estava abaixo do nível do mar e precisava ser aterrada. Cerca de 300 mil pessoas perderam suas casas, sendo um dos maiores despejos forçados da Nigéria. Ex-moradores tentaram obter indenização na Justiça, mas não obtiveram êxito. Então, o que restou de Maroko foi Makoko, uma comunidade construída em palafitas, na lagoa em frente ao centro de Lagos, onde ainda vivem cerca de 100 mil pessoas na chamada “Veneza da África” (fonte: AGBOLA, T.; JINADU, A. N. Forced eviction and forced relocation in Nigeria: the experience of those evicted from Maroko in 1990. “Environment and Urbanization”, V. 9, N°. 2, Oct. London: Sage Publications, 1997).

3 O Plano de Desenvolvimento Integrado da Cidade do Cabo (2017-2022), feito pela prefeitura do município, possui cinco diretrizes a fim de integrar a cidade no pós-apartheid: (i) cidade que cuida; (ii) cidade de oportunidades; (iii) cidade segura; (iv) cidade bem administrada e; (v) cidade inclusiva. Disponível em: <https://resource.capetown.gov.za/documentcentre/Documents/City%20strategies%20%20plans%20and%20frameworks/IDP%202017-2022.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

4 O Plano de Habitação Social (2017-2022), feito pela prefeitura de Cidade do Cabo, prevê alcançar as famílias com renda mensal de R\$ 950-R\$ 4.500, a saber que a renda média na África do Sul é semelhante à do Brasil. Disponível em: https://www.tct.gov.za/docs/categories/1313/TDA_Inner_City_Housing%20Prospectus%20Interactive%2028092017.pdf. Acesso em: 29 jul. 2021.

Referências

ABUJA, Administração do Território da Capital Federal. **Facts**, 2019. Disponível em: https://web.archive.org/web/20120305215612/http://fct.gov.ng/index7732.html?option=com_content&view=article&id=45&Item-%20id=87. Acesso em: 15 fev. 2019.

Agência Brasil. ONU diz que população mundial chegará a 8,6 bilhões de pessoas em 2030. **Agência Brasil**, 21 jun. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-06/onu-diz-que-populacao-mundial-chegara-86-bilhoes-de-pessoas-em-2030>. Acesso em: 26 abr. 2019.

AGWU, P. **Makoko, Lagos, Nigeria: Restoring the Ecosystem Through Symbiotic Floating Structures**. Hampton, Virginia: Hampton University, 2019.

AWAL, M.; PALLER, J. **Who really governs urban Ghana?** Africa Research Institute, 27 jan. 2016. Disponível em: <https://www.africaresearchinstitute.org/newsite/publications/who-really-governs-urban-ghana/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BALDWIN, E. Masterplan do SOM na Nigéria começa a ser construído. **Archdaily**, 15 fev. 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/911176/masterplan-do-som-na-nigeria-comeca-a-ser-construido>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BEECKMANS, L. **The Architecture of Nation-building in Africa as a Development Aid**

Project: Designing the capital cities of Kinshasa (Congo) and Dodoma (Tanzania) in the post-independence years. **Progress in Planning**, v. 122, 2018. p. 1-28. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.progress.2017.02.001>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASILEIRO, J. Soweto procura dar dignidade à miséria. **Folha de São Paulo**, 12 maio 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/turismo/fx120506.htm>. Acesso em: 26 abr. 2019.

BRITANNICA. Dodoma. **Britannica**. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Dodoma>. Acesso em: 26 abr. 2019.

BUSINESSTECH. A look at Steyn City's massive new R5.5 billion plan - which includes a beach. **Businessstech**, 30 out. 2019. Disponível em: <https://businesstech.co.za/news/property/350183/a-look-at-steyn-citys-massive-new-r5-5-billion-plan-which-includes-a-beach/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

CARRANCA, A. Congo: a maior guerra do mundo. **O Estado de São Paulo**, 20 out. 2013. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/congo-a-maior-guerra-do-mundo-imp/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

DATTA, A.; SHABAN, A. **Mega-urbanization in the Global South: fast cities and new urban utopias of the postcolonial state**. New York: Routledge, 2017.

DECICINO, R. Cidade global e megacidade - Conceitos definem tipos diferentes de centros urbanos. **UOL Educação**, 3 jan. 2014. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/cidade-global-e-megacidade-conceitos-definem-tipos-diferentes-de-centros-urbanos.htm?cmpid>. Acesso em: 26 abr. 2019.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

FAUSTINO, O. A Tanzânia e o povo Massai. **Revista Raça**, 28 out. 2016. Disponível em: <https://revistaraca.com.br/a-tanzania-e-o-povo-massai/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

FRIEDMAN, A. The Global Postcolonial Moment and the American New Town: India, Reston, Dodoma. **Journal of Urban History**, v. 38, n. 3, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0096144211428765> Acesso em: 26 abr. 2019.

FRÖHLICH, S. IMF World Economic Outlook puts Ghana in the lead. **DW**, 17 abr. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/en/imf-world-economic-outlook-puts-ghana-in-the-lead/a-48356052> Acesso em: 28 jul. 2021.

HOTHAM, O. Tanzania won't deny N. Korea is providing military assistance. **NK News**, 16 ago. 2013. Disponível em: <https://www.nknews.org/2013/08/tanzania-wont-deny-n-korea-is-providing-military-assistance/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

KHAPOYA, V. B. **A experiência africana**. Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LAGO, J. **Africa South of the Sahara**. 4. ed. London: Routledge, 2013.

LSDP. **Lagos State Development Plan 2012-2025: Main Document**. Lagos: Ministry of Economic Planning and Budget, 2013.

MACEDO, J. R. **Desvendando a História da África**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

MAZRUI, A. A.; WONDJI, C (org.). **História geral da África**, Vl. VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

MOSHI, I.; MSUYA, I. R.; TODD, G.. **Tanzania: National Urban Policies and City Profiles for Dar es Salaam and Ifakara**. Dar es Salaam: Centre for Sustainable, Health and Learning Cities and Neighbourhoods (SHLC), 2018. Disponível em: <http://www.centreforsustainablecities.ac.uk/wp-content/uploads/2018/10/Research-Report-Tanzania-National-Urban-Policies-and-City-Profiles-for-Dar-es-Salaam-and-Ifakara.pdf>. Acesso em 08 set. 2022.

NAMKWAHE, J. Why China has become leading foreign investor in Tanzania. **The Citizen**, 165 maio 2019. Disponível em: <https://www.thecitizen.co.tz/news/Why-China-has-become-leading-foreign-investor-in-Tanzania/1840340-5117574-hp6hykz/index.html> . Acesso em: 26 abr. 2019.

NJERU, J. 'Donor-driven' neoliberal reform processes and urban environmental change in Kenya: The case of Karura Forest in Nairobi. **Progress in Development Studies**, v. 13, n. 1, p. 63-78, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/146499341201300105>. Acesso em: 26 abr. 2019.



NOSSITER, A. Nigerians Vote in Presidential Election. **The New York Times**, 16 abr. 2011. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/04/17/world/africa/17nigeria.html?pagewanted=1&r=1&hp>. Acesso em: 26 abr. 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Banco Mundial: quase metade da população global vive abaixo da linha da pobreza**. UNIC Rio de Janeiro, 17 out. 2018. Disponível em: <https://unicrio.org.br/banco-mundial-quase-metade-da-populacao-global-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **UNDP**. United Nations Development Program. 2015. Disponível em: <http://www.tz.undp.org/content/tanzania/en/home/about-us.html>. Acesso em: 08 jul. 2019.

OWENS, K. E. **Negotiating the City: Urban Development in Tanzania**. Dissertation (Doctor of Philosophy in Urban and Regional Planning - University of Michigan, Ann Arbor, 2014.

SA NEWS. South Africa News. Nyanga, Western Cape, is still the murder capital of South Africa. **The South African**, 11 set. 2018. Disponível em: <https://www.thesouthafrican.com/news/most-murders-in-south-africa-nyanga/> Acesso em: 26 abr. 2019.

SCHUETZE, C. F. Story of cities #48: Cybercity, Mauritius - a vision of Africa's 'smart' future? **The Guardian**, 23 maio 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2016/may/23/story-cities-48-ebene-cybercity-mauritius-vision-africa-smart-future>. Acesso em: 26 abr. 2019.

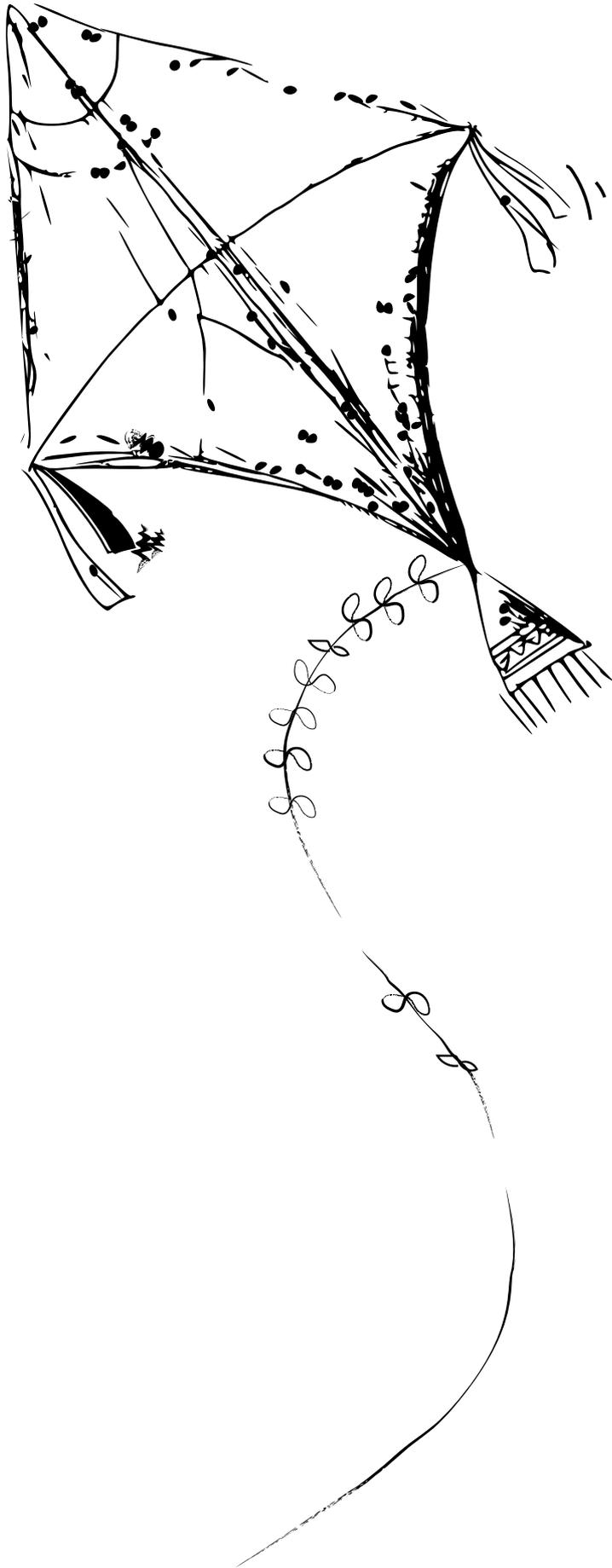
TANZANIA, Tourist Board. **Arusha City**. 2020. Disponível em: <https://www.tanzaniatourism.go.tz/en/destination/arusha-city>. Acesso em: 06 abr. 2020.

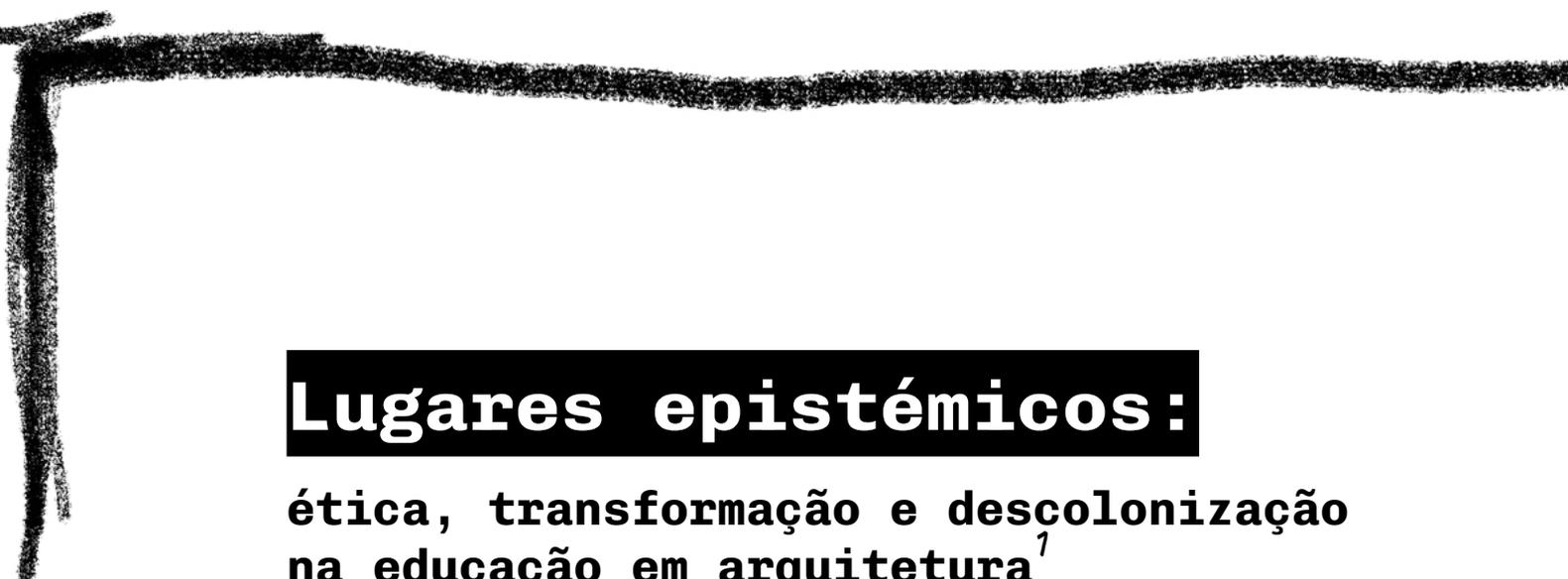
TNBS. Tanzania National Bureau of Statistics. **Census, Population and Housing**. Population Distribution by Administrative Areas in March, 2013. Office of Chief Government Statistician President's Office, Finance, Economy and Development Planning Zanzibar and National Bureau of Statistics Ministry of Finance Dar es Salaam. Disponível em: https://www.nbs.go.tz/sensa/PDF/Census%20General%20Report%20%2029%20March%202013_Combined_Final%20for%20Print-%20ing.pdf Acesso em: 26 abr. 2019.

TKACH, A.; AMANPOUR, C. **They report on the hushed-up eviction of the indigenous people of Diego Garcia to make way for one of America's most strategic air and navy bases**. Add. YouTube, 28 out. 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=486&v=lxVaolHnL1s Acesso em: 29 abr. 2019.

VILELA, M. Então Tabom: comunidade de ex-escravos retornados a Gana mantém tradições do Brasil do século 19. **National Geographic**, 10 ago. 2018. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/portfolio/2018/08/tabom-comunidade-escravos-gana-africa-brasil-lingua>. Acesso em: 28 jul. 2021.

WAHBA, S.; RANARIFIDY, D. **Re-awakening Kinshasa's Splendor Through Targeted Urban Interventions**. World Bank Blogs, 20 set. 2018. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/africacan/re-awakening-kinshasas-splendor-through-targeted-urban-interventions>. Acesso em: 26 abr. 2019.





Lugares epistêmicos:

**ética, transformação e descolonização
na educação em arquitetura¹**



Tariq Toffa

University of Johannesburg - África do Sul

TRADUÇÃO:²

Céline Veríssimo

PPGPPD, CAU e MALOCA / UNILA, ¡DALE! / UFBA

Lugares epistémicos: ética, transformação e descolonização na educação em arquitetura

Resumo

Após o fim do Apartheid na África do Sul, muitas áreas de conhecimento ainda não conseguiram se desvincular completamente das estruturas coloniais, especialmente em termos de ética e epistemologia. Os protestos estudantis de 2015/16 destacaram a imperiosa necessidade considerar o "giro ético" e uma transformação epistemológica nos campos do design a partir de das questões colocadas pelo giro *decolonial*. Argumento que é que são necessários múltiplos lugares curriculares e intervenção na área da arquitetura, com ênfase em uma compreensão mais profunda da ética e da epistemologia. Isso é particularmente necessário em áreas do currículo de arquitetura, como história e teoria da arquitetura, que exercem uma influência profunda no ensino e na aprendizagem. Neste artigo, examino minuciosamente a estrutura, hierarquia e relações do conhecimento disciplinar na educação arquitetônica, com o objetivo de identificar oportunidades de intervenção epistêmica. Além disso, investigo como é possível introduzir de maneira favorável conhecimentos "não ocidentais" e "não incluídos no currículo" originários do Sul Global nas condições atuais, com o fim de explorar como esses conhecimentos podem enraizar-se de forma mais ampliada em toda a área da arquitetura, na direção de um 'novo normal'. No contexto sul-africano, essas questões ampliam as noções de justiça social após o Apartheid, com foco na "justiça epistêmica" ou "cognitiva", com ênfase na construção de conhecimento sólido e relevante para uma sociedade qualitativamente mais humana.

Palavras-chave: Epistemologia, ética, educação, arquitetura e urbanismo, África do Sul.

Sitios epistémicos: ética, transformación y descolonización en la enseñanza de arquitectura

Resumen

Después del fin del Apartheid en Sudáfrica, muchas áreas de conocimiento aún no han logrado desprenderse por completo de las estructuras coloniales, especialmente en términos de ética y epistemología. Las protestas estudiantiles de 2015/16 resaltaron la apremiante necesidad de considerar un "giro ético" y una transformación epistemológica en los campos del diseño a partir de las cuestiones planteadas por el giro *decolonial*. Argumento que se requiere múltiples lugares curriculares en el campo de la arquitectura, con énfasis en una comprensión más profunda de la ética y la epistemología. Esto es particularmente necesario en áreas del plan de estudios de arquitectura, como la historia y la teoría de la arquitectura, que ejercen una profunda influencia en la enseñanza y el aprendizaje. En este artículo, examino minuciosamente la estructura, jerarquía y relaciones del conocimiento disciplinario en la educación arquitectónica, con el objetivo de identificar oportunidades de intervención epistémica. Además, investigo cómo es posible introducir de manera favorable conocimientos "no occidentales" y "no incluidos en el plan de estudios" procedentes del Sur Global en las condiciones actuales, con el fin de explorar cómo estos conocimientos pueden arraigarse de manera más amplia en todo el campo de la arquitectura, avanzando hacia una "nueva normalidad". En el contexto sudafricano, estas cuestiones amplían las nociones de justicia social posterior al Apartheid, centrándose en la "justicia epistémica" o "cognitiva", con énfasis en la construcción de un conocimiento sólido y relevante para una sociedad cualitativamente más

humana. En el contexto sudafricano, estas cuestiones amplían las nociones post apartheid de justicia social y reparación con la "justicia epistémica" o "cognitiva", orientada hacia la construcción de un conocimiento riguroso y relevante para una sociedad cualitativamente más humana.

Palabras clave: Epistemología, ética, educación, arquitectura y urbanismo, Sudáfrica.

Epistemic sites: ethics, transformation and decolonisation in architecture education

Abstract

After the end of apartheid in South Africa, many areas of knowledge have not completely disentangled themselves from colonial structures, especially in terms of ethics and epistemology. The student protests of 2015/16 emphasized the pressing need to consider an "ethical turn" and an epistemological transformation in the fields of design within the framework of decolonization. I argue that multiple curricular interventions are needed in the field of architecture, with an emphasis on a deeper understanding of ethics and epistemology. This is particularly crucial in areas of the architectural curriculum, such as history and architectural theory, which have a profound influence on teaching and learning. In this article, I meticulously examine the structure, hierarchy, and relationships of disciplinary knowledge in architectural education to identify opportunities for epistemic intervention. Furthermore, I investigate how "non-Western" and "non-curricular" knowledge from the Global South can be favorably introduced under current conditions, with the aim of exploring how such knowledge can take root more widely throughout the field of architecture, moving towards a "new normal." In the South African context, these issues expand on post-apartheid notions of social justice and repair with a focus on "epistemic justice" or "cognitive justice," aimed at building rigorous and relevant knowledge for a qualitatively more humane society.

Keywords: Epistemology, ethics, education, architecture and urbanism, South Africa.



Introdução

O que são as escolas e faculdades modernas? São açougues da natureza humana e consciência religiosa...

Estão ostensivamente adquirindo educação mas, na verdade, estão sendo massacrados esotericamente. ... Corações humanos ... são talhados de acordo com os costumes ocidentais e os valores são fixados de acordo com as vocações.

Faqir Nur Muhammed (2011, p. 288-289).
estudioso islâmico e sufi em 'English Education' na Índia britânica na década de 1920.

Por ser uma sistemática negação da outra pessoa e uma determinação furiosa de negar à outra pessoa todos os atributos da humanidade, o colonialismo força as pessoas que domina a fazerem constantemente a si mesmas a pergunta:

“Na verdade, quem sou eu?”

Frantz Fanon (1963, p. 250).
Psiquiatra da Martinica, revolucionário e teórico do colonialismo, escreveu em 1961 aos colonizados (argelinos) durante a guerra da independência argelina.

Quem sou eu?
Eu gabo-me das línguas das outras pessoas
O meu conhecimento destas línguas estrangeiras é espantoso
É muito maior do que a minha língua materna
Eu perdi a minha cultura
Perdi a minha espiritualidade
A minha educação é extremamente colonial.
Quem sou eu?
Eu não encontro sequer uma palavra em Setswana que possa
traduzir "colonização"
Na verdade, esta palavra não está disponível no Google!
Realmente, realmente, quem sou eu?
Eu não sou humano!
Eu perdi toda a minha humanidade!
Até o meu nome não tem sentido e é inútil!
A terra dos meus antepassados e antepassadas é chamada de
"África do Sul"
Yoh! Isto é chocante?
O que é a liberdade?
Na verdade eu não sei nada sobre isso
É como um estrangeiro para mim
Os estudantes que aprofundaram os seus estudos não me
impressionam de todo
Eles amam apenas o inglês
O inglês é uma língua colonial, estrangeira
Hoje a transformamos na nossa língua materna
Estamos perdidos ...

Poema de Mokgweetsi Keikabile.
estudante da Universidade de Johannesburg (UJ), apresentado na quinta série
de debates do painel "Decolonising the Curriculum", 16 de maio de 2016. Esta
é a tradução de Keikabile do poema original escrito na língua setswana.

Em meados e finais dos anos 1990, com o advento da democracia, os professores das universidades sul-africanas tiveram a oportunidade de transformar as suas áreas de conhecimento, combatendo a sua cumplicidade no apoio ao regime do apartheid e redefinir a sua relevância. O fim do apartheid exigiu uma reflexão dentro das áreas de conhecimento sobre os privilégios baseados na raça e das contribuições necessárias para transformar as condições de opressão, desigualdade e marginalização que continuaram a ser a experiência da maioria da população sul-africana. Mais de duas décadas passadas, tornou-se dolorosamente evidente que nem a oportunidade apresentada no momento de verdade e reconciliação, nem o convite para transformar a sociedade, foram verdadeiramente aproveitados. Muitas áreas de conhecimento não se tinham transformado, e o acesso ao conhecimento e ao ensino superior, permanecia severamente desigual. Os protestos estudantis por todo o país, em 2015 e 2016, destacaram estes fracassos num momento descolonizador. Os protestos levantaram, em primeiro plano, muitas questões não resolvidas sobre a transformação social na África do Sul, e outras, significativamente importantes, acerca da falta de transformação epistemológica na educação. Pela primeira vez, as instituições sul-africanas do ensino superior tiveram que responder a uma exigência (e não a um convite) para redefinir as suas bases epistemológicas.

O apelo à descolonização na educação exigiu, portanto, não só o repensar das relações sociais na África do Sul, mas uma mudança radical na forma como os professores pensam as suas áreas de conhecimento. Isto exige o questionamento crítico das suposições e práticas de conhecimento, subjacentes às áreas e à produção de conhecimento, e que tipo de disciplinaridade implica sobre os conhecimentos que importam e os que não importam. Os especialistas em disciplinaridade têm atualmente uma responsabilidade acrescida em localizar áreas de conhecimento no campo mais amplo do poder, de engajar as suas bases ontológicas e epistémicas, para auto-reflexão em termos de ética.

Neste contexto social e educacional, problematicamente "pós"- (pós-colonial, pós-apartheid), ineficazmente "não"- (não-racial) e precariamente "de" (descolonização), envolvo-me com as questões mais amplas de epistemologia, historiografia, programas curriculares, agência e mobilização de *outros* conhecimentos não-ocidentais³ do Sul Global.⁴

Partindo das minhas observações como educador⁵ – professor que tem experimentado formas de pedagogia e colaborado com professores envolvidos com justiça social, mostro a contínua falta de transformação na arquitetura e revelo até que ponto

a sua dependência historiográfica e epistêmica da teoria e experiência canônica ocidental continua a informar a prática.

O meu argumento central é que as atuais abordagens convencionais usadas para transformar a educação em arquitetura, têm sido parciais e inadequadas, na melhor das hipóteses, e permanecem profundamente embrenhadas numa matriz colonial de poder e de saber. Como a *colonialidade*⁶ se perpetua através de múltiplas formas — embora raramente chamada como tal, assim, várias formas de perguntas e abordagens decoloniais associadas, também se tornam uma necessidade. Defendo que são necessários múltiplos *lugares* de intervenção, particularmente nas disciplinas curriculares com valência epistêmica, tais como história e teoria de arquitetura, e que — como conjunto de interrogações, proposições e suposições—, têm uma profunda influência no ensino e aprendizagem em arquitetura e campos relacionados, como o design.

Neste artigo apresento uma estrutura preliminar para esses múltiplos lugares epistêmicos de intervenção na educação em arquitetura na África do Sul. Articulo os debates em torno dos papéis da epistemologia e da ética, para integrar a área da arquitetura, e apresento três campos, para uma maior atenção: I) estudar a estrutura, hierarquias e relações de conhecimentos curriculares na educação em arquitetura de maneira a identificar possíveis locais de intervenção epistêmica; II) considerar lugares onde conhecimentos não-ocidentais e não-disciplinares do Sul Global poderiam ser favoravelmente introduzidos nas condições existentes, e; III) explorar integrações, nomeadamente, como tais conhecimentos poderiam enraizar-se de forma mais ampla, em toda a área da arquitetura, na direção de um 'novo normal'. Os lugares epistêmicos-chave são identificados em todas as três etapas. A estrutura representa parte da experimentação epistêmica e pedagógica aberta, num projeto de *imaginação ética* radical em andamento (TOFFA et al., 2015). A estrutura não pretende ser nem perfeita nem final, mas um esqueleto em volta do qual iniciativas e conteúdos adicionais podem crescer, e contra o qual conceitos adicionais podem ser desenvolvidos e esclarecidos. Embora relacionados com as disciplinas curriculares, no que diz respeito ao conteúdo, estes múltiplos lugares também são gerais e flexíveis o suficiente para serem úteis e adaptáveis a outras áreas de conhecimento.

Termino o artigo com várias qualificações que a estrutura atual ainda não remete, tais como as questões sobre: equidade e educação básica; educação dos educadores atuais; restrições institucionais que delimitam o ensino e as práticas decoloniais; e, a confiança desproporcional na história e teoria dentro dos conhecimentos curriculares; para empreender nas questões urgentes pós-coloniais e decoloniais.

O papel da epistemologia

O conceito de *descolonização*, como foi invocado por ativistas estudantis na África do Sul em 2015/16, não é de todo único, nem inédito. Como discurso político e económico, chega décadas atrás do nacionalismo e à libertação nacional em todo o Sul Global, e tornou-se um discurso mundial, usado em diversas condições e circunstâncias, ligando, por exemplo, a luta dos oprimidos à dos trabalhadores imigrantes, povos indígenas ou estudantes universitários, em todo o seu espaço geográfico. A descolonização existe há muito tempo em diferentes dimensões e manifestações, e em diferentes momentos, tal como Mahmood Mamdani (2016) sugeriu:

O nosso entendimento da descolonização mudou ao longo do tempo: de político, para económico, para discursivo (epistemológico). O entendimento político da descolonização passou de um entendimento limitado à independência política, independência da dominação externa, para uma transformação mais ampla das instituições, especialmente aquelas que são críticas à reprodução das subjetividades raciais e étnicas, impostas legalmente sob o colonialismo. O entendimento económico, também se ampliou, de uma propriedade local sobre os recursos locais para a transformação de instituições, tanto internas como externas, que sustentam relações económicas desiguais, do tipo colonial. A dimensão epistemológica da descolonização tem-se concentrado nas categorias com as quais fazemos, desfazemos e refazemos, e assim apreendemos, o mundo (MANDANI, 2016, p. 79).

Embora uma trajetória histórica tão geral seja discernível, estas dimensões de descolonização não são mutuamente exclusivas. Pelo contrário, como estratégia crítica de intervenção, um valor-chave da descolonização reside na sua capacidade de mostrar como a dominação e a marginalização se correlacionam em vários espaços e níveis, por exemplo, entre forças epistemológicas e sociais mais amplas. Assim, a dominação ao nível geopolítico também pode ser evidente ao nível das práticas quotidianas, assim como em crenças e normas culturais profundamente enraizadas. Por exemplo, mesmo dentro do espaço da educação superior, a descolonização, na África do Sul, tomou a forma de uma crítica "vertical", visando não apenas a cultura institucional mais ampla, ao nível da universidade (por exemplo, a institucionalização da neoliberalização e da corporativização), mas também o sistema económico do país ao



mais alto nível, e a localização da educação/conhecimento (arquitetura) dentro destes. Tais práticas levantam questões políticas, económicas e epistémicas inter-relacionadas. Esta capacidade de fazer ligações inter-relacionadas, entre as múltiplas camadas de dominação, é provavelmente a fonte conceitual com maior poder transformador e crítico, e é também, sem dúvida, um dos desafios mais pertinentes na educação superior sul-africana.

Embora os entendimentos políticos e económicos da descolonização tenham sido uma característica do discurso pós-apartheid na esfera pública durante décadas, os protestos de 2015/16 também colocaram questões significativas sobre a falta de transformação epistemológica na educação superior sul-africana. E é também sobre esta profunda dimensão epistemológica da descolonização, que as dimensões política e económica se mantêm, e se mantêm para serem transformadas. Mamdani (2016) concorda, mostrando a importância e a aplicação do desenvolvimento de uma dimensão epistemológica:

Se o futuro é constantemente refeito, o passado também o é, e portanto a articulação entre os dois. A realização deste futuro, e deste passado, pertence ao domínio da epistemologia, do processo de produção do conhecimento, e permanece central para a descolonização da produção do conhecimento (MANDANI, 2016, p. 81).

Dentro de um contexto global de dominação epistémica radicalmente americano-eurocêntrico, muitos estudiosos com posicionamento e experiência no Sul Global identificaram, de forma semelhante, a importância crítica e multivalente de interrogar a epistemologia. Estudiosos latino-americanos como Ramón Grosfoguel (GROSFOGUEL, 2011, 2013) e Nelson Maldonado-Torres (MALDONADO-TORRES, 2009, 2016) tiveram uma posição semelhante nas suas investigações decoloniais. De acordo com Maldonado-Torres (2016), "a descolonização envolve um giro epistémico decolonial" (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 24), que permite a agência e a reemergência do conhecimento, do pensamento, da experiência e da crítica não-ocidental do Sul Global. Dentro da tradição Islâmica, também outro importante sistema de conhecimento 'outro' ao moderno colonial, Hamza Yusuf (2017), um dos mais influentes⁷ estudiosos que trabalha na tradição clássica Islâmica no Ocidente, e é fundador da primeira faculdade de artes liberais muçulmana nos Estados Unidos da América (EUA), argumenta de forma semelhante, que as civilizações confrontam-se sempre com desafios e que...

as respostas corretas provêm de uma sólida compreensão das causas dos desafios endógenos, que sempre precedem os exógenos (YUSUF, 2017).

Apesar de operar a partir de estruturas e léxicos muito diferentes e compartilhar lutas diversas, intelectuais como Yusuf, Grosfoguel e Mamdani apresentam paralelos notáveis e chegam, em princípio, a muitos dos mesmos diagnósticos subjacentes (sejam eles autoidentificados como decoloniais, ou não).

O papel da ética e da imaginação

A epistemologia está ligada a outro conceito fundacional, que é o da ética. Na educação em arquitetura, alguma forma de ética é encontrada geralmente numa disciplina de prática profissional (formalmente definida como um *código de prática* relativamente restrito) e na forma de várias considerações de design, relacionadas com o atelier de projeto, especialmente preocupações climáticas/ambientais. Também têm havido algumas explorações do cruzamento arquitetônico-filosófico.⁸ Essas várias abordagens da ética na arquitetura, que surgiram nas últimas décadas, levaram Emma Felton, Oksana Zelenko e Suzi Vaughan (2012) a observar que “há pouca discórdia de que estamos a testemunhar um ‘giro ético’ a ocorrer nas práticas profissionais e aliadas, incluindo os campos do design” (FELTON ET AL., 2012, p. 3).

Paralelo a este ‘giro ético’ está o que alguns têm considerado um “giro decolonial em teoria e crítica” (MALDONADO-TORRES, 2009, p. 261), onde a ética assume significados e implicações mais contextualizados e historicistas, a partir da perspectiva do Sul Global. Segundo Maldonado-Torres, um dos principais propulsores do giro decolonial é “o desejo de restaurar a ética” contra o “esquecimento da ética” do colonialismo (MALDONADO-TORRES, 2009, p. 256-259). Se considerados em conjunto (o giro ético e o giro decolonial), então a ética na educação em arquitetura deve ser mais do que criar uma estética que é mais *africana*, ou preocupações de design urbano, como extremas de rua ativadas, ou inclusões programáticas para *os pobres* em mercados informais ou habitação de interesse social, são alguns exemplos comuns. Embora tais ferramentas e considerações de projeto tenham valor, também são indicativas do padrão acadêmico no campo da arquitetura, e, portanto, pouco reflexivo, de perspectiva vocacional e de objeto de design. A ética, na educação, também deve ser acompanhada pela crítica necessária para interrogar e historiar a disciplina em si e as suas próprias formas de cumplicidade, na dominação ou no apagamento dos saberes, das

pessoas e das experiências não-ocidentais. Isto é importante não apenas como uma questão de história, mas também para desenvolver uma compreensão mais rigorosa de como estes continuam a ser reproduzidos nas práticas curriculares de hoje.

No contexto sul-africano, esta abordagem nas mudanças éticas, expandem e aprofundam a ética multicultural anterior, mais abstraída (e agora largamente abandonada), da era de Mandela, e a consecutiva crítica popular e política sobre ela, que se concentra em imperativos socioeconómicos materiais. Um exemplo notável disso é a ascensão e o sucesso do *Economic Freedom Fighters* (EFF) em 2013 — um partido político sul-africano fundado por ex-membros da Liga da Juventude do Congresso Nacional Africano (ANCYL). O enquadramento das preocupações epistémicas neste artigo é a sobreposição e aprofundamento destas abordagens anteriores e das atuais. Amplia as noções de justiça social do pós-apartheid e reveste-se de *justiça epistémica* ou *justiça cognitiva* (SANTOS, 2016). Trata-se, portanto, mais do que apenas uma reparação ou redistribuição material, como também de construir as fundações cognitivas para um futuro mais humano. Para Maldonado-Torres (2016), é uma "exigência [por] um conhecimento mais rigoroso para construir uma sociedade qualitativamente melhor" (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 31), e para Boaventura de Sousa Santos (2016):

... não há justiça social global sem justiça cognitiva global. Isto significa que a tarefa crítica doravante não pode limitar-se a gerar alternativas. De facto, ela requer um pensamento alternativo de alternativas.

A ideia de justiça cognitiva... inclui impensar os critérios dominantes pelos quais definimos a justiça social... Implica, portanto, ir ao âmago de tais critérios para questionar não só as suas determinações sociopolíticas, mas também os seus pressupostos culturais, epistemológicos e até mesmo ontológicos (SANTOS, 2016, p. 207, 370).

Estes debates orientaram a estrutura tripartida, que proponho neste artigo, para transformar a educação em arquitetura e permitir nova imaginação radical da sua ética (i.e. Interrogar estruturas e hierarquias; identificar lugares para novas intervenções epistémicas; e integrá-las em redefinições do que é considerado 'normal' na arquitetura).

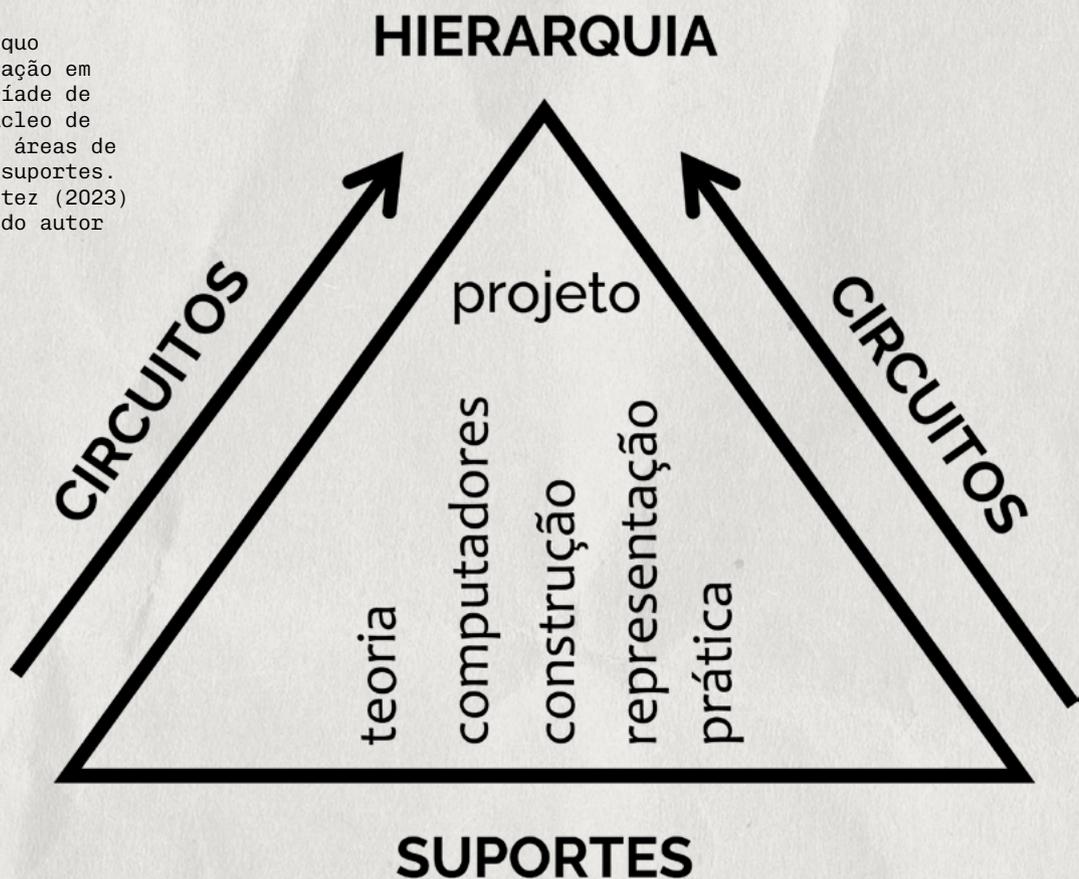


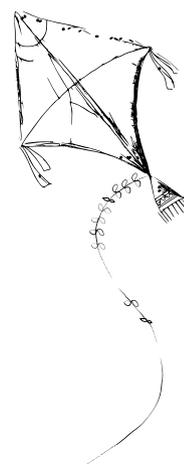
Perturbar os conhecimentos 'disciplinares'

O lugar epistêmico da intradisciplinaridade

Dentro da área da arquitetura, uma das formas pelas quais os imperativos éticos podem permanecer abstratos, evasivos ou desativados é através das hierarquias estruturais negligenciadas subjacentes às relações entre conhecimentos disciplinares. Na educação em arquitetura, a condição existente geralmente consiste numa tríade de conhecimento, composta por projeto, teoria e prática. Porém, o atelier de projeto, é que é o *núcleo* do programa curricular de arquitetura, ocupando grande parte do tempo de aprendizagem — por vezes às custas de outras disciplinas curriculares, que são consideradas como *suportes* deste (SAIDI, 2005, p. 9) (Ver Fig. 1).

Figura 1: O status quo disciplinar da educação em arquitetura: uma tríade de conhecimento do 'núcleo de projeto' com outras áreas de conhecimento como 'suportes'. Fonte: Oswaldo Freitez (2023) a partir de imagem do autor (2018).





Na prática, o modelo hierárquico do 'núcleo de projeto' implica aprendizagem de conhecimentos e técnicas disciplinares que são orientadas para a produção de um projeto, enquanto produto. Estes produtos podem, ou não, ser desviados por considerações éticas, dependendo do estudante ou do professor, mas, em última análise, não são parte integrante da sua produção curricular estrutural. Portanto, como um sistema abrangente, as relações entre os conhecimentos disciplinares são mais motivadas por preocupações disciplinares - e, desse modo, pela sua reprodução, do que por preocupações éticas. Este circuito normativo e a hierarquia curricular refletem-se na autoidentidade persistente de muitas escolas de arquitetura como *conduzidas pelo projeto, baseadas no projeto, escola de projeto, educação em projeto, disciplina de projeto*, e assim por diante - caracterizações essas utilizadas para ganhar credibilidade. Isso também se reflete nas percepções dos estudantes.⁹ O modelo hierárquico *núcleo de projeto* é geralmente considerado um dado adquirido e raramente é questionado.

As questões que surgem são geralmente direcionadas para onde atuar os seus conhecimentos disciplinares e não para a base sobre a qual ela atua. Apesar de infinitamente investido e celebrado, o projeto em si raramente é verificado fora dos seus próprios quadros de referência. De acordo com John Dewey (2004), a noção de *conhecimentos disciplinares* tem selecionado e protegido estudos e métodos tradicionais de ensino de uma exposição à crítica inteligente e a revisões necessárias. Dizer que são 'disciplinares' protege-os de qualquer questionamento (DEWEY, 2004).

Através do olhar da crítica decolonial, o *projeto* começa a aparecer mais como um lugar de *reprodução* — tipicamente nos padrões ocidentais de produção digital e percepções de popularidade, beleza e valor — em vez de um lugar de verdadeira agência e transformação ou da chamada *produção de conhecimento*. O circuito/hierarquia, apesar de normativo, reproduz a disciplina como uma *projetiva*, mas, em última instância, como uma disciplina não-acadêmica. Mesmo quando o design arquitetônico sugere explicitamente a africanidade, muitas vezes fá-lo partindo de uma perspectiva ocidental, que é enquadrada, mercantilizada e tornada exótica para, e por dentro de, padrões e enquadramentos ocidentais.

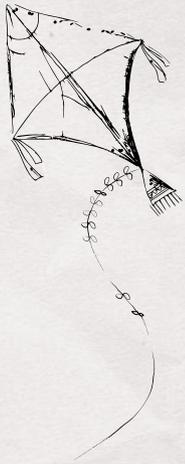
Se a disciplina de *projeto* é em muitos aspectos dedicada a nuances reproduzidas do *conhecido*, aparentemente *ad infinitum*, então outros *lugares* de aprendizagem — e as relações entre estes, são essenciais, e não menos cruciais, na transformação da educação e da prática normativa em arquitetura. Em vez do circuito/hierarquia de projeto, começa a surgir a necessidade de um modelo alterno.¹⁰ A autora Ariane Janse van Rensburg (2016) associa o modelo geral de triangulação *núcleo educativo*

de ensino de Elizabeth City, Richard Elmore, Sarah Fiarman e Lee Teitel (2009), por um lado, com a educação em arquitetura, e particularmente de projeto, por outro, como uma trajetória útil. De acordo com este modelo, como explica Van Rensburg (2016), "a aprendizagem acontece e é visível na tarefa pedagógica (tarefa de projeto) no núcleo educativo, e só pode ser efetivamente melhorado através de mudanças interativas em todos os aspetos da tríade de suporte do conteúdo curricular, do envolvimento do/a estudante e dos conhecimentos e habilidades do/a professor/a" (VAN RENS-
BURG, 2016, p. 37). Embora este modelo funcione, em última instância, à escala da sala de aula, desenvolvendo de forma mais ampliada este modelo na educação em arquitetura, o atelier de projeto como lugar de ensino/aprendizagem e área de conhecimento, também pode ser *triangulado*, por aquilo que é produzido por interações, com mudanças semelhantes, nas outras dimensões do ensino de arquitetura. O lugar epistémico aqui é *entre* — entre projeto, história, teoria, construção, prática. Contra as reproduções do circuito/hierarquia de projeto, um modelo educacional *triangulado* é uma "tecnologia disruptiva" (CITY ET AL., 2009, p. 22), o que implica um repensar radical da epistemologia e do processo de produção de conhecimento disciplinar.

Num modelo *triangulado*, o projeto é mais produzido, do que reproduzido, e é apenas um dos muitos lugares educacionais e vias de intervenção. Esta estrutura para *mudanças interativas* entre áreas de conhecimento, também seria facilitada ao articular entre si, estratégias de co-ensino e co-aprendizagem interativos. O principal propósito é a introdução de novas perspetivas, críticas e trajetórias (que devem ser acompanhadas e ligadas a novas formas de agência), que possam gerar e catalisar transformações nas áreas e práticas do conhecimento relativamente estabelecidas e *conhecidas* da disciplina (Ver Fig. 2). Assim, não só as áreas de conhecimento em si, como também as hierarquias intradisciplinares e as relações entre estas, atualmente todas, ajudam a reproduzir a situação existente – um lugar epistémico que é frequentemente negligenciado.

O lugar epistémico da interdisciplinaridade

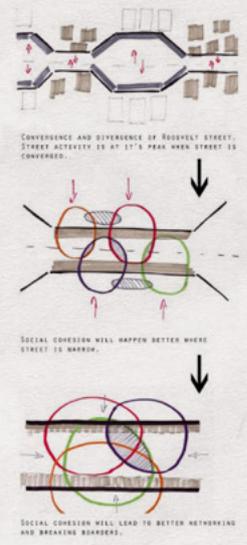
A *interdisciplinaridade* é uma extensão dos propósitos estratégicos da *intradisciplinaridade*, ou seja, questionar o que se supõe ser conhecido, normativo, e o que é reproduzido estruturalmente. Como lugares epistémicos, cada um pode potencialmente perturbar práticas *dadas* pela situação existente, ao abri-las para novos tipos de interações, tensões, críticas e possíveis transformações.



SOCIETY FRAGMENTED



SOCIAL COHESION SPACE IDEA:



HISTORY AND THEORY OF ARCHITECTURE
 MODELULE CODE: BAHA 3A3
 MVALENI MNISI 201376244
 UNIVERSITY OF JOHANNESBURG
 DEPARTMENT OF ARCHITECTURE
 LECTURER: TARIO TOFFAH

When asked if she made any stops along her walk to the campus via Saratoga Avenue, University of Johannesburg Doornfontein student, Theodora Makaleng's response was: "Nope. I've been told a lot of things about Jozi so I don't stop for anything. Not even for greeting... it's only when I get to campus that I walk slowly and feel safe" (Theodora Makaleng 2017)

The pedestrian experience in and along The University of Johannesburg's (UJ) Doornfontein (DFC) campus describes a spacial and experiential duality that talks to the disconnection between the formal and informal bodies which form Johannesburg. There seems to be a need for more humane, organic and efficient development in integrating the city into itself. In an effort to strengthen and establish on-site relationships, the intervention of connection, sense of place and sustainable development will be explored.

Upon enquiring into the idea of 'Arrival 'You Are Here'', I realised that I've always looked forward to arriving home to warmth and familiarity after a travelled journey, as opposed to arriving at a destination travelled to. The resultant idea is that of experiences along the journey, which sequentially begin to, psychologically and materially, build up to the arrival at home. Focussing on specific memories, thoughts and experiences related to 'home', in the form of a 24 page lexicon inquiry, four values that distinctly evoke within me, a sense of home stand out:

1. Experiences of warmth and familiarity facilitated by sense of place and the presence of family members.
2. Natural features and vegetation as space-defining elements, derived from the physical location of my neighbourhood, which is within a valley described by two adjacent mountainous grasslands.
3. Sustainability in terms of re-use and multi-function, life lessons of efficiency and recycling through gardening learnt from my parents.
4. Sequential experiences that describe the path travelled whilst reinforcing the path as a connector between two points. This was derived from the distinct memories of the journey travelled, leading back home.

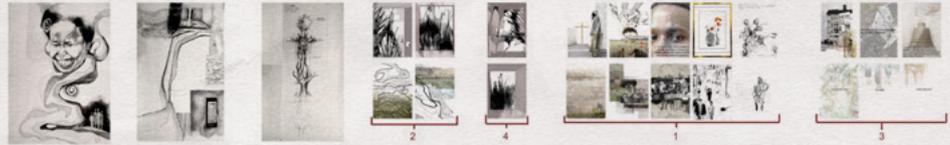


Figure 3: Panel showing the expression of warmth and familiarity, associated to family members and home. (Drawing by Mnsi 2017)
 Figure 4: Panel showing the journey and approach, leading to home, as connectors of two destinations. (Drawing by Mnsi 2017)
 Figure 5: Panel expressing re-use of waste as nutrients in sustainability. (Drawing by Mnsi 2017)
 Figure 6: Lexicon showing the 24 inquiries of things, thoughts and places that reinforce the idea of 'You Here' in relation my home. They are grouped into four core values. (Drawings by Mnsi 2017)

An exploration of the relationship between these four values and 'place', (the universality within the city) led to an understanding of cities' sense of place as crucibles of various practices and values manifested by their inhabitants into a material culture. In his book, Good City Form, Kevin Lynch reinforces this understanding, stating that: "the modification of settlement is a human act, however complex, accomplished for human motives, however obscure or ineffective" (Lynch 1964) Home is a crucible of values, but at a more familiar, human scale. In the city, natural features and vegetation exist in modules and parts such as nature reserves, botanical gardens and undeveloped ridges. (City of Joburg 2002) which is in contrast to my home context at macro level, spatially defined by a mountainous valley. Sustainability in the city exists in the form of sustainable development strategies such as eco-mobility and food gardens, similarly to efficiency at home. (Earth Hour City Challenge 2014). These relationships are expressed through the artefact (Figure 7 and Figure 8) as a thinning connection between home and city. This creates an opportunity for the strengthening of these relationships.

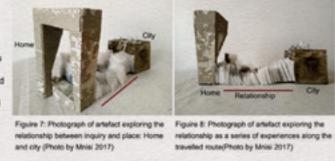


Figure 7: Photograph of artefact exploring the relationship between inquiry and place: Home and city (Photo by Mnsi 2017)
 Figure 8: Photograph of artefact exploring the relationship as a series of experiences along the travelled route (Photo by Mnsi 2017)

Figura 2: Interações intradisciplinares: mapa pedagógico de interações teoria-projeto (em baixo), e exemplos no trabalho de estudante em integração teoria-projeto (centro) e projeto de integração arquitetura-projeto urbano (em cima). (Fonte: Imagem do autor, 2018).

(RE)INTEGRATION
 design tools, precedent, translation

1 'FORMS'
 OVERVIEW, AWARENESS
 AFRICA
 MESOPOTAMIA, EGYPT, GREECE, ROME, ISLAMIC

2 'RELATIONS'
 EPISTEMIC CRITIQUE / DIVERSITY
 MEDIEVAL, PREMODERN, MODERN

3 'FRAMES'
 MODERNITY, MODERNISM, DECOLONIAL
 APARTHEID, SOUTH AFRICA

THEORY PROJECTS
ISSUES PROJECTS
PRINCIPLES PROJECTS
CREATURE PROJECTS

ONE. COMMENTARY
TWO. TIMELINE
THREE. CONVERGENCE
FOUR. SELFORDER
FIVE. SETTING

NORMATIVE ETHICS



Figura 3: Foundation Course (Curso Básico ou Inicial) em arquitetura e design industrial, fotografia de grupo com Mvusi - o segundo da direita para a esquerda, Universidade de Nairobi, 1966/67. (Fonte: Coleção privada de Davinder Lamba, MAGAZINER, 2015, p. 284).

Intervenções intra/interdisciplinares, numa situação existente, podem ter precedentes históricos, do início da África pós-colonial, incluindo o potencial para possibilidades transformativas e agência da alteridade. A abordagem já foi identificada, entre 1965 e 1967, numa experiência educativa em arquitetura, naquilo que viria a ser a Universidade de Nairobi. Organizado por Selby Mvusi, um designer industrial sul-africano, e Derek Morgan, um arquiteto britânico expatriado, o seu "Foundation Course" (Curso Preparatório)¹¹ reuniu as suas formações académicas, bem como conceitos de teoria social e fenomenologia (Ver Fig. 3). Segundo Daniel Magaziner (2017), essa experiência representa uma parte importante da "história intelectual africana" do século XX e a realização da "universidade pós-colonial", e "uma tentativa séria de pensar através da experiência africana do tempo, destinada a equipar os estudantes com ferramentas para reconhecer e responder às condições únicas atuais da África pós-colonial" (MAGAZINER, 2017, p. 1). Num contexto diferente, o sociólogo, e outrora violoncelista, Richard Sennett (2008) fala do "artesão investigador", que investiga uma disciplina além daquilo para o qual ela os 'disciplinou', a fim de avançá-la (SENNETT, 2008).

A construção de conhecimento interdisciplinar pode fazer parte de processos formalizados, como a experiência pós-colonial de Nairobi, ou processos menos formais, como uma experiência interdisciplinar que ocorreu nos EUA, nos anos 1970 e início dos anos 1980. Lá, um grupo de arquitetos virados para a teoria, tentaram de forma autoconsciente substituir as formações e práticas intelectuais modernistas através da imersão na filosofia europeia pós-iluminismo, e como não existiam disciplinas teóricas servindo tal missão, a maioria das pessoas neste *gênero* de teoria, eram em grande parte autodidatas (JARZOMBEEK, 2018).

Tanto nos exemplos de Nairobi, quanto nos EUA, num determinado momento histórico a interdisciplinaridade foi identificada como um lugar epistêmico potencial e um recurso para transformações. Tais abordagens ainda podem ter um imenso valor para a construção de conhecimentos e práticas pós-/des-coloniais. Estudos urbanos, sociologia, história, estudos religiosos, estudos culturais e teoria da arte, são alguns exemplos de interações que podem produzir perspectivas e ferramentas críticas valiosas. De modo mais geral, outros métodos interdisciplinares podem implicar a participação em seminários, conferências, palestras e auditorias, ou ser júri convidado, em disciplinas de uma grande variedade de outras áreas de conhecimento (interações *fora*). Pelo contrário, poderia também envolver professores convidados de outras áreas de conhecimento para palestras ou para avaliar trabalhos de disciplinas curriculares (interações *dentro*).

A natureza reprodutora do disciplinamento em projeto de arquitetura, torna a tarefa de um plano de transformação intradisciplinar uma tarefa extremamente difícil. Portanto, há muito a ganhar na interdisciplinaridade estratégica, uma vez que *falando entre nós*, e dentro de áreas relativamente limitadas de conhecimento e prática, mesmo que feito de forma robusta, pode ainda ter profundas limitações. As ferramentas e perspectivas, assim como as experiências e lições de luta, de dentro de outras disciplinas, também podem trazer um enorme valor.

É através de ambos os tipos de intervenções, intra e interdisciplinaridade (de dentro e de fora) que a possibilidade de um *novo normal* (BUHLUNGU, 2016) pode começar a ser cultivado no ensino (arquitetura). Sem enfrentar e resolver os muitos problemas estruturais que moldam e reproduzem o disciplinamento (apenas alguns dos quais foram aqui enumerados), a abordagem "arquitetura como disciplina de projeto" continuará a falhar, ainda que, nos seus próprios termos: projeto inovador. À parte de casos excepcionais, a reprodução disciplinar estrutural é, talvez, mais manifesta na incapacidade dos estudantes em *traduzir* ou *perceber* percepções, análises, discursos



ou críticas, provisoriamente emergentes sobre a fisicalidade, espacialidade e tectónica da arquitetura - na qual muitos defensores do atelier de projeto que procuram abrir novos caminhos, ficaram a encolher os ombros ou a coçar a cabeça. Infelizmente, apenas mais disto pode ser antecipado para anos futuros.

Possibilitar conhecimentos ‘não-disciplinares’

O lugar epistémico da teoria como um espaço possibilitador

Na primeira parte deste artigo, que é eticamente orientado e epistemologicamente interrogativo, olhei para as estruturas do conhecimento em arquitetura e as disciplinas de *projeto*. Com base nisso, apresentei reconfigurações que começariam a permitir um questionamento e uma perturbação sobre aquilo que é *conhecido, dado*, presumido e reproduzido no conhecimento que é chamado de *disciplinar*, abrindo-o para outros conhecimentos, críticas e ferramentas (disciplinares). Na segunda parte do artigo, exploro como estas novas reconfigurações e interações podem facilitar a introdução e integração de conteúdos *não-disciplinares*, oriundos do Sul global. Estes conhecimentos críticos e sistemas de pensamento *outros* não estão separados da discussão, até agora, mas são debatidos separadamente apenas por causa da precariedade e superficialidade, com que tais questões são frequentemente discutidas. Isto requer, portanto, uma estratégia clara e rigorosa, dada a profunda marginalização destes conhecimentos nos contextos ocidentais.

Essencialmente, onde poderiam as disciplinas de projeto começar a introduzir perspetivas epistémicas não *ocidentais*, dentro de sistemas de conhecimento de dominação epistémica *ocidental*? Aqui, a investigadora em design Yoko Akama (2017) apela para a criação de *espaços possibilitadores*, mesmo dentro das condições de dominação, onde as visões de mundo não *ocidentais* poderiam começar a oferecer os seus conhecimentos e respostas aos desafios cruciais do mundo:

... na maioria dos artigos que escrevo, tento esculpir um espaço para práticas heterogéneas e visões de mundo que muitas vezes são omitidas na ortodoxia do design. A teoria do design da Europa e dos EUA é continuamente referenciada no mundo académico, perpetuando assim a dominação e estabelecendo um suposto ‘modelo de desig-

ner'... que molda como consideramos o design, o conhecimento e a investigação... O dominante é incapaz de reconhecer o seu próprio poder, privilégio e penetração... Confrontar esta dominação não é necessariamente introduzir paradigmas alternativos que a desalojam. Pelo contrário, é possibilitar espaços nos quais fazer perguntas diferentes, que dizem respeito a outras visões de mundo, como por exemplo, se colocássemos em primeiro plano, o respeito, a interdependência e a capacidade de resposta no design... (AKAMA, 2017).¹²

Os *espaços possibilitadores* também se assemelham ao que o geógrafo Edward Soja denominou mais genericamente como *Terceiro Espaço* (SOJA, 1996). Dentro da educação em arquitetura, onde poderia ser criado tal *espaço possibilitador*? Entre os conhecimentos disciplinares atuais, a *teoria* parece ser o lugar mais provável. Há duas razões para isso. Primeiro, a área disciplinar de história/teoria já contém aquilo que é conhecido como *disciplina em investigação*, geralmente uma curta disciplina introdutória de um programa curricular muito maior de uma história/teoria eurocêntrica. Incluída, mas profundamente marginal, essa disciplina introdutória é onde todas as *outras* não-eurocêntricas são agrupadas e mencionadas.¹³ Na prática, é o primeiro porto de escala para quaisquer perspectivas epistêmicas não-eurocêntricas. A segunda razão, para identificar que a teoria, como um lugar epistêmico, é estratégica, é que contém potenciais multivalências dentro do campo maior de conhecimento em arquitetura e fornece algumas das bases cognitivas mais importantes para o projeto. Como diz Mark Wigley (1998), Diretor da Escola de Arquitetura da Universidade de Princeton: "A arquitetura é, primeiramente e antes de tudo, um discurso, mobilizado pelo conceito de projeto" (WIGLEY, 1998). Assim, apesar das origens imperialistas da disciplina introdutória em investigação, e apesar da marginalização paradoxal de todas as alteridades que ela contém, a teoria fornece um trampolim *natural* dentro do campo maior de conhecimento a partir do qual se aprofundam e expandem perspectivas epistêmicas e pensamento crítico não-eurocêntricos.

A introdução e o aprofundamento de conhecimentos e pensamento do Sul Global é mais do que apenas uma questão de *justiça epistêmica*, noções paternalistas de *sensibilidade*, ou noções liberais de *inclusividade*. Existem imperativos éticos e urgentes para fazê-lo. Grosfoguel observa, por exemplo, que as concepções de 'ecologia' nas tradições da Pachamama (Mãe do Mundo, deusa reverenciada pelos povos indígenas dos Andes), no *Tawhid* do Islão (a Unidade de Deus, do conhecimento e do universo), ou no Tao (a ciência holística chinesa da ordem natural subjacente ao Universo), existe



uma racionalidade que integra e reproduz vida (GROSFUGUEL, 2011). Todos estes diferem profundamente da *hierarquia ecológica* nas concepções ocidentais da natureza, como um objeto que é um meio para atingir um fim.

Da mesma forma que Ramón Grosfoguel, Hamza Yusuf trabalha com a forma como as particularidades de uma tradição podem falar das muitas crises da contemporaneidade: "A essência do Islão é uma tríade de fé, ação e ser: imān, islām, e ihsān. Cada uma delas relaciona-se com as qualidades de verdade, bondade e beleza, que estão no âmago de toda a grande civilização da história humana."

O Islão é viável e relevante, e contém orientação e sabedoria testadas ao longo do tempo que podem ajudar-nos a navegar nos desafios contemporâneos, incluindo aqueles que lidam com as tensões entre ciência e fé, assim como a ética, a justiça e o pluralismo. (YUSUF, 2017)

Da mesma forma, Akama (2017) expõe um pouco do que a cultura e espiritualidade japonesas oferecem ao ancorar a sua prática de investigação no design. Entre muitos exemplos, ela cita a noção de *kokoro*:

Em japonês, 'kokoro' colapsa qualquer separação entre mente-espírito-coração para infundir o próprio ser e o mundo em inter-relação. ... Em vez de sentir ansiedade sobre uma maior colonização do conhecimento indígena através da investigação... ou ser inibido pela culpa coletiva sobre os erros passados e presentes ... o meu ser espiritual sente ressonância com as culturas indígenas ... eu coloco em primeiro plano a minha cultura e espiritualidade para buscar a inter-relação e trabalhar através da diferença (AKAMA, 2017).

As *ecologias* de valores imbuídas em tais conhecimentos são, para diversos estudiosos como Yusuf, Akama e Grosfoguel, exemplos da relevância que os conhecimentos e epistemes não-eurocêntricas oferecem ao mundo contemporâneo, possibilitando formas mais humanas de ser.¹⁴ Nisto, eles veem não uma tentativa de dominação pós-eurocêntrica, mas o que Grosfoguel se refere como "diversidade epistémica" ou "transmodernidade".¹⁵



A transmodernidade reconhece a necessidade de um projeto universal partilhado e comum contra o capitalismo, o patriarcado, o imperialismo e a colonialidade. Mas rejeita... onde se define para os demais o que é "a solução". A universalidade na modernidade europeia tem vindo a significar "uma que define para os demais". A transmodernidade exige um pluriverso de soluções onde "os demais definem para os demais" (GROSGOUEL, 2013, p. 88-89).

Yusuf ecoa uma esperança semelhante numa espécie de interdependência e reciprocidade: "assim como a civilização muçulmana já ajudou a nutrir uma civilização europeia atrasada e desesperada do seu mal-estar, agora ambas civilizações precisam da ajuda uma da outra para tornar o mundo bom novamente" (YUSUF, 2017). Nas suas frases finais no livro *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon também parece sugerir uma reciprocidade humanizadora para o pensamento decolonial:

Superioridade?

Inferioridade?

Porque não a simples tentativa de tocar o outro, de sentir o outro, de explicar o outro a mim mesmo?

Então, não me foi dada a minha liberdade para construir o mundo do Você? (FANON, 2008, p. 181)

Em vez de ver os modos tradicionais integrativos de pensar e ser, como noções exóticas, românticas ou obsoletas que a modernidade europeia já deveria ter superado, diversos estudiosos como Yusuf, Akama e Grosfoguel veem-nas como alternativas verdadeiras ao atual sistema-mundo.

O lugar epistémico da historiografia

Da mesma forma que a *teoria*, o lugar da *história* é de vital importância epistémica. A força epistémica e cultural que as narrativas eurocêntricas da história da arquitetura acumularam, exige um programa historiográfico crítico e rigoroso, pois tanto o passado, quanto o futuro, são "constantemente refeitos" juntos, como falou Mamdani (MANDANI, 2016, p. 81).

A educação em arquitetura também tem acoplado a história com a teoria como uma única disciplina curricular de história/teoria. A contração destes campos potencialmente extensivos foi provavelmente indicativa da falta de rigor e da extensão dos pressupostos

que estavam contidos dentro do programa global de história, de escala e de ambição. De facto, segundo o historiador/teórico de arquitetura Mark Jarzombek (2018), durante a maior parte do século XX, "as componentes curriculares de história ensinados nas escolas de arquitetura... eram na maioria das vezes ministrados de forma bastante *ad hoc* e muitas vezes aliados ao atelier. O que *teoria* significava nos dias anteriores aos anos 1970, era principalmente uma amálgama informal de ideias" (JARZOMBEEK, 2018).

Segundo Santos (2016), isto poderia ser entendido como *razão indolente*, um produto de domínio que, sob várias formas, "está subjacente ao conhecimento hegemónico, seja filosófico ou científico, produzido no Ocidente nos últimos duzentos anos". Para Santos, também é semelhante à "razão metonímica: um tipo de razão que afirma ser a única forma de racionalidade e, portanto, não se esforça para descobrir outros tipos de racionalidade" (SANTOS, 2016, p. 263).

Há muito aqui que a historiografia crítica pode obter do pensamento decolonial contemporâneo. Este último, muitas vezes coloca em primeiro plano a história e especialmente a historiografia, para ilustrar como os processos históricos imperiais/coloniais produzem privilégios epistémicos e inferioridade epistémica. Grosfoguel é um exemplo de um teórico decolonial que confia fortemente na historiografia, perguntando: "Quais são os processos históricos mundiais que produziram as estruturas de conhecimento [eurocênicas] ... ?" (GROSFOGUEL, 2016, p. 263). Na busca por respostas, Grosfoguel questiona quatro encontros históricos imperiais/coloniais que ajudaram a produzir privilégios epistémicos *ocidentais* e a moldar significativamente a *normalidade* moderna (GROSFOGUEL, 2013).¹⁶ A historiografia do encontro colonial, no entanto, é muito mais do que uma simples crítica. Também estabelece de maneira crucial, as bases para o surgimento de epistemes não-coloniais, para um discurso da alteridade, e potencialmente para práticas da alteridade. Assim, a historiografia pode funcionar como um lugar para potenciais aberturas epistémicas.

Na educação em arquitetura, a política do encontro colonial como um lugar epistémico assemelha-se, mas difere significativamente da noção de *mudança de paradigma* que tem sido popularizada no contexto sul-africano desde, pelo menos, o final dos anos 1980, e destacado, por exemplo, no Departamento de Arquitetura da Universidade de Pretória nos anos 1990 (FISHER, 1989; COMRIE, 2018). As *mudanças de paradigma* nas histórias de arquitetura e de design, continuam a representar textos *ocidentais* sobre o mundo, passando de um espaço teórico e experiência *ocidental* para outra (por exemplo, o renascimento, o iluminismo, o modernismo, o pós-modernismo, o desconstrutivismo). Comparativamente, a intenção do encontro colonial, como técnica

historiográfica, é localizar e interrogar historicamente os (sobre-)textos ocidentais e permitir potenciais aberturas epistémicas do Sul Global.

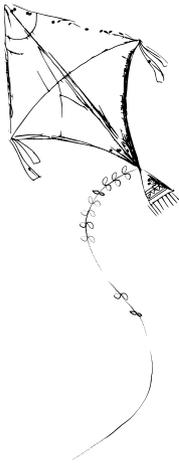
Além disso, uma historiografia crítica é um processo de re-humanização, dada a típica desumanização que estes encontros implicaram. O conhecimento hegemónico *ocidental* e noções de *humano* resultantes que daí foram formadas são inseparáveis destas complexas condições de política e poder. Grosfoguel argumenta que “o Ocidente raptou e monopolizou a definição de democracia, direitos humanos, libertação da mulher, economia, etc.” (GROSGOQUEL, 2013, p. 88), na medida em que estes geralmente passaram a ser fundamentalmente percebidos como naturalizadas contribuições euro-americanas para o resto da humanidade que foi despojada de tais noções. Roger Fisher (2014), por exemplo, recorda a sua aprendizagem como estudante de arquitetura nos anos 1980: “quando me ensinaram que éramos todos gregos metafóricos. Recebemos até a frase, numa de minhas primeiras palestras de História do Meio Ambiente, que: *Somos todos gregos*” (FISHER, 2014, p. 50).

Muitos intelectuais e escritores comentaram sobre como esses processos extrativistas/destrutivos ocorriam nas sociedades coloniais, por exemplo, nas críticas às consequências do colonialismo, citadas na abertura deste artigo. As palavras de um estudioso islâmico na década de 1920, que estava profundamente perturbado como estes processos tinham lugar na Índia Britânica (MUHAMMED, 2011, p. 288-289), ecoaram décadas depois, durante os anos 1960, nas palavras de Franz Fanon escrevendo para a Argélia controlada pela França (FANON, 1963, p. 250) — e ainda mais tarde, em 2016, eram evidentes no poema de um estudante da Universidade de Joanesburgo, durante o apelo à descolonização nos campus universitários sul-africanos (KEIKABILE, 2016). Epistemicamente e historiograficamente falando, estas técnicas ajudam ao possibilitar o resgate do sujeito falante “como criadores e não simplesmente enquanto objetos de significado” (BADEROON, 2007, p. 286) (Ver Fig. 4). Na prática do ensino, o processo também é auxiliado pela *multiplicação de vozes*, através de visitas de campo (templos, mesquitas, sinagogas e igrejas, por exemplo) e palestrantes convidados no local ou na sala de aula.¹⁷ Juntas, elas transformam substancialmente, tanto na forma quanto no conteúdo, a longa trajetória de investigação da história convencional/imperial.

O lugar epistémico do diálogo

Numa história/historiografia crítica, é importante que o cânone antigo não seja simplesmente substituído por um cânone revisionista. A remoção de textos simbólicos pode, paradoxalmente, entrincheirar em vez de transformar o discurso, uma vez que





através dele as formas de dominação passam a ser invisíveis, em vez de engajadas. Contrariamente, cânones e revisões requerem a visibilidade e disponibilidade uns dos outros para possibilitar um estado de diálogo generativo. Por exemplo, contra "A História de Arquitetura" de Sir Bannister Fletcher (1897), entre outros, Martin Bernal (1987) e Javier Giron Sierra (2003) fornecem uma importante análise da criação da Grécia Antiga. A crítica de Bernal é contestada, mas profícua, argumentando que a visão da Grécia como uma fundação europeia *essencialmente* pura da história global só se desenvolveu recentemente, na primeira metade do século XIX, substituindo um modelo antigo que celebrava os seus pesados empréstimos das culturas egípcias e semitas do Oriente Próximo. Para Bernal (1987), o modelo antigo foi revisto por razões *românticas* e *racistas*. Sierra, entre outros, estende a análise de Bernal à arquitetura e à teoria da arquitetura. Na sua análise crítica das histórias de arquitetura do final do século XIX, como as de Fletcher e outros, Sierra (2003) ilustra como as noções de racionalismo e evolução darwinista na Europa e nas colónias europeias tomaram forma no contexto do racismo do século XIX, e como as histórias globais eurocêntricas concomitantemente passaram a ser construídas dessa mesma forma, como processos *evolutivos* e *progressistas* na direção da Europa (SIERRA, 2003, p.1011-1014). Nestas leituras foi o imperialismo e o racismo, tanto quanto (senão mais do que) ingenuidade ou democracia, que ajudariam a posicionar o gótico e especialmente as arquiteturas gregas como exemplares, como a base e o auge de toda a civilização.

A recriação moderna da Grécia Antiga é um marco histórico e discursivo importante, mas é apenas um entre muitos que podem começar a estruturar novas aberturas epistémicas num repertório histórico/teórico. Outros, poderiam incluir, da mesma forma, questionamentos historiográficos de representações do Islão, do renascimento, da criação do *moderno* e seus *Outros* em África e no Sul Global, assim como histórias revisionistas da América Antiga, tal como o trabalho inspirador de Ivan Van Sertima, de 1976, "Eles vieram antes de Colombo" (SERTIMA, 1976) que detalhou a presença africana pré-colombiana. A arquitetura também está sempre implicada nestes processos.

Abordagens historiográficas e dialógicas semelhantes podem ser utilizadas para questionar disciplinas relacionadas com a arquitetura e o design no contexto sul-africano, porque ainda não procuraram uma prática historiográfica rigorosa nem incorporaram uma teoria reflexiva como os estudos críticos da branquitude. Consequentemente, permanecem, na melhor das hipóteses, insuficientemente reflexivas, se não involuntariamente, no meio da crise epistémica.



1 'FORMS'
 OVERVIEW, AWARENESS
 AFRICA
 MESOPOTAMIA, EGYPT, GREECE, ROME, ISLAMIC

2 'RELATIONS'
 EPISTEMIC CRITIQUE / DIVERSITY
 MEDIEVAL, PREMODERN, MODERN

3 'FRAMES'
 MODERNITY, MODERNISM, DECOLONIAL
 APARTHEID, SOUTH AFRICA



CURRICULUM / CONTENT
 diversity, epistemic critique, relevance,
 'sites' of history



YEAR	DESCRIPTION	THEMES	KEY AUTHORS	KEY TEXTS
1	GLOBAL CULTURAL HISTORY OF PRE-MODERN CIVILISATIONS AFRICAN FOCUS: ANCIENT TO 'MEDIEVAL' CIVILISATIONS / EMPIRES / CITY STATES EXPLORED THROUGH SETTLEMENT + ARCHITECTURAL TRADITIONS + CONTEMPORARY TRANSLATIONS DONE THROUGH LECTURES, PROJECTS, SEMINARS + SITE VISITS.	TRADITIONAL AFRICAN COSMOLOGIES AFRICAN 'TRIPLE HERITAGE' CONCEPT (INDIGENOUS, ISLAMIC + WESTERN) ISOLATION/STAGNATION VS. BROADER LOCAL, EUROPEAN + ASIAN RELATIONSHIPS RELEVANCE: ENVIRONMENTAL, SUSTAINABILITY ETHICS, SOCIAL ETHICS, ETC.	ON AFRICA: NIAMDI ELLEH UDO KULTERMANN MASUJI ALABI FASSASSI ANTON FOLKERS MARTIN BERNAL GERALD STEYN AXEL-VAR BERGLUND.	
2	CULTURAL HISTORY OF PRE-MODERN CIVILISATIONS A GLOBAL FOCUS EXPLORED THROUGH ARCHITECTURAL TRADITIONS + CONTEMPORARY TRANSLATIONS DONE THROUGH LECTURES, PROJECTS, SEMINARS + SITE VISITS.	TRADITION VS. MODERNITY CRITICAL REGIONALISM COSMOLOGY EXISTENTIALISM ENVIRONMENTAL ETHICS SOCIAL ETHICS	MARTIN HEIDEGGER NORBERG-SCHULZ SPIRO KOSTOV RAMÓN GROSGOQUEL MARTIN BERNAL BANISTER FLETCHER IVAN VAN SERTIMA DEBORAH HOWARD	'THE STRUCTURE OF KNOWLEDGE IN WESTERNIZED UNIVERSITIES'
3	MODERN HISTORY OF THE AFRICAN CONTINENT AND SA FROM EUROPEAN COLONIALISM IN THE 15TH CENTURY IN AFRICA, TO APARTHEID, POST-APARTHEID / CONTEMPORARY PERIOD IN SA STUDIES MODERN + CONTEMPORARY ARCHITECTURE + CITIES CRITICAL SOCIO-SPATIAL HISTORY APPROACH FOCUS ON CAPE TOWN + JOHANNESBURG.	MODERNITY COLONIALISM MODERNISM AFRICAN MODERNISM APARTHEID + POST-APARTHEID NEOLIBERALISM GENTRIFICATION DECOLONISATION SUSTAINABILITY LANDSCAPE URBANISM INFORMALITY CRITICAL TECTONICS POSITIONING / MANIFESTO.	HILDE HEYENEN BICKFORD-SMITHVAN HEYNINGENWORDEN COMAROFF & COMAROFF CLIVE CHIPKIN KEITH BEAVON ANTON FOLKERS EDGAR PIETERSE BASIL DAVISON MANUEL HERZ FRANZ FANON JOSEPH CONRAD EMR ABDEL KADER GERALD STEYN JO NDIRO IAN LOW ENRICO MIRALLES HERTZOG AND DE MEURON CECIL BALMOND.	'AFRICAN MODERNISM: THE ARCHITECTURE OF INDEPENDENCE' 'ARCHITECTURE OF THE TRANSVAAL' 'BLANK ARCHITECTURE, APARTHEID + AFTER' 'ARCHITECTURE AND MODERNITY: A CRITIQUE'

Figura 4: Mapa da componente curricular de história e teoria, de fundamentos e princípios éticos (canto superior direito) a novos lugares historiográficos (canto superior esquerdo) ao plano pedagógico do curso (parte inferior). (Fonte: Imagem do autor, 2018).

Integrações

O lugar epistémico da questão

Recapitulando, na primeira parte deste artigo analisei as estruturas normativas dos conhecimentos disciplinares na educação em arquitetura e como novas relações estruturais poderiam ser concebidas, enquanto que na segunda parte explorei lugares epistémicos onde conhecimentos não-eurocêntricos/*disciplinares* do Sul Global poderiam ser imparcialmente introduzidos neles. Na terceira parte procuro outras integrações de tais conhecimentos, nomeadamente, como estes poderiam criar raízes além dos vários lugares estratégicos e onde se poderiam tornar parte de conjuntos mais normativos de práticas na direção a um *novo normal*.

Um importante, e transformador, ponto de partida para o desenvolvimento de um *novo normal* é uma massa crítica de coordenadas e valores, que impulsiona as questões e investigações às quais são colocadas as habilidades, ferramentas e técnicas de uma disciplina. Este, o lugar epistémico da questão e os valores nela imbuídos, é um transmissor essencial e fundamental para muitos dos lugares epistémicos aqui discutidos. De acordo com Maldonado-Torres, tal mudança nos conhecimentos da universidade ocidentalizada exigiria “uma mudança na consideração dos principais problemas a serem investigados... bem como a abertura de um “outro” caminho de pensamento que priorize questões e fontes que são frequentemente negligenciadas nas filosofias do Norte” (MALDONADO-TORRES apud DREXLER-DREIS, 2014, p. 9). Da mesma forma, Akama (2017) afirma que isto implica fazer “perguntas diferentes que dizem respeito a outras visões de mundo” (AKAMA, 2017).

Para a educação (arquitetura/design), a relevância mais prática dessas perspectivas epistémicas negligenciadas e das ecologias de valores nelas contidas, é trazer diagnósticos críticos, ou princípios educativos, para os urgentes desafios contemporâneos. Adicionalmente, ao contrário de envolver uma variedade de questões a partir de um posicionamento singular, fabricado como normativo através do colonialismo/apartheid, a abordagem pode, não só, ter maior ressonância com muitos estudantes, bem como, novos professores *negros*, mas também gerar ressonâncias *entre* as tradições de pensamento do Sul Global.

No contexto sul-africano, e global, alguns exemplos de questões que dizem respeito a perspectivas epistémicas negligenciadas, e outras visões de mundo, poderiam

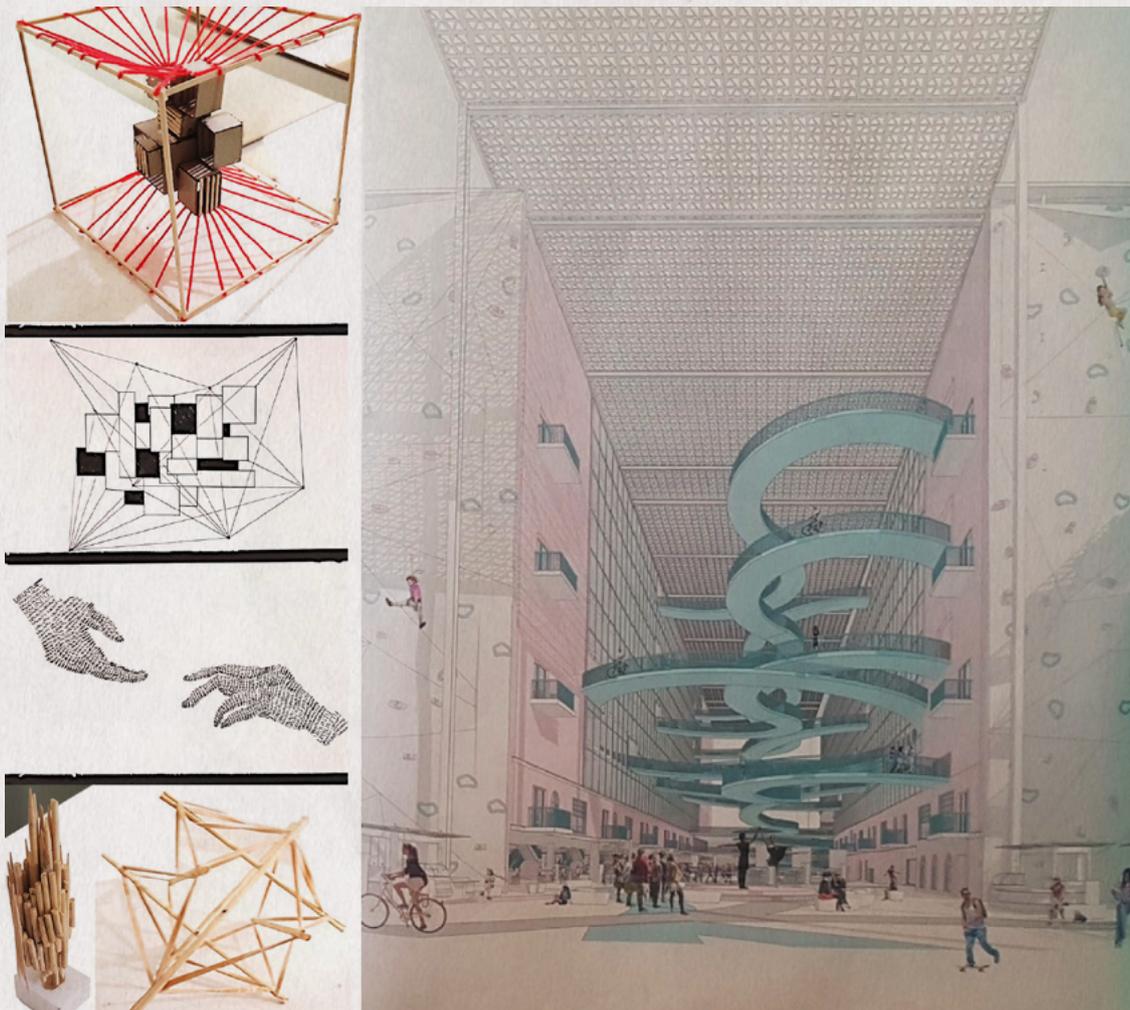


Figura 5: Projetos de design “epistemicamente” abertos: explorações do Ubuntu e outras formas de relações e coletividades. (Imagens dos estudantes da Universidade de Joanesburgo Phiko Tshainca e Ruvimbo Nyamupanedengu, 2018; usadas com permissão).

ser vistos da seguinte forma. Em relação à escassez de água, que lições poderiam ser aprendidas com a antiga habitação milenar Khoisan da região do Cabo e da África Austral? Em relação às economias que mantêm as desigualdades e aprofundam as tensões sociais, que lições poderiam ser aprendidas dos sistemas socioeconômicos tradicionais que não reduziram os seres humanos a um *homo economicus*, e, poderiam esses oferecer um contraponto aos efeitos da desumanização moderna causada pelo capitalismo neoliberal e pela desigualdade racializada?¹⁸ Em relação à desumanização e xenofobia contra refugiados e migrantes, que lições poderiam ser aprendidas a partir de estruturas de hospitalidade e vulnerabilidade, como as que estão em evidência em certas comunidades religiosas, durante a violência xenófoba de 2008,¹⁹ ou de buscas no *Ubuntu* e outras formas de relações e coletividades sociais?

Fazer perguntas pertinentes, como estas, cruzam disciplinas e áreas de conhecimento disciplinar, pois são perguntas que dizem respeito à humanidade em oposição a uma gama mais limitada de questões relacionadas com a disciplina. Em termos de disciplinas espaciais e relacionadas com o design, estas perguntas frequentemente têm ressonâncias espaciais e de design, com as quais as diversas áreas do conhecimento curricular podem ser envolvidas, a partir da sua própria base de conhecimento (Ver Fig. 5 e 6). Por exemplo, enquanto a história/teoria pode dar profundidade e abertura histórica/histórica e crítica, o projeto pode explorar ferramentas espaciais e programáticas, enquanto a paisagem/urbanismo pode questionar o pensamento sistémico maior, e através do engajamento interdisciplinar com o trabalho crítico, nas humanidades, por exemplo, estes podem dialogar com outras perspetivas em torno de temas comuns.

Qualificações

As propostas apresentadas neste artigo são todas, de forma autoconsciente, viáveis e implementáveis e podem ser adotadas em qualquer lugar epistémico ou em combinações. Estas não são lineares, nem são um destino. No entanto, há várias qualificações importantes:

I) Para a aprendizagem dos estudantes:

Neste artigo, tratei apenas de estruturas de conhecimento, e não de questões fundamentais sobre equidade, educação básica e *preparação* do estudante. Para o ensino superior, é essencial que os métodos de ensino e aprendizagem sejam concebidos para considerar os fundamentos socioeconómicos e educacionais dos seus estudantes, bem como o viés da língua inglesa (no caso das universidades sul-afrikanas - nota da tradução).

II) Para a aprendizagem do professor:

As estruturas de conhecimento, como as propostas neste artigo, são ferramentas para facilitar transformações mais amplas. Estas, não têm uma agência própria *per se*, mas estruturas imaginativas e engajadas devem ser acompanhadas pela imaginação e vontade de agentes engajados - educadores, executivos e administradores.



Figura 6: Projetos de atelier em projeto de arquitetura epistemicamente 'abertos': buscas de humanização socioeconômica em Sandton, Joanesburgo (esquerda), e buscas de estruturas de hospitalidade baseadas na fé em Doornfontein, Joanesburgo (direita). (Fonte: Imagens dos estudantes Tumelo Legote e Byron Corrigan, Universidade de Joanesburgo, 2018, usadas com permissão).

Além disso, particularmente na sociedade sul-africana, que tem assistido a mudanças dramáticas num curto espaço de tempo, os mentores e a aprendizagem contínua não devem ser reservadas somente para novos e jovens negros graduados. O colonialismo/apartheid desfavoreceu todos de diversas maneiras e, sem dúvida, todos os educadores deveriam possuir um nível básico de conhecimento transdisciplinar direcionado para uma compreensão suficientemente complexa da sociedade apropriada para um educador de ensino superior, além do conhecimento curricular especializado obrigatório.

III) Para gestores/administradores universitários:

A aprendizagem e a orientação contínua, conforme descrito acima, devem ser valorizadas e incentivadas como um trabalho intelectual valioso, e como contribuições para a universidade, e não apenas quando se enquadram em estruturas neoliberais *credenciadas* nos sistemas de valores do mundo financeiro. Atualmente, muita da atividade académica *decolonial* está fora das estruturas institucionais *verticais* da universidade, e muitas vezes é silenciosamente, mas profundamente limitada por estas (Ver Fig. 7).

IV) Para os programas curriculares:

Parece evidente que um peso desproporcional recai sobre a história/teoria em arquitetura, nas áreas de conhecimento centrais das disciplinas relacionadas ao projeto para responder às questões pós-coloniais ou decoloniais. Este trabalho também deve ser feito noutras áreas de conhecimento relacionadas com a sua própria base de conhecimento, desenvolvendo simultaneamente novos tipos de discurso e método/técnica. Isto requer tempo, rigor analítico conceptual e espaço para a tentativa e erro.

Conclusão

Não irei dar uma receita de descolonização [...].
Descolonização não é um destino.
É um modo de vida
(Darder, 2018).

Pensamento e prática, num paradigma pós-"ocidental", tal como as propostas/provocações aqui descritas, são uma *tarefa monumental* (Wright, 2017) para a universidade e uma tarefa profunda e extensa para qualquer disciplina. Para a arquitetura, as transformações pós-coloniais/pós-apartheid na educação têm sido extremamente lentas. Estas também têm sido limitadas no escopo para *transformação*, porque a chancela política abrangente que orienta o processo, está centrada no acesso e sucesso educativo e é medida quantitativamente, através de indicadores raciais (VAN RENSBURG, 2011, p. 127). E uma vez que a literatura na arquitetura sul-africana é normativa, limitada nacionalmente e autocongratatória, uma crítica mais profunda e mais rigorosa tem sido rara. Por exemplo, Amira Osman (2015) lamenta que "os

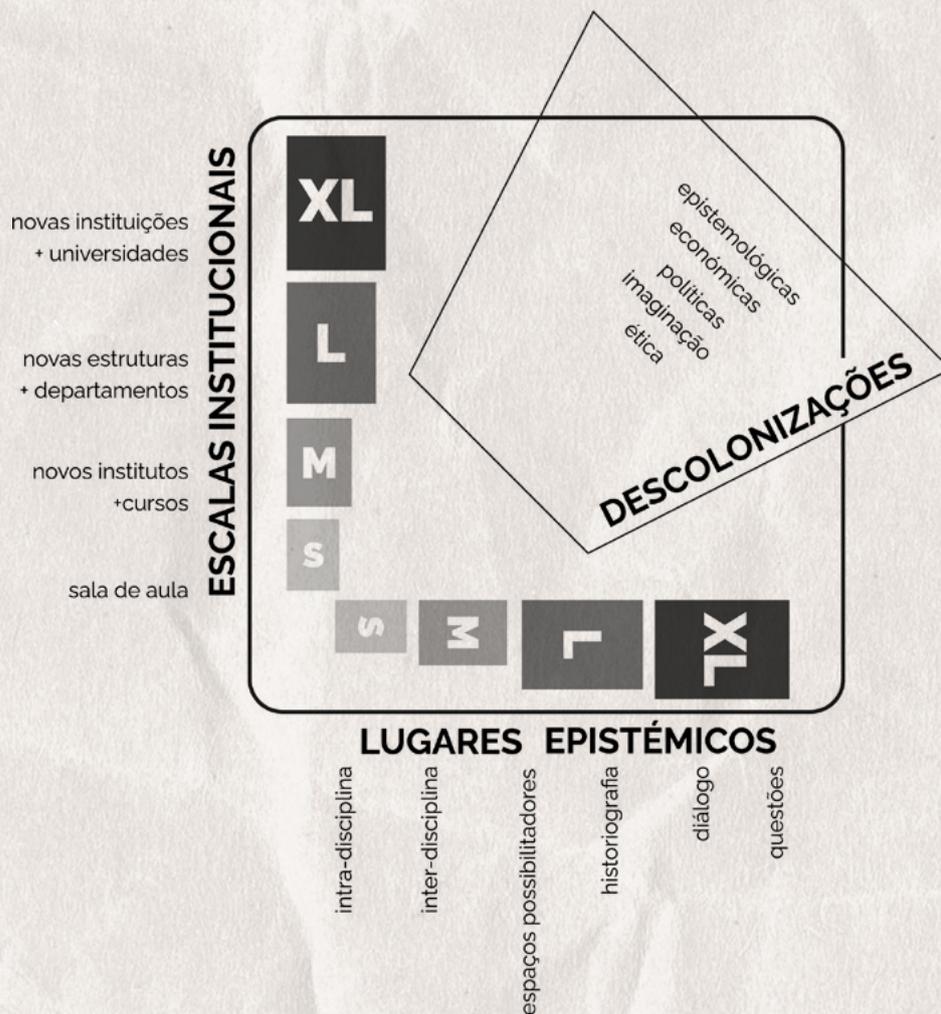


Figura 7. Escalas institucionais 'verticais' em inibir ou expandir as possibilidades de transformação em vários locais epistêmicos Fonte: Oswaldo Feitez (2023) a partir Imagem do autor, (2018).

arquitetos sul-africanos tenham pouca compreensão em como evitar a desvantagem acumulada... Muitos dos chamados "desenvolvimentos", no ensino e na prática, podem na verdade ser regressivos em vez de progressivos" (OSMAN, 2015). Da mesma forma, Iain Low (2014) argumenta que "é nas escolas de arquitetura que a forma da prática arquitetônica atual continua a ser reproduzida" (LOW, 2014, p. 162). E, partindo de uma perspectiva EUA/Norte Global, Jarzombek (2018) observa, "é agora óbvio que as escolas de arquitetura – na frente e no centro de algumas das principais questões geopolíticas da atualidade – são institucionalmente e intelectualmente subequipadas para lidar com o mundo do século XXI" (JARZOMBEEK, 2018).

As abordagens aqui descritas funcionam para transformar estruturas de conhecimento e prática curricular ainda profundamente embrenhadas no colonialismo e em formas de autorreprodução. Para tal, as abordagens centram a epistemologia, juntamente com uma compreensão mais profunda, expansiva e criativa da prática

ética, isto é, da imaginação ética. Estas coordenadas e questões permitem que a discussão da disciplina de arquitetura posterior ao colonialismo/apartheid, vá além das considerações de *design* e indicadores de *transformação*, na direção de críticas integradas e multifacetadas, com intervenções concomitantemente integradas e multifacetadas. Estas, implicam em histórias e estruturas de conhecimento que se reproduzem de forma epistêmica e estrutural. Como questionamentos, permitem a identificação dos lugares epistêmicos de intervenção, particularmente aqueles com potenciais multivalentes.

Na tentativa simultânea de criticar e construir, de perturbar e estabelecer, a abordagem também reúne duas visões diferentes de descolonização. Uma visão, representada pelo teórico em estudos culturais e em educação Handel Kashope Wright (2017), por exemplo, "a descolonização é um projeto incompleto", que "funciona melhor como um meio de expor o eurocentrismo ... que se posiciona como universal", mas que "não nos dá um campo de conhecimento pré-embalado... para substituir o campo de conhecimento eurocêntrico colonial, e mais importante, a epistemologia eurocêntrica" (WRIGHT, 2017). Segundo Wright, isso requer um corolário, um acompanhamento, ou melhor ainda, um processo paralelo de localização, africanização, terceira mundialização do conhecimento (WRIGHT, 2017). Isto difere da visão de Grosfoguel, que – como vim apontando – vê esse *processo paralelo* não como um processo separado, mas como localizado no centro do entendimento e da prática decolonial (GROSFOGUEL, 2013).

Como práticas estratégicas, contra-normativas que são interrogativas epistemologicamente e éticas na orientação, as abordagens descritas neste artigo não significam o *colapso* de uma disciplina. Pelo contrário, elas redirecionam habilidades fundamentais da disciplina, para dialogar com histórias e espaços teóricos e experimentais, cujo ponto de partida, fontes e questões, não são *naturalmente* euro-americano-centradas. Além disso, a abordagem é motivada não pelo furor pós-colonial ou medos neocoloniais, mas pelos papéis da educação na construção de sociedades qualitativamente e coletivamente mais humanas.

Na ausência de um conhecimento mais rigoroso com estratégias e estruturas claras, os conhecimentos críticos e pensamento do Sul Global, irão, provavelmente, permanecer *externos* à disciplina - autoconsciente, precária e subdesenvolvida, e perpetuamente em risco de *escorregar para trás* para conjuntos-padrão estabelecidos das práticas *disciplinares*. Este texto tenta contribuir para iniciar um diálogo mais rigoroso; se os estudantes que protestaram em todo o país merecem crédito, essa hora chegou.

Notas

1 (Nota dos editores [N.E.]) A versão original deste artigo foi publicada em 2018 com o título *Epistemic sites: ethics, transformation and decolonisation in architecture education*, no livro *Standing items: critical pedagogies in South African art, design & architecture*, organizado por Brenden Gray, Shashi Cullinan Cook, Tariq Toffa & Amie Soudien e publicado pela University of Johannesburg. Os direitos de publicação e reprodução são propriedade de Scholarship of Teaching and Learning in Art and Design (STAND), The Visual Identities in Art and Design Research Centre (VIAD), University of Johannesburg.

2 (N.E.): Este artigo foi traduzido para o português de Portugal. Os editores decidiram acolher neste dossiê as múltiplas grafias da língua portuguesa e conforme é escrita em cada um dos países lusófonos.

3 O termo *não-ocidental* é usado neste texto para descrever a dominação epistémica euro-americana do discurso acadêmico e pedagógico em arquitetura.

4 De acordo com a Bolsa de Estudos de Ensino e Aprendizagem (Scholarship of Teaching and Learning - SOTL) da revista *South Journal*: “O ‘Sul Global’ é concebido como um conjunto de características que precisam de considerar questões de diferenciais de poder, recursos tecnológicos e financeiros, e o reconhecimento dos conhecimentos indígenas. Embora o Sul global seja convencionalmente entendido como incluindo países de África, Ásia e América Latina, não é concebido apenas em termos geográficos. O Sul global, na maioria das vezes, depara-se com desafios típicos do momento pós-colonial: desigualdade de rendimento, identidades fraturadas e contestação sobre conhecimentos. O termo é, compreensivelmente, contestado e visto como

a homogeneização ou criação de binários que precisam de maior escrutínio” (AIM & SCOPE, 2018).

5 Coordenei e ensinei as disciplinas de história e teoria no Departamento de Arquitetura da Universidade de Joanesburgo entre 2015 e 2018, juntamente com disciplinas de projeto.

6 De acordo com Maldonado-Torres: “A colonialidade [...] refere-se a padrões de poder de longa data que surgiram como resultado do colonialismo, mas que definem cultura, trabalho, relações intersubjetivas e produção de conhecimento muito além dos limites estritos das administrações coloniais. Assim, a colonialidade sobrevive ao colonialismo” (MALDONADO-TORRES, 2009, p. 243).

7 Hamza Yusuf é apresentado regularmente entre os 50 muçulmanos mais influentes do mundo pelo projeto de investigação *The Muslim 500*. A publicação anual atribui à influência de Yusuf a “sua aplicação do conhecimento Islâmico enraizado na experiência vivida na sociedade moderna ocidental” (*The Muslim 500*, 2018, s.p.).

8 Uma das primeiras obras explicitamente dedicadas ao tema da ética do ambiente construído foi o volume *Ethics and the Built Environment* (FOX, 2000), que explorou cruzamentos arquitetônico-filosóficos. Ver também TOFFA ET AL. (2015) para maiores discussões sobre ética e arquitetura.

9 Numa investigação com estudantes de graduação em arquitetura na Universidade de Joanesburgo em 2017, os estudantes consideraram unanimemente o projeto como a componente curricular mais importante, seguida pelas componentes que foram consideradas como as que mais o apoiam, tais como as de *construção/tecnologia* e de *representação*. As componentes consideradas como não apoiantes diretas de



projeto caíram no fundo da hierarquia, tais como as de *história e teoria*, e de *prática profissional*.

10 Alteridade é um termo filosófico, sociológico e antropológico que implica condições ou qualidades de algo que não seja imitação, mesmice ou uma norma expectável. *Alteridade* poderia ser lida contra os padrões normativos, preconceitos e disparidades de poder, construídas pelos séculos da colonização europeia. Entretanto, a noção de *alterno* difere de *alternativa*, particularmente para a educação em arquitetura. Esta última, no final das contas, ainda consolida um centro/convenção como normativo e dominante, mesmo que essas normas tenham sido desacreditadas. Em vez de perpetuar as normas expectáveis - e ao fazê-lo também perpetuando noções de coisas 'outras', 'alternativas' e marginais a estas - a alteridade "produz diferença" (WEXLER, 2004), "um outro pensamento" (KHATIBI apud MIGNOLO, 2000, p. 51) ou "um outro modo" (MIGNOLO, 2007, p. 465).

11 (N.T.): *Foundation Course* é um curso preparatório ou inicial de curta duração que se faz em algumas faculdades e universidades, que serve de preparação para um curso mais longo ou mais avançado.

12 Nota dos editores: Na versão original não consta numeração de página nas citações

13 As disciplinas de *história da arquitetura*, e de *investigação em arquitetura*, foram, por muito tempo, influenciadas pela autoritária *A História da Arquitetura* de Sir Bannister Fletcher, entre outros. Publicado pela primeira vez em 1896 e logo adotado como bibliografia sobre história da arquitetura em toda a Grã-Bretanha, Estados Unidos e Austrália, continha uma pequena parte, no final do livro, dedicado à arquitetura não *ocidental*. Fletcher, afirma: "Os estilos não-históricos [não-"ocidentais"] ... exerceram pouca in-

fluência direta sobre outros estilos. ... A posição que eles deveriam ocupar na História da Arquitetura é... uma questão de dúvida, mas pensa-se que ao mantê-los bastante separados dos estilos históricos [ocidentais], isso torna-se mais evidente para o estudante." (FLETCHER, 1905, p. 603).

14 Estas e outras formas integradas de conhecimento, e os valores ecológicos nelas contidas, são frequentemente profundas e polivalentes, e requerem uma discussão muito mais longa do que é aqui possível.

15 O termo "transmodernidade" é atribuído ao filósofo da libertação, Enrique Dussel (GROSGOUEL, 2013, p. 75) da Argentina.

16 Estas foram a conquista do Al-Andalus e das Américas, o sequestro e a escravidão de africanos nas Américas, e mulheres queimadas vivas como "bruxas" na Europa (GROSGOUEL, 2013).

17 A história/teoria 'epistemicamente aberta' é um processo maduro e rico em metodologias inovadoras. Uma discussão mais completa sobre isto não é aqui possível.

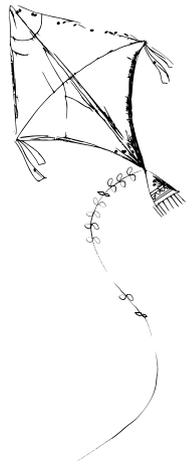
18 Segundo o historiador económico Benedikt Koehler (2014), por exemplo, o comércio intercontinental numa estrutura económica islâmica, inspirou a emergência de muitos aspetos do capitalismo moderno na Europa, embora, o primeiro, o tenha feito sem sacrificar concepções integrativas mais amplas de vida, que estão ausentes no segundo (KOEHLER, 2014).

19 Durante a violência xenófoba, em todo o país, contra imigrantes africanos na África do Sul, em 2008, por exemplo, a Igreja Metodista Central em Joanesburgo sob o bispo Paul Verryyn, controversamente deu abrigo a mais de 3000 imigrantes/refugiados. Ao mesmo tempo, a pouco tempo da África do Sul sediar

uma Copa do Mundo da FIFA, o Centro Sultan Bahu - sob o comando de Shaykh Sayed Ally Chopdat em Joanesburgo - formou uma equipe oficial de futebol para ajudar a integrar os estrangeiros de volta à sociedade (SMITH, 2009; CHARBONNEAU, 2017).

Referências

- AIM & SCOPE. **Scholarship of Teaching and Learning in the South (SOTL) in the South**. Disponível em: <https://sotl-south-journal.net/index.php/sotls>. Arquivo consultado em 5 mar. 2022.
- AKAMA, Y. Kokoro of design: embracing heterogeneity in design research. **Design and Culture**, 9: 79-85, 2017.
- BADEROON, G. Methodologies: silences, secrets, fragments. **Critical Arts**: 27(2): 276-290, 2007.
- BERNAL, M. **Afroasiatic roots of classical Greece, Volume 1: The fabrication of ancient Greece, 1785-1985**. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1987.
- BUHLUNGU, S. **Resolution taken by the Extended Dean's Advisory Committee of the Faculty of Humanities, meeting held on 30 September 2016, University of Cape Town**. Disponível em: http://www.humanities.uct.ac.za/sites/default/files/image_tool/images/2/Humanities%20DAC%20Resolution%20Sept%202016.pdf. Arquivo consultado em 24 jan. 2022.
- CHARBONNEAU, A. Attending refugees in Global South cities. **Huffington Post**, 6 dez. 2017. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/attending-refugees-in-glo_b_8530594. Arquivo consultado em 1 fev 2022.
- CITY, E. A.; ELMORE; R. F.; FIARMAN, S. E.; TEITEL, L. **Instructional rounds in education: a network approach to improving teaching and learning**. Cambridge, Mass.: Harvard Education Press, 2009.
- COMRIE, A. Work in progress. In: BOUKUNDE LECTURE SERIES: WAYS OF PRACTICING, 19 Set. 2018. Pretoria: University of Pretoria, 2018.
- DARDER, A. **Decolonizing pedagogy in Arts, Design and Creative Education**. Palestra - UJ Arts & Culture Centre, 13 Set., Universidade de Joanesburgo, Joanesburgo, 2018.
- DEWEY, J. 1916. **Democracy and Education: An Introduction to the Philosophy of Education**. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/arena-attachments/190319/2a5836b-93124f200790476e08ecc4232.pdf>. Arquivo consultado em 4 fev. 2022.
- DREXLER-DREIS, J. Interview: Maldonado-Torres. **Ninth Newsletter of the Centre for Liberation Theologies**. Outubro, p. 9-12, 2014. Disponível em: https://theokuleuven.be/apps/centr_bevrijding_newsletter/view/145/. Arquivo consultado em 24 fev. 2022.
- FANON, F. **Black skin, white masks**. Londres: Pluto Press, (2008 [1952]).
- FANON, F. **The wretched of the earth**. Nova Iorque: Grove Press, (1963 [1961]).
- FELTON, E.; ZELENKO, O.; VAUGHAN, S. 2012. **Design and ethics: reflections on practice**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2012.
- FISHER, R. C. Teaching Architectural history - should there be coursework in History in the South African Architectural curriculum? **Architecture SA**, Vol. 67, Maio/Junho, p. 49-50, 2014.
- FISHER, R. C. **A paradigmatic approach to Architectural History: postmodernism**. MA thesis (MSc Architecture), University of Pretoria, 1989.
- FLETCHER, B. **A history of architecture on the Comparative Method**. Londres: Bradbury, Agnew & Co., 1905.
- FOX, W. (Org). **Ethics and the built environment**. Nova Iorque: Routledge, 2000.
- GROSGOQUEL, R. The structure of knowledge in westernized universities: epistemic racism/sexism and the four genocides/epistemicides of the Long 16th century. **Human Architecture: Journal of the Sociology of Self- Knowledge**, Vol. 11, n. 1, p. 73-90, 2013.
- GROSGOQUEL, R. 2011. Decolonizing Post-Colonial Studies and paradigms of political-economy: transmodernity, decolonial thinking, and global coloniality. **Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production**



of the **Luso-Hispanic World**, Vol. 1, n.1. Disponível em: <http://escholarship.org/uc/item/21k6t3fq>. Arquivo consultado em 1 mar. 2022.

HUERTA, S.; DE HERRERA, I. J.; BENVENUTO, A. E.; DRAGADOS, F. (Orgs.). **Proceedings of the First International Congress on Construction History**, 20-24 jan. Madrid: Sociedad Española de Historia de la Construcción, 2003.

JARZOMBEK, M. The school of architectural scandals. e-flux **Architecture**, out. 2018. Disponível em: <https://www.e-flux.com/architecture/history-theory/225182/the-school-of-architectural-scandals/>. Arquivo consultado em 1 mar. 2022.

KEIKABILE, M. Poema declamado na Universidade de Joanesburgo. In: **5th Decolonising the Curriculum panel discussion series**, 16 maio. Joanesburgo: Universidade de Joanesburgo, 2016.

KOEHLER, B. **Early Islam and the birth of Capitalism**. Maryland/Londres: Lexington, 2014.

LOW, I. Educating Architects in Africa. **Journal of Architectural Education**, Vol. 68, n. 2, p. 162-164, 2014.

MAGAZINER, D. **The Foundation: design, time and possibility in 1960s Nairobi**. Palestra, 15 maio. The Wits Institute for Social and Economic Research (WISER). Joanesburgo: Universidade de Witwatersrand, 2017.

MAGAZINER, D. Designing knowledge in post-colonial Africa: a South African abroad. **Kronos: Southern African Histories**, n. 41, p. 265-286, 2015.

MALDONADO-TORRES, N. Outline of ten theses on coloniality and decoloniality. **Caribbean Studies Association**, 2016. Disponível em: http://caribbeanstudiesassociation.org/docs/Maldonado-Torres_Outline_Ten_Theses-10.23.16.pdf. Arquivo consultado em 1 mar. 2022.

MALDONADO-TORRES, N. On the coloniality of being. **Cultural Studies**, Vol. 21, n. 2, p. 240-270, 2009.

MAMDANI, M. Between the public intellectual and the scholar: decolonization and some post-independence initiatives in African higher education. **Inter-Asia Cultural Studies**, Vol. 17, n. 1, p. 68-83, 2016.

MIGNOLO, W. D. Delinking: the rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. **Cultural Studies**, Vol. 21, n. 2, p. 449-514, 2007.

MIGNOLO, W. D. **Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking**. Princeton, N. J. /Oxfordshire: Princeton University Press, 2000.

MUHAMMED, H. F. N. **Irfan: Part I**. Karachi: Khiyani Memorial Welfare Trust, 2011 [1930].

OSMAN, A. 2015. What architects must learn from South African student protests. **The Conversation AFRICA**, 23 nov. 2015. Disponível em: <https://theconversation.com/what-architects-must-learn-from-south-african-student-protests-50678>. Arquivo consultado em 1 mar. 2022.

SAIDI, F. E. **Developing a curriculum model for architectural education in a culturally changing South Africa**. TESE doutorado, Universidade de Pretoria, 2005.

SANTOS, B. de S. **Epistemologies of the South: justice against epistemicide**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2016.

SENNETT, R. Labours of love. In: **The Guardian**, 2 fev. 2008. [0]. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2008/feb/02/featuresreviews.guardianreview14/>. Arquivo consultado em 1 mar. 2022.

SIERRA, F. J. G. Drawing, reasoning and prejudice in Choisy's *Histoire de l'Architecture*. **Proceedings of the First International Congress on Construction History**, 20-24 January. Madrid: Sociedad Española de Historia de la Construcción, p. 1007-1022, 2003.

SMITH, D. 2009. Letter from Africa: Johannesburg's Methodist homeless mission. In: **The Guardian**, 1 set. 2009. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2009/sep/01/letter-from-johannesburg-methodist-mission>. Arquivo consultado em 1 mar. 2022.

SOJA, E. **Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places**. Oxford: Blackwell, 1996.

HANSON, H. Y. Sheikh Hamza Yusuf Hanson. In: **THE MUSLIM 500**. Disponível em: <https://www.themuslim500.com/profiles/sheikh-hamza-yusuf-hanson/>. Arquivo consultado em 1 mar. 2022.

TOFFA, T.; OSMAN, A.; BENNETT, J. 2015. Architecture and agency: ethics and accountability in teaching through the application of Open Building principles. Palestra - DEFSA (Design Education Forum South Africa) DESIGN EDUCATION CONFERENCE 2015: ETHICS AND ACCOUNTABILITY IN DESIGN: DO THEY MATTER? Johannesburg, South Africa, 2-4 September, 2015. Joanesburgo: Midrand Graduate Institute. Disponível em: <https://www.defsa.org.za/papers/architecture-and-agency-ethics>. Arquivo consultado em 1 mar. 2022.

VAN RENSBURG, A. J. Learning@1:1. **Architecture SA**, Maio/Junho, p. 36-45, 2016.

VAN RENSBURG, A. J. 2011. Transformation issues in the teaching of Architectural Design. In: SIXTH INTERNATIONAL DEFSA CONFERENCE PROCEEDINGS, 2011. Pretoria: Design Education Forum of Southern Africa, p. 127-138. Disponível em: <https://www.defsa.org.za/papers/transformation-issues-teaching>. Arquivo consultado em 1 mar. 2022.

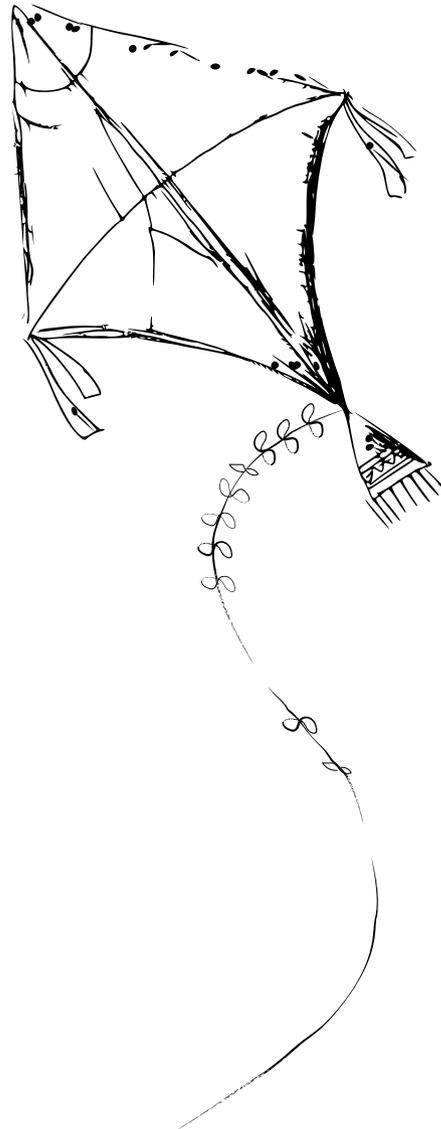
VAN SERTIMA, I. **They came before Columbus**. Nova Iorque: Random House, 2003 [1976].

WEXLER, J. Alterity. CSMT, Glossary, Universidade de Chicago, 2004. Disponível em: <http://csmt.uchicago.edu/glossary2004/alterity.htm>. Arquivo consultado em 1 mar. 2022.

WIGLEY, M. Whatever Happened to Total Design? **Harvard Design Magazine: Design Arts and Architecture**, n. 5, 1998. Disponível em: <http://www.harvarddesignmagazine.org/issues/5/whatever-happened-to-total-design>. Arquivo consultado em 1 mar. 2022.

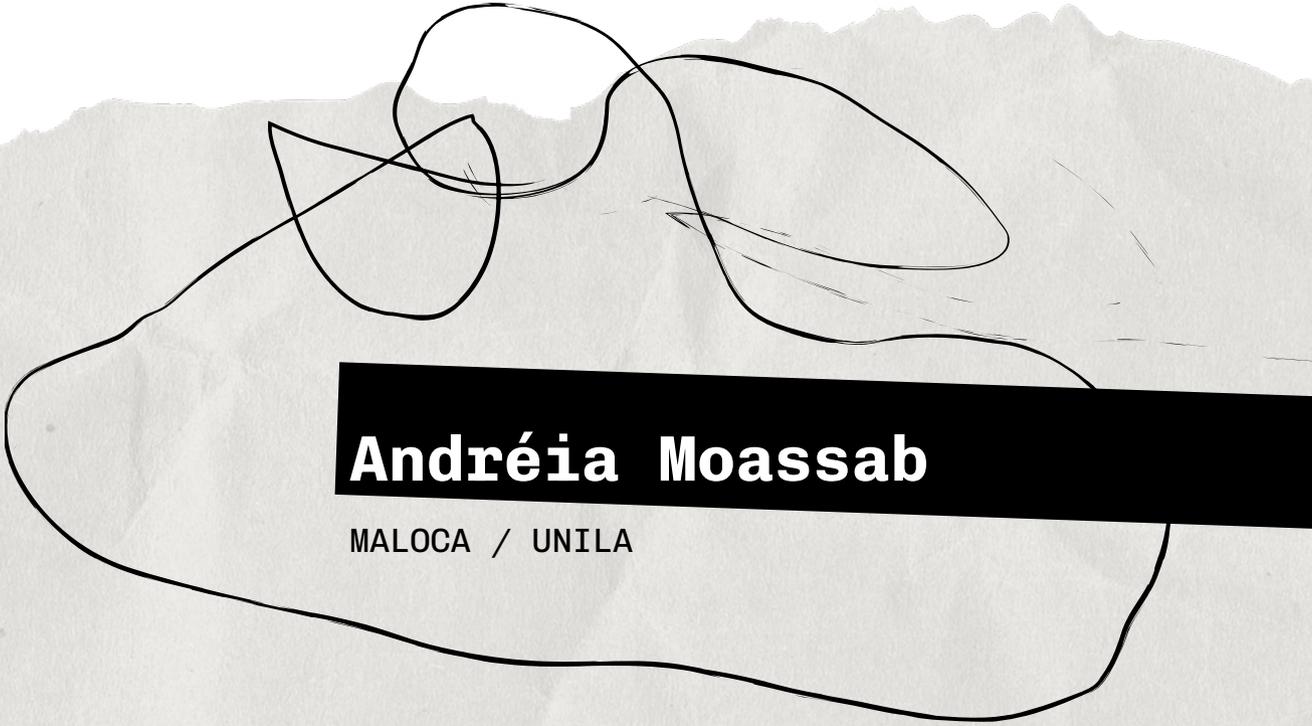
WRIGHT, H. K. Did someone say (and mean) decolonise the university? Are we ready for this jelly? Palestra em 16 agosto, 2017 - Faculdade de Arte, Design e Arquitetura (FADA), Universidade de Joanesburgo. Event presented by the Visual Identities in Art and Design Research Centre (VIAD), and Scholarship of Teaching in Art and Design (STAND).

YUSUF, H. 2017. Letter from the editor: why 'Renovatio?'. **Renovatio: the Journal of Zaytuna College**, 28 abril 2017. Disponível em: <https://renovatio.zaytuna.edu/article/letter-from-the-editor>. Arquivo consultado em 1 mar. 2022.



Cabo Verde entre mundos:

**território, ambiente e
narrativas em disputa**



Andréia Moassab

MALOCA / UNILA

Cabo Verde entre mundos: território, ambiente e narrativas em disputa

Resumo

Das representações invisibilizadas nos mapas coloniais à subalternização na produção de sentidos na atualidade, este texto discorre sobre as dificuldades dos países pobres em alçar sua autonomia, em suas múltiplas faces, na geopolítica internacional. Da dominação colonial à sujeição ao capital internacional, do ponto de vista dos países africanos, só foram alterados, quando muito, os atores dominantes. Porém, permanece a relação de opressão. A manutenção da excessiva influência do Norte nos países do Sul (não casualmente, antigas colônias) em termos econômicos, políticos e culturais, o que perpétua a lógica colonizadora. Propondo um debate a partir do desgastado termo “sustentabilidade”, o texto avança a partir dos mapas, com a Europa no centro, para o discurso ambientalista construído pelos países ricos. Mantendo a centralidade da produção de sentido no Norte Global, tais países seguem impondo suas perspectivas a realidades geo-históricas bastante distintas. Contudo, Cabo Verde tem se esforçado para se posicionar criticamente nesse contexto, como mostram alguns trabalhos artísticos recentes, com destaque, aqui, para *Cape Verde Social [un] Sustainability*, de 2010, do coletivo XU, e, uma década depois, *Água(s), Produção de Territórios e Imaginários*, do projeto *Storia na Lugar*. Ambos expõem o modo como grupos econômicos internacionais, no mundo todo, deflagram uma forte concorrência para acessar a recursos primários necessários à industrialização e ao consumo, solapando territórios e comunidades nos países pobres. Em paralelo, um largo contingente populacional permanece sem atendimento de suas necessidades básicas, numa geopolítica bastante evidente: é nos países pobres que estão os maiores impactos ambientais provocados pelo capitalismo.

Palavras-chave: Cabo Verde, África, identidade, mapas, sustentabilidade

Cabo Verde entre mundos: territorio, medio ambiente y narrativas en disputa

Resumen

Desde las representaciones invisibilizadas en los mapas coloniales hasta la subalternización en la producción de significados de la actualidad, este texto discute las dificultades de los países pobres para aumentar su autonomía, en sus múltiples dimensiones, en la geopolítica internacional. De la dominación colonial a la sujeción al capital internacional, del punto de vista de los países africanos, sólo cambió, se mucho, los actores. Sin embargo, la relación de opresión permanece. Mantener la influencia excesiva del Norte en los países del Sur (no casualmente, antiguas colonias) en términos económicos, políticos y culturales perpetúa la lógica colonizadora. Proponiendo un debate desde el desgastado término “sostenibilidad”, el texto avanza desde los mapas, con Europa en el centro, hasta el discurso ambiental construido por los países ricos. Manteniendo la centralidad de la producción de sentidos en el Norte Global, estos países siguen imponiendo sus perspectiva sobre realidades geohistóricas muy diferentes. Sin embargo, Cabo Verde se ha esforzado por posicionarse criticamente en este contexto, como lo demuestran algunas obras artísticas recientes. Este es el caso de *Cape Verde Social [un] Sustainability*, de 2010, por el colectivo XU, y, una década más tarde, *Agua(s), Producción de Territorios e Imaginarios*, del Proyecto *Storia na Lugar*. Ambos exponen cómo los grupos económicos internacionales de todo el mundo desencadenan una fuerte competencia para acceder a los recursos primarios necesarios para la industrialización y el consumo,

recortando territorios y comunidades en los países pobres. Paralelamente, un gran contingente de la población sigue sin tener cubiertas sus necesidades básicas, en una geopolítica muy evidente: es en los países pobres donde se encuentran los mayores impactos ambientales causados por el capitalismo.

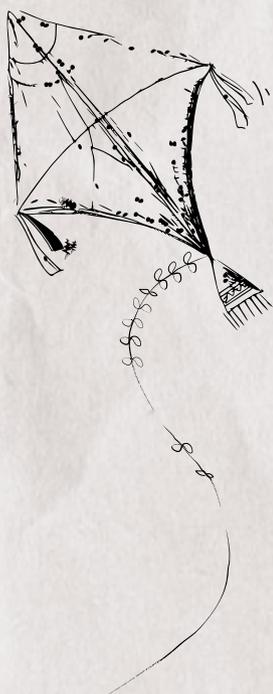
Palabras clave: Cabo Verde, África, identidad, mapas, sostenibilidad.

Cape Verde between worlds: territory, environment and narratives in dispute

This text discusses the difficulties of poor countries in increasing their autonomy, in their multiple faces, in international geopolitics, which occurs from the not visible representations in colonial maps to the subalternization in the production of meanings today. Also, from African countries' perspective the colonial domination as well as subjection to international capital nowadays, only the actors, at most, changed. However, the oppressive relations remain. The colonizing logic persists through the excessive influence of the North in the southern countries (not casually, former colonies) in economic, political and cultural terms perpetuates. Proposing a debate from the worn term "sustainability", the text advances from the maps, with Europe at the center, to the environmental discourse built by rich countries. In other words, the meaning production remains in the Global North, imposing its perspective on very distinct geo-historical realities. However, Cape Verde has made an effort to position itself critically in this context, as shown by some recent artworks, as *Cape Verde Social [un] Sustainability*, by the collective XU, and, *Hacking (the resort): Water Territorialities and Imaginaries*, by the Project *Storia na Lugar*. Both expose how international economic groups around the world trigger strong competition to access the primary resources needed for industrialization and consumption, in a race that slashes territories and communities in poor countries. In parallel, a large population in these countries remains unmet by their basic needs, in a very evident geopolitics: it is in poor countries that the greatest environmental impacts caused by capitalism are to be found.

Abstract

Keywords: Cape Verde, Africa, identity, maps, sustainability



O mapa mente

O mapa mente. A geografia tradicional rouba o espaço, tal como a economia imperial rouba a riqueza, a história oficial rouba a memória e a cultura formal rouba a palavra

Eduardo Galeano

O escritor uruguaio Eduardo Galeano definiu taxativamente o mapa como uma mentira em seu livro *De pernas para o ar* (2009). Apesar de quaisquer atenuantes à tal assertiva, de fato, os mapas enquanto sistemas semióticos são representações seletivas, que constituem um discurso sobre a realidade. O achatamento necessário para ordenar em duas dimensões espaços e territórios multidimensionais acaba por triar dados segundo critérios político-ideológicos: os mapas delimitam e nomeiam, incluem e excluem, unem e separam. Dito de outra forma, os mapas produzem discurso, atribuem sentidos e constroem realidade.

Para os e as habitantes da Mesopotâmia, o rio Eufrates estava no âmago do mundo, como mostra a carta de Ga-Sur, primeiro mapa conhecido, datado de 2.300 a.C. Na idade média, o mapa TO reduz o planeta a três continentes — Ásia, Europa e África —, circunscritos pelo oceano, com Jerusalém ao centro e o paraíso na parte superior, coincidente com o “oriental” (RODRIGUES, 2005; LESTER, 2009)¹. Ao mesmo tempo, o mapa TO consistia, claramente, numa representação teológica do mundo conhecido. Estes *mappae mundi*² eram “desenhados para instrução e contemplação espirituais. Eram objetos devocionais, orientações sobre a divina ordem cósmica das coisas” (LESTER, 2009, p. 50), mais do que um guia sobre territórios.

**L
A
J
E**

v.2 n.2
p. 274-307
2023

ISSN: 2965-4904

Ao contrário, na era das navegações, a empreitada colonial impulsiona as ciências cartográficas, com o imperativo de controlar os territórios e mares conquistados e por conquistar. É nesse período que Gerardo Mercator³ propõe uma projeção cartográfica que até hoje constrói o imaginário dominante sobre o mundo: a Europa está no centro e a distorção da massa territorial dos continentes faz com que a África pareça menor do que é, enquanto a Europa, parece maior (RODRIGUES, 2006). Neste jogo imposto de centralidade, cria-se a periferia e os países periféricos, engrandece-se o Norte e diminui-se o Sul. Embora haja uma justificativa matemática para tal distorção, ela é efetivamente uma escolha política. A difundida projeção de Mercator revela o quanto os mapas são ideologicamente delimitados e constituem instrumentos de poder. Nos últimos séculos, a representação dos territórios serviu ao poder colonial e ao imperialismo, com fins militares e expansionistas, a serviço do capital.

É justamente com a consolidação do capitalismo que a cartografia, enquanto campo disciplinar, se consolidou no século XIX, sob os auspícios da ciência positivista, quando o ato de mapear e os mapeamentos alçam definitivamente o valor de "verdade", ainda que constituam sempre representações parciais sobre dado território. À naturalização simbólica de escolhas políticas escamoteadas pelos regimes de verdade da ciência, da cultura, da arte e da mídia temos vindo a designar de "fascismo simbólico"⁴ (MOASSAB, 2011a). Trata-se de um regime desigual de produção de sentidos: o fascismo simbólico se apresenta em meio a sociedades democráticas, porém há uma total ausência de negociação na produção de sentidos, ou seja, a parte hegemônica da sociedade impõe seus valores e impede um lugar de fala a determinados grupos subalternos (ibidem). Os mapas, sob esta ótica, são vetores de imposição simbólica, produzindo existências e, sobretudo, não-existências⁵.

No que se refere ao continente africano, os mapas homogeneizam as suas diferenças, invisibilizam suas particularidades e exotizam seus fenômenos e populações, sempre numa relação de inferioridade em relação ao Norte global. Como um permanente dispositivo de opressão e controle, os mapas para o continente africano têm sido dos principais entraves para a permanente dificuldade de cooperação entre os Estados Nacionais. O mapa d'África teve suas fronteiras arbitrariamente desenhadas numa operação de gabinete para atender aos interesses imperialistas, sem respeitar as realidades étnicas ou geográficas locais, o que Tiken Jah Fakoly, músico da Costa do Marfim, nos versos de *Plus rien ne métonne*, sintetiza bastante bem:

Eles partilharam a África sem nos consultar / Eles ficam surpresos que somos desunidos! / Parte do império Mandinga se encontra com os Wolof / Parte do império Mossi está no Gana / Parte do império Soussou se encontra no Império Mandinga / Parte do império Mandinga se encontra com os Mossi / Eles partilharam a África sem nos consultar / Sem nos perguntar, sem nos avisar! / Eles partilharam o mundo / Nada mais me surpreende (FAKOLY, 2004, tradução livre da autora)⁶

Fakoly se refere à partilha da África ocorrida na Conferência de Berlim (1884 – 1885), quando foram delimitadas, a partir da Europa, as atuais fronteiras entre os países africanos, que separam artificialmente grupos humanos pertencentes a mesmas etnias, unindo, não raro, grupos inimigos. A Conferência estabeleceu as bases legais — dentro de um arcabouço jurídico europeu, diga-se — para a conquista do continente, com a manutenção das fronteiras impostas pelas potências europeias (HERNANDEZ, 2005), o que foi pouco debatido, igualmente, pelos movimentos de independência, quase um século depois (ibidem). Na obra "Scramble for Africa", de 2003, Yinka Shonibari, em consonância com Fakoly, apresenta ironicamente este momento. O artista nigeriano coloca ao redor de uma robusta mesa de madeira, "pessoas" sem cabeça, as quais se sentem absolutamente à vontade (e com poder) para negociar a partilha do continente entre si. Estas figuras acéfalas vestem os pesados trajes europeus da época, porém, feitos com os coloridos tecidos africanos.⁷

Com o estabelecimento arbitrário e à revelia das fronteiras destes novos países, após a independência, no século seguinte, foram e têm sido comuns revoltas separatistas e golpes de Estado, que terminaram por instaurar ditaduras, cujas tensões permanecem atuais, como é o caso da República Democrática do Congo, Chade, Etiópia, República Centro-Africana e Sudão, para citar somente alguns. Este último, inclusive, passou por um golpe militar, em finais de outubro de 2021, enquanto finalizo este texto.⁸

No caso específico da colonização portuguesa em África, é digno de menção, o "mapa cor-de-rosa" (Fig. 1), como ficou conhecido o mapa a representar a pretensão de Portugal sobre os territórios da África Austral, ligando Angola a Moçambique, sobre o que hoje são Zâmbia, Zimbábue e Malawi, o que colidiu diretamente com os interesses ingleses em ligar o Cairo, no Egito, à Cidade do Cabo, na África do Sul. O mapa cor-de-rosa estremeceu as relações luso-britânicas naquele período de redefinição geopolítica (CHARLES; SÁ, 2011), constituindo, um dos principais motivos para a realização da Conferência de Berlim (HERNANDEZ, 2005).⁹

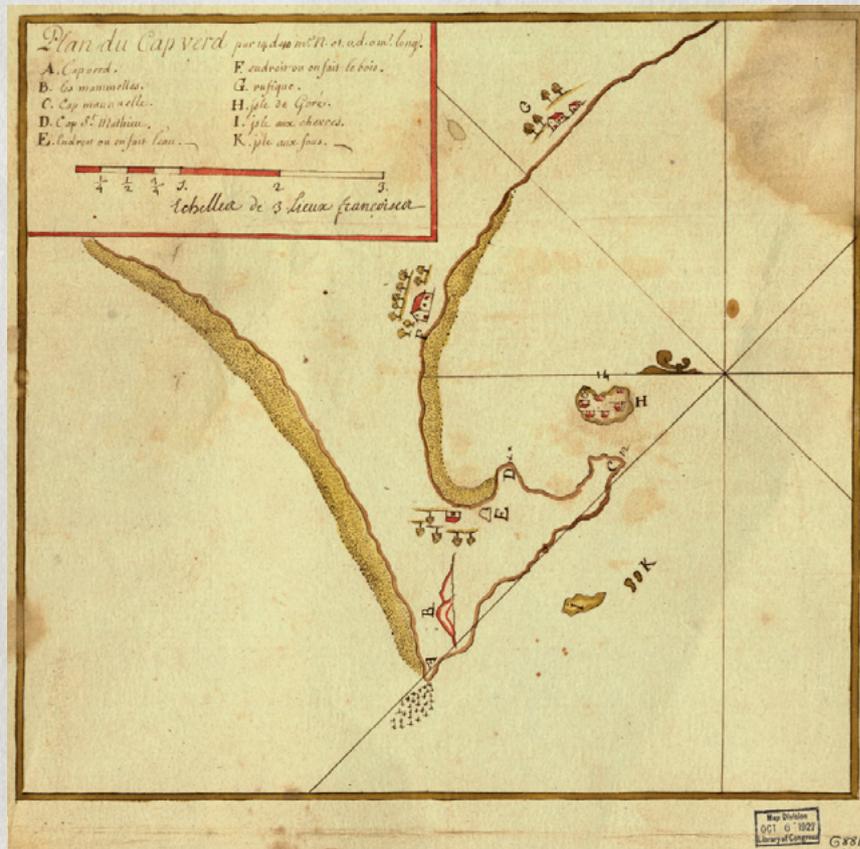


Figura 1. Cabo Verde e Gorée, mapa do século XVIII, orientado com o oeste na parte superior. Fonte: Library of Congress, Geography and Map Division.

Cabo Verde, por sua vez, nem sempre aparece nos mapas, seja pelo seu tamanho diminuto, seja pelo histórico desinteresse geopolítico nas ilhas, que não conta com os recursos naturais disputados nem pelo colonialismo tampouco pelo imperialismo. Um dos primeiros mapas modernos a apresentar o arquipélago remonta, provavelmente, à primeira metade do Século XVIII, encomendado pela França à Real Escola de Navegação da Espanha (BIBLIOTECA DO CONGRESSO, s/d). Não será fortuito o fato do mapa se destinar a marcar o centro de comércio de escravizados, juntando Cabo Verde à ilha de Gorée, no atual Senegal, a qual viria a ser considerada Patrimônio Histórico Mundial da UNESCO, em 1978. Apesar de mais rente à África, nem sempre será esta a representação dominante do país. O arquipélago ainda deambula conforme os ventos e as marés políticas, ora aproximando-se da Europa (como nas últimas décadas), ora do continente africano (nos anos pós-independência). Para entender esta dança cartográfica e identitária na produção de sentidos, é necessária uma breve contextualização, em especial, do lugar de Cabo Verde no regime colonial.



Uma identidade à deriva?

Cabo Verde está situado em meio ao oceano Atlântico, entre Brasil e África, nas proximidades da costa do Senegal. O país é formado por dez ilhas, das quais nove são habitadas. A população de quase 500 mil habitantes observou pequeno decréscimo em 2021 com relação ao Censo de 2010, em particular, com uma acentuada diminuição da população feminina e de jovens com menos de 24 anos (INE, 2021). A carência de recursos naturais em simultâneo aos ciclos de seca profunda tem historicamente expulsado grande parte da população para a diáspora. Hoje em dia, está estimado em um milhão o número de caboverdianos e caboverdianas morando no exterior, o equivalente ao dobro da população nacional residente nas ilhas. As remessas de emigrantes correspondem a cerca de 20% do PIB, tendo vindo a atingir novos recordes a cada ano, conforme dados do Banco de Cabo Verde (BCV, 2021).

Vale assinalar que até 1975, Cabo Verde estava sob domínio de Portugal. O colonialismo marcou profundamente a história do continente africano, deixando traços indelévels nas suas estruturas e organizações sociais. De destacar que a colonização portuguesa foi das mais longas no continente, com presença desde meados do século XV até a segunda metade do século XX. Diferente da ocupação das Américas, que ocorreu em simultâneo à chegada dos europeus ao continente, nos primeiros séculos de navegação atlântica pela costa d'África, apenas a faixa litorânea — tanto do Atlântico quanto do Índico — foi ocupada. É somente com as independências nas Américas, no século XIX, que os interesses geopolíticos se deslocam mais acentuadamente para a África, com intenções de dominação do território. Num contexto distinto daquele que levou à ocupação territorial nas Américas, a partilha da África pactuada na Conferência de Berlim formaliza a nova geopolítica mundial, já com avanço da industrialização, suas exigências de matérias-primas e despontamento de outras potências como França, Alemanha e Grã-Bretanha, que tensionariam com Portugal o seu pretensão "direito" sobre a África (CHARLES; SÁ, 2011). Ao perder espaço na disputa dos territórios, em finais do Século XIX e início do XX, Portugal faz diversas campanhas de ocupação do que hoje são Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

Cabo Verde, até meados dos anos de 1970, no conjunto dos países africanos de língua portuguesa,¹⁰ ocupou um lugar de distinção no regime colonial. A singularidade caboverdiana reside, por um lado, em menor controle do território por parte das políticas coloniais, ao contrário, por exemplo, de Angola e Moçambique; a ausência de vigência do Estatuto do Indigenato;¹¹ e em não vivenciar, em seu território, a guerra

pela independência. Por outro lado, o abandono total da população sem quaisquer investimentos em infraestruturas, acompanhado de um discurso reforçado acerca das mazelas climáticas (o país é ciclicamente assolado por severos períodos de seca), resultou numa aceitação praticamente passiva das condições desiguais de acesso à terra, situação não contestada e tampouco revertida com a independência. Passadas quase quatro décadas da desvinculação político-administrativa de Portugal, o modelo de ocupação do território no país pouco alterou o padrão moderno-colonial de organização, que sempre foi prerrogativa dos colonizadores, concentrando "a propriedade nas mãos de um número reduzido de colonos brancos e de um número menor de mestiços cabo-verdianos" (FURTADO, 1993, p. 28). Ou seja, é mantido o padrão excludente de acesso à terra, com uma política pautada pelos grandes empreendimentos imobiliários e pelas multinacionais que têm aportado no país nas últimas décadas, consolidando a terra como um mecanismo de concentração de riqueza.

Ademais, a consolidação de um Estado com poucos recursos naturais enfrenta imensas dificuldades, sendo amplamente amparada por ajuda internacional e pela remessa dos e das emigrantes a familiares. A dependência externa em adição a um acelerado processo de urbanização e desemprego estrutural acaba por caracterizar boa parte dos países africanos, da qual Cabo Verde não é exceção. Inclusivamente, é de referir, como já debatemos em outras partes (MOASSAB, 2011b) que o modelo colonial português não privilegiou a qualificação dos recursos humanos em suas colônias: "apesar de mais de quatro séculos nas terras 'conquistadas', os portugueses não se mostraram preocupados com as 'realizações educativas'" (NEVES, 2008, p. 45, aspas no original). A tradição educacional nas colônias portuguesas sempre tendeu para o envio dos estudantes à metrópole, o que reforçou o abismo social entre a pequena elite educada e o resto da população. Esta elite letrada constituiu o principal grupo mediador entre os nativos e as autoridades metropolitanas, a partir do século XIX, tendo tido um papel fundamental na ideação "da identidade cabo-verdiana enquanto algo essencial ao conjunto das ilhas" (ANJOS, 2002, p. 27).

Mais do que contestar o regime colonial, a identidade constituída na viragem dos séculos buscava afirmar um regionalismo específico à Cabo Verde dentro do império português. Ancorada na construção da mestiçagem, a base identitária cabo-verdiana corroborava do discurso ideológico do fascismo português (ibidem, p. 101), ocultando a violência colonial racista e facilitando, internamente, a ocupação de posições privilegiadas na estrutura social pelos mestiços letrados. Nesse contexto, tanto a

questão identitária se torna extremamente complexa quanto mais facilmente há uma assimilação do pensamento elaborado na metrópole, ou hodiernamente, no Norte.

Portanto, do ponto de vista dos países africanos, sob dominação do norte global nos últimos cinco séculos, o período contemporâneo só fez mudar os atores dominantes. Porém, prevalece inalterada a relação de subalternidade. A manutenção da excessiva influência do norte nos países do sul (não casualmente, antigas colônias) em termos econômicos, políticos e cultural perpétua a lógica colonizadora. A forte pressão da agenda internacional sobre os governos africanos, tanto por parte das distintas agências multilaterais como pelas empresas, é uma das faces hodiernas da dominação.

Note-se que o primeiro período pós-independência (1975 – 1992) foi marcado pela construção nacional e consolidação do novo país, com um sistema de partido único. Igualmente, a soberania nacional era um dos fundamentos do novo país, atestado com a sua inserção durante a Guerra Fria, no bloco de países não-alinhados, logo em 1975. A abertura para o multipartidarismo, ocorrida na reforma constitucional de 1992, ocorre em concomitância ao internacional avanço do capitalismo neoliberal. Nessa esteira é realizada uma das primeiras privatizações no país, em 1999. A Electra, companhia de energia elétrica, vende 51% de suas ações às empresas portuguesas EDP- Electricidade de Portugal, S.A. e IPE - Águas de Portugal SGPS!¹² Aparentemente, a soberania e o não-alinhamento perderam força enquanto identidade política com a rápida adesão à economia de livre mercado, preconizada pelo Consenso de Washington, de 1989, que significou a consolidação do capitalismo neoliberal.¹³

É a partir desse período que o país atrela ainda mais sua economia a investimentos estrangeiros, nos mais diversos setores. Em especial, há uma intensa aposta no setor turístico, sob o viés do turismo de massa, e um empenho, à vista disso, em “vender” internacionalmente uma imagem de país “exótico”, uma espécie de “pseudo-África” ou “pseudo-Europa”, como um destino de praia e sol (MOASSAB, 2012) rememorando (ou continuando), de algum modo, o “lusotropicalismo” dos anos de 1940 (BARROS, 2010).

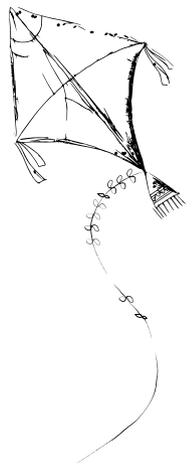
Atualmente, a atividade turística representa 25% do PIB e movimenta quase 40% da economia caboverdiana, segundo dados recentes do Banco Mundial (2021)¹⁴. Não obstante, o desenho do território decorrente do turismo de massa denota as contradições que acompanham o aumento do PIB: enclaves internacionais formados por resorts estrangeiros impactam enormemente as ilhas do Sal e Boa Vista. Estes territórios têm sido regulamentados justamente para facilitar o “consumo do espaço” (FIEDLER, 2008, p.08). Por meio de cooperações multilaterais, os planos de

ordenamento do território adotaram como estratégia reservar grandes áreas para o aproveitamento turístico, denominadas ZDTIs (zonas de desenvolvimento turístico integral), onde estão os principais resorts do tipo "all-inclusive" (MOASSAB, 2012; 2013), nos quais turistas têm acesso abundante à água, enquanto o restante da população destas ilhas continua a viver precariamente.

Esta disparidade foi denunciada no trabalho *Cape Verde Social [un]Sustainability*, realizado em 2011, pelo coletivo XU, e, também, na intervenção *Água(s), Produção de Territórios e Imaginários*, do projeto Stória na Lugar¹⁵, para a 17ª Exposição Internacional de Arquitetura da Bienal de Veneza, ocorrida em 2021. Com uma década de distância, ambos demonstram o modo como grupos econômicos internacionais deflagram uma vigorosa concorrência para acessar os recursos primários necessários à industrialização e ao consumo.

Em outras palavras, a despeito do aporte significativo para o PIB nacional, os custos dos enormes impactos territoriais e sociais dos grandes empreendimentos turísticos não têm sido computados adequadamente, tais como a urbanização acelerada, a sobrecarga da infraestrutura urbana, a concentração de renda e a fragilização identitária. Estes empreendimentos têm implicações de diversas naturezas, desde impactos espaciais e ambientais a culturais, consolidando um mecanismo de concentração de riqueza, dominado por grupos estrangeiros conectados a uma elite nacional, e, em paralelo, materializam vincadas contradições identitárias. Entre o ser "africano" e o desejo "europeu" (BARROS, 2022), é revelada uma subalternidade discursiva exposta tanto na ocupação do território quanto na arquitetura produzida nas últimas décadas.

O turismo de massa, por conseguinte, vem fabricando um país no qual batucadeiras¹⁶ e ritmos latinos são homogeneizados em shows realizados nos palcos de "estilo neo-bizantino" dos resorts. A arquitetura destes hotéis é bastante reveladora deste pastiche cultural: cúpulas árabes misturam-se a máscaras africanas, nivelando, por meio da arquitetura, perspectivas históricas e temporais distintas. Este achatamento colabora deliberadamente para o esvaziamento político característico do "multiculturalismo", a lógica cultural do capitalismo (ŽIŽEK, 2006), interferindo diretamente na construção dos desejos, os quais tendem a superestimar o que é de "fora" ou "estrangeiro", em detrimento de valores locais. Entretanto, este "estrangeiro" valorizado, copiado e desejado é o branco europeu, em contraposição ao pejorativo termo "imigrante" ou "mandjaku", utilizado para designar estrangeiros negros originários da costa africana.



Ou seja, há uma profunda racialização identitária (ROCHA, 2009), na qual o caboverdiano busca afastar-se do negro africano. Esta cisão com o continente foi, de certo modo, "imposta" pelas estratégias usadas pelos portugueses para distanciar o ilhéu das raízes africanas e aproximá-los da matriz europeia (ELLERY, 2009). Na mesma direção, é construída a "caboverdianidade", uma identidade forjada nos tempos da colônia, a partir das elites, majoritariamente formada pelos "brancos da terra" escolarizados, ou seja, a elite intelectual (ANJOS, 2000).

Não é menos relevante, outrossim, o fato do caboverdiano ter ocupado postos de comando na administração das colônias. Como uma espécie de "capataz" da metrópole, ao caboverdiano foi designado desde sempre um lugar de distinção na hierarquia colonial. Destarte, há a "construção de um imaginário de superioridade que se considera ter sido criado e difundido pelo colonizador e, posteriormente, reforçado pelas elites intelectuais caboverdianas, que passaria a atingir todos os 'palopianos'"¹⁷ (ELLERY, 2009, p. 77, aspas no original). É esta mesma elite, sobretudo através da literatura, que constrói simbolicamente a caboverdianidade ou a "crioulidade" (ANJOS, 2000; BARROS, 2009): num discurso acerca de uma suposta harmonia na mistura de raças, com origem ideológica nos escritos do brasileiro Gilberto Freyre, base da intelectualidade cabo-verdiana, há muito problematizados no Brasil.

Além disso, o discurso colonial colaborou enormemente para a construção da caboverdianidade ou do "mito da especificidade caboverdiana" (BARROS, 2009), este mecanismo que diferencia hierarquicamente Cabo Verde dos demais países africanos, como um meio para comprovar o "sucesso" da ação colonizadora portuguesa nos trópicos, tão bem sucedida, que para muitos o arquipélago seria um prolongamento da metrópole (ibidem). Entenda-se que subjaz a esta ideia uma aproximação dos valores europeus, ainda que sob o arcabouço de "tropical" ou "crioulo", em detrimento de uma "África selvagem" cada vez mais longínqua.

Politicamente, o país parece adotar, nos dias de hoje, o mesmo rumo. A retórica impregnada na parceria especial com a União Europeia evidencia a polaridade subalterna desta relação (BARROS, 2022). Outras delimitações de pertença do arquipélago, como por exemplo, a "invenção" da Macaronésia¹⁸ ou do espaço Atlântico, similarmente repelem a proximidade continental com a África, mirando, não por acaso, à antiga metrópole (ibidem). A gramática do território e das novas construções materializa esta fratura identitária entre o desejo de ser Europa e a impossibilidade de sê-lo. O argumento da integração utilizado para justificar a parceria especial com a União Europeia tem alicerces evidentes no regime colonial quando Portugal destacava Cabo

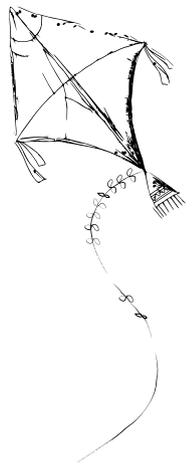
Verde ante os demais países africanos, diferenciado pela sua "população civilizada", ou ainda, quando, no Estado Novo,¹⁹ as ilhas eram representadas pela propaganda colonial como "Portugal desterrado" e "Portugal Crioulo" (ibidem).

Por fim, mesmo que geograficamente fixado na costa africana, o país, ou melhor, as representações sociais do arquipélago, dos mapas à arquitetura, ainda deambulam para lá e cá, conforme as marés. É imperioso notar que tanto a mercantilização do território quanto a fragilização identitária, com a excessiva valorização do "estrangeiro" são produtos de um mesmo processo de inserção subordinada do país numa agenda de desenvolvimento definida por agências internacionais, cujas origens remontam às especificidades de Cabo Verde no regime colonial.

A invenção da sustentabilidade

De mesmo modo que o "mapa mente", como afirmou Eduardo Galeano (2009), alguns termos e conceitos concebidos no norte global, em acordo com a sua especificidade e interesses, têm sido impostos a outros contextos geo-históricos, configurando uma ampla e complexa performance do "fascismo simbólico". Embasados sob regimes de verdade da ciência, estes conceitos têm criado mais problemas e demandas do que colaborado para construir reflexões e soluções adequadas para os países pobres. Este é o caso, das designações "bairros problemáticos/ilegais/irregulares", imersas em juízos de valor no qual o "bom" e "correto" nunca é a realidade do continente africano. Ou, então, do conceito de "sustentabilidade", que nos toca explorar neste texto. O discurso ambientalista corrente, ao contrário de apontar para uma preservação socioambiental, tem contribuído para criminalizar o uso de recursos naturais em contextos cujo acesso a direitos básicos está muito aquém do mínimo requerido para uma vida digna.

O aumento do consumo tem acarretado enormes pressões sobre o ambiente, que se materializam distintamente em cada território. O impacto ambiental, a exploração e as condições precárias de trabalho são próprias do capitalismo, que opera como detentor do direito de dominação tanto da natureza quanto da classe trabalhadora. A destruição da natureza, implícita no modelo produtivo capitalista, tem atingido de maneiras extremamente diversos países e comunidades. Frequentemente, os crimes ambientais, as contaminações, os trabalhos insalubres e degradantes estão nos países pobres de população não branca, como é o caso da criminosa atuação da Shell na



Nigéria²⁰; do descarte de lixo eletrônico europeu no Gana²¹; da extração de cobalto e do coltan na RDC— matéria-prima dos “sustentáveis” carros elétricos e dos smartphones —²²; da pesca criminosa e predadora nas águas de Cabo Verde²³; sem mencionar, o uso dos oceanos que banham a África, sobretudo a Somália, como “cemitérios” de lixo nuclear dos países do Norte²⁴. O usufruto da natureza está direcionado para bens de consumo dos países ricos, brancos — a partir da extração da riqueza natural dos países pobres, não brancos. Tal divisão delimita uma evidente “geopolítica do racismo ambiental”. Em adição, no interior desta desigualdade ambiental, há que se mencionar a desigualdade de gênero: na maior parte das vezes são as mulheres (e crianças) suas maiores vítimas.

Dito de outra forma, enquanto grandes grupos econômicos deflagraram uma concorrência contundente para acessar a matéria-prima exigida à produção industrial, um grande contingente populacional no mundo permanece sem atendimento de necessidades vitais, como o acesso à água potável e energia elétrica, como é o caso de Cabo Verde. Portanto, a natureza é “transformada em recurso para a acumulação capitalista e é reproduzida em bens de consumo, duráveis ou não” (ALIER, 2007, p. 9). Na peleja pelos recursos naturais, a questão econômica tem subjugado as demais, como se fosse a única válida para alçar o “desenvolvimento”, o qual, por sua vez, também é definido a partir de critérios estabelecidos pelo Norte.

O economista Joan Alier distinguiu didaticamente em seu livro *Ecologismo dos Pobres* (2007), três principais correntes do ambientalismo, que apesar de distintas entre si, advogam pela preservação da natureza: culto à vida silvestre (respaldada pela biologia conservacionista); ecoeficiência (respaldada pela ecologia industrial e pela economia ambiental); e justiça ambiental (os pobres como principais atores dos conflitos ambientais). É no culto ao silvestre que se inscreve toda a política de preservação ambiental que visa a criação de áreas protegidas, pautada pelo conservacionismo biológico com a sacralização da natureza, o que só é possível em realidades cujas necessidades materiais básicas já foram satisfeitas, como Estados Unidos, alguns países da Europa e Japão. Ao contrário, a ecoeficiência tem uma visão utilitária da natureza — não a sacraliza, mas retira-lhe toda a noção de sagrado, tão cara a diversas culturas. Inserida no marco capitalista, a ecoeficiência se preocupa em “corrigir” os impactos da produção de bens, não exatamente em estancar, diminuir ou questionar tal produção. Os receituários ambientais hegemônicos transitam, usualmente, entre uma e outra, influenciando os planos de conservação e de desenvolvimento dos

países sem tomar em conta as pessoas e as culturas locais, que se tornam entraves às "boas políticas" de preservação ou manejo sustentável.

Por último, é a perspectiva da justiça ambiental, aquela a considerar a natureza como fonte de condição para a subsistência, tanto de demais espécies e futuras gerações de humanos e humanas quanto pelas pessoas pobres e seres vivos de hoje. Conseqüentemente, este é o "ecologismo dos pobres", que não pode prescindir do debate social, que se recusa a aceitar o desenvolvimento econômico conforme preconizado pelo Norte, a fazer do Sul o provedor de matéria-prima e local de descarte dos despojos dos países ricos. Os impactos daí gerados "não são solucionados pelas políticas econômicas ou por inovações tecnológicas e, portanto, atingem desproporcionalmente alguns grupos sociais" (ibidem, p. 34). Quando conscientes das armadilhas do debate sobre "sustentabilidade" ou "desenvolvimento", estes grupos protestam e resistem.

Portanto, não são apenas os mapas a "mentir", como afirmou Galeano. Toda a produção de sentidos oriunda da modernidade-colonial-capitalista assume sorrateiramente um lado — o dos mais ricos. O que evidenciamos, nesse texto, a partir da problemática do discurso ambiental amparado pelo desenvolvimento sustentável, cujas origens remontam às Nações Unidas. Desde a sua criação, principalmente por meio da UNESCO, a ONU tem demonstrado preocupações ambientais, passando a chamar atenção, desde os anos de 1970, para a "crise socioambiental". Todavia, estas agências não têm problematizado o capitalismo, que tem na exploração da natureza e das pessoas, seus princípios e sustentáculos. Neste cenário, a noção de sustentabilidade, nos mais variados espectros políticos, acaba por reproduzir um ideário liberal, que não enfrenta genuinamente o patriarcado-racista-capitalista, isto é, a opressão de gênero, raça e classe que lhe é constitutivo. Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento publicou o documento "Nosso Futuro Comum", conhecido como "Relatório Brundtland", em homenagem à primeira-ministra da Noruega, que presidia a comissão. Além de cunhar o termo "desenvolvimento sustentável", este "futuro comum" traça uma falsa simetria na responsabilização de "todos" pelos problemas ambientais, ignorando as desigualdades inerentes à modernidade-colonial-capitalista.

Essa "invenção da sustentabilidade" acaba por impor políticas preservacionistas que muitas vezes não são coerentes a determinados contextos e podem ser extremamente violentas com populações ancestrais e locais, em geral, pouco predatórias da natureza. Em Cabo Verde, desafortunadamente, temos testemunhado parte do debate ambiental reproduzindo acriticamente a agenda das agências internacionais.



Uma das principais implicações disso — mas não a única — é a criminalização da pobreza, como acontece com as mulheres pobres na apanha da areia para a construção civil. Ao invés de amparadas pelo Estado e pela sociedade dadas suas condições de vulnerabilidade e a alta insalubridade da atividade, elas têm sido, até há pouco tempo, apontadas como responsáveis pelo impacto ambiental nas praias do país.

Castelos de areia

A falácia da sustentabilidade não está sozinha, ela é acompanhada pela ideologia do desenvolvimento (PRADO, 2020), que desde o final da II Guerra Mundial tem exercido enorme pressão sobre os países mais pobres, "atrasados" ou "subdesenvolvidos", na ótica hegemônica. Com o avanço do neoliberalismo, esta ideologia adquire novos contornos, sobretudo desde o Relatório Brundtland, e a consolidação do ideário do "desenvolvimento sustentável". No afã de se mostrarem "filhos pródigos" os países pobres seguem todo o receituário, muitas vezes por necessitarem as verbas a ele atreladas, sem se darem conta que jamais atingirão os padrões do dito "desenvolvimento" do Norte. Todavia, é, provavelmente, na direção oposta a esta agenda que reside a maior colaboração vinda do Sul para a preservação do planeta: a problematização profunda destas cartilhas.

Cabo Verde, em busca do tal desenvolvimento tem observado uma gama de projetos pontuais de intervenção urbanística nas últimas décadas, muitos dos quais feitos por empresas estrangeiras que nunca estiveram no país, apresentando propostas fantasiosas, economicamente inviáveis e de alto impacto ambiental e social²⁵. Não obstante, tais propostas são invariavelmente abraçadas pelo poder público, mídia e população locais. Todos, de um modo geral, acabam por estarem ávidos pelo "desenvolvimento", em sua acepção mais conservadora.

Hoje em dia, com maiores restrições de implantação nos países centrais, estes projetos de intervenção urbana ou desenvolvimento turístico têm encontrado terreno fértil nos países periféricos, com pouca massa crítica coesa ou vozes dissonantes capazes de alterar o este curso. Na guarida do planejamento estratégico, *city-marketing*, *city-branding* ou, na atualidade, *smart-cities*, este tem sido o paradigma de maior aceitação entre as classes dirigentes nos países pobres, com inegável adesão dos países africanos, inclusive, em trabalhos acadêmicos. Os principais objetivos destes planos são a manutenção da ordem, de modo a facilitar a ação de grupos econômicos,

sobretudo ligados à mercantilização do território, pouco interferindo na qualidade de vida e no combate às desigualdades socioespaciais.

Em Cabo Verde, o turismo, sob a égide do “desenvolvimento”, tem sido pautado pelo turismo de massa, que inclui, em seu bojo, os mega projetos, afirmando um “branding” do país como destino turístico “alternativo” (ou “exótico”), próximo à Europa, de clima ameno e com recursos naturais bem conservados. O “Plano Nacional de Desenvolvimento — PND”, de 1995, já considerava o turismo um setor estratégico para o desenvolvimento social e econômico do país. Esta perspectiva é reforçada no “PND 2002 – 2005”, que demonstra nitidamente a crença no setor para mobilizar e atrair recursos econômicos. Mais recentemente, em 2018, o Banco Mundial, publicou o relatório *“Environment and Social Assessment Study of the Tourism Sector in Cape Verde”*.²⁶ Apesar de trazer o termo “social” no título e, internamente, dar alguma centralidade à “sustentabilidade”, o documento segue na mesma linha dos demais estudos oficiais, no âmbito do planejamento estratégico.

O clima de uma certa veneração do sector turístico de viés internacional, como salvaguarda do desenvolvimento nacional, somado a um entendimento do território em termos mercadológicos, tem limitado a análise dos impactos turísticos numa ótica estritamente econômica. Contudo, ao se avaliar as consequências dos empreendimentos na ocupação do território nos últimos vinte anos, é possível verificar mais aspectos negativos do que positivos: o turismo pode, no fim das contas, significar uma implosão da qualidade de vida.

Além disso, o relatório do Banco Mundial, desenvolvido por duas empresas portuguesas de consultoria, chegam, no ápice da arrogância colonial a sugerir que as autoridades de turismo em Cabo Verde “pensem na possibilidade do Turismo de Portugal, IP — a mais alta autoridade do sector nesse país — a trabalharem como entidade de certificação de algumas propostas a serem lançadas” (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 99, tradução livre da autora).²⁷ Das mais diversas formas, podemos notar a continuidade daqueles mapas a apagar Cabo Verde e a desenhar a Europa no centro...

Em paralelo, nesse mesmo período, o bloco-cimento tornou-se o material construtivo mais amplamente utilizado em todas as regiões do país, não obstante seu fraco desempenho térmico e o elevado uso de areia na sua composição e acabamento. A mesma areia cuja apanha é feita na praia por mulheres e crianças e que consistiu numa das maiores ameaças ambientais no país até há pouco tempo — cenário que começou a ser revertido muito recentemente —, tanto por devastar as praias como

pela maior dependência externa pelo setor construtivo nacional. Outrossim, o aumento do uso do bloco-cimento é proporcional à marginalização de técnicas construtivas populares. Ambos os processos estão intrinsecamente ligados a um fator econômico, controlado pelo mercado da construção civil, por meio da ampla difusão da cultura do concreto armado, no mundo todo, ao longo do século XX.

Os efeitos são, por toda parte, paisagens áridas de casas de bloco-cimento, privadas de conforto térmico. Em Cabo Verde, esta tipologia tem avançado tanto nos ambientes urbanos, como nos rurais (MOASSAB; ANAHORY, 2022). Ademais, o ritmo acelerado de urbanização do país traz consigo um aumento da massa construída nas cidades, sobretudo com o uso do concreto. Este tipo de material em larga escala, em conjunto com a escassez de árvores e um maior número de vias asfaltadas, tende a continuamente elevar a temperatura do microclima urbano. Somado à maximização do uso dos lotes até o seu limite, em vários empreendimentos imobiliários, impedindo a ventilação entre as casas e destinando pouco espaço a jardins e quintais com plantas e árvores – como acontece na Cidadela, na Praia –, há uma tendência inequívoca de piora progressiva no conforto habitacional, no país (ver Fig. 2).



Figura 2. Cidadela Series. Fonte: César Schofield, 2019. Cidadela Series, 2019, por César Schofield.

Narrativas em disputa



Alguns pesquisadores, pesquisadoras, artistas, militantes e ativistas sociais têm se posicionado criticamente no debate público caboverdiano sobre diversos temas relevantes. Escolhemos mostrar aqui dois trabalhos das artes visuais, pela afinidade que traçam com as questões do território, ambiente e sustentabilidade e, em particular, porque a arte é muitas vezes negligenciada pelos trabalhos acadêmicos, apesar do seu papel social fundamental na produção de sentidos. Em 2010, a autora deste texto, na época residente em Cabo Verde, a arquiteta Patti Anahory e o designer Salif Silva formaram o coletivo de arte XU²⁸, cujo principal trabalho – *Cape Verde Social [un]Sustainability* – tensionou as relações entre as representações sociais dos mapas, o conceito de sustentabilidade e o modelo de construção civil, todos ditados a partir do Norte. Dez anos depois, em harmonia com a proposta do XU, a água é o elemento principal da intervenção *Água(s), Produção de Territórios e Imaginários*, de Patti Anahory e César Schofield, apresentada na 17ª Bienal de Veneza, realizada em 2021. Ambos problematizam a mercantilização do território, fazendo emergir os impactos ambientais e sociais decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado no país, a permitir tanto os resorts turísticos no Sal e Boa Vista quanto a enaltecer o uso desmesurado e praticamente exclusivo do cimento na construção civil nacional.

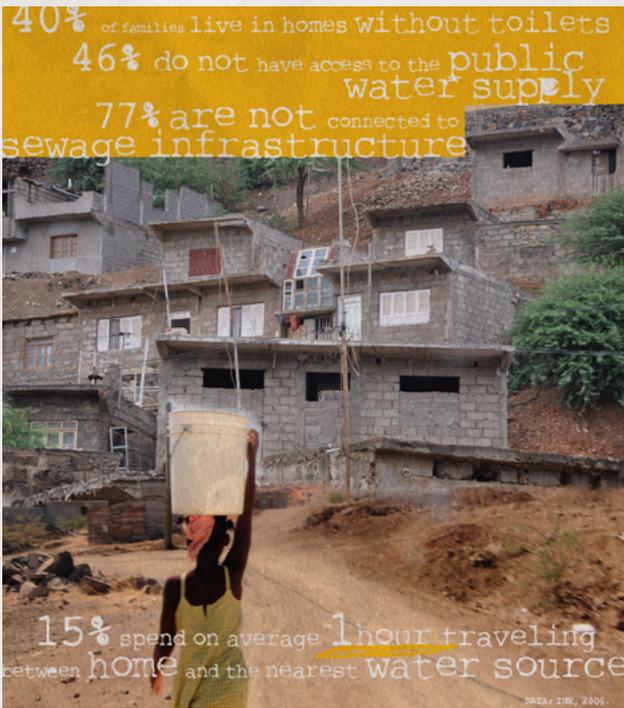
A origem do trabalho *Cape Verde Social [un]Sustainability* foi já uma contestação coletiva ao debate levado a cabo na 16.ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas — COP16, realizada no México, em 2010. A fundação Heinrich Böll, a partir da África do Sul, organizou com diversos artistas do continente uma mostra de arte digital, a *Climate Change in Africa: Africa Speaks and Connects*, que ocorreu em paralelo ao COP16, com o intuito de pautar o encontro do ano seguinte, que seria na África. A proposta do coletivo XU buscou pautar uma compreensão crítica do conceito de sustentabilidade em Cabo Verde, por meio da linguagem artística. Ao trazer à tona a questão social ocultada do conceito hegemônico de sustentabilidade, o trio procurou mostrar as contradições entre o discurso dominante da preservação ambiental, útil à manutenção do capitalismo, porém extremamente inadequado a contextos de população carenciada e de escassez de recursos naturais.

Em 2011, o trabalho foi exposto na íntegra no Palácio da Cultura Ildo Lobo, na cidade da Praia. Na ocasião, foram impressos em canvas cinco grandes painéis de fotocollagens, com cerca de 2 x 2 metros, dispostos numa sala junto aos materiais em questão nas telas: água (em balde utilizado pelas mulheres para apanhar água na fonte diariamente), lenha, areia, jorra e bloco-cimento.

As telas dialogavam, ainda, com duas projeções multimídias. Uma delas passava, de modo randômico, numa das paredes do salão de exposições, um grande número de imagens pré-selecionadas das diversas situações da apanha de areia, da apanha de lenha e da apanha de água. A outra projeção era uma plataforma interativa, na qual o público navegava pelos distintos temas numa animação que misturava fotos, dados, sons e vídeo. Fazia parte desta navegação, o vídeo *A Cinderela: sonhos, água, território e mulheres em Cabo Verde* (CAPAI; MOASSAB; ANAHORY, 2010), produzido pela jornalista brasileira Eliza Capai, em parceria com o CIDLOT – Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território da Universidade de Cabo Verde – para ser exibida na televisão brasileira²⁹. Durante o primeiro semestre de 2010, a jornalista viajou por vários países africanos em busca de histórias de mulheres nos seus territórios. Em Cabo Verde, este projeto dialogou com o CIDLOT e, em conjunto, produziram uma reflexão sobre o valor da água como estruturante do cotidiano das mulheres caboverdianas.

Num país com profunda escassez deste recurso natural, são as mulheres as grandes responsáveis pelo abastecimento de água no espaço doméstico, percorrendo o território diariamente para abastecer as suas famílias. Para o vídeo, foram acompanhadas as trajetórias de várias mulheres e meninas nesses percursos pela capital do arquipélago. Teve destaque, entre as várias histórias, aquela da pequena Wíndia, moradora do bairro Inferno, que compartilha na entrevista o seu sonho de cinderela: ter uma casa completa. A menina de onze anos conta suas memórias e desejos enquanto vai e volta com o balde de água. Na brevidade de uma reportagem, o vídeo expõe fatores essenciais para a melhoria da qualidade de vida e emancipação das mulheres em Cabo Verde: água, moradia e território.

Integrante da programação da exposição, foi organizada a mesa-redonda “Meio Ambiente, Sustentabilidade e Género”, com a presença do chefe da unidade de Ambiente, Energia, e Prevenção de Desastre Naturais das Nações Unidas em Cabo Verde, António Querido, que interligou as questões ambientais nacionais com os conceitos e regulações internacionais na matéria. Na sequência, o pesquisador António Delgado, apresentou seu trabalho “Caracterização socioeconômica das famílias que vivem da



apanha e extração de inertes na ilha de Santiago”. Com um impressionante acervo fotográfico, o conferencista chamou a atenção para os impactos ambientais da apanha de areia e também para os dados sociais das famílias dependentes desta atividade, como índices de analfabetismo, precariedade nas relações de trabalho e saúde, entre outros. Por último, a antropóloga Miriam Vieira descortinou as questões de gênero inerentes às desigualdades sociais estruturais da sociedade, levando a que atividades precárias sejam na maioria das vezes realizadas por mulheres. Sem condições de estudar e com o pesado fardo de sustentar muitas vezes toda a família, é a mulher que busca alternativas econômicas, nem sempre as mais adequadas, para garantir a criação de filhos e filhas.

A exposição multimídia e suas atividades, desta forma, procuraram revelar a cadeia produtiva da construção civil, a zelar por desenhar uma “identidade do desenvolvimento” nas ilhas. Em simultâneo, o grupo mostrou as carências que levam as pessoas a trabalhos insalubres, mal remunerados e predatórios à natureza, ao invés da usual culpabilização dos mais pobres pelos impactos ambientais da apanha de areia. Igualmente em evidência, esteve a falta de acesso à infraestrutura básica da maior parte da população, dependente da apanha de água diária, muitas vezes em percursos de mais de uma hora entre a casa e o chafariz.³⁰

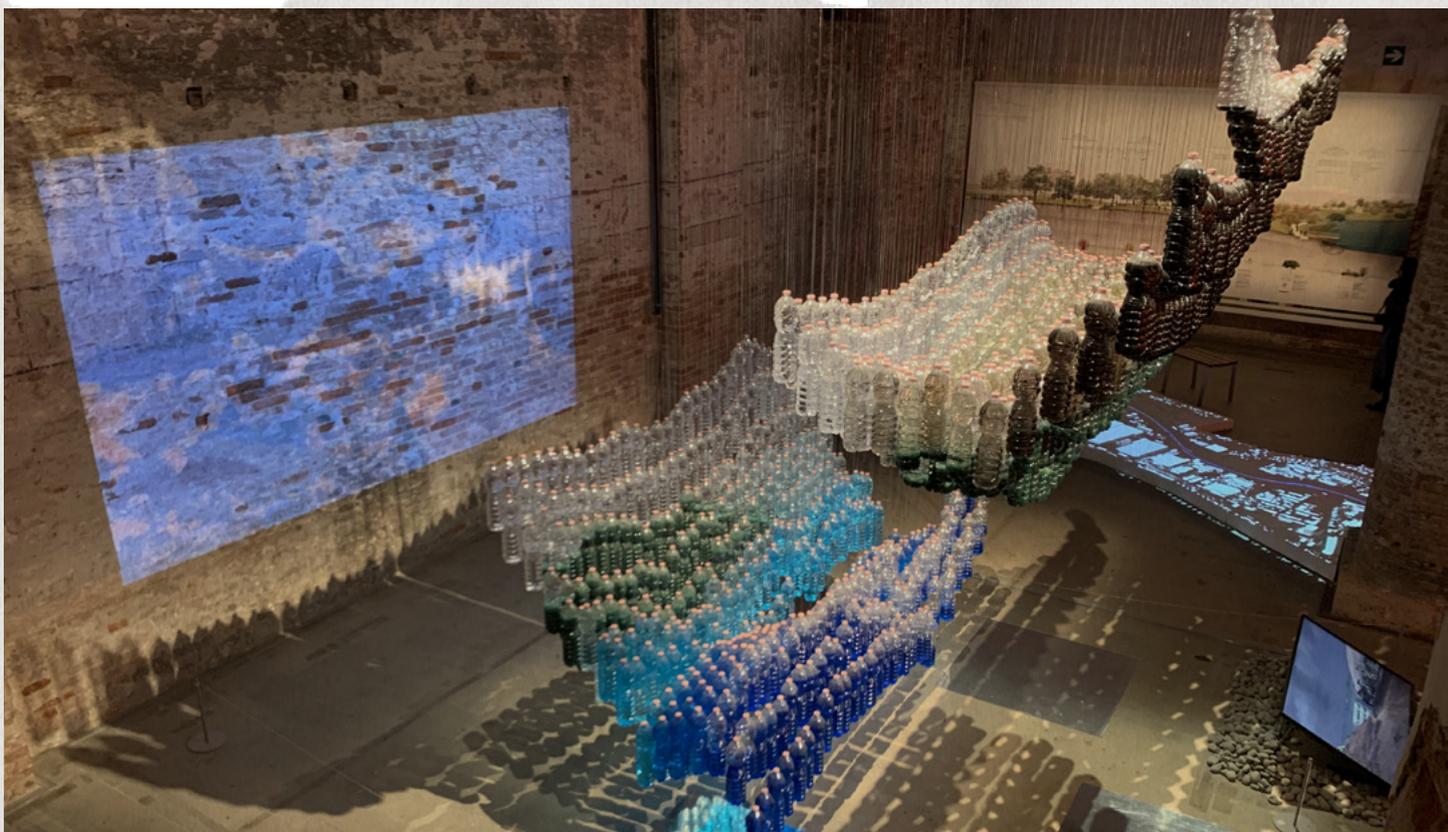
Em convergência, a água é também o elemento principal da intervenção de Patti Anahory e César Schofield, *Água(s), Produção de Territórios e Imaginários*. A dupla forma o *Storia na Lugar*, um projeto experimental, multidisciplinar de análise e documentação sobre a dinâmica da produção/construção do espaço em Cabo Verde, nos dias de hoje. Para a 17ª Bienal de Veneza, a água lhes pareceu um denominador comum a responder o tema central do evento: “como viver juntos?”, não apenas por ser escassa em Cabo Verde, mas por ser fundamental para a vida.

Não obstante, a água de algum modo tem sido utilizada para “vender” a ilha de Boa Vista — uma das ilhas mais turísticas e também das mais áridas do arquipélago —, em propagandas a destacar as enormes piscinas dos resorts e o infinito horizonte de água e praia. É evidente a discrepância entre o país dos e das turistas e aquele das pessoas que ali habitam. Enquanto uns estão imersos num imaginário marítimo, de imensidão do oceano, nos oásis oferecidos pelos gigantescos hotéis, com vegetação abundante e piscinas imensas, outros e outras vivem perversamente a extrema escassez de água potável. Nessa direção, a obra mostra o contraste do “imaginário azul” de ambientes encenados de lazer e abundância para algumas pessoas, que são,

concomitantemente, espaços de emprego para trabalhadores e trabalhadoras que sofrem a referida escassez de água potável em suas casas.

Assim sendo, por meio da suspensão de garrafas PET — que funcionavam também como uma unidade a questionar o consumo e privatização da água—, a instalação propôs uma contra-narrativa sobre o azul ser a principal cor de Cabo Verde e de Boa Vista — conforme os folhetos de propaganda. Os resorts turísticos, por sua vez, foram problematizados como um microcosmo a iluminar as disparidades e atestar os padrões de consumo do sistema econômico vigente (ANAHORY apud BIENNALECHANNEL, 2021, s/p).

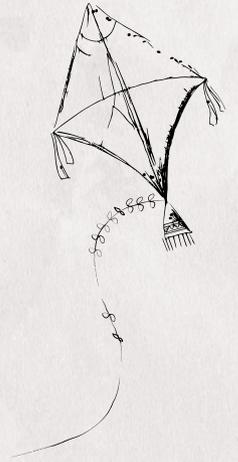
Ambos trabalhos, cada qual à sua maneira, empenharam-se em trazer a público uma compreensão mais complexa do debate ambiental, expondo por meio de linguagem artística, questões acerca do capitalismo, suas enormes pressões sobre o ambiente e sua decorrente "injustiça territorial".



Água(s), Produção de Territórios e Imaginários, 2021. Foto Patti Anahory.

Água(s), Produção de Territórios e Imaginários, 2021. Foto Patti Anahory.





Água(s), Produção de Territórios e Imaginários, 2021. Foto Patti Anahory.

O mundo é o que se vê, de onde se está

A frase do geógrafo brasileiro Milton Santos, em uma entrevista a Sílvio Tendler (2006), "o mundo é o que se vê, de onde se está", ajuda a pensar o lugar de cada um no mapa. No início deste texto mostramos que o mapa mente, diminui e subalterniza países, colaborando para fixar identidades geopolíticas em favor dos países hegemônicos. Cabo Verde, entre constar ou não constar dos mapas, foi construindo sua identidade como o vagar do oceano, ora macaronésio, ora atlântico, ora Europa, ora África, ora um "brasilin" — do lusotropicalismo vendido por Salazar. Nessa dança, muitos discursos têm sido elaborados no Norte global, tanto pela antiga metrópole como pelas atuais potências mundiais e seus interesses econômicos, em busca dos recursos naturais dos países pobres — ou no caso de Cabo Verde, da espoliação da paisagem e do território pelos resorts do turismo de massa. Nesse jogo, toda uma agenda internacional precisa ser convincente aos governos locais, que muitas vezes, sequer têm espaço para discordar, acabando por serem mais reféns, do que exatamente apoiadores dessa agenda e suas verbas, que ao fim e ao cabo, fazem falta. O engodo do "desenvolvimento sustentável", a nosso ver, tem sido das mais problemáticas a orientar diversas ações e planos de governo em Cabo Verde.

No entanto, há um esforço local em pontuar uma perspectiva crítica de tais debates, presentes em trabalhos acadêmicos, artísticos, militantes, etc. — alguns mostrados ao longo deste texto — a se contraporem às narrativas neoliberais. Ainda assim, há que se avançar, mormente no que tange à cadeia da construção civil — que não está descolada de todo imaginário do que seria uma "boa" arquitetura ou uma "cidade desenvolvida", levando a tentativas de firmar uma paisagem "civilizada" com materiais, técnicas e tecnologias construtivas que carecem de relação histórica e material com as ilhas. Isto é, a arquitetura e a paisagem, como o mapa, produzem sentido e forjam identidades, que esperamos, não fiquem muito tempo à deriva.

Há um enorme e meritório investimento pessoal da população caboverdiana em construir e reformar com fundos próprios a sua moradia, contudo, população e governo mantêm-se pautados pelo bloco-cimento, tecnologia que requer matérias-primas importadas como aço e cimento ou de alto impacto ambiental. Construções com terra, palha, pedra e outros materiais locais que foram partilhadas através da oralidade por gerações, encontram-se hoje completamente à margem da produção arquitetônica, sobretudo habitacional, compreendidas como algo menor ou sem nenhum valor social. O capitalismo moderno-colonial nos convenceu que são atrasados ou não são "desenvolvidos".

Um olhar para si e desde si, que coloque com veemência Cabo Verde no centro do mapa, pode ser empoderador e ajudar a garantir uma maior autonomia construtiva, menos dependente e mais condizente com o ambiente, por isso mesmo, sustentável. Merecem ser mais conhecidos, pesquisados e debatidos trabalhos africanos consistentes nessa direção, como é o caso do conceito de “inno-native”, proposto pelo arquiteto ganês Joe Addo³¹; da pesquisa de matérias e construção coletiva dos projetos de Francis Kéré, para Burkina Faso³²; o “design for social change”, do arquiteto sul-africano Luyanda Mpahlwa³³; sem esquecer, evidentemente, de Hassan Fathy (1972), que desde os anos de 1950 já vinha alertando os problemas da introdução do concreto-armado no Egito. Todos têm em comum provocar uma reflexão sobre arquitetura e natureza, menos importada e mais adequada aos contextos locais.

Em Cabo Verde, algumas experiências pontuais são dignas de maiores desdobramentos na atualidade. Este é o caso da casa na Baía das Gatas, construída na década de 1980, que utiliza domos para escoar o ar quente, extremamente apropriadas para o clima quente da ilha³⁴; da pesquisa sobre o uso da pozolana, desenvolvida pelo arquiteto Leão Lopes, utilizada em seu projeto para o Restaurante Babilônia, em Santo Antão³⁵; da opção pela madeira e pela reutilização de materiais feita pela arquiteta Eloísa Ramos, para o Aquiles Eco-Hotel, em Mindelo³⁶; do desenvolvimento do solo-cimento pelo arquiteto Cláudio Carvalho, um tijolo feito a partir do solo arenoso abundante nas ilhas, que utiliza pouquíssimo cimento na sua fabricação³⁷. Soma-se aí a tradição construtiva em palha, dos Rabelados da Ilha de Santiago, que apresenta bom desempenho térmico no interior da moradia.³⁸

Ao invés de adotar conceitos e materiais vindos de fora, há um enorme potencial para desenvolver a uma maior autonomia construtiva no arquipélago, o que, de alguma maneira, é coincidente às problematizações feitas pelo coletivo XU e Stória na Lugar. Conhecer com mais afinco e divulgar algumas das experiências e práticas arquitetônicas já existentes, pode alterar o rumo da construção civil no país, firmando identidades políticas próprias e soberanas para a arquitetura e a paisagem ilhéu, quem sabe com ventos que soprem cada vez mais para o sul e para próximo da África continental, colocando, Cabo Verde, no “centro do mapa”.



Casa com domos, São Vicente, anos de 1980. Desenho de Oswaldo Freitez (2023).



Casa na comunidade Rabelados, na ilha de Santiago. Foto de Andréia Moassab, 2009.

NOTAS

1 O padrão atual, como norte para cima, seria adotado séculos mais tarde.

2 Designação dada aos mapas europeus medievais do mundo.

3 Matemático, geógrafo e cartógrafo flamengo, notório pela projeção de Mercator, um tipo de projeção cilíndrica do globo terrestre, na qual os meridianos e paralelos são planejados com base em cálculos matemáticos. Nessa projeção, a distância vertical entre dois paralelos sucessivos é tanto menor quanto mais próximos esses paralelos estiverem da linha do equador. Isto é, a superfície da Terra é deformada na direção norte-sul, tanto mais quanto maior for a latitude.

4 Boaventura de Sousa Santos propõe o conceito de fascismo social para nos auxiliar a entender esta época de relações desiguais de poder na qual sociedades politicamente democráticas podem constituir relações socialmente fascistas em seu interior (SANTOS, 2006). Para o autor, são seis formas fundamentais de fascismo social: a do apartheid social; territorial; paraestatal; da insegurança; contratual; e fascismo financeiro (ibidem). O fascismo simbólico seria uma sétima forma de fascismo social, especificamente relacionada à produção de sentidos; conceito que desenvolvi em minha tese de doutorado (MOASSAB, 2011a).

5 A partir de meados dos anos de 1970, os mapas começam a ser compreendidos como meios de comunicação e linguagem gráfica, pelos historiadores da cartografia. Em 1973, a projeção de Gall-Peters ajusta a distorção das massas continentais de Mercator, tornando mais clara a vastidão do continente africano. Nas décadas seguintes, há um profundo questionamento da objetividade dos mapas,

quando autores como Brian Harley, Denis Wood e Denis Cosgrove constituíram o campo da “cartografia crítica” (MESQUITA, 2013) que não cabe desenvolver aqui.

6 Tradução livre do original em francês: “Ils ont partagé Africa sans nous consulter / Ils s'étonnent que nous soyons désunis! / Une partie de l'empire Mandingue / Se trouva chez les Wolofs / Une partie de l'empire Mossi / Se trouva dans le Ghana / Une partie de l'empire Soussou / Se trouva dans l'empire Mandingue / Une partie de l'empire Mandingue / Se trouva chez les Mossis / Ils ont partagé Africa sans nous consulter / Sans nous demander, sans nous aviser! / Ils ont partagé le monde Plus rien ne m'étonne”. Ver e ouvir em <https://www.youtube.com/watch?v=bGZqtAohIPA>.

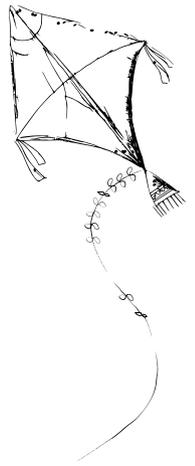
7 Ver em <http://www.yinkashonibarembé.com/>

8 Vale lembrar, ainda, que após anos de tensão, o Sudão realizou em janeiro de 2011 um referendo popular sobre a sua divisão em dois países, que pôs fim a décadas de guerra civil entre as regiões norte e sul do país. A maioria da população (98%) votou pela independência do Sudão do Sul, cujo Estado foi criado a 09 de julho daquele ano.

9 Mais tarde, durante a ditadura de Salazar, foram mantidos os objetivos portugueses (nunca alcançados) de garantir uma grande faixa territorial no sul do continente, ligando a “costa à contra costa”, numa espécie de “moçangola”.

10 Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique

11 O Estatuto do Indigenato visava a “assimilação” dos indígenas (nativos africanos) na cultura colonial, oficializando a discriminação no regime por meio da divisão de três grupos populacionais: os indígenas, os



assimilados e os brancos. Somente os assimilados, entre os não-brancos, tinham algum direito assegurado enquanto cidadãos e esse direito não passava para seus descendentes (CABRAL apud. ANDRADE, 1978).

12 Ver www.electra.cv.

13 Um conjunto de grandes medidas – que se compõe de dez regras básicas – formuladas durante uma reunião, em novembro de 1989, por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. As dez regras básicas do Consenso de Washington: (1) disciplina fiscal; (2) redução dos gastos públicos; (3) reforma tributária; (4) juros de mercado; (5) câmbio de mercado; (6) abertura comercial; (7) investimento estrangeiro direto sem restrições; (8) privatização de empresas estatais; (9) desregulamentação ou flexibilização de leis trabalhistas e econômicas; (10) direito à propriedade.

14 A pandemia de COVID-19 levou à paralisação do setor turístico no país, resultando numa contração de 14,8% do PIB em 2020 – a maior redução já registada e uma das maiores de África. O setor hoteleiro e o dos restaurantes sofreu uma contração de 71%, enquanto o dos transportes e das comunicações caiu 33% (BANCO MUNDIAL, 2021).

15 Ver <https://www.storionalugar.net/>

16 Mulheres que tocam e dançam o batuque, gênero musical e dança de Cabo Verde, estruturado no canto-resposta, historicamente hostilizado pela administração colonial, por ser considerado “africano”.

17 PALOP é a sigla para Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

18 Conjunto das ilhas atlânticas no norte da África constituído por Açores e Madeira (Portugal); Canárias (Espanha) e Cabo Verde. Apesar do termo ter sido usado pela primeira vez em finais do século XIX, apenas a partir de 1961 passou a incluir Cabo Verde (VANDERPOORTEN, 2007).

19 Regime político autoritário que vigorou em Portugal de 1933 a 1974, sob a liderança de António Oliveira Salazar.

20 O escritor Ken Saro-Wiwa foi morto por conta de sua vida dedicada a denunciar os crimes ambientais da Shell na Nigéria, conforme mostra o documentário-tese de Elisa Dassoler, “Ken Saro-Wiwa, Presente!” (<https://www.elisadassoler.com/ken-saro-wiwa-presente>).

21 Há alguns anos o Gana tem se tornado o destino do lixo eletrônico europeu, com enormes impactos ambientais, como mostram várias matérias na imprensa nacional e internacional. Ver: (https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160109_lixao_eletronicos_ab; <https://www.dw.com/pt-002/lixo-eletr%C3%B3nico-em-%C3%A1frica-%C3%A9-uma-amea%C3%A7a-para-a-popula%C3%A7%C3%A3o/a-15743931>; <https://m.folha.uol.com.br/mundo/2015/01/1570205-gana-abriga-maior-lixao-de-eletronicos-da-africa.shtml>; <https://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/90-do-lixo-eletronico-do-mundo-sao-jogados-em-paises-africanos.html>).

22 O mesmo acontece para a extração do Coltan na República Democrática do Congo, conforme apontam El País e Deutsche Welle: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/19/internacional/1455896992_924219.html; <https://www.dw.com/pt-002/a-maldi%C3%A7%C3%A3o-dos-recursos-na-rep%C3%BAblica-democr%C3%A1tica-do-congo/g-38723583>

23 O documentário “Sandgrains”, de Gabriel Manrique e Jordie Montevecchi, aborda os problemas da pesca internacional, na maioria das vezes ilegal, em águas cabo-verdianas (ver <https://www.youtube.com/watch?v=ZIQ1i-J4wPvI>); a dissertação de mestrado tese “A pesca ilegal, não declarada e não regulamentada - INN” dá um excelente panorama dos problemas internacionais decorrentes deste tipo de atividade predatória (ver https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/31907/1/ulfd133612_tese.pdf); ainda, diversas reportagens denunciam a pesca criminosa em Cabo Verde. Ver: <https://www.pescamadora.com.br/2015/07/interpol-apreende-dois-doa-barcos-mais-procurados-por-pesca-ilegal-em-cabo-verde/>

24 Sobre lixo tóxico nos oceanos que banham o continente, ver: <https://www.ambientelegal.com.br/lixao-do-mundo/>; https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/03/050302_tsunamidtl

25 Um exemplo significativo é o Gamboa Frente Marítima, do arquiteto espanhol Ricardo Bofill, com nove torres de apartamentos na orla da Praia. A proposta inclui o aterro do mar, ligando a praia com um ilhéu. Para além da grandiosidade desproporcional ao contexto, os prédios têm a forma de máscaras africanas, numa mimese simplista e desconectada da realidade local, uma vez que em Cabo Verde as máscaras não fazem parte das práticas ritualísticas, entre outros problemas. Até o momento, o projeto não chegou a ser executado. Ver <https://artsinvestments.com/BK/projects/cape-verde/gamboa/>.

26 Ver <https://documents1.worldbank.org/curated/pt/642351559206824440/pdf/Environment-and-Social-Assessment-Study.pdf>. Sob a perspectiva aqui adotada, o relatório, redigido em inglês, apresenta inúmeros problemas, que, no entanto, não vamos analisar nesse artigo.

27 Do original “In this plan, it is recommended that tourism authorities in Cape Verde think of the possibility of Turismo de Portugal, IP - the highest authority for the sector in this country - to act as the certifying entity of some of the courses to be launched”.

28 Ver: <https://xu4innovation.wordpress.com/>.

29 Na época o CIDLOT era dirigido por Patti Anahory e coordenado pela autora do texto.

30 Em 2015, o trabalho, em sua versão digital, abriu a quarta edição do encontro internacional “Balance-Unbalance”, com o tema “water, climate, and place reimagining environment”, realizado na Arizona State University, localizada na região desértica dos Estados Unidos.

31 Ver: <https://www.dwell.com/article/an-inno-native-approach-adefecc6>; <https://www.youtube.com/watch?v=vy5OYOUo5Fc>.

32 Ver: <https://www.kerearchitecture.com/>.

33 Ver: <https://www.iconeye.com/architecture/features/interview-luyanda-mpahlwa>.

34 Trata-se de um mecanismo simples, que utiliza conceitos básicos da termodinâmica: o teto em cone, com abertura no ponto superior promove a sucção do ar quente para o exterior do ambiente, melhorando o conforto térmico.

35 Leão Lopes é um realizador de cinema, artista visual e designer cabo-verdiano que tem se dedicado a pesquisas junto à comunidade de Santo Antão, ilha com uma grande disponibilidade de pozolona, um material silício ou sílico-aluminoso que, quando finamente



móido e na presença de água, forma compostos com propriedades cimentícias. O projeto de Leão Lopes para o Restaurante Babilônia, naquela ilha, é um bom exemplo do emprego da pozolana na arquitetura. Ver *Architectural Guide Sub-Saharan Africa*, vol.2, p. 38. Ver também seu livro dedicado à arquitetura sustentável em Cabo Verde (<https://pt.scribd.com/document/391112319/Leao-Lopes-Correia-Guedes-M-AAVV-Sustainabl-BookZZ-org>).

36 Eloísa Ramos tem se destacado na arquitetura contemporânea cabo-verdiana especialmente pelo reuso de materiais, já que matérias-primas são escassas no arquipélago. Ver *Architectural Guide Sub-Saharan Africa*, vol.2, p. 46 a 49. Atualmente, a arquiteta está à frente do escritório Ramos Castellano Arquitectos, em sociedade com o arquiteto Moreno Castellano (ver <https://www.ramos-castellano.com/>).

37 Em 2010, o Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território da Universidade de Cabo Verde promoveu o encontro “Arquitetura Sustentável” com a participação de Cláudio Carvalho e da arquiteta brasileira Ana Paula do Val.

38 Trata-se de uma comunidade religiosa no interior da ilha de Santiago, formada a partir de grupos que se revoltaram contra as reformas na liturgia da Igreja Católica, introduzidas na década de 1940. A comunidade foi ridicularizada, denunciada e perseguida pelo regime colonial, que chegou a prender ou desterrar muitos de seus membros para outras ilhas. Nesse contexto de perseguição, o isolamento do grupo foi uma questão de sobrevivência, motivo pelo qual se refugiaram principalmente nas zonas montanhosas de difícil acesso, mantendo, até hoje, suas tradições religiosas e culturais. Seus hábitos são simples, ligados à agricultura, à pesca e ao artesanato, recusando símbolos de modernidade como rádio ou televisão. Refletindo os princípios da comunidade, a sua

arquitetura tem por base o caniço e a palha, observando aberturas estratégicas para a ventilação. Muitas atividades domésticas são realizadas no espaço exterior ou em ambientes comunitários.

Referências

ALIER, J. **Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ANDRADE, M. (org.). **Obras Escolhidas de Amílcar Cabral**. Lisboa: Seara Nova, 1978.

ANJOS, J. C. “Cabo Verde e a Importação do Ideologema Brasileiro da Mestiçagem”. **Horizontes Antropológicos**, ano 6, n. 14: 177-204, 2000.

ANJOS, J.C. **Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde**. Praia: INIPC, 2002.

BANCO MUNDIAL. **Environment and Social Assessment Study of the Tourism Sector in Cape Verde**. Relatório Técnico. s/l, 2018.

BANCO MUNDIAL. **Cabo Verde aspectos gerais**. Atualizado 13/01/21.

BARROS, V. “Sob o signo da celebração do Império”. In: MWEWA, M. et al. (orgs.). **Sociedades Desiguais**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2009.

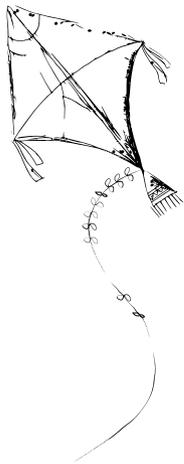
BARROS, V. “Imaginar Cabo Verde a partir das imagens do Brasil”. **Estudos Políticos**, n.0, 2010/01: 21-36.

BARROS, V. “Cabo Verde a Imaginação dos Espaços de Pertença”. In: MOASSAB, A.; BERTHET, M. (orgs.). **Territórios, cidades e identidades africanas em movimento**. Foz do Iguaçu: Edunila, 2022.

BCV. **Relatório do estado da economia em Cabo Verde em 2020**. Praia: BCV, 2021.

BIBLIOTECA DO CONGRESSO. **Mapa de Cabo Verde**. Disponível: <https://www.wdl.org/es/item/534/>. Acesso 31/07/22.

BIENNALECHANEL. **Biennale Architettura 2021 - Storia Na Lugar**. Veneza, 2021. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=vItGOMq9wK0>. Acesso 31/07/22.



- CAPAI, E.; MOASSAB, A.; ANAHORY, P. **A Cinderela: Sonhos, Água, Território e Mulheres em Cabo Verde**. 2010 (vídeo-documentário).
- CHARLES, A; SÁ, L. "Cartografia histórica da África". In: Anais do I **Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**, 2011. Disponível: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simp-sio/CHARLES_ARLINDO_E_SA_LUCILENE_ANTUNES.pdf. Acesso: 31/07/22.
- DELGADO, A. Caracterização sócio-económica das famílias que vivem da apanha e extracção de inertes na ilha de Santiago. In: **Mesa-redonda meio ambiente, sustentabilidade e género**. Praia: PIL, 2011. Apresentação oral.
- ELLERY, D. **Identidades em Trânsito**. Campinas: Arte Escrita, 2009.
- GALEANO, E. **De Pernas pro Ar**. Porto Alegre: L&PM editores, 2009.
- FAKOLY, T. "Plus rien ne m'étonne". In: **Coup de gueule**. Alemanha: Universal, 2004. CD.
- FATHY, H. **Construindo com o Povo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1972.
- FIEDLER, J. (org.). **Cabo Verde, A Lógica do Crescimento**. Viena: Sudwind, 2008.
- FURTADO, C. **As transformações das estruturas agrárias numa sociedade em mudança**. Praia: ICL, 1993.
- HERNANDEZ, L. **A África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- INE. **Resultados preliminares do V recenseamento geral da população e habitação**. Praia: INE, 2021.
- LESTER, T. **A quarta parte do mundo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- MESQUITA, A. **Mapas dissidentes**. São Paulo: USP, 2013. TD.
- MOASSAB, A. **Brasil periferia(s)**. São Paulo: Educ, 2011a.
- MOASSAB, A. "Campus universitário". **Palíndromo**, v.5., n. 5: 1995-223, 2011b.
- MOASSAB, A. "Território e identidade em Cabo Verde". In: LIMA, A. **Psicologia social crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- MOASSAB, A. "The monoculture of tourism in Cape Verde". In: TRUSIANI, E. **Urban planning and architecture heritage in Cape Verde**. Roma: Orienta Edizioni, 2013. 45-62.
- MOASSAB, A.; ANAHORY, P. **Panorama da Arquitetura Habitacional em Cabo Verde**. Santiago: Edições Uni-CV, 2022.
- NEVES, B. **O Seminário-Liceu de S. Nicolau**. Porto: CEAUP, 2008.
- PRADO, F. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil**. Marília: Lutas Anticapital, 2020. ROCHA, E. "Mandjakus em Praia". In: LUCAS, M.; SILVA, B. (orgs). **Ensaio Etnográfico na Ilha de Santiago de Cabo Verde**. Porto Alegre/Praia: UFRGS/UNICV, 2009, 109-139.
- RODRIGUES, F. "Mapas: (re)cortes coloniais". **O Cabo dos Trabalhos**, n° 1: 1-40, 2006. Disponível: <https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/ensaios.php>. Acesso: 31/07/22.
- SANTOS, B. **A Gramática do Tempo**. São Paulo: Cortez, 2006.
- TENDLER, S. **Encontro com Milton Santos ou o Mundo Global Visto do Lado de Cá**. Brasil: Caliban Produções, 2006. Documentário.
- VANDERPOORTEN, A. et al. "Does macaronesia exist?". **American Journal of Botany**, 94(4): 625-639, 2007. Disponível: <https://www.jstor.org/stable/27733221>. Acesso: 31/07/22.
- ŽIŽEK, S. **Elogio da Intolerância**. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.



**Violência liberal e
a fronteira racial
da União Europeia**



Arshad Isakjee

Departamento de Geografia e Planejamento,
Universidade de Liverpool, Reino Unido

Thom Davies

Escola de Geografia,
Universidade de Nottingham, Reino Unido

Jelena Obradovic-Wochnik

Relações Políticas e Internacionais,
Universidade de Aston, Reino Unido

Karolína Augustová

Sociologia e Política,
Universidade de Aston, Reino Unido

TRADUÇÃO:

Rafael Kalinoski

UNIFATEC, PPGTU / PUC-PR

Violência liberal e a fronteira racial da União Europeia

Resumo

Este artigo examina como a violência racial sustenta o regime de fronteiras da União Europeia. Por meio de dois estudos de caso, no norte da França e na região dos Balcãs, exploramos como a violência de fronteira se manifesta de formas divergentes: desde a violência física direta que é rotina na Croácia, até formas mais sutis de violência evidentes na governança de migrantes e refugiados vivendo informalmente em Calais, mais próximos do centro geopolítico europeu. O uso da violência contra pessoas em situações transitórias entra em contradição com a autoimagem liberal, pós-racial, da UE. Recorrendo ao trabalho de pesquisadores pós-coloniais e a teorias da violência, argumentamos que as várias tecnologias de violência utilizadas pelas nações da UE contra migrantes incorporam a lógica inerente da governança liberal, enquanto também reproduzem a tendência do liberalismo de negligenciar suas limitações raciais. Por meio de questionamentos sobre como e por que a violência de fronteira se manifesta, voltamos a atenção crítica para as ideologias racistas dentro das quais a violência é predicada. Este artigo caracteriza o regime de fronteira da UE como uma forma de “violência liberal” que busca omitir tanto a natureza da violência quanto suas bases raciais.

Palavras-chave: migração, raça, fronteiras, violência, liberalismo, refugiados.

La violencia liberal y las fronteras raciales de la Unión Europea

Resumen

Este artículo examina cómo la violencia racial sustenta el régimen de fronteras de la Unión Europea. A través de dos estudios de caso, en el norte de Francia y en la región de los Balcanes, exploramos cómo la violencia fronteriza se manifiesta de formas divergentes: desde la violencia física directa que es rutinaria en Croacia, hasta formas más sutiles de violencia evidentes en la gobernanza de los migrantes y refugiados que viven informalmente en Calais, más cerca del centro geopolítico europeo. El uso de la violencia contra las personas en situaciones transitorias contradice la imagen liberal y postracial de la UE. Basándonos en el trabajo de los investigadores poscoloniales y en las teorías de la violencia, argumentamos que las diversas tecnologías de la violencia utilizadas por las naciones de la UE contra los inmigrantes encarnan la lógica inherente a la gobernanza liberal, al tiempo que reproducen la tendencia del liberalismo a descuidar sus limitaciones raciales. Al cuestionar cómo y por qué se manifiesta la violencia fronteriza, dirigimos nuestra atención crítica a las ideologías racistas en las que se basa la violencia. Este artículo caracteriza el régimen fronterizo de la UE como una forma de “violencia liberal” que pretende omitir tanto la naturaleza de la violencia como su base racial.

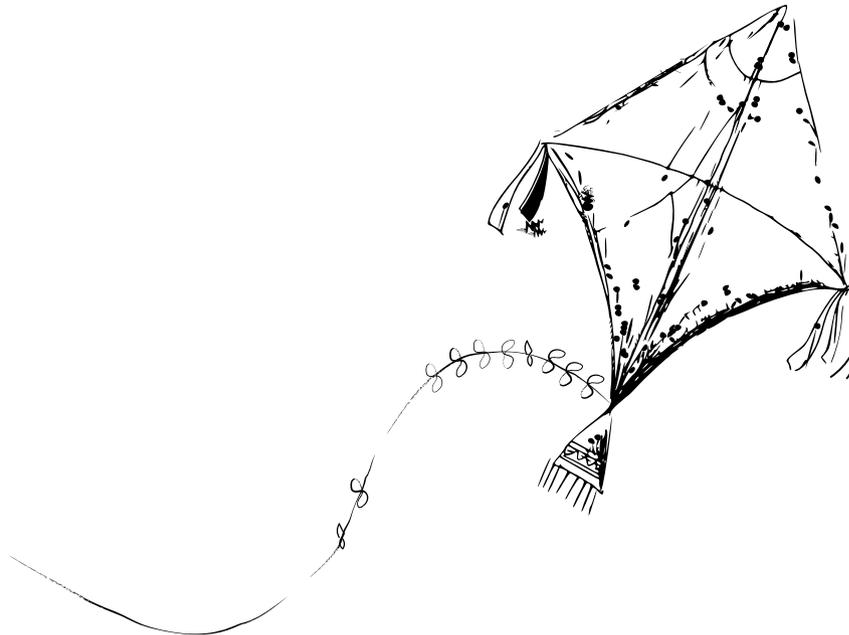
Palabras clave: migración, raza, fronteras, violencia, liberalismo, refugiados.

Liberal violence and the racial borders of the European Union

Abstract

This paper examines how racial violence underpins the European Union's border regime. Drawing on two case studies, in northern France and the Balkans, we explore how border violence manifests in divergent ways: from the direct physical violence which is routine in Croatia, to more subtle forms of violence evident in the governance of migrants and refugees living informally in Calais, closer to Europe's geopolitical centre. The use of violence against people on the move sits uncomfortably with the liberal, post-racial self-image of the European Union. Drawing upon the work of postcolonial scholars and theories of violence, we argue that the various violent technologies used by EU states against migrants embodies the inherent logics of liberal governance, whilst also reproducing liberalism's tendency to overlook its racial limitations. By interrogating how and why border violence manifests we draw critical attention to the racialised ideologies within which it is predicated. This paper characterises the EU border regime as a form of "liberal violence" that seeks to elide both its violent nature and its racial underpinnings.

Keywords: migration, race, borders, violence, liberalism, refugees.





Introdução e métodos

“Eu tenho uma pergunta para você: Se a União Europeia defende a liberdade e a igualdade e tudo isso, como podem tirar isso de nós? Eles dizem que fazem tanto trabalho humanitário, mas eles não querem as 2000 pessoas deste campo? E eles batem em nós, agressivamente”

Vítima afegã da violência policial na Croácia, Bihac, Bósnia e Herzegovina, julho, 2019.

Este artigo apresenta evidências de dois projetos de pesquisa sobre violência de fronteira na Europa – no norte da França e na fronteira entre Croácia e Bósnia e Herzegovina (doravante Bósnia). Cada estudo de caso demonstra que, na União Europeia (UE), a violência é rotineiramente utilizada para controlar a imigração. Nesses estudos, observamos como a violência de fronteira europeia é obscurecida pela ocultação e pelo deslocamento da violência para as “periferias” espaciais, onde ela tem menos chances de ser detectada. Essas descobertas empíricas da violência de fronteira contrastam com a autoimagem liberal e pós-racial da Europa e da UE, que defende a dignidade humana e a lei como princípios dos “valores europeus” (EUROPEAN UNION, 2019). Ao invés de aceitar esse entendimento hegemônico das práticas liberais na fronteira, argumentamos que as tecnologias de ocultação e deslocamento evidenciadas nesses estudos de caso apontam para uma forma de “violência liberal”, marcada pelo obscurecimento da violência policial e pela lógica racial que a sustenta.

O primeiro desses estudos de caso apresenta o trabalho de campo realizado na França entre 2015 e 2019 com

a cidade de Calais como ponto-focal. O norte da França constitui a fronteira noroeste da área compreendida pelo Tratado de Schengen e o porto de Calais é um ponto nodal entre a área de Schengen e o Reino Unido. Calais tem observado um número significativo de migrantes chegando e residindo informalmente durante os últimos 20 anos, em rota para o Reino Unido por meio do Canal Inglês (RYGIEL, 2011). A pesquisa começa em 2015, quando milhares de migrantes que viviam em ocupações informais na cidade portuária foram encurralados em um espaço na margem do limite da cidade, um terreno que se tornou a infame “Selva de Calais” (*Calais Jungle*) (MOULD, 2017; VAN ISACKER, 2019). Nossa pesquisa em Calais envolveu levantamentos de saúde ambiental (DHESI et al., 2015; 2018) e pesquisa etnográfica com voluntários e habitantes dessa área e foi utilizada para explorar os atos sutis e diários de violência estatal estrutural por meio da inação e do abandono (DAVIS et al., 2017).

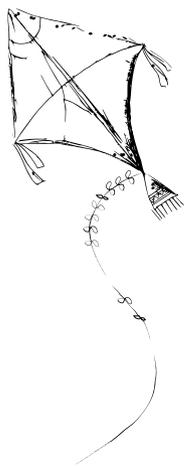
O segundo estudo de caso apresenta pesquisa na Bósnia realizada entre 2016 e 2019. A ampla região conhecida pela UE como “Balcãs do Oeste” é uma região onde a segurança da fronteira da UE foi “terceirizada” (TRAKILOVIC, 2020) e é, portanto, um terreno produtivo para examinar as contestações das práticas de exclusão na Europa. Desde a re-imposição dos três controles de fronteira de Dublin em 2016, migrantes e refugiados ficaram retidos nas fronteiras entre a Croácia dentro da UE e a Sérvia e a Bósnia nas periferias da Croácia (JMEK et al., 2019). Esses imigrantes e refugiados que tentaram realizar uma jornada para a Croácia e para a Eslovênia (ou seja, para dentro da UE), enfrentaram abuso físico rotineiro por parte dos guardas de fronteira dentro do território da UE. Essa violência, documentada por ativistas (BORDER VIOLENCE MONITORING NETWORK, 2020), organizações humanitárias (AMNESTY INTERNATIONAL, 2019; MSF, 2017) e pela nossa própria observação de longo prazo é mais direta e cruel que aquela que afeta os migrantes e refugiados em Calais. Ela é caracterizada por roubos e abusos físicos: punhos e bastões contra carne e osso. Esses abusos são catalogados por monitores da violência de fronteira com os quais nós estamos colaborando em um projeto de ativismo-científico. Nossos dados ora apresentados consistem em observações de longo prazo da ativista-cientista Karolína Augustová, que trabalhou com voluntários de base em agrupamentos de documentação da violência durante 11 meses entre janeiro e dezembro de 2018, e um mês de trabalho de campo qualitativo na Bósnia realizado pelos outros três autores, focando especificamente no conjunto de testemunhos sobre experiência de violência e dispersões ilegais por parte da UE. Os dados foram complementados com observações e entrevistas de trabalho de campo na Sérvia em 2019.

É nesse espaço que nosso artigo faz sua contribuição. O texto se volta para os dois casos previamente mencionados de violência de fronteira para securitizar os limites da UE e sugere que, embora esses dois casos tenham manifestações diferentes, eles compartilham de uma unidade dialética. Cada forma de violência funciona para obscurecer sua brutalidade, por vezes por meio de ocultação e deslocamento – e, portanto, mascarando a lógica *racial* que embasa o trabalho de fronteira na UE. Esse obscurecimento da violência ajuda a sustentar noções do liberalismo europeu por meio da camuflagem das contradições do liberalismo no que diz respeito à raça.

O artigo começa pela revisão de literatura sobre governança violenta de migrações na era liberal, fazendo distinções entre a tecnologias violentas de governança e suas racionalidades, utilizando as noções de Galtung (2019) de "violência cultural". A partir do trabalho de Goldberg (2002) em particular, o artigo examina as lógicas raciais que sustentam a Europa Estado-nação moderna por meio do exame de longas contradições entre o liberalismo universal autodeclarado da Europa e suas limitações espaciais e ideológicas. Essa perspectiva pós-colonial é crucial para entender como as fronteiras da Europa e o liberalismo europeu têm sido ideologicamente construídas (EL TAYEB, 2011; LOSURDO, 2011). Por fim, nós examinamos os dois estudos de caso mencionados e detalhamos os tipos e tecnologias da violência utilizados, e também exploramos os modos como a racialização pode ser detectada naquelas formas de violência, de modo mais sutil ou mais evidente. Concluimos enquadrando a governança contemporânea da fronteira europeia como uma forma de "violência liberal" que funciona para obscurecer suas bases raciais.

Violência em tempos liberais

Enquanto a noção de um continente "europeu" é anterior ao liberalismo, os valores da Europa contemporânea e da Europa oriental são amplamente aceitos como parte da ideologia liberal. Liberdades individuais e direitos de expressão, movimentos e organizações políticos, junto da arquitetura dos Estados com política democrática são considerados marcos da sociedade europeia liberal. Adicionalmente, os direitos liberais são considerados inerentes e universais, ao invés de predicados em características herdadas como, por exemplo, raça ou etnia (PAREKH, 1992). O próprio Estado-nação com sua estrutura burocrática é desenhada para balancear a democracia popular com os direitos individuais, e se torna o principal veículo por meio do qual o regimento liberal da lei se sustenta. Às vésperas da guerra do Iraque, Habermas e Derrida (2003, p. 295)



sumarizaram em seu apelo excessivamente otimista pela paz e pela união europeia: "Os europeus têm muita fé nas capacidades organizacionais e de governo do Estado (...) eles têm um senso apurado do iluminismo dialético(...) Seus níveis de tolerância com a violência contra as pessoas são comparativamente baixos". Um equivalente sentimental dessa noção também é evocado nos autodeclarados valores da fronteira da UE e da agência da guarda costeira Frontex, a qual é encarregada com a "proteção" dos Estados liberais da Europa: "Nós somos profissionais. Nós temos respeito. Nós buscamos cooperação. Somos responsáveis. Nós agimos" (FRONTEX, 2019).

Conforme este artigo irá mostrar, essa noção de "proteção" é muito distante da realidade do policiamento da fronteira europeia, a qual é indiscutivelmente violenta. Mas as palavras de Habermas e Derrida (2003) sobre a aversão da sociedade europeia à violência ecoam o conto ortodoxo dos Estados europeus modernos e sua relação com a governança violenta. Esse conto vê os Estados europeus como se eles houvessem mudado da soberania autocrática dos antigos reinos europeus e impérios, e vê a Europa – e suas ramificações coloniais – como se tivessem introduzido direitos universais e, eventualmente, responsabilidade democrática. A violência social é, então, reduzida, ou pelo menos tornada "justa" (NEU, 2018), por meio de sua execução em vias legais que são premissas dos direitos liberais e democráticos. Essa é uma razão pela qual a violência é frequentemente pouco teorizada ao aceitar a noção de que atos persistentes de violência em configurações liberais são "meras casualidades colaterais ao longo de um caminho firme para a modernidade iluminista" (HUTTA, 2019, p. 65).

Por outro lado, conforme geógrafos e pesquisadores alinhados têm demonstrado, a violência ainda é parte muito presente da sociedade liberal (NEU, 2018), e não meramente um resultado das relações sociais desiguais (GALTUNG, 2019), mas também um reflexo da própria sociedade: suas prioridades, suas ansiedades e suas vulnerabilidades (DAVIES, 2019). Em outras palavras, a violência "mimetiza" os valores fundamentais do sistema social (SPRINGER; LE BILLON, 2016, p. 1).

O trabalho de Galtung (1969; 1990) é central para entender os mecanismos por meio dos quais a violência opera no contexto liberal, destacando como a violência é escondida ou legitimada. Se as sociedades liberais almejam uma imagem de paz e justiça, então a presença da violência precisa ser disfarçada, deslocada ou justificada. Galtung (1969; 1990) oferece contribuições importantes sobre os modos como a violência opera, desde sua socialização e estruturação até os atos de violência propriamente ditos. Para Galtung (1969), o momento no qual a violência incide sobre o corpo não é o

mais importante sociologicamente. O autor posiciona a violência estrutural e cultural como precursora e condicionante do ato direto de violência física e argumenta que as forças estruturais e culturais legitimam e incorporam a violência nos padrões da vida cotidiana (1990). Tanto a violência estrutural quanto a cultural são marcadas pela visibilidade reduzida próxima do ato de violência propriamente dito (RODRIGUEZ et al., 2014). Para Galtung (1990, p. 294), a violência estrutural constitui os *processos* por meio dos quais a violência física se sustenta, e isso corresponde às ordens pelas quais a violência é escondida, deslocada ou negada.

Aqueles que documentam a violência estrutural de fronteira evidenciaram alguns modos pelos quais ela pode ser envolta, e esses modos podem variar em níveis sutis (DAVIES et al., 2017; JONES, 2016). Tanto as consequências de banir missões de resgate no Mediterrâneo (GARELLI et al., 2018), quanto os atos que tornam ilegal a oferta de água para migrantes no deserto de Sonora, têm implicações letais. Da mesma forma, as tentativas de tornar ilegal a distribuição de comida para pessoas em busca de asilo, o que pode mantê-las em estado permanente de fome (TAZZIOLI, 2019; TYERMAN, 2019), ou as práticas "domicídias" ² como encharcar sistematicamente os pertences dessas pessoas e as destruições rotineiras de seus abrigos em Calais ou outros lugares (HAGAN, 2019; VAN ISACKER, 2019). Outras técnicas de fronteira acontecem longe da zona fronteira física em configurações institucionais onde, por exemplo, cuidados de saúde para refugiados podem ser negados ou limitados, o que permite que doenças evitáveis debilitem os migrantes (DHESI et al., 2018; ILCAN et al., 2018). Dentre esses exemplos, os Estados podem usar uma arquitetura legal ou extralegal de política pública para viabilizar a violência por meio da inação ou da negação (DAVIES et al., 2017).

As mortes dos migrantes podem, portanto, ocorrer sem que ninguém as veja, deslocadas e escondidas ao longo de linhas de fronteira desoladas ao sul do Arizona ou do Novo México, a milhares de quilômetros de Washington DC, onde as políticas públicas são elaboradas, ou sob as ondas do Mar Mediterrâneo. O sofrimento provocado deliberadamente por meio das tecnologias sutis mencionadas também permite que a violência pareça auto aflitiva, onde as "condições violentas" às quais os refugiados são forçados a aguentar são traduzidas como *sua própria culpa* (LAURIE; SHAW, 2018). Assim como o governo subverte o poder para que essas situações pareçam resultado de ações individuais livres, a inação das políticas e a retenção de direitos humanos básicos relocam a culpa para o próprio migrante.

Diferentemente das formas de violência diretas e estruturais discutidas acima, a violência cultural nos leva para além das tecnologias e processos de violência em direção a *racionalidades* de base. Apesar de autores pós-estruturalistas argumentarem que os processos de violência e suas lógicas se sobreponham, para Galtung (1990, p. 294) a violência cultural é o substrato permanente sob os *processos* da violência estrutural, repressão e espoliação que constroem os próprios sujeitos para os quais a violência é então aplicada. Galtung (1990, p. 296) especificamente se refere às ideologias como o nacionalismo ou a religião como as bases sobre as quais o consentimento político e popular frequentemente se constitui para normalizar a violência repressiva. Aqui, por meio da posição central da *raça* em nossa análise da violência de fronteira, nós começamos a isolar as racionalidades da governança que podem ser frequentemente sufocadas pela retórica mundana da política ou ofuscadas pelo imediatismo contundente dos próprios atos de violência.

Europa e raça: contradições liberais

Vamos retornar à autoimagem liberal da Europa previamente mencionada e seus valores de liberdade universal: esses valores oferecem uma base intelectual para as revoluções democráticas e as evoluções de ordens políticas na Europa entre os séculos XVII e XX. As noções de "liberdade" e "justiça" são as bases da virada da autocracia soberana para um contrato social que amplia os direitos à cidadania doméstica, ou à suposta dominação da Natureza pela Razão. No entanto, as lacunas e contradições dessa autoimagem são aparentes desde o começo do pensamento liberal europeu. Morefield (2014, p. 4) afirma que o imperialismo "apresenta, talvez, o desafio mais importante para a narrativa de base da igualdade liberal, liberdade individual e autoridade soberana". Isso porque a fundação do liberalismo europeu imediatamente exclui narrativas de mulheres, pessoas não-livres e, crucialmente, pessoas pretas e *brown*³ que tenham sido colorizadas por Estados ostensivamente "liberais" (MEHTA, 1999). Esta seção do artigo explora como os ecos dessa contradição liberal, nascidos no contexto do colonialismo, são sustentados na lógica racial contemporânea das fronteiras da UE.

Goldberg (2002) lança dúvidas sobre a narrativa dominante do liberalismo por meio de sua exegese da filosofia liberal na qual reavalia os princípios do liberalismo sob a ótica da raça e do colonialismo. Goldberg (2002) dissecou textos de John Locke, Thomas Carlyle e, inclusive, John Stuart Mill, cujo liberalismo mal se estendia a conceder direitos iguais aos sujeitos colonizados. Em sua forma mais flagrante, o trabalho de Carlyle



manifesta "negrofobia" explícita (GOLDBERG, 2005, p. 58-60) justificada por meio de determinismo biológico. Mesmo nos trechos menos inflamatórios, o racismo liberal de John Stuart Mill e outros demarca entidades africanas, orientais e asiáticas como insuficientemente desenvolvidas, social ou politicamente, para serem consideradas merecedoras do autogoverno liberal ao qual a Europa era inerentemente merecedora. Essa lógica, segundo Parekh (1994) astutamente observou, permitiu que colônias distantes fossem governadas violentamente como se existissem no suposto "estado de natureza" hobbesiano – com pouca preocupação a respeito das liberdades que os próprios europeus haviam descoberto. Essa contradição – uma miopia intencional – também é estendida para a própria construção de outra invenção do iluminismo: o Estado-nação. O Estado-nação, contido na forma geográfica, serve para proteger cidadãos da suposta alternativa do "estado de natureza". Conforme Goldberg (2002, p. 240) observa, isso ocorre por meio da mobilização de limites espaciais conforme as configurações raciais com o objetivo de confortar e controlar aqueles que estão dentro dos limites espaciais definidos e repelir os que estão fora. Uma "ordem racial" violenta, conforme posto por Goldberg (2002), se torna uma extensão natural da racionalidade. Portanto, passamos a esperar que valores e direitos liberais sejam emprestados e defendidos na Europa – mas não fora dela.

Esse "pecado original" colonial dos Estados liberais europeus é significativo porque conforma as configurações raciais que se tornam a *raison d'être* das técnicas violentas utilizadas nas fronteiras da Europa contemporânea e em seus regimes coloniais. Aimé Césaire (2001), dentre muitos outros, referiu-se aos séculos de dominação europeia da maior parte do mundo colonizado como *civilizatórios*. Conforme Cedric Robinson (1983, p. xxxi) conclui a respeito da dominação europeia em tempos coloniais, "Raça era sua epistemologia, seu princípio de ordem, sua estrutura organizacional, sua moral autoritária, sua economia de justiça, comércio e poder".

Potências coloniais ocidentais rotineiramente utilizaram a noção de processo civilizatório como justificativa para conquistas imperiais (FABIANI, 2011) – uma ideologia racista que também era replicada na disciplina da geografia. O colonialismo não apenas deu forma às colônias, mas construiu as noções da "Civilização Ocidental" em oposição à barbárie não-ocidental. É por essa razão que Frantz Fanon (1961, p. 53) famosamente gracejou que a "Europa é literalmente a criação do Terceiro Mundo". A própria definição de civilização ocidental e o liberalismo que ela representa para exemplificar é definido em relação a este Outro incivilizado (SAID, 1978). Ainda assim, conforme Césaire (2001, p. 32) enfatizou, e este artigo irá reiterar, é a própria desumanização dos sujeitos racializados que permite que sejam violentamente, e *liberalmente*, tratados.

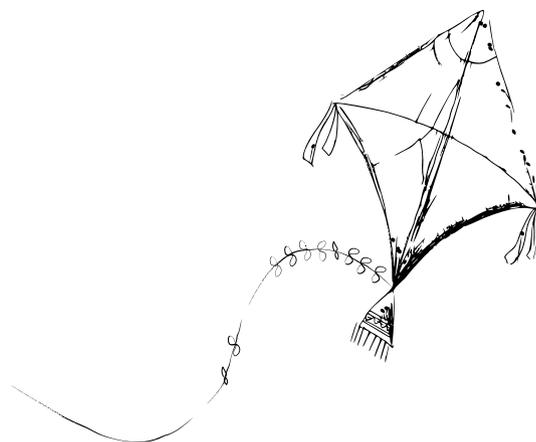
O pós-guerra no século XX poderia ostensivamente ser visto como uma quebra pós-colonial daquilo que Goldberg (2002) descreveu como "ordem racial". Mesmo assim, vemos a continuação desses debates atualmente por meio da política de migração europeia (EL TAYEB, 2008; TURNER, 2015). Mesmo quando a Convenção de Refugiados de 1951 foi assinada pelas Estados-nações liberais no advento do deslocamento de civis europeus após a segunda guerra mundial, a Grã-Bretanha e outras potências coloniais controlaram as tecnologias burocráticas para restringir o direito ao asilo a não-europeus (MAYBLIN, 2017). Asilo, em outras palavras, nunca foi concebido para sujeitos coloniais.

Na era contemporânea, podemos ver os ecos distintos do imperialismo na violação de direitos de migrantes e refugiados (WALIA, 2013). Bhambra (2017) observa que, ao contrário das narrativas dominantes da Europa como um destino de refugiados e pessoas em busca de asilo, a realidade é que a Europa, enquanto continente mais rico do mundo, abriga menos refugiados que qualquer outro continente em comparação com sua população (BHAMBRA, 2017, p. 396). Países em desenvolvimento – e não seus antigos mestres coloniais – abrigam 80% dos refugiados do mundo (BHAMBRA, 2017, p. 396). Neste século, os países da UE, incluindo Reino Unido, França, Alemanha, Dinamarca, Holanda, Áustria, Itália e Hungria viram uma grande ansiedade sendo despendida pelos principais partidos políticos a respeito do lugar dos imigrantes nesses países (BETZ, 2016). Adicionalmente, a UE presidiu um regime de migrações que facilita restrições ao movimento interno apenas para fortalecer as barreiras à entrada daqueles que estão fora da UE. Conforme El Tayeb (2011, p. 2-3) explica, a construção de uma "Europa fortificada" é frequentemente reforçada por discursos que vêem a Europa como uma "vanguarda" situada em um mundo que seria perigoso caso contrário. Similarmente, no advento da expansão política europeia após a queda do Muro de Berlim, Stuart Hall (1991, p. 18) explicitamente identificou como o discurso emergente em torno do cosmopolitismo europeu liberal poderia facilmente ser um pivô para compensar marcos discursivos sobre refugiados, fundamentalismo e "migração ilegal". É essa própria lógica que M'charek et al. (2014) identificam quando detalham os modos por meio dos quais a governança das fronteiras europeias articula-se sobre a tecnologia da raça e do processo de racialização.

Conforme pesquisadores frequentemente nos lembram, a raça não serve para ser essencializada, mas para ser considerada como uma mudança de categoria (GILROY, 1987; SIVANANDAN, 1990) guiada pelos discursos e práticas sociais, políticos e culturais. Veremos no segundo estudo de caso deste artigo como refugiados racializados

por seu aspecto muçulmano têm sua identidade muçulmana utilizada como justificativa para a violência. A alteridade perturbadora do "outro" vista nos migrantes é potencializada por meio de modelos discursivos que descrevem os migrantes como, por exemplo, bárbaros nos portões da civilização (TODOROV, 2010), como muito iliberais para encontrar seu lugar na sociedade liberal, como sujeitos (ZIMRING, 2017), como nojentos e até como animais (VAUGHN-WILLIAMS, 2015). Cada um desses discursos forma a violência cultural (GALTUNG, 1990), que então permite agredir os próprios corpos dos migrantes e refugiados que são racializados dessa forma. A racialização de Outros não-europeus oferece a base ideológica e epistêmica sobre a qual as estruturas de opressão anti-migrantes são construídas. Nós precisamos explicitamente contextualizar a violência evidente nas fronteiras do mundo – e em ambos os casos estudados aqui – como violência *racial*.

Há riscos em não confrontar as bases raciais da violência de fronteira. Leituras des-racializadas sobre governança de migrações impõem uma versão quase mística da história da Europa e suas colônias ao simplesmente caracterizar a violência como uma aberração de falhas políticas em uma sociedade que, do contrário, seria igualitária e progressista (MONDON; WINTER, 2020). Tais leituras reinscrevem aquilo que Lentin (2008) descreve como o mito de uma "Europa pós-racial" intelectualmente criada para simplificar a violência anti-migrantes como um resultado tecnocrático das práticas estatais de governo e respeito à cidadania, em oposição às exclusões estruturais que dizem respeito à raça; um discurso tão frequentemente repetido nos "estudos sobre migração". Conforme essa revisão de literatura argumentou, essa própria elisão reproduz lógicas de violência liberal que não enxergam as raças. Elaborando sobre essa revisão de literatura, o restante do artigo explora dois estudos de caso interconectados que demonstram a violência racial na fronteira europeia. A partir de longa pesquisa em Calais e nos Balcãs, mostraremos como a "violência liberal" é uma forma dominante de governança na fronteira da UE que opera por meio de lógicas racializadas e é sustentada por meio de ocultação, deslocamento e negação da violência racial.



Violência contra refugiados e migrantes em Calais

Cavalheiros, nós precisamos falar mais alto e mais honestamente! Precisamos dizer abertamente que, de fato, as raças superiores têm direito sobre as raças inferiores. Eu repito que as raças superiores têm um direito, porque têm uma missão. Têm a missão de civilizar as raças inferiores
(Jules Ferry, 28/03/1884).

Jules Ferry foi um político liberal duas vezes Primeiro Ministro da França. Conforme seu discurso citado sugere, ele também foi "um dos principais teóricos do processo de colonização" (FABIANI, 2011, p. 8) e um suprematista branco ardente durante a Terceira República (1870-1940). Não é sem nenhuma ironia que depois de 130 anos, descendentes de sujeitos coloniais, que Jules Ferry tinha feito *lobby* para subjugar, esperariam em uma fila, na chuva, para carregar seus telefones num centro de refugiados chamado *Le Centre Jules Ferry*, situado às margens do maior acampamento de deslocamento na Europa continental, nos arredores de Calais. Vamos explorar como esse caso ocorreu.

Por mais de 20 anos, Calais, no norte da França, tem sido caminho de refugiados viajando para o Reino Unido em busca de asilo. Ao longo desse período, o porto da cidade se tornou relutante em abrigar milhares de pessoas em deslocamento que viviam – e continuam a viver – informalmente em numerosas ocupações e terrenos abandonados na periferia da cidade. Em abril de 2015, a população de migrantes foi encurralada em um terreno periférico: uma antiga área tóxica ao longo do *Le Centre Jules Ferry*, a cerca de três quilômetros das ruas de Calais, fora do campo de visão dos moradores e turistas. Em seu pico, o terreno abrigou cerca de 8 mil residentes e era a única localização em Calais onde pessoas desabrigadas eram permitidas para dormir e residir. O continente não presenciara o uso político de acampamentos nessa escala desde as guerras da antiga Iugoslávia nos anos 1990.

Nós postulamos que a designação do campo de Calais em 2015 foi um ato de ocultação e deslocamento da violência racial utilizada na governança de refugiados. Além disso, sugerimos que a violência foi possibilitada pela racialização dos habitantes desse campo. Ao invés de trabalhar em parceria com o Reino Unido para permitir que os pedidos de asilo fossem analisados em ambos os lados do canal inglês, ou



permitir processos de reunificação familiar, os refugiados foram abandonados pelas agências estatais. Seu direito à vida familiar e ao reassentamento não seria inato, mas dependente da travessia perigosa da fronteira. Entretanto, sua própria presença no centro de Calais era um problema para as autoridades; sua visibilidade nos espaços cívicos era notória (MIGRATION OBSERVATORY, 2014). Consequentemente, em atos de violência oculta, o campo de residentes era deliberadamente alimentado com apenas uma refeição por dia oferecida pelo *Le Centre Jules Ferry*, o qual apenas atendia a menos da metade da população do campo (DAVIES et al., 2017). Muitos residentes reportaram sentir fome; eles também não tinham reservas seguras de comida, o que levou a doenças gastrointestinais (DHESI et al., 2015). Os abrigos consistiam em tendas doadas ou lonas rudimentares sobre estruturas de madeira improvisadas. Durante nosso trabalho de campo em Calais, em abril de 2015, notamos o sentimento de ruptura repentina e choque quando caminhamos das ruas suburbanas de Calais em direção ao campo onde o sofrimento dos refugiados foi desnudado (DAVIES; ISAKJEE, 2019). No início desse campo, apenas uma estrada e uma cerca-viva preveniam que as condições de vida dos migrantes fossem observadas. Do contrário, eles estariam vivendo diretamente ao longo dos cidadãos franceses e residentes de Calais.

Depois que autoridades francesas forçosamente removeram refugiados do terreno do novo campo em 2015, a tão chamada "selva" se tornou um terreno altamente concentrado de refugiados vivendo informalmente – um espaço onde "desigualdades racializadas globais [eram] repentinamente escritas em letras garrafais na paisagem europeia" (DAVIES; ISAKJEE, 2019, p. 215). O deslocamento dos refugiados para esse terreno, no entanto, acabou por falhar em esconder o "problema" dos migrantes, da injustiça e de suas habitações, ou a inabilidade da violência de Estado em dissuadir a situação. Do cheiro da queima de lixo por conta da falta de coleta, ao cheiro forte de produtos químicos das indústrias adjacentes (Fig2), o campo se tornou um desastre de saúde pública induzido pelo Estado. De fato, uma pesquisa de saúde ambiental do campo conduzida em 2015 ofereceu um relatório sistemático das condições de saúde pública no local, concluindo que o governo francês falhou em oferecer padrões básicos de humanidade definidos pela Agência de Refugiados das Nações Unidas (UNHCR) (DHESI et al., 2015; 2018). Em suma, abandonar a população de refugiados para viverem na dita "selva" sem condições, sem provisão estatal suficiente, estava levando a extensivos danos corporais. Junto da escassez de espaços para tomar banho e a ausência de locais para lavar roupas pessoais e de cama, estimou-se que um quinto da população do campo contraiu sarna. Além disso, houve uma escassez aguda de banheiros, o que levou os refugiados a não ter opção além de defecar a céu aberto.

Figura 2: Dois residentes da “selva” de Calais olham por cima do campo, com as fábricas químicas ao fundo. Fonte: Os autores.



Evidentemente, o governo francês e a prefeitura local não atribuíram um motivo racial para esses atos de violência. Tampouco o próprio status de “violência” seria atribuído para a negação sistemática de saneamento básico, água e comida para pessoas subalternizadas, cuja vasta maioria é advinda de antigas colônias europeias, ou “colônias de fora”⁴ (GOLDBERG, 2006, p. 332). Ainda assim, o espectro da raça era aparente como uma lógica sob a qual essas políticas eram operadas – da criação do campo a sua eventual demolição em outubro de 2016. Conforme Galtung (1990, p. 292) explicou, a violência cultural às vezes opera “por meio de tornar a realidade opaca para que não vejamos o ato ou o fato violento”. Tal ocultação é o modo pelo qual a criação do campo envolveu a expulsão forçada e discriminatória dos refugiados das partes mais visíveis de Calais. Junto a todas as formas de políticas racializadas, o perfil racial era central no processo de aplicação das regras: durante nosso trabalho de campo em 2016 nós observamos como refugiados, racializados e identificados como indesejáveis, eram frequentemente cercados pela polícia e transferidos do centro de Calais de volta para a miséria do campo – de volta às condições degradantes para as quais *eles* eram condenados a pertencer.

Como resultado dessas expulsões e da criação do campo chamado de “selva”, as divisões raciais entre migrantes e cidadãos entraram para a esfera do espetáculo. O campo se tornou “um símbolo concentrado e visível do ‘apartheid’ dos Sujeitos migrantes do Sul Global” (DAVIES et al., 2017, p. 1268). Em pouco tempo, a abrupta divisão entre as condições da população de Calais majoritariamente branca e as condições dos residentes do campo se tornou perceptível, desconfortável e, inclusive, horripilante. Dentro de uma semana após a fundação do campo de refugiados, encontramos fazendeiros oferecendo voos sobre o campo a fotojornalistas por pequenas taxas. Jornalistas começaram a frequentar o campo para escrever sobre a miséria e monetizar o escândalo que se desenvolvia. Para jornalistas, o campo de Calais era uma “*third-world slum*” (SINIBALDI, 2015), um “*shanty town*”⁵ (LICHFIELD, 2015) que se constituía em um espaço até então “civilizado” (SPENCE, 2016) do cenário europeu. Para geógrafos, era “uma favela criada por Londres” (MOULD, 2017), e o campo se tornou politicamente intolerável porque fez com que as consequências violentas do racismo anti-migração se concentrassem no espaço, estando visíveis e indiscutivelmente lá.

Também por essa razão, quando a violência racial se tornou aparente, organizações solidárias e caridades começaram a protestar, resistir e entregar suprimentos humanitários (MOULD, 2017). Um letreiro próximo a um abrigo improvisado na margem do campo dizia que “ser preto não é um crime” (Fig 3) e os próprios residentes refugiados protestavam contra o racismo que fez o tratamento violento contra eles se tornasse “aceitável”. A concentração da alteridade racial transformou o campo em um ícone da desigualdade global (DAVIES; ISAKJEE, 2019). Raramente, desde a segunda guerra mundial, um espectro pós-colonial tão distinto de diferenças raciais foi demarcado de forma tão inconfundível na paisagem da Europa Ocidental. Como os grupos racializados de “acampamentos ciganos” na Europa, a dita “selva” produziu uma “perfeita justaposição de uma conotação racial marginalizada com uma localização urbana isolada, eventualmente cristalizando percepções raciais” (PICKER et al., 2018, p. 742). À medida que o campo se tornou um ícone da exclusão racial, a aliança incômoda da violência liberal – a qual depende da habilidade de esconder e deslocar a violência – falhou: o campo teve que desaparecer. As escavadeiras rolaram sobre o acampamento em chamuscas em outubro de 2016 e seus habitantes foram transportados de ônibus para locais distantes em toda a França, permitindo mais uma vez que a violência racial na fronteira fosse deslocada, escondida e negada.

Atualmente, a violenta governança da fronteira de Calais continua a ser obscura e a lógica racial que a pressupõe continua camuflada. Enquanto escrevemos

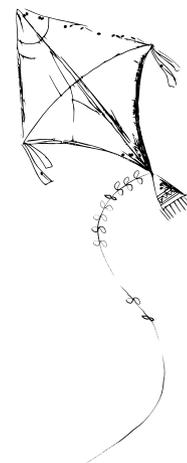




Figura 3: “Ser preto não é um crime” (2B Black is not a crime) escrito em um letreiro às margens da “selva” de Calais, 2015. Fonte: Os autores.

este artigo, cerca de 1500 pessoas ainda residem informalmente em Calais e Dunkirk em uma constelação inconstante de acampamentos menores. O *Le Centre Jules Ferry* foi demolido e a “selva” não existe há tempo, mas as políticas de ocultação e deslocamento se tornaram, argumenta-se, mais sofisticadas. Hoje, a violência contra refugiados frequentemente toma a forma de “domicídio” (MOULD, 2017; VAN ISACKER, 2019) onde a polícia rotineiramente demole abrigos e encharca sacos de dormir em valas inundadas (Fig 4); crueldade sancionada pelo Estado transformada em algo banal devido a sua repetição (OBRADOVIC-WOCHNIK, 2018). A violência também toma forma por meio de tentativas de autoridades locais de proibir a distribuição de comida em público (HAGAN, 2019). Nesses atos, sistematicamente, sutilmente e quase sempre fora do alcance dos olhos do público – nós vemos a violência de fronteira continuar sobre as bases, sempre presentes, da violência cultural que é o racismo. Mesmo nas políticas de destituição e exaustão, uma hierarquia racializada persiste. Durante nosso trabalho de campo em 2019, percebemos como pequenos grupos de sem-teto brancos podiam dormir no centro de Calais, enquanto os migrantes sem-teto, pretos e *brown*, eram regularmente apreendidos e despejados desses mesmos locais. Embora a violência racial aberta promovida por gente como Jules Ferry e seus colegas liberais possa ter desaparecido, a lógica racial que sustenta as fronteiras da Europa permanece intransigente. Essa violência vive de maneiras sutis e – como a próxima seção demonstrará – não tão sutis.

“Dispersões”⁶ violentas na fronteira Croácia-Bósnia

Se a violência no campo de Calais ocorre de modo furtivo, ao longo das fronteiras da Croácia com a Bósnia e a Sérvia, uma forma aparentemente diferente de violência ocorre, cuja marca é a agressão aberta ao invés da sutileza insidiosa. Migrantes tentando atravessar a Croácia para buscar asilo na UE são rotineiramente e violentamente “afastados” e ilegalmente expulsos para a Bósnia e para a Sérvia sem ter seus pedidos de asilo processados (AMNESTY INTERNATIONAL, 2019; EUROPEAN COUNCIL ON REFUGEES AND EXILES, 2019). À medida que a UE e a área de Schengen expandem, os países das fronteiras externas da UE crescentemente se tornam responsáveis pela guarda das fronteiras. Enquanto o Mar Mediterrâneo (GARELLI et al., 2018) é “usado” passivamente para impedir e até afogar migrantes em jornada para a Europa em barcos, os métodos usados na Croácia são *ativos* e incluem violência corporal direta. Essa seção empírica compila evidências de violência física sistemática contra migrantes atravessando a Croácia em direção à UE, com detalhes sobre como a violência é evidente, por vezes explícita sobre o caráter racial, e frequentemente deslocada para fora da zona de fronteira da UE em direção às fronteiras sul e leste da Croácia, locais que se tornam o pano de fundo para a dissuasão violenta.



Figura 4: Um campo de refugiados na periferia de Calais recentemente destruído pela polícia francesa em um ato cíclico de destruição de domicílios. Fonte: Os autores.





A “Rota dos Balcãs”, ou “Rota Ocidental dos Balcãs” – conforme descrito pela Frontex (EL-SHARAAWI; RAZSA, 2019) – se tornou proeminente à medida que a imigração para a Europa teve seu pico em 2015. Nosso trabalho de campo indica que a Rota dos Balcãs foi, inicialmente, uma alternativa a rotas marítimas mais perigosas. Tipicamente, refugiados viajavam da Grécia, através da Sérvia, e então tanto através da Hungria para a Áustria e depois Alemanha, quanto através da Croácia e Eslovênia. Os países dessas rotas experimentaram migração externa e forçada, particularmente desde os anos 1990, e isso foi sentido de forma aguda na Bósnia, onde a população muçulmana foi objeto de genocídio perpetrado pelas forças da Sérvia e da Bósnia; além de deslocamentos forçados dentro do país e para o exterior. Contudo, a relação entre deslocamento e a migração atual através da região é complexa e, conforme Hromadzic (2019, p. 128) destaca, contraditória: na Bósnia, por exemplo, as populações locais tanto “abraçaram” os novos migrantes quanto “desejaram que desaparecessem”; um ponto que ressoa com as descobertas de nosso trabalho de campo.

De modo mais amplo, conforme observado por Rexhepi (2018, p. 2218), a região passou a ser notada como uma “zona de vulnerabilidade que requer constante vigilância”, demandando o aumento da securitização das fronteiras em múltiplas escalas geográficas. A segurança de fronteira é, às vezes, explicitamente apoiada em discursos e práticas racializadas (REXHEPI, 2018), assim como implicitamente por meio da segregação racializada dos refugiados em espaços fechados (BIRD et al., 2020). Por exemplo, o “envoltório” das fronteiras húngaras com cercas de arame farpado e crescente violência – o ponto de saída original da interação com a Rota das Balcãs previamente mencionada – foi apoiado pelas narrativas de Viktor Orban sobre “defender o Cristianismo” do “vírus do terrorismo” e das “nações miscigenadas” (FEKETE, 2018). Cada envoltório de fronteira ao longo da Rota dos Balcãs empurrou, puxou e desviou pessoas em deslocamento pela região em movimentos circulares em travessias de fronteiras crescentemente precárias (STOJIC; MITROVIC; VILENCIA, 2019). Quando apreendidos na Croácia e na Eslovênia, migrantes são frequentemente expelidos de volta à Bósnia no que acaba sendo chamado de “dispersão”.

As dispersões e a violência associada são tão endêmicas que, durante o trabalho de campo, pudemos observá-las em qualquer dia. Uma pequena caminhada na pequena cidade de fronteira de Velika Kladusa resultaria em encontros com grupos de migrantes que teriam sido barrados naquele mesmo dia, na maioria dos casos de forma violenta. Ao trabalhar com o grupo de ativistas *No Name Kitchen* para oferecer banhos e roupas aos migrantes vivendo em ocupações, era possível ver que migrantes com

contusões, feridas ou curativos da violência de fronteira era algo rotineiro na Croácia. Os efeitos da violência de fronteira não são apenas visíveis no entorno das cidades de fronteira; trabalhadores humanitários e voluntários reportam ver sobreviventes machucados durante as dispersões em pontos distantes como na cidade de Tuzla, ao leste da Bósnia, e na capital sérvia Belgrado, depois de terem sido forçados a voltar durante suas jornadas.

Violência e racismo são elementos-chave das dispersões para fora da UE, conforme praticado, particularmente, pelas forças de fronteira croatas (BORDER VIOLENCE MONITORING NETWORK, 2020). A autora Karolína Augustová trabalhou como membro de uma rede de monitoramento de violência de fronteira na área para coletar evidências da natureza violenta e sistemática das expulsões. Desde janeiro de 2018, 680 testemunhos de dispersões violentas foram reportados, baseados em entrevistas detalhadas com vítimas por alguns poucos ativistas trabalhando principalmente na Bósnia e Sérvia Ocidentais (BORDER VIOLENCE MONITORING NETWORK, 2020). Dentre esses testemunhos, 270 envolveram a remoção forçada de menores. No entanto, o número de pessoas sendo expulsas é provavelmente muito maior que o número de casos que podem ser coletados pelo pequeno número de voluntários trabalhando na região. Nosso trabalho conduzido em um campo e em ocupações informais na Bósnia ocidental que recebe refugiados retornando dos pontos de dispersão, assim como as entrevistas com monitores da violência de fronteira, indica que entre 50 e 200 pessoas são removidas à força da Croácia e expulsas para a Bósnia todos os dias durante os meses de verão, sem ter seus pedidos de asilo processados. Essas pessoas expulsas comumente retornam com injúrias físicas visíveis, e aqueles subsequentemente entrevistados relatam serem sujeitos de uma gama de abusos violentos enquanto detidos na Croácia.

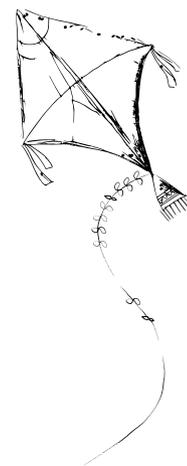
É importante detalhar alguns dos modos típicos de violência que as pessoas em busca de asilo relataram, especificamente ao serem expulsos da Croácia. Quase que universalmente, migrantes e refugiados têm seus telefones celulares confiscados e destruídos, pois são cruciais para a navegação e para o contato com membros da família e com contrabandistas. Com celulares visivelmente destruídos rapidamente tornando-se evidência de dispersões violentas (Fig 5), refugiados nos mostraram como seus telefones estavam sendo destruídos de forma menos óbvia – com a polícia croata destruindo o circuito interno do telefone e, portanto, ocultando o dano criminal. Entrevistas com refugiados e monitores da violência de fronteira indicaram que outros pertences, incluindo dinheiro, eram frequentemente apreendidos pelas autoridades croatas, sendo um marco desse tipo de violência.



Figura 5: Ao retornar das dispersões, as vítimas frequentemente nos mostravam seus celulares, os quais são comumente destruídos pela polícia antes que eles sejam expulsos para a Bósnia. Fonte: Os autores.

Em contraste com a situação ao norte da França, centenas de casos de espancamento físico foram relatados em várias formas: refugiados comumente relatam terem sido agredidos com socos, chutes ou apanhando com bastões dos agentes de fronteira croatas, além de choques elétricos com *tasers*. Por exemplo, um relato de um incidente de 7 de agosto de 2019 gravado na Croácia, próximo da fronteira com a Bósnia, em Maljevac, detalha como 23 pessoas entre 25 e 32 anos foram agredidas com bastões e punhos, além de serem chutadas. Em 5 de agosto de 2019, um grupo de 10 indivíduos de 18 a 45 anos do Afeganistão foi agredido de forma similar com mãos e bastões. O excerto a seguir é parte do testemunho extensivamente detalhado desse caso:

Eles nos bateram um por um e então disseram que voltássemos para a Bósnia. Havia um rio para atravessar para entrar na Bósnia. Então cada um de nós cruzou o rio depois de apanhar. Algumas pessoas apanharam muito, algumas pessoas apanharam menos. Eu, o último, apanhei muito. O primeiro e o último apanharam mais. Um agarrou minha camiseta e o outro me dava socos (...) Não pude proteger meu rosto. Eu os disse: "Parem! Vocês estão me machucando. Eu não consigo respirar". Ele me agarrou (...) e chutou meu rosto duas vezes (entrevista conduzida por Karolína Augustová, 5 de agosto de 2019; extratos publicados pela *Border Violence Monitoring Network*, 2020).



A violência sistemática com a qual se deparam as pessoas atravessando as fronteiras da Croácia é corroborada por relatórios de organizações internacionais e ONGs (AMNESTY INTERNATIONAL, 2019; MSF, 2017). Por exemplo, ONGs e organizações de ajuda relataram uso de violência incluindo choques elétricos, espancamento e violência sexual (BORDER VIOLENCE MONITORING NETWORK, 2020), assim como o uso de navalhas, facas e privação alimentar (MSF, 2017). Durante o trabalho de campo em 2019, frequentemente encontramos refugiados com sérios cortes, contusões e membros enfaixados que resultaram de dispersões violentas. Adicionalmente aos registros sistemáticos de violência de fronteira, nosso time de pesquisa conversou com 50 migrantes que foram despojados e retornaram da Croácia à Bósnia com pouca roupa, depois de terem seus calçados confiscados, o que fez com que a longa caminhada causasse severas injúrias em seus pés. Assim como em Calais, há a ocultação dessa violência, notadamente no fato de que a violência física ocorre na calada da noite e longe de áreas populosas, em meio a morros de florestas e montanhas, ao longo da fronteira com a Bósnia.

É importante ressaltar que a natureza racial da violência de fronteira não pode depender do discurso proferido em nome do opressor. Contudo, nos relatórios de violência e nas nossas entrevistas com os participantes, um número de pessoas prestou testemunho sobre como a raça era *explicitamente* evocada durante as dispersões violentas. Um relatório de 21 de setembro de 2018, por exemplo, descreve como um refugiado do Afeganistão apanhou assim que confirmou ser muçulmano:

[a polícia de fronteira croata] começou a nos bater (...) Eu disse porque vocês estão fazendo isso, porque aqui é Europa (...) O policial me disse que eu sou um animal. Ele também usou eletricidade e um bastão (entrevista conduzida por Karolína Augustová, em 21 de setembro de 2018; extratos publicados pela *Border Violence Monitoring Network*, 2020).

Conforme Vaughn-Williams (2015, p. 2) observa, a "animalização" aludida aqui estrutura tanto o testemunho do migrante "irregular" quanto revela a natureza racial dos abusos que os migrantes sofrem. Similarmente, um relatório de 1 de outubro de 2018 descreve como um oficial de fronteira que aplicava violência física fez referência a muçulmanos matando seu pai durante as guerras da Iugoslávia como justificativa para não ajudar os refugiados, e antes de bater neles (entrevista conduzida por Karolína Augustová em 1 de outubro de 2018; extratos publicados pela *Border Violence*

Monitoring Network, 2020). Um relato de dispersão na Eslovênia de 5 de agosto de 2018 descreve uma mulher muçulmana tendo seu véu (*headscarf*) recusado junto do aviso: “Esta é a última vez que você [vestirá] seu véu (...) aqui não é o Afeganistão, aqui é Eslovênia, não é Islamismo” (entrevista conduzida por Karolína Augustová em 5 de agosto de 2018; extratos publicados pela *Border Violence Monitoring Network*, 2020).

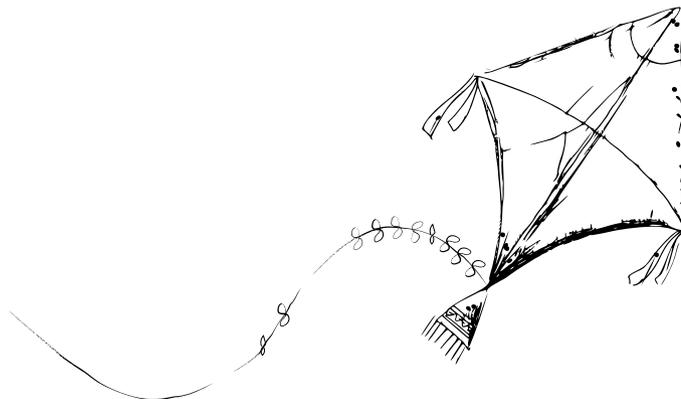
A racialização dos migrantes muçulmanos como “Outros” indesejáveis na Europa branca (FEKETE, 2018; REXHEPI, 2018) é explícita nesses testemunhos – mas em Calais a violência racial é omitida e obscurecida por meio do deslocamento e da negação. Seria incorreto entender essa violência como uma forma de “excepcionalidade dos Balcãs e ‘criminalidade’ percebida na região da Rota dos Balcãs” (EL-SHA RAAWI; RAZSA, 2019) como uma externalidade da esfera da “Europa liberal”.

Neu (2018, p. 22) escreve sobre a violência do “liberalismo não examinado” e clama para que a análise vá além dos atos atomizados de violência de modo a entender a construção da violência por meio das decisões espaciais e das redes de política. Para compreender a violência racial de fronteira é vital compreender o contexto geopolítico mais amplo. A proliferação das dispersões violentas pode ser diretamente ligada às aspirações da Croácia em fazer parte da área de Schengen. Por exemplo, uma averiguação feita pelo Conselho Europeu conectou o elevado foco na segurança de fronteira como parte de uma “preparação para acessar a região sem fronteiras da área de Schengen” (COUNCIL OF EUROPE, 2019, p. 3; EUROPEAN COUNCIL OF REFUGEES AND EXILES, 2019). De acordo com as denúncias feitas pelos relatórios, a violência contra os migrantes na fronteira é sistemática e institucionalizada (OMBUDSWOMAN FOR HUMAN RIGHTS, 2019). Assim, países como Alemanha, França e Itália são “protegidos” da presença superracializada de pessoas de fora; enquanto a Croácia é “recompensada” com a adesão à área de Schengen (HUMAN RIGHT WATCH, 2019).

Nossas entrevistas com a Comissão da UE e com pessoal da Frontex também indicam que há uma *noção* generalizada da violência de fronteira na Croácia – e também um papel político em apoiar a expansão da área de Schengen. Além disso, a Croácia tem sido oficialmente elogiada por oficiais da UE especificamente por lidar com os “problemas de migração” (VLADISAVLEVIC, 2018). Em 2018, a chanceler alemã Angela Merkel fez um elogio público à governança de fronteira afirmando que a Croácia estava fazendo “um trabalho notável com suas forças de segurança” (MERKEL, 2018). De acordo com M’charek et al. (2014), as práticas raciais na fronteira da UE são enredadas e dependem de uma gama de infraestrutura de segurança e tecnologia. A UE providenciou financiamento crucial para as operações de fronteira

ao longo de seu perímetro (EUROPEAN COMMISSION, 2018a): 108 milhões de euros foram gastos na administração da fronteira na Croácia desde 2014, com um adicional de 23,3 milhões de euros em infraestrutura emergencial para segurança de fronteira desde 2016, e mais 6,2 milhões de euros em 2019 (COUNCIL OF EUROPE, 2019, p. 26). Desde 18 de julho de 2018, a Frontex usa aviões e dados visuais para transmitir para mais de 1000 policiais de fronteira croatas e auxiliá-los com as "operações de interceptação" (COUNCIL OF EUROPE, 2019, p. 34). Além disso, a Comissão Europeia (2018b) relatou que tecnologias como torres de observação, câmeras de visualização de calor, drones, helicópteros e arame farpado foram adquiridas com dinheiro da UE para serem utilizadas nessas operações de segurança da fronteira Bósnia-Croácia. Assim como a UE tem terceirizado a segurança de fronteira para países de fora da União (BIALASIEWICZ, 2012; BORG, 2014), quando os países entram na UE e se preparam para aderir à área de Schengen, eles também se tornam responsáveis pela segurança da fronteira. Em suma, a violência física brutal é *periferizada* para fora das fronteiras externas da UE.

Há um escopo muito grande para continuar a exploração da gama de arquitetura financeira, tecnológica, institucional e de infraestrutura que viabiliza a violência contra migrantes na Croácia e na antiga Iugoslávia. No entanto, retornamos ao ponto abrangente construído por meio do levantamento empírico. As evidências claramente mostram que as políticas da UE apoiam a violência de fronteira por meio de financiamento material da segurança de fronteira enquanto os membros da UE são evasivos e furtam a confrontação da existência da violência e, obviamente, de seu caráter ilegal. Os atos de distanciamento do norte da Europa e dos centros de poder em Bruxelas, Berlim e Paris permitem um nível de negação plausível ou, conforme Doty (2011) descreve, o espaço do "álibi" moral, estando os atos de violência distantes dos centros de poder geopolítico cujos recursos são cruciais para manter a profunda violência racial evidenciada nessa seção do artigo.



Violência liberal e a fronteira racial

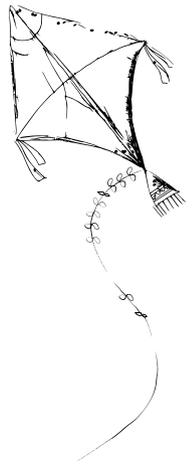
A dignidade humana é inviolável. Ela precisa ser respeitada, protegida e constitui a base real dos direitos fundamentais (EUROPEAN UNION, 2019).

As políticas de fronteira europeias tipicamente praticam violência para racializar grupos de migrantes. Dessa forma, abdicam tanto dos valores liberais quanto dos direitos legais que a UE afirma defender. Essa falha ética e legal não é uma aberração, mas sim algo sistemático na governança de fronteira europeia, conforme exemplificado neste artigo. A princípio, a violência racial na fronteira da UE é difícil de detectar – a violência de fronteira é comumente deslocada, ocultada ou negada. Na França ou no noroeste da área de Schengen, o obscurecimento da violência ocorre de formas mais sutis; aqueles em busca de asilo têm direitos restringidos inclusive à alimentação básica, abrigo e segurança por meio de pernicioso violência de inação (DAVIS et al., 2017). Já a política de fronteira no sudeste da área de Schengen pratica violência muito mais direta: espancamento sistemático de migrantes racializados que parecem mais com tortura e punição corporal de uma era de governança pré-liberal.

No entanto, nós defendemos que é adequado conceber esses dois tipos de violência como estudos de caso contrastantes das formas de *violência liberal*. Violência liberal envolve seu obscurecimento estrutural, algo comum em sociedades liberais – mas também reproduz lógicas que não enxergam a raça, algo que integra a própria história do liberalismo (LOSURDO, 2011; MOREFIELD, 2009). As manifestações de violência liberal ostensivamente contradizem os valores liberais sobre direitos humanos, dignidade e asilo nos casos explorados neste artigo. Mas essa contradição se sustenta por meio da ocultação e do deslocamento da violência. A violência liberal pode também ser obscurecida por meio de outros mecanismos – conforme Neu (2018) escreveu sobre “violência liberal *justa*”, a violência liberal é frequentemente concebida como parte de um projeto humanitário em si mesmo.

A revisão de literatura demonstrou como o pensamento liberal europeu tem rotineiramente sido culpado da profunda inconsistência no que diz respeito a aplicar direitos liberais para grupos racializados. Uma inconsistência que encontra raízes no colonialismo europeu e pode também ser testemunhada em outras regiões colonizadas. Em tempos pós-coloniais, essa inconsistência foi metamorfoseada em violência direta contra migrantes concebidos como sujeitos externos e racializados aos quais,

conforme os dados empíricos mostram, os direitos teóricos ao asilo e à liberdade do dano físico podem ser negados – e grosseiramente violados – pelos próprios Estados que corroboram esses direitos. A Europa e nações colonizadas podem articular seu liberalismo como um mecanismo por meio do qual é possível afastar e negligenciar seu presente pós-colonial – mas simultaneamente reinscrevem as divisões raciais por meio de políticas restritivas para migrantes e refugiados e práticas violentas de fronteira. Crucialmente, o ocultamento e o deslocamento da violência racial contra migrantes fazem um trabalho político em manter a fachada do liberalismo Europeu em oposição a essa imagem negativa já comprometida.



Pesquisadores de raça e pós-colonialismo acertadamente nos chamam a pensar como a lógica racial que embasa a violência racial é construída e, similarmente, nós precisamos desvendar os meios pelos quais essa própria violência é obscurecida. As múltiplas formas de dispersão social, ativismo e advocacia dos direitos dos migrantes (STIERL, 2018) e contra a violência racial na Europa sugerem o potencial de desafiar o que Losurdo (2011, p. 344) descreveu como cláusulas excludentes do liberalismo. Porém, a força dessas dispersões é, pelo menos em parte, dependente da visibilidade das injustiças e de seus componentes raciais. Por meio da omissão da natureza racial e violenta da governança de fronteira na UE, a violência liberal é permitida a continuar de forma desimpedida, facilitando sua ocorrência à medida em que está integrada ao contexto social. Nós também podemos encontrar violência liberal em outros lugares: mediada em vastas distâncias entre os controladores de drones militares nos EUA e suas vítimas no Paquistão e Afeganistão (SINGH, 2017); ou nas geografias tóxicas de zonas de sacrifício industrial onde empresas petroquímicas podem expor comunidades racializadas à violência liberal da poluição (DAVIES, 2019). A violência liberal desencadeia repressão racial severa para cidadãos detidos indefinidamente na Ilha de Nauru, ou nas fábricas e casas de trabalho do “Sul global” (NEU, 2018) que criam produtos baratos para consumidores ricos, para quem a realidade desse trabalho – e a racialização do capital – está convenientemente invisível.

Em meio a tanta pesquisa sobre a famigerada “crise europeia de refugiados”, a análise da raça do racismo permanece curiosamente ausente. Por vezes, isso ocorre porque a sociedade liberal faz da *imagem* liberal uma virtude, o que explicaria porque mesmo as práticas racistas contemporâneas são frequentemente embaladas no epitáfio do “Eu não sou racista, mas” (AUGOUSTINOS; EVERY, 2007). Em outros tempos, essa omissão é acompanhada pela noção pouco teorizada de que “cidadania”, e não “raça”, é o alvo das práticas discriminatórias; como se, se alguma forma, a função histórica

da cidadania, biopolítica e fronteiras tivesse permanecido hermeticamente fechada para os sistêmicos e históricos atos de racismo que atingiram todo o resto. Ocasionalmente, há um entendimento implícito entre pesquisadores de que a raça tem um papel importante na governança de migrações. Contudo, sem recorrer *explicitamente* a essa noção, há armadilhas para os pesquisadores dedicados a entender migrações. Simplesmente detalhando os mecanismos, técnicas e modalidades da governança violenta, assume-se o risco de que as forças estruturais da raça, do racismo e da racialização que estruturam a governança de fronteira passem despercebidas. Sem uma análise que considere a raça em uma posição central, as várias tecnologias da violência podem aparecer quase como resultado intencional, espontâneo e imprevisível de mudanças nos modelos de governança liberal; um efeito colateral inocente de burocracias, governos e tecnologias de fronteira liberais avançadas. A violência racial cujo perfil foi construído neste artigo não é uma excentricidade ou um erro, mas sim a fundação sobre a qual os regimes de fronteira são consolidados.

Nós encerramos este artigo reafirmando a importância de reconhecer o papel da raça e da racialização em todas as formas de violência de fronteira e dar atenção aos modos pelos quais a violência dos Estados é rotineiramente obscurecida. Ao chamar isso de violência "liberal" nós desejamos focar as lentes da crítica de volta às sociedades liberais como um problema sistemático, ao invés de como uma aberração. Além disso, ao considerar esses atos de violência como formas de *violência liberal*, nós colocamos em evidência como o obscurecimento da violência contra os migrantes, por meio da ocultação e do deslocamento – ou mesmo por meio da negação ou da ignorância – ajudam a sustentar a agradável e acrítica noção de uma "Europa liberal" e de suas pretensões civilizatórias, com as quais os Outros não-civilizados são confrontados e, então, violados em suposta defesa da Europa.

Agradecimentos

Este trabalho foi financiado por meio do *Scholar-Activist Project Award* da *Antipode Foundation*. Partes do trabalho de campo foram financiadas pelo *Economic and Social Research Council (ES/M500446/1)*, por financiamento do *Environmental Risk Cluster Grant* da Escola de Geografia da Universidade de Nottingham, pelo *Aston Centre for Europe* da Universidade de Aston; pelo *Internal GCRF QR Allocation Funding* da Universidade de Aston e pela Escola de Linguagens e Ciências Sociais da Universidade de Aston (*PhD Bursary awarded to Karolína Augustova*). Nós gostaríamos de agradecer aos participan-

tes da pesquisa por compartilharem suas experiências conosco e aos organizadores do *Care4Calais* e da *No Name Kitchen*. Versões iniciais do artigo beneficiaram-se de comentários inspiradores de Stephen Legg, Kathy Burrell e Levi Gahman. Nós também gostaríamos de agradecer aos revisores anônimos pelas suas recomendações. Este artigo foi escrito em solidariedade às pessoas imigrantes e refugiadas.

Notas

1 Nota dos editores [N.E.]: A versão original deste artigo foi publicada com o título *Liberal Violence and the Racial Borders of the European Union*, na revista *Antipode - a Radical Journal of Geography*, Volume 52, Issue 6, novembro, 2020, p. 1751-1773. Os direitos de publicação e reprodução são de propriedade da editora John Wiley and Sons. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/anti.12670>

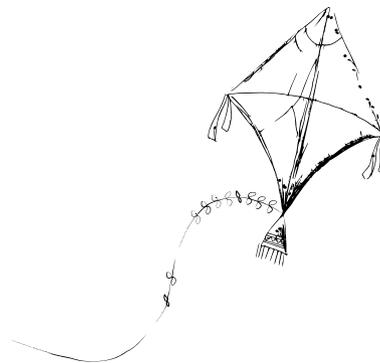
2 Nota do tradutor [N.T.]: no original, *domicide* refere-se à destruição deliberada de domicílios (“domicílio” + o sufixo “cídio”, do latim, significando matar, imolar ou derrubar).

3 [N.E.]: *brown* no texto original é o termo que se refere a pessoas não brancas, mas que não são consideradas negras. Categorias de classificação étnico-racial são contextuais, por isso aqui escolhemos manter a palavra no original pela dificuldade de uma tradução precisa a partir das categorias de étnico-raciais adotadas pelo IBGE (branco, pardo, preto, indígena e amarelo).

4 [N.T.]: No original, *the colonial outside* refere-se a lugares externos à Europa e frequentemente racializados por esse motivo. Na definição de Goldberg, trata-se de “extensões provinciais investidas principalmente na escravidão rural” (2006, p. 332).

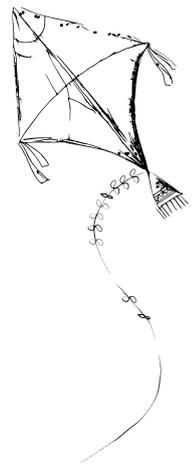
5 [N.T.]: No original: *third-world slum* e *shanty town* referem-se a variações regionais de termos como *favelas*. Ao passo que *slum* é um termo utilizado internacionalmente, *shanty town* é uma expressão equivalente mais utilizada na África do Sul. Esses termos são padronizados pelo IBGE, no contexto brasileiro, como “aglomerados subnormais”.

6 [N.T.]: No original, *pushbacks* refere-se ao processo ilegal de dispersão física forçada (*push*) dos migrantes de volta para fora da UE (*back*), negando seu direito ao pedido formal de asilo. Os autores do texto original optam por utilizar a palavra entre aspas para enfatizar que *pushback* é o termo frequentemente utilizado pelos refugiados e pelos voluntários da região para descrever os eventos de dispersão violenta nas fronteiras. O termo *dispersão* é usado no Brasil para noticiar formas violentas da força policial sobre manifestações e protestos.



Referências

- AMNESTY INTERNATIONAL. Pushed to the Edge: Violence and Abuse against Refugees and Migrants along the Balkan Route. Disponível em <https://www.amnesty.org/en/documents/eur05/9964/2019/en/>. Último acesso em 20 jul. 2020. Londres: Amnesty International Ltd, 2019.
- AUGOUSTINOS, M.; EVERY, D. The language of “race” and prejudice: A discourse of denial, reason, and liberal-practical politics. *Journal of Language and Social Psychology*, 26(2): 123-141, 2007.
- BETZ, H. G. Against the “green totalitarianism”. In: LIANG, C. S. (org.) *Europe for the Europeans: The Foreign and Security Policy of the Populist Radical Right*. Aldershot: Ashgate, 2016, p. 51-72.
- BHAMBRA, G. K. The current crisis of Europe: Refugees, colonialism, and the limits of cosmopolitanism. *European Law Journal*, 23(5): 395-405, 2017.
- BIALASIEWICZ, L. Off-shoring and out-sourcing the borders of Europe: Libya and EU border work in the Mediterranean. *Geopolitics*, 17(4): 843-866, 2012.
- BIRD, G.; OBRADOVIC-WOCHNIK, J.; RUSSELL BEATTIE, A.; ROZBICKA, P. “Badlands” of the “Balkan Route”: Policy and spatial effects on urban refugee housing. *Global Policy*, 12(2): 28-40, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12808>.
- BORDER VIOLENCE MONITORING NETWORK. Border Violence Monitoring Reports. Disponível em: <https://www.borderviolence.eu/violence-reports/>. Último acesso em 24 mai. 2020.
- BORG, S. Euro-crafting at border zones: The case of the Greco-Turkish border and the question of a European Union “beyond the state”. *Geopolitics*, 19(3): 565-586, 2014.
- CÉSAIRE, A. *Discourse on Colonialism*. New York: NYU Press, 2001 [1955].
- COUNCIL OF EUROPE. Report of the Fact-Finding Mission by Ambassador Tomas Bocek, Special Representative of the Secretary General on Migration and Refugees, to Bosnia and Herzegovina and to Croatia 24-27 July and 26-30 November 2018. Information Documents SG/Inf(2019)10, 2019. Disponível em: <https://rm.coe.int/report-of-the-fact-finding-mission-by-ambassador-tomas-bocek-special-r/1680940259>. Acessado pelo tradutor em 09 jun. 2021.
- DAVIES, T. Slow violence and toxic geographies: “Out of sight” to whom? *Environment and Planning C: Politics and Space*, 0(0): 1-19, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/2399654419841063>.
- DAVIES T.; ISAKJEE, A. Ruins of empire: Refugees, race, and the postcolonial geographies of European migrant camps. *Geoforum*, 102: 214-217, 2019.
- DAVIES, T.; ISAKJEE, A.; DHESI, S. Violent inaction: The necropolitical experience of refugees in Europe. *Antipode*, 49(5): 1263-1284, 2017.
- DHESI, S.; ISAKJEE, A.; DAVIES, T. An Environmental Health Assessment of the New Migrant Camp in Calais. Disponível em: <https://www.birmingham.ac.uk/Documents/college-les/gees/research/calais-report-oct-2015.pdf>. Último acesso em 20 jul. 2015. Birmingham: University of Birmingham, 2015.
- DHESI, S.; ISAKJEE, A.; DAVIES, T. Public health in the Calais Refugee Camp. *Critical Public Health*, 28(2): 140-152, 2018.
- DOTY, R. L. Bare life: Border-crossing deaths and spaces of moral alibi. *Environment and Planning D: Society and Space*, 29(4): 599-612, 2011.
- EL-SHAARAWI, N.; RAZSA, M. Movements upon movements: Refugee and activist struggles to open the Balkan route to Europe. *History and Anthropology*, 30(1): 91-112, 2019.
- EL-TAYEB, F. The birth of a European public: Migration, postnationality, and race in the uniting of Europe. *American Quarterly*, 60(3): 649-670, 2008.
- EL-TAYEB, F. *European Others: Queering Ethnicity in Postnational Europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.
- European Commission. Migration and Borders: Commission Awards Additional €305 Million to Member States Under Pressure. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_18_6884. Último acesso em: 28



- mai. 2020. Bruxelas: Comunicado de imprensa, 2018a
- EUROPEAN COMMISSION. Annual Report 2018 on Migration and Asylum in Croatia: National Report (Part 2). Disponível em: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/04a_croatia_arm2018_part2_en.pdf. Último acesso em 10 ago. 2020. Bruxelas, 2018b.
- EUROPEAN COUNCIL ON REFUGEES AND EXILES. Schengen: A Club Where Fundamental Rights (Do Not) Matter? Policy Note, 24: 1-4, 2019. Disponível em: https://www.ecre.org/wp-content/uploads/2019/11/PN_24.pdf. Último Acesso em 29 mai. 2020.
- EUROPEAN UNION. Goals and Values of the EU. Disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/eu-in-brief_en. Último acesso em 24 jul. 2019. The EU in brief, 2019.
- FABIANI, J. L. Rethinking the Enlightenment, or thinking the Enlightenment for the first time. *Approaching Religion*, 1(2): 7-11, 2011.
- FANON, F. *The Wretched of the Earth*. New York: Grove Press, 1961.
- FEKETE, L. *Europe's Fault Lines*. London: Verso, 2018.
- FRONTEX. Vision, Mission, and Values. Disponível em: <https://frontex.europa.eu/about-frontex/vision-mission-values/>. Último acesso em 6 set. 2019. European Border and Coast Guard Agency, 2019.
- GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. *Journal of Peace Research*, 6(3): 167-191, 1969.
- GALTUNG, J. Cultural violence. *Journal of Peace Research*, 27(3): 291-305, 1990.
- GARELLI, G.; HELLER, C.; PEZZANI, L.; TAZZIOLI, M. Shifting bordering and rescue practices in the central Mediterranean Sea, October 2013-October 2015. *Antipode*, 50(3): 813-821, 2018.
- GILROY, P. *There Ain't No Black in the Union Jack*. London: Hutchinson, 1987.
- GOLDBERG, D. T. *The Racial State*. Oxford: Blackwell, 2002.
- GOLDBERG, D. T. Racial Europeanization. *Ethnic and Racial Studies*, 29(2): 331-364, 2006.
- HABERMAS, J.; DERRIDA, J. February 15, or what binds Europeans together: A plea for a common foreign policy, beginning in the core of Europe. *Constellations*, 10(3): 291-297, 2003.
- HAGAN, M. Inhabiting a hostile environment: The sanitary politics of life at the postcamp Calais border. Disponível em: <https://www.societyandspace.org/articles/inhabiting-a-hostile-environment-the-sanitary-politics-of-life-at-the-post-camp-calais-border>. Acesso pelo tradutor em 9 jun. 2021. *Society and Space*, 2019.
- HALL, S. Europe's other self. *Marxism Today*, August 1991: 18-19, 1991.
- HROMADZIC, A. Uninvited citizens: Violence, spatiality, and urban ruination in postwar and postsocialist Bosnia and Herzegovina. *Third World Thematics: A TWQ Journal*, 4(2/3): 114-136, 2019.
- HUMAN RIGHTS WATCH. EU: Address Croatia Border Pushbacks. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2019/11/08/eu-address-croatia-border-pushbacks>. Último acesso em 29 mai. 2020. Human Rights Watch, 2019.
- HUTTA, J. S. From sovereignty to technologies of dependency: Rethinking the power relations supporting violence in Brazil. *Political Geography*, 69: 65-76, 2019.
- ILCAN, S.; RYGIEL, K.; BABAN, F. The ambiguous architecture of precarity: Temporary protection, everyday living, and migrant journeys of Syrian refugees. *International Journal of Migration and Border Studies*, 4(1/2): 51-70, 2018.
- JEANDESBOZ, J. EU border control: Violence, capture, and apparatus. In: JANSEN, Y.; CELIKATES, R.; BLOOIS J. de. (orgs.). *The Irregularization of Migration in Contemporary Europe*. London: Rowman and Littlefield, 2014, 87-102.
- JONES, R. *Violent Borders: Refugees and the Right to Move*. London: Verso, 2016.
- LAURIE, E. W.; SHAW, I. G. Violent conditions: The injustices of being. *Political Geography*, 65: 8-16, 2018.
- LENTIN, A. Europe and the silence about race. *European Journal of Social Theory*, 11(4): 487-503, 2008.

LICHFIELD, J. Calais' migrant shanty town to be provided with water and electricity by French government. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/europe/calais-migrant-shanty-town-to-be-provided-with-water-and-electricity-byfrench-government-10335225.html>. Acessado em 6 set. 2019. The Independent, 2015.

LOSURDO, D. *Liberalism: A Counter-History*. London: Verso, 2011.

M'CHAREK, A.; SCHRAMM, K.; SKINNER, D. Topologies of race: Doing territory, population, and identity in Europe. *Science, Technology, and Human Values*, 39(4): 468-487, 2014.

MAYBLIN, L. *Asylum After Empire*. London: Rowman and Littlefield, 2017.

MEHTA, U. S. *Liberalism and Empire: A Study in 19th Century British Liberal Thought*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

MERKEL, A. *Pressekonferenz von Bundeskanzlerin Merkel und dem kroatischen Ministerpräsidenten Plenkovic*. Disponível em: <https://www.bundesregierung.de/breg-de/aktuelles/pressekonferenzen/pressekonferenz-von-bundeskanzlerin-merkel-und-dem-kroatischen-ministerpraesidenten-plenkovi%04%87-1526696>. Último acesso em 6 set. 2019.

MIGRATION OBSERVATORY. *Calais and Clandestine Migration into the UK: Concerns and Context*. Disponível em: <https://migrationobservatory.ox.ac.uk/resources/commentaries/calais-and-clandestine-migration-into-the-uk-concerns-and-context/>. Último acesso em 8 ago. 2020. University of Oxford Migration Observatory, 2014.

STOJIC; MITROVIC, M. S.; VILENICA, A. Enforcing and disrupting circular movement in an EU borderscape. *Citizenship Studies*, 23(6): 540-558, 2019.

MONDON, A.; WINTER, A. *Reactionary Democracy*. London: Verso, 2020.

MOREFIELD, J. *Covenants Without Swords: Idealist Liberalism and the Spirit of Empire*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

MOREFIELD, J. *Empires Without Imperialism: Anglo-American Decline and the Politics of Deflection*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

MOULD, O. The Calais Jungle: A slum of London's making. *City*, 21(3/4): 388-404, 2017.

MSF. *Games of Violence: Unaccompanied Children and Young People Repeatedly Abused by EU Member State Border Authorities*. Disponível em: <https://www.msf.org/sites/msf.org/files/serbia-games-of-violence-3.10.17.pdf>. Último acesso em 6 ago. 2020. Médecins Sans Frontières, 2017.

NEU, M. *Just Liberal Violence: Sweatshops, Torture, War*. London: Rowman and Littlefield, 2018.

OBRADOVIC-WOCHNIK, J. Urban geographies of refugee journeys: Biopolitics, neoliberalism, and contestation over public space in Belgrade. *Political Geography*, 67: 65-75, 2018.

OMBUDSWOMAN FOR HUMAN RIGHTS. *No institutional reaction to alleged illegal police treatment of migrants*. Disponível em: <https://www.ombudsman.hr/en/no-institutional-reaction-to-alleged-illegal-police-treatment-of-migrants/>. Último acesso em 29 mai. 2020. Ombudswoman of the Republic of Croatia, 2019.

PAREKH, B. The cultural particularity of liberal democracy. *Political Studies*, 40(s1): 160-175, 1992.

PAREKH, B. Discourses on national identity. *Political Studies*, 42(3): 492-504, 1994.

PICKER, G.; GREENFIELDS, M.; SMITH, D. Colonial refractions: The "Gypsy camp" as a spatio-racial political technology. *City*, 19(5): 741-752, 2015.

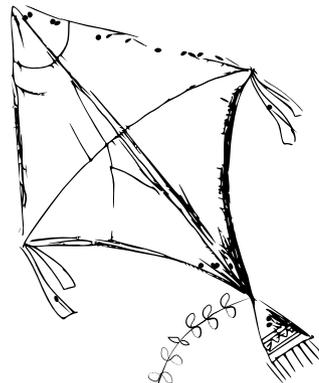
REXHEPI, P. Arab others at European borders: Racializing religion and refugees along the Balkan Route. *Ethnic and Racial Studies*, 41(12): 2215-2234, 2018.

ROBINSON, C. J. *Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1983.

RODRIGUEZ, A.; RODRIGUEZ, P.; SABORIDO M.; SEGOVIA, O.; MIREZ, L. Visible and invisible violence and inequality in neoliberal Santiago. *Environment and Urbanization*, 26(2): 359-372, 2014.

RYGIEL, K. Bordering solidarities: Migrant activism and the politics of movement and camps at Calais. *Citizenship Studies*, 15(1): 1-19, 2011.

- SAID, E. **Orientalism**. New York: Penguin, 1978.
- SINGH, N. P. **Race and America's Long War**. Oakland: University of California Press, 2017.
- SINIBALDI, C. **Life in Calais' new migrant slum-in pictures**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/gallery/2015/apr/06/life-in-calais-migrant-slum-julesferry-in-pictures-christian-sinibaldi>. Último acesso em: 17 jan. 2019. The Guardian, 6 abr. 2015
- SIVANANDAN, A. **Communities of Resistance**. London: Verso, 1990.
- SPENCE, B. **The Calais Jungle should never have existed**. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/voices/calais-jungle-demolition-child-refugees-asylum-ukborder-france-a7377501.html>. Último acesso em 17 jan. 2019. The Independent, 24 out. 2016.
- SPRINGER, S.; LE BILLON, P. Violence and space: An introduction to the geographies of violence. **Political Geography**, 52: 1-3, 2016.
- STIERL, M. **Migrant Resistance in Contemporary Europe**. London: Routledge, 2018.
- TAZZIOLI, M. The politics of migrant dispersal: Dividing and policing migrant multiplicities. **Migration Studies**, 8(4): 510-529, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1093/migration/mnz003>.
- TRAKILOVIC, M. On this path to Europe: The symbolic role of the "Balkan corridor" in the European migration debate. In: BUIKEMA, R.; BUYSE, A.; ROBBEN, A. (orgs.). **Cultures, Citizenship, and Human Rights**. Abingdon: Routledge, 2020, p. 49-63.
- TODOROV, T. **The Fear of Barbarians: Beyond the Clash of Civilizations**. Chicago: University of Chicago Press, 2010.
- TURNER, J. The family migration visa in the history of marriage restrictions. **British Journal of Politics and International Relations**, 17(4): 623-643, 2015.
- TYERMAN, T. Everyday borders in Calais: The globally intimate injustices of segregation. **Geopolitics**, 26(2): 464-485, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/14650045.2019.1631807>.
- UMEK, D.; MINCA, C.; SANTIC, D. The refugee camp as geopolitics: The case of Presevo (Serbia). In: PARIDISO, M. (org.). **Mediterranean Mobilities**. Cham: Springer, 2019, p. 37-53.
- VAN ISACKER, T. Bordering through domicile: Spatializing citizenship in Calais. **Citizenship Studies**, 23(6): 608-626, 2019.
- VAUGHAN-WILLIAMS, N. "We are not animals!": Humanitarian border security and zoopolitical spaces in Europe. **Political Geography**, 45:1-10, 2015.
- VLADISAVLEVIC, A. **Merkel, Plenkovic discuss Germany-Croatia "action plan"**. Disponível em: <https://balkaninsight.com/2018/08/28/croatian-pm-talks-with-german-chancellor-about-future-of-croatia-western-balkan-08-28-2018/>. Último acesso em: 21 jul. 2020. Balkan Insight, 28 ago 2018.
- WALIA, H. **Undoing Border Imperialism**. Oakland: AK Press, 2013.
- ZIMRING, C. A. **Clean and White**. New York: NYU Press, 2017.



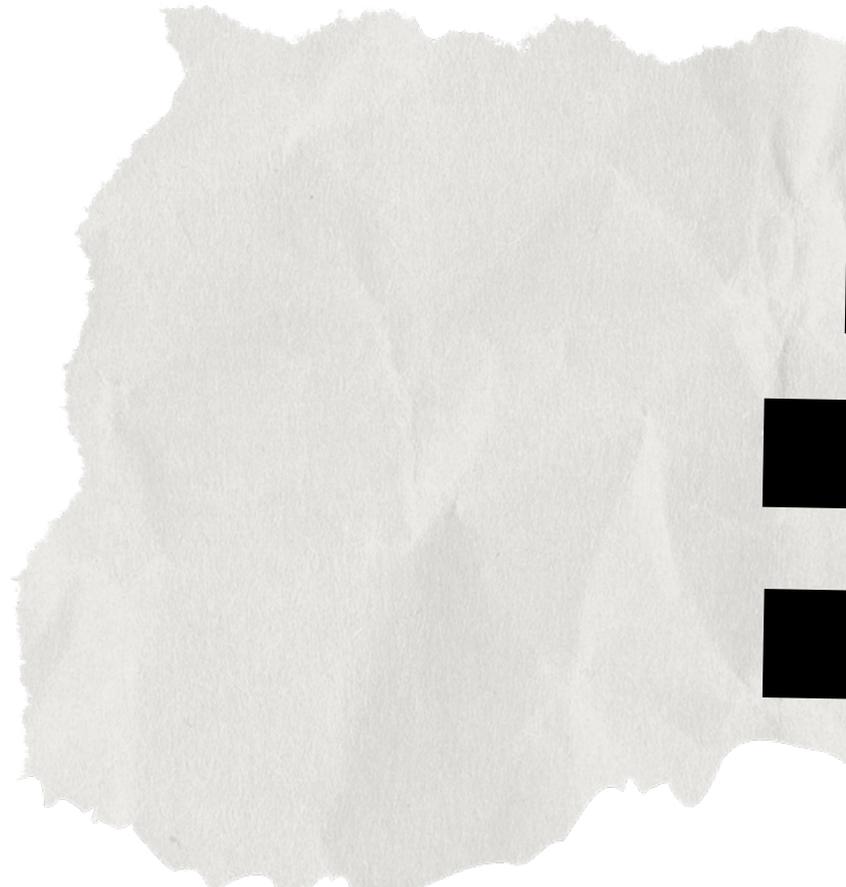


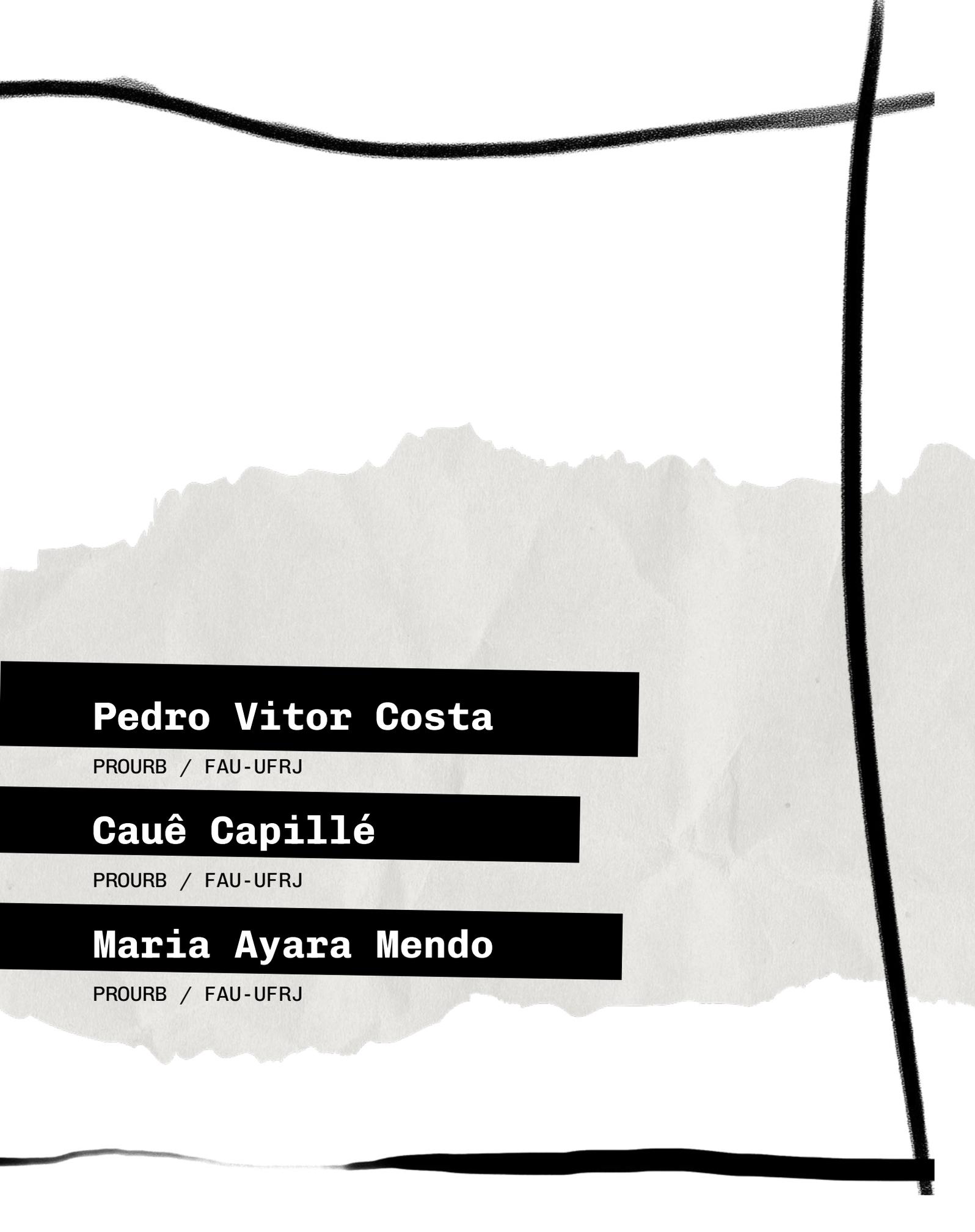
ENSAIOS



A doméstica de Magé:

uma arquitetura em oito atos





Pedro Vitor Costa

PROURB / FAU-UFRJ

Cauê Capillé

PROURB / FAU-UFRJ

Maria Ayara Mendo

PROURB / FAU-UFRJ

A doméstica de Magé: uma arquitetura em oito atos

Resumo

Este ensaio busca construir uma leitura do espaço metropolitano a partir das narrativas do cotidiano de oito domésticas negras, moradoras de Magé, que trabalham como empregadas domésticas em casas dos bairros ricos do Rio de Janeiro. Em particular, essa leitura permitiu observar tanto o papel infraestrutural de certos elementos da arquitetura na construção desse cotidiano - a arquitetura funciona como um dispositivo ordinário, um fundo aparentemente neutro e natural sobre o qual profundas relações de poder herdadas do período colonial se manifestam - quanto certas inter-relações fundamentais entre as memórias dessas mulheres, seus corpos em travessia, seus sonhos e a história da cidade onde habitam. O artigo apresenta essas observações através de oito tempos fundamentais, extraídos das oito entrevistas: um dia comum, que de três em três horas denuncia e entrelaça os corpos na diáspora, o tempo que não tem início nem fim e os territórios herdados.

Palavras chave: Trabalhadora doméstica, Arquitetura, Magé, Cotidiano, Corpo

La empleada doméstica de Magé: una arquitectura en ocho actos

Resumen

Este ensayo propone realizar una lectura del espacio metropolitano a través de las narrativas cotidianas de ocho mujeres domésticas negras, que viven en Magé y trabajan como empleadas domésticas en apartamentos de los barrios acomodados de Río de Janeiro. En particular, esta lectura permite observar tanto la importancia infraestructural de ciertos elementos de la arquitectura en la construcción de la cotidianidad - la arquitectura funciona como un dispositivo ordinario, un escenario aparentemente neutro y natural sobre el cual se manifiestan las profundas relaciones de poder heredadas del período colonial, así como ciertas interrelaciones fundamentales entre la memoria de estas mujeres, sus cuerpos en travesía, sus sueños y la historia de la ciudad donde viven. El artículo expone estas relaciones a través de ocho momentos fundamentales, extraídos de las ocho entrevistas: un día común, que cada tres horas denuncia y entrelazan sus cuerpos en diáspora, los territorios heredados y el tiempo que no tiene ni principio ni fin.

Palabras clave: Empleadas domésticas; arquitectura; Magé; cotidiano; cuerpo

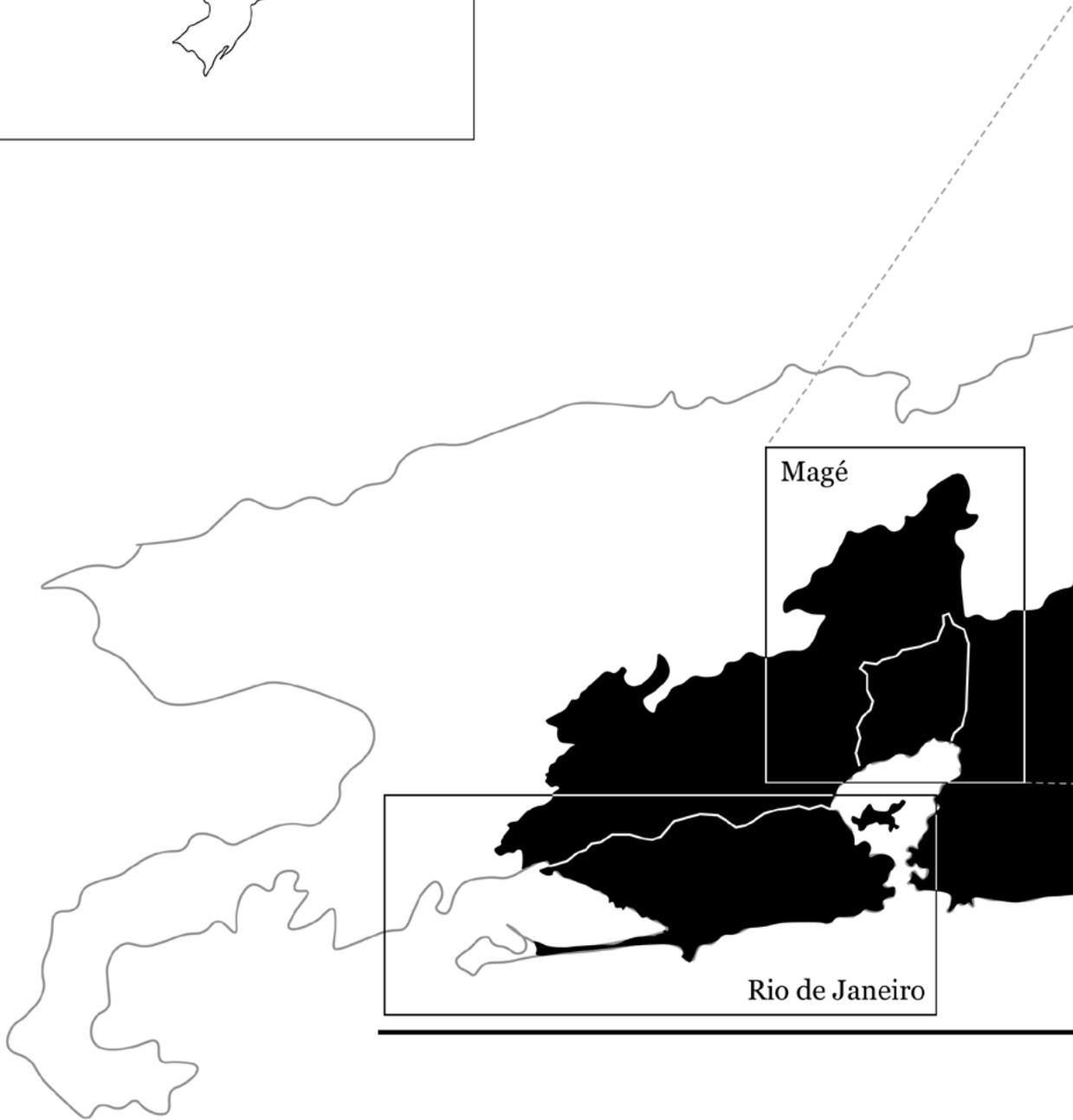
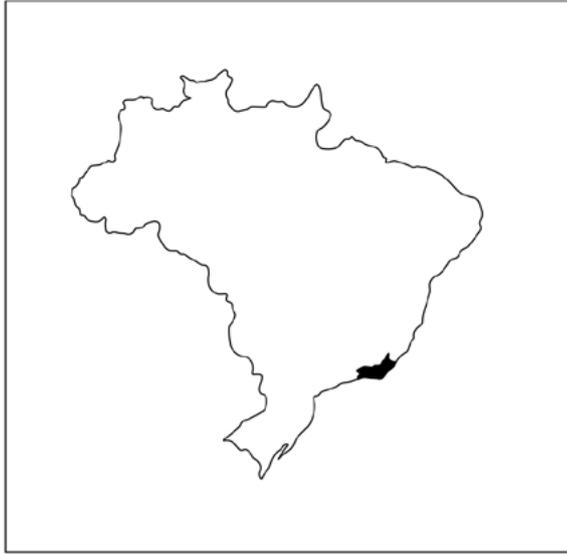
The Magé household: an architecture in eight acts

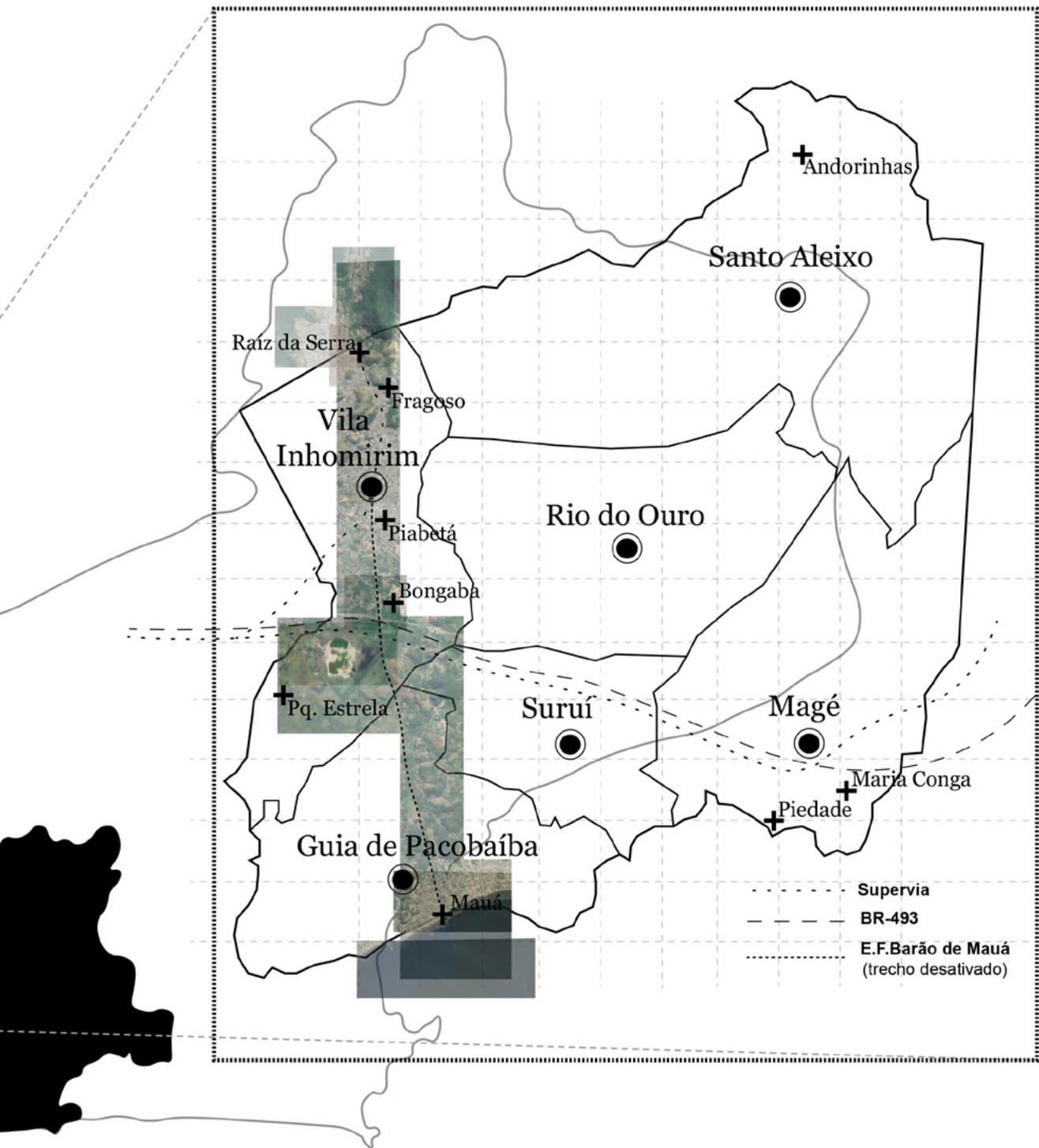
Abstract

The essay reads the metropolitan space from the daily narratives of eight black domestic workers, residents of Magé, who work in houses in the wealthy neighborhoods of Rio de Janeiro. In particular, this reading allowed observation of both the infrastructural function of certain elements of architecture in the construction of this daily life - architecture functions as an ordinary device, an apparently neutral and natural background on which deep power relations inherited from the colonial period are manifested - as well as certain fundamental relationships between the memories of these women, their bodies crossing the metropolis, their desires and the history of the city where they live. The article presents these observations through eight fundamental times, extracted from the eight interviews: a common day, which, at every three hours, denounces and intertwines the bodies in the diaspora, the time that has no beginning or end, and the inherited territories.

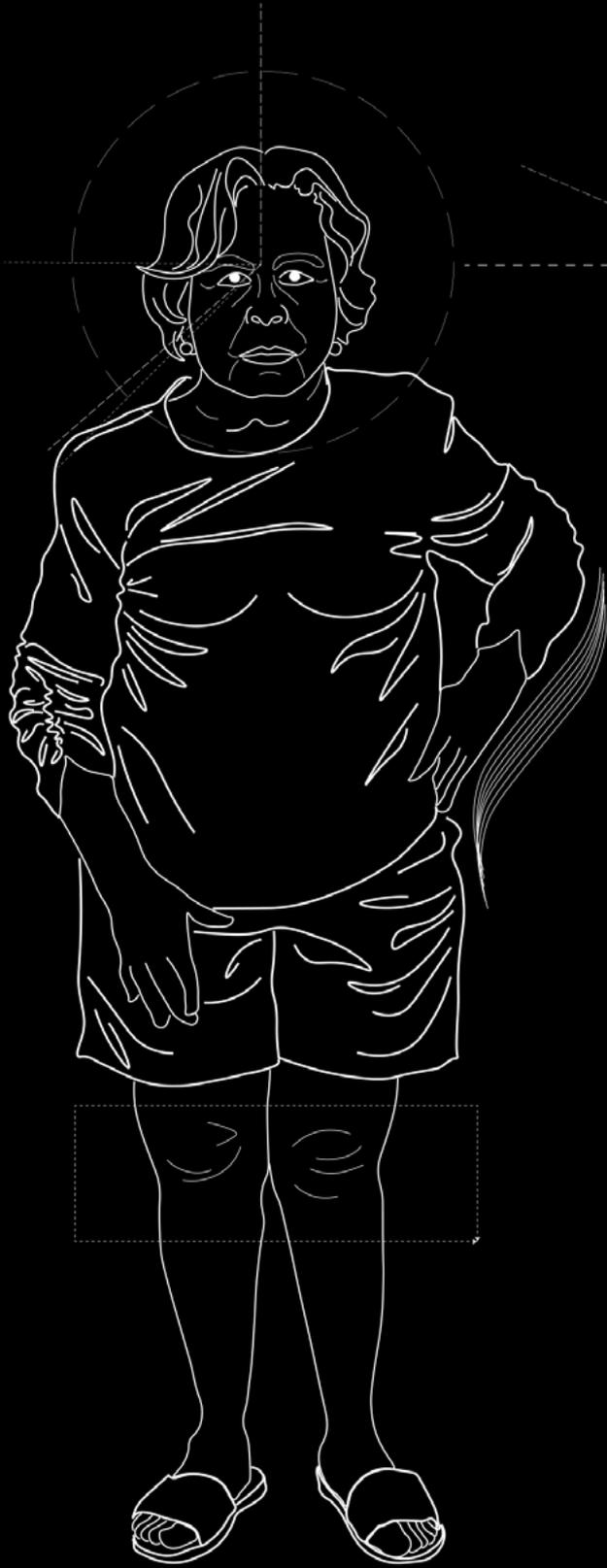
Keywords: Domestic workers; architecture; Magé; daily life; body

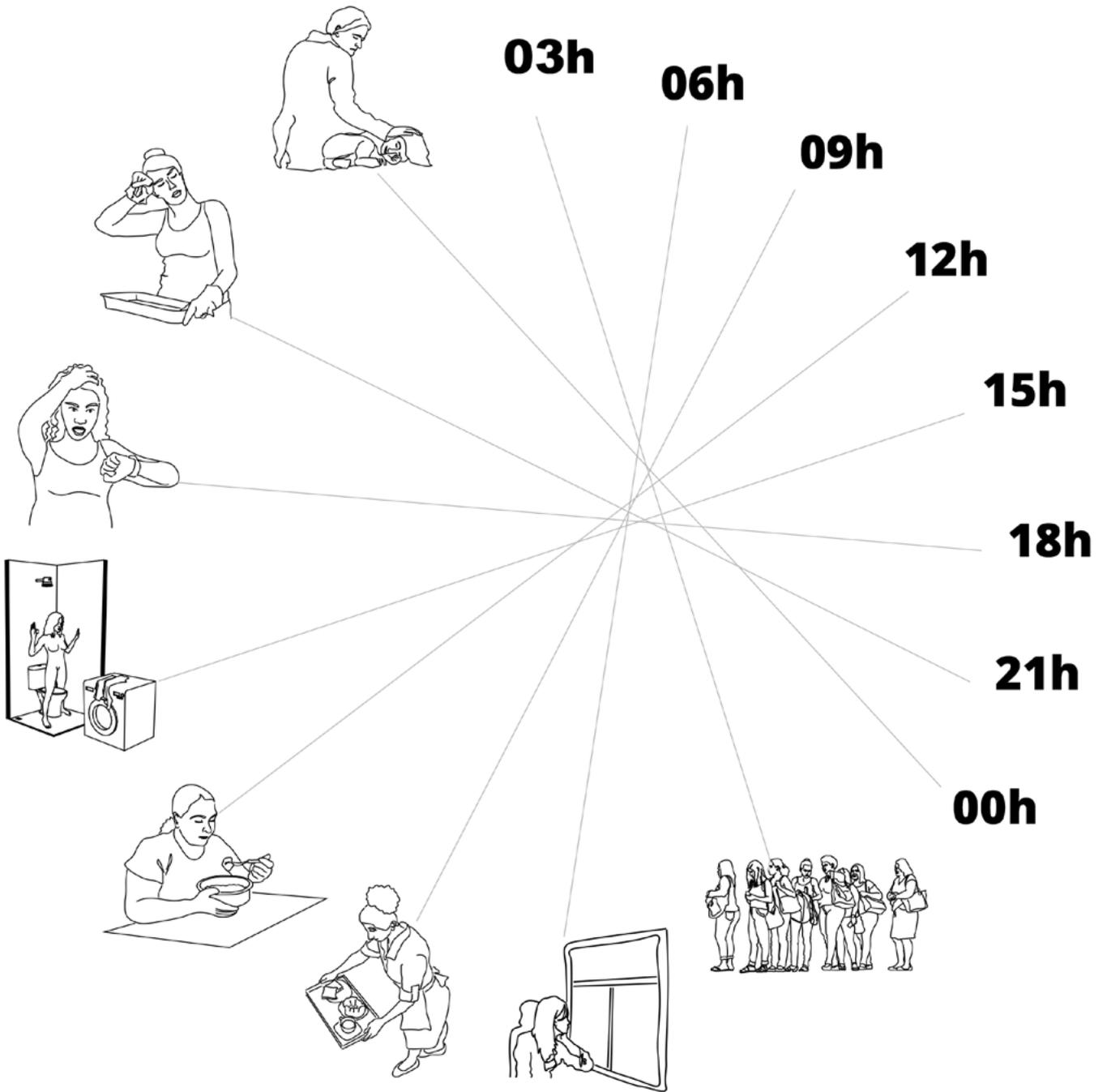






Região Metropolitana Do Rio de Janeiro





1990
Conga é considerada heroína de Magé

Guapimirim se emancipa e Magé perde o título de "Cidade do Dedo de Deus"



Árvore Mirindiba, símbolo indígena Morro do Bonfim, Centro

1530
É documentada a chegada do primeiro migrante português, André Gonçalves, pelo rio Magepe-Mirim (atual, Inhomirim)

O navegante Martim Afonso de Souza tem sua passagem pelo rio Magepe documentada

1534

1565

1575

1580

1648

1650

1674

1696

1726

1747

1755

1789

12 anos, Maria Conga na o porto de Salvador

2008

2019

2019

2019

2019

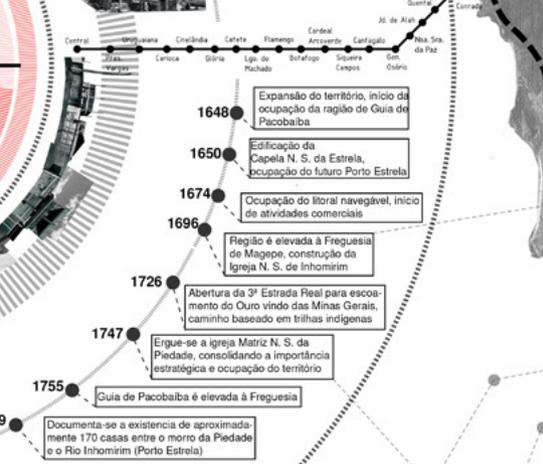
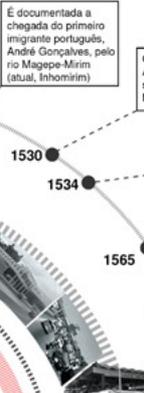
2019

2019

2019

2019

2019



Documenta-se a existência de aproximadamente 170 casas entre o morro da Piedade e o Rio Inhomirim (Porto Estrela)

2019
Consegue a cidadania Espanhola, sonho em deixar de ser doméstica para trabalhar como costureira

2019
Primeira a abrir um negócio no sul do Brasil

2019
Um curso de a catóico

2019
Início do Loteamento em torno da Estrada de Ferro, Piabetá. 1948

2019
Fábrica Andorinhas, 1891 Andorinhas

2019
Quilombo Maria Conga, 1854. Único quilombo reconhecido da Baixada Fluminense. Centro

2019
Ruínas da estação Guia de Pacobaíba, 1854. Mauá

2019
Ruínas do Porto Estrela, Parque Estrela. 1816.

2019
Igreja São Nicolau, 1750 Suruí

2019
Igreja N. S. da Piedade, 1750 Centro

2019
Fazenda Magepe-Mirim, 1750 Centro

2019
Igreja N. S. do Bonfim, 1790, Centro

2019
Sede da Fábrica de Pólvora Estrela, 1826. Raiz da Serra



Poço Bento, 1565, Piedade



Capela N. S. dos Remédios, 1740, Mauá



Igreja N. S. da Piedade de Inhomirim, 1696, Piabetá



Igreja São Nicolau, 1750, Suruí



Igreja N. S. da Piedade, 1750, Centro



Ruínas do Porto Estrela, Parque Estrela, 1816.



Ruínas da estação Guia de Pacobaíba, 1854, Mauá



Início do Loteamento em torno da Estrada de Ferro, Piabetá, 1948



Quilombo Maria Conga, 1854. Único quilombo reconhecido da Baixada Fluminense. Centro



Igreja N. S. do Bonfim, 1790, Centro



Fazenda Magepe-Mirim, 1750, Centro



Sede da Fábrica de Pólvora Estrela, 1826, Raiz da Serra

Central do Brasil

Terminal Rodoviário Prefeito Renato Cozzolino



Oito entrevistas

Magé se enquadra no que conhecemos como cidade-dormitório, isto é, núcleo urbano onde a maior parte de sua população trabalha fora dele, passando o dia em outro epicentro, geralmente a capital, retornando à própria cidade apenas para dormir. Os moradores de Magé, que trabalham na metrópole do Rio de Janeiro, principal destino de postos de trabalho, percorrem aproximadamente 60 km todos os dias. O movimento pendular é traduzido em grande gasto de tempo no trânsito. Dentre esses trabalhadores, estão centenas de domésticas que muitas vezes passam de 3 a 5 horas por dia no trajeto, no interior do transporte público. Este ensaio busca construir uma leitura do espaço metropolitano a partir das narrativas do cotidiano de oito mulheres negras, moradoras de Magé, que trabalham como empregadas domésticas em casas dos bairros ricos do Rio de Janeiro.

O Brasil é o país com a maior população de domésticas do mundo: são 6,2 milhões de trabalhadores domésticos, segundo estudos do IPEA de 2015¹. Sendo 5,7 milhões de mulheres. Dessas, 3,7 milhões são negras e pardas e 2 milhões brancas, todas marcadas pelo baixo nível escolar. Há, podemos dizer, a atualização de estruturas sociais e políticas herdadas de um período colonial marcado por 353 anos de escravidão, no qual o espaço construído teve um papel fundamental, materializando e naturalizando relações de domínio, sintetizada em esquemas como “casa grande-senzala” e centro-periferia. Entretanto, se no período escravagista o espaço servia abertamente para a manutenção desse domínio, no último século, diante de retóricas abolicionistas e de igualdade, o espaço não pôde servir abertamente para essa função. Ao mesmo tempo, se os esquemas sociais e políticos permanecem (ganhando novos nomes, mas mantendo o esquema fundamental), nos perguntamos qual seria o papel do espaço nessas novas formas de antigos domínios.

Em particular, considerando o caso específico das trabalhadoras domésticas moradoras de Magé, nos perguntamos como o espaço fica inscrito em seus corpos e, de alguma maneira, os define (JACQUES, 2004). Como a manipulação dos espaços e os objetos arquitetônicos podem marcar o corpo, o tempo que não tem fim e os territórios herdados em função da manutenção de lógicas opressivas?

Nos debruçamos sobre essas questões a partir de entrevistas a oito mulheres, moradoras de Magé e trabalhadoras domésticas. No encontro com as oito entrevistadas, elas reconstroem a sua travessia cotidiana inscrita no tempo-espaço Magé-Rio de Janeiro e, desse modo, revelam as marcas que o espaço, em diversas escalas - territorial, urbana e arquitetônica - imprime nos seus corpos. Foram entrevistas de 10 a 30 minutos de duração, informais, levantando perguntas como: Por que começou a trabalhar como doméstica? / Se pudesse, o que mudaria na sua cidade? / Qual é seu espaço preferido na cidade? / Qual é seu sonho? / Se sente realizada? / Quais imagens vem à cabeça ao se lembrar do percurso entre casa e trabalho? / Acha que a vida seria diferente se não nascesse mulher? / Já se sentiu humilhada no trabalho?

Nossa etapa seguinte foi projetar uma narrativa a partir dessas entrevistas. Dito de outra forma, esta narrativa construída como um projeto permitiu recriar, a partir dos relatos, um cotidiano comum, traçado por suas rotinas praticamente iguais na sequência dos fatos, ainda que haja diferenças de gerações. Este cotidiano cíclico entrelaça as arquiteturas dos espaços vivenciados e suas escalas metropolitanas, infraestruturais e domésticas; as histórias e memórias da cidade que habitam; e os próprios corpos dessas trabalhadoras, em diferentes gerações. Em particular, o trabalho revela que, das horas aos séculos, do tijolo ao mapa, da conversa fiada aos grandes acontecimentos históricos, é possível entender o espaço como dispositivo imbuído de uma profunda potência política, articulando formas de poder e possibilidades de (re)existências.

A "doméstica de Magé" (no singular) se torna um arquétipo capaz de revelar a experiência do cotidiano de uma empregada doméstica, apoiada nas histórias reais narradas. O fracionamento em períodos de três em três horas marca o dia comum em oito atos fundamentais da relação entre arquitetura, cotidiano, memória, corpo e território.



Narrativa-projeto em oito tempos

3:00

“Explorada a gente sempre é né? A gente trabalhava a vida inteira pra ganhar uma mixaria, não me lembro nem o nome do dinheiro. Dormia no emprego, ficava a semana toda. Depois que meu marido faleceu, tinha que voltar todo dia pra ficar com os filhos, saía às 3h da manhã e chegava 22h em casa...”

Em plena década de 1930, mais precisamente em 1932, nasce, na cidade de Rio Doce, nossa primeira personagem em uma área rural, onde vivia a maior parte da população brasileira naquela década, enquanto Getúlio Vargas assina o decreto que concederia o voto à mulher brasileira, ainda, com inúmeras restrições como: a exigência do contrato matrimonial e, também, a permissão do marido para o exercício da cidadania. A mulher brasileira sobe um dos mais importantes degraus na luta pela igualdade, inicia-se uma escalada rumo à conquista de sua participação política. Esse acontecimento representa o início da construção da mulher como atriz social, numa sociedade estruturalmente machista.

Isso significa que durante 400 anos de domínio europeu sobre o Brasil (estamos na década de 1930), a construção das cidades é guiada por uma lógica patriarcal branca, que influenciará desde o desenho da casa até o traçado das ruas. Essa influência é responsável pelo silenciamento da mulher como agente fundamental na construção da cidade que passa refletir e se organizar a partir de uma visão masculina sobre a realidade (MUXÍ, 2018).

Se a planta doméstica é construída para delimitar a vida pública da mulher branca europeia, deixando-a excluída e à margem do ambiente urbano², Ivone, com sangue negro e indígena, não estará apenas à margem, mas marginalizada pelos próprios espaços que ocupa em seu cotidiano. Diante de tal realidade,

[...] o grande desafio vem sendo o de construir um espaço sem gênero nem ordem patriarcal e, portanto, sem hierarquias, um espaço para visibilizar as diferenças um espaço de todas e todos, em igualdade de valores, saberes e experiências, frente a essa exclusão feminina é preciso repensar a cidade e a lógica urbana com objetivo de incorporar no cotidiano questões que tangenciam a realidade de homens e mulheres (MUXÍ, 2018, p.24).

No decorrer das décadas de 1930 a 1950, a expulsão dos trabalhadores do campo pela mecanização do trabalho potencializa o movimento de êxodo, assim a população expulsa segue em direção aos grandes centros na busca pela sobrevivência. A população vinda do campo encontra centros urbanos marcados por intensas disputas sociais, refletidas em disputas territoriais (MARICATO, 2000). Expulsos dos "centros", essa população busca nas tangentes das linhas férreas, regiões passíveis de serem ocupadas (VILLAÇA, 1998). A lógica centro-periferia se consolida como articuladora do cotidiano periférico, ou seja, durante esse processo de ocupação, caracterizado, principalmente, pela autoconstrução, as cidades metropolitanas nascem pela necessidade causada pela exclusão.

Ao chegar na cidade de Magé, na década de 1950, Ivone se casa com um descendente de imigrantes portugueses, também expulso do campo. Juntos constroem o casebre de pau a pique, à beira de um riacho. Uma paisagem que aos poucos vai se redesenhando lote a lote. Gradativamente, o verde dá lugar ao vermelho do barro das pequenas habitações que se multiplicam ao redor dos rios que se tornam destino do esgoto, processo comum nas regiões periféricas do Rio (VESCINA, 2010).

À Ivone, cabe o trabalho doméstico na casa de famílias abastadas das áreas mais privilegiadas da capital, espaço que sempre lhe foi imposto e designado. Sua rotina se inicia às 3h. Apanha o trem na estação Entroncamento (Piabetá) e precisa estar, preferencialmente, às 7h na casa de seus patrões no bairro do Leblon, Zona Sul do Rio. Por conta da distância, é obrigada a permanecer todos os dias da semana na casa em que trabalha. Seus dias se reservam à área de serviço, ou, dito de outra forma, o que o mercado imobiliário preservou da senzala em solos urbanos contemporâneos.

Na periferia, as comunidades se fortalecem, a natureza recua e a região metropolitana se constrói a partir de movimentos de segregação e exclusão, numa urbanidade emergente marcada pela precariedade e ausência de infraestruturas urbanas básicas³ (FARIAS, 2012).

Ivone é engolida pelo cotidiano, sem memória de luta ou resistência, sem se reconhecer no espaço e no território urbano. Se enxerga como um ser do presente, presa aos ponteiros. Ao descendente dos negros e indígenas dizimados, resta apenas sobreviver.



06:00

“Apesar de todo trabalho e sufoco, às vezes acho que o trajeto chega ser mais cansativo que o trabalho em si...”

Foi na altura de Manguinhos que Vanda despertou num susto. A cabeça, por horas encostada no vidro, logo se alinhou à coluna buscando na paisagem um ponto de referência capaz de revelar-lhe onde estava. O castelo mourisco da FioCruz, aponta sua localização. Apalpou a bolsa e os bolsos em busca do celular, o alívio de encontrar o aparelho logo foi substituído pelo espanto de saber que já eram 6h. Se o ônibus saiu exatamente às 4h20m de Magé, conclui que passara 1h40min no trajeto, mas ainda faltava um tanto até a Central. Somando o tempo no metrô, percebe que só conseguirá chegar no trabalho às 7h30min. São aproximadamente 4h de trajeto diário: sem engarrafamentos, são 2h indo e 2h retornando. 4h diárias em trânsito; 20h semanais; 80h mensais; 960h anuais. Considerando uma média de tempo de trabalho de 35 anos; são 33.600h; 1400 dias; 47 meses. Aproximadamente 4 anos ininterruptos dentro do transporte, o equivalente ao sonho de Vanda: se formar em Enfermagem. Sonho que permanece latejante em sua cabeça nessas longas horas observando a cidade pela janela do ônibus, especialmente ao ver aquele castelo onde se produzem vacinas.

A experiência urbana através da janela do ônibus resume e delimita a condição desse corpo no meio urbano. Os olhos observam a paisagem como frames de um filme que se repete diariamente. Através do vidro não é possível ouvir o diálogo entre o jornaleiro e o torcedor do Vasco, não é possível sentir o cheiro do pão francês acabando de sair do forno.

Estar em trânsito significa estar

[...] eternamente suspensos entre um ‘antes’ e um ‘depois’ - momentos elípticos e impregnados que nunca se resolvem realmente. Há um enorme reservatório de ansiedades psicológicas em seu trabalho, uma sensação de histórias reprimidas sob a superfície calma (CREWDSON, 2004, s.p.).

A conceituação feita por Gregory Crewdson sobre o sentimento presente nas pinturas de Edward Hopper consegue definir algo que se aproxima da condição de estar espacialmente localizado no veículo coletivo: posicionado em fileiras, a frente alguém de quem provavelmente não se saberá mais que a cor do cabelo, ao lado de alguém

que, obviamente, não deseja ser incomodado, mas que às vezes deixa escapar um “bom dia”, “desculpa” ou “com licença”. Entretanto, a quantidade de tempo passado no ônibus constrói relações e situações que expõem conflitos inatos ao espaço público, ainda que a condição de trânsito represente um descolamento da vivência nos espaços públicos da cidade. Em síntese, o trânsito conforma uma espécie de espaço coletivo mandatário, principalmente para os moradores das periferias metropolitanas (CAPILLÉ, GONÇALVES e SOVERAL, 2021).

A experiência vivida por Vanda pode ser facilmente reproduzida pela lente de uma câmera, que consegue transmitir e traduzir a relação que essa mulher possui com a cidade nos poucos momentos em que não está mergulhada no trabalho. A possibilidade de reprodução dessa experiência se assemelha ao processo de reprodutibilidade identificado por Walter Benjamin em “A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica” ([1935] 1987), onde o filósofo contesta o valor da arte em um período industrial de produção em massa. Uma experiência urbana reprodutível anula a “áurea” e o valor de uma experiência fundamental com o espaço na construção do ser político? O vidro seria o dispositivo capaz de, apesar de manter o contato visual e anunciar uma certa relação com exterior, impedir uma conexão entre esse indivíduo e o espaço físico. O vidro, a janela, o ônibus formam um ambiente que reforçam uma condição de anestesia.

A experiência espacial de Vanda pode ser dividida em três momentos: casa, cidade, trabalho. Privado, (semi)público, privado. Doméstico, urbano (em trânsito, gerido por uma empresa privada), doméstico.

9:00

“Se eu entrar num shopping pra passear... Aí eu já acho que eu tenho uma mania de perseguição, eu já penso que o segurança toda hora tá olhando, porque é negro, né?! Já pensa que é bandido. Um dia eu fui no Shopping Leblon, tô sentada lá... tava chovendo, aí sentei em frente uma loja, aí veio um moço e ficou sentado (faz gesto de tempo passando). Eu pensei logo que ele estava vigiando o que eu ia fazer, o que eu ia falar... aí eu não sei se é a minha mania de perseguição ou se é porque eu sou negra... não sei...”

O relógio anuncia 9h. Cris arruma a mesa do café da manhã pela segunda vez. Às 8h, precisou arrumar a mesa para o Sr. Cavalcante. Às 9h, a mesa precisa ser repostada



para Dona Cláudia que precisa seguir à risca sua dieta, milimetricamente calculada. A patroa aproveita para lembrar a Cris que ela precisa usar o uniforme. Cris odeia usar o uniforme. A roupa parece marcar seu corpo como pertencente a uma categoria inferior, serve para lembrar, a ela e a todos, sua posição como serviçal. Após retirar a mesa de Dona Cláudia, leva Gucci, o bulldog da família, para passear, enquanto Juninho não acorda. Juninho, quando se levantar, precisa ter a mesa posta novamente. O cachorro da família Cavalcante só sai com seus sapatinhos protetores, que custaram o valor do curso de inglês que Cris sonha em dar para o próprio filho. Os sapatinhos estão perdidos no meio de toda a bagunça deixada no quatinho da empregada. Agora que a família não pode pagar por uma doméstica que durma no trabalho, tudo que não serve mais é deixado nas dependências de serviço que, minúsculas, se tornam praticamente intransitáveis. Cris desce pelo elevador de serviço e aproveita para levar o lixo.

Ao caminhar pelo quarteirão se sente envergonhada de usar a roupa que não lhe veste bem e é, inteira, branca. Em meio à bela arborização da rua com iluminação e pavimentação, ela se sente uma intrusa. É moradora da cidade de Magé, porém a maior parte do tempo que passa na própria cidade se reserva entre os muros de sua residência. Aos finais de semana não ultrapassa o portão, pois precisa fazer todas as tarefas da própria casa. Quando não está em casa, está no ônibus, experiência que resume sua existência cotidiana em esfera pública. Cris não tem tempo para realmente refletir sobre isso, apenas deixa a paisagem passar diante dos seus olhos, sem se questionar ou pensar quando deixou de pertencer à cidade. A domesticidade se torna uma condição, o presente se resume a uma interminável repetição, onde apenas se agradece por sobreviver.

A área de serviço, espaço da casa o qual lhe foi destinado, não possui janela, apenas um basculante que mal se abre, voltado para o prisma central do edifício. As dimensões mínimas e materiais em más condições de conservação gritam a todo momento a posição que Cris ocupa na casa, na cidade. A iluminação branca e ofuscante a deixa alerta. Em constante estado de tensão, precisa terminar todos os afazeres para sair o mais cedo que puder, precisa sair antes da volta do Sr. Cavalcante. Sente repulsa ao lembrar que a distância entre a pia e o armário serve de desculpa para que o homem "sem querer" esbarre seu corpo no dela, vulnerável, submissa e ocupando o espaço das coisas sem utilidade.

Enquanto espera a máquina terminar de bater a roupa, manda um áudio para uma amiga que trabalha há alguns quarteirões dali e as duas marcam de se encontrar na estação General Osório e ir embora juntas. A conversa é interrompida pelo chamado de Juninho. Se

apressa. Ao passar pela cozinha, é tomada pela angústia da lentidão das horas, denunciada pelo relógio moribundo, que parece perdurar anos naquela área de serviço.

Em uma belíssima cena do filme *Roma*, a personagem principal Cleo (doméstica que trabalha na casa de uma família de classe média alta em Colonia Roma, no distrito Cuauhtémoc, no México, em plena década de 1970), lava a roupa no terraço da casa quando o pequeno Pepe, filho mais novo dos patrões, a interrompe em uma brincadeira. Por um momento Cleo se permite deitar sobre o piso elevado e confessa: “- Estoy muerta!”, logo a câmera se eleva revelando um mar de roupas estendidas por todos os terraços do bairro, com suas respectivas domésticas realizando a mesma atividade de Cleo. A cena captura com maestria um cotidiano solitário compartilhado entre as trabalhadoras. Todas presas em suas tarefas cotidianas, separadas espacialmente, unidas por uma história desconhecida pela maioria. As paisagens e o espaço que tocam esse corpo são responsáveis por reforçar um passado de submissão e apagar memórias de luta. Impedem a materialização de uma consciência coletiva essencial à atividade política. A cidade que se ergue sobre essas domésticas conserva paisagens, marcos e dimensões responsáveis por fazer a manutenção de um aprisionamento colonial, condenando o corpo e a subjetividade dessas mulheres.

O uniforme, a área de serviço, o transporte público precário e a periferia atingem diretamente a autoestima. O espaço que individualiza e vulnerabiliza rompe as possibilidades de ação e reação. O shopping, frequentado pela classe mais alta da cidade, seleciona cordialmente os corpos.

12:00

“Na casa da minha patroa, se eu quisesse comer uma coisa diferente eu tinha que levar. Ela só comprava pra gente comer ovo, arroz, feijão e músculo. Se quisesse comer um carré, eu tinha que levar de casa. Biscoito tinha que levar de casa. Na casa dela não comia nada, não podia comer nada. Um dia minha filha foi comigo, eu tinha que levar tudo, não podia pegar nada dela, aí a empregada foi pegar uma coxinha de frango e ela falou que quando pegar qualquer coisa tinha que falar com ela. Perguntar se poderia pegar, pedir permissão. É humilhação isso, é muita humilhação. Todo mundo que chega na minha casa pode comer tudo. Eu tinha que levar papel higiênico, shampoo, pasta de dente, uma fruta tinha que levar de casa. Quando a gente comia algo ela falava pra não comer,



aí quando estava estragando ela dava pra gente. Quando tinha carne boa não podíamos comer. Pra gente era só músculo, músculo e músculo. Lá era uma prisão, eu não aguentava ficar lá, eu trabalhava de babá pra duas crianças e não ganhava por isso. Eu pedi pra ela pra vir embora quarta-feira e ela achou ruim porque ia gastar mais dinheiro de passagem. O dinheiro faz falta, mas o dinheiro dela eu não sinto falta, juro por Deus. Você perde tudo, você passa mal, fica doente, fica estressada, deprimida. Nem televisão no meu quarto eu tinha, ficava no celular, tristeza, cara. A gente era prisioneira lá, o quatinho era pequeno, só cabia o guarda roupa, tinha um banheiro e a cama. Eu não tinha nada, no calor eu sofria, uma vida de cão..."

Maria termina de colocar a mesa, às 12h. Ela retorna para área de serviço em busca de sua marmitta. O pote ocupa metade da sua bolsa e pesa um pouco, mas desde que foi proibida de comer qualquer coisa da geladeira da casa em que trabalha, prefere levar sua própria comida a comer as sobras de músculo e frutas esmaecidas deixadas pela patroa: "- Maria, se quiser comer eu deixei isso aqui separado pra você, a gente não gosta de misturar as coisas aqui em casa."

O movimento entre a sala de jantar e a cozinha revela muitos fragmentos de uma história construída sobre camadas segregacionistas. A planta é constituída por divisórias e divisões responsáveis pela composição dos ambientes e a conformação do espaço doméstico, também feito de algumas divisões essenciais para o processo de construção das relações sociais brasileiras. A planta do apartamento onde Maria trabalha é capaz de apontar alguns processos nos quais as divisões sociais se edificam. A construção do ambiente está completamente relacionada com o desenvolvimento econômico da sociedade ocidental, gatilho do enrijecimento de estruturas responsáveis pela manutenção e conservação de tais estruturas.

A domesticidade se torna um dispositivo indispensável para o exercício disciplinante de uma ordem social consolidada. A palavra "domesticidade" deriva da palavra "doméstico". A origem da palavra "doméstico" conota a relação de pertencimento ao domus, à economia da casa. Aquele ou aquilo que pertence a uma economia familiar. Família, por sua vez, é uma instituição indispensável para o desenvolvimento histórico da economia, uma vez que o ambiente doméstico passa a configurar a articulação entre três relações: "a relação despótica entre mestre e escravo, a relação conjugal entre marido e esposa e o relacionamento paternal entre pais e filhos" (AURELI; GIUDICI, 2016).

A hierarquia intrínseca em um ambiente doméstico é a condicionante da existência de um relacionamento subalterno, naturalizado pelo conceito de família (AURELI; GIUDICI, 2016),⁵ que, inicialmente, se refere a todo indivíduo pertencente à propriedade. Escravos e parentes, circunscritos num espaço comandado por um líder patriarcal. Portanto, "família" como conhecemos hoje, deriva de uma conformação de relações de submissão, cujo objetivo é garantir a reprodução de uma ordem geral da sociedade (AURELI; GIUDICI, 2016) então a família está mais ligada ao direito à propriedade do que aos laços biológicos e afetivos a qual é comumente atrelada.

Portanto, o fato de o homem estar ligado ao ambiente público e a mulher ao privado (AMANN, 2005) presume que a mulher é designada ao espaço onde se desenvolvem as atividades responsáveis pela manutenção da vida humana. A mulher estará relacionada ao lar, ao cozimento dos alimentos, à reprodução e o homem estará ligado às atividades que acontecem no âmbito social, público, político.

Atualmente, as hierarquias e divisões se sobrepõem e são expressas no apartamento em que Maria trabalha. A planta reafirma a condição da mulher como pertencente ao ambiente de serviço, isolado do âmbito social e público. Sobreposto a essa realidade, existe o histórico escravagista de um país marcado pela exploração colonial europeia que irá enclausurar Maria na condição de mulher, negra e pobre.

Com o fim do sistema feudal, emergem importantes relações e configurações urbanas e econômicas que irão ditar uma transição econômica irrevogável. Marx identifica esse processo no momento em que as relações comerciais são pautadas pelo lucro e pela acumulação, chamada por ele de "acumulação primitiva"⁶. Esse processo será responsável por separar o produtor dos meios de produção. Isto significa que um indivíduo detém poder sobre a produção, enquanto outro possuirá apenas o poder de sua força de trabalho, essa realidade será agravada pela mecanização do campo e substituição da força de trabalho humana por máquinas. O trabalhador será forçado a se mudar para os centros urbanos em busca de condições de sobrevivência, tendo apenas seu corpo como ferramenta de trabalho, estando vulnerável a qualquer imposição e condição de subalternidade.

Esse processo é revelado também e principalmente no âmbito doméstico, quando a mulher é aprisionada cada vez mais no interior como forma de preservação da economia familiar e manutenção da propriedade privada. O corpo feminino é condicionado ao trabalho sem remuneração numa romantização propositiva do feminino como condição

de cuidadora, maternal. A área de serviço e a cozinha, separadas do âmbito social da casa, serão responsáveis por naturalizar espacialmente essa dinâmica (AMANN, 2005).

Quando Maria passa pelo corredor, indo da cozinha à sala de jantar, do espaço mais privado ao espaço mais público, apenas para servir e oferecer sua força de trabalho, significa que lógicas de controle e subalternidade, vivas desde a Grécia, continuam moldando os espaços e a vida contemporânea.

15:00

“A gente trabalha o dia todo e nem um banho decente pode tomar. O banheiro é um ovo. O chuveiro fica em cima do vaso e molha tudo, o banho é de perna aberta ou sentada no vaso, né? A gente cansada, doida pra ir embora, ainda tem que secar o banheiro...”

Quando o alarme toca avisando que é hora de lembrar Dona Silvia do seu remédio, um certo alívio percorre as veias de Zuca: 15h. Zuca leva o remédio com um copo d'água para Dona Silvia que não costuma agradecer. Aproveita para terminar de passar pano no último cômodo que faltava, agora falta apenas a cozinha, colocar a roupa pra bater e finalmente ir embora, umas 16h, ou 16h30min. A hora de ir embora, apesar de representar uma certa alegria em poder voltar para casa, é também motivo de uma angústia entrelaçada à frustração e ressentimento. Zuca precisa tomar banho.

O banheiro social é espaço proibido aos empregados (apenas podem entrar para fazer a manutenção e limpeza). À Zuca é destinado um banheiro sem janela, 1m de largura por 1,40m de comprimento. É importante ressaltar as dimensões, pois elas são responsáveis por gritar nos ouvidos de Zuca, todos os dias, que seu lugar é o espaço mínimo, o mais desagradável, a sobra arquitetônica, a senzala mascarada de “área de serviço”. O pequeno compartimento possui apenas o vaso e logo acima o chuveiro, na mesma direção. O ambiente reservado à empregada doméstica é reduzido de maneira que esse espaço não comprometa a valorização e qualidade espacial do restante da casa grande.

Como Zuca não dorme no emprego, a família, para qual trabalha, guarda todo o lixo e objetos sem uso no quarto de serviço e banheiro. Depois da longa jornada de trabalho, para tomar banho e voltar para casa, Zuca precisa retirar todos esses objetos do banheiro, se desnudar na área de serviço, exposta, vulnerável, para, então, tomar banho. O chuveiro elétrico está queimado. Quando a água fria escorre pelo seu corpo, revela uma figura cambaleante que precisa manter as pernas abertas em volta da bacia

sanitária, se apoiando nas paredes que parecem a todo momento querer esmagá-la. Quando termina, precisa sair molhada, na ponta dos pés, se esgueirando, tentando molhar o mínimo possível da lavanderia. Seu coração acelera a qualquer barulho que indique a aproximação de alguém. Pega a toalha e se seca rapidamente, logo se veste.

A imagem do corpo feminino encurralado por medidas subumanas em condição de completa vulnerabilidade e subalternidade evidencia práticas racistas, machistas e segregacionistas vigentes na nossa sociedade que enxerga a doméstica como "a mucama permitida da prestação de bens e serviços" (GONZALEZ, 1984, p.230). A preservação do valor imobiliário gera uma planta onde o ambiente destinado à doméstica possui as medidas e qualidades mínimas, deixando-a em condições animais. Ser habitante desse espaço é estar abaixo do animal de estimação da família, é ser apenas uma extensão objetificada da casa. O ofício doméstico carrega em si os processos animalizadores que caracterizaram o domínio colonial sobre os corpos negros, responsáveis por solidificar estereótipos indispensáveis para manutenção de uma sociedade racista (NOGUEIRA, 2019).

A separação dos fluxos por espaços sociais e de serviço se mascara num discurso funcionalista pragmático, uma camuflagem que protege e conserva os dispositivos necessários para persistência de uma divisão hierárquica de classes, etnias e gênero. O poder das dimensões como dispositivo de controle e castigo do corpo constrói uma narrativa visual capaz de atingir a autoestima e aprisionar a consciência. O banho, em sua composição imagética, se aproxima do tronco das antigas fazendas de açúcar, coroando o fim de um dia de trabalho com a conformação de uma cena humilhante e depreciativa.

A cozinha, lavanderia, quarto e banheiro de serviço possuem mais que um caráter espacial, revelam a desigualdade e a potência segregacionista de um país marcado por um processo criminoso de colonização, calcado em genocídios e escravização em massa. O chuveiro sobre o vaso não é uma simples economia de espaço: é a reprodução do castigo corporal de alguns séculos atrás. É uma ferramenta espacial responsável por preservar uma condição de subalternidade e subserviência dos povos dominados.



18:00



“Da história de Magé eu só sei daquele valão que passava onde hoje é a praça, que construíram a rodoviária...”

Nana sente o ar voltando aos pulmões quando as portas do metrô se abrem, liberando uma multidão de pessoas que se direcionam para fora da estação como uma manada sedenta em busca de água fresca. Os pés de Nana voltam a tocar o chão e, finalmente, ela consegue sair do vagão. Desceu duas estações antes de seu destino final, Central. Saltou na estação Uruguaiana, precisava comprar fones. Nana se apressa para comprar os fones, dá uma olhada rápida e logo escolhe o branco. Retoma seu trajeto cotidiano, no caminho para Central não presta muita atenção na paisagem em volta. Nada faz muito sentido pra ela. Se aproximam as 18h: é preciso correr para não perder o ônibus das 18h30min. Nesse pequeno trajeto caminhando, a Estátua de Duque de Caxias, sólida sobre o Panteão em frente ao palácio Duque de Caxias, chama a atenção. “-Deve ter sido quem fundou Caxias”, pensa. Não tem tempo para ler a placa, é preciso chegar logo em casa, aproveitar o máximo do pouco tempo que passa com a família.

Nana estudou até a 5ª série, aos 10 anos começou a trabalhar como babá, em sua própria cidade, para conseguir comprar uniforme e material escolar. Logo a rotina se tornou insustentável e precisou deixar a escola. Era interessada por história, porém não consegue lembrar de muita coisa. Em Magé, onde vive, museus e marcos, que não exaltem a última gestão eleita, são incomuns ou inexistentes. É uma cidade sem teatros ou cinemas. O pouco conhecimento de história que tem não envolve a cidade em que vive: apenas se lembra de reis impiedosos e alguns outros tantos homens brancos. A lembrança rarefeita impede que saiba que o homem representado pela estátua, no caminho para Central, foi batizado em sua cidade, na igreja Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, construída em 1696, hoje em ruínas.

A perda da memória de uma cidade significa para o habitante a construção de uma condição onde existe apenas o presente, impossibilitando prospecções e amputando ferramentas de luta e transformações futuras.

Durante décadas, a preservação do patrimônio é uma tarefa ignorada por gestores urbanos da cidade. Esse processo de apagamento, aliado a uma ocupação em massa de imigrantes, torna o passado embaçado e opaco. A ausência de símbolos presume um processo de perda de identidade e da memória. A frágil relação entre indivíduo

e território é responsável pela construção de um cenário urbano marcado pelo encolhimento do coletivo e expressiva ausência da participação popular em decisões urbanas. Tal cenário se reflete em mandatos municipais marcados por corrupção e dissidências. A rua se torna o único espaço de convívio e trocas comunitárias, a rua é o espaço público inevitável e, portanto, o único presente no cotidiano urbano dos habitantes de cidades como Magé.

O grande relógio da Central do Brasil marca: 18h. Nana se apressa. A grande estação, construída em 1937, se impõe na paisagem e direciona Nana para os fundos, o ponto final do ônibus Piabetá-Central é o terminal rodoviário Américo Fontenelle, erguido por estrutura metálica simples, se conformando em uma série de pilares e vigas metálicas cobertos por uma telha de amianto. Inserida em um ambiente caótico e degradante, Nana salta entre uma poça e outra para não molhar os pés na água suja e desvia, ágil, das mercadorias dispostas por toda calçada. O terminal está ao pé do Morro da Providência, local da primeira favela carioca, relevo que marca em sua paisagem as consequências de um processo de urbanização cruel e desigual. Nana não tem tempo para analisar toda essa paisagem. A fila do ônibus é quilométrica e ela se espreme no meio das dezenas de mulheres que na maioria das vezes são como ela: domésticas voltando de longas jornadas de trabalho.

Nana prevê que só conseguirá sair no ônibus às 18h40min, torcendo para que o engarrafamento não esteja muito longo. Calcula que aproximadamente às 20h30m estará em casa. A preocupação com horário também se dá pela violência e insegurança em sua cidade. Uma das melhores memórias de Nana é o tempo em que frequentou a escola, pensa na liberdade de brincar nas ruas da cidade, adentrando noites e clareando madrugadas. O esvaziamento das ruas e aumento constante da sensação de insegurança marca a perda das relações comunitárias e o afastamento do espaço público.

A violência se torna um mal invencível e amedrontador. Nana chega a pensar em voltar para o interior do Espírito Santo, onde nasceu. O esvaziamento das ruas significa para uma cidade, sem espaços públicos de qualidade, o apagamento do espaço político. Em uma analogia à casa, a periferia se torna a área de serviço e a capital a área social⁷. O esvaziamento e desvalorização do espaço público implicam em vivências urbanas afastadas de uma consciência coletiva. A insegurança e precarização dos espaços coletivos passam a reforçar a individualidade e a sensação de desamparo e impotência. A desvalorização da coletividade diminui a importância do mundo político e impede

a construção de narrativas e espaços plurais e inclusivos e se torna solo fértil para o enraizamento de discursos totalitaristas baseados no medo e terror (DOURADO, 2013).

A violência urbana se torna fruto de um processo de desenvolvimento urbano desigual e, ao mesmo tempo, arma de ideologias totalitaristas e segregacionistas. A ausência do estado e da força coletiva na paisagem, no solo urbano, gera uma sensação de desconfiança e decepção constante. A desesperança se torna uma capa de passividade que cobre e sufoca a potência do indivíduo periférico como ator social e urbano.

21:00

“Quando chego em casa tomo um banho,
dou um jeito na casa né, faço comida e cama.
Pra acordar no outro dia dez
pras quatro e começar tudo de novo...”

Enquanto alguns saem do teatro, outros da academia, às 21h, Bila pega sua bicicleta e se apressa para chegar em casa. Precisa chegar antes das filhas dormirem. Vai do centro à sua casa no menor tempo que pode. Depois de uma longa reta onde observa todo comércio local fechado e alguns ainda descendo as portas, vira à esquerda e segue pela rua da sua casa. Sente imensa alegria de estar em casa. Esse é o momento mais feliz do dia para Bila, enfim reencontra suas filhas e pode desfrutar do conforto do lar. O marido, sentado no sofá, se sente tão aliviado quanto Bila, por horas aguardara sua chegada para fazer o jantar. Bila tira apenas o sapato, pega o alho e o sal e está novamente na cozinha.

O trabalho doméstico é, em sua essência, um trabalho efêmero. Atividades como lavar a louça, lavar a roupa, preparar o alimento, são atividades que, depois de completas, logo precisam ser refeitas, conformando um ciclo infundável de repetições. Bila convive diariamente com o fato de exercer as mesmas atividades todos os dias e saber que no outro dia o cotidiano se encarregará de repetir, em uma série cíclica e interminável, todo trabalho doméstico. Retoma uma condição paralisante do estado presente, onde o passado é rapidamente apagado e o futuro previsível.

Em sua obra “A Condição Humana”, Hannah Arendt ([1958]2000) divide a vida humana em três esferas: trabalho, obra e ação política. O “trabalho” está ligado às atividades essenciais para manutenção vital (por exemplo, comer, dormir, cozinhar, cuidar da casa), que ciclicamente nos marcam como seres biológicos: Arendt chama

essa condição de “Animal Laborans”. A “obra” é algo que supera a finitude da vida: conforma nossa possibilidade de produção de coisas que se direcionam à eternidade: apesar de nosso tempo cíclico biológico, podemos produzir uma vida que perdura linearmente. Ação política é fruto da nossa condição de pluralidade, de vermos e sermos vistos por outros que são diferentes de nós – e agirmos através de atos de negociação mútua, nos transformando e projetando novos futuros comuns.

Bila, podemos dizer, permanece quase o tempo todo de sua existência na condição de “Animal Laborans”, isto é, de trabalhadora: tudo que envolve sua existência acontece nos tempos cíclicos da manutenção doméstica.

Quando Bila termina de lavar o último copo, sente sua coluna se contrair em um clamor por descanso e repouso. Passa no quarto das filhas antes do banho. Em um momento de conversa, lamenta não poder testemunhar as diversas ocasiões relatadas no dia delas. No banho, sente a água quente como uma recompensa pelo dia que se finda. Na cama, confere o celular pela última vez, tarde, acalma alguns pensamentos que borbulham, precisa dormir. Fecha os olhos. Enfim, dorme.

0:00

“Eu nunca fui em uma reunião de escola dos meus filhos, às vezes tenho a sensação de que me roubaram isso, sabe?”

Laura se vira e revira na cama, de um lado para o outro até que o lençol se perde na cama. O vento frio a faz estremecer e acordar. Puxa de volta o lençol, mas decide buscar um copo d’água na cozinha. O relógio marca 00h. O silêncio lhe faz pensar. Pensa em quanto tempo não parava para observar, simplesmente observar o céu, o mar... Busca, com esforço, lembranças da última vez que foi ao cinema. Não consegue se lembrar nem mesmo do último filme que viu com as crianças. No meio desse mergulho nostálgico, constata que nunca participou da reunião escolar dos filhos. É atormentada pelo pensamento de que todo tempo se volta para um trabalho interminável, desvalorizado. Pensa no tempo que passou em quartos de empregada, sem janela, nem mesmo um ventilador. Se vê de novo na Disney, dessa vez sem uniforme e correndo junto com as próprias filhas. Às vezes sente que a vida foi vendida a preço de banana. E suas lembranças? Roubadas. Será que sua patroa faria o mesmo por suas filhas?

A monetização e manipulação do tempo é uma ferramenta de dominação do corpo e da memória. O trabalho doméstico consiste numa entrega não só da força física, mas,



muitas vezes, exige uma dedicação emocional não remunerada. Os sacrifícios exigidos de uma empregada doméstica são inversamente proporcionais à remuneração do seu trabalho que carrega as feridas abertas da memória escravagista.

Os espaços vivenciados pelo corpo passam a confinar uma possível ruptura da condição colonial. A desvalorização da experiência política como arma de luta é constatada pela ausência desse corpo em espaços de discussão e construção intelectual por essência.

A doméstica é mantida longe dos espaços que possam incitar profundos questionamentos. O espaço urbano como palco de disputas democráticas perde seu sentido e significado no cotidiano dessa mulher, uma vez que o espaço deixa de ser um ambiente de trocas conscientes e passa a ser palco de trocas passionais convergidas numa busca pela existência, se distanciando da construção de uma consciência de liberdade e pluralidade (JACQUES; VAZ, 2013).

Mesmo estando em espaços coletivos como o ônibus, existe uma sobreposição da individualidade sobre a coletividade. Coletividade tão necessária para o indivíduo que necessita estar atrelado a um grupo ou massa para, numa construção conjunta, sentir que existe um propósito maior que o cotidiano sufocador. O tempo consumido pela desigualdade territorial contribui, inevitavelmente, para tal fenômeno. Isso talvez dê pistas para a força de instituições como os grupos religiosos e a família nas cidades periféricas. Essas instituições passam a representar a única oportunidade desse indivíduo se sentir fazendo parte de algo maior que a finitude de sua própria vida.

Quando a memória de luta e resistência dos dominados é condicionada a um processo de decomposição, a cidade passa a refletir a violência inerente às práticas responsáveis pela subalternização dos corpos dominados. A problemática se conserva no fato de que a memória do dominador é implementada no dominado, mas o cotidiano permanece como castigo de guerra. Em uma lógica onde o tempo se torna escasso ou completamente voltado para o labor, são estabelecidas as condições perfeitas para manutenção de uma estrutura urbana alienante e conservadora de injustiças e desigualdades.

O despertador toca. Laura é capturada de seus sonhos. Abre os olhos. 3h.

Da narrativa-projeto ao projeto de novas narrativas

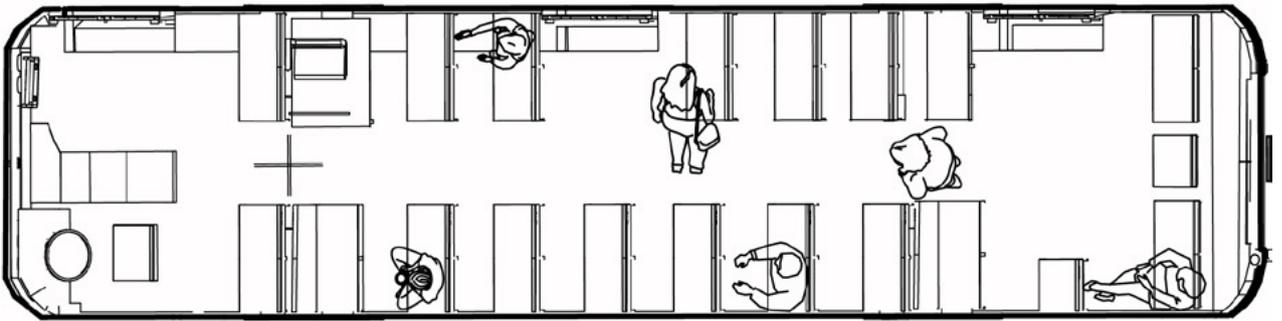
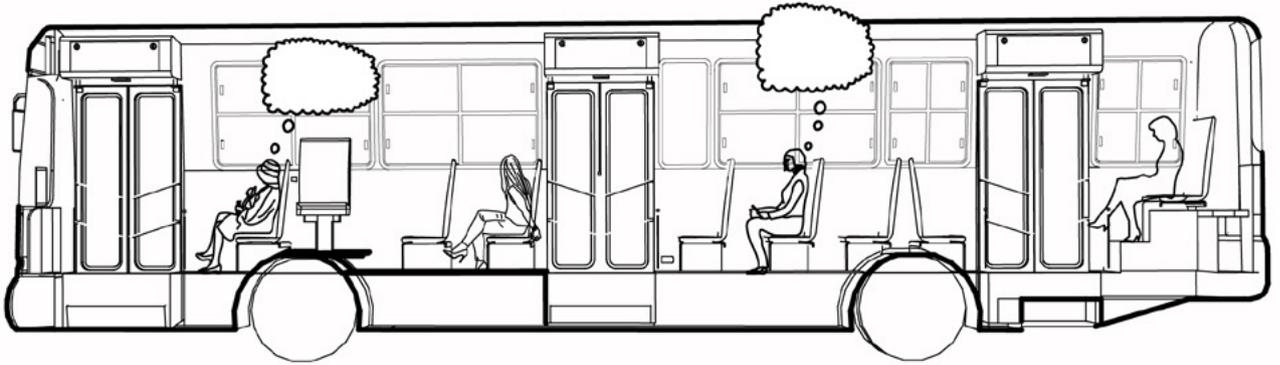
Esta narrativa-projeto permite a observação tanto do papel infraestrutural de certos elementos da arquitetura na construção desse cotidiano – a arquitetura funciona como um dispositivo ordinário, um fundo aparentemente neutro e natural sobre o qual profundas relações de poder se manifestam – quanto de certas inter-relações fundamentais entre as memórias dessas mulheres, seus corpos, seus sonhos, a história da cidade onde habitam e as arquiteturas da metrópole que vivenciam.

Em outras palavras, esse processo de narrar permitiu projetar o espaço real não somente como a leitura meramente espacial o descreveria, mas, principalmente, permitiu compreender entrelaçamentos-chave entre espaços “reais” e “atuais”; memórias vividas e herdadas; e desejos comuns. Nesse processo projetivo de narrativa, esses três tempos existem em igual “realidade” e conformam a arquitetura cotidiana dessas mulheres. Em particular, percebemos três momentos fundamentais da relação entre a arquitetura e o cotidiano dessas mulheres: a própria casa, o ônibus metropolitano e o banheiro de empregadas.

A própria casa dessas mulheres materializa o controle sobre o corpo ao reproduzir uma funcionalização espacial herdada de uma organização do espaço que tinha como objetivo controlar o corpo feminino. Além disso, a construção do papel da mulher como indivíduo responsável pela manutenção da vida aprisiona a doméstica em jornadas de trabalho intermináveis, uma vez que sua própria casa é espaço de trabalho, onde ela refaz todas as tarefas exercidas durante seu expediente.

O ônibus conforma o espaço coletivo onde a empregada doméstica passa a maior parte do tempo em que está ocupando os espaços da cidade. O caráter semi-público e a organização espacial do transporte revelam um espaço guiado por uma ordem funcional que privilegia uma experiência individual. Ou seja, embora o transporte seja, de fato, um espaço coletivo mandatório, não foi projetado para tal uso e, ainda mais, funciona sutilmente no sentido oposto: predispõe um comportamento coletivo sem interações. Se, nos 25 anos de trabalho, 4,2 foram no trânsito, podemos dizer que o ônibus funciona como profundo dispositivo de preservação da privacidade e neutralidade, dificultando a construção de relações e processos de identificação entre semelhantes.





Até que onde eu trabalhei, eu não tenho muito o que reclamar. Nem tinha nada quebrado.

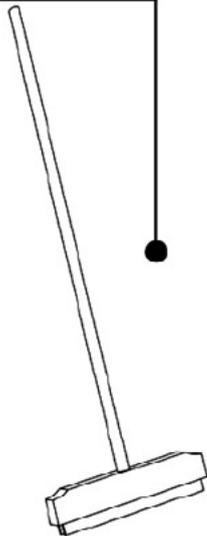
É minúsculo, você entra de frente e sai de costas. Chega a ser humilhante, né?!

O pior é estar louca para ir embora e ter que secar o banheiro inteiro antes de sair.

Não tem nem espaço pra se secar, a gente tem que deixar a roupa toda do lado de fora e depois sair pelada pra se vestir.

O negócio é que eles colocam tudo que não querem mais no banheiro da empregada. Ai se você quer usar você tem que tirar tudo pra depois colocar de novo.

Tem que tomar banho de perna aberta, se escorando na parede pra não cair.





O banheiro de empregada materializa a desvalorização do trabalho doméstico, assim como reforça as cicatrizes deixadas por uma sociedade colonial que tinha como objetivo animalizar o corpo negro. O trabalho doméstico em uma sociedade ainda em vínculos com a escravidão encontra nas dimensões espaciais, na disposição entre mobiliários fixos de higiene e na performance implícita do corpo ao se cuidar, uma ferramenta de conservação não declarada de práticas de punição.

Assim, a pergunta que emerge no fim é: como projetar diante dessa realidade espacial, marcada por uma capacidade de criar formas latentes de domínio, para que possa, ao contrário, fortalecer possíveis desvios, contra-poderes, revoluções? A pesquisa tem justamente se debruçado sobre essa questão, tanto através de projetos quanto através de uma revisão crítica sobre como "hackear" as arquiteturas do espaço metropolitano contemporâneo a fim de que produzam revoluções de dentro de suas condições ordinárias.

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer imensamente a contribuição das entrevistadas para o desenvolvimento desse trabalho: Ivanilda Amancio, Vânia Ribeiro, Vandinea Costa, Maria Aparecida Padilha, Rezeni da Victória, Creusa Soares, Roselir Amancio e Lauremere Ribeiro.

Notas

1 Os dados provam a relação direta entre a condição do Brasil como último país a abolir a escravidão na América e a realidade das trabalhadoras domésticas (WENTZEL, 2018).

2 Em "Familiar Horror", Aureli e Giudici (2016) abordam sobre o desenvolvimento do espaço doméstico, particularmente sobre como a arquitetura materializa relações de domínio e opressão.

3 Em seu texto, "O projeto urbano ex-cêntrico como instrumento de política urbana", Farias (2012) analisa a morfologia do espaço periférico na região metropolitana do Rio de Janeiro, propondo cinco elementos formais que marcam o desenvolvimento do território e relações comuns na ocupação do solo.

4 Na obra "Manhã de Cape Cod" (1950), Hopper demonstra sua capacidade de nos angustiar com a tensão de um momento "entre", nos privando do entendimento de uma cena anterior

e nos impossibilitando de saber do futuro iminente pela imobilidade da pintura. Nos prende nesse eterno e angustiante “presente”, numa passividade agressiva, diante de uma cidade que se transforma e modifica a todo momento, entretanto por trás do vidro nada se pode fazer, se mantém seguro, refém. Pela janela do ônibus a velocidade suspende uma condição do “aqui e agora”, pela fusão do espaço e tempo que se planifica em uma paisagem enquadrada que se modifica a cada segundo, deformando os próprios objetos vistos, deformando o campo de visão e transformando a cidade em cores e texturas borradas, é como se as dimensões fossem esmagadas em uma só superfície (CREWDSOON, 2004).

5 O espaço doméstico é um espaço de exercício das relações familiares. A relação familiar passa preservar uma hierarquia necessária para organização de uma economia patriarcal (AURELI; GIUDICI, 2016).

6 A acumulação primitiva é responsável não só por uma mudança econômica, mas por uma mudança de paradigmas filosóficos e sociais que serão responsáveis pela construção de estruturas essenciais para consolidação da sociedade moderna ocidental (MARX, 1988).

7 Em “Quarto de Despejo”, escrito por Carolina Maria de Jesus (1960, p. 33), a personagem principal é moradora da favela do Canindé, em São Paulo, e constrói uma analogia responsável por marcar a desigualdade inscrita no território: “As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de cetim e quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo”.

Referências

- AMANN, A. A. **El Espacio Doméstico: La Mujer y la Casa**. Tese (Doutorado) – E. T. S. Arquitectura (UPM), Madrid, 2005.
- ARENDE, H. **A Condição Humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária. 2000.
- AURELI, P. V.; GIUDICI, M. S. Familiar horror: towards a critique of domestic space. **Log**, n. 38, 2016, p. 105-129. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26323792>>. Acesso em: 29 ago. 2021
- BENJAMIN, W. A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica. In. **Magia e Técnica, Arte e política. Obras escolhidas I**. Trad. Rouanet S. P. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CAPILLÉ, C.; GONÇALVES, L.; SOVERAL, T. Coletivo das infraestruturas em dependência, desencantamento e desvio. **Virus**, n. 22, semestre 1, 2021. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus22/?sec=4&item=8&lang=pt>>. Acesso em: 09 set. 2021.
- CREWDSOON, G. Aesthetics of alienation. Edward Hopper II. **Tate Etc**, 1 de maio 2004. Disponível em: <<https://www.tate.org.uk/tate-etc/issue-1-summer-2004/aesthetics-alienation>> Acesso em: 14 jun. 2021.
- DOURADO, A. **O Animal Laborans e as origens do totalitarismo**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Universidade de Brasília, 2013.
- FARIAS, J. A. O projeto urbano ex-cêntrico como instrumento de política urbana. In: COSTA, L. M. S. A.; MACHADO, D. B. P. (Orgs.). **Conectividade e resiliência: estratégias de projeto para a metrópole**. Rio de Janeiro: Rio Books e PROURB, 2012.
- FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GONZALEZ, L. Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos Lingüísticos e Políticos da Exploração da Mulher. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223- 244.

JACQUES, P. B. Espetacularização Urbana Contemporânea. **Cadernos do PPG-AU/FAUFBA** especial "Territórios Urbanos e Políticas Culturais". Salvador. 2004.

JACQUES, P. B. Corpografias Urbanas. **Arquitextos**, ano 08, n. 093.07, Vitruvius, fev. 2008. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo** - diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

MARX, K. **O Capital**. Vol. 2. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

MATTOSO, K. de Q. **Ser escravo no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUXÍ, Zaida. **Mujeres, Casas y Ciudades: más allá del umbral**. Barcelona: dpr-barcelona, 2018.

NOGUEIRA, Tamis. **A Cor das Empregadas: Desigualdades de Gênero, Raça e Classe no Cotidiano do Trabalho Doméstico Remunerado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de ciências humanas e sociais, 2019.

SANTOS, Renato Peixoto dos. **Magé: A Terra do Dedo de Deus**. Magé: [s.n.], 1954.

SANTOS, Renato Peixoto dos. **A saga dos Ullmann**. História da cidade de Magé. - 1870-1950. Petrópolis: Editora Gráfica do Jornal da Cidade Ltda, 1988.

VAZ, Lilian Fessler; JACQUES, Paola Berenstein. Reflexões sobre o uso da cultura nos processos de revitalização urbana. In: **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, 2001, pp. 664/674.

VESCINA, Laura Mariana. **Paisagem em [trans] formação. Projeto Urbano e espaço metropolitano. Explorações na Baixada Fluminense**.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2010.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel:FAPESP, 2001.

WENTZEL, Marina. O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo. **BBC**, 26 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953>> . Acesso em: 14 jun. 2021.



**Trajetórias do
Hip Hop e da questão
racial brasileira:**

alguns apontamentos

The background features a light gray, textured surface with a jagged, torn-paper edge at the top. A solid black horizontal bar is positioned in the lower-middle section, containing the name 'Denilson Araújo de Oliveira' in white, bold, sans-serif font. Below the bar, the text 'PPGCEO / FFP, NEGRA / UERJ, PPCULT / UFF' is printed in a smaller, black, sans-serif font. The bottom of the image is filled with a dense, chaotic pattern of black scribbled lines of varying thickness and direction, creating a layered, abstract effect.

Denilson Araújo de Oliveira

PPGCEO / FFP, NEGRA / UERJ, PPCULT / UFF

Trajetórias do Hip Hop e da questão racial brasileira: alguns apontamentos

Resumo

Este ensaio apresenta uma análise da trajetória do Hip Hop nas últimas décadas no Brasil e sua relação com o debate da questão racial. Nosso objetivo é compreender como o Hip Hop se constitui como um instrumento de combate à inscrição espacial do racismo nas cidades brasileiras. Nossa metodologia envolve análise bibliográfica e produção musical dos/das cantores/as de rap que fazem leituras sobre a questão social brasileira. Nossa hipótese é que o Hip Hop tem sido utilizado como instrumento de luta contra diversas formas de opressão dos grupos silenciados e subalternizados da sociedade brasileira. Desta forma, apresentamos como o Hip Hop se constituiu, como se mundializou e se territorializou no Brasil, tensionando o histórico processo de segregação do espaço de base racial. Posteriormente, analisamos as transformações das práticas do Hip Hop e as tensões nas formas de apropriação cultural, especialmente com a ascensão da extrema direita e a difusão do discurso de ódio no país. Por último, analisamos como o Hip Hop tem sido utilizado nos enfrentamentos às distintas formas de opressão no atual período pandêmico.

Palavras-chaves: Hip Hop; Racismo; Antirracismo; Segregação.

Trayectorias del Hip Hop y la cuestión racial brasileña: algunos apuntes

Resumen

Este ensayo presenta un análisis de la trayectoria del Hip Hop en las últimas décadas en Brasil y su relación con el debate sobre la cuestión racial. Nuestro objetivo es comprender cómo el Hip Hop es un instrumento para combatir la inscripción espacial del racismo en las ciudades brasileñas. Nuestra metodología involucra el análisis bibliográfico y la producción musical de cantantes de rap que leen sobre el tema social brasileño. Nuestra hipótesis es que el Hip Hop se ha utilizado como instrumento para luchar contra diversas formas de opresión de los grupos silenciados y subordinados de la sociedad brasileña. De esta manera, presentamos cómo se constituyó el Hip Hop, cómo se globalizó y territorializó en Brasil, pretendiendo el proceso histórico de segregación del espacio de base racial. Posteriormente, analizamos las transformaciones de las prácticas del Hip Hop y las tensiones en las formas de apropiación cultural, especialmente con el auge de la extrema derecha y la difusión del discurso de odio en el país. Finalmente, analizamos cómo se ha utilizado el Hip Hop para enfrentar las diferentes formas de opresión en el actual período pandémico.

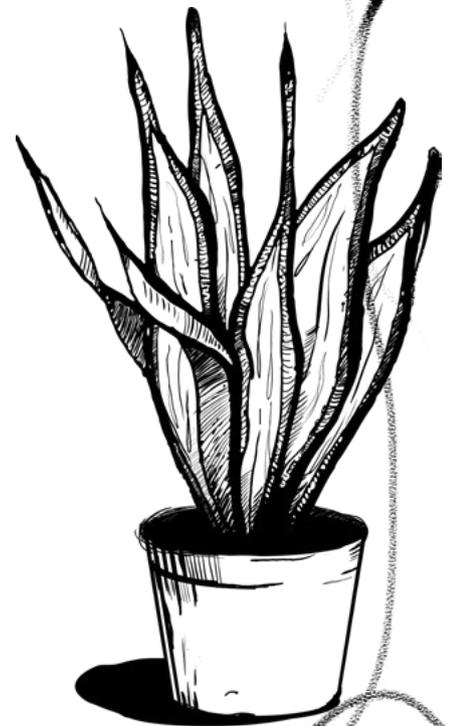
Palabras clave: Hip Hop; Racismo; Antirracismo; Segregación.

Trajectories of Hip Hop and the Brazilian racial issue: some notes

Abstract

This essay presents an analysis of the trajectory of Hip Hop in recent decades in Brazil and its relationship with the debate on the racial issue. Our objective is to understand how Hip Hop is an instrument to combat the spatial inscription of racism in Brazilian cities. Our methodology involves bibliographic analysis and musical production of rap singers who read about the Brazilian social issue. Our hypothesis is that Hip Hop has been used as an instrument to fight against various forms of oppression of silenced and subordinated groups in Brazilian society. In this way, we present how Hip Hop was constituted, how it became globalized and territorialized in Brazil, intending the historical process of segregation of the racially based space. Subsequently, we analyze the transformations of Hip Hop practices and the tensions in the forms of cultural appropriation, especially with the rise of the far right and the spread of hate speech in the country. Finally, we analyze how Hip Hop has been used in confronting the different forms of oppression in the current pandemic period.

Keywords: Hip Hop; Racism; Anti-racism; Segregation.





Introdução

O objetivo deste ensaio é buscar compreender a inscrição espacial do racismo nas cidades brasileiras e a trajetória da cultura Hip Hop como instrumento de combate ao racismo. Apresentamos a história do Hip Hop dos Estados Unidos até chegar no Brasil. Posteriormente analisamos como as transformações urbanas no Brasil foram produzindo uma segregação do espaço de base racial radicalizada com a emergência do neoliberalismo. Entendemos que os principais alvos desta segregação foram os primeiros protagonistas do Hip Hop. Em seguida, analisamos as transformações do Hip Hop com a ascensão da extrema direita e com a pandemia do coronavírus.

Nossa metodologia envolveu análise bibliográfica e da produção musical dos/das cantores/as de rap que fazem leituras sobre a questão social brasileira. A hipótese que buscamos comprovar neste trabalho é que o Hip Hop se constituiu tanto como um instrumento de luta antirracista, patriarcal e burguesa quanto como um canal de expressão de grupos silenciados e subalternizados da sociedade brasileira.

O Hip Hop no urbano brasileiro

O Hip Hop é um fenômeno cultural e político urbano que emergiu nos guetos afro-americanos e "latinos" de Nova Iorque nos EUA nos anos 1960-70. Neste período os guetos passavam por inúmeros conflitos raciais e intensos processos de desterritorialização da diáspora afro-caribenha. Mas o Hip Hop não é uma criação propriamente americana.

Ele foi criado por um D.J. jamaicano chamado Kool Herc, que nas suas viagens entre o Caribe e a África do Sul descobriu os cantos falados de grupos étnicos que se assemelhavam ao reggae. Herc levou essa tradição para os guetos nova-iorquinos (OLIVEIRA, 2012 p. 244-246).

Mesclado à Soul Music e outras expressões culturais negras dos EUA, ele se constituiu como uma cultura juvenil anti-hegemônica que rapidamente se mundializou, criando identificação com grupos em todo mundo, racializados e desumanizados pelo capitalismo.

O Hip Hop nasceu a partir de uma multiplicidade de sofisticadas práticas: 1) a dimensão musical através do rap (ritmo e poesia) composto pelos Mestres de Cerimônia (o MCs) e o Disk Jockey (o DJ); 2) o break emerge da confluência de várias danças de rua; 3) os grafites que são os desenhos nos muros, inscrevendo na paisagem os mundos dos grupos silenciados e subalternizados; 4) o conhecimento que produz processo de conscientização acerca da multiplicidade de violências que o capitalismo mobiliza para se reproduzir.

Bambaata, considerado um dos pais do Hip Hop, criará um espaço de auto-organização, que chamará de posse, para reunir os elementos do Hip Hop (o rap, o break e o grafite e os seus praticantes). Ele batizará esse espaço com o nome de Zulu Nation. Bambaata fará muitas experimentações musicais, unindo música eletrônica alemã, especialmente do grupo alemão Kraftwerk, com elementos das culturas da diáspora africana (OLIVEIRA, 2006 p. 49-50).

O Hip Hop já nasceu mundializado (OLIVEIRA, 2006) com o repertório das *sounds systems* criando festas de rua trazidas pelos imigrantes jamaicanos para os guetos de Nova Iorque, a influência dos imigrantes mexicanos, haitianos, porto-riquenhos e um pequeno número de brasileiros que criaram um arranjo criativo de novos pactos de convivência social. O Hip Hop nasce falando do cotidiano dos grupos subalternizados da cidade, negando a violência das guerras de gangues por disputa de território, para afirmar a política através dos encontros e desafios entre os MCs, DJs, breakers e praticantes da arte dos grafites (OLIVEIRA, 2006). O conhecimento nasce como promoção do Hip Hop como um canal de expressão e consciência social dos grupos racializados, silenciados e subalternizados. Como diria o rapper BK na música "Movimento": "Pense no peso que é fazer alguém pensar / Num mudo onde botam um preço

na cabeça de quem pensa".¹ O Hip Hop se constituiu como uma cultura política por ter em seus praticantes testemunhos das violências raciais, denúncias das desigualdades econômicas e socioespaciais e ausência de espaços de entretenimento e lazer para a juventude periférica. Mas, ao mesmo tempo, o Hip Hop nasceu com múltiplas contradições ao se apropriar de uma cultura do consumo das grandes marcas. Essa tensão irá promover distinções entre uma cultura de entretenimento despolitizada marcada por ideais machistas, sexistas e consumistas frente a grupos que se conectam com os lugares onde nasceram e promovem anúncios de outras possibilidades de ser-estar no mundo da diáspora africana que sempre foi negado² (OLIVEIRA, 2006). Mas esses dois grupos se mesclam em diferentes momentos.

O Hip Hop chegou ao Brasil nos anos 1980 tanto articulado à Zulu Nation criada por Afrika Bambaata quanto de forma rizomática (RODRIGUES, 2003), sendo apropriada por grupos majoritariamente negros, racializados das periferias e favelas, criando múltiplas estratégias territoriais nas cidades brasileiras. A forma mais difundida será a rizomática. Em nossa dissertação de Mestrado (OLIVEIRA, 2006) afirmamos que o Hip Hop criou: 1) espaços de celebração com as festas e as rodas culturais de rap e break (hoje as batalhas de rima e os Slams³); 2) espaço de construção política interna com fóruns e seminários organizados por pessoas do universo Hip Hop; 3) espaços pedagógicos com oficinas de rap, break e grafite, difundindo a cultura Hip Hop e a profissionalização para jovens que passaram a mobilizar a cultura para a produção de renda; 4) espaços de auto-organização, buscando reunir os elementos da cultura Hip Hop como as *posses* nos anos 1980 a 2000; 5) espaços de comunicação *stricto sensu*, como programas de Hip Hop em rádios comunitárias, geralmente em favelas e periferias, e comunicação *lato sensu* com os grafites nos muros da cidade.

O Hip Hop revela, em seus discursos e ações, a inscrição espacial do racismo no espaço urbano (OLIVEIRA, 2014b) e a política de extermínio da população negra promovida pelo Estado Brasileiro. Como diria a música *Periferia é Periferia*, do grupo Racionais MC's: "Muita pobreza, estoura violência! Nossa raça está morrendo. Não me diga que está tudo bem!"

A formação moderno-colonial das cidades brasileiras foi marcada pela seletividade econômica e racial dos investimentos públicos e privados na construção de infraestruturas de saúde, lazer, saneamento, emprego e renda. Os primeiros rappers brasileiros denunciavam em suas músicas a produção espacial da indignidade para negros e pobres. O Hip Hop no Brasil tornou-se um canal de expressão dessa juventude no final do século XX e início do século XXI (OLIVEIRA, 2006). Essas músicas falavam de

racismo, segregação, sistema prisional, o lazer nas periferias e favelas, violência policial, política de drogas e a política de morte em curso das instituições de segurança nas favelas e periferias sociais por todo o Brasil. Ao mesmo tempo, revelavam-se também músicas e práticas machistas. Isto gerava múltiplos tensionamentos com as mulheres e grupos antimachistas e antissexistas dentro da cultura Hip Hop. Como dirá a MC Luana Hansen na música "Negras em Marcha" (com participação de Leci Brandrão):

A mulher negra vai marchar contra os racistas / Pra acabar de vez com a história dos machistas / Pelo fim do genocídio da juventude negra / Acontece todo dia não finja que não veja / Onde a parcela mais oprimida e explorada da nação / Luta diariamente contra a criminalização / Quer moradia digna, educação e saúde / Pelo tom de pele ninguém nunca te julgue / Cansada de uma mídia sexista e racista / Que só promove a violência física / Anônimas, famosas, afro-latinas brasileiras / São suas as vitórias, grandiosas guerreiras / Lutando por suas terras oh mulheres quilombola / Trazendo a ancestralidade em cada aurora / Marchamos mulher negra contra o racismo e violência / Pois todas nós juntas sim fazemos a diferença / Afro-negra de todas as idades / Vamos todas juntas mudar nossa realidade / Afro-negra de todas as cidades / Vamos todas juntas mudar nossa realidade / Marcha contra o racismo, eu vou / Marcha contra violência / Marcha pelo bem viver (HANSEN, 2018)

O Hip Hop quando se territorializou no Brasil passou também a ser apropriado por grupos das prisões.⁴ Eles buscavam apresentar nas letras de rap a rotina de desumanização e violências sofridas no dia a dia. Retratavam também a presença das religiões neopentecostais que cresciam nas periferias, favelas e prisões nos anos 1980/90. Todavia, ela era apresentada de maneira ambivalente. De um discurso conservador e reacionário frente às religiões de matriz afro, e ao mesmo tempo um tom progressista, que nós chamamos num trabalho que escrevemos em 2004 de "mística de justiça social".



O grupo Racionais MC's, no CD 'Sobrevivente no Inferno', tem o salmo 23 e uma cruz na capa do CD. Uma das músicas chama-se Capítulo 4, Versículo 3, além de haver uma foto do grupo tendo um dos integrantes segurando uma Bíblia. O título do CD do grupo de Hip Hop das carceragens do antigo Carandiru, o 509-E, chama-se Provérbios 13, também com referência à Bíblia. Apesar dos problemas sociais gravíssimos, res-

pectivamente, na periferia da cidade e na prisão, dos dois grupos anteriores, a religiosidade é um elemento de religião aos seus locais de vivência, mas sempre contrapondo o local de violência, o que de certa forma revela também o fenômeno da difusão em larga escala das igrejas [neo]pentecostais (OLIVEIRA, 2004 p. 67).

O crescimento rizomático das religiões neopentecostais era também uma marca desta ambivalência, especialmente nos anos 2000 em diante para um pluralismo conservador e reacionário. As igrejas neopentecostais tornam-se instrumento de difusão de conformismo nas periferias (estamos aqui para sofrer e para o sacrifício), de resignação às violências de Estado e da perspectiva persecutória às religiões de matriz afro. O exercício do poder pastoral irá propor uma nova ordem moral e se constituirá como uma dinâmica biopolítica (FOUCAULT, 2005), definindo as práticas religiosas que devem viver e se difundir e as que devem ser exterminadas. Esses ataques e difusão do discurso de ódio se deram tanto nas igrejas quanto nas redes (em programas de televisão e rádio). Esses discursos promoveram uma das dimensões do genocídio negro: a destruição ontológica de qualquer referência religiosa afro (NASCIMENTO, 1978).

Porém, ao mesmo tempo em que a difusão das igrejas neopentecostais nas favelas, periferias urbanas e prisões difundia conservadorismos e práticas reacionárias, criava também formas de acolhimento para familiares vítimas da violência de Estado. A ambivalência da atuação dessas igrejas se dava, pois, poucos espaços de acolhimento existiam a familiares vítimas da violência de Estado tanto nas prisões quanto nas favelas e periferias. O grupo 509-E, formado na antiga prisão do Carandiru- SP, na música "Oitavo Anjo" aponta uma das dimensões de atuação das igrejas neopentecostais. Assim eles afirmam:

As grades te fazem chorar / A saudade na direta vem te visitar / É difícil ter a mente sã / Detenção pior que o Vietnã / Um cristão me ligou pra me dar uma idéia / Disse pra mim que Jesus tá a minha espera / Disse também pra eu mudar de vida / Ai mano não me escondo atrás da bíblia / Sou quem sou assim sigo em frente / Deus está comigo não preciso virar crente / Nada contra quem é na fé / Mas tem canalha que se esconde né (Grupo 509-E, 2000).

Há vários relatos de que o exercício do poder pastoral também tinha uma marca conservadora, buscando produzir o conformismo diante do assassinato de suas ovelhas, especialmente em operações policiais, culpabilizando a própria vítima pelo assassinato.

Entendemos que essa *mística de justiça social* inscrita nos Hip Hop nos anos 1980, 1990 e 2000, que também chamamos de insurgência cidadã (OLIVEIRA, 2006), era marcada por contradições, especialmente no debate de gênero e sexualidade. Até os anos 1990 o complexo hibridismo cultural, marca das culturas em diáspora, mesclavam práticas do Funk e Hip Hop, assim como essa mística de justiça social.⁵

Com relação à mística da justiça social⁶, o rap e o Hip Hop como um todo, apresenta, pelo menos, em 3 dimensões. A primeira está inscrita como movimentos reivindicativos buscando solucionar os problemas conjunturais. A segunda dimensão se colocaria como movimentos sociais na busca de soluções dos problemas na estrutura de formação sócio-político-etnico-espacial brasileira. E a terceira dimensão estaria num patamar de construção da cidadania, tendo como debate, a relação do macro e micro poder que se territorializa ordenando 'as coisas', as palavras e os corpos como forma de controlar o território (OLIVEIRA, 2004 p. 68, grifo no original).

Entendemos que nos anos 2000 até o presente, a "cultura de consciência negra" (PEREIRA, 2018), instituída pelo Hip Hop, se aprofunda com questionamentos internos e a toda sociedade contra narrativas machistas, sexistas e a representatividade das mulheres negras e grupos não-binários no Hip Hop. Podemos visualizar estas ideias na música "Mulheres Negras", da cantora Yzalurú, quando afirma:

Não fomos vencidas pela anulação social / Sobrevivemos à ausência na novela, e no comercial / O sistema pode até me transformar em empregada / Mas não pode me fazer raciocinar como criada / Enquanto mulheres convencionais lutam contra o machismo / As negras duelam pra vencer o machismo, o preconceito, o racismo / Lutam pra reverter o processo de aniquilação / Que encarcera afrodescendentes em cubículos na prisão / Não existe lei maria da penha que nos proteja / Da violência de nos submeter aos cargos de limpeza / De ler nos banheiros das faculdades hitleristas / Fora macacos cotistas / Pelo processo branqueador não sou a beleza padrão / Mas na lei dos justos sou a personificação da determinação / Navios negreiros e apelidos dados pelo escravizador / Falharam na missão de me dar complexo de inferior / Não sou a subalterna que o senhorio crê que construiu / Meu lugar não é nos calvários do Brasil / Se um dia eu tiver que me alistar



no tráfico do morro / É porque a lei áurea não passa de um texto morto / Não precisa se esconder, segurança / Sei que cê tá me seguindo, pela minha feição, a minha trança / Sei que no seu curso de protetor de dono praia / Ensinarão que as negras saem do mercado com produtos embaixo da saia / Não quero um pote de manteiga ou de xampu / Quero frear o maquinário que me dá rodo e uru / Fazer o meu povo entender que é inadmissível / Se contentar com as bolsas estudantis do péssimo ensino / Cansei de ver a minha gente nas estatísticas / Das mães solteiras, detentas, diaristas / O aço das novas correntes não aprisiona minha mente / Não me compra e não me faz mostrar os dentes / Mulher negra não se acostume com termo depreciativo / Não é melhor ter cabelo liso, nariz fino / Nossos traços faciais são como letras de um documento / Que mantém vivo o maior crime de todos os tempos / Fique de pé pelos que no mar foram jogados / Pelos corpos que nos pelourinhos foram descarnados / Não deixe que te façam pensar que o nosso papel na pátria / É atrair gringo turista interpretando mulata / Podem pagar menos pelos mesmos serviços / Atacar nossas religiões, acusar de feitiços / Menosprezar a nossa contribuição para a cultura brasileira / Mas não podem arrancar o orgulho de nossa pele negra.⁷

Essa cultura de consciência negra transborda o Hip Hop, criando e inspirando novas construções culturais e políticas como os slam, dança do passinho, entre outros.

Os esforços deliberados de produção da Cultura de “Consciência Negra”, [...] instituem-se como um ‘lado de cá do futuro’ do encontro entre as denúncias de preconceito e discriminação racial (impulsionadas pelo Movimento Negro em sentido estrito), e a sublimação das dores, marcas, perdas, e acúmulos inconsúteis longamente processados em vivências individuais e coletivas nos meios negros. [...] Não renegam o passado, o olham de outra forma: nem as dores, nem idealizações que lhe foram reflexas e perpetuam a prisão ao círculo de significações. A produção da Cultura de Consciência Negra rompe com esse círculo⁸ (PEREIRA, 2018, p. 91).

Em nossa avaliação, percebemos que nos últimos 20 anos o Hip Hop brasileiro ganhou novas e diferentes faces.⁹ Primeiro que vários elementos do Hip Hop ganharam

certa autonomia. Por exemplo: dançarinos de breaks e grafiteiros não necessariamente estão mais ligados ao Hip Hop. Isto gerou uma relação mais profunda com as artes e a produção cultural de base acadêmica, porém tentativas de domesticação, institucionalização da arte urbana (TARTAGLIA, 2018), apropriação cultural e processo de branqueamento da cultura (SANTOS, 2018). Segundo que muitos grupos também se articularam em ONGs, aderindo à lógica de editais e das mídias que tanto criticavam, gerando o fenômeno que o rapper Gog chamou em 2006 de “afroconvenientes”.¹⁰ Para muitos analistas, a afroconveniência teve repercussão no debate eleitoral de 2020.¹¹ Outros grupos passaram a disputar os espaços universitários com a implementação das ações afirmativas.¹² Um quarto grupo manteve suas atuações antirracistas produzindo novas arenas como: literatura negra periférica (antirracismo no campo das representações literárias e o questionamento dos estereótipos criados sobre os pobres e negros), cineclubes (antirracismo no campo das representações cinematográficas), canais na internet com conteúdos antirracistas, oficinas em escolas e universidades interseccionando-se com vários outros movimentos sociais. Essa autonomia possível se constitui frente às tensões com ONGs que captavam muitos recursos para o universo Hip Hop, mas monopolizavam o acesso a esses canais de financiamento.

Um quinto grupo passou a se associar a festas históricas da cultura “Charme”, valorizando a beleza negra, cabelo estilo *black power*, tranças *nagô* e práticas de basquete de rua, associando às tradições negras que existiam no embrião do Hip Hop nos guetos do Bronx. Um sexto grupo de pessoas ligadas ao universo Hip Hop passou, a partir dos anos 2000 e 2010, a disputar as políticas públicas para a juventude dentro da esfera do Estado. Isto gerou um campo de tensões entre a normatização da cultura para acessar editais¹³ e a liberdade na produção cultural. Um sétimo grupo é revelador do desperdício de experiências sociais (SANTOS, 2003) promovidas pelo capitalismo, que cada vez mais tem gerado ausência de direitos. Desta forma, a criatividade estética e política de muitos artistas e ativista do universo Hip Hop foi destruída pela criminalização, encarceramento e assassinato de jovens negros, pelo extermínio em equipamentos de saúde escassos e precários, pela desistência dos ideais políticos para garantir a sobrevivência pessoal e da família, pelo subemprego com a “uberização da sociedade e dos territórios” mais pobres.¹⁴

Por último, mas não menos importante, também emergiu uma nova geração de pessoas ligadas ao universo Hip Hop que criaram múltiplas formas de apropriação material e simbólica de espaço (RAFFESTIN, 1993), especialmente de praças públicas à noite nas grandes cidades, para realizar e criar espaços de encontros e de



conformação de novas formas de socialização e produção de subjetividades para a juventude, criando uma cultura conectiva com várias outras expressões culturais e artísticas urbanas, como, por exemplo, as batalhas de rima.

A batalha de rima ou roda de rima geralmente está inserida dentro das Rodas Culturais ou não. Mas nas Rodas Culturais do Leste Metropolitano Fluminense elas são prioridade. Entretanto, shows dos próprios MCs e as apresentação dos Djs e B-boys, uma presença do grafite ou um SLAM (batalha de poesias) e a distribuição de livros estão presentes em algum momento.

Assim como Gonçalves (2013) demonstrou, as batalhas de rima tem seu caráter de disputa entre todas, elas têm aspectos que se diferenciam umas das outras. Há batalhas de sangue, de idéias, de conhecimento e imagens. E a modalidade de sangue é a mais solicitada pelos seus frequentadores, pois respondem ansiosos a pergunta do MC responsável apresentador "O que vocês querem ver? E a resposta é dada em coro: "Sangue"!

Nas Rodas Culturais pesquisadas no Leste Metropolitano Fluminense, em geral, tem apenas duas modalidades que são efetivadas: a batalha de conhecimento e a batalha de sangue. Em ambas, o MC vencedor é o que tem a melhor rima de acordo com as escolhas e votação do público presente.

Segundo Gonçalves (2013), na batalha de sangue é permitido que os adversários se agridam verbalmente. É comum ofender os aspectos físicos do oponente e até mesmo com base em quesitos de segregação. O MC entra no palco "com o explícito desejo de esculachar o adversário" e, quanto mais ousada e desafiadora for a rima, mais cativa o público, embora o mesmo não aceite qualquer ofensa.

Já na batalha de conhecimento que, de acordo com Gonçalves (2013), foi criada pelo MC Marechal com base em outras batalhas, como exemplo a de ideias e temática, o que vale é o desempenho na elaboração do pensamento, através de uma palavra solicitada ao público ou uma imagem projetada no telão, e isso é o que vai definir o vencedor (ROSA, 2018 p. 52).

A difusão da internet entre os mais pobres, mesmo que de forma precária, permitiu a difusão de batalhas em sites como Youtube, Facebook e Instagram, criando celebridades do momento. Mas, ao mesmo tempo, permitiu uma maior autonomia

dos artistas na produção e gestão cultural de sua arte. Essa tensão entre cultura política e espetacularização expressa os conflitos entre lógicas individualistas de reconhecimento e questões coletivas das lutas sociais que o Hip Hop sempre esteve envolvido desde o seu embrião (OLIVEIRA, 2006). O número muito maior de “batalhas de sangue” do que de “batalhas de conhecimento” e o seu grande número de seguidores nos canais da internet também revelam a espetacularização da cultura como processo de despolitização. Porém, cria territorialidades em rede ao divulgar os lugares e os momentos onde aconteceram as batalhas. As batalhas não se dão sem conflito com o poder público, o comércio local e os moradores. Em geral elas ocorrem de noite e madrugada. Até antes da pandemia as batalhas se articulavam em circuitos locais, estaduais, regionais e nacionais. A divulgação pela internet dos respectivos MCs passou a travar batalhas por seguidores e visualizações. Por isso, falamos em espetacularização da cultura e perda do sentido de militância (CAMPOS, 2019).

Essas batalhas definidas em rodas culturais mostram uma das dimensões territoriais do Hip Hop. Essas rodas reafirmam um arquétipo espacial da diáspora africana (como as rodas de samba, de capoeira, choro, entre outras). Elas reúnem não apenas pessoas do universo do Hip Hop como também uma multiplicidade de jovens, pois são sistemas abertos que se tornam “espaços de referência identitária” (HAESBAERT, 2002) para o entretenimento e lazer das juventudes, além do encontro de outras práticas culturais juvenis (skatistas, praticantes de *le parkour* e diferentes movimentos *underground*).

Na década de 2010 emerge muito o debate político sobre a apropriação cultural, o *blackface* e a ridicularização da linguagem verbal e não verbal dos rappers e dos moradores das periferias por humoristas. Esses processos de produção do grotesco racial passam a ser uma das modalidades do humor brasileiro, justificada com a má-fé da interpretação da liberdade de expressão. Mas, é importante lembrar que isso não era algo novo. A linguagem verbal e não verbal (corpórea, da fala, do modo de andar, de se vestir) expressa pelas pessoas do universo Hip Hop passam a ser alvos de chacota e apropriação cultural. Por apropriação cultural compreendemos:

[...] as apropriações e usos de determinados aspectos da cultura de grupos ou povos distintos, pelas chamadas elites ou pela cultura dominante são prejudiciais para o não-reconhecimento, ressignificação até mesmo falta de respeito às culturas legítimas de alguns grupos sociais e/ou étnicos (PINHEIRO, 2015 p. 01).



A apropriação cultural expressa linguagens que foram sequestradas (FANON, 2020). O Hip Hop na década de 2000 será alvo intenso desse sequestro através da cultura individualista e meritocrática do neoliberalismo, transformando-se numa cultura de entretenimento despolitizado.⁷⁵ Fanon (2020) lembra que a branquitude quando se sente mecanizada demais extorpe as produções negras para se renovar.

A inscrição espacial do racismo estrutural (OLIVEIRA, 2014b) com a difusão do neoliberalismo para a América Latina chega extorquindo a originalidade do Hip Hop para encontrar novos nichos de mercado para a branquitude. O neoliberalismo na América Latina chega junto com a difusão do estilo *gangstar rap* dos EUA, louvando a cultura do consumo e afirmando uma estrutura patriarcal, transformando os segmentos da cultura Hip Hop em produto a ser vendido em massa no mundo. Os elementos do



Figura 1: Discurso Paisagístico da Ideologia da Democracia RacialFonte: Leandro Tartaglia (TARTAGLIA, 2018).

Hip Hop (o rap, o break e o grafite) passam a ser apropriados pelas grandes marcas nas propagandas para vender as cidades e produtos para o mercado mundial de cidades (SÁNCHEZ, 2004).

A apropriação cultural age transformando o rap em uma música apenas tímbrica e rítmica para a diversão. Já o break volta-se apenas para competições também se despolitizando. As tentativas de domesticação e institucionalização da cultura do grafite (TARTAGLIA, 2018) em grandes murais de propagandas patrocinados por grandes empresas, prefeituras, governos estaduais e empresas imobiliárias, contraditoriamente transformam-se em zona de amortecimento da violência do branqueamento da paisagem e do território com a gentrificação urbana (OLIVEIRA, 2014; SANTOS, 2018).

A fotografia acima retirada de Tartaglia (2018) no Boulevard Olímpico no projeto Porto Maravilha (zona portuária do Rio de Janeiro) revela uma estratégia histórico-colonial de branqueamento da paisagem através da monumentalização estetizada dos espaços públicos com ideologias lusotropicalistas da "democracia racial". Gentrificação e branqueamento criam um casamento perverso para os moradores da localidade, majoritariamente pobres e negros. O grafite acima, intitulado "Etnias", foi feito numa área tradicionalmente negra e diaspórica que foi alvo de intensos processos de remoção.



Um grafite institucional e domesticado (TARTAGLIA, 2018) serviu para mascarar a reprodução dos "capitalistas raciais".

Entendemos por capitalistas raciais os agentes modeladores do espaço urbano que instituem uma organização e distribuição de um espaço que concede privilégios a determinados grupos raciais de status social, posto ideologicamente como superior. O papel deste não é novo na estruturação das cidades brasileiras (OLIVEIRA, 2014 p. 96).

Assim, esse processo de apropriação cultural é marcado por vários elementos, como vemos no esquema abaixo:

Uma das marcas do racismo que produziu sociedades coloniais foi a usurpação. Isto é, o roubo de objetos e modos de ser-estar do outro. Esses objetos ganham importância somente quando o branco passa a reconhecer a legitimidade dos mesmos. A ideia de reconhecimento se constituiu para os povos colonizados dentro de um "círculo vicioso" (FANON, 2020) que define autoridade racial, generificada e sexualizada de fala. Desta forma, como diria Fanon (2020), institui: 1) um falso complexo de chefe/autoridade aos brancos e a suas produções sociais; 2) um falso complexo de inferioridade aos negros e todos os não-brancos e a sua produção sócioespacial; 3) um falso complexo de dependência a produção não-branca que estaria sempre esperado reconhecimento do branco.

Na área central do Rio de Janeiro isso irá criar um "regime de fachada" para vender e atrair investimentos para a dita cidade cordial e racialmente democrática frente ao "regime de fundo de quintal" que problematiza os lugares de memória da diáspora, como a Pequena África (algumas centenas de metros do grafite acima existem dois antigos cemitérios de pessoas escravizadas, conhecidos até o momento, e também o local em todo o planeta que mais recebeu pessoas escravizadas, o Cais do Valongo) (OLIVEIRA, 2020e).¹⁶ O projeto neoliberal tenta desmobilizar qualquer debate sobre reparações e produz um matrimônio com a ideologia da democracia racial inscrita na paisagem, como vimos no grafite acima (Figura 1). Sob o "regime de fachada" afirmamos:

[O] graffiti institucional "Etnias" busca, através de uma paisagem grandiosa do boulevard olímpico, ressaltar o regime de fachada, com o uso ideológico da diversidade cultural associando com o simulacro da harmonia social da sociedade brasileira inscrita na

paisagem do Porto Maravilha. Esse processo silencia as remoções, os despejos forçados na região e a especulação imobiliária expulsando a população tradicionalmente negra dos bairros e dos arredores nos últimos anos, usando uma imagem que quer ressaltar a dita democracia racial para branquear o território (SANTOS, 2018).

As tensões entre regime de fachada e de fundo de quintal revelam projetos portadores de contra-espacos do passado e do presente que estão sendo impedidos de se realizarem. O seu reconhecimento envolve não apenas as memórias do passado, mas também, como serão construídas memórias do/para o futuro no combate a subjetividades racistas que tem alimentado o genocídio negro (OLIVEIRA, 2020e p. 207).



Figura 2: Afirmação Paisagística da Diáspora Africana. Fonte: Visita de Campo na Pedra do Sal - RJ - Acervo Pessoal (2018).

Já por “regime de fundo de quintal” entendemos:



A luta por lugares de memória corporificados problematiza o nosso passado, questiona o nosso presente e interroga que futuro nós estamos construindo. Os trilhos do trem do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) numa área marcada por sítio arqueológico é a expressão de que não há modernidade sem colonialidade definindo quais memórias podem ser apagadas [e que mortes são dignas de luto, como diria Butler (2015)]. O mesmo exemplo poderia ser colocado nas obstruções e dificuldades para construir um Museu para abrigar os mais de 100 mil objetos ligados à diáspora descobertos nas obras do VLT e do Porto Maravilha e a rápida construção do Museu do Amanhã com vultosos recursos (OLIVEIRA, 2020e p. 204).

O grafite abaixo (Figura 2) na região da Pequena África é justamente o oposto do grafite “Etnias”. Ele problematiza a representação dos homens e mulheres negras, colocando no centro a corporificação da paisagem como instrumento de luta antirracista.

A corporificação da paisagem e dos territórios negros se inscrevem através de grafites com imagens de lideranças negras, como Zumbi na Figura 3, da potência dos cabelos das mulheres negras e a vocalização da cultura negra em diáspora, como o Jazz (Figura 2). Ademais, esse local que historicamente foi marcado pelo encontro dos primeiros sambistas, jongueiros e de muitos terreiros de umbanda e candomblé carrega discursos ocultos antirracistas (SCOTT, 2000), ou seja, festa na pedreira é uma forma de cultuar o orixá Xangô, senhor das pedreiras.

As duas imagens acima do “regime de fundo de quintal” retratam grafites que afirmam o “uso diaspórico das paisagens e politização dos territórios negros” como instrumento problematizador da nossa história e geo-grafias moderno-coloniais que silenciou as marcas da diáspora africana (GONÇALVES, 2001).

As transformações do espaço urbano e a população negra

Desde as primeiras cidades no contexto colonial, a raça foi um critério mobilizado para definir as formas de produção, uso e apropriação dos espaços. As primeiras cidades e vilas no Brasil colonial tinham que ter, como afirma Silva (2006): uma cruz

Figura 3:
Territorialidade da
Diáspora Africana.
Fonte: Visita de
Campo na Pedra do
Sal - RJ - Acervo
Pessoal (2018).



(emblema paisagístico do exercício do poder pastoral católico); uma câmara (o lócus garantidor de leis e normas jurídicas que definirá a legitimidade do capitalismo racial brasileiro); uma prisão (o lócus disciplinar que definirá o destino final de todos que desobedecem e transgridem a estrutura racial da sociedade); e o pelourinho (elemento simbólico do exercício do poder da branquitude em definir o lugar dos negros na cidade). Todos esses dispositivos de poder definem o “negro drama”. Como lembra Racionais MC’s, na música “Negro Drama”

Negro drama / Eu sei quem trama e quem tá comigo /
O trauma que eu carrego / Pra não ser mais um preto
fodido / O drama da cadeia e favela / Túmulo, sangue,

sirene, choros e velas / Passageiro do Brasil, São Paulo, agonia / Que sobrevivem em meio às honras e covardias / Periferias, vielas, cortiços / Você deve tá pensando / O que você tem a ver com isso? / Desde o início, por ouro e prata / Olha quem morre, então / Veja você quem mata / Recebe o mérito a farda que pratica o mal / Me ver pobre, preso ou morto já é cultural / Histórias, registros e escritos / Não é conto nem fábula, lenda ou mito.¹⁷

Na música "Contraste social", MV Bill aponta:

Porrada que a gente levava no tronco/ Agora levamos na rua e pronto/ Ficamos com a boca fechada porque não queremos ir para o inferno/ Te mandam pro saco dentro do buraco, esse é o mundo moderno/ Tiro de doze, metralhadora e se acabou/ A vida de mais um irmão, que pelos direitos reclamou/ Fique ligado, nada mudou, veja o que se passou/ Chibatada que a gente levava no tronco não cicatrizou. Se você não se ligou/ Se liga então nada mudou/Se na sua cabeça eu estou equivoocado desça da cobertura e passe aperto do meu lado.¹⁸

Esses símbolos da repressão "o sistema pelourinho, nas primeiras cidades brasileiras desenhadas com o projeto colonial" apontam que elas nasceram para eliminar os negros enquanto sujeitos de direito. O encarceramento em massa se inicia com a criminalização prévia dos negros. A história moderno-colonial inventou o negro como um não-ser. Logo, toda tentativa de se afirmar como humano foi posta como perigosa. Willian Du Bois (apud. BORGES, 2018) afirmava que as prisões, no período pós-colonial, foram utilizadas como instituição para reorganizar o sistema de dominação racial. O rapper Gog, em sua música "Carta a Mãe África", ressalta o racismo estruturando das mentes às instituições de segurança quando fala:

As trancas, as correntes, a prisão do corpo outrora / Evoluíram pra prisão da mente agora / Ser preto é moda, concorda? Mas só no visual / Continua caso raro ascensão social / Tudo igual, só que de maneira diferente / A trapaça mudou de cara, segue impunemente / As senzalas são as ante salas das delegacias / Corredores lotados por seus filhos e filhas/ Hum! Verdadeiras ilhas, grandes naufrágios / A falsa abolição fez altos estragos.¹⁹

A ideia de falsa abolição apontada aí pelo rapper Gog revela a permanência de dispositivos coloniais de violência e crueldade para definir uma "sensação racial de segurança".

No contexto colonial, o pelourinho era um dispositivo disciplinar do exercício do poder racial que afirmava a existência e a presença do soberano que garantia a ordem para o escravismo colonial. O pelourinho era um local de castigo e suplício dos Negros que se revoltavam contra a ordem instituída. Constituiu-se como um dispositivo de aplicação de justiça colonial que foi trazido pelos colonizadores da Europa da era medieval e restituído nas colônias (MALAFAIA, 1997)²⁰. Através de uma pena pública tinha como finalidade impedir, pelo temor, a repetição e/ou imitação da realização do Desejo Negro, isto é, ser o senhor do seu destino e livre-por-si. Uma prevenção de 'males' futuros. Lembremos que liberdade com o projeto da moderno-colonialidade se constituiu como um privilégio dos homens brancos, heterossexuais e com posses (OLIVEIRA, 2020b, p. 327).

Os bens urbanos foram historicamente sendo produzidos e apropriados por oligarquias econômicas e raciais (OLIVEIRA, 2014a). Parafraseando a música "Diário de um Detento", do grupo Racionais MC's,²¹ quem matou muito negro (do período colonial ao neoliberal) ganhou uma medalha (nome rua, escola, praça, viaduto, bairro, cidade) / um ser humano descartável no Brasil [e no mundo]. Desta forma, sugere o rapper BK, na música "Movimento": "Vamos derrubar o nome dessas ruas, dessas estátuas / Botar herói de verdade nessas praças".²² As marcas espaciais do colonialismo e da colonialidade nunca foram eliminadas (QUIJANO, 2000).

O Hip Hop durante as suas primeiras décadas no Brasil denunciava esse modelo de segregação e distinção racial das cidades brasileiras (OLIVEIRA, 2011). A modernidade urbana dos grandes centros econômicos do sudeste brasileiro foi construída por mãos negras, racializadas e migrantes do Nordeste. Contudo, esses grupos foram alocados nas piores localidades das cidades. Essa modernidade reafirmou a hierarquização racial, de classe e gênero, produzindo gestões bio-necropolíticas dos espaços da cidade, isto é: 1) seletividade racial, de classe e generificada da infraestrutura urbana; 2) uma política de morte especialmente nos espaços periféricos regidos por grupos de extermínio, operações policiais e militares, narcotráfico e, atualmente, também milícias.



Nos espaços vitrines (ROLNIK, 1988) das grandes cidades brasileiras, em que a quase totalidade da sua população é majoritariamente branca, haverá “fronteiras” normatizadas pela raça, definindo quem pode ter um uso INdiscriminado do espaço, especialmente os espaços de poder e prestígio social, e quem deve ter um uso DIsdiscriminado do espaço (OLIVEIRA, 2020c). Como diria a música “Fim de Semana no Parque”, do grupo Racionais MC’S: “Olha só aquele clube que da hora / Olha o pretinho vendo tudo do lado de fora”.²³ Essas áreas passaram a ser vigiadas ostensivamente. O controle do acesso terá o dispositivo racial como elemento mais aparentemente visível. A produção do medo de masculinidades negras, pobres e aglomeradas em direção aos espaços vitrines (ROLNIK, 1988) irá interferir na política de transporte e mobilidade para essas áreas.²⁴ Isto será utilizado para justificar e legitimar a biopolítica, isto é, quem deve viver e quem pode morrer (FOUCAULT, 2005). Constituem-se estratégias para legitimar tanto a privatização do espaço público, com seguranças privados e milícias no controle de espaços estratégicos, quanto por aparatos técnico-científico-informacionais, com câmeras de vigilância 24h públicas e privadas. Restitui-se também a figura do capitão-do-mato (agora com novos nomes) para garantir a “sensação racial de segurança” (OLIVEIRA, 2014a).

Esses argumentos são usados para dar legitimidade ao discurso de “guerra às drogas” que passou a ser implementado com mais intensidade no Brasil na década de 1990, especialmente nas áreas pobres e negras da cidade. Essa ideologia, transmutada dos EUA de Richard Nixon e Ronald Reagan para o Brasil, busca justificar o uso da violência contra pobres, negros, grupos racializados e seus espaços e tem promovido: 1) militarização dos territórios negros e pobres; 2) reafirmação o Negro como um problema espacial; 3) o discurso de ódio racial e o Hip Hop. Entendemos que a confluência desses três pontos nos auxilia a compreender o que tem sido chamado de genocídio negro (NASCIMENTO, 1978). Vejamos de forma mais detida cada um desses exemplos.

Militarização dos territórios negros e pobres

Os últimos 30 anos se constituíram como momento de implementação tanto *soft power* quanto *hard power* do neoliberalismo no contexto urbano das grandes cidades brasileiras. A raça está no centro deste debate. O *soft power* foi a difusão do discurso meritocrático (contra as ações afirmativas),²⁵ através da narrativa do empreendedo-

risimo e uma retórica intransigente (HIRSCHMANN, 1992). Lembremos aqui um trecho da música "Cota não é esmola", de *Bia Ferreira*

Experimenta nascer preto na favela, pra você ver /
O que rola com preto e pobre não aparece na TV /
Opressão, humilhação, preconceito / A gente sabe como
termina quando começa desse jeito / Desde pequena fa-
zendo o corre pra ajudar os pais / Cuida de criança,
limpa a casa, outras coisas mais / Deu meio-dia, toma
banho, vai pra escola a pé / Não tem dinheiro pro bu-
são / Sua mãe usou mais cedo pra correr comprar o pão
/ E já que ela ta cansada quer carona no busão / Mas
como é preta e pobre, o motorista grita: Não! / E essa
é só a primeira porta que se fecha / Não tem busão,
já tá cansada, mas se apressa / Chega na escola, ou-
tro portão se fecha / Você demorou, não vai entrar na
aula de história / Espera, senta aí, já da uma hora /
Espera mais um pouco e entra na segunda aula / E vê
se não se atrasa de novo, a diretora fala / Chega na
sala, agora o sono vai batendo / E ela não vai dormir,
devagarinho vai aprendendo que / Se a passagem é três
e oitenta, e você tem três na mão / Ela interrompe a
professora e diz: / Então não vai ter pão / E os ami-
gos que riem dela todo dia / Riem mais e a humilham
mais, o que você faria? / Ela cansou da humilhação e
não quer mais escola / E no natal ela chorou, porque
não ganhou uma bola / O tempo foi passando e ela foi
crescendo / Agora lá na rua ela é a preta do suvaco
fedorento / Que alisa o cabelo pra se sentir aceita
/ Mas não adianta nada, todo mundo a rejeita / Agora
ela cresceu, quer muito estudar / Termina a escola, a
apostila, ainda tem vestibular / E a boca seca, seca,
nem um cuspe / Vai pagar a faculdade, porque preto e
pobre não vai pra USP [Universidade de São Paulo]/
Foi o que disse a professora que ensinava lá na escola
/ Que todos são iguais e que cota é esmola / Cansada
de esmolos e sem o dim da faculdade / Ela ainda acor-
da cedo e limpa três apartamentos no centro da ci-
dade / Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
Cê vai ver como são diferentes as oportunidades / E
nem venha me dizer que isso é vitimismo / Não bota a
culpa em mim pra encobrir o seu racismo / E nem ve-
nha me dizer que isso é vitimi / Que isso é vitimi /
Que isso é vitimismo / E nem venha me dizer que isso
é vitimismo / Não bota a culpa em mim pra encobrir o
seu racismo / E nem venha me dizer que isso ²⁸é vitimi
/ Que isso é vitimi / Que isso é vitimismo.



Essa retórica intransigente aponta três reações aos avanços sociais na criação de direitos sociais para grupos historicamente silenciados e subalternizados, tendo como exemplo as ações afirmativas. Essas reações são mais típicas entre os grupos conservadores, mas não são exclusividade destes, especialmente pelo fato que a reação às políticas afirmativas veio também da esquerda tradicional que silenciou historicamente o debate racial (ou apenas o viu como objeto de pesquisa e nunca como sujeito de sua própria história). Essa retórica intransigente constituiu três teses: a tese da perversidade ou do efeito perverso, a tese da futilidade e a tese da ameaça (HIRSCHMANN, 1992).

De acordo com a tese da perversidade, qualquer ação proposital para melhorar um aspecto da ordem econômica, social e política só serve para exacerbar a situação que se deseja remediar. A tese da futilidade sustenta que as tentativas de transformação social serão infrutíferas, que simplesmente não conseguirão “deixar uma marca”. Finalmente, a tese da ameaça argumenta que o custo da reforma ou mudança proposta é alto demais, pois coloca em perigo outra preciosa realização anterior (HIRSCHMANN, 1992, p. 15-16).

O *hard power* do neoliberalismo foram: a privatização dos serviços de saúde com as Organizações Sociais de Saúde geridas pela iniciativa privada (gerando insegurança dos mecanismo garantidores da vida, especialmente com a pandemia da COVID-19); as remoções de pobres dos espaços vitrines (geralmente sem ouvi-los, consultá-los e de forma violenta); a militarização dos territórios negros e pobres, especialmente para garantir a reprodução dos capitalistas raciais. Esses capitalistas raciais sustentam-se “num medo branco da onda negra”. Logo, o crime é racialmente tratado de forma diferente. As prisões passam a funcionar como política administrada de morte (MBEMBE, 2006) com espaços insalubres, de tortura, ações violentas do Estado e com tratamento racial e economicamente desigual para quem pode pagar por um sistema de justiça. Cria-se uma geopolítica do racismo (OLIVEIRA, 2021).

A geopolítica do racismo envolve a definição onde será exercido o soft power²⁷ racial (um exercício do poder racialmente brando) e o hard power racial (um exercício do poder mais violento). Assim, o controle da mobilidade não será o mesmo nos diferentes espaços da cidade. Depende da combinação de classe, gênero e da raça.

A dimensão geopolítica do soft power racial age nas “áreas nobres”, onde pode ser reconhecida, filmada e gerar um fato midiático e comprometer a imagem de povo cordial e democracia racial. O soft power racial é o violento que se vê como pacífico. A ideia de poder brando é uma grande ideologia vendida para silenciar conflitos raciais no Brasil. Esse exercício de poder é a busca de dissimular que não somos racistas e que no máximo casos de racismo são esporádicos. Ou seja, o soft power racial é o famoso coisa para inglês ver que dissimula ações violentas de coação e ameaça a grupos raciais que estariam promovendo uma desobediência a um comportamento racial no uso do espaço²⁸. Essa desobediência de um comportamento racial esperado dos transeuntes dos transportes mobiliza um hard power racial, legitimado e justificado pelo discurso de ódio local, que se afirma para punir, através de linchamentos por motivação de um medo racial (Martins, 2015) e/ou abordagens policiais violentas mobilizadas pela classificação racial dos abordados. Paradoxalmente, nesse violento processo de extermínio da mobilidade de negros nos transportes em direção às “áreas nobres”, seus protagonistas não se veem como racistas, mas como defensores da ordem urbana contra baderneiros e marginais. Contudo, nas “áreas nobres”, esse hard power racial precisa ser camuflado para não expressar que somos racistas (OLIVEIRA, 2021 p. 82-83).

Isso resultou em maiores mecanismos de regulação da vida e promoção da morte. O Estado e seus aparatos militares e paramilitares, como as milícias, intensificam a fragmentação do tecido sociopolítico do espaço (SOUZA, 2004) com praças gradeadas, operações policiais e militares (especialmente de comunidades pobres e negras), o discurso do medo e do caos que alimenta discurso de ódio racial: o “negro como lugar” a ser exterminado. Em outro trabalho afirmamos:

Assim, o negro como lugar é uma experiência de viver constantemente no limite. Mas não há contenção sem contornamento (HAESBAERT, 2014). Todo o evento de contenção não só barra mas é, concomitante, a gestação de potências criativas de novas possibilidades antes impensadas (SODRÉ, 2017). Por isso o medo branco cresce diante destas potências e realizações Negras. Um pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2002) é montado. Esse pacto narcísico (re)produz “um pacto silencioso de apoio e fortalecimento aos iguais. Um



pacto que visa preservar, conservar a manutenção de privilégios e de interesses” (BENTO, 2002: 105/106). A mobilização deste pacto narcísico não se dá apenas em momento de questionamento dos privilégios. Ele necessita intensamente de cúmplice entre os negros, pois o opressor não teria tanta força se não tivesse cúmplices entre os oprimidos (que não se veem como oprimidos) (BEAUVOIR, 1967).

É preciso repetir: o racismo brasileiro não é questão de ato falho, arbitrário e atos intencionais (MOREIRA, 2019), mas um padrão de poder que cria uma máquina (re)produtora de mentalidades e hierarquias raciais na produção social do espaço. Essas mentalidades além de dissimular a acumulação de privilégios raciais definem o branco como o paradigma, aquele que se tem confiança (crédito) e o que recebe um salário público psicológico, como afirma William Du Bois (apud SCHUCMAN, 2012), ou seja, o branco pobre possui um capital racial que lhe permite usar os espaços dos brancos ricos sem sofrer qualquer tipo de interdição e/ou constrangimento racial. O negro não possui esse capital, mesmo o negro rico (OLIVEIRA, 2020d, p. 81)²⁹

A militarização dos espaços de favela e comunidades pobres, majoritariamente negras, é a expressão espacial de uma política dos afetos do ódio, do terror e do pavor na gestão do espaço (transformado em território). Vemos que narrativas das operações militares e chacinas praticadas por agentes de segurança do Estado em áreas pobres, majoritariamente negras, sustentam-se na ira contra pobres, negros, pessoas racializadas, em situação de rua e moradores de favela e periferia (especialmente quando um agente de segurança for morto), produzindo assassinatos em massa, mas esses grupos não se veem como assassinos (AGAMBEN, 2004). O desprezo, a indiferença e a desumanização que afirmam ódio racial descrito por inúmeros relatos de moradores de favelas e periferias em operações policiais, como ações autoritárias, abusivas, violentas e assassinas, foi denunciado largamente em letras de rap. Contudo, esse regime de brutalidade é calculado, pois as favelas fora e/ou longe dos espaços vitrines (ROLNIK, 1988) não vão ter repercussão. Isto é, a gestão bio-necropolítica do espaço faz um matrimônio perverso com a geopolítica (a relação entre espaço e poder), ou seja, quanto mais longe dos espaços vitrines mais a necropolítica emerge do que a biopolítica. A disciplina racial emerge, especialmente para negros, nos espaços vitrines, pois visa-se produzir grupos racializados obedientes à ordem espacial da branquitude. Desobediência racial promove um problema espacial.

Reafirmação do Negro como um problema espacial

A luta histórica do movimento negro é uma luta por espaço. Ao eleger a educação como um dos seus *fronts* colocou-se em debate a psicofera racista inscrita na produção racial dos espaços universitários.

No Brasil o espaço foi historicamente produzido para a segregação econômica e racial. Assim, a população negra foi sendo confinada, interdita e constrangida nos usos e apropriações do espaço de poder e prestígio social (OLIVEIRA, 2020). A legitimidade destas práticas de segregação envolve afirmar o negro capturado nos arquétipos inventados pela branquitude (FANON, 2020). Seguindo esta direção, o negro é visto como um problema espacial para a branquitude (OLIVEIRA, 2020c). Fanon (2020) nos lembra que:

Sartre inicia assim seu Orfeu negro: "O que esperáveis que acontecesse, quando tirastes a mordaza que tapava estas bocas negras? Que vos entoariam louvores? Estas cabeças que vossos pais haviam dobrado pela força até o chão, pensáveis, quando se reerguessem, que leríeis a adoração em seus olhos?".³⁰

Não sei, mas digo que aquele que buscar em meus olhos outra coisa além de um questionamento incessante deverá perder a visão; nem reconhecimento nem ódio. E, se solto um grande grito, de modo algum ele será negro. Não, da perspectiva adotada aqui, não existe questão negra. Ou pelo menos, se existe, os brancos só se interessam por ela por mero acaso. É uma história que se passa na escuridão e será necessário que o sol que transumo ilumine os cantos mais recônditos (FANON, 2020 p. 43-44).

Nesse problema espacial inventado pela branquitude, o negro precisa saber o seu lugar e sempre ter "na sua boca o 'sim senhor' ritual" (FANON, 1983 p. 30). Desta forma, a espacialização das lutas negras no Brasil expressam tensionamentos com a branquitude, especialmente porque a luta antirracista passa a disputar os espaços de poder, decisão e prestígio social. Vemos aí que essa luta coloca em debate uma espécie de enfeitiçamento e amputação do ser promovido pelo processo de branqueamento (FANON, 2020). A contenção racial no acesso e uso dos espaços vitrines (ROLNIK, 1988) ficou ainda mais materializada no fenômeno que passou a ser



conhecido como "rolezinho". "O movimento não é novo, mas foi somente no final de 2013 que ele se tornou um fato midiático. [...] O rolezinho foi fortemente associado com os arrastões,³¹ talvez pelo fato dos dois fenômenos reunirem um grupo de jovens negros em um determinado local" (AZEVEDO, 2018 p. 10).

Várias modalidades de racismo são mobilizadas na alvorada do neoliberalismo no Brasil, visando garantir a hegemonia/supremacia racial na produção, apropriação e uso dos espaços. A supremacia é reproduzida também pelo desprezo do diferente a ele. Denúncias do genocídio negro feitas em várias músicas de rap passaram a ser ridicularizadas, especialmente em programas televisivos de humor de grande audiência. Nesse momento, cresce o número de humoristas que passam a ridicularizar pessoas das periferias e do universo Hip Hop, reeditando outras dimensões dos navios negreiros. Os navios negreiros, além de se constituírem como tecnologia biopolítica de transporte que levava de forma forçada os negros para o trabalho até a morte nas colônias, era também o local onde se construiu o racismo recreativo (MOREIRA, 2019). O poeta Castro Alves (1976 [1868]) lembra que os capitães dos navios negreiros obrigavam que os escravizados dançassem para divertir a tripulação.³² Mas, o que é esse racismo recreativo? Um meio de propagação da hostilidade racial pelo uso do humor como um projeto de dominação que se disfarça de benigno (MOREIRA, 2019).³³

O negro foi inventado como problema espacial a ser interdito e constrangido nos espaços de poder, decisão e prestígio social (OLIVEIRA, 2020c). Segregação e distinção racial do espaço precisam acomodar dispositivos, não importando se esses indivíduos negros (enfeitados e amputados = branqueados) possuem um "cartão de visita" para estar naquele espaço (FANON, 1983; OLIVEIRA, 2011). "O menor erro é percebido, esquadrinhado [...] não se perdoa àquele [Negro] que se dá um ar de superioridade, de quem falta ao dever" (FANON, 1983 p. 23).

No mesmo contexto que se reforça nas cidades o negro com um problema espacial para a branquitude (OLIVEIRA, 2020c), uma intensiva conservadora (*stricto e lato senso*) contra as lutas antirracistas se desenvolveu em consonância ao crescimento da pauta racial na década de 2000 e à implementação do neoliberalismo nos contextos urbanos com o empresariamento da gestão pública. Todas as pautas do movimento negro (suas entidades, grupos, coletivos e instituições) com a difusão das redes sociais passam por intensos ataques, especialmente na mídia hegemônica. O barateamento

de algumas tecnologias permitiu a criação de redes políticas na internet que articulam e difundem a cultura dos slams, das batalhas de rimas, ações de grupos de Hip Hop com escolas públicas e a universidade.³⁴ Vemos aí a luta política afirmando o encontro e o sentido coletivo frente a uma das máximas do neoliberalismo: o individualismo.

Entretanto, a lógica do se destacar (largar o conjunto, se abstrair do todo) (GONÇALVES, 2002) em que o imperativo da lógica capitalista procura impregnar as pessoas, inclusive integrantes do Hip Hop, faz com que algumas dessas pessoas coloquem o Hip Hop apenas como estilo (indumentária, dança, grafites, música, gravadoras). Isso acaba produzindo uma segregação destas pessoas no meio político do Hip Hop. O caráter territorial, ao meu ver, era uma chave de extrema relevância para a compreensão da dinâmica própria posta por jovens da periferia ao urbano entre nós, e começou a se desenhar mais claramente pelas chamadas posses e [programas em] rádios comunitárias neste meu caminho de investigação do que seria este fenômeno urbano, se é que podemos nomear assim o Hip Hop (OLIVEIRA, 2004 p. 17).

Essa lógica territorial continuará como forma de diferenciar o Hip Hop, que sofre com um intenso processo de branqueamento, especialmente com grupos que se autointitulam como rappers de direita.

O discurso de ódio racial e o Hip Hop

Para que possamos compreender os discursos de ódio que cresceram nos últimos anos torna-se necessário investigar a questão racial no Brasil. A raça é uma construção histórica, social e política. Apesar da biologia há décadas ter comprovado que só existe uma raça, a raça humana, em termos históricos, políticos e sociais a ideia de raça persiste como um instrumento utilizado para produzir classificação, hierarquização da diversidade humana (QUIJANO, 2000) e a desumanização da população negra (FANON, 1983).

A cultura Hip Hop desde o início no Brasil colocou a questão racial no centro do debate, focando tanto as heranças escravocratas quanto projetos genocidas de Estado que atingem a população pobre e negra, travestidos no discurso de guerra as drogas. Munanga, analisando as relações raciais no Brasil, lembra que o racismo brasileiro é um crime perfeito. Para o referido autor:

Todos os racismos são abomináveis, são crimes, mas eu achei que o racismo brasileiro é um crime perfeito partindo da ideia de um judeu prêmio [Nobel] da Paz que disse uma vez que o carrasco mata sempre duas vezes, a segunda pelo silêncio, e nesse sentido achei o racismo brasileiro um crime perfeito. É como um carrasco que você não vê te matando, está com um capuz; você pergunta pelo racista e você não encontra, ninguém se assume, mas o racismo e a discriminação existem. Esse racismo matava duas vezes, mesmo fisicamente, a exclusão e tudo, e matava a consciência da própria vítima. A consciência de toda a sociedade brasileira em torno da questão, o silêncio, o não dito... Nesse sentido, era um crime perfeito, porque não deixava nem a formação de consciência da própria vítima, nem a do resto da população através do chamado mito da democracia racial (MUNANGA, 2017, p. 40).

Mas na última década esse crime perfeito se sofisticou com o crescimento dos discursos de ódio de base racial que, incrivelmente, não se veem como racistas. Difundem-se intensamente pelas redes sociais discursos de ódio, inclusive com manifestações de representantes de diferentes esferas de Estado (executivo, legislativo e judiciário) tanto local quanto estadual e federal. Isto tem alimentado políticas de segurança que tem tido os negros como o principal alvo de encarceramento e morte. O Estado Brasileiro é o principal responsável pelo assassinato de negros com a sua política de guerra às drogas (na verdade, guerras contra pobres, negros moradores de favelas e periferias).

O racismo produz uma leitura superficial, genérica e homogênea dos negros. O "crime perfeito", proposto por Munanga (2017), expressa o racista que não se vê como racista, logo ele também não é assassino, mesmo quando mata ou dá ordens para matar milhões. Logo, o racismo é estrutural das nossas relações, instituições e relações cotidianas. Entendemos que esse "crime perfeito" proposto por Munanga (2017) tem outras dimensões. Ele busca arregimentar negros a aderir valores da branquitude. Esta lógica busca promover a divisão e impossibilidade de consciência racial. A produção deste inconsciente racial coletivo não é algo novo, ele nasce junto com o colonialismo e a escravidão e não se finda com eles, permanecendo até hoje com o neoliberalismo (QUIJANO, 2000).

Lander (2000) afirma que o neoliberalismo não pode ser visto como uma teoria econômica, mas um projeto civilizatório. Entendemos que esse projeto civilizatório tem a raça como um dos seus principais motores. O neoliberalismo produziu a "matematização do tempo" (SANTOS, 2002) como nova forma de exploração e uma

política de esquecimento do nosso passado violento colonial. Os mais pobres e negros vivem diariamente uma das marcas mais cruéis do neoliberalismo: a experiência da escassez, a violência policial, a criminalização da pobreza e a destituição de direitos sociais (SANTOS, 2002). O neoliberalismo, conduzido hoje pela extrema direita no Brasil, difunde, com auxílio das inteligências artificiais, as ideias meritocráticas para aumentar a divisão entre os mais pobres e negros.

Nesse contexto, emerge no Brasil o "rap de direita", isto é, a metástase dos antigos capitães-do-mato, ou seja, negros usados para perseguir negros. Esse processo complexo, ainda pouco estudado, revela marcas singulares do nosso capitalismo, que Francisco de Oliveira (2003) caracterizou com a metáfora do "ornitorrinco".³⁵ Entendemos que os grupos que se intitulam como "rap de direita" são a materialização no contexto neoliberal do "ornitorrinco", ou seja, uma profunda aberração que é parte constitutiva e funcional da modernidade brasileira. Assim, o rap, que emergiu como canal de expressão dos negros e grupos subalternizados passou, com a apropriação dos grupos políticos de direita e extrema-direita, a ser usado para defesa de valores racistas e elitistas. A defesa ardorosa dos cantores de "rap de direita" ao atual presidente da república (Jair Bolsonaro) e a representantes da extrema direita revela marcas desse modelo do "ornitorrinco" que se apropria das culturas subalternizadas para defesa de valores conservadores e reacionários.

Mas as mudanças políticas pelas quais o país passou também provocaram algumas mutações nas periferias urbanas. A mais recente delas é o surgimento do rap de direita.

Bem distantes dos números conquistados por Racionais e Emicida e mesmo pelas revelações Baco Exu do Blues e Djonga, artistas como o pernambucano Luiz, o Visitante ("Escola sem bandidos", "Meu filho vai ser bolsonarista"), os paulistanos Mensageiros da Profecia ("Direita vou ver"), o mineiro PapaMike ("Carta ao Bolsonaro") e o gaúcho O Sandro Miguel ("Meu partido é o Brasil") contam uma outra história do rap: aquela em que patriotismo, meritocracia, família, religião, liberalismo econômico e heroísmo policial são invocados com orgulho diante da ameaça de um "marxismo cultural" que envenena corações e mentes dos jovens.

Bolsonarismo cultural vem se espalhando/O rap de direita apenas está começando/O Hip Hop também é nosso e são vocês que segregam/Então, morte ao rap de esquerda/Pra cada linha, uma vela, rima o Visitante em "Começou a opressão", sua mais recente faixa, gravada com o



rapper venezuelano (e também bolsonarista) El Veneco. Aos 23 anos de idade, Luiz Paulo Pereira é o primeiro e mais bem-sucedido dos rappers da direita brasileira lançada na época da eleição, "Meu filho vai ser bolsonarista" chegou a entrar na lista de 50 músicas virais do Spotify (ESSINGER, 2019, grifos do autor).

Para grupos históricos do Hip Hop no Brasil, o chamado "rap de direita" não pode ser considerado Hip Hop. Esses grupos que se autodenominam de "rap de direita" são uma minoria que se expressa mais pela dinâmica das redes sociais. Logo, eles não têm público, mas sim seguidores, vivem de polêmicas³⁶ e seu foco é o debate político partidário e ideológico. Poucos abordam a dimensão política espacial das periferias sociais e favelas. Viram nas redes sociais a possibilidade de vocalização de seus discursos e ideários. Contudo, a pergunta que fazemos é: como o Hip Hop que nasceu da mobilização de jovens negros, imigrantes e racializados e se territorializou no Brasil com esse mesmo grupo, teve seu estilo apropriado pela branquitude ou grupos adestrados pela branquitude?

O Hip Hop nasceu no Brasil falando da longa história de terror racial contra a população negra e, com os grupos de extrema direita, passou a ser apropriado por grupos conservadores e reacionários defensores da branquitude. Infelizmente isso não é algo novo, ou seja, a branquitude busca educar negros e pobres a defender seus valores e serem obedientes. As ideias de Etienne La Boétie (1999 [1549]), do século XVI, demonstram-se extremamente atuais para analisar esse fenômeno denominado de "rap de direita". La Boétie (1999 [1549]) se perguntava por que alguns tiranizados adoram seus tiranos. A servidão voluntária é regida pela obediência e a vontade-de-poder de ser o opressor, ou seja, um oprimido que odeia outro oprimido e ama o opressor (OLIVEIRA, 2020c).

Esses grupos que se intitulam de "rap de direita" se notabilizaram a partir das últimas eleições presidenciais e a difusão de discursos e ações de ódio. Solano (2018), analisando o crescimento dos discursos e ações de ódio a partir da última eleição presidencial que elegeu Jair Bolsonaro, aponta a reorganização e o fortalecimento da direita e da extrema direita. Essa autora, ao entrevistar um defensor do bolsonarismo, isto é, ideias proferidas pelo presidente Jair Bolsonaro, ouviu a seguinte resposta: "Professora, vocês da academia estudam tanto e parece que ainda não entenderam muitas coisas. Tratam a gente como se fôssemos todos burros. Não somos. Deveriam escutar mais, porque vocês não sabem de tudo" (SOLANO, 2018 p. 13). Assim, o entendimento de que esses grupos de extrema direita estariam sendo enganados não consegue

compreender o projeto de dominação vigente, que tem historicamente defendido privilégios sócioespaciais e mantido desigualdades por questões econômicas, de raça, gênero e sexualidade.

A retórica intransigente (HIRSCHMAN, 1992) mobilizada por grupos de direita e extrema direita no Brasil acusa movimentos sociais progressistas, partidos de esquerda e anarquistas de vitismo e "mimimi" como sistema de proteção e dissimulação das vantagens, roubos e usurpações produzidas pelo colonialismo, que busca desautorizar narrativas contrárias, desmobilizar lutas, retirar o crédito e o protagonismo. Essa retórica intransigente tem como foco não só excluir as falas e opiniões, mas excluir o "outro racializado" de todas as experiências de vida, ou seja, uma morte simbólica que muitas vezes foca também na morte física. O *outro* racializado é um ser-para-servir-ao-branco que precisa ser disciplinado e adestrado. Qualquer desobediência significa que esse "outro" se transforma num ser "matável".

Grupos históricos do Hip Hop no Brasil utilizam as redes sociais como canais de diálogo, desconstrução desse discurso ideológico e formação política frente à extrema direita. Porém, a extrema direita no poder tornou mais evidente a cara diabólica do neoliberalismo produtor do mal e da morte de negros. Protestos em várias cidades do Brasil e do mundo apontam a perversa globalização que inseriu os pobres, especialmente os moradores de favelas e periferias, no capitalismo de dados com a difusão de aplicativos de serviços em celular, a exposição de meios provocadores de morte (com a COVID-19) sem nenhum aparato jurídico de defesa de direitos sociais para esses trabalhadores.

Outro elemento que se pautou com a COVID-19 foi a (re)afirmação do "poder medical" também como exercício do poder racial na definição de quais vidas são descartáveis para a reprodução do trabalho remoto. O poder medical é espacialmente seletivo e racialmente mortal. Os territórios da branquitude burguesa e neofascista tornam-se atores políticos que interferem na condução da política nacional enquanto os territórios da negritude são os alvos das operações militares e ausência de serviços essenciais de saúde. O poder sobre a vida é também um poder sobre os territórios. Nem todos os pontos do território possuem meios técnico-científico-informacionais (SANTOS, 2002), como saneamento básico e dispositivos tecnológicos que garantam o teletrabalho, muito menos dispensa das funções laborais. Com a pandemia de COVID-19, o poder sobre a vida e a política de morte reafirma econômica e racialmente quem vive e morre. Os grupos negros e racializados, mesmo sendo mais afetados pela pandemia e morrendo aos milhões, não geram comoção.

Considerações finais

A territorialização do Hip Hop no Brasil revela uma das múltiplas formas de luta antirracista frente a projetos de cidades criadas para segregar pobres e negros. A história recente do Hip Hop tem sido marcada por múltiplas tentativas de descaracterizar e deslegitimar as suas denúncias e produção de outros horizontes sociais e políticos.

A pandemia coloca novos desafios para a luta antirracista e para o Hip Hop, já que a dinâmica do encontro face a face, central nas manifestações do Hip Hop foi radicalmente impactada com a difusão do COVID-19. Shows de rappers, as batalhas de rimas e os slams desrespeitaram o confinamento e produziram aglomerações. Isto coloca em questão o quanto a lógica individualista neoliberal contamina o sentido coletivo da produção cultural, especialmente negra, num contexto de crescimento de grupos de direita e extrema direita dentro do Hip Hop. Mas, ao mesmo tempo, a dinâmica das redes tem gerado um grande impulsionamento, reposicionando o ativismo antirracista. Vivemos um período complexo de confluência de questões não resolvidas do nosso passado colonial e com questões novas do neoliberalismo e da pandemia da COVID-19. Eis as questões a serem analisadas e enfrentadas.

Notas

1 A letra da música “Movimento” está disponível em: <https://www.letras.mus.br/bk-nectar/movimento/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

2 No trecho da música “Vida Loka”, o grupo Racionais MC's canta: “Às vezes eu acho que todo preto como eu / Só quer um terreno no mato, só seu / Sem luxo, descalço, nadar num riacho / Sem fome, pegando as frutas no cacho / Aí truta, é o que eu acho / Quero também, mas em São Paulo / Deus é uma nota de cem / Vida Loka!”

3 Espaços construídos para apresentação e performances públicas de poesias que versam sobre os problemas e adversidades do coti-

diano, racismo, sexismo e violências sofridas especialmente pela população pobre, negra e periférica.

4 O grupo constituído por jovens que foram presos na antiga prisão do Carandiru " SP chamado Detentos do Rap, na música Casa Cheira dizia “É o Carandiru está de Casa Cheia / Muita maldade no ar muita droga na veia” denunciando o encarceramento em massa da população negra e pobre.

5 No funk as músicas “*Rap da Felicidade*”, de Cidinho & Doca, e “*Rap do Silva*”, de Bob Run, não só ganharam escala nacional como também traziam esses elementos da mística de justiça social.

6 Essa mística de justiça social é presente em muitas letras e nomes de grupos (Tribunal Popular, Tribunal MC's, Realidade Urbana, uma das músicas do grupo IDR chama-se "Todo poder ao povo", etc.). O rapper MV (Mensageiro da Verdade) Bill, em trecho da música "Soldado do Morro" deixa claro esta mística de justiça social. "... É muito fácil vim aqui me criticar/ a sociedade me criou/ agora manda me matar/me condenar e morrer na prisão/virar notícia de televisão".

7 Cf.: A letra da música "Mulheres Negras", composta por Carlos Eduardo Taddeo (Eduardo Facção Central), está disponível em: <https://www.letras.mus.br/yzalu/mulheres-negras/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

8 Para os candomblecistas seria como, "de repente" um "xirê" girando em sentido horário; o mesmo para a "volta do mundo" na roda de Capoeira.

9 Sabemos que esse nosso quadro que define 8 caminhos possíveis de grupos do universo parcial é sujeita a muitas críticas e questionamentos. O Hip Hop sempre foi multiterritorial (OLIVEIRA, 2006). Buscamos apenas descrever as trajetórias que percebemos.

10 Num trecho da música "Carta a Mãe África", Gog lembra: "No mural vendem uma democracia racial / E os pretos, os negros, afro descendentes / Passaram a ser obedientes, afroconvenientes" Isto é, afirmar-se negro dentro de uma lógica individualista, sem uma postura de luta coletiva contra o racismo, mas apenas visando um benefício individual. A afroconveniência é um debate carregado de ambiguidades, geralmente revelando disputas em contextos eventuais, demonstrando-se uma tentativa de despolitização da luta antirracista por um debate identitarista descolado das lutas do movimento negro. Entendemos que a afroconveniência não é um tornar-se negro,

como diria Neusa Souza Santos (1983), mas ser politicamente correto num momento (e o restante do tempo de sua vida praticar atos racistas) e/ou afirmar-se negro (num momento de acesso) visando espaços de poder e prestígio social.

11 Ver: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/10/28/o-que-e-a-afroconveniencia-e-por-que-ela-e-tao-discutida-nas-eleicoes.htm>. Acesso em: 14 abr. 2021.

12 Política desenhada pelo movimento negro que rapidamente também será mobilizada por outros movimentos sociais, beneficiando quilombolas, as populações eurocentricamente chamadas de indígenas, estudantes pobres, estudantes de escola pública, entre outros.

13 Um grupo de pessoas ligadas ao Universo Hip Hop chegou a encontrar o presidente Luís Inácio Lula da Silva no seu primeiro mandato.

14 Com a popularização dos aplicativos de contratação de serviços em aparelhos celulares, tablet e computadores, os trabalhadores, especialmente das favelas e periferias subempregados e desempregados, se veem obrigados a aderir remunerações baixíssimas definidas por algoritmos criados por grandes empresas. Compreendemos a "uberização da sociedade e dos territórios" como nova uma forma de gestão, controle e gerenciamento do espaço e do tempo dos trabalhadores, destituídos de direitos sociais através de dispositivos tecnológicos. Esses novos dispositivos estabelecem novas relações sociais e usos do território pois: 1) aceleram a velocidade de entrega das mercadorias (independente das condições de saúde dos entregadores); 2) transformam todos os espaços da vida cotidiana em espaços de trabalho; 3) reafirma uma divisão racial do trabalho dos beneficiários dos aplicativos, dos entregadores (corpos racializados passíveis de serem expostos ao coronavírus e condições precárias de trabalho) e clientes;



4) definição dos trabalhadores de aplicativos como grupos passíveis de adoecimento e morte sem nenhuma garantia de proteção jurídica das empresas dos aplicativos, prestadores de serviços e clientes. Como historicamente a massa de desempregado sempre foi majoritariamente negra, eles serão os principais alvos da “uberização da sociedade e do território”.

15 Vide o conflito gerado com a criação de uma festa de Hip Hop patrocinada por megaempresários brasileiros brancos como Pedro Paulo Diniz, Luciano Huck, entre outros, gerando um manifesto nacional contra a apropriação cultural de uma cultura negra e periférica (OLIVEIRA, 2006).

16 Todos esses patrimônios da diáspora africana são desfinanciados e mal preservados pelos órgãos do Estado (governos municipal, estadual e federal), apesar da luta do movimento negro ter conseguido transformar esses espaços em Patrimônio da Humanidade.

17 A letra da música “Negro Drama” está disponível em: <https://www.lettras.mus.br/racionais-mcs/63398/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

18 A letra da música “Contraste social” está disponível em: <https://www.lettras.mus.br/mv-bill/97244/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

19 A letra da música “Carta a Mãe África” está disponível em: <https://www.lettras.mus.br/gog/872766/>. Acesso em 27 nov. 2022.

20 A ideia de Justiça no Brasil nasceu marcada como política contra a vida dos negros: uma gestão bio-necropolítica dos territórios e das populações negras (OLIVEIRA, 2015).

21 A letra da música “Diário de um detento” está disponível em: <https://www.lettras.mus.br/racionais-mcs/63369/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

22 A letra da música “Movimento” está disponível em: <https://www.lettras.mus.br/bk-nectar/movimento/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

23 A letra de “Fim de Semana no Parque” está disponível em: <https://www.lettras.mus.br/racionais-mcs/63447/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

24 Raramente os espaços vitrines são chamados de territórios. Lembremos que a significação dominante desenvolvida pelos geógrafos(as) define o território como a expressão do exercício de poder sobre uma área geográfica. A leitura colonial do território define sempre que o território é o outro, isto é, onde vivem os pobres e negros. Logo, o uso da força, da violência e da brutalidade (isto é, não só do poder) é legitimada pois são territórios da desordem. Em geral utiliza estratégias moralistas de combate à venda de drogas em bailes funk em favelas e periferias. Esse mesmo argumento nunca é utilizado em festas sabidamente com o consumo de drogas em áreas frequentadas por brancos(as), de classe média e classe alta.

25 No contexto dos protestos de 2013 no Brasil afirmamos que: “Uma das principais ações criadas pelo governo estadual contra os cotistas das universidades, além da difusão dos discursos meritocráticos pelos intelectuais orgânicos da dominação racista, a burocratização, precarização através da terceirização e a diminuição das bolsas tem sido as UPP’s (Unidades de Polícia Pacificadoras) na cidade do Rio de Janeiro. O foco da atuação das UPP’s tem retirado a criminalidade dos espaços vitrines (ROLNIK, 1988) da cidade do Rio de Janeiro que serão alvo da Copa do Mundo, Olimpíadas e de paisagens emblemáticas para o turismo. Essa ação tem empurrado a criminalidade para os espaços onde vive a população pobre, em sua maioria negra, da cidade do Rio de Janeiro e de toda a metrópole. Este fato tem aumentado

o padrão de conflitividade nestas áreas onde vivem, justamente a grande maioria dos alunos cotistas. Na universidade onde leciono, na Faculdade de Formação de Professores da UERJ no bairro do Patronato, município de São Gonçalo, tenho percebido que existe uma grande dificuldades dos professores terminarem os últimos turnos à noite, pois os alunos não podem ficar até o final, pois: 1- não tem mais ônibus circulando para as suas residências; 2- o aumento de tiroteios com bandidos das antigas áreas de UPP's que se deslocaram para essas novas áreas e estão disputando novos territórios; 3- pessoas armadas nas ruas e o aumento do consumo de drogas gerando sensação de insegurança nestas localidades; 4- as alunas com receio de sair tarde devido o aumento da insegurança, pois tem crescido casos de estupros. A precarização da vida dos estudantes e dos professores tem crescido, pois tem aumentado tiroteios nas proximidades da faculdade e com vários momentos de fechamento de suas instalações nos últimos anos. Portanto, são várias questões que estão sendo colocadas em jogo” (OLIVEIRA, 2013 p. 38-39).

26 A letra da música “Cota não é esmola” está disponível em: <https://www.letras.mus.br/bia-ferreira/cota-nao-esmola/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

27 Os conceitos de hard power e soft power são de autoria de Joseph Nye. Eles foram utilizados para explicar a geopolítica dos Estados Unidos no contexto pós-Guerra Fria e no início do século XXI.

28 A fala de que os ônibus da Baixada Fluminense e/ou da Zona Norte em direção as praias da Zona Sul “só tem gente feia” busca dissimular que o racismo no Brasil definiu o branco com símbolo do belo e o negro o símbolo do feio. Logo, seria necessário purificar racialmente os espaços das “áreas nobres” dos feios (os negros, especialmente pobres e moradores de favelas).

29 “Há um disseminado desconforto, irritação, talvez medo e apreensão quanto aos negros que ascendem. São considerados arrogantes, agressivos, e freqüentemente aparecem expressões que revelam que esses negros invadiram um território que o branco considera seu. Pode-se levantar a hipótese de resistência à mudança da situação das relações raciais, bem como de defesa de espaços de poder e privilégio” (BENTO, 2002:156)

30 “Orfeu negro” em SARTRE, Jean-Paul. Reflexões sobre o racismo. Trad. Jacó Guinsburg. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960, p. 105.

31 “A idéia de arrastão surge no Brasil entre o final dos anos 1980 e início dos 1990 a partir da cobertura midiática sensacionalista sobre outros episódios que aconteceram no Rio de Janeiro e reuniram jovens pobres e moradores de favelas nas praias da cidade. Denominação criada pela mídia que designaria o mesmo que uma grande ida coletiva a espaços de grande aglomeração a partir da qual haveria confusão, ocasionando em saques” (PEREIRA, 2014, p. 9).

O termo é carregado de preconceitos e estereótipos racistas. O arrastão só é referido a um grupo de jovens negros e jamais ouviremos falar sobre um arrastão com jovens brancos. Esse termo é marcado pelo medo, o medo do corpo negro. Usaremos esse termo por ser corriqueiramente usado para definir um grupo de jovens negros que causam medo em determinados espaços, entretanto não compactuamos com tal definição.

32 Ver o poema “O navio negreiro”, de Castro Alves (1976 [1868]): “Era um sonho dantesco ... O tombadilho \ Que das luzernas avermelha o brilho, \ Em sangue a se banhar. \ Tinir de ferros ... estalar do açoite ... \ Legiões de homens negros como a noite, \ Horrendos a dançar ... (...) Presa nos elos

de uma só cadeia, \ A multidão faminta cambaleia, \ E chora e dança ali! (...) No entanto, o capitão (...) \ Diz do fumo entre os densos nevoeiros: \ 'Vibrai rijo o chicote, marinheiros! \ Fazei-os mais dançar!...'".

33 Moreira (2019) afirma que ele se constituiu com o uso do humor contra negros que ideologicamente se afirma como benigno, mas que: 1) propaga uma hostilidade racial; 2) bestializa os negros; 3) busca produzir um ser programado para servir o branco; 4) uma forma de degradação do negro buscando impedir o acesso a comunidade política.

34 Participamos de várias ações para debater a aplicação da lei 10.639/03 com rappers, grafiteiros e breaks nos anos 2000 em escolas de Niterói e São Gonçalo.

35 O modelo do ornitorrinco brasileiro que nos sugere Francisco de Oliveira (2003) é um modelo dual, mas não dualista que demonstra a convivência de elementos aparentemente contraditórios, como o arcaico e o moderno, escravidão e liberdade, como parte do mesmo corpo social. Entendemos que o modelo do ornitorrinco marca nossas relações raciais. Em nosso ensaio ele pode ser compreendido como a conjunção do racista que não se vê como racista, os ideólogos que difundiram a ideia de democracia racial num contexto marcado pela ditadura civil-militar, ou seja, ausência de democracia.

36 Foucault (2005), com o qual concordamos, afirmava que não gostava de polêmicas. Para o filósofo, nas polêmicas não há debate, diálogos e aprendizagens, mas apenas dois pólos opostos que querem, a todo custo, exterminar um ao outro. Essa ideia se materializa na chamada política do "cancelamento" na internet que vai da extrema-direita à extrema-esquerda. Entendemos que essas ideias precisam ser estudadas com mais profundidade.

Referências

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**: homo sacer. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, C. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976 [1868].

AZEVEDO, S. S. **O uso do espaço marcado por critérios raciais**: Uma análise a partir dos rolezinhos. São Gonçalo: FFP-UERJ - TCC, 2018.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMPOS, F. O. **Cultura, Espaço e Política**: um estudo da Batalha da Matrix de São Bernardo do Campo. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) " Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ESSINGER, S. Quem são e como atuam os representantes do 'rap de direita' emergente no Brasil. **Época**, 25 abr. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/quem-sao-como-atuam-os-representantes-do-rap-de-direita-emergente-no-brasil-23620407>. Acesso em: 25 set. 2022.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Torres, 2005.

GONÇALVES, C. W. P. **Geo-grafias**: Movimientos Sociales, Nuevas Territorialidades y sustentabilidad. México: Siglo Veintiuno, 2001.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: CONTEXTO, 2002.

HANSEN L. **Negras em Marcha**. Direção Wildimer Franco. Participação de Leci Brandrão. Anksanta Produções, 2015. Disponível em: <https://>

www.youtube.com/watch?v=p6kRqzpo03k. Acesso em: 10 abr. de 2021.

RACIONAIS MC'S. **Negro Drama**. DVD Mil Tretas e Mil Trutas. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mrAT_xG-opk. Acesso em abril de 2021.

HIRSCHMAN, A. O. **A Retórica da Intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LA BOÉTIE, E. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1999 [1549].

LANDER, E. Ciências Sociales: saberes coloniales y eucéntricos. In: In LANDER, E. (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Sevilla: Fundación BIACS, 2006.

MOREIRA, A. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

MUNANGA, K. Um intérprete africano do Brasil: Kabengele Munanga. **Revista USP**, São Paulo, n. 114, p. 31-44, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/142366>. Acesso em: 10 ago. 2022.

NASCIMENTO, A. **Genocídio Negro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, D. A. **Por uma significação Geográfica do Movimento Hip Hop**. Monografia (Graduação em Geografia) " Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

OLIVEIRA, D. A. **Territorialidades no mundo globalizado: outras leituras de cidade a partir da cultura Hip Hop na metrópole carioca**. Dissertação (Mestrado em Graduação) " Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

OLIVEIRA, D. A. **Por uma Geografia das relações raciais: o racismo na cidade do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Geografia) " Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

OLIVEIRA, D. A. **Territorialidades do Hip Hop: desvelando tensões raciais na reprodução dos espaços urbanos**. In: SANTOS, R. E. (org.)

Questões Urbanas e Racismo. Petrópolis: DP et. Alli; DF: ABPN, 2012.

OLIVEIRA, D. A. Algumas palavras sobre as manifestações e conflitos sociais no Rio de Janeiro a partir de junho de 2013. **Ensaio De Geografia**, v. 2, n. 3, p. 32-51, 2013. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/36248. Acesso em: 22 out. 2022.

OLIVEIRA, D. A. O marketing urbano e a questão racial na era dos megaempreendimentos e eventos no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 1, p. 85- 106, 2014a. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4838>. Acesso em: 13 set. 2022.

OLIVEIRA, D. A. A inscrição espacial do racismo: Analisando as políticas de City-Marketing na cidade do Rio de Janeiro. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória, 2014. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2014b, p. 450-460.

OLIVEIRA, D. A. Gestão racista e necropolítica do espaço urbano: apontamento teórico e político sobre o genocídio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro. In: I Congresso de pesquisadores (es) negras (os) do Sudeste, Nova Iguaçu, 2015. **Anais do Copene Sudeste**, 2015.

OLIVEIRA, D. A. O negro: um problema espacial. In: In: I Congresso de pesquisadores (es) negras (os) do Sudeste, Vitória, 2019. **Anais do Copene Sudeste**, 2019.

OLIVEIRA, D. A. Formas de enfrentamento contra o genocídio da juventude negra: alguns apontamentos. In: BARBOSA, J. L.; DAMASCENO, I. (org.). **Juventudes das Cidades**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020a.

OLIVEIRA, D. A. Questões acerca do Genocídio Negro no Brasil. **Revista da ABPN**, v. 12, Ed. Especial " Caderno Temático: "Geografias Negras", p. 312-335, 2020b.

OLIVEIRA, D. A. Leituras Geográficas e Fanonianas do Racismo, do Trauma e da Violência Psíquica: alguns apontamentos teóricos. MAGNO, P. C.; PASSOS, R. G. (orgs). **Direitos humanos, saúde mental e racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon**. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020c.



OLIVEIRA, D. A. A questão racial brasileira: apontamentos teóricos para compreensão do Genocídio Negro. **Revista da ABPN**, v. 12, n. 34, p. 73-98, 2020d.

OLIVEIRA, D. A. Do espaço ao contraespaço: a luta antirracista decolonizando o urbano carioca. In: ZANOTELLI, C. L.; ALBANI, V.; BARROS, A. M. L. (orgs). **Geografia Urbana: cidades, revoluções e injustiças: entre espaços privados, públicos, direito à cidade e comuns urbanos**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020e.

OLIVEIRA, D. A. Geopolítica da morte: periferias segregadas. In: ALBERGARIA, R.; SANTINI, D.; SANTARÉM, P. D. (orgs.). **Mobilidade antirracista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

PEREIRA, A. M. **Do Movimento Negro à Cultura de Consciência Negra: reflexões sobre o antirracismo na sociedade brasileira**. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

PINHEIRO, L. B. M. Negritude, apropriação cultural e a "crise conceitual" das identidades modernas. In: XXVIII Simpósio Nacional de História: lugares dos historiadores "velhos e novos desafios, Florianópolis, 2015. **Anais do XXVIII SNH**, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427821377_ARQUIVO_LISANDRA-TEXTO-COMPLETOANPUH2015.pdf. Acesso em: 17 nov. 2022.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In LANDER, E. (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, G. B. **Uma Geografia do Hip Hop**. Niterói: TCC, Instituto de Geociências/UFF, 2003.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

ROSA, L. C. **Rodas Culturais: A Territorialidade das Batalhas de Rima da Cultura Hip Hop no Leste Metropolitano Fluminense**. São Gonçalo: TCC, Faculdade de Formação de Professores da UERJ, 2018.

SÁNCHEZ, F. et al. Produção do sentido e produção do espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 39-56, 2004.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. de S. (Org.) **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: "Um discurso sobre as Ciências"** revisitado. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, M. A natureza do Espaço: tempo e técnica, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, N. S. **Tornar-se Negro: as vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SANTOS, R. et al. Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? In: RENA, N. et. Al. (Org.). **Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico**. Belo Horizonte: Fluxos, 2018.

SCOTT J. **Los dominados y el arte de la resistencia**. México: Era, 2000.

SILVA, L. Etnia e território: como pensar as cidades brasileiras sob o ângulo racial. In: **Revista do Mestrado de História**, Vassouras, v. 8, p. 27-50, 2006.

SOLANO, E. G. (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018

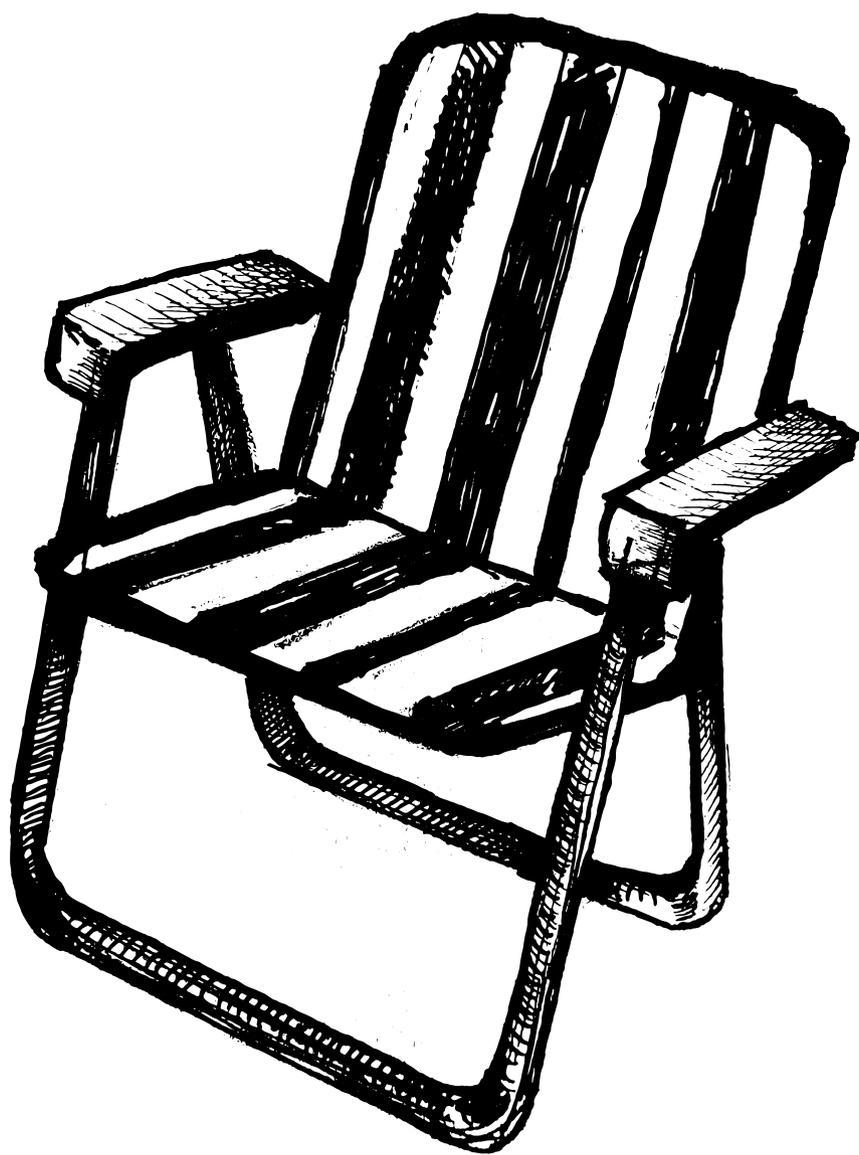
SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e a Gestão Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TARTAGLIA, L. R. **A construção do olhar na cidade: graffiti, paisagem e espaço público**. Tese (Doutorado em Geografia) "Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

TARTAGLIA, L. R. **A construção do olhar na cidade: graffiti, paisagem e espaço público**. Tese (Doutorado em Geografia) "Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

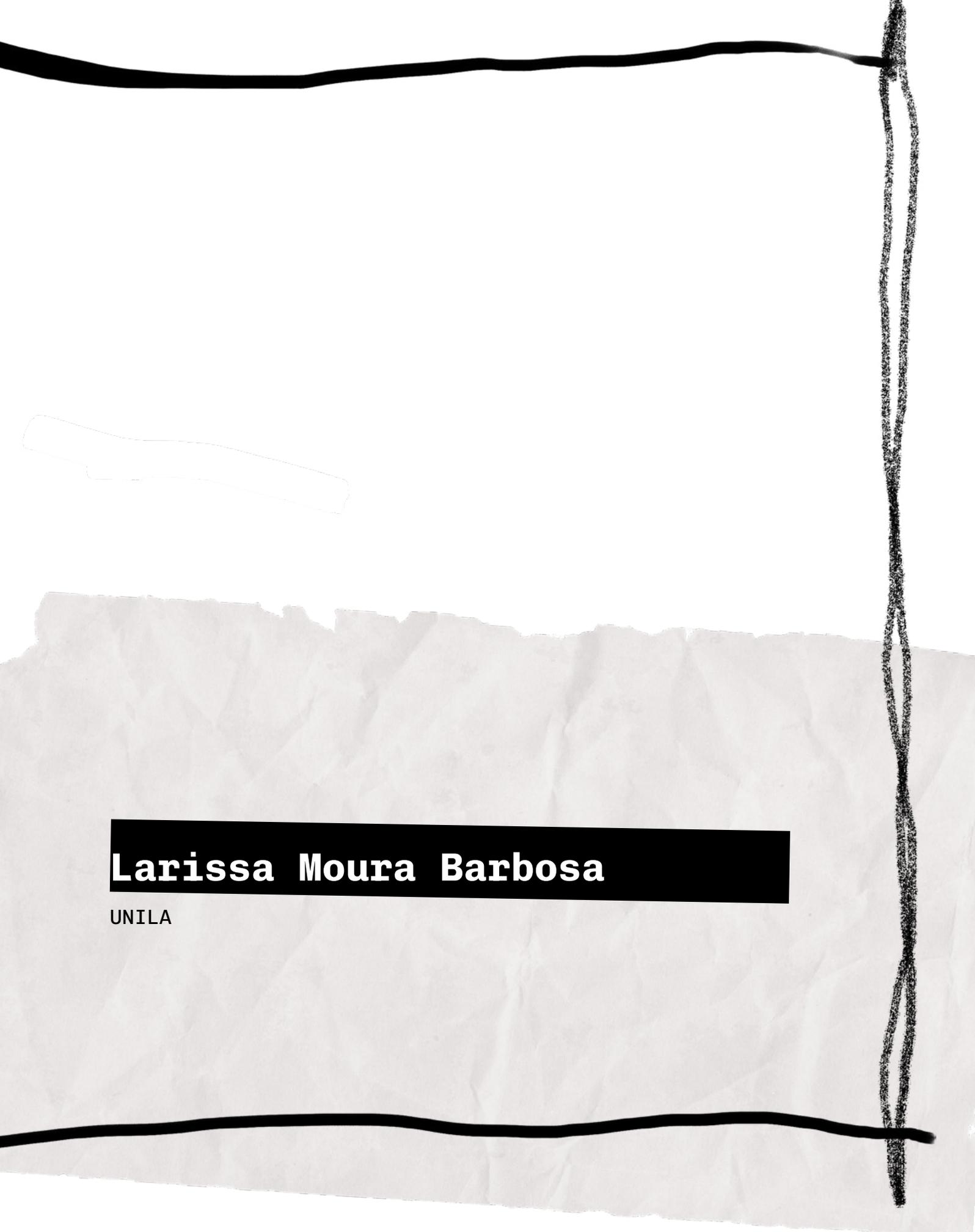


RESENHAS



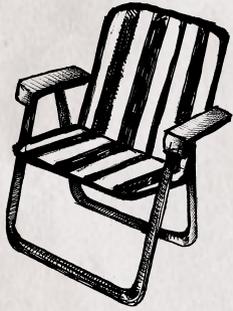
Mabata Bata:

**entre a ficção e a realidade
moçambicana pós-independente**



Larissa Moura Barbosa

UNILA



Uma história que se inicia com um fim; aliás, acredito que não há outra maneira de contar a história de Azárias. O fim de um sonho, de um futuro e da paz. "Mabata Bata" (2017), dirigido por Sol de Carvalho, é uma história sobre finais, até porque durante uma guerra isso se torna mais que "comum".

O filme, baseado no conto "O Dia em que Explodiu Mabata-Bata", de 1987, escrito por Mia Couto, é protagonizado pelo personagem Azárias, um garoto órfão que vive em um povoado na zona rural de Moçambique com sua avó e o tio. Azárias é obrigado a pastorear os bois para que o tio consiga pagar o lobolo¹ e se casar com a filha do Chefe. Entretanto, seu grande sonho é ir para a escola como as demais crianças. Certo dia ele e seu amigo José estão distraídos no pasto e o maior boi da manada explode ao pisar em uma mina deixada pelos soldados que participam da guerra civil. Assustado e com medo das represálias do tio, o menino foge para longe de casa. O tio e a avó saem a sua procura e no encontro Azárias diz que só voltaria para casa se lhe fosse permitido estudar. O tio, pressionado pela avó, acaba cedendo e o menino, em estonteante alegria, corre de volta para a família. Porém, Azárias pisa em uma mina, tal qual o grande boi, e da mesma forma que Mabata Bata voou pelos ares, assim também se vão os sonhos do menino.

A ficção traz consigo o retrato das mazelas causadas pela guerra civil que assolou Moçambique. Guerra esta que teve início no período pós-independência em 1976 e perdurou até a assinatura de um acordo de paz em Roma em 1992. Neste período estavam em conflito o governo da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) e o movimento rebelde Renamo (Resistência Nacional Moçambicana). A guerra civil moçambicana também foi parte da Guerra Fria, onde os países periféricos eram usados como aliados do Ocidente ou do Bloco Leste (SHUBIN,

LAJE

v.2 n.2
p. 422-429
2023

ISSN: 2965-4904

2008 *apud* IGREJA, 2015). Após quase duas décadas de um período relativamente pacífico, apesar de alguns episódios de violência eleitoral, o país entrou em conflito novamente (2013-2014), o que coincidiu com o clima de descoberta de recursos naturais no país. Alguns autores, inclusive, apontam este como sendo um dos motivos para a nova guerra (NHANTUMBO, 2013 *apud* IGREJA, 2015).

O conflito afetou mais intensamente as zonas rurais, apesar de ter atingido o país como um todo, contrariamente à guerra pela independência que ficou restrita às províncias do Norte (IGREJA, 2015). Nesse sentido, o filme traz um recorte desse período no espaço e no tempo de uma Moçambique contemporânea em um povoado interiorano. Na narrativa, a guerra não é o foco principal, apesar de uma forte presença de elementos que nos localizam nesse tempo histórico. O conflito aparece mais como um pano de fundo, sempre presente, sempre marcado, como se a vida daquelas pessoas estivesse sujeita a tal circunstância. Isso fica evidente logo no início do filme quando vemos a imagem do que seria uma vida comum no interior: animais pastando, uma menina que carrega um balde d'água e um rebanho bovino que é conduzido por um pastor ao fundo. Logo em seguida, soldados aparecem correndo com seus uniformes que destoam da composição e quebram o ritmo da cena.

Um momento interessante do filme é quando Azárias está passando por um local onde uma professora leciona. Aqui, ao final da cena também se nota a presença de um soldado, que permanece de costas, mas presente no ambiente escolar, provocando a sensação de um certo tipo de controle do Estado sobre essa instituição. Isso se soma ao fato de que os alunos estão aprendendo português, sendo que a língua do povoado é o Changana, idioma falado na cidade de Chibuto e na qual o filme foi gravado. Este é um elemento importante no filme porque, durante o período da primeira guerra civil (1976-1992), a educação passou por uma reforma no III Congresso da Frelimo. Entretanto, apesar das modificações, a mesma não fugiu à influência trazida pelo período colonial português. A esse respeito, Marina Di Napoli Pastore e Denise Dias Barros (2018) afirmam que:

[...] foi anunciada a necessidade de formação de um "Homem No-vo", com conteúdos voltados a uma educação de base socialista e democrática, mas que apesar de suas modificações, teve influência dos processos educacionais vivenciados no período colonial, principalmente nos sistemas de organização do ensino regido por disciplinas que seguiam os currículos portugueses e não se fazia uma discussão acerca das culturas da população e das

multiculturalidades existentes, como atenção às etnias e às línguas maternas (PASTORE, BARROS, 2018, p.155).

Nesse sentido, apesar da conquista pela independência, essa cena deixa claro como os resquícios da colonização ainda se fazem presentes no país ao priorizar o ensino do português em relação à língua e cultura locais. Este mesmo processo ocorreu em outros territórios marcados pela colonização, tal qual a América Latina, e que hoje tem sob ameaça o desaparecimento de várias línguas de povos originários. Para além disso, o ensino do português também foi influenciado por razões históricas, já que, durante a expansão colonial, Portugal adotou uma política de assimilação que só considerava o moçambicano um cidadão pleno se ele aprendesse a falar e escrever português (COLLUCCI, 2018). Da mesma forma, também se fazem presentes os mecanismos de violência empregados pelos colonizadores, simbolizados pela figura dos soldados: que oprimem, estão sempre vigilantes aos passos da população e obrigam os camponeses a fornecerem seu próprio alimento para eles.

Em termos estilísticos, é interessante notar que, no momento em que as personagens estão dentro de casa e na cerimônia para trazer o espírito de Azarias de volta, utiliza-se uma câmera baixa. Essa câmera nos aproxima das personagens, integrando o espectador àquela dinâmica e sugerindo como esses corpos se relacionam com o espaço no mundo: corpos que se sentam no chão, dormem no chão e praticam suas crenças no chão. A câmera de Sol de Carvalho também é bastante fixa com poucos movimentos, em sua maioria *travellings*² e panorâmicas.³ Essas características se relacionam com as obras do cineasta Yasujiro Ozu (1903-1963), com sua câmera baixa e com pouco movimento, que lançava um olhar tipicamente japonês ao quadro como se o filme estivesse sendo visto de um tatame (KURAMOTO, 2004). Arriscaria dizer que, aqui, a lógica pode funcionar da mesma forma, pensando nas posições que as personagens ocupam nos momentos ditos anteriormente.

No que diz respeito à arte do filme, um fator interessante a se observar é que Azarias quase se confunde com o pasto. Sua roupa é azul da cor do céu, a bermuda é de um verde opaco como a grama e sua pele retinta da cor dos troncos das árvores. Essa mistura com o ambiente nos sugere a impossibilidade de outras perspectivas de vida para além do pastoreio para o menino. Mesmo após sua morte, seu espírito, que mantém as mesmas roupas, quando está prestes a retornar para a casa da família é impedido de fazê-lo devido à invasão dos soldados. Dessa forma, o espírito de Azarias se vê obrigado a retornar à floresta.

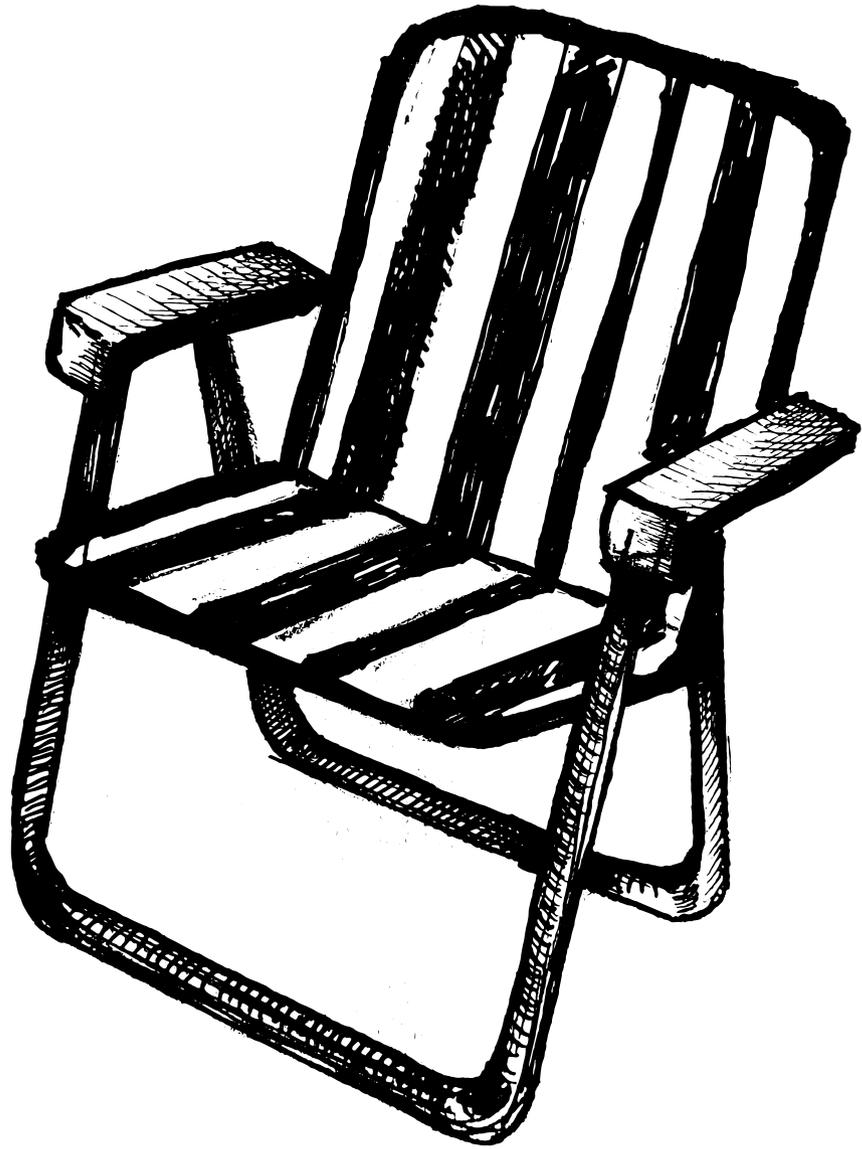
A religiosidade também é um elemento forte apresentado no filme, sendo fundamental para a narrativa. Isto porque, além de justificar o universo em que o espírito de Azariás avalia se deve ou não perdoar a família, na cena final também propõe ao espectador uma reflexão ímpar. A destruição da cabaça, um objeto religioso, pelo soldado indica que o Estado não reconhece esse povo. A vida e a morte de Azariás pouco importa, desde o início, tampouco as tantas vidas perdidas na guerra.

A história de Azariás se finda quando o menino, prestes a realizar o sonho de estudar, pisa em uma mina deixada pelos soldados. O que esse desfecho nos propõe é: como pensar em um futuro se o mesmo está constantemente ameaçado pela guerra? Para além disso, como proporcionar vida digna em um país que ainda sofre com os efeitos da exploração colonial?

No filme *Xala* (1975) do cineasta senegalês Ousmane Sembène, é feita uma crítica à burguesia que está ascendendo ao poder com a conquista da independência. Nesse sentido temos um personagem muito simbólico, Dupont-Durant, um francês que acompanha os dirigentes, como uma sombra do colonizador sempre presente. Da mesma forma, podemos afirmar que em *Mabata-Bata* a guerra civil é a sombra do colonizador que recai sobre Moçambique. Isso é evidente ao analisarmos o contexto em que se deu a guerra civil. Os conflitos sofreram uma grande influência externa, tanto devido à Guerra Fria quanto devido aos regimes africanos de liderança branca, especificamente a Rodésia e a África do Sul. A Renamo é, hoje, considerada um serviço de inteligência estrangeiro criado em 1975 com apoio da Rodésia, que possuía um governo pós-independente criado por colonos brancos. Os interesses ficam ainda mais claros ao se observar os integrantes da Renamo: além de moçambicanos, membros das antigas forças auxiliares portuguesas e dissidentes da própria Frelimo. Entretanto, para Cravino (s.d, *apud* FERREIRA, 2011), a Renamo não é a única culpada pela guerra. De outro modo, a Frelimo utilizava uma política propagandística que buscava impedir eleições livres e um sistema político democrático (FERREIRA, 2011).

A colonização marcou profundamente o continente africano, trazendo consigo as guerras e a fome, além de sofrimentos históricos. Nesse sentido, *Mabata Bata* é muito importante para o registro filmico da memória do povo moçambicano, um povo que sofreu muito com a guerra. Dessa forma, se faz essencial a busca pela garantia de uma vida digna a essa população, fugindo das armadilhas neocoloniais de dominação. Assim como Azariás nos coloca ao final do filme: "Em tempos de guerra, o melhor plano é mesmo acabar com a guerra".





Notas

1 Também conhecido como "riqueza da noiva", o *lobo* é a propriedade de gado ou espécie que um futuro marido oferece ao chefe da família de uma futura esposa por permitir que se case com sua filha.

2 "Movimento em que a câmera efetivamente se desloca no espaço. Durante esse movimento ela pode manter a mesma distância e o mesmo ângulo em relação ao objeto filmado, se aproximar ou se afastar do objeto, contornar o objeto" (CENPEC, 2021).

3 "Movimento em que a câmera permanece fixa e faz um giro sobre seu próprio eixo" (CENPEC, 2021).

Referências

COUTO, M. **O dia em que explodiu Mabata-bata**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

COLLUCCI, C. Em Moçambique, idioma português se mistura com as línguas maternas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 abr 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/em-mocambique-idioma-portugues-se-mistura-com-as-linguas-maternas.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2021.

FERREIRA, C. O. Violência mágica: A guerra civil no cinema lusomoçambicano. **Tempo brasileiro**, p. 109-124, 2011.

IGREJA, V. Os recursos da violência e as lutas pelo poder político em Moçambique. In: BRITO, Luis de; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, António; FORQUILHA, Salvador. **Desafios para Moçambique**. Maputo: IESE, 2015, p. 31-57.

KURAMOTO, E. Órbitas autorais Yasujiro Ozu e Diane Arbus: Diálogos possíveis. **Studium**,

n. 16, p.5-12, 2004. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/studium/article/view/11771/7697> Acesso em: 07 out. 2021.

CENPEC. **Olhar em movimento: cenas de tantos lugares**. 2. ed. São Paulo: CENPEC; Itaú Social, 2021. Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/arquivos/10856/caderno-documentario.p>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PASTORE, M. Di N.; BARROS, D. D. Vivências e Percepções acerca da Educação em Moçambique: Olhares etnográficos em uma escola primária no bairro da Matola A. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 35, p. 149-169, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/2794#tocto1n1>. Acesso em: 08 out. 2021.

PEREIRA, J.; NHANALE, E. **As Eleições Gerais de 2014 em Moçambique: Análise de Questões Fundamentais**. Relatório. Johannesburg: Fundações da Open Society, 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6506201-As-eleicoes-gerais-de-2014-em-mocambique-analise-de-questoes-fundamentais-joao-c-g-pereira-e-ernesto-nhanale.html>. Acesso em: 07 out. 2021.

Filmografia

ERA uma vez em Tóquio. Direção de Yasujiro Ozu. Japão: Shochiku, 1953. (136 min)

MABATA Bata. Direção de Sol de Carvalho. Moçambique: Bando À Parte, 2017. 1 DVD (73 min).

XALA. Direção: Ousmane Sembène. Senegal: Filmi Domirev e SNCP, 1975. 1 filme (123 min), sonoro, legenda, color., 35 mm.

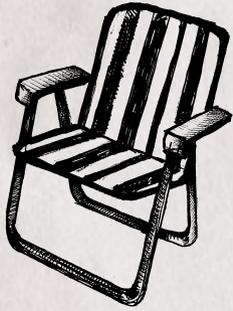
As inscrições da branquitude no espaço do Apartheid:

**a partir do livro “White papers, black
marks – architecture, race, culture”,
de Lesley Naa Norle Lokko¹**

A piece of crumpled white paper is shown against a white background. The paper is framed by a thick, hand-drawn black border. A solid black horizontal bar is positioned across the lower-left portion of the paper, containing the name 'Ana Rita Alves' in white, bold, sans-serif font. Below the name, the text 'CES-Coimbra' is written in a smaller, black, sans-serif font.

Ana Rita Alves

CES-Coimbra



Há territórios de perda, territórios assombrados, onde *ser humano* significa criar vida ante políticas de morte. Muitas são as pessoas que não os habitam e que (não) os conhecem, tantas vezes com *mediação*, dado que as suas paredes servem exatamente "para confinar, dentro, aqueles que não têm poder e para perpetuar a sua opressão"(CLARK, 1989, p.11),² numa dialética permanente de hipervisibilidade e invisibilização. É assim que o espaço tem vindo a ordenar o racial, fixando "categorias de continuidade, segmentação e desumanização por meio do traçado de uma linha de cor" da qual nos falavam já Frederick Douglass, em 1881, ou W.E.B. Du Bois, em 1899 (ALVES, 2021, p. 26). Esta linha " colonial, abissal (SANTOS, 2007) " tem sido saturada através da espetacularização e pela bestialização e criminalização do corpo negro, reproduzindo zonas do (não-)ser (FANON, 2008).

Fundada na violência espacial que se traduziu na desapropriação, no deslocamento forçado e no genocídio de populações negras, indígenas ou Roma/ciganas, a modernidade europeia garantiu a ocultação da violência (territorial) na qual se fundou, em particular através da produção de uma *certa* memória sobre o processo colonial (DUSSEL, 1993), para a qual disciplinas como a história, a antropologia ou mesmo a arquitetura se revelaram essenciais. Por isso mesmo, foi, em grande medida, através da produção de conhecimento e da uni-versidade eurocêntrica, da qual nos fala Ramón Grosfoguel (2013), que se reproduziu e reproduz a *colonialidade do poder* (QUIJANO, 2000).

Por tudo isto, foi com particular entusiasmo que fo-lheeí, pela primeira vez, o livro editado, há mais de duas décadas, pela arquiteta e romancista Lesley Naa Norle Lokko. Confesso que não só desconhecia por completo a obra, como, há muito, me interrogava sobre a ausência de uma discussão, no seio da disciplina de arquitetura, capaz

LAJE

v.2 n.2
p. 430-439
2023

ISSN: 2965-4904

de centralizar a raça como categoria política de análise, sendo certo o modo como esta tem contribuído, de forma inequívoca, para tornar o espaço (urbano) produto, por excelência, das tecnologias raciais de representação (GOLDBERG, 1993). De facto, arquitetar e produzir espaços, lugares " fazer da forma fantasma; ancorar e canonizar o olhar, o desenho, a técnica e a estética a partir da branquitude " edificando-a horizonte e tornando-a linguagem e, assim, imprimir a raça na praça " tem sido, em grande medida, o labor da disciplina de arquitetura. Não podendo escrever sobre o que não sei, devo dizer que olho a arquitetura, o planeamento urbano, bem como as suas racionalidades e consequências, a partir de outras lentes, em particular as da antropologia e as dos estudos críticos de raça. A última, tem auxiliado a primeira, a antropologia " herdeira, por excelência, do processo colonial " desvelando a forma como o racismo estrutural se reproduz nas sociedades contemporâneas, em particular através da produção de legislação, de políticas públicas e de conhecimento académico. De qualquer forma, ambas são lentes que, tal como as da arquitetura, utilizam escalas diversas, jogam com a diminuição e a ampliação da realidade de forma relacional, procurando, deste modo, discorrer sobre ela e entendê-la, face ao que se lê e ao que se vê. Talvez por tudo isso, ler pela primeira vez um livro desperta sempre em nós outras leituras, antigas, marcantes e este não foi exceção. Recordo-me como, de imediato, esta obra me evocou o trabalho de Avery Gordon, já que se trata de uma obra fantasmagórica se entendermos que "estar assombrado é estar ligado a efeitos históricos e sociais"(-GORDON, 2008, p. 190), é ser presente como herança e legado, como ruína. E é esse que entendo ser o apelo que nos traz, nos seus treze contributos, a obra *White Papers, Black Marks: Architecture, Race, Culture* (2000): que se volte atrás, sem poder fazê-lo; que se arranque no presente, do passado, possibilidades de repensar o repertório colonial em toda a sua amplitude e que se redesenhe, se retrace; que se entenda o pós-colonialismo como dizimação e desapropriação, e assim se possa enquadrar a diáspora como uma deslocalização forçada.

Partindo de uma pluralidade de vozes, temáticas, perspetivas e linguagens, e de um conjunto de contextos " do Gana aos Estados Unidos da América, da Nigéria aos Camarões " este livro interroga-nos sobre a pertinência de reconsiderar, com carácter de urgência, a interseção entre arquitetura e raça, questionando o modo como o cânone disciplinar tem contribuído para edificar (e, simultaneamente, silenciar) o *trabalho da raça* " ou seja, "a racionalização e efetivação de arranjos sociais de poder, exploração, expropriação e violência"legitimados pela reprodução do pensamento racial (GOLDBERG, 2009, p. 4). Para tal, o livro indaga sobre a importância da raça no estudo da arquitetura e na modelação do meio edificado e sobre o modo como ao

fazer, utilizar e estudar arquitetura, a raça importa ou, se caso não importe, deveria importar (LOKKO, 2000, p. 35). Abrir este debate requer, inevitavelmente, um retorno ao modo como o passado " do colonialismo à escravização racial " se inscreve na contemporaneidade, seja através da *condição pós-colonial*, que Lesley Lokko entende como um termo complexo, híbrido e tantas vezes instável: um "conjunto de locais e momentos históricos", mas também de "perspetivas que nem sempre são coincidentes"(LOKKO, 2000, p. 23); seja através da *diáspora* como evocativa da "condição geral dos povos deslocados e dispersos por todo o mundo"(idem, p. 24).

De acordo com Lokko, tanto a *condição pós-colonial* como a *diáspora* são conceitos que adquirem significados espaciais e temporais, são pilares para analisar como, quem e para quem se faz, hoje, a arquitetura. Tal abre, inevitavelmente, um debate sobre "quem pode falar", "quais são as implicações sociais, culturais, e sempre políticas, de "dar" voz"; sobre quem tem autoridade para "'dar" voz" e sobre "quem a toma" e "como a toma" indagando a ausência de arquitetos/as negros/as, e deixando espaço para pensar a persistência de formas de *apartheid epistémico* (RABAKA, 2010) que têm contribuído para silenciar tanto a autoria negra como o racismo no seio da academia, aqui, em particular nos debates sobre a disciplina de arquitetura. Tais reflexões tornam imperioso questionar, no limite, qual tem sido o propósito da arquitetura " para que serve e a quem serve. E, se, tal como levantado por Lokko, esta tiver vindo a servir para "impor sinais ocultos de superioridade racial (espacial) e hegemonia cultural" é essencial que se perceba "como é que se pode libertar a sua linguagem dessas correntes" e "quais são as oportunidades e atalhos metafóricos, físicos, materiais e espaciais à disposição [em particular] do arquiteto negro, que luta com e através desta linguagem e história"(LOKKO, 2000, p.29). Por outras palavras, questionando-se se será a arquitetura capaz, à imagem de outras produções culturais como a música, de desafiar o paradigma eurocêntrico (LOKKO, 2000). E, para tal, o livro convida-nos a "construir um novo conjunto de prazeres, a reivindicar certas histórias como desejáveis e " mais do que tudo " a autorizar" para que se possa apontar "um novo conjunto de possibilidades" que considere "a necessidade urgente de estabelecer tudo isto " da "raça" à "identidade" " como territórios válidos, totalmente "operacionais" de exploração arquitetónica" e "a necessidade igualmente urgente de trazer estes territórios para o discurso arquitetónico dominante"(LOKKO, 2000, p.34).

De modo a atender a todas estas problemáticas e demandas, a obra divide-se em três partes " três escalas " que ensaiam aproximações de arquitetos/as, planeado-

res/as ou designers a este debate, deixando entrever como a representação (pode) acontece(r), na arquitetura.

A primeira secção, "1:125,000 " Ângulos Urbanos" fala-nos a partir da escala mais amplamente explorada no que toca a literatura existente em torno "do"espaço" pós-colonial, migração, deslocamento e arquitetura"(LOKKO, 2000, p. 37). Esta secção é inaugurada com o artigo "A face colonial do Espaço Educativo" de N. Ola Uduku, que explora o modo como o desenho e a forma se constituem como manifestações transversais do poder colonial no Gana, na Nigéria ou na África do Sul, analisando a dimensão simbólica dos espaços edificados na perpetuação do eurocentrismo no espaço educativo. E, de como, perante isto, é essencial contestar e confrontar o passado para reclamar o futuro. Em seguida o debate estende-se ao planeamento urbano com o texto "Desenvolvimento Urbano do Apartheid" de Malindi Neluheni, que discorre sobre o modo como o cânone tem redesenhado e reproduzido a branquitude. Matéria ideológica de facto, o planeamento urbano é aqui entendido e analisado como político e exclusionário, como forma global de *governamentalidade racializada* (Hesse, 2007), que contribuiu para a circulação de imagens globais sobre a relação entre raça e espaço. Num contexto de precariedade habitacional, como regra, as pessoas negras vivem muitas vezes naquilo que Kwasi Boateng e Chris Nasah designaram, no seu capítulo, como "Lugares de Perigo Vivo", fruto de modelos de desenvolvimento eurocêntricos, em que a vida é subsumida às premissas radicais do *capitalismo racial*. Neste sentido, "as cidades são, por excelência, repositório e síntese das geografias do capital"(ALVES, 2021, p. 26), e é isso mesmo que se desvela no artigo "O Enquadramento e a teia: a outra cidade" de Michael Stanton, no qual as cidades são entendidas como espaços ideológicos, que ilustram a cultura racializada que as produziu: espaços que são fruto de processos migratórios que lhe deram vida e se constituem, essencialmente, como antinegros e carcerários.—Nesse sentido, um conjunto de práticas de resistência, cantadas e dançadas, são testemunhos vivos e críticos das forças institucionais que constituem o espaço urbano " que deseja e que expulsa, desloca, acantona " mas atestam também a vida fragmentária de quem vive e faz cidade quotidianamente, tal como é narrado por Ana Betancour e Peter Hasdell no capítulo "Tango: uma coreografia do deslocamento/expulsão urbana".

A segunda secção do livro, "1: 1,250 " Deslocamento/Diáspora" é descrita como uma secção desconfortável. Uma escala intermédia (nem ampla, nem detalhada) reflete tanto a condição híbrida dos seus autores, "imediatamente removido de, ainda ligado à condição de diáspora"(LOKKO, 2000, p. 177) como dos seus conteúdos e



contextos, que se demoram em discussões sobre autenticidade, representação e identidade, bem como as possibilidades criativas que advêm dessa condição. Assim na pesquisa/investigação de Edward Lhejirika, que dá corpo ao texto "Continuidade Intensiva", é explorada a arquitetura como movimento, como algo que não se limita a ser produto, mas que é sim processo, fruto de processos culturais diversos que dão e são contexto do paradigma arquitetônico (branco) mas, que podem, como a cultura, ser mutáveis " podendo tornar-se também afrodescentes. Já em "Corpos Negros, Espaço Negro: um-Espetáculo à Espera", J. Yolande Daniels mostra-nos como é, através da ordenação do espaço da diáspora negra, que se fixa e encarcera a negritude no corpo, e o corpo negro como *abjeto*, localizando a existência negra historicamente nas margens, como margem, à margem da humanidade, na bestialidade, através da espetacularidade " numa dialética de imposição e de oposição " que constitui a branquitude no centro, como centro (do poder). Mas, não obstante, a arquitetura pode também ensaiar o contacto, o deslocamento referencial, como narram Jane M. Jacobs, Mathilde Lochert e Kim Dovey no artigo "Autorizando a Aboriginalidade na Architectura". No contexto australiano e a partir da análise do processo de edificação de um conjunto de edifícios, as autoras questionam a intenção do contacto e quem o comanda, o seu propósito e a apropriação de referenciais culturais e cosmologias aborígenes numa sociedade nascida do colonialismo de povoamento branco, e por isso fundada na violência espacial, por excelência. Neste cenário, parece que a única forma será mesmo encarar o passado como possibilidade, procurar outras referências, que partam de "uma estrutura de ritmo dinâmica de idiomas musicais africanos abertos que abraçam a diferença, a polivocalidade e a improvisação" capazes de conduzir a arquitetura a uma inovação radical"(LOKKO, 2000, p. 181).

A secção 3, "1:1 " Um para um" é focada no detalhe, no íntimo, numa interpretação mais elástica da arquitetura e daquilo de que esta é "feita" " e nela, a noção de raça é utilizada pelos autores de forma experimental, no seu sentido mais amplo: "os ensaios criticam não só a condição material da "raça", mas também a noção de prática"(LOKKO, 2000, p. 279). Assim, nos três últimos capítulos do livro, "Paris Feito Ardido" de Mitchell Squire, "Nada vermelho venha a Casa" de Imogen Kouao"s e "(des)Cobrir/(re)Cobrir"-de Felicia Davis, explora-se " através de investigações visuais, textuais, de diários, correspondência e do design " novas paisagens semânticas, a partir de uma análise concisa das antigas, reclamando a coletivização do debate e dos processos artísticos. Num contexto em que se entende que as cidades se erguem sobre ruínas, estas são resultado e consequência do passado, são cemitérios a partir dos quais se podem reconfigurar possibilidades, e *quiçá* imaginar outros futuros, a partir da negritude.

O livro "Livros Brancos, Marcas Negras: Arquitectura, Raça, Cultura" de Lesley Lokko é isto e muito mais, é também o que lhe falta, o que está omissa; são possibilidades de início, é a urgência da descolonização do saber e do ser, é um questionamento profundo de *por quem e para quem* é a arquitetura; é a arquitetura como pensamento e como mapa mental, como estrutura e poder. É um livro que nos conta como se contam histórias, através do desenho e do edificado e, acima de tudo, como se inscreve a branquitude no espaço público, como se narra a raça sem jamais mencioná-la, como se apropria, se impõe, se desumaniza, se privilegia. Este livro é sobre a arquitetura como espaço de tensão e disputa mas poderia ser sobre qualquer outra área disciplinar; é um início de conversa corajoso, urgente, para que se mudem os termos da conversa, para que se mudem as mãos que traçam, as vozes e a semântica que narram, as metodologias que cozem " e talvez, só talvez, isso signifique que se tenha que deitar tudo abaixo e recomeçar de novo, certo sendo que não basta que se acrescente, é preciso que se mude radicalmente o paradigma que contribuiu e silencia a perpetuação da violência racial/espacial na contemporaneidade.

Notas

1 (Nota dos editores [N.E.]): Esta resenha foi escrita no português de Portugal. Os editores decidiram acolher neste dossiê as múltiplas grafias da língua portuguesa, conforme é escrita em cada um dos países lusófonos

2 As traduções das diversas citações ao longo do texto são da autora.

Referências

ALVES, A. **Quando Ninguém Podia Ficar: Racismo, Habitação e Território**. Lisboa: Tigre de Papel, 2021.

DOUGLASS, F. The Color Line. **The North American Review**, 132 (295): 567-577, 1881.

DUSSEL, E. Eurocentrism and Modernity (Introduction to the Frankfurt Lectures). **The**

Postmodernism Debate in Latin America, 20 (3): 65-76, 1993.

DU BOIS, W. **The Philadelphia Negro: A Social Study**. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1899.

CLARK, K. **The Dark Ghetto: Dilemmas of Social Power**. Hanover: Wesleyan University Press, 1989.

FANON, F. **Black Skin, White Masks**. London: Pluto Press, 2008.

GOLDBERG, D. **Racist Culture: Philosophy and the Politics of Meaning**. Massachusetts & Oxford: Blackwell Publishers, 1993.

GOLDBERG, D. **The Threat of Race: Reflections on Racial Neoliberalism**. USA, UK & Australia: Blackwell Publishing, 2009.

GORDON, A. **Ghostly Matters: Haunting and the Sociological Imagination**. Minneapolis & London: University of Minnesota Press, 2008.

GROSGOUEL, R. The Structure of Knowledge in Westernized Universities: Epistemic Racism/Sexism and the Four Genocides/Epistemicides of the Long 16th Century. **Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge**, XI (1): 73-90, 2013.

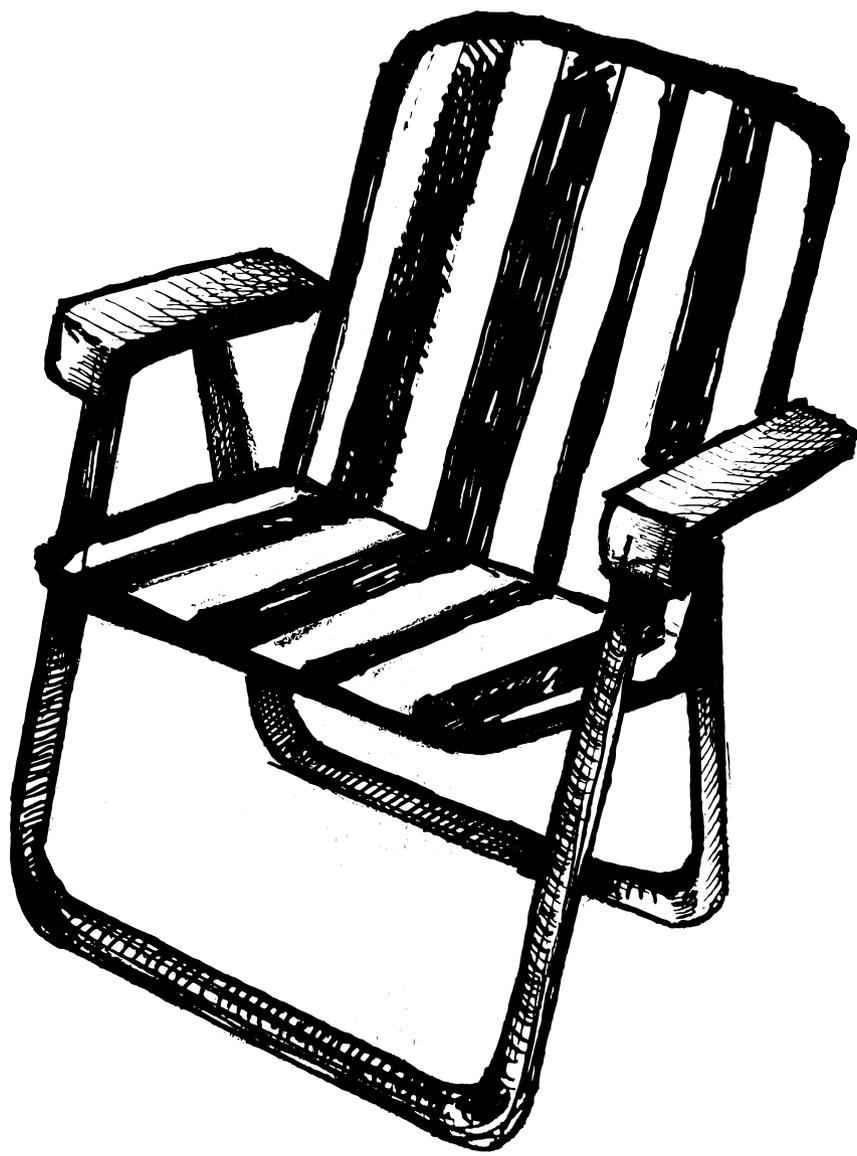
HESSE, B. Racialized modernity: An analytics of white mythologies. **Ethnic and Racial Studies**, 30 (4): 643-663, 2007.

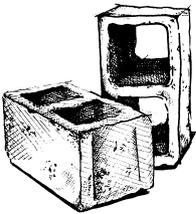
LOKKO, L. N. N. (Org.). **White Papers, Black Marks: Architecture, Race, Culture**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

RABAKA, R. **Against Epistemic Apartheid. W.E.B. Du Bois and the Disciplinary Decadence of Sociology**. United Kingdom: Lexington Books, 2010.

SANTOS, B. Beyond Abyssal Thinking: From Global Lines to Ecologies of Knowledges, **Review**, XXX (1): 45-89, 2007.

QUIJANO, A. Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. **Nepantla: Views from South**, 1 (3): p. 533-580, 2000.

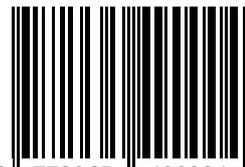




LAJE

Laje é uma publicação semestral do iDALE! – Decolonizar a América Latina e seus Espaços, grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Dedicada ao giro decolonial latino-americano, às epistemologias do sul e à descolonização do conhecimento, priorizando uma produção transdisciplinar em interseção com diferentes dimensões do urbanismo, da paisagem e da arquitetura.

ISSN: 2965-4904



9 772965 490004

ISSN: 2965-4904